



Faculdade de Economia
Universidade de Coimbra

Sílvia Portugal **Novas Famílias, Modos Antigos**
As redes sociais na produção de bem-estar

Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do Grau de Doutor em Sociologia, na especialidade de Sociologia das Desigualdades Sociais e da Reprodução Social, orientada pelo Professor Doutor Pedro Hespanha

Coimbra
2006

Índice

| | |
|----------------------|---|
| Agradecimentos | 1 |
|----------------------|---|

| | |
|------------------|---|
| INTRODUÇÃO | 3 |
|------------------|---|

I PARTE

Capítulo 1

OS MUNDOS DE BEM-ESTAR

| | |
|-----------------------------------|----|
| Introdução | 15 |
| 1.1 Três mundos ou mais? | 17 |
| 1.2 Portugal: que modelo? | 32 |

Capítulo 2

A DÁDIVA, A FAMÍLIA E AS REDES SOCIAIS

| | |
|----------------------|-----|
| Introdução | 57 |
| 2.1 A dádiva..... | 60 |
| 2.2 A família..... | 76 |
| 2.3 As redes | 101 |

Capítulo 3

O ROTEIRO DA PESQUISA

| | |
|------------------------------------|-----|
| Introdução | 133 |
| 3.1 O modelo analítico | 136 |
| 3.1.1. As hipóteses | 137 |
| 3.1.2. A operacionalização | 139 |
| 3.1.3. O objecto empírico..... | 148 |
| 3.2 A metodologia | 152 |
| 3.3 A entrevista | 160 |

II PARTE

Capítulo 4

AS HISTÓRIAS DA(S) FAMÍLIA(S)

| | |
|---|-----|
| Introdução | 177 |
| 4.1 Quem contou a sua história | 179 |
| 4.2 As histórias de amor: o casamento e o namoro..... | 188 |
| 4.3 Histórias de cuidados: os filhos | 203 |
| 4.4 Histórias novas com enredos antigos..... | 210 |

Capítulo 5

AS COISAS E OS MODOS (I) – A HABITAÇÃO

| | |
|---|-----|
| Introdução | 217 |
| 5.1 Os proprietários | 219 |
| 5.1.1 A compra | 221 |
| 5.1.2 A autoconstrução..... | 237 |
| 5.1.3 A doação..... | 253 |
| 5.2 Os não proprietários..... | 258 |
| 5.2.1 O arrendamento..... | 258 |
| 5.2.2 O empréstimo..... | 262 |
| 5.2.3 A coabitação..... | 268 |
| 5.2.4 A habitação social..... | 271 |
| 5.3 A habitação e as redes sociais..... | 274 |

Capítulo 6

AS COISAS E OS MODOS (II) – O EMPREGO

| | |
|---|-----|
| Introdução | 277 |
| 6.1 O primeiro emprego | 280 |
| 6.2 As trajectórias | 294 |
| 6.2.1 A carreira..... | 296 |
| 6.2.2 O emprego seguro | 307 |
| 6.2.3 A mudança..... | 311 |
| 6.3 As diferenças | 330 |
| 6.4 O sobretrabalho..... | 346 |
| 6.5 O emprego e as redes sociais..... | 358 |

Capítulo 7

AS COISAS E OS MODOS (III) – OS CUIDADOS DE SAÚDE

| | |
|---|-----|
| Introdução | 363 |
| 7.1 Os serviços públicos..... | 367 |
| 7.2 Os serviços privados | 381 |
| 7.3 Os cuidados informais..... | 387 |
| 7.4 Os cuidados de saúde e as redes sociais | 393 |

Capítulo 8

AS COISAS E OS MODOS (IV) – OS BENS MATERIAIS

| | |
|--|-----|
| Introdução | 397 |
| 8.1 A poupança | 402 |
| 8.2 O crédito | 407 |
| 8.3 A dívida..... | 412 |
| 8.4 Os bens materiais e as redes sociais | 435 |

Capítulo 9

AS COISAS E OS MODOS (V) – CRIAR E CUIDAR

| | |
|--|-----|
| Introdução | 439 |
| 9.1 As crianças..... | 441 |
| 9.2 Os idosos..... | 455 |
| 9.3 O trabalho doméstico | 462 |
| 9.4 Criar e cuidar no interior das redes sociais | 479 |

Capítulo 10

AS PESSOAS

| | |
|--|-----|
| Introdução | 483 |
| 10.1 Os nós..... | 484 |
| 10.1.1 Os parentes | 490 |
| 10.1.2 Os outros | 516 |
| 10.2 Os laços | 531 |
| 10.3 As redes | 537 |
| 10.4 Quanto valem as pessoas? As redes como capital social | 553 |

Capítulo 11

AS NORMAS

| | |
|---------------------------------------|-----|
| Introdução | 559 |
| 11.1 Reciprocidade, mas... .. | 563 |
| 11.2 Obrigação, mas... .. | 577 |
| 11.3 Igualdade, mas... .. | 592 |
| 11.4 Autonomia, mas... .. | 607 |
| 11.5 As normas e os problemas | 620 |

| | |
|------------------------|-----|
| CONCLUSÃO | 623 |
|------------------------|-----|

| | |
|---|-----|
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 643 |
|---|-----|

| | |
|---------------------|-----|
| ANEXOS | 679 |
|---------------------|-----|

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento dirijo-o ao Prof. Doutor Pedro Hespanha, que orientou esta tese com a disponibilidade e a generosidade que lhe são conhecidas. O seu papel na minha carreira académica e científica vai muito para além da função de orientador dos meus trabalhos científicos. Ao longo dos anos tenho tido o privilégio de poder beneficiar da sua sabedoria em inúmeras ocasiões e de poder partilhar com ele muitas outras aventuras para além desta tese.

Em segundo lugar, gostaria de mencionar os homens e as mulheres que me acolheram em suas casas e aceitaram contar-me as suas vidas. Sem a sua generosa dádiva esta pesquisa não teria sido possível. Este trabalho é também devedor do contributo que muitos deram para ser possível chegar até às famílias entrevistadas. Durante meses, persegui familiares, amigos, colegas, conhecidos, familiares de conhecidos, amigos de familiares, conhecidos de conhecidos... em busca de um contacto. Ao fazer a lista das pessoas que me ajudaram nesta fase do trabalho de campo conclui que ela daria um bom estudo de redes sociais... Esperando não ter esquecido ninguém entretanto, aqui ficam os nomes de quem me deu uma inestimável ajuda: Ágata Midões, Alexandra Mendonça, Amélia Ricardo, Ana Antunes, Ana Maria Palhares, Ana Raquel Matos, Ana Seixas, Cristina Milagre, Fernando Padilha, Ita Carreira, José Palhares, Laurinda Gamboa, Luís Guerra, Luís Januário, Luís Peres Lopes, Margarida Antunes, Maria do Céu Seixas, Nuno Moita, Nuno Serra, Paulo Rodrigues, Rosa Lopes, Rosalina Santos, Rosário Dias Ferreira.

Durante o trabalho de campo, pude contar, de Norte a Sul do país, com uma vasta rede de apoio que tornou mais quente o inverno frio e longo em que realizei as entrevistas. As agruras da pesquisa foram minorizadas pelo acolhimento e pelo afecto de muitos dos que acima referi. Gostaria de destacar, no entanto, pelo apoio que constituíram durante as minhas deslocações, os mimos inigualáveis das primas Rosalina e Mélinha, o acolhimento amigo da Ita e do Heitor, a recepção "cinco estrelas" das famílias Antunes e Seixas, as provas de iguarias regionais com o Luís Guerra, o imbatível coelho do Nuno Serra e as inesquecíveis histórias da sua mãe.

Esta tese foi realizada no quadro de dois projectos de investigação: *As solidariedades familiares em época de mudança dos sistemas de protecção social*, coordenado pelo Prof. Doutor Pedro Hespanha (Projecto PRAXIS / P /SOC / 13154/ 1998) e *Novas gerações e solidariedades familiares* (Programa SAPIENS/ Projecto 39206 /SOC / 2001).

Todo o meu trabalho académico é devedor de duas instituições – a Faculdade de Economia e o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Na FEUC dirigo uma palavra especial aos colegas do Núcleo de Sociologia e um agradecimento particular ao Presidente do Conselho Científico, Prof. Doutor Carlos Fortuna, pelo apoio que me tem dado desde o início da minha carreira. No CES, ao qual devo condições de trabalho estimulantes e enriquecedoras, gostaria de agradecer, em especial, ao seu Director Prof. Doutor Boaventura de Sousa Santos, pelos seus desafios constantes que nos

fazem querer ser e fazer melhor, aos colegas do Conselho de Redacção da *Revista Crítica de Ciências Sociais*, e particularmente, ao seu Director, Prof. Doutor António Sousa Ribeiro, aos meus colegas da Direcção – Paula Lopes, Tiago Santos Pereira e, em especial, ao Hermes Costa, pela sua solidariedade e apoio na fase final da tese.

Devo múltiplos agradecimentos àqueles que partilham comigo a esfera do trabalho e da amizade. Agradeço ao José Manuel Mendes e à Paula Abreu a sua disponibilidade e paciência perante as minhas dúvidas sobre a análise estatística. À Lina Coelho pelas suas leituras de vários capítulos, bem como pelas inúmeras conversas estimulantes sobre um mundo de outras coisas. À Virginia Ferreira pelos seus úteis comentários a diversos capítulos, mas sobretudo, por tudo aquilo que não cabe nesta tese, mas faz parte dela – o constante estímulo e apoio ao meu trabalho, a partilha cúmplice de interesses e projectos. À Teresa Tavares pela leitura minuciosa da tese. Sendo ela (re)conhecida como a melhor pessoa do mundo, ter-se-á que acrescentar o sub-título de melhor revisora de texto. As redundâncias e erros gramaticais que resistiram à sua feroz perseguição são da minha inteira responsabilidade. Ao Claudino Ferreira pela sua leitura atenta e estimulantes comentários, bem como pelo apoio incondicional na produção final da tese.

Devo, ainda, um agradecimento aos colegas do grupo R.E.D.E.S – Paulo Henrique Martins, Breno Fontes, Eliane da Fonte, Cristina Reigadas e Adriana Marrero, com quem nos dois últimos anos pude partilhar e discutir ideias que contribuíram para o enriquecimento deste trabalho.

Esta tese não teria sido possível sem o apoio da minha família e amigos. Quase todos já foram nomeados acima, resta-me agradecer aos que não tiveram tarefas concretas distribuídas. Pelos pais que sempre foram, mas, sobretudo, pelos avós que são, à minha mãe e ao meu pai. Por serem os meus amigos da vida toda, ao Rui Tavares de Almeida e à Guida Fernandes. Por ser minha amiga de infância, à Margarida Viegas. Pelos momentos prazenteiros de uma vida para além da tese, ao John Mock e ao Luís Moura Ramos. Por conseguirem dar abraços fraternos, mesmo com o Atlântico no meio à Alice Nunes e à Eloisa Cabral. Pela memória dos dias felizes, ao Nuno Baptista – se já não posso contar com ele no presente, fica a certeza de que o futuro se constrói também com o que de bom nos fica do passado.

Uma palavra especial para a minha-irmã-praticamente-gémea Elisabete Figueiredo, a quem devo uma ajuda inestimável na preparação do manuscrito final da tese. Seria uma dádiva de monta, se não fosse o oceano de outras coisas que nos une.

As minhas últimas palavras vão para aqueles que estão sempre em primeiro lugar. Ao Quim, companheiro da vida toda, devo a certeza de que há modos novos de construir a família e o desígnio de renovar no quotidiano aquele poema que há muitos anos elegemos como nosso. Ao meu filho querido Guilherme, que revolucionou a minha vida, devo muitos ensinamentos, mas, sobretudo, a aprendizagem do sentido relativo das coisas. Sem isso todo o caminho teria sido muito mais difícil.



INTRODUÇÃO

No volume *Sociedade, Paisagens e Cidades* de uma obra recente sobre a *Geografia de Portugal*, Teresa Barata Salgueiro e João Ferrão destacam o “turbilhão de mudanças” que o país sofreu nos últimos 30 anos (2005: 13). Uma leitura dos dados extensivos e das análises apresentadas nesta obra permite identificar alguns elementos desse “turbilhão”: um acelerado processo de modernização, com resultados complexos ao nível territorial; uma convergência com os padrões europeus, embora com distâncias significativas em domínios essenciais do bem-estar e da qualidade de vida; uma elevada heterogeneidade dos processos de mudança e das estruturas sociais, económicas e culturais, coexistindo, lado a lado, traços de modernidade, pré-modernidade e pós-modernidade. As análises em diferentes áreas revelam uma sociedade em rápida transformação, mas em que “a força do passado no presente” se faz sentir com intensidade em múltiplos domínios (André, 2005: 141).

Um desses domínios é, certamente, o das relações familiares. Os indicadores demográficos são, talvez, os que melhor espelham a rapidez da mudança e a aproximação aos modelos europeus. A transição demográfica portuguesa foi tardia, mas o seu ritmo vertiginoso (Almeida *et al.*, 2002 e 2004; Bandeira, 1996; Ferrão, 2005). No entanto, a convergência dos padrões demográficos na Europa está longe de corresponder a uma homogeneização das formas de viver a família e em família, nos diferentes países. Se existem alguns traços que definem o “modelo familiar europeu”, eles podem ser sintetizados pela definição durkheimiana da família relacional “centrada nas pessoas, mais do que nas coisas”. Contudo, este modelo, construído sobre a informação estatística, é sobretudo “teórico” e tem concretizações muito diversas no interior da Europa (Commaille e Singly, 1997: 20).

Como mostram os trabalhos de François de Singly (2001, 2003), a família tem hoje que permitir conciliar a vida em comum com a liberdade e identidade pessoais, respeitando a autonomia individual dos seus membros. Uma parte das divergências entre os países europeus parece passar pela adesão à norma do individualismo, mais forte nos países do Norte do que do Sul (Commaille e Singly, 1997). As diferenças não se justificam, no entanto, por um “atraso” do Sul, mas sim por configurações específicas ligadas à organização da vida familiar, às relações sociais de sexo, ao papel da família na construção do bem-estar individual e colectivo.

Em Portugal, o apego aos valores familistas e a centralidade da família na protecção social são notórios. Se estas características resultam, em parte, de uma herança pesada do passado, a sua persistência no presente desafia-nos a (re)pensar o lugar da família nas novas reconfigurações do social e do político. Se, hoje, a “questão familiar” passa (ou melhor, volta) a estar no centro da “questão social” (Déchaux, 1996), ela tem, também, que ser reformulada devido

aos novos contextos sociopolíticos: o desemprego, a precaridade, a exclusão, a crise do Estado-Providência (Martin, 1996a).

As deficiências do Estado-Providência português e a especificidade do seu desenvolvimento no contexto das sociedades europeias são conhecidas. Quer do ponto de vista quantitativo, quer do ponto de vista qualitativo, ou seja, quer se pense no montante de gastos públicos em políticas sociais, quer no âmbito da aplicação dessas políticas, o nosso Estado-Providência apresenta diferenças significativas relativamente aos países industrializados do resto da Europa (Mozzicafreddo, 1992 e 1997; Santos, 1990, 1993; Santos e Ferreira, 2001). São estas diferenças que levam Boaventura de Sousa Santos a caracterizá-lo como um *semi-Estado-Providência* (Santos, 1993: 44), cujo défice providencial é parcialmente compensado pela actuação de uma sociedade rica em relações de comunidade, interconhecimento e entreaajuda. Afirma o autor que “em Portugal um Estado-Providência fraco coexiste com uma sociedade-providência forte” (Santos, 1993: 46).

Apesar de nunca ter atingido os níveis de cobertura social dos países centrais, Portugal tem, no entanto, nos últimos anos, adoptado algumas das medidas restritivas que caracterizam a actual fase de evolução do Estado-Providência nesses países (Hespanha, 1999): a privatização dos serviços sociais do Estado; a gestão privada dos serviços públicos; a devolução à sociedade civil (ou “desinstitucionalização”) da protecção social estatal; a co-responsabilização dos cidadãos nas despesas sociais; a revitalização dos sistemas de apoio da sociedade civil. É “como se Portugal estivesse a passar por uma crise do Estado-Providência, sem nunca o ter tido” (Santos, 1993: 45).

Esta realidade exige uma nova reflexão sobre o papel dos sistemas informais de apoio na provisão de bem-estar. Se a sociedade-providência pode, até certo ponto, ser herdeira de práticas e representações tradicionalmente ligadas ao

modo de vida rural e, enquanto tal, ser considerada um resíduo pré-moderno, os novos tipos de relação que hoje estabelece com o Estado e o mercado obrigam a repensar este estatuto.

A transferência para a sociedade civil de parte das obrigações estatais é hoje vista como uma solução para os problemas que o Estado-Providência atravessa. Este processo tem, por um lado, criado novos tipos de solidariedade, de base comunitária, mas enquadrados pelo Estado, e por outro lado, reconfigurado os tradicionais laços de entreatajuda (Hespanha, 1995). Estas novas articulações entre Estado-Providência e sociedade-providência têm levado os autores a recodificarem elementos que até agora eram considerados resíduos pré-modernos como características pós-modernas (Hespanha, 1995; Santos, 1993).

Deste modo é, hoje, fundamental reflectir sobre o lugar da família na construção do bem-estar individual e colectivo. É este o objectivo que me proponho nesta tese. Parto do princípio, enunciado por João Arriscado Nunes, de que “na sociedade portuguesa, a família, o espaço doméstico e o mundo das solidariedades primárias ocupam um lugar central enquanto formas privilegiadas de realização do laço político, de processos de associação e de dissociação através dos quais se constrói a relação entre o particular e o geral” (Nunes, 1992a: 304). Assim, a análise que aqui desenvolvo pretende ser mais um contributo para o debate em curso acerca da relação entre o social e o político, entre o Estado e a sociedade civil em Portugal (Hespanha, 2001; Hespanha e Carapinheiro, 2001; Santos, 1993; Santos e Ferreira, 2001). Parto de uma análise ao nível individual para discutir efeitos sociais mais amplos, procurando uma sociologia das relações entre público e privado.

A hipótese principal desta pesquisa defende a centralidade da família na produção de bem-estar: por um lado, devido ao quadro deficitário que as políticas públicas apresentam; por outro lado, devido à persistência das

solidariedades primárias nas representações e nas práticas relativas à protecção social e à provisão de recursos.

Consequentemente, a análise desenvolve-se em torno de três objectivos: em primeiro lugar, uma avaliação do papel efectivo que as redes sociais desempenham, caracterizando a sua morfologia e modos de acção no acesso a diferentes tipos de recursos; em segundo lugar, uma análise das formas de articulação entre solidariedades públicas e privadas; e, em terceiro lugar, uma discussão das potencialidades e constrangimentos das solidariedades familiares face a outras esferas de produção de bem-estar.

Do ponto de vista metodológico, a prossecução destes objectivos implicou o recurso a uma diversidade de contributos teóricos, a utilização estratégica do conceito de rede social na construção do modelo analítico, e o uso da entrevista em profundidade, como técnica de recolha de informação, conferindo relevo às vozes dos actores sociais. Se a base desta investigação assenta num modelo hipotético-dedutivo, a postura metodológica adoptada no decorrer da pesquisa foi a de uma abertura à indução. Deste modo, a riqueza dos discursos obtidos através das entrevistas desafiou categorias analíticas, induziu novas interrogações e abriu novas perspectivas.

Tomei como objecto empírico os modos de acesso aos recursos de bem-estar de jovens famílias com dupla inserção no mercado de trabalho, cujos cônjuges têm idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos. Optei, assim, por centrar a análise na fase inicial do ciclo de vida familiar, procurando um tempo de (re)organização de recursos materiais e afectivos, para testar o papel das redes sociais e da família.

O texto da tese estrutura-se em duas partes. Na primeira parte apresento a problemática teórica e o desenho metodológico da pesquisa. Esta parte é constituída por três capítulos. No primeiro capítulo – *Os Mundos de Bem-Estar* – parto da tipologia de Gøsta Esping-Andersen, e das críticas ao seu modelo, para analisar as especificidades do modelo de protecção social do Sul da Europa e a questão do papel da família na produção de bem-estar. Procuo, ainda, caracterizar a situação portuguesa e discutir as suas especificidades no contexto do modelo do Sul.

No segundo capítulo – *A Dádiva, a Família e as Redes Sociais* – discuto diferentes contributos teóricos que afirmam a vitalidade do dom nas sociedades contemporâneas e a importância das redes sociais e da família na produção de bem-estar. Pretende-se contrariar as perspectivas que vêem no Estado-Providência uma forma moderna da dádiva, cujas manifestações se tornariam cada vez mais residuais, contrapondo análises que afirmam a especificidade do sistema de dom e a sua persistência nas sociedades contemporâneas. Partindo da hipótese de que o espaço doméstico é o lugar de base do dom, discutem-se os estudos que têm sublinhado a importância da família no suporte afectivo e material dos indivíduos. Procura-se, também, a partir dos contributos da teoria das redes, por um lado, enquadrar a família em estruturas relacionais mais vastas e, por outro lado, do ponto de vista analítico, desenvolver um modelo que permita integrar diferentes níveis de análise e olhar, simultaneamente, a forma e o conteúdo das relações.

É com base nas linhas de problematização teórica enunciadas nestes dois primeiros capítulos que se estabelece o modelo de análise apresentado no terceiro capítulo – *O Roteiro da Pesquisa* – no qual se expõem, e justificam, as principais opções metodológicas. Em primeiro lugar, apresentam-se as hipóteses de trabalho, os conceitos fundamentais e a sua operacionalização, bem como a

justificação da escolha do objecto empírico e os critérios de selecção da amostra. Em segundo lugar, expõem-se as estratégias seguidas no plano da observação e discute-se a opção pela entrevista em profundidade como técnica de recolha da informação. Para além de sistematizar a abordagem metodológica da pesquisa, este capítulo pretende, também, ser um roteiro de um percurso pessoal de investigação, dando conta das dúvidas, das certezas, das perplexidades e das surpresas que surgiram durante toda a pesquisa e, especificamente, no decorrer do trabalho de campo.

Na segunda parte da tese, analiso a informação empírica e confronto os resultados com as hipóteses inicialmente propostas. O capítulo 4 – *As Histórias da(s) Família(s)* – apresenta uma caracterização das pessoas entrevistadas e das suas famílias, através de algumas variáveis descritivas elementares, assim como uma panorâmica geral sobre o que há de novo e de tradicional nas suas histórias. Pretende-se perceber o que permanece e o que muda nestas famílias: condições de vida, valores, práticas, representações, expectativas. As entrevistas mostram como o novo e o velho, o moderno e o tradicional se entrecruzam e se inscrevem numa rede de relações que ultrapassa o espaço e o tempo da família conjugal.

Nos capítulos 5 a 9 – *As Coisas e os Modos* – analiso o papel das redes sociais no acesso a diferentes recursos: a habitação, o emprego, a saúde, os bens materiais, os cuidados dos dependentes. A análise de cada um destes domínios permite verificar que existe uma relação entre o desenho das redes e o acesso a diferentes recursos. Redes constituídas por laços fortes ou laços fracos, por laços de parentesco, restrito ou alargado, por relações familiares ou de amizade produzem resultados diferentes no acesso a recursos, na satisfação de necessidades, no enfrentamento de dificuldades e situações de risco. Estes cinco capítulos mostram como as redes sociais permitem aceder a recursos não

acessíveis através do Estado e do mercado, e a recursos produzidos pela esfera do Estado e do mercado, com base numa lógica distinta das destes, assente no princípio da dádiva e da reciprocidade.

No capítulo 10 – *As Pessoas* – abandono a perspectiva a partir do conteúdo dos fluxos que circulam nas redes e centro-me na análise dos nós e dos laços, de modo a desenhar o mapa das redes e descrever a sua morfologia. Identifico quatro tipos de redes sociais – as *redes encapsuladas*, as *redes selectivas*, as *redes abertas* e as *redes afínicas* – que pretendem caracterizar as estruturas relacionais das pessoas entrevistadas. A partir desta tipologia procuro perceber a relação entre variáveis de interacção, variáveis estruturais e composição da rede, bem como discutir as potencialidades das redes enquanto forma de capital social.

No capítulo 11 – *As Normas* – analiso os princípios normativos que regem a acção das redes. A pesquisa mostra que a definição e a aplicação das normas no interior das redes sociais não são lineares. As interacções e as trocas obedecem a um modelo complexo, cujos princípios são, muitas vezes, ambíguos e contraditórios entre si e, deste modo, geradores de tensões e conflitos. Se as entrevistas permitem afirmar que os princípios gerais do dom regulam as relações no interior das redes sociais, permitem, também, verificar que esta aplicação não se faz sem problemas e identificar alguns dos paradoxos daí resultantes.

Finalmente, na Conclusão do trabalho sintetizo os principais resultados, que apontam para a confirmação das hipóteses acerca da centralidade das redes sociais na produção de bem-estar e do dinamismo do sistema de dádiva, procurando retirar algumas ilações, e abrir novas pistas de análise, para a discussão acerca do modelo de produção de bem-estar português.

1

OS MUNDOS DE BEM-ESTAR

Introdução

As diferentes genealogias das teorias sobre os regimes de bem-estar permitem-nos constatar que o dinamismo teórico e académico se faz em contra-ciclo com o desenvolvimento do Estado-Providência. Os estudos ganham fôlego quando as políticas sociais entram em retracção (Faria, 1998). Deste modo, a crise do Estado-Providência é, certamente, responsável pelo dinamismo da reflexão sobre os modos de produção de bem-estar no mundo actual.

Tradicionalmente, os produtores da protecção social repartem-se por quatro esferas distintas: a esfera do político, da acção estatal; a esfera do mercado (empresas, bancos, companhias de seguros, etc.); o “terceiro sector” da economia social e a esfera das solidariedades primárias: redes informais de

parentesco, amizade e vizinhança. Na maioria das sociedades europeias, no decorrer deste século, as duas primeiras esferas assumiram progressivamente a satisfação das necessidades de protecção social das populações, tomando grande parte das responsabilidades que anteriormente pertenciam aos restantes sectores. Com a construção do Estado-Providência nas economias avançadas, os sectores informais de produção de bem-estar foram parcialmente esvaziados das suas funções, o Estado passou a ocupar um papel central na satisfação das necessidades sociais em termos de educação, saúde, segurança social. No entanto, a partir dos anos 70, a crise económica fez com que a maioria dos governos europeus considerasse cada vez mais difícil a manutenção do Estado-Providência, pelo menos dentro do paradigma sustentado pelas ideias de Keynes e Beveridge.

Deste modo, no centro dos debates políticos e teóricos coloca-se de novo a questão que os anos dourados da protecção pública tinham feito esquecer: o papel das solidariedades primárias na provisão das necessidades sociais, na manutenção do bem-estar e nível de vida dos indivíduos. O debate levantado pela crise do Estado-Providência levou essencialmente à (re)descoberta da Sociedade-Providência, ou seja, à ideia de que as redes informais e, sobretudo a família, são um elemento importante no apoio social e, portanto, a ter em conta quando se trata de discutir a produção total de bem-estar numa sociedade.

Neste capítulo pretende-se dar conta destes debates. Tomando como ponto de partida o trabalho de Gøsta Esping-Andersen, *The Three Worlds of Welfare Capitalism* (1990), que, sem dúvida, marcou as reflexões nos últimos anos, procuro discutir os modos de produção de bem-estar e a articulação entre as diferentes esferas de protecção social.

O capítulo estrutura-se em dois pontos: no primeiro, parto da tipologia de Esping-Andersen, e das críticas ao seu modelo, para discutir as especificidades do

modelo de protecção social do Sul da Europa e a centralidade da família na produção de bem-estar. No segundo ponto, procuro caracterizar a situação portuguesa, discutindo a sua inserção no modelo do Sul e as especificidades da sua realidade.

1.1 | Três mundos ou mais?

Embora sem ser pioneiro, quer na perspectiva comparada, quer nas classificações tripartidas¹, Gøsta Esping-Andersen apresenta em *The Three Worlds of Welfare Capitalism* (1990) os resultados de vastas pesquisas estatísticas e comparativas levadas a cabo na década de 80. Quer a reflexão teórica, quer o trabalho descritivo que desenvolveu, marcaram o pensamento sobre os regimes de bem-estar desde então. O conceito central de Esping-Andersen é o de “desmercadorização” (*de-commodification*), ou seja, a capacidade que o sistema confere ao indivíduo de aceder a condições de vida razoáveis sem ter que vender a sua força de trabalho no mercado. O autor argumenta que os países industrializados podem ser agrupados, a partir das características comuns dos seus regimes de bem-estar, em três modelos: o regime liberal/residual (que inclui os Estados Unidos, Canadá e Austrália), o regime conservador-católico/corporativista (que inclui a Alemanha e também a Áustria, a Bélgica, a Itália e a França) e o regime social democrata/universalista (que corresponde aos países do Norte da Europa e à Suécia em particular).

O regime liberal combina individualismo e primazia do mercado. Os benefícios universais são reduzidos, predominando a assistência mediante comprovação de

¹ Já em 1974, Richard Titmuss, na sua obra *Social Policy. An Introduction*, apresenta três modelos de política social (Titmuss, 1974). Para uma discussão conjunta das perspectivas de Titmuss e de Esping-Andersen, e das coincidências das suas posições, cf. Faria (1998).

carência. Os beneficiários das políticas públicas são em número limitado, restringidos a determinados grupos com baixos rendimentos e frequentemente estigmatizados. A assistência estatal é reduzida ao mínimo, de modo a constituir um estímulo à participação dos indivíduos no mercado de trabalho. O Estado incentiva o mercado como provedor de bem-estar, quer activamente, promovendo mecanismos privados de protecção social, quer passivamente, reduzindo a provisão estatal ao mínimo. Deste modo, o grau de desmercadorização resultante destas políticas é muito reduzido. O resultado, em termos de estratificação social, é uma estrutura dual: de um lado, uma minoria com baixos rendimentos, dependente da intervenção estatal, do outro lado, uma maioria capaz de pagar planos privados de protecção social.

O regime conservador caracteriza-se por um nível moderado de desmercadorização. A eficácia do mercado e a mercadorização “obrigatória” dos indivíduos não são os princípios estruturantes. No entanto, também não existe o pressuposto de que a provisão pública deva ser dominante; pelo contrário, ela deve ser subsidiária das outras esferas, nomeadamente da família. O Estado incorporou as estruturas corporativas e reproduz diferenças de classe. Portanto, o seu impacto redistributivo é reduzido. Historicamente, os países que formam o regime conservador sofreram uma forte influência da Igreja, fortalecendo os valores tradicionais da família. Este facto teve fortes implicações nas políticas de maternidade e no acesso das mulheres casadas aos benefícios estatais.

Finalmente, no regime social-democrata o nível de desmercadorização é elevado. O modelo caracteriza-se pelos princípios da universalidade, igualdade e maximização da independência individual. A denominação do regime advém do reconhecimento do papel crucial dos partidos social-democratas na definição do Estado-Providência destes países. A predominância da provisão pública de bem-estar dá-se em detrimento, quer das forças do mercado, quer

da família tradicional. Os custos de reprodução da família são também socializados. Dado que o objectivo é fomentar a independência dos indivíduos face ao mercado e à família, o Estado compromete-se com pesados encargos sociais, quer em transferências monetárias, quer em equipamentos sociais.

As críticas à tricotomia dos regimes de Esping-Andersen são inúmeras e diversificadas. Não cabe no âmbito deste estudo proceder ao seu exame exaustivo², no entanto, é importante sublinhar duas linhas de discussão suscitadas pelo seu trabalho, dada a sua importância para a presente pesquisa. A primeira, de algum modo surpreendente dado o carácter eurocêntrico do trabalho do autor, prende-se com a sua aplicação na Europa. Por um lado, os três mundos de Esping-Andersen dão escassa atenção aos países do sul da Europa, tratando-os como “mistos”. Em oposição a esta perspectiva, diversos autores têm defendido que certas características destes países, nomeadamente o peso da economia informal e a importância da família, permitem identificar um quarto tipo de regime de bem-estar³. Por outro lado, mesmo no trabalho posterior do autor (Esping-Andersen, 1999) pouca atenção é dada à importância da União Europeia e aos critérios de convergência que esta implica, factor sublinhado por diversos autores para a compreensão das actuais tendências das políticas sociais no interior da Europa (Bonoli, George e Taylor-Gooby, 2004; Ferreira, 2000; Hespanha, 2001).

A segunda linha de críticas vem das teorias feministas e revela-se fundamental pela discussão que faz de duas dimensões centrais da argumentação de Esping-Andersen: a relação Estado-família-mercado e o conceito de

² Para uma síntese sistemática das críticas ao trabalho de Esping-Andersen cf. SEDEC (1998) e Arts e Gelissen (2002).

³ Cf. o conjunto de artigos reunidos no número especial *Southern European Welfare States* da revista *South European Society and Politics* (Rhodes, 1996) e, mais recentemente, Andreotti *et al.* (2001).

desmercadorização. Relativamente à primeira questão, o pensamento feminista foi fundamental na chamada de atenção para a importância da família na provisão de bem-estar. Como afirma Mary Daly, a família continua a ser a principal provedora de bem-estar em todos os regimes, mesmo no regime social-democrata (Daly, 1996: 107). No entanto, Esping-Andersen apenas dá relevo à família no modelo conservador. Se a sua tipologia pretende incorporar o triângulo Estado-mercado-família, na prática assenta sobretudo na díade Estado-mercado e esquece, em grande medida, o papel da família (Borchorst, 1996; Daly, 1996). As teóricas feministas chamam a atenção para o facto de a situação familiar de homens e mulheres condicionar, não apenas os benefícios estatais a que têm direito, mas também a sua relação com o mercado.

As mulheres têm sido tradicionalmente as grandes responsáveis pelo trabalho de “criar e cuidar” no interior da família e isso tem condicionado, desde sempre, a sua integração no mercado de trabalho. Numa análise recente sobre os impactos da globalização nos padrões de segregação sexual do emprego, Virgínia Ferreira (2002) evidencia que é necessário recorrer não apenas às teorias dos mercados de trabalho, mas também fazer uso extensivo das teorias dos processos de trabalho e das relações sociais de sexo. A autora mostra como a eficácia dos actuais modelos económicos e industriais é suportada pela divisão sexual do trabalho doméstico, familiar e profissional, sublinhando a importância da prestação de cuidados e a sua complexidade quando a análise é transposta para o nível global. Virgínia Ferreira revela como a globalização traz mudanças à segregação do emprego, mas, também, se inscreve em continuidades, destacando as migrações das mulheres dos países do Terceiro Mundo para se ocuparem do trabalho reprodutivo que as mulheres dos países desenvolvidos deixaram de assegurar – mulheres substituem outras mulheres no trabalho de reprodução. Estes novos fluxos migratórios reflectem, assim, quer as transformações a nível mundial da prestação de cuidados, quer a continuidade

nos padrões de divisão sexual desse trabalho. A autora conclui que “a dinâmica altamente contraditória impressa pela globalização às sociedades actuais afecta e reestrutura as condições materiais e reconfigura as relações sociais em que vivemos. As realidades nacionais, locais, dos agregados domésticos e pessoais estão cada vez mais sujeitas a grande turbulência. No centro dessa turbulência encontra-se, sem dúvida, o trabalho das mulheres e, nomeadamente, o trabalho não-remunerado” (Ferreira, 2002: 147-148).

Relativamente ao conceito de desmercadorização, a crítica feminista incide na “cegueira” do conceito relativamente à diferença sexual. Em primeiro lugar, ele é construído por referência a um padrão masculino de inserção social: os homens passam a maior parte da sua vida adulta como trabalhadores que vendem a sua força de trabalho no mercado, quando não o conseguem são compensados pelo Estado. Aplicar este conceito à experiência das mulheres levanta diversos problemas (Daly, 1996: 107-109): o primeiro diz respeito ao facto de a maioria das mulheres ter sempre vivido fora das relações mercantis. Não porque a sua experiência tenha sido desmercantilizada, mas porque nunca foi mercantilizada. A questão central diz respeito à noção de independência que funda o conceito de Esping-Andersen – se é verdade que as transferências do Estado podem conferir independência do mercado aos homens, a independência das mulheres é de um tipo diferente. A maioria delas, mesmo nos países industrializados, não depende do mercado ou do Estado, mas sim dos homens com quem estão intimamente envolvidas. A independência das mulheres está condicionada pelas suas relações familiares, tal como pela sua participação no mercado de trabalho e pelas políticas sociais.

O segundo problema da aplicação do conceito de desmercadorização à experiência feminina diz respeito à relação entre a sua participação no mercado de trabalho e o papel do Estado. Em contraste com a experiência masculina, o

Estado oferece às mulheres não apenas possibilidades de desmercadorização, mas também de mercadorização. Em primeiro lugar, como empregador – a administração pública é uma área de emprego fundamental para as mulheres (Borchorst, 1996:29)⁴. Em segundo lugar, como provedor de bem-estar – as decisões femininas de entrar ou sair do mercado de trabalho não são determinadas pelas políticas sociais do mesmo modo que as dos homens. A situação familiar, o volume de trabalho não remunerado, os equipamentos sociais oferecidos são determinantes na mercadorização da força de trabalho feminina. Deste modo, a dicotomia/sobreposição Estado/mercado, desmercadorização/mercadorização não é tão nítida como Esping-Andersen a apresenta.

Em trabalhos mais recentes, Esping-Andersen tem integrado e discutido algumas das questões levantadas pelos seus críticos (1999 e 2002). Relativamente à sua classificação tricotómica o autor não cede. Embora reconheça algumas especificidades, nomeadamente aos países do sul, não vê necessidade de os autonomizar num modelo diferente e, assim, multiplicar as categorias da sua tipologia (Esping-Andersen, 1999).

No entanto, o impacto do pensamento feminista é diferente. No seu trabalho mais recente é visível a influência das críticas neste domínio: basta ver os dois títulos das contribuições do autor para o relatório de peritos elaborado para a Presidência Belga da União Europeia em 2001: *A child-centered social investment strategy* e *New Gender Contract* (Esping-Andersen *et al.*, 2002). Nestes textos o autor reconhece a necessidade de dar às mulheres capacidade para conciliar emprego e maternidade; de socializar os custos associados às crianças; de redefinir o equilíbrio entre trabalho e lazer ao longo do ciclo de vida; de redefinir o conceito de igualdade sexual. Contudo, como sublinha Lina Coelho (2004), o

⁴ Como se verá, este argumento é especialmente pertinente no caso português.

problema central na análise de Esping-Andersen continua a ser o trabalho de cuidado e o seu estatuto social e económico. Como estabelecer um novo contrato social entre os sexos e investir nas crianças, nos modelos actuais? Caso a solução venha do mercado, significa baixas remunerações e elevada precaridade; caso venha do Estado, significa elevadas cargas tributárias, um grande peso do emprego não qualificado e baixas remunerações. O autor conclui que “nem a política social nem o mercado de trabalho podem, sozinhos, resolver o problema” (Esping-Andersen, 2002: 91). Resta a “solução doméstica” (*idem*: 91-94). Mas nesta o autor parece também não ter grande confiança. Sem dúvida que esta posição se deve em grande parte à armadilha da naturalização dos papéis femininos e masculinos em que o autor acaba por cair: as mudanças passam pela “masculinização do ciclo de vida das mulheres”, e pela “feminização do ciclo de vida dos homens” (Esping-Andersen, 2002: 93-95). É o carácter essencialista que o autor atribui às funções de homens e mulheres que torna os obstáculos intransponíveis.

Sintetizando, segundo Mary Daly (1996), as abordagens *mainstream* ao Estado-Providência, nas quais se inclui o trabalho de Esping-Andersen, caracterizam-se por três factores: em primeiro lugar, localizam as raízes do Estado-Providência e do seu desenvolvimento nos processos de modernização ou de industrialização, nas lógicas e contradições inerentes ao capitalismo, na acção independente do Estado, na acção política dos partidos social-democratas e nas alianças de classe. Em segundo lugar, e parcialmente em consequência do anterior, a análise centra-se no mercado e, especificamente, no mercado de trabalho. Em terceiro lugar, o Estado-Providência é conceptualizado como uma entidade quantitativa, operacionalizada sobretudo através dos níveis de gastos. Segundo Mary Daly, este tipo de abordagem resulta numa representação do Estado-Providência como um produto de forças políticas cujo significado reside na sua

capacidade de reproduzir ou modificar diferenças de classe e de estatuto económico (Daly, 1996: 102-103).

Em contraposição, as perspectivas feministas oferecem outros contributos para o estudo do Estado-Providência: em primeiro lugar, tal como acima se referiu, conferem atenção à família e à situação de homens e mulheres no seu interior. O trabalho de diversas autoras mostra como, para a compreensão dos diferentes regimes, é fundamental conhecer a relação da família com as restantes esferas de produção de bem-estar (Lewis, 2000; Lister, 2000). Em segundo lugar, proporcionam uma análise das ideologias subjacentes à definição dos regimes de bem-estar (Adams e Padamsee, 2001; Fraser e Gordon, 1995). Estas abordagens mostraram como determinadas ideias e práticas contribuíram para reforçar um estatuto secundário das mulheres e a sua dependência face aos homens. Em terceiro lugar, revelam o modo como o Estado-Providência é altamente dependente dos mecanismos existentes fora da economia formal, que permitem que as mulheres forneçam cuidados na forma de trabalho não pago. O perfil de provisão estatal, a divisão entre responsabilidades públicas e privadas assenta, em grande parte, no papel das mulheres na reprodução social (O'Connor, 1996; Siim, 1985). Finalmente, um quarto contributo das teorias feministas diz respeito ao paradigma da cidadania. As autoras feministas mostraram como a diferença sexual é uma fonte de desigualdade no acesso aos direitos sociais, facto que resulta numa espécie de "cidadania de segunda" para as mulheres, subsidiária do modelo de cidadania – masculino – que configura o Estado-Providência (Pateman, 1992). Esta realidade produz configurações políticas diferenciadas em termos de regimes de bem-estar, nomeadamente um regime de "cidadania bifurcada", como referem Nancy Fraser e Linda Gordon para os Estados Unidos da América (Fraser e Gordon, 1995).

De um modo geral, a crítica feminista às teorias *mainstream* sobre o Estado de bem-estar desenvolve-se em torno de duas vias diferenciadas: de um lado, temos as autoras que pensam ser necessário redefinir essas teorias para incluir a experiência das mulheres (O'Connor, 1993; Orloff, 1993), avaliar as consequências dos diferentes regimes para homens e mulheres (Sainsbury, 1996b) e perceber como eles afectam as relações entre os sexos (Daly, 1996); do outro lado, estão as autoras para quem as lacunas nas teorias existentes exigem novas teorias e novos modelos que incorporem estas questões (Lewis, 1992 e 2001).

O pensamento feminista tem, portanto, dado um contributo fundamental para pensar os "mundos de bem-estar". Destaco três dos vectores mais pertinentes para o presente trabalho, que irão ser discutidos com mais detalhe ao longo do texto: o papel da família enquanto provedora de bem-estar; a centralidade do trabalho doméstico e de cuidados com os dependentes desempenhado pelas mulheres; a importância do perfil do Estado-Providência na manutenção de determinado tipo de família e nos resultados diferenciados das políticas sociais para homens e mulheres⁵.

O modelo do Sul

Na sua procura de uma teoria geral sobre o Estado-Providência, Paul Spicker (2000) discute a importância das semelhanças e das diferenças entre os diversos países e regimes de bem-estar. Segundo o autor, os sistemas são complexos e diversificados e a atenção tem sido focada, sobretudo, nas diferenças entre eles, mais do que nas semelhanças. Para Spicker, é deste facto que resultam os

⁵ A título ilustrativo, veja-se a recente tese de doutoramento de Clara Murteira sobre o sistema público de pensões em Portugal, que veio sublinhar os impactos diferenciados dos rendimentos da reforma para homens e mulheres (Murteira, 2004).

problemas de aplicação da tipologia de Esping-Andersen – o autor está preocupado sobretudo com a variação (as características que diferenciam os regimes) e as diferenças são demasiadas para que possam ser contempladas numa simples tricotomia. Segundo Spicker, não são as diferenças entre modelos que constituem um problema, mas sim as semelhanças (Spicker, 2000: 5).

Este é um ponto de partida estimulante para discutir as especificidades de Portugal e dos restantes países que compõem o chamado “modelo do sul” (Itália, Espanha e Grécia). Estes países foram praticamente ignorados por Esping-Andersen na sua tipologia. Apenas a Itália foi contemplada como fazendo parte de um dos seus regimes – o conservador. A tradição dos estudos comparativos excluiu sempre estes países, ou “escondeu-os” em “famílias” ou “mundos” mais amplos, vendo-os, frequentemente, como sistemas subdesenvolvidos que viriam a percorrer os mesmos caminhos dos países do norte (Rhodes, 1996). No entanto, durante a década de 90, sobretudo na sua segunda metade, esta tendência inverteu-se e surgiram uma série de estudos que afirmam as especificidades dos países do sul da Europa, e os qualificam como um “quarto modelo”, por referência aos três mundos de Esping-Andersen.

Como afirma Pedro Hespanha (2001), não basta reconhecer as limitações do grau de desmercadorização dos países do Sul, em função dos critérios de Esping-Andersen. É necessário conhecer as razões dessas limitações. Na verdade, nestes países a desmercadorização é triplamente limitada pela elevada extensão de necessidades básicas que os indivíduos têm que assegurar por si, sem a ajuda do Estado, pelas desigualdades no acesso a bens e serviços desmercadorizados e pela particular forma de articulação dos modos de produção de bem-estar, em que Estado e mercado são em grande medida substituídos pela família e pela comunidade (Hespanha, 2001: 190).

As tentativas de caracterizar de uma forma sistemática esta realidade, assim como as designações para o “quarto modelo”, são diversas. Leibfried e Pierson (1992) falam de um “modelo latino-mediterrânico”, caracterizado por um regime de protecção social inspirado pelo catolicismo social, em que, a par de um Estado-Providência rudimentar e residual, se mantêm velhas tradições de provisão de prestações sociais através de organizações religiosas, de prestações familiares de tipo paternalista e de caridade exercida por particulares, desempenhando o sector associativo um papel importante nessa providência não-estatal.

Maurizio Ferrera (1996), que desenvolveu uma das propostas mais marcantes, inclui Portugal (conjuntamente com a Itália, Espanha e Grécia) num “modelo social do sul”, que caracteriza por quatro traços fundamentais: 1) um sistema altamente fragmentado e corporativista, onde coexiste uma protecção generosa para alguns sectores da população com a ausência total para outros; 2) o estabelecimento de um Sistema Nacional de Saúde fundado sobre princípios universalistas; 3) uma baixa penetração do Estado na protecção social com uma complexa articulação entre actores e instituições públicas e privadas; 4) a persistência do clientelismo no acesso à protecção social do Estado⁶.

Para o autor, apesar das instituições destes países formalmente se assemelharem às dos países do modelo conservador (e católico), a “etiqueta político-social” que inspira o seu funcionamento é muito diferente. Os direitos sociais não estão

⁶ Vários factores político-institucionais explicariam as particularidades dos países da Europa do Sul. Por um lado, a fraqueza das instituições do Estado em termos de profissionalismo burocrático e de autonomia favorece neles a persistência de relações clientelares. Por outro lado, a preponderância dos partidos como principais agentes de agregação dos interesses sociais está relacionada quer com a tradicional atrofia da sociedade civil quer com os modelos específicos das instituições democráticas pós-ditadura. Finalmente, a polarização ideológica e, em particular, a presença de uma esquerda dividida e de orientação radical-maximalista complementam o quadro caracterizador.

sedimentados numa cultura política aberta e universalista, nem num estado sólido, imparcial na administração das suas regras. Pelo contrário, fundam-se numa cultura particularista e num aparelho estatal débil, ambos assentes numa lógica relacional patrão-cliente, com raízes históricas nos diferentes países (Ferrera, 1996: 29).

Na conclusão de um encontro sobre o modelo social sul-europeu, Rhodes e Palier (1997) sistematizam alguns dos seus atributos: persistência de práticas clientelares, fraqueza das estruturas estatais, importância do papel da sociedade civil (famílias e terceiro sector), papel das redes familiares para compensar as lacunas da protecção social, ausência de uma coligação de forças a favor de um Estado-Providência desenvolvido e redistributivo, disparidades políticas, culturais e de classe e presença do que designaram de “síndrome do sul”, ou seja, um ambiente marcado pela rigidez dos direitos adquiridos, pela importância dos acordos clientelares, pela ausência de consenso político e pela fragmentação das estruturas administrativas. A partir destes atributos seria possível ainda detectar os traços caracterizadores de um padrão de pobreza do sul: níveis relativamente mais baixos dos salários médios, maiores desigualdades nos rendimentos e maior dependência das famílias relativamente às transferências sociais.

Mais recentemente, Andreotti *et al.* (2001) interrogam-se sobre a existência de um modelo do Sul, explorando algumas das características de Portugal, Espanha e Itália: a aparente contradição da centralidade de um Estado fraco, a importância das redes de reciprocidade e apoio familiar e a tradicional rigidez do mercado de trabalho. Os autores chamam a atenção para os processos de transformação em curso, nos três países, desde a década de 90. Por um lado, do ponto de vista do Estado, assiste-se a uma reorganização e racionalização das políticas sociais com vista a ultrapassar a sua fragmentação, tendência que se

deve, sobretudo, a duas pressões distintas: a necessidade de restrições orçamentais ditada pela União Europeia e o crescimento de novas vulnerabilidades, que obrigam a garantir mínimos de protecção social. Por outro lado, relativamente à família, a manutenção dos modelos tradicionais parece ser mais uma questão de sobrevivência do que de escolha – na escassez de alternativas, a família é o recurso a que se pode sempre apelar. Finalmente, do ponto de vista do mercado de trabalho, a tendência é para o aumento da flexibilidade e do crescimento das formas atípicas de emprego.

Estas reformas aproximam os países do Sul do modelo continental. No entanto, o problema é a ausência de sincronia das medidas (já tomadas no mercado de trabalho, ainda em curso nas políticas sociais), que aumenta a vulnerabilidade de alguns grupos sociais. Deste modo, os autores concluem pela sobrecarga das famílias no tempo próximo (Andreotti *et al.*, 2001: 59).

Tal como a crítica feminista, estas perspectivas vêm valorizar o papel da família, praticamente esquecido por Esping-Andersen nos seus três mundos. Como afirma Claude Martin, o modelo do Sul coloca a “questão familiar” no “centro do cenário” (Martin, 1997: 150). Esta deixa de ser uma questão sectorial na análise da protecção social, considerada quando se fala de medidas estatais para proteger os indivíduos e as famílias ou de políticas de família, e passa a ser uma questão fundamental relativamente à atribuição e repartição de competências entre o público e o privado na provisão de bem-estar. Deste modo, o nosso olhar desloca-se para a centralidade da esfera privada na concepção dos dispositivos de protecção pública, para a necessidade de contar não apenas com o que se passa na economia, no trabalho e nos benefícios que ele induz, mas também com o terreno da vida familiar e o trabalho de protecção social que ela assegura (Martin, 1996b e 1997).

Millar e Warman (1996) mostram como o papel das “obrigações familiares” é determinante na configuração do perfil das políticas sociais em cada país. Segundo as autoras, nos países do Sul (Portugal, Espanha, Grécia e Itália) as obrigações familiares transcendem a família nuclear e recaem sobre a família extensa, justificando uma posição não intervencionista por parte do Estado. Como afirmam Andreotti *et al.* (2001), no modelo do sul um vasto número de riscos sociais (doença, deficiência, desemprego, etc.) é assumido como responsabilidade da família e das redes de parentesco. O Estado intervém apenas com transferências monetárias de valor reduzido.

Apesar desta realidade ser coincidente com o princípio de subsidiariedade do modelo continental, ele assume características diferentes nos dois modelos. Enquanto no modelo continental a subsidiariedade é activa, dado que as famílias são protegidas por generosas coberturas monetárias e em serviços, no modelo do sul ela não o é (Andreotti *et al.*, 2001: 50). Se no primeiro caso foi desenvolvida, há muito, uma rede de segurança, no segundo caso só recentemente começaram a ser implantados esquemas mínimos de protecção. Deste modo, a área de infraestruturas e equipamentos sociais de apoio à família e de cuidados aos dependentes apresenta graves carências.

O trabalho recente de Ian Gough e dos seus colaboradores (2004) confere outra perspectiva a esta abordagem a partir do “modelo do sul”. Os trabalhos apresentados na obra mostram como os países europeus partilham muitas das características aqui referidas com os países do hemisfério oposto, ampliando o conceito de “sul”, habitualmente utilizado nas análises de carácter eurocêntrico.

A contribuição de Armando Barrientos (2004) sobre a América Latina analisa as reformas em curso em diversos países do continente sul-americano, identificando uma passagem de um regime “conservador-informal” para um regime “liberal-informal”. O autor identifica, na sua análise, formas de articulação entre Estado,

mercado e família que se aproximam bastante dos modos de produção de bem-estar dos países do sul da Europa. Tal como nestes países, o sistema latino-americano caracterizava-se, antes das reformas, por uma forte protecção social para os trabalhadores com emprego formal e uma exclusão dos grupos mais vulneráveis e pobres. O autor sublinha a importância da família como fonte de protecção social, mas identifica as suas vulnerabilidades perante as transformações demográficas em curso e a precaridade das condições económicas actuais. Barrientos destaca a fragilidade dos mecanismos informais no enfrentamento do risco social para as famílias pobres, na ausência de protecção estatal.

Ao analisar as reformas das décadas de 80 e 90, o autor salienta as suas consequências negativas: o desemprego elevado e persistente; o aumento das desigualdades no rendimento; a persistência da pobreza, apesar do crescimento económico; a redução das coberturas de protecção social; a persistência das desigualdades no acesso à saúde e à educação. Barrientos conclui que as mudanças nos regimes de bem-estar na América Latina "resultaram num aumento do nível e da heterogeneidade do risco social" (2004: 168). Deste modo, o autor questiona a resiliência dos regimes de bem-estar de Esping-Andersen, identificando uma mudança de paradigma nos modos de produção de bem-estar, nos países latino-americanos, que coloca desafios aos modos de pensar as dinâmicas actuais do sul da Europa.

1.2 | Portugal: que modelo?

Segundo Pedro Hespanha, “qualquer tentativa de integrar Portugal numa das famílias de regimes de bem-estar propostos por Esping-Andersen causa grande desconforto” (Hespanha, 2001: 189). Para o autor três factores justificam esta aceção: a própria natureza do Estado-Providência, a combinação original entre os diferentes modos de produção de bem-estar, a condição semi-periférica da sociedade portuguesa no contexto europeu. Para Pedro Hespanha, “o problema com o Estado-Providência português resulta da sua natureza híbrida, que combina, ao mesmo tempo, corporativismo, universalismo e liberalismo, da mesma forma que a sociedade combina interesses corporativos, solidarísticos e de mercado” (Hespanha, 2001, pp. 189-190). Boaventura de Sousa Santos discutiu, também, recentemente, a integração de Portugal no “modelo do Sul” e, embora não rejeite a sua validade, chama a atenção para as especificidades da situação portuguesa (Santos, 1999; Santos e Ferreira, 2001).

Enquanto, a partir do último pós-guerra, os regimes sociais-democratas europeus, beneficiando de um período de incomparável crescimento económico, assumiam crescentemente compromissos sociais, pondo de pé o Estado-Providência, em Portugal um regime ditatorial governava um país pobre, onde a sociedade civil era obrigada a criar os seus próprios sistemas sociais de apoio.

Relativamente à produção de bem-estar, a trilogia “Deus, Pátria, Família”, que iluminou a política e a propaganda do Estado Novo, traduz-se apenas em “Deus e Família”. Sendo bastante difícil avaliar os efeitos materiais da intervenção do primeiro, é-se levado a concluir que as relações de solidariedade construídas em torno do parentesco, mas também em torno das relações de amizade e vizinhança, são as grandes responsáveis pela cobertura das necessidades sociais da maioria da população.

Da "Pátria", os indivíduos podiam, apenas, esperar algumas manifestações da benevolência do Estado Corporativo⁷. A inserção rural de grande parte da população e o apego ao modo de vida camponês, cujo ideal a propaganda do regime difundia, alimentaram sentimentos comunitários, laços de entreatajuda e de solidariedade que consolidaram uma sociedade-providência compensadora, em grande medida, do défice da cobertura social do Estado.

O desinvestimento a que foi votada tantos anos pelo regime salazarista fez com que a segurança social se tornasse, de certo modo, central nas crises finais do regime e muito particularmente na ruptura de Abril de 1974 (Guibentif, 1985; Santos, 1990). Quando, a partir de 1969, Marcelo Caetano tenta a reforma do regime, o seu objectivo é transformar o "Estado Novo" num "Estado Social". Esta tomada de posição não significa, no entanto, que tenha existido uma aproximação aos modelos de *Welfare State* dos países europeus. A lógica da "evolução na continuidade" faz com que sejam tomadas apenas algumas medidas esporádicas e hesitantes, cujo principal objectivo é melhorar a imagem social do regime. De qualquer modo, é de salientar que é sobre a égide do marcelismo que ocorre a primeira mudança do papel do Estado na organização dos cuidados de saúde, através do Decreto-Lei 413/71 de 27 de Setembro⁸, e

⁷ A organização corporativa do Estado Novo, "instrumento central da intervenção económica do regime", tinha nas *casas do povo* e nas *casas dos pescadores* os seus "instrumentos mais eficazes de redução da conflitualidade social". Estas organizações reuniam, na mesma estrutura orgânica, patrões e assalariados, respectivamente, da agricultura e da pesca, ao mesmo tempo que existia a proibição de constituição de sindicatos nestes sectores. Dirigidas pelos grandes proprietários e pelas autoridades portuárias, sob estrito controle do Instituto Nacional do Trabalho e da Previdência, as *casas do povo* e as *casas dos pescadores* representariam, para os seus associados, uma forma embrionária de assistência social, de cariz essencialmente paternalista, funcionando, sobretudo, como instrumentos da política salarial e laboral do patronato e como enquadramento político-ideológico da massa de trabalhadores rurais e piscatórios (Rosas, 1994: 278-280).

⁸ Este decreto-lei "constitui a lei orgânica do Ministério da Saúde e Assistência, criado em 1958, cujos serviços passam a ser reorganizados de acordo com novos princípios: promoção da saúde e prevenção da doença". O decreto "inaugura uma nova filosofia de protecção da saúde, apelando à intensificação das actividades de saúde pública, no sentido de ser assegurada a

que se cria, na última remodelação governamental, um Ministério da Saúde e um Ministério das Corporações e da Segurança Social, encarando-se, pela primeira vez, estes domínios como objectos autónomos de intervenção estatal e de políticas sociais.

Estas questões tornar-se-ão centrais no período que sucede à Revolução de Abril de 1974. No programa do Movimento das Forças Armadas (MFA) a política social ocupa um lugar de destaque. No comício histórico do 1º de Maio de 1974 a segunda alocução, do representante do Sindicato dos Metalúrgicos, é sobre a questão da previdência social (Guibentif, 1985: 945). Este domínio será alvo de especial atenção no programa do Primeiro Governo Provisório, que enuncia, na rubrica "Política Social", um conjunto de medidas que vão desde a criação de um salário mínimo à protecção da natureza e à valorização do meio ambiente (Leal, 1985: 927).

Boaventura de Sousa Santos afirma que durante a crise revolucionária e os dois anos que se lhe seguiram houve uma tentativa de criação de um Estado-Providência avançado, não só em termos da extensão da cobertura de riscos e da qualidade dos serviços, mas também em termos da participação democrática de grupos de cidadãos na organização desses serviços (Santos, 1993). Este período culminará com a aprovação da Constituição de 1976, onde se aponta para a criação de um Estado-Providência como forma política de transição para um Estado e uma sociedade socialistas.

As características semiperiféricas da sociedade portuguesa⁹ e a crise económica mundial contribuirão, no entanto, para que o programa social da revolução de

cobertura médico-social, sanitária e assistencial das populações, através de uma melhor integração dos serviços públicos, não dispensando contudo a iniciativa de instituições particulares" (Carapinheiro e Pinto, 1987: 73-74).

⁹ Sobre o carácter semiperiférico da sociedade portuguesa ver: Fortuna (1993), Hespanha e Reis (1992), Santos (1990) e o conjunto de trabalhos dos investigadores do Centro de Estudos Sociais

Abril fique muito aquém dos objectivos propostos. Para Boaventura de Sousa Santos, em Portugal nunca chegou a ser construído um Estado-Providência em sentido técnico, nem pelo nível de bem-estar que produz, nem pelos processos políticos que a ele conduzem.

O Estado-Providência é uma criação das sociedades capitalistas avançadas e democráticas cujo conteúdo político está para além do aumento da despesa em políticas sociais. É uma forma social e política complexa assente em quatro elementos estruturais: um pacto entre o capital e o trabalho sob a égide do Estado, com o objectivo último de compatibilizar capitalismo e democracia; uma relação constante entre acumulação e legitimação; um nível elevado de despesas em capital social (investimentos e consumos sociais); uma estrutura administrativa que regula o seu funcionamento pelos direitos sociais dos cidadãos (Santos, 1990).

Dadas as suas características de sociedade intermédia, Portugal aproxima-se mais deste modelo nuns aspectos do que noutros. No nosso país nunca existiu um pacto político semelhante ao dos países centrais: se a reforma marcelista deixou de fora os trabalhadores, a revolução esqueceu o capital e o período pós-revolucionário deparou com as limitações estruturais de uma sociedade e de uma economia semiperiféricas (Santos, 1990).

Relativamente às despesas em capital social: ao expansionismo que se fez sentir após a mudança de regime, seguiu-se uma fase de contenção de gastos, a partir de 1982/84, que impediu a aproximação de Portugal aos modelos de produção de bem-estar de base estatal que caracterizavam grande parte dos países europeus e, ainda hoje, afasta o nosso país, do ponto de vista quantitativo, da realidade europeia (Mozzicafreddo, 1997; Santos e Ferreira, 2001). Como se

pode observar no Quadro 1.1, Portugal é um dos países que menos gasta em despesas sociais em percentagem do PIB (24,3% em 2003), mantendo-se consistentemente abaixo da média europeia, ao longo do tempo.

QUADRO 1.1
Gastos Sociais. UE 15. 1995-2003 (% do PIB)

| | 1995 | 1997 | 1999 | 2001 | 2003 |
|-------------|------|------|------|------|------|
| Alemanha | 28.2 | 28.9 | 29.2 | 29.3 | 30.2 |
| Áustria | 28.9 | 28.7 | 28.8 | 28.6 | 29.5 |
| Bélgica | 28.1 | 27.9 | 27.3 | 27.7 | 29.7 |
| Dinamarca | 31.9 | 30.1 | 29.8 | 29.2 | 30.9 |
| Espanha | 22.1 | 21.2 | 20.3 | 19.4 | 19.7 |
| Finlândia | 31.4 | 29.0 | 26.6 | 25.5 | 26.9 |
| França | 30.3 | 30.4 | 29.9 | 29.5 | 30.9 |
| Grécia | 22.3 | 23.3 | 25.5 | 27.0 | 26.3 |
| Holanda | 30.9 | 29.4 | 28.0 | 26.5 | 28.1 |
| Irlanda | 18.8 | 16.4 | 14.6 | 15.0 | 16.5 |
| Itália | 24.8 | 25.5 | 25.2 | 25.6 | 26.4 |
| Luxemburgo | 23.7 | 22.8 | 21.7 | 21.3 | 23.8 |
| Portugal | 21.3 | 20.6 | 21.6 | 22.8 | 24.3 |
| Reino Unido | 28.2 | 27.5 | 26.4 | 27.5 | 26.7 |
| Suécia | 34.6 | 32.9 | 31.9 | 31.5 | 33.5 |
| UE 15 | 28.2 | 27.9 | 27.4 | 27.3 | 28.1 |

Fonte: Eurostat (2006)

Ao baixo nível de despesas do Estado no domínio social, acresce ainda a fraca abrangência e a relativa ineficácia das medidas estatais. Em 1960, só 36% da população potencialmente integrável na débil previdência social então existente era por ela abrangida; este valor aumentaria para 78% em 1970 e 87% em 1990 (Carreira, 1996). Apesar da cobertura se ter expandido ao longo das últimas décadas, isso não impediu que vastos sectores da população, e em particular aqueles que se encontravam nas margens do mercado de trabalho

formal, se mantivessem relativamente excluídos da protecção social estatal (Hespanha, Ferreira e Portugal, 1997).

Como se constata através da informação do Quadro 1.2, apesar de os gastos sociais terem crescido, o padrão de distribuição continua desequilibrado a favor das pensões e deixa poucos recursos para políticas activas em termos de emprego, habitação e exclusão social (Andreotti *et al.*, 2001). De facto, mais importante do que o baixo nível de despesas sociais é a ineficácia que as políticas públicas revelam na prevenção e erradicação da pobreza e das desigualdades sociais (André, 2005; Hespanha, 2001; Pereirinha, 1996).

QUADRO 1.2
Estrutura das despesas sociais em 1999 (%)*

| | UE (15) | PT | ES | IT | FR | A | RU | D | S |
|-------------------------|---------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Saúde | 25.5 | 29.2 | 28.3 | 22.8 | 26.8 | 27.1 | 23.8 | 19.0 | 24.9 |
| Invalidez | 7.9 | 10.5 | 7.6 | 6.0 | 5.6 | 7.5 | 9.6 | 11.8 | 11.5 |
| Velhice e sobrevivência | 44.0 | 38.1 | 44.9 | 61.8 | 41.9 | 40.6 | 44.2 | 37.0 | 38.9 |
| Família e menores | 8.1 | 4.5 | 2.0 | 3.5 | 9.3 | 10.1 | 8.5 | 12.7 | 10.4 |
| Desemprego | 6.2 | 3.3 | 12.5 | 2.1 | 7.0 | 7.1 | 3.1 | 10.8 | 8.0 |
| Habitação | 2.1 | 0.0 | 1.2 | 0.0 | 3.0 | 0.6 | 5.8 | 2.4 | 2.3 |
| Exclusão social | 1.6 | 1.5 | 0.7 | 0.1 | 1.4 | 1.9 | 0.9 | 3.6 | 2.5 |
| Administração | 3.3 | 3.7 | 2.4 | 2.6 | 4.0 | 3.4 | 3.3 | 2.8 | 1.6 |
| Outros | 1.3 | 9.1 | 0.4 | 0.9 | 1.1 | 0.0 | 0.8 | 0.0 | 0.0 |
| % do PIB | 27.5 | 22.9 | 20.0 | 25.3 | 30.3 | 29.6 | 26.6 | 29.4 | 32.9 |

*As diferenças, relativamente ao Quadro anterior, devem-se às fontes utilizadas

Fonte: European Commission (2002)

No entanto, se, comparativamente, uma das características significativas do Estado-Providência em Portugal é o baixo nível das despesas públicas totais, parece ser ainda mais característica da situação portuguesa a maior importância atribuída às transferências correntes para os particulares, às

compensações remuneratórias indirectas, aos subsídios e às medidas de isenção fiscal, em detrimento da consolidação de uma estrutura material de bens e equipamentos, capaz de prestar serviços eficazes às populações (Mozzicafreddo, 1992 e 1997).

Esta característica representa uma enorme sobrecarga para as famílias e, especialmente, para as mulheres, sobre quem recai a maior parte do trabalho de “criar e cuidar”. Na sua discussão sobre a sociedade-providência, Boaventura de Sousa Santos alertou para os custos pesados que esta tinha para as mulheres (Santos, 1993), elemento largamente confirmado por diversas pesquisas empíricas. Todos os estudos realizados em Portugal revelam enormes desigualdades na repartição do trabalho não remunerado no interior da família. Quer se trate de tarefas domésticas, de cuidados das crianças ou dos idosos, quer se fale do tipo e número de tarefas, ou número de horas de trabalho, a balança é sempre desfavorável às mulheres (Hespanha, 1993; Perista, 2002; Portugal, 1995; Torres e Silva, 1998).

A situação das mulheres

A situação das mulheres é uma das principais especificidades do nosso país, e um dado que desafia a reflexão sobre os regimes de bem-estar. Como acima se referiu, as autoras feministas deixaram claro, há muito, que a configuração do Estado-Providência é crucial para a cidadania das mulheres. Numa revisão dos trabalhos sobre esta temática, Julia O'Connor (1996) constata que a experiência das mulheres como cidadãs, trabalhadoras, esposas e mães pode ser mais ou menos negativa, ou positiva, consoante o perfil do Estado e das políticas públicas. Se este princípio geral se aplica, sem dúvida, à análise do caso português, o mesmo já não se pode dizer das conclusões que, em geral, se retiram do estudo de casos concretos de regimes de bem-estar. Se a realidade

portuguesa está longe do modelo social-democrata de provisão estatal, e da independência que ele promove, e próximo do modelo do sul, quando se fala da subsidiariedade do Estado e de centralidade da família, está também longe dos seus congéneres do sul quando olhamos para a participação das mulheres no mercado de trabalho. Como se pode observar no Quadro 1.3, as taxas de actividade feminina no nosso país são muito distantes das da Itália, Espanha ou Grécia¹⁰.

QUADRO 1.3
Taxas de actividade feminina em diferentes países europeus, 2003

| Países | Taxa de actividade feminina (%) |
|---------------|--|
| Alemanha | 58,8 |
| Áustria | 62,8 |
| Bélgica | 51,8 |
| Dinamarca | 70,5 |
| Espanha | 46 |
| Finlândia | 65,7 |
| França | 56,7 |
| Grécia | 43,9 |
| Holanda | 65,8 |
| Irlanda | 55,8 |
| Itália | 42,7 |
| Luxemburgo | 47,3 |
| Portugal | 60,6 |
| Reino Unido | 65,3 |
| Suécia | 71,5 |
| EU15 | 56 |

Fonte: Eurostat (2003)

¹⁰ De sublinhar, ainda, que as taxas de actividade feminina em Portugal traduzem trabalho a tempo inteiro, ao contrário do que acontece na maior parte dos países da Europa.

Como mostraram os trabalhos pioneiros de Virgínia Ferreira sobre a segregação sexual do emprego (Ferreira, 1993 e 2003), a inserção das mulheres portuguesas no mercado de trabalho apresenta características que lhe conferem diversas especificidades no contexto europeu. Apesar da segregação evidente do mercado de trabalho português – as mulheres têm taxas de actividade inferiores às dos homens, sofrem mais o desemprego, inserem-se nos sectores com mais baixas remunerações, ocupam os postos de trabalho menos qualificados, têm salários mais baixos, trabalham por períodos mais curtos, etc. – a autora constata que as diferenças entre as forças de trabalho feminina e masculina são mais atenuadas em Portugal do que em países europeus mais desenvolvidos. Virgínia Ferreira mostra como a debilidade económica do país e o carácter fortemente intervencionista do Estado, a elevada fragmentação e rigidez da estrutura social e a grande flexibilidade dos agregados familiares na alocação dos recursos dos seus membros se conjugam, na sociedade portuguesa, de molde a atenuarem a divisão sexual do trabalho, fazendo com que ocorram elevados níveis de actividade económica feminina e padrões de menor segregação sexual da estrutura sectorial e ocupacional do emprego.

Deste modo, se os elevados valores da taxa de actividade feminina conferem destaque à situação portuguesa, o que a torna mais inédita são as características desse trabalho e das mulheres que o desempenham: trabalho a tempo inteiro, de mulheres casadas e com filhos em idade pré-escolar (ver Quadro 1.4), trabalho esse desenvolvido num contexto de grande debilidade dos apoios estatais. A excepcionalidade de Portugal configura-se em torno de um triângulo com três vértices: a escassez de equipamentos sociais de apoio à família, a responsabilidade das mulheres pelo trabalho de reprodução familiar e a sua elevada participação no mercado de emprego formal e informal.

QUADRO 1.4

Taxa de actividade das mães trabalhadoras, por idade da criança mais nova, em diferentes países da Europa, em 2002¹¹

| Países | Mães de crianças < 3 anos | Mães de crianças 3-5 anos | Mães de crianças 6-14 anos |
|-------------|---------------------------|---------------------------|----------------------------|
| Bélgica | 70.4 | 67.4 | 68.6 |
| Dinamarca | 71.4 | 77.5 | 79.1 |
| Alemanha | 56.0 | 58.1 | 64.3 |
| Grécia | 47.9 | 50.9 | 53.5 |
| Espanha | 51.7 | 50.3 | 47.7 |
| França | 66.2 | 63.2 | 67.5 |
| Irlanda | 51.1 | 52.3 | 51.1 |
| Itália | 54.4 | 51.7 | 49.4 |
| Luxemburgo | 70.6 | 63.1 | 58.2 |
| Holanda | 74.2 | 68.2 | 70.1 |
| Áustria | 80.1 | 70.3 | 69.8 |
| Portugal | 75.3 | 81.9 | 76.3 |
| Finlândia | 32.2 | 74.7 | 85.3 |
| Reino Unido | 57.2 | 56.9 | 67.0 |
| Suécia | 72.9 | 82.5 | 77.4 |

Fonte: OCDE (2006)

Uma tentativa de enquadrar Portugal no esquema proposto por Jane Lewis (2001), reproduzido no Quadro 1.5, mostra como o modelo que melhor retrata a situação portuguesa é o Modelo 5 – o Modelo da Dupla Carreira, onde dificilmente podemos inserir os outros países do sul, que apresentam taxas de actividade feminina muito inferiores. Deste modo, olhando a coluna da direita da proposta de Lewis, levantam-se as seguintes questões: quem garante a provisão de cuidados em Portugal? Qual é o papel do Estado? Qual é o papel da família? E do mercado? E do terceiro sector?

¹¹ Cf. nota 10.

QUADRO 1.5

Modelo de Lewis sobre padrões de cuidados e de trabalho masculino e feminino

| | |
|---|--|
| 1. Modelo <i>Male-Breadwinner</i> Homem trabalhador TI | Mulher prestadora de cuidados TI |
| 2. Duplo <i>Breadwinner</i> Modelo 1 Homem trabalhador TI, mulher trabalhadora temporariamente TP | Cuidados prestados pelas mulheres e família |
| 3. Duplo <i>Breadwinner</i> Modelo 2 Homem trabalhador TI, mulher trabalhadora TP | Cuidados prestados sobretudo pela família , também Estado, Terceiro Sector e mercado |
| 4. Duplo <i>Breadwinner</i> Modelo 3 Homem trabalhador TP, mulher trabalhadora TP | Cuidados prestados pelo homem e pela mulher |
| 5. Modelo da Dupla Carreira Homem trabalhador TI, mulher trabalhadora TI | Cuidados prestados pelo mercado e também família, Estado e Terceiro Sector |
| 6. Modelo Monoparental (<i>Single-Earner</i>) Mulher trabalhadora TI ou TP, ou mãe dependente de prestações sociais | Cuidados prestados pela mãe, ou pela mãe, a família e o Estado |

Fonte: Lewis (2001:157)

TI=tempo inteiro; TP= tempo parcial

Recentemente, Lina Coelho (2005), ao analisar a participação das mulheres portuguesas no mercado de trabalho e a conciliação da vida familiar com a vida profissional, depara-se, também, com a “exceção portuguesa” e a “incomodidade analítica” de classificar Portugal num dos mundos de bem-estar e, especificamente, no modelo do sul (Coelho, 2005: 5).

Partindo do retrato estatístico de homens e mulheres na União Europeia, realizado pelo Eurostat, a autora sistematiza as diferenças e as semelhanças de Portugal relativamente à União Europeia e aos países do Sul quanto ao emprego, à família e às medidas de conciliação entre vida familiar e profissional. Diferindo da média da UE, Portugal partilha com o sul os níveis reduzidos de emprego a tempo parcial, o elevado auto-emprego, a dimensão alargada da família, a saída

tardia da casa parental, o tempo elevado que homens e mulheres entre os 50 e os 64 anos dispõem para tomar conta de crianças. O país está perto da União Europeia, e difere do sul, na elevada taxa de actividade feminina, nas taxas de divórcio, na percentagem de filhos fora do casamento. Finalmente, difere significativamente de todos os países no que respeita ao emprego – nos níveis elevados de emprego das mães com filhos pequenos, das mulheres pouco escolarizadas, das mulheres mais velhas, nos níveis, também elevados, de emprego na agricultura e na indústria têxtil.

Nas remunerações do trabalho, Portugal apresenta um *ratio* remuneratório, entre homens e mulheres, muito elevado no sector público e muito baixo no sector privado, o pior *ratio* remuneratório da indústria transformadora no contexto da UE, o melhor *ratio* no escalão etário 20-29 anos, a maior participação das mulheres no decil de remunerações mais elevado e o maior diferencial salarial entre licenciadas e mulheres com baixa escolaridade.

Relativamente à família, Portugal diverge na elevada taxa de nupcialidade (apenas semelhante à da Dinamarca), na precocidade da idade do casamento, na percentagem de adolescentes grávidas, na reduzida participação dos homens nos cuidados das crianças, no tempo que homens e mulheres do escalão 20-49 anos dispõem para cuidar das crianças (o menor da Europa, conjuntamente com a Grécia). Finalmente, relativamente às medidas de conciliação da vida familiar com a vida profissional, o nosso país distingue-se pelas características da licença de maternidade (paga a 100%) e pela cobertura de equipamentos sociais para as crianças menores de três anos (acima dos valores do sul, mas muito abaixo dos valores dos países nórdicos).

A realidade portuguesa desafia, assim, as ideias em torno dos três, ou quatro, mundos de bem-estar¹². A situação das mulheres portuguesas não se aproxima do modelo social-democrata, que garante emprego e apoio social, e afasta-se do modelo do sul, que não promove nem emprego nem protecção estatal. Deste modo, a articulação Estado-mercado-família, tal como ela é vista, quer pelas teorias *mainstream*, quer pelas feministas, é questionada. Por um lado, em Portugal, não só o Estado não garante a desmercadorização das mulheres, como contribui para a sua mercadorização, enquanto grande empregador da mão-de-obra feminina. Por outro lado, nem o Estado nem o mercado contribuem para a desfamiliarização, dado que nem as políticas sociais, nem a integração no mercado de trabalho permitem a autonomização face às relações familiares na produção de bem-estar e satisfação das necessidades individuais.

O familismo das políticas sociais

Como tem sido sublinhado pelas teorias feministas, a provisão de cuidados para a população dependente tem sido dominada por ideologias concorrentes, que definem o perfil dos regimes de bem-estar: o familismo e o colectivismo (O'Connor, 1996). A primeira defende que a família deve ser a principal responsável pela prestação de cuidados. Esta concepção assenta em dois princípios fundamentais: o de que a família é uma unidade privada, cujo funcionamento interno é sacrossanto; o da divisão sexual do trabalho na esfera pública e privada, sendo os homens os provedores das necessidades económicas e as mulheres as responsáveis pelo trabalho de cuidado. A segunda

¹² A especificidade da situação portuguesa revela-se nas análises sobre os “mundos de bem-estar” de diferentes formas: desde a sua invisibilidade nos trabalhos de Esping-Andersen (1990, 2002), à sua inclusão no modelo do Sul, sem a atenção devida aos indicadores divergentes (Moreno e Crespo, 2005), e ainda ao destaque da sua situação excepcional (Flaquer, 2000; Orloff, 2002).

ideologia, o colectivismo, defende a responsabilidade colectiva pelo cuidado dos elementos mais frágeis e dependentes. Esta concepção implica a tomada a cargo do trabalho de cuidado por parte da colectividade, com base nos princípios da liberdade de escolha e da responsabilidade para os prestadores e para os receptores de cuidados, bem como, a segurança económica para as pessoas dependentes e um compromisso com a igualdade sexual.

Em Portugal, podemos afirmar que a primeira ideologia – o familismo – tem sido predominante na configuração das políticas sociais. A família é o alvo privilegiado do discurso político na área social e continua a ser uma unidade de referência fundamental quando se fala de políticas públicas.

Esta realidade é de algum modo surpreendente se compararmos a nossa situação com a situação da Espanha, onde a ditadura também se alimentava de uma forte ideologia familista. Celia Valiente (1996) mostra como o baixo investimento na área da família em Espanha se deve a uma ruptura clara com a herança franquista de uma política familiar, fortemente natalista e anti-feminista. Em Espanha as prestações degradaram-se, o investimento na área é praticamente inexistente¹³, mas estas características da intervenção estatal correspondem a uma tomada de posição do regime democrático, que estabeleceu uma ruptura com o passado recusando qualquer programa político nesta matéria.

Em Portugal a realidade é bastante distinta. Nunca houve uma ruptura clara com a ideologia familista do passado, muito pelo contrário, tem havido uma continuidade e uma persistência desta ideologia nas políticas públicas. Tal como em Espanha, o investimento estatal na política familiar é diminuto; contudo, o investimento simbólico neste domínio é bastante forte e atravessa o discurso

¹³ Ver, atrás, Quadro 1.2 e, adiante, Quadro 1.6.

político de diferentes governos. A análise dos programas governamentais, da legislação produzida e das medidas tomadas na área das políticas de família desde 1974 mostra como a família continua a ser alvo de um forte investimento retórico e, simultaneamente, objecto de escassa protecção social¹⁴.

Defendo que, em rigor, não podemos falar da existência de políticas de família no nosso país. Apesar de a Constituição Portuguesa consagrar a obrigação de o Estado “definir e executar uma política de família com carácter global e integrado”¹⁵, não se pode dizer que, até ao momento, este princípio tenha sido concretizado nas práticas de governação. Os processos de concepção e formulação das políticas sociais não definem transversalmente os objectivos a atingir para as famílias. No interior dos poderes públicos, não existem meios humanos, financeiros, administrativos com autonomia institucional e organizacional orientados para esta problemática. Na sociedade civil, não existem formas de actividade social que “construam” as políticas no terreno: grupos profissionais, instituições, peritos, grupos de pressão, etc.. No plano das representações, não parece existir o reconhecimento social da necessidade de uma intervenção pública na vida das famílias, com objectivos sociais.

Deste modo, não podemos analisar a “política familiar” em Portugal, mas apenas olhar as políticas sociais do ponto-de-vista da “questão familiar”, ou então falar de “políticas de família implícitas”, como referem alguns autores (Barbier, 1996). As medidas de política social a favor das famílias abrangem desde os benefícios fiscais, às prestações familiares, às leis que favorecem a conciliação entre trabalho e família, à criação de infraestruturas para apoiar os cuidados com os

¹⁴ Para um aprofundamento desta questão cf. Portugal (2000a, 2000b e 2002).

¹⁵ Todos os textos constitucionais incluem referências à questão familiar. A Constituição de 1976 consagra nos seus artigos 67º e 68º o dever de o Estado assegurar a protecção da família e do exercício da maternidade. As revisões constitucionais realizadas até ao momento mantiveram ambos os artigos.

dependentes (crianças, idosos e deficientes), à legislação sobre o casamento, o divórcio, as uniões de facto, a contracepção, o aborto, etc..

Quais são então as características da acção do Estado no domínio da “questão familiar”? Uma investigação sobre esta matéria implica uma análise, por um lado, dos discursos político e jurídico sobre a questão, por outro lado, dos actores envolvidos na promoção das políticas e, finalmente, da acção concreta do Estado relativamente à provisão de serviços e infraestruturas de apoio às famílias e de transferências monetárias para os cidadãos.

O trabalho que realizei permite chegar a várias conclusões. Em primeiro lugar, existe uma profunda contradição entre o forte investimento simbólico na família enquanto alvo de políticas sociais e a efectiva intervenção estatal neste domínio. Em segundo lugar, a escassez de acção manifesta-se de diversos modos: na legislação, nas transferências monetárias, nos equipamentos sociais. Em terceiro lugar, existe uma continuidade nos actores envolvidos na produção das políticas, com um peso preponderante dos sectores mais conservadores.

Do ponto de vista legislativo, a produção na área da família é diminuta e sobretudo de carácter regulamentar e de emanção governamental ou ministerial. A maioria da legislação sobre esta matéria é composta por decretos-lei de origem ministerial e, maioritariamente, por portarias, decretos regulamentares e despachos normativos que estabelecem as condições de aplicação da legislação. A intervenção legislativa da Assembleia da República tem sido escassa. As principais peças legislativas formulam propostas de uma forma vaga, sem estabelecer prioridades, metas a atingir ou medidas concretas a executar, e carecem de regulamentação para a sua implantação no terreno¹⁶.

¹⁶ Tomem-se como exemplo, nos últimos anos, o *Plano para uma Política Global de Família* (1999), do governo socialista de António Guterres e os *100 Compromissos para uma Política de Família*

Relativamente às transferências monetárias, se considerarmos especificamente as chamadas prestações familiares¹⁷, há que destacar vários factores: em primeiro lugar, como se pode ver no Quadro 1.6, o baixo investimento que o Estado português faz neste domínio no conjunto das políticas sociais; em segundo lugar, o seu baixo valor pecuniário¹⁸ e, conseqüentemente, o reduzido impacto nos orçamentos familiares¹⁹; em terceiro lugar, o princípio de selectividade que foi recentemente introduzido na sua atribuição. As prestações familiares foram os primeiros benefícios sociais em que o princípio da selectividade foi introduzido no nosso sistema de protecção social. Na segunda metade da década de 90, durante os governos socialistas, estas prestações passaram a ser escalonadas em função do rendimento das famílias²⁰, e, mais recentemente, durante o governo da Aliança Democrática, o princípio da selectividade foi reforçado, excluindo do direito à sua atribuição as famílias que possuam um rendimento superior a cinco vezes o salário mínimo nacional²¹. Esta ruptura com o princípio da universalidade é tanto mais problemática quanto a avaliação dos objectivos que as medidas se propunham (favorecer as famílias de mais baixos rendimentos e as famílias

(2004), do governo da Aliança Democrática de Durão Barroso.

¹⁷ Que incluem actualmente o "Abono de família para crianças e jovens" e o "Subsídio de funeral" (Decreto-Lei 176/2003), a "Bonificação por deficiência" do abono, o "Subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial", o "Subsídio mensal vitalício" e o "Subsídio por assistência de terceira pessoa" (Decreto-Lei 133-b/97).

¹⁸ Em 2005 (Portaria nº 183/2005) o montante máximo do Abono de Família para Crianças e Jovens (para uma família com rendimentos iguais ou inferiores a metade do salário mínimo) era de 120 euros para crianças com menos de 12 meses, e de 30 euros para crianças com idade superior. O valor do Subsídio de Bonificação por Deficiência era de 52,34 euros até aos 14 anos, 76,22 euros dos 14 aos 18 anos e de 102,04 dos 18 aos 24 anos. O Subsídio de Assistência de 3ª Pessoa era de 77,77 euros. O Subsídio de Funeral era 191,87 euros e, finalmente, o Subsídio Mensal Vitalício 155,53 euros.

¹⁹ Apesar de estudos sobre populações pobres mostrarem que para algumas famílias estas são a sua única fonte de rendimento monetário (Hespanha *et al.*, 2000).

²⁰ Decreto-Lei 133-B/97.

²¹ Decreto-Lei 176/2003.

numerosas) parece apontar para um impacto muito reduzido, quer em termos dos orçamentos familiares, quer em termos de justiça social (Wall, 2004: 7).

Quanto à rede de equipamentos sociais de apoio, quer se fale dos cuidados às crianças, aos idosos ou aos deficientes, dois traços caracterizam o modelo português: a insuficiência de infraestruturas e serviços face às necessidades das populações e a transferência de responsabilidades estatais para a sociedade civil.

QUADRO 1.6
Prestações familiares em 2000

| Países | % PIB | % no total de prestações |
|---------------|--------------|---------------------------------|
| Bélgica | 2,0 | 7,7 |
| Dinamarca | 1,1 | 4,0 |
| Alemanha | 2,1 | 7,5 |
| Grécia | 1,0 | 3,8 |
| Espanha | 0,2 | 0,9 |
| França | 2,0 | 7,0 |
| Irlanda | 1,5 | 11,2 |
| Itália | 0,5 | 2,0 |
| Luxemburgo | 2,6 | 12,9 |
| Holanda | 0,8 | 2,9 |
| Áustria | 2,3 | 8,2 |
| Portugal | 0,5 | 2,7 |
| Finlândia | 1,4 | 5,8 |
| Reino Unido | 1,4 | 5,5 |
| Suécia | 1,0 | 3,2 |
| UE 15 | 1,4 | 5,5 |

Fonte: European Commission (2002)

QUADRO 1.7
Taxas de cobertura dos equipamentos
de guarda de crianças. UE 15* (2002)

| Países | 0-3 | 3-5 |
|---------------|------------|------------|
| Alemanha | 8.5 | 89.8 |
| Áustria | 8.8 | 81.6 |
| Bélgica | 28.3 | 100.0 |
| Dinamarca | 68.0 | 94.0 |
| Espanha | 12.1 | 99.0 |
| Finlândia | 28.6 | 62.1 |
| França | 32.0 | 100.0 |
| Holanda | 25.0 | 82.5** |
| Itália | 7.0 | 98.0 |
| Luxemburgo | 10.0 | .. |
| Portugal | 21.5 | 70.6 |
| Reino Unido | 10.8 | 29.4 |
| Suécia | 73.0 | 76.7 |

*dados não disponíveis para a Grécia e a Irlanda

**dados de 2001

.. dados não disponíveis

Fonte: Eurostat (2005)

Como se pode ver no Quadro 1.7, as taxas de cobertura dos equipamentos de cuidados infantis são bastante reduzidas. Bastantes progressos foram realizados nos últimos anos relativamente à guarda das crianças em idade pré-escolar (3-5 anos)²², mas os equipamentos disponíveis para o escalão dos zero aos três anos continuam a ser francamente insuficientes, se tivermos em conta as taxas de actividade feminina apresentadas no Quadro 1.4²³. O mesmo se pode dizer

²² A educação pré-escolar foi assumida como uma prioridade pelo governo socialista de António Guterres que, em 1997, estabeleceu como objectivo para o ano 2000 uma cobertura de 90% para as crianças de 5 anos, 75% para as de 4 anos e 60% para as de 3 anos (Wall, 2004: 13).

²³ O levantamento dos equipamentos sociais, realizado pelo Ministério da Segurança Social, desde 1998, constata, para o ano 2000, uma sobrelotação das creches existentes (Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança, 2003).

relativamente aos cuidados dos idosos²⁴, cujo problema é cada vez mais preocupante, dado o acentuado envelhecimento da população portuguesa.

Outro dado relevante para caracterizar as políticas públicas neste domínio é que o crescimento dos equipamentos e serviços de apoio à família não tem sido suportado pelo investimento estatal. O Estado tem evitado a provisão directa deste tipo de serviços e recorrido, de uma forma sistemática, à iniciativa privada e, sobretudo, ao terceiro sector²⁵. Como consequência, as organizações do terceiro sector têm as suas actividades fortemente condicionadas pela necessidade de resposta ao fornecimento de serviços tradicionais à família (creches, jardins de infância, lares de idosos, etc.), em detrimento do desenvolvimento de outras actividades voltadas para a comunidade e a luta contra a pobreza e exclusão (Ferreira, S., 2000).

Relativamente aos actores envolvidos na produção das políticas, uma análise das diferentes estruturas organizativas criadas ao longo do tempo para definir as políticas de família, sejam elas de carácter consultivo ou executivo, mostra como grande parte dos protagonistas envolvidos permanecem apesar das alternâncias partidárias. A análise destas estruturas revela, por um lado, um grande peso das instituições privadas de solidariedade social e, por outro lado, a importância primordial da Igreja Católica, através da intervenção quer dos membros do

²⁴ Os objectivos propostos para 2002, no Plano Nacional de Acção para a Inclusão, relativamente ao apoio domiciliário de idosos não foram concretizados e o seu cumprimento foi mesmo abandonado, tendo sido substituídos por “objectivos mais modestos” (Wall, 2004: 13).

²⁵ Em 2003, o já referido levantamento dos equipamentos sociais, realizado pelo Ministério da Segurança Social, constata que 75% dos equipamentos sociais existentes no país pertencem a instituições não lucrativas, 67,4% das quais IPSS (Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança, 2003).

clero, quer de personagens proeminentes em diferentes áreas com ligações estreitas à Igreja Católica²⁶.

O peso da doutrina católica na configuração do regime conservador de Esping-Andersen tem sido sublinhado pelo próprio (Esping-Andersen, 1996), e por outros autores (Borchorst, 1996; O'Connor, 1996). Anne Borchorst (1996) mostra como a doutrina social da Igreja Católica é, ainda hoje, avessa a modelos mais avançados de Estado-Providência, defendendo o princípio da subsidiariedade e uma hierarquia das esferas sociais com base nesse princípio – é à família que cabe, em primeiro lugar, cuidar dos dependentes. A autora reconhece que, actualmente, esta doutrina não é decisiva na relação de forças entre Estado-mercado-família que define as políticas sociais do regime conservador, no entanto, o familismo que dela resulta está fortemente enraizado no sistema (Borchorst, 1996: 32-35).

Esta conclusão parece aplicar-se inteiramente ao caso português. A doutrina social da Igreja Católica é, ainda hoje, fundamental para perceber o tipo de discurso que é produzido sobre a família. Sem dúvida, como acima foi sublinhado, devido aos actores que o protagonizam, quer o discurso político, quer o discurso legislativo revelam uma visão extremamente conservadora, uma visão tradicional do que é a família e do que são as suas funções. Nalgumas áreas o discurso político é mesmo um discurso profundamente moralista sobre o que é a família e o que ela deve ser. A definição de família que perpassa a maior parte dos textos nesta matéria é uma definição essencialista, uma definição

²⁶ O papel preponderante da Igreja Católica na definição das políticas familiares ficou claro num estudo que realizei sobre as comemorações do Ano Internacional da Família no nosso país. Esta pesquisa mostrou como o evento em análise teve na Igreja, e não no Estado, o seu principal promotor (Portugal, 2001).

naturalista de família que integra muito pouco daquilo que é a actual realidade familiar e as actuais mudanças na família (Portugal, 2000a, 2000b e 2002)²⁷.

A “questão familiar” é um domínio que revela os paradoxos das nossas estruturas sociais e do nosso sistema político e o modo como eles se inscrevem nas políticas públicas, conferindo-lhes aspectos contraditórios. Se, por um lado, temos uma forte inscrição do pensamento conservador, de matriz católica, no discurso e na acção política dos sucessivos governos, de direita e de esquerda²⁸, por outro lado, temos uma tradição de pensamento de esquerda, herdeira da revolução, que recusa a família como unidade de intervenção política. Deste ponto de vista, a família é uma esfera de opressão, geradora de dependência e limitadora da autonomia e liberdade individuais. Consequentemente, o Estado deve olhar, não para esta unidade social, mas sim para os cidadãos, enquanto sujeitos individuais²⁹. Para esta esquerda, se os direitos das mulheres, das crianças, dos idosos estiverem garantidos não é preciso pensar e agir politicamente sobre a família. A centralidade da política do trabalhador, em detrimento da política familiar, na configuração das políticas públicas, em Portugal, deve-se, sobretudo à intervenção dos partidos de esquerda e ao seu peso no período pós-revolucionário.

²⁷ Numa análise sobre a emergência das novas formas de família, em Portugal e na Grécia, e das respostas das políticas sociais nestes países, Carlos e Maratou-Alipranti (2000) chegam à mesma conclusão, referindo os desajustamentos das políticas de famílias e, especificamente, das prestações familiares, às novas realidades da vida familiar.

²⁸ Se o familismo é uma constante nos governos de direita, ele manifesta-se à esquerda, de um modo mais evidente, nos governos socialistas de António Guterres, que sempre assumiu o catolicismo como elemento estruturador da sua prática política.

²⁹ Esta é, tradicionalmente, a posição do Partido Comunista Português e, mais recentemente, do Bloco de Esquerda. Vejam-se as intervenções dos representantes destes dois partidos no Seminário “População, Família, Saúde e Direitos Reprodutivos”, organizado pela APF (Associação para o Planeamento da Família) em Janeiro de 2002. A intervenção de Miguel Vale de Almeida (representante do BE) está publicada na Revista da Associação (Vale de Almeida, 2002).

A coexistência destas duas dinâmicas antagónicas, cujo equilíbrio de forças se joga no terreno social e político, de diversas formas, desde a revolução, explica, em grande medida, o perfil da intervenção do Estado na “questão familiar”. Só num país onde uma Igreja Católica conservadora, com uma enorme implantação nas estruturas sociais e actores políticos colocados em domínios chave da intervenção pública, coexiste com um sistema político herdeiro de uma revolução de carácter socialista, seria possível existir um sistema legislativo onde se encontram uma das leis mais avançadas no domínio da protecção das uniões de facto e uma lei do aborto que permite que as mulheres sejam julgadas criminalmente pela sua prática.

Como mostra Karin Wall (1995), as definições de família e de obrigações familiares subjacentes ao sistema de benefícios sociais têm sofrido várias transformações, desde o sistema corporativo de protecção social até ao momento presente. No sistema corporativo apenas o emprego em certos sectores, os laços familiares legítimos e a dependência do “chefe de família” asseguravam o acesso às regalias sociais. Hoje, apesar de o emprego continuar a ser fundamental para aceder aos benefícios, por um lado, são cada vez mais contempladas situações não contributivas e, por outro lado, a definição de família que subjaz ao sistema assenta numa concepção igualitária das relações entre os cônjuges e entre pais e filhos (Wall, 1995).

No entanto, as medidas tomadas na área da família têm caído “nas armadilhas de acreditar na igualdade formal numa sociedade sem igualdade real” (Ferreira, 1998: 176). As políticas sociais assumem a igualdade entre os sexos tal como ela é estabelecida na lei, esquecendo que na realidade homens e mulheres têm diferentes responsabilidades na esfera doméstica. Ao fazê-lo, não só não têm

integrado a promoção da igualdade, como, por vezes, têm contribuído para reforçar desigualdades e práticas sociais tradicionais no interior das famílias³⁰.

Deste modo, e recorrendo mais uma vez ao modelo de Jane Lewis, a realidade portuguesa parece configurar um regime de “dupla carreira”, assente numa ideologia de um regime “*male-breadwinner*”. As mulheres estão maioritariamente inseridas no mercado de trabalho. A legislação estabelece direitos e benefícios sociais iguais para trabalhadores, homens ou mulheres. No entanto, o Estado não fornece aos indivíduos os meios necessários para assegurar as exigências da vida familiar e persiste uma ideologia familista, na qual a família prevalece como principal provedora.

³⁰ A Lei da Protecção da Maternidade e da Paternidade continua a ser um exemplo desta tendência, apesar das sucessivas alterações no sentido de garantir mais direitos aos homens.

2

A DÁDIVA, A FAMÍLIA E AS REDES SOCIAIS

Introdução

Recentemente, num texto desafiador, Boaventura de Sousa Santos fala da necessidade de uma sociologia das ausências que revele que “o que não existe é, na verdade, activamente produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe” (Santos, 2003: 743). Como se viu no capítulo anterior, o pensamento sobre a produção de bem-estar ocultou, durante muito tempo, a importância dos sistemas informais de protecção social. O interesse analítico surge, hoje, ligado aos interesses económicos e políticos relacionados com a crise do Estado-Providência. Numa época de retracção das políticas sociais, as abordagens passam necessariamente a ter que contemplar outras esferas de produção de bem-estar para além do Estado (Bonoli, George e

Taylor-Gooby, 2004: 28). A crise traz para o centro dos debates políticos e sociais a questão da partilha de responsabilidades entre as solidariedades públicas e privadas e, como tal, a (re)descoberta da importância da família como esfera de protecção social.

Neste capítulo discutem-se os contributos teóricos que permitem desvendar os contornos destes “outros” modos de produzir bem-estar. Parto da discussão do estatuto da dádiva nas sociedades contemporâneas. A perenidade do sistema de dom tem sido ocultada por duas tendências hegemónicas: a das teorias utilitaristas, no pensamento académico, a do Estado, na protecção social. O sistema estatal tem um tipo específico de relação com o sistema de dom. Por um lado, muitos serviços anteriormente prestados pelas redes pessoais ou de caridade foram assumidos pelo Estado. Por outro lado, este (ao contrário do mercado) não nega o altruísmo: recebe, organiza, reparte e distribui em nome da solidariedade; solidariedade mais extensa do que a das redes primárias, mais justa do que a dos sistemas de caridade. O desenvolvimento do Estado-Providência foi, por esse motivo, visto como um substituto feliz do dom, diminuindo a injustiça e a desigualdade e repondo a dignidade dos beneficiados. Deste modo, alguns autores viram na providência estatal a forma moderna da dádiva, cujas formas tradicionais se tornariam cada vez mais residuais.

Nesta pesquisa pretende-se contrariar estas perspectivas. Em primeiro lugar, defende-se que sistema estatal e sistema de dádiva não são sinónimos e fundam-se em princípios diferentes. Em segundo lugar, procura-se demonstrar a vitalidade do dom face às deficiências do sistema estatal. Partindo da hipótese central de que o espaço doméstico é o lugar de base do dom, o local onde ele é vivido com maior intensidade e onde é realizada a sua aprendizagem¹,

¹ Sobre as características do espaço doméstico como espaço estruturante das relações sociais cf.

pretende-se identificar, a partir da família, os vínculos sociais que alimentam o sistema de dádiva e analisar as lógicas que regem a sua acção.

O texto deste capítulo divide-se em três pontos principais: no primeiro ponto, discuto o sistema de dádiva e a sua articulação com outras formas de circulação de bens e serviços; no segundo ponto, contraponho as teses que defendem a erosão das solidariedades familiares às teses que defendem a sua vitalidade, sublinhando o relevo dos estudos que, nas últimas décadas, têm demonstrado a importância das relações familiares a nível afectivo e instrumental; no terceiro ponto, uso as contribuições da teoria das redes para enquadrar a família num quadro mais vasto de estruturas relacionais. A abordagem, a partir desta perspectiva, permite analisar o modo como os indivíduos são condicionados pelos contextos sociais em que se inserem, mas também, o modo como eles os usam e modificam consoante os seus interesses.

Um dos contributos principais da teoria das redes prende-se com o reconhecimento dos efeitos de padrões particulares de relações. Deste modo, resulta que as estruturas relacionais e as trocas que se estabelecem no interior das redes sociais apontam para a importância da criação e utilização do capital social no acesso aos recursos e na produção de bem-estar. É com esta discussão que o capítulo encerra.

2.1 | A dádiva

Existe uma ideia generalizada de que a dádiva desapareceu das sociedades contemporâneas e cedeu o seu lugar ao cálculo racional e à troca mercantil. À medida que o individualismo ganha peso, a generosidade perde-se e é substituída pelo cálculo egoísta. Se, por um lado, se lamenta estas tendências, por outro, valoriza-se algumas das conquistas: o Estado-Providência apresenta-se como um substituto feliz da dádiva: ninguém se lamenta que a esmola e a caridade sejam substituídas por um sistema mais justo de segurança social. Se as sociedades contemporâneas resistem a acreditar na existência do dom é porque o representam como a imagem contrária do interesse material e egoísta: a “verdadeira” dádiva é gratuita; como a gratuidade é impossível, a verdadeira dádiva é impossível.

A perspectiva adoptada nesta investigação contraria esta versão, afirmando a centralidade do dom nas sociedades modernas. Fazendo uso de algumas das hipóteses dos autores do movimento MAUSS, defende-se que existe nas sociedades modernas, como nas sociedades arcaicas, um modo de circulação dos bens que difere intrinsecamente daquele que é analisado pelos economistas. Um sistema de dádiva que serve para estabelecer e alimentar relações sociais.

O movimento MAUSS – *Moviment Anti-Utilitariste en Sciences Sociales* – fundado em 1981, tem, como explica Alain Caillé, na sua apresentação ao público brasileiro, “um sentido negativo e outro positivo”. O sentido negativo prende-se com a recusa do utilitarismo, a ideologia hegemónica da modernidade. O sentido positivo procura a reflexão, a partir das ideias de Marcel Mauss sobre o dom (Caillé, 2003:16).² O Movimento publica a *Revue du MAUSS*³, uma revista

² Para uma interessante análise dos contributos do movimento MAUSS para a teoria sociológica, cf. Martins (2005).

“ao mesmo tempo de Sociologia, de Antropologia, de Economia e de Filosofia Política, buscando um compromisso político, ético, humano e existencial e recusando qualquer separação entre tais áreas” (Caillé, 2003: 16).

O MAUSS reúne uma série de investigadores de áreas diversas⁴, e tem, hoje, como principais protagonistas Alain Caillé (director da revista) e Jacques Godbout. O movimento surgiu como reacção à hegemonia do economicismo nas ciências sociais que se instalara durante a década de 70. O pequeno grupo de cientistas francófonos que esteve na origem do MAUSS (Alain Caillé, Gérald Berthoud, Ahmet Insel, Serge Latouche, Paulette Taieb) procurava alternativas ao pensamento utilitarista. Este assumia diferentes formas – “teoria da escolha racional”, “individualismo metodológico”, “nova história económica”, “novo institucionalismo” – para afirmar “o mesmo”: “a relação social não é outra coisa senão uma relação de mercado e os indivíduos não são outra coisa senão mercadores, calculistas, que tudo compram e vendem, inclusive as relações” (Caillé, 2003:18).

Os autores do MAUSS rejeitaram estes raciocínios dominantes, recusando-se a aceitar o *homo economicus* como concepção do indivíduo e o mercado como princípio estruturador da sociedade. Deste modo, procuraram argumentos que lhes permitissem construir uma visão alternativa do mundo. Esses argumentos foram-lhes dados pela obra de Marcel Mauss, sobretudo pelas ideias contidas no *Ensaio sobre a dádiva*. Esta obra contém a “descoberta” (a designação é de Caillé) crucial para o movimento MAUSS: a de uma certa universalidade, nas

³ Quando da sua fundação, em 1981, o Movimento publicava o *Bullettin du MAUSS*, tendo-lhe sucedido *La Revue du MAUSS* e, finalmente, na actualidade, *La Revue du MAUSS semestrielle*.

⁴ Em nota de pé de página, na obra em que sistematiza a sua reflexão sobre o dom, Alain Caillé identifica o “núcleo duro” do MAUSS: Gérald Berthoud, Jacques T. Godbout, Serge Latouche, Ahmet Insel, Paul Jorion, Mark Anspach, Philippe Rospabé, Guy Nicolas, Anne-Marie Fixot, Jean-Luc Boilleau, Pascal Combeballe, Philippe Chanial, Camille Tarot, Jean-Louis Laville, Jacques Dewitte (Caillé, 2000: 14).

sociedades arcaicas, da tríplice obrigação de dar, receber e retribuir. O dom apresenta-se, para Mauss, como um “fenómeno social total”. Mesmo efectuada por indivíduos singulares, a dádiva diz respeito ao conjunto das dimensões da acção e repercute-se em toda a sociedade. Para além da sua dimensão utilitária, ela é, essencialmente, simbólica. Não só os dons são símbolos, como os símbolos devem ser entendidos como dons. Deste modo, “o paradigma do dom pode ser compreendido igualmente como um paradigma do simbolismo” (Caillé, 2000: 125)⁵.

A perspectiva a partir da dádiva permite superar uma limitação usual nas ciências sociais: a separação da análise das coisas da análise dos laços. Tradicionalmente, analisa-se, por um lado, o que circula, do ponto de vista económico-social, do mercado (ou da redistribuição estatal) e, por outro lado, os laços sociais, a partir de um ponto de vista simbólico e relacional (ou psicológico). Os dois aspectos estão separados. É mesmo possível afirmar que esta separação faz parte do ideal da modernidade: de um lado, a dimensão material, do outro, a dimensão afectiva. O estudo da sociedade a partir do dom considera esta separação “uma projecção ideológica” (Godbout, 2000: 14). A perspectiva a partir da dádiva obriga a juntar os dois pontos de vista, superando a ruptura entre as relações sociais e o seu conteúdo. O objecto de estudo – o que circula – pertence ao mundo económico-social, mas a questão que se coloca – a sua relação com o laço social – resulta duma aproximação simbólico-relacional: “o objecto é económico-social, mas o ponto de vista simbólico-relacional” (Godbout, 2000: 14).

⁵ Os contributos de Pierre Bourdieu sobre a economia dos bens simbólicos aproximam-se bastante destas posições (Bourdieu, 1997). No entanto, o fascínio do autor pelo campo económico e pela linguagem da Economia parece colocá-lo, à partida, no campo oposto ao do Movimento MAUSS.

Para Alain Caillé, esta abordagem, desenvolvida pelos elementos do MAUSS e por outros autores a partir do pensamento de Mauss, constitui um novo paradigma nas ciências sociais, uma alternativa aos dois paradigmas dominantes: o individualismo e o holismo⁶, que se apoiam sobre teorias monodimensionais e reducionistas da acção social. O primeiro defende que todas as acções, regras ou instituições derivam dos cálculos, mais ou menos, conscientes e racionais, efectuados pelos indivíduos. O holismo (em qualquer das suas versões: culturalismo, funcionalismo, estruturalismo), pelo contrário, defende que a acção individual se limita a expressar uma totalidade que lhe preexiste e que aparece, assim, como única realidade.

À luz de qualquer destes dois paradigmas a dádiva é incompreensível. No primeiro, dissolve-se no “interesse”, no segundo na “obrigação”. O paradigma da dádiva não nega a existência de nenhum destes dois momentos – da individualidade ou da totalidade – mas recusa-se a tomá-los como dados. Partindo da interrelação generalizada entre as pessoas, e perguntando-se como se engendram, concreta e historicamente, os dois momentos opostos, faz do dom (do símbolo, do político) o operador privilegiado, específico, da criação do laço social. O paradigma da dádiva reconhece a força dos interesses e a efectividade da obrigação, mas serve-se da dialéctica para pensar estes elementos no quadro de uma teoria pluridimensional e paradoxal da acção que, segundo Caillé, é claramente apresentada na obra de Mauss (Caillé, 2000: 125-126).

Marcel Mauss, em *Ensaio sobre a Dádiva* (1988), afirmou a centralidade da dádiva nas sociedades arcaicas. No entanto, teve dificuldade em reconhecer

⁶ Esclarecedoramente, o título da obra de Alan Caillé, que inclui a maioria dos seus textos publicados na Revista do MAUSS e sintetiza o seu pensamento sobre a dádiva, intitula-se “O terceiro paradigma” – *Anthropologie du don. Le tiers paradigme* (Caillé, 2000).

que a sua existência nas sociedades modernas fosse além do estatuto de manifestação residual do passado. Penso, no entanto, tal como os autores do MAUSS, que “o dom é tão moderno e contemporâneo como característico das sociedades arcaicas” (Godbout, 1992: 20). A ideia que aqui se defende é a de que fenómenos como a oferta de prendas, a prestação de cuidados às crianças, aos idosos e aos doentes, os convites para festas e a hospitalidade, o voluntariado, a doação de sangue e de órgãos constituem formas de troca social que não são hoje residuais nem quantitativamente (dada a sua frequência no quotidiano) nem qualitativamente (dada a sua importância na vida dos indivíduos). Adopta-se, nesta tese, a definição de dádiva proposta por Godbout em *L’Esprit du don* (1992), e que Caillé retoma na sua obra já citada (2000): “toda a prestação de bem ou serviço efectuada sem garantia de retorno, com vista a criar, alimentar ou recriar o vínculo social entre as pessoas” (Caillé, 2000: 124; Godbout, 1992: 32). Assume-se como objectivo ver como o dom, assim caracterizado, como modo de circulação dos bens ao serviço do laço social, constitui um elemento essencial da sociedade.

A perenidade da dádiva não resulta apenas da necessidade de trazer um “suplemento de alma” aos interesses mercantis e estatais, mas testemunha o “facto de o dom, ele próprio, tal como o mercado e o Estado, formar um sistema” (Godbout, 1992: 21), sistema de relações sociais, propriamente ditas, enquanto relações não redutíveis a interesses económicos ou de poder.

Como se caracteriza então esta forma específica de relação social? Partindo das reflexões de Mauss sobre o dom nas sociedades arcaicas, e tentando confrontá-las com a realidade actual, é possível apontar alguns traços distintivos do fenómeno da dádiva e do modo como opera nas sociedades contemporâneas.

A literatura sobre o assunto começa por fazer, em geral, uma caracterização pela negativa: a dádiva opõe-se à troca mercantil. Nesta, cada interveniente negoceia a quantidade e qualidade dos objectos que entram na transacção, cada um sabe exactamente o que esperar da troca, sendo o objectivo maximizar as vantagens da sua posição. Por contraste, na dádiva a quantidade e a qualidade das prestações não são fixadas por uma negociação explícita, mas antes por um código implícito de honra e generosidade que penaliza socialmente aqueles que lhe fogem.

Mauss reconhece a presença desta distinção entre dom e troca mercantil nas sociedades arcaicas, sublinhando que o primeiro é dominante e a segunda secundária. Ao contrário do que pretendiam as mitologias liberais, afirma Mauss que “foram as nossas sociedades ocidentais que, muito recentemente, fizeram do homem um «animal económico». (...) O *homo economicus* não está para trás, está sim na nossa frente; como o homem da moral e do dever, como o homem da ciência e da razão. O homem foi durante muito tempo outra coisa; e não há muito tempo que ele é uma máquina, uma complicada máquina de calcular” (Mauss, 1988: 197-198)⁷.

O facto de o dom ser diferente da troca mercantil não implica que seja gratuito. É verdade que “o dom gratuito não existe” (Bourdieu, 1997: 124), o dom serve para estabelecer relações; uma relação sem esperança de retorno, uma relação de sentido único, não é uma relação. Mas o dom também não se reduz à expectativa de retribuição, tal como a corrente utilitarista defende: “os móveis do dom estão relacionados entre si de uma maneira profundamente paradoxal” (Caillé, 2000: 10). Interesse e desinteresse, liberdade e obrigação alimentam a

⁷ Polanyi é outro dos autores que sublinhará o carácter excepcional da modernidade no que diz respeito à economia: em todas as sociedades os factos a que chamamos “económicos” estão imbricados no tecido social, só a modernidade os isolou criando um sistema autónomo (Polanyi, 1957).

dádiva e o vínculo social que ela estabelece. Se a regra fundamental é a reciprocidade, ela não se processa numa lógica binária de dádiva e retribuição. Ao aceitar uma dádiva – “muito obrigado” – o receptor passa a ter obrigações para com o dador. O dom instala entre os parceiros um estado de dívida que se torna permanente à medida que se constrói um ciclo de dom e contra-dom. Ao contrário do mercado que se rege pela anulação da dívida, a dádiva funda-se sobre ela (Godbout, 2000)⁸. É necessário pensar a dádiva não como uma série de actos unilaterais e descontínuos, mas como relação: “o dom não é uma coisa mas uma relação social” (Godbout, 1992: 15).

A expectativa de retribuição e a retribuição estão sempre presentes; no entanto, tendem a ser ocultadas – “muito obrigado”; “não é nada”. Não só se escondem as verdadeiras regras como se enunciam outras que tendem a negar a lógica existente⁹. Esta foi uma das observações que Mauss fez para as sociedades arcaicas: onde o investigador vê interesse e obrigação, o discurso dos actores é o da voluntariedade e generosidade. A relação do dom com as regras afasta-o do paradigma holista (tal como do modelo individualista). Na realidade os elementos de um sistema de dádiva têm uma relação particular com as regras. Em primeiro lugar, “as regras do dom devem ser implícitas” (Godbout, 2000: 159). Em segundo lugar, existe uma tendência generalizada para os actores negarem a obediência a um sistema de regras num gesto de dádiva. A “verdadeira” dádiva é aquela que não tem como objectivo conformar-se com uma convenção social ou uma regra, mas sim exprimir o laço com o outro.

Deste modo, a tendência é de negar a importância do próprio dom (Godbout, 2000: 159). O dever da reciprocidade não é nomeado de modo a conservar um

⁸ Godbout (2000) desenvolve o conceito de “dívida positiva” para caracterizar a relação que se estabelece através do dom, e que difere do conceito de reciprocidade. Para uma aplicação deste conceito cf., adiante, Capítulo 11.

⁹ Bourdieu fala de “tabu da explicitação” (1997: 124).

risco no contra-dom, uma incerteza e indeterminação. O doador age deste modo para ficar o mais longe possível do compromisso contratual que tem a propriedade de obrigar o outro, independentemente dos seus sentimentos. O objectivo é deixar o outro livre de retribuir ou não, de “calcular” o que deve retribuir, quando o deve fazer, etc., de modo a “obrigar mas livremente” (Godbout, 1992: 264).

Assim, uma das características fundamentais da dádiva é o seu carácter simultaneamente livre e obrigatório. Os interlocutores são simultaneamente livres e constrangidos a dar, receber e retribuir. A relação de dom estabelece-se a partir duma situação onde nada existe a não ser indivíduos separados que, enquanto tal, seguem apenas o seu próprio interesse. Quando surge uma dádiva cria-se um sentimento de obrigação, o indivíduo é livre para o assumir ou para o recusar, recorrendo, por exemplo, a um contra-dom monetário que recoloca a situação no ponto de partida. Ao assumir a obrigação de retribuir estabelece-se uma relação, no interior da qual a dádiva circula como forma de alimentar e recriar o vínculo estabelecido.

Segundo a expressão de Mauss, o dom, nas sociedades arcaicas, apresenta-se como um “sistema de prestações totais”: trocam-se não apenas bens materiais, mas, também, “amabilidades, festins, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, cujo mercado não é senão um dos seus momentos e em que a circulação das riquezas mais não é do que um dos termos de um contrato muito mais geral e muito mais permanente” (Mauss, 1988: 56). Toda a vida social é pontuada por ocasiões de troca de dádivas, em que solidariedades recíprocas são verificadas, enfraquecidas ou reforçadas. Nestas trocas múltiplas intervêm cálculos de interesse e prestígio, honra, aliança, influência, mas também crenças religiosas, magia, feitiçaria, ou seja, todo o sistema simbólico.

Os circuitos da dádiva têm uma função fundamental nas sociedades arcaicas: constituem um recurso fundamental de solidariedade criada e recriada com base na interacção face-a-face. Um traço fundamental da dádiva tem a ver com a própria natureza destas sociedades: são sociedades de interconhecimento, donde as partes que compõem os circuitos do dom se conhecem pessoalmente.

Finalmente, uma última característica do dom, fundamental para a análise que se pretende realizar nesta pesquisa: os intervenientes nos circuitos que acima se descrevem não são indivíduos, mas colectividades – tribos, clãs, famílias. A hipótese que aqui se pretende verificar, defendida por Godbout em *L'Esprit du don* (pp.206-210), é a de que na modernidade a dádiva tem a sua “esfera natural” na intimidade, não se desenvolve entre grupos, mas entre indivíduos. As relações de dom constroem uma rede de únicos: a dádiva serve para lembrar a cada um que ele é único numa rede composta por outros seres singulares. É por isso que no dom moderno a pessoa a quem se destina o presente é o principal factor da sua escolha. Na modernidade, o dom feito a um indivíduo “serve para o individualizar *da* sociedade e não para reforçar a sua individualização *na* sociedade, como no dom arcaico” (Godbout, 1992: 208).

A natureza do vínculo social criado pela dádiva moderna parece, pois, ser distinta da do dom arcaico. Nas sociedades contemporâneas, a dádiva cria um vínculo social de solidariedade selectiva, construída com base em princípios de afectividade e afinidade, que se encontram em permanente construção e reconstrução¹⁰. Fora da rigidez relacional e espacial das sociedades arcaicas, os indivíduos possuem uma autonomia maior na escolha dos seus círculos de

¹⁰ Para uma análise do modo como, no quotidiano, são construídas as solidariedades primárias ver Nunes (1992b).

pertença e na definição das suas obrigações práticas e morais. Deste ponto de vista, o dom moderno é muito mais livre que o dom arcaico.

Dádiva e caridade

O sistema da dádiva distingue-se, claramente, dos sistemas caritativo e estatal e tem um papel bastante distinto do destes, nas sociedades modernas. Ao sistema caritativo falta um traço essencial da dádiva: a reciprocidade. A esmola à porta da Igreja ou os bens doados a instituições de beneficência têm em comum o facto de o seu dador nunca receber qualquer retribuição do alvo da sua generosidade. São as crenças religiosas que colmatam o déficite do circuito: a dádiva aos mais desfavorecidos é retribuída sob as mais diversas formas de graça divina. Na lógica cristã, que alimenta a maioria da caridade desde a Idade Média, o “verdadeiro” dom não espera qualquer retribuição, é um dom-sacrifício que não espera nada do seu semelhante, apenas pode aspirar a uma compensação de ordem divina – “dá ao próximo e recebe de Deus”.

É importante distinguir os actos de caridade praticados por um indivíduo isolado e a acção desenvolvida pelas instituições de caridade. Ao dar uma esmola, realizando uma prestação directa, de pessoa a pessoa, quem dá transgride uma regra fundamental das formas de dom em situação de face a face: a da reciprocidade. Por isso, muitas vezes a esmola se revela tão desagradável para quem dá como para quem recebe. Como afirma André Petitat (1991), a caridade institucionalizada contorna esta dificuldade, interpondo uma instituição entre dador e receptor, estabelecendo entre ambos, simultaneamente, um vínculo e um écran.

Na sua análise da caridade cristã, Petitat distingue dois circuitos de circulação da dádiva, cujo elo de ligação é a instituição de caridade: o circuito dadores-

instituição e o circuito instituição-receptores. No primeiro, os contributos comportam dádivas em dinheiro, em géneros, em prestações de serviços; a retribuição é mais complexa: "quem dá aos pobres, empresta a Deus". Por isso, ao dar aos mais desfavorecidos o benfeitor torna-se credor de Deus e pode esperar em troca o perdão e a graça divinos. A retribuição transcendental é completada por prestações da própria instituição (serviços, reconhecimento público) e da comunidade, sob a forma de prestígio.

O circuito instituição-receptores também não se equilibra sem recurso a uma ordem transcendental: a instituição presta serviços aos mais desfavorecidos (pobres, doentes, orfãos, etc.) e em troca recebe as graças divinas, o reconhecimento dos beneficiados e da comunidade. Estes dois circuitos não podem funcionar um sem o outro, formam uma unidade na comunidade de ricos e pobres, de "Deus e dos homens". A instituição de caridade vem solidificar uma comunidade que é apenas em parte uma comunidade face a face, assegurando uma regulação entre ricos e pobres, regulação assente em crenças religiosas e dirigida para a estabilidade e legitimação da ordem social. Este duplo circuito em torno das instituições de caridade é "uma solução para um duplo problema, o da assimetria irreduzível e da reciprocidade impossível entre ricos e pobres" (Petitat, 1991: 54).

Seguindo ainda de perto a análise de Petitat, quais são então as semelhanças e diferenças entre os sistemas caritativos e a dádiva tal como Mauss a estudou nas sociedades arcaicas? Em primeiro lugar, o dom caritativo continua a opôr-se à troca mercantil, de base monetária. No entanto, a caridade, simultaneamente, une e separa dadores e receptores, introduz um anonimato radicalmente distinto da personalização comunitária, adaptado às sociedades modernas, urbanizadas e mercantis. A solidariedade estabelecida por via caritativa já não tem por base as alianças e relações personalizadas, imbricadas na reciprocidade, sendo

anónima e construída em torno da mediação institucional e religiosa. O aparecimento de uma mediação institucional no circuito da dádiva tende a individualizar os participantes; continuam a existir grupos dadores (empresas, associações), mas a generosidade passa a ser sobretudo uma questão individual; no outro extremo os receptores são também, cada vez mais indivíduos (Petitat, 1991: 55-56).

O duplo circuito descrito por Petitat, tal como o próprio afirma, continua a ser um “sistema de prestações totais” no sentido atribuído por Mauss, dado que implica simultaneamente bens materiais e simbólicos e se insere num conjunto de crenças e representações sobre a sociedade. Conserva também o seu carácter simultaneamente livre e obrigatório; apesar de não existir obrigação de retribuir, a moral cristã encoraja o rico a fazer caridade e o pobre a mendigar.

Apesar de ter algumas afinidades com a dádiva, o sistema caritativo não é um sistema de dom. A caridade é a única fonte de protecção para aqueles que estão excluídos do vínculo social. Os beneficiários da caridade alheia não usufruem nem da protecção estatal, que lhes seria garantida pelo exercício pleno dos seus direitos de cidadania, nem das malhas protectoras das redes de solidariedade, fundadas em laços de parentesco, amizade ou vizinhança. O sistema caritativo, longe de colmatar esta situação de exclusão, reprodu-la. A solidariedade anónima exercida através da caridade não permite, àqueles que dela beneficiam, a inserção no vínculo social.

Dádiva e sistema estatal

Alguns autores viram na providência estatal a forma moderna da dádiva. Esta é, aliás, uma herança teórica do próprio Mauss que, na conclusão do seu *Ensaio*, vê nos sistemas de segurança social ocidentais o prolongamento das formas

arcaicas da dádiva. Nesta linha de pensamento, uma das discussões mais interessantes sobre a relação da dádiva com o Estado-Providência foi a realizada por Richard Titmuss na obra *The Gift Relationship* (1971). Partindo duma análise sobre a doação de sangue em diferentes países, o autor interroga-se sobre “a medida em que os instrumentos específicos da política pública encorajam, alimentam ou destroem a expressão individual do altruísmo e a preocupação pelas necessidades dos outros” (Titmuss, 1971: 13). Titmuss retoma as ideias de Mauss para defender a tese de que a intervenção estatal estimula as relações sociais de tipo altruísta, ao fazer apelo à solidariedade entre desconhecidos, forma superior de dom, inexistente nas sociedades arcaicas.

Nesta pesquisa conserva-se a ideia fundamental de Titmuss do dom a estranhos como específica da modernidade¹¹, mas, utilizando os argumentos de Godbout, discute-se a atribuição deste gesto ao Estado: o Estado cria relações entre desconhecidos, diferentes do mercado, mas, igualmente, diferentes do dom. O que aqui se pretende demonstrar é que a dádiva não se confunde com a acção estatal, antes constitui um universo diverso, que se rege por princípios muito diferentes dos que sustentam a intervenção do Estado.

Os atributos que Titmuss enuncia para definir o acto de doar sangue como um acto altruísta colocam-no muito longe da definição de dom que se assumiu como ponto de partida neste texto. A dádiva de sangue “toma lugar em situações impessoais”, em que “o recipiente é na maioria dos casos desconhecido do dador” e onde não há lugar para “expressões pessoais de gratidão ou outros sentimentos”; para o dador “não existe a certeza de uma dádiva correspondente em troca, presente ou futura” (Titmuss, 1971: 74). A dádiva de sangue coloca, pois, em causa as relações estabelecidas entre dom e laços sociais: o dom tem por base relações comunitárias, supõe reciprocidade e

¹¹ Godbout (2000) e Caillé (2000) defendem a mesma perspectiva.

proximidade social; a dádiva de sangue é unilateral, sem retribuição e feita a desconhecidos. Na doação de sangue está-se muito longe duma relação de base comunitária dado que, como afirma Titmuss, é apenas graças ao anonimato que o sistema funciona (Titmuss, 1971: 75): não é possível imaginar um sistema mais afastado da sociabilidade primária essencial ao fenómeno do dom ou mais afastado das descrições habituais do dom nas sociedades arcaicas¹².

Da definição “clássica” de dom encontra-se, na dádiva de sangue, apenas o gesto inicial do dador, voluntário e “gratuito”. Uma vez realizada a dádiva, o sangue é tomado a cargo pelo sistema público, que interpõe entre dador e receptor uma série de intermediários remunerados; quem recebe o sangue vê apenas um produto necessário à doença, fornecido graças a uma organização burocrática – “para o receptor o sangue faz parte de um sistema anónimo de circulação entre estranhos” (Godbout, 1992: 78), daí a ausência de qualquer sentimento de gratidão ou reconhecimento.

A hipótese que pretendo defender é a avançada por Godbout de que mesmo que o Estado tenha por vezes relações estreitas com o dom, os dois constituem universos distintos, que repousam sobre princípios diferentes. Mais: não só a providência estatal não é sinónimo de dádiva, como o pensavam Mauss e Titmuss, como, por vezes, o sistema público pode ter efeitos negativos sobre o dom.

As transferências monetárias realizadas pelo Estado podem, num primeiro momento, beneficiar as redes primárias, libertando-as de algumas obrigações. No entanto, quando o Estado assume o seu papel de prestador de serviços os efeitos perversos podem surgir. Durante os anos dourados do Estado-Providência, o aparelho estatal teve tendência a ignorar a providência produzida pela

¹² Titmuss reconhece, aliás, esta distância (Titmuss, 1971: 239)

comunidade e pela família, negando a realidade da dívida ou considerando-a como residual e destinada à extinção, acreditando que podia substituir todas as formas tradicionais de provisão de bem-estar. A crise levou o Estado-Providência a bastante mais moderação e modéstia, não apenas quanto à amplitude do seu papel, mas também quanto à qualidade das suas intervenções, de tal modo que hoje admite a importância, e reclama a intervenção, dos apoios informais para o desempenho de funções que tomou como suas.

O Estado reconhece, hoje, a importância da dívida por razões técnicas, mas, também, por razões políticas. A reformulação do papel do Estado na protecção social joga-se, actualmente, na sua relação com o mercado. O predomínio do modelo neo-liberal e da subsequente sujeição do político aos interesses económicos leva o Estado a redefinir as suas relações com a sociedade civil. Como mostra Pedro Hespanha, a fragilização dos direitos sociais nas sociedades capitalistas avançadas deve-se, em grande medida, à incapacidade dos Estados contrariarem os efeitos da globalização e regularem as suas economias. Gera-se, deste modo, um hiato cada vez maior entre os padrões económicos e os padrões sociais, promovendo as forças de mercado à custa das políticas e instituições de protecção social que são vistas como um obstáculo à maximização dos lucros (Hespanha, 2001: 175 e ss.). Este modelo configura um processo lento e difuso de erosão dos direitos sociais que Boaventura de Sousa Santos chamaria de "globalização de baixa intensidade" (2001: 90-93).

Se o Estado reconhece hoje a importância da sociedade civil na provisão de bem-estar, isso não significa que a sua intervenção tenha a mesma lógica das redes com as quais estabelece relações. Como aqui se pretende demonstrar, os dois sistemas funcionam segundo lógicas distintas. A construção do Estado moderno implicou a ruptura com a tradição, a desvalorização das solidariedades primárias em troca duma solidariedade abstracta, a substituição da dívida

interpessoal pelo pagamento de impostos. Mas um dom “imposto” não é um dom. Se a dádiva se alimenta de liberdade, generosidade e voluntariedade, a providência estatal alimenta-se de imposição e constrangimento. Contrariamente ao que afirma Titmuss, a tomada a cargo de programas sociais pelo Estado (sem deixar de ser desejável por outras razões como a justiça) não estimula necessariamente as “disposições altruístas” do indivíduo; pelo contrário, o Estado pode quebrar as redes de dom e estimular comportamentos individualistas ou tecnocráticos (Godbout, 1992).

A tomada a cargo pelo Estado de funções desempenhadas pelas redes primárias pode incentivar os indivíduos a abandonar as suas obrigações sociais. Pagar impostos torna-se numa forma de ser solidário com todos e com ninguém, ou seja, sem estabelecer e/ou alimentar qualquer vínculo social. Albert Hirschman (1970) distingue entre *exit*, *voice* e *loyalty* para caracterizar as esferas do mercado, do Estado e do espaço doméstico. O princípio que define o mercado – *exit* – é a possibilidade de sair da relação social; a esfera política é regida pela discussão e pelo debate – *voice* – e, finalmente, a lealdade (*loyalty*) constitui o princípio básico da esfera doméstica. O que o Estado-Providência parece fazer no momento em que se torna prestador de serviços é prolongar para a esfera doméstica a capacidade de *exit* definidora da esfera mercantil¹³.

Como mostra claramente Boaventura de Sousa Santos, através do seu mapa de estrutura-acção das sociedades capitalistas (Santos, 1994 e 2000), as esferas do Estado, do mercado e da família são guiadas por formas diferenciadas de poder, de direito e de conhecimento, que possuem dinâmicas autónomas, mas articuladas entre si. O moderno sistema estatal de providência não é um sistema

¹³ A análise de Polanyi sobre os efeitos do mercado e da liberdade contratual nos laços primários aponta exactamente neste sentido: “as organizações não contratuais de parentesco, vizinhança, profissão e credo são liquidadas” (Polanyi, 1957: 163)

de dom nem um seu complemento, como pensavam Mauss e Titmuss. Os dois assentam em princípios diferentes (Godbout, 1992; Santos, 1993): o dom é um sistema livre, enquanto o Estado desenvolve obrigações automáticas para os cidadãos; o Estado tem horror à diferença, fonte potencial de desigualdades, o dom alimenta-se dela – de afinidades, vínculos privilegiados e personalizados; o Estado tem dificuldade em lidar com as diferenças pessoais, o dom encontra nelas a sua fonte de dinamismo (Godbout, 1992).

Interessa a esta pesquisa perceber as dinâmicas destas diferenças e das suas inter-relações. Parte-se da família, enquanto esfera, por excelência, do sistema de dádiva (Caillé, 2000; Godbout, 2000) para questionar a configuração do nosso regime de bem-estar. Pretende-se identificar os vínculos sociais que alimentam o sistema de dádiva, analisar as lógicas da sua acção e conexões com outras formas de produção de bem-estar. Procura-se uma reflexão sobre as diferentes formas do laço social na nossa sociedade que permita avaliar as relações entre o público e o privado, o individual e o colectivo. Assim, no ponto que se segue, começa-se por discutir a problemática da erosão das redes familiares e da importância das relações de parentesco na provisão das necessidades sociais dos indivíduos.

2.2 | A família

A ideia do "declínio da família" que alimentou grande parte da teoria sociológica da família desde o pós-guerra sedimentou-se sobretudo em três linhas (Pitrou, 1987). A primeira tem a ver com a discussão em torno das pressões exercidas pelo sistema económico sobre a estrutura familiar em função das necessidades do desenvolvimento industrial: a decadência das unidades económicas de base familiar, quer agrícolas quer artesanais, que alimentavam /

eram alimentadas por laços de solidariedade entre parentes em linha vertical e horizontal; a migração para os centros urbanos industrializados que pulverizou a família alargada e centrou as formas de habitação na família nuclear.

A segunda centra-se nas interrogações em torno das novas tendências da nupcialidade e divorcialidade: os laços conjugais tornaram-se mais efémeros, mais precários, os divórcios e os recasamentos complexificaram as redes de filiação, e, conseqüentemente, de lealdade e solidariedade.

Finalmente, uma terceira linha de discussão inscreve-se numa perspectiva macrossocial. Deste ponto de vista, o enfraquecimento das solidariedades familiares tem o seu fundamento na necessidade que as sociedades industriais têm de controlar a sua reprodução e evitar a cristalização de solidariedades de classe e contestações através duma intervenção activa dos poderes económicos e políticos na esfera familiar. Esta terceira linha de trabalhos surge, em grande medida, na sequência das teses de Foucault, mais directamente aplicados à questão familiar por Jacques Donzelot (1977 e 2005).

Esta perspectiva sublinha que, desde o início do desenvolvimento das formas de intervenção estatal, ao "cuidar" estiveram sempre aliados o "vigiar" e o "punir" e coloca a ênfase no modo como o Estado substitui o patronato no controlo sobre os trabalhadores, contribuindo para a "normalização" da vida familiar através da acção dos organismos assistenciais. Interferir no domínio do privado para melhor controlar a socialização e o comportamento dos indivíduos pressupõe que a comunidade seja capaz de fornecer os bens e serviços que anteriormente eram assegurados pela família. Deste modo, os serviços prestados pela esfera pública "do berço até à morte" tornam inúteis as redes de auxílio informal, enfraquecendo a capacidade de auto-gestão familiar e servindo, deste modo, os interesses de controlo social de reprodução.

No entanto, esta tese sobre a ingerência do Estado na esfera doméstica parece ter algumas limitações na sua aplicação empírica. Por um lado, o exercício de controlo dos poderes públicos através dos serviços que são dispensados às populações tem deparado com algumas resistências no interior das próprias famílias, que se manifestam, por exemplo, no facto de os beneficiários potenciais desses serviços preferirem, na maioria das vezes, a assistência e o ambiente familiares (Hespanha, M., 1993; Mennessier, 1985; Portugal, 1995). Por outro lado, o próprio Estado tem recuado na extensão das suas políticas sociais. E, finalmente, apesar da intervenção pública nestes domínios, as solidariedades familiares continuam a persistir e a desempenhar um papel fundamental na provisão das necessidades individuais e na prestação de cuidados. É esta última linha de argumentação que se pretende explorar de seguida.

A desintegração dos laços de parentesco e a perda de importância da família alargada como unidade económica e providencial foi vista, muitas vezes, como uma condição estrutural dos modelos de desenvolvimento económico das sociedades modernas. Sem dúvida, nesta linha de discussão, a contribuição mais marcante e, hoje, mais contestada, foi a de Talcott Parsons. Partindo da análise da classe média americana, Parsons contrói uma teoria geral da família e da sua relação com o conjunto da sociedade, em que apresenta um modelo familiar moderno particularmente adaptado à economia industrial na medida em que facilita a mobilidade laboral, socializa as crianças e constitui uma fonte de suporte emocional para os adultos numa sociedade competitiva e impessoal (Parsons, 1971; Parsons e Bales, 1955).

O autor parte da caracterização das sociedades tradicionais enquanto sociedades estruturadas em torno de unidades alargadas de parentesco, que cumprem funções económicas, políticas, educativas, para defender que, à medida que as sociedades evoluem, as instituições económicas, políticas,

educativas, religiosas e culturais emergem como independentes das estruturas de parentesco e assumem muitas das funções até aí desempenhadas pelas unidades familiares.

Para Parsons, no entanto, esta “perda” de funções não significa que a família se tenha tornado uma instituição débil e sem importância; pelo contrário, a família moderna desempenha duas funções fundamentais para as sociedades industriais: a socialização das crianças e o suporte emocional dos adultos. O autor vê a mudança nos papéis da família como parte de um processo evolutivo de diferenciação estrutural, no qual a família passa de unidade multifuncional (servindo múltiplas necessidades sociais) a unidade especializada na realização de determinadas funções (*functionally-specific*).

Parsons caracteriza a família moderna como uma unidade nuclear estruturalmente isolada. Do seu ponto de vista, a transição para a modernidade implica a quebra dos laços alargados de parentesco e a emergência de um modelo familiar onde o núcleo conjugal se torna o centro das obrigações em detrimento da filiação de cada um dos cônjuges. Este modelo emergiu não só porque o grupo de parentesco perdeu a sua importância como unidade económica, mas porque os imperativos e valores da sociedade industrial são incompatíveis com a manutenção de lealdades e solidariedades familiares. O isolamento da família nuclear é, pois, para Parsons, uma resposta às necessidades das modernas economias industriais.

A teoria de Parsons sobre o desenvolvimento da família moderna acaba por ser uma versão funcionalista de uma corrente clássica que analisa a transição das sociedades tradicionais para a modernidade, análise na qual os processos de industrialização e urbanização estão associados às grandes mudanças nas

formas e papéis da família¹⁴. Esta é, aliás, a linha seguida pelos primeiros sociólogos que estudam a família como, por exemplo, Frédéric Le Play, que contrasta a família nuclear, assente na sucessão igualitária e no casamento fora da casa paterna, com a família patriarcal, em que os filhos ficam a residir com os pais mesmo quando casados, e com a família-tronco (*famille-souche*), em que o pai escolhe um herdeiro privilegiado, que uma vez casado fica a residir na casa dos pais. O modelo nuclear representa para Le Play uma decomposição das formas "estáveis" do Antigo Regime, consolidadas nos restantes modelos.

Quer a tradicional teoria sociológica da família no seu conjunto, quer o seu expoente, concretizado no modelo parsoniano, foram alvo de inúmeras críticas. No que diz respeito à perspectiva de Parsons, quatro linhas da sua argumentação foram postas em causa¹⁵: a) a descrição dos tempos, natureza e evolução da mudança das estruturas familiares; b) a ideia da funcionalidade do "seu" modelo familiar para as economias modernas; c) o modo como vê a divisão sexual de papéis no interior da família; d) a conceptualização da moderna família ocidental como uma "família nuclear isolada".

Não me irei deter na crítica às três primeiras questões. Dado que as hipóteses centrais desta pesquisa se constroem, em grande parte, em oposição à tese parsoniana do isolamento da família nuclear, será sobretudo em torno desta última questão que se procurarão enunciar, sinteticamente, algumas das objecções teóricas e empíricas que têm vindo a ser levantadas.

Partindo da mesma realidade empírica que Parsons – a sociedade americana – Eugene Litwak apresentou um dos mais interessantes contrapontos às leituras

¹⁴ Esta linha de pensamento foi profundamente criticada, na década de 60, pelos trabalhos de Peter Laslett e do Grupo de Cambridge (cf. Laslett e Wall, 1972). Posteriormente, os trabalhos destes autores foram também alvo de inúmeras críticas (para uma síntese, cf. Anderson, 1984).

¹⁵ Para uma sistematização das críticas a Parsons, cf. Elliot (1993).

parsonianas. Litwak defende que a unidade familiar característica da sociedade industrial não é a “família nuclear isolada” mas a “família extensa modificada” (*modified extended family*) (Litwak, 1960). Esta difere da “família extensa clássica” na medida em que não requer proximidade geográfica ou nepotismo ocupacional e é baseada em relações igualitárias e não autoritárias, e da família nuclear isolada na medida em que existe um apoio significativo ao núcleo conjugal por parte da rede de parentes (Litwak, 1960: 385).

Litwak defende que as relações extensas de parentesco são possíveis (e desejáveis) nas sociedades modernas, apesar das necessidades de mobilidade geográfica e ocupacional que estas exigem. Devido à melhoria dos meios de comunicação, os inconvenientes ligados à distância geográfica foram minimizados e é possível à família extensa prestar apoio ao núcleo conjugal sem constituir um obstáculo ao sistema ocupacional. Graças à pressão institucional, a mobilidade geográfica é hoje considerada legítima pelas famílias. Por esse motivo, estas continuam a exercer as suas funções de suporte social, apesar de já não constituírem unidades económicas, nem habitarem num espaço próximo.

Muitos foram os estudos que, desde a década de 60, se interrogaram sobre o papel das relações de parentesco no funcionamento da família moderna. Longe de confirmarem a ideia da ruptura entre a família conjugal e os seus parentes em linha vertical e horizontal, a maioria dos estudos empíricos afirma exactamente o contrário. Entre família nuclear e família extensa estabelece-se um conjunto de relações que podemos situar em três planos: expressivo, normativo e instrumental (Coenen-Hunter *et al.*, 1994).

No plano expressivo, que compreende os contactos no interior da rede de parentesco e o apego afectivo entre parentes, todos os estudos realizados colocam em causa a ideia do isolamento do núcleo conjugal (Coenen-Hunter *et al.*, 1994: 24).

Com a baixa da mortalidade e da fecundidade, o grupo de parentesco mudou de morfologia e de dimensão (Fize, 2005; Le Bras, 1973). A parentela de um indivíduo do século XVIII e a de um nosso contemporâneo são bastante diferentes: enquanto o número de colaterais decresceu, como resultado do enfraquecimento da fecundidade, a coexistência entre gerações é crescente, devido ao aumento da esperança de vida. A um grupo de parentesco onde irmãos e irmãs, tios e tias, primos e primas eram numerosos, mas desapareciam rapidamente, sucedeu um outro, mais reduzido, mas onde as relações verticais são mais extensas, sendo cada vez mais comum a coexistência de quatro gerações numa mesma família. Deste modo, o jogo demográfico permite hoje assegurar uma "reserva" importante de parentes em linha directa, que se revela fundamental na construção das sociabilidades e solidariedades do núcleo conjugal.

As diferentes análises sobre os contactos entre cônjuges e respectivas famílias de origem são reveladoras desta realidade: Agnès Pitrou mostra já em 1978 que mais de metade das famílias vê os seus pais pelo menos uma vez por semana e apenas 2% nunca se encontra com eles (Pitrou, 1978: 20). Na reedição do seu estudo, em 1992, a autora confirma as tendências anteriormente detectadas: existem intensos contactos com a família alargada e sobretudo com os parentes em linha vertical (Pitrou, 1992). Numa pesquisa realizada na Suíça, Coenen-Hunter *et al.* estimam que 90% das famílias nucleares encontram frequentemente (pelo menos quinzenalmente) um ou mais parentes (Coenen-Hunter *et al.*, 1994). Esta sociabilidade quotidiana parece prolongar-se para outros contextos: as férias continuam a ser uma altura privilegiada para o encontro com a família mais afastada, beneficiando-se muitas vezes da residência principal ou secundária dos parentes (Marpsat, 1991).

A existência de contactos frequentes não significa, no entanto, uma proximidade afectiva. Mas, também na área das afinidades e laços afectivos, todas as análises apontam para a importância fundamental da família. Em França um inquérito realizado em 1993 revela que apenas 1% dos entrevistados não citam como *próximo* alguém da sua família, os outros designam em média 4,9 indivíduos da sua rede de parentesco. Os autores sublinham que 20% dos inquiridos tem um círculo de parentes próximos bastante significativo (Bonvalet *et al.*, 1993). A abordagem qualitativa, que se seguiu a este inquérito, destaca a forte presença da "família restrita" (pais, filhos e irmãos) entre os próximos (Bonvalet e Maison, 1999). O estudo de Coenen-Hunter *et al.* para a Suíça revela que 4 em cada 5 dos indivíduos entrevistados consideram pelo menos um dos seus parentes como "verdadeiramente próximo" no plano afectivo, ou seja, como uma pessoa de quem gosta e com a qual se preocupa (Coenen-Hunter *et al.*, 1994). Uma outra pesquisa realizada na Bélgica revela que os parentes em linha vertical são em 73% dos casos fonte de suporte afectivo (Bawin-Legros *et al.*, 1995).

Os contactos e laços afectivos têm o seu equivalente simbólico. Em Portugal, em todos os estudos realizados sobre valores e representações, a família surge como esfera prioritária de investimento pessoal e afectivo (Almeida, 2003; Almeida e Guerreiro, 1993; Almeida *et al.*, 1998; Ferreira de Almeida, 1990; Pais, 1998). Numerosas pesquisas, em diversos campos, sublinham a importância da família no plano normativo, enquanto "modelo" de comportamentos e crenças (Coenen-Hunter *et al.*, 1994). Numa sociedade onde o risco e o ritmo da mudança são cada vez maiores, a família representa, cada vez mais, um elemento estável que permite aos indivíduos encontrarem um sentido para a sua

acção¹⁶. Como afirma Bawin-Legros, a família, na Europa, “é um valor essencial, se não um valor refúgio” (Bawin-Legros, 2003: 194).

Contudo, a maioria das investigações realizadas actualmente centra-se no plano das relações instrumentais entre família conjugal e família alargada. A esta tendência não é certamente alheio o interesse actual das instituições públicas pelas capacidades de suporte social dos grupos primários, que tem possibilitado o financiamento de algumas pesquisas nesta área temática (por exemplo, o já citado trabalho de Coenen-Hunter *et al.*, 1994). Com uma vertente mais, ou menos, operacional, os estudos sobre as trocas de bens e serviços no interior da família têm-se multiplicado, desde a década de 70, apontando, todos eles, para a importância fundamental do apoio da rede de parentesco. Alguns exemplos demonstram a vitalidade que o sistema familiar de dádiva apresenta na provisão de diferentes necessidades.

No plano das ajudas materiais, uma tendência parece clara em estudos realizados em diferentes países: a importância das transferências monetárias de pais para filhos, sobretudo em fases de transição do ciclo de vida, como a constituição da família, a compra de habitação ou o nascimento dos filhos (Cuturello, 1987; Déchaux, 1990a e 1990b; Finch, 1989; Marpsat, 1991; Pitrou, 1978 e 1992; Portugal, 1995).

No final dos anos 80, 64% dos franceses declararam ser ajudados financeiramente pelos seus pais. Quer sejam destinadas à aquisição de alojamento, ou ao equipamento da casa, as ajudas financeiras são um dado corrente quando os filhos “se instalam na vida”: 40% dos casais franceses recebem uma “dádiva importante”, representando mais de um mês de salário, pela altura do

¹⁶ O recente interesse pela reconstituição das genealogias familiares detectado nalguns países é um exemplo da centralidade que a família ocupa no imaginário social dos indivíduos (Segalen e Michelat, 1991).

casamento (Déchaux, 1990a: 94). Rompendo com a tradição dos dotes, estas dádivas dizem respeito às duas famílias de origem. As contribuições são, muitas vezes, duplas por ocasião de uma compra importante (o automóvel, por exemplo), empréstimos ocasionais, ou ajudas em “final do mês”, permitindo aos jovens casais melhorar o seu nível de vida.

Num estudo sobre solidariedades intergeracionais, e ao analisar os circuitos da dádiva entre três gerações, Claudine Attias-Donfut esclarece a importância das transferências monetárias das gerações de pais e avós para os jovens: na “geração idosa” (entre os 68 e os 92 anos) 33% dos indivíduos fazem doações em dinheiro aos seus filhos e 33% aos seus netos; na denominada “geração pivot” (entre os 49 e os 53 anos) 9% ajudam financeiramente os seus pais e 64% doam regularmente dinheiro aos seus filhos; por seu lado, na “geração jovem” (entre os 19 e os 36 anos) apenas 2% dos indivíduos prestam auxílio financeiro aos seus pais (Attias-Donfut, 1995).

Não menos importantes que o dinheiro são as ajudas em géneros. No mesmo estudo intergeracional, 33% dos indivíduos pertencentes à geração mais jovem declararam receber este tipo de dádiva por parte dos seus pais e 8% dos seus avós (Attias-Donfut, 1995). Ofertas de vestuário, electrodomésticos e objectos domésticos, roupas e brinquedos para as crianças são alguns dos elementos que alimentam o circuito da dádiva familiar (Finch, 1989; Pitrou, 1978 e 1992; Portugal, 1995).

No plano da prestação de serviços, os parentes revelam-se também elementos fulcrais. Da análise de alguma da bibliografia disponível ressalta a multiplicidade de ajudas prestadas: da procura de emprego e de habitação, aos consertos em casa e às limpezas domésticas até à guarda das crianças e aos cuidados pessoais (Attias-Donfut, 1995; Coenen-Hunter *et al.*, 1994; Finch, 1989; Finch e

Mason, 1993; Pitrou, 1978 e 1992). A ajuda familiar é procurada conforme as circunstâncias da vida e as necessidades quotidianas.

Um grupo que hoje é essencial ter em conta são os avós. Um inquérito publicado em França, em 2001, mostra que 85% das avós e 75% dos avôs toma conta dos seus netos de uma forma mais ou menos regular. Quando ainda vivem em casal, os avós são os familiares mais presentes juntos dos filhos e dos netos (Fize, 2005: 88-89).

Um traço parece ser claro: as ajudas têm um carácter assimétrico e funcionam, claramente, num sentido vertical descendente (Bawin-Legros, 2003). No entanto, o ciclo de vida faz inverter os fluxos de ajuda. Se num primeiro momento o apoio funciona sobretudo de ascendentes para descendentes, à medida que a primeira geração envelhece, a sua capacidade de auxílio diminui na razão inversa em que aumentam as suas necessidades de apoio. A avaliar por alguns números, estas são em grande medida satisfeitas: embora as ajudas financeiras sejam raras, os idosos beneficiam bastante de ajudas em serviços e em alojamento (Marpsat, 1991). Um estudo realizado sobre as dádivas de tempo e dinheiro entre pais e filhos revela exactamente esta tendência de inversão dos fluxos de apoio: o tempo devotado pelos pais aos seus filhos não cessa de diminuir com a idade, enquanto a ajuda prestada pelos filhos não cessa de aumentar (Schaber, 1995). Outra pesquisa realizada recentemente na Grã-Bretanha, que analisa as trocas e apoios entre pais, com idades entre os 55 e os 75 anos, e os seus filhos adultos, mostra que, se por um lado existe um fluxo descendente nas ajudas, por outro, existe um forte elemento de reciprocidade. Deste modo, os pais que ajudam os filhos tendem a receber eles próprios apoio dos filhos quando necessitam (Grundy, 2005).

No plano instrumental, as famílias parecem, pois, contar largamente com os seus parentes para fazer face às suas necessidades. Se o argumento do isolamento

da família nuclear parece definitivamente derrotado, o argumento sobre a quebra das solidariedades familiares em consequência da actual precaridade dos laços conjugais também não parece ter grande pertinência analítica. Os trabalhos realizados sobre divórcio e ruptura conjugal apontam, por um lado, para a importância fundamental da família como fonte de suporte afectivo e, por outro lado, para o seu papel, muitas vezes fulcral, de garantia de um nível de vida material satisfatório (Martin, 1992; Rands, 1988).

A revisão dos estudos sobre as solidariedades familiares revela apenas algumas divergências dos autores quanto à relevância do apoio familiar no quotidiano dos indivíduos: se alguns apontam para a presença constante das ajudas (Grundy, 2005; Marpsat, 1991; Pitrou, 1978 e 1992), outros, embora admitam a sua importância, acentuam o carácter ocasional e não sistemático da solidariedade familiar (Coenen-Hunter *et al.*, 1994), sublinhando a valorização dos parentes em momentos de crise (Fischer, 1982) e a sua importância enquanto “último recurso” (Finch, 1989; Finch e Mason, 1993).

Em Portugal

Tal como se referiu na Introdução desta tese, os indicadores demográficos são os dados que melhor espelham as intensas transformações do nosso país nas últimas três décadas. Como se pode observar no Quadro 2.1, a sua evolução revela, por um lado, mudanças significativas e, por outro lado, nalguns casos, ritmos rápidos de transformação. A mudança mais notável é certamente a queda abrupta da fecundidade para os níveis mais baixos do mundo, extraordinária pelos níveis de partida e de chegada dos valores em causa, pelo ritmo vertiginoso da descida e pela uniformização do território nacional (Almeida *et al.*, 2002 e 2004; Bandeira, 1996). No entanto, se esta é a mudança que mais se destaca, outras, mais ou menos relacionadas com ela, se têm feito sentir nas últimas décadas: a descida

da dimensão média das famílias; o aumento dos casais sem filhos e das pessoas sós; o crescimento dos nascimentos fora do casamento; a generalização da contraceção; o aumento da idade média ao primeiro casamento; o decréscimo moderado da nupcialidade; o aumento da divorcialidade; o crescimento continuado das taxas de actividade feminina, em geral, e das mulheres com filhos, em particular; o aumento das taxas de escolarização; o prolongamento das carreiras escolares. Os indicadores multiplicam-se, revelando e quantificando as mudanças que a família conheceu nas últimas décadas, ao nível das práticas e das representações (Almeida, 2003; Almeida e Guerreiro, 1993; Almeida *et al.*, 1998).

Quadro 2.1
Indicadores Sociais, 1960-2004

| | 1960 | 1970 | 1981 | 1991 | 2001 | 2004 |
|----------------------------------|------|------|------|------|------|------|
| Taxa de Actividade Feminina (%) | 13.0 | 19.0 | 29.0 | 35.9 | 44.9 | 46.7 |
| Taxa de Natalidade (‰) | 24.1 | 20.9 | 16.1 | 11.8 | 10.9 | 10.4 |
| Descendência Média | 3.2 | 3.0 | 2.2 | 1.5 | 1.5 | 1.4 |
| Taxa de Nupcialidade (‰) | 7.8 | 9.4 | 7.4 | 7.3 | 6.2 | 4.7 |
| Taxa de Mortalidade Infantil (‰) | 77.5 | 55.5 | 24.3 | 11.0 | 5.0 | 3.8 |
| Taxa Bruta de Mortalidade (‰) | 10.7 | 10.8 | 9.7 | 10.4 | 10.2 | 9.7 |
| População ≥ 65 anos (%) | 8.0 | 9.7 | 11.4 | 13.6 | 16.4 | 17.0 |

Fonte: INE (2005).

Estas mudanças podem ser sintetizadas em duas palavras-chave, aparentemente contraditórias: homogeneidade e diversidade. Se, por um lado, assistimos a uma homogeneização dos comportamentos em determinadas áreas (por exemplo, o fim das diferenças regionais nos comportamentos de fecundidade), por outro lado, as mudanças são vividas com ritmos e formas

diferentes consoante os grupos sociais em que os indivíduos estão inseridos¹⁷. Como afirmam Sofia Aboim e Karin Wall, a partir de um estudo quantitativo sobre os tipos de família em Portugal, “não encontramos na sociedade portuguesa actual modelos dominantes, mas antes uma pluralidade considerável de formas de viver em casal e em família” (Aboim e Wall, 2002: 503).

Se a diversidade não é uma novidade, não deixa de ser fundamental apreender quais as implicações destas dinâmicas actuais nas reconfigurações da realidade das famílias. Existe, actualmente, uma pluralidade de situações familiares que traduz o modo como as estruturas das famílias são atravessadas por condicionantes económicas e sociais, bem como, diferentes formas de gerir recursos materiais e afectivos, internos e externos. Deste modo, a discussão sobre o papel da família na produção de bem-estar tem que ter em conta, quer a diversidade de modelos de família, quer as múltiplas esferas de inserção em que as famílias se enquadram, quer as estruturas relacionais em que se movem.

Embora, como acima se referiu, em análises de carácter mais geral, o nosso país seja enquadrado no modelo de protecção social do Sul, que atribui um papel fundamental à família na produção de bem-estar, a investigação sobre este domínio tem sido limitada. Este facto não é, sem dúvida, alheio ao processo específico de desenvolvimento das ciências sociais e da sociologia em Portugal e, mais especificamente, à construção da sociologia da família como um campo de investigação autónomo. Como estabelece Karin Wall, a problematização da família foi sendo elaborada nas entrelinhas de trabalhos pertencentes a várias disciplinas, com objectivos mais vastos de análise (a sociedade rural, as migrações, as classes sociais). Apenas nos finais da década de 80, alguns investigadores se assumem como pertencentes à área da “sociologia da família”. No entanto, como afirma a autora, a escassez de dados e de fontes de

¹⁷ Veja-se, novamente, o exemplo da fecundidade (Almeida *et al.*, 2002).

informação estatística limitaram, desde sempre, os âmbitos das análises e os objectos de investigação (Wall, 1993). Até à década de 90, a investigação centra-se no estudo de pequenas comunidades, sobretudo rurais, e na análise intensiva dos grupos domésticos.

O trabalho de diferentes investigadores, de diversas áreas, e em diversos meios sociais permite identificar alguns traços caracterizadores das famílias portuguesas, que possibilitam a discussão do papel das relações familiares na produção de bem-estar. Sintetizo em três dimensões os conhecimentos que me parecem mais pertinentes para debater esta problemática: as estruturas familiares, as solidariedades e as obrigações familiares.

Um balanço das diferentes pesquisas realizadas no âmbito da sociologia, antropologia e história, em meios rurais e urbanos revela um consenso quanto à diversidade das estruturas familiares. Deste modo, parecem coexistir, no passado, como hoje, a família nuclear e a família-tronco, os agregados simples e os agregados complexos. Brian O'Neill (1984) constata que, no final da década de 70, na aldeia de Trás-os Montes que estudou "não existia uma norma geral quanto à composição do fogo", apesar da "*famille souche* ser um arranjo familiar «ideal»" e "a estrutura nuclear uma norma". O autor refere que "na realidade poucas casas da povoação tomam qualquer destas formas" (O'Neill, 1984: 293). Por sua vez, Karin Wall (1998), nas freguesias do Baixo Minho que analisou, entre as décadas de 40 e 80, questiona as ideias sobre um tipo de família predominante e sublinha a existência de "diversos sistemas familiares *no interior da mesma comunidade*" (Wall, 1998: 337 – itálico da autora). A autora mostra que as organizações familiares complexas se têm mantido ao longo do tempo e sublinha a sua resistência perante a introdução do trabalho industrial.

Os estudos em meio urbano confirmam a importância dos agregados complexos e a sua persistência em contextos de industrialização. A existência de grupos

domésticos “alargados” detectada por Brian O’Neill (1984) e a coexistência no mesmo fogo de parentes e não parentes constatada por Karin Wall (1998) nas famílias de lavradores é confirmada para as famílias portuenses já no início do século passado por Gaspar Martins Pereira (1995). O autor argumenta contra as teses da “desorganização familiar”, afirmando que “o isolamento não parece ter tido nem a extensão nem o significado que popularizaram o conceito de «desintegração» que caracterizaria a vida das camadas trabalhadoras na cidade industrial” (Pereira, 1995: 263).

Recentemente, nesta mesma linha, João de Pina Cabral (2003) defendeu que a neolocalidade que caracteriza as formas residenciais do Portugal urbano contemporâneo está longe de corresponder ao isolamento social da família nuclear. O autor afirma que o ideal americano da família conjugal urbana desenraizada, que tem por objectivo responder aos desafios da mobilidade, não tem aplicação no nosso país (Pina Cabral, 2003: 136). Pina Cabral afirma que nos contextos urbanos portugueses a unidade principal de reprodução é o grupo formado pelo casal e seus filhos. No entanto, sustenta que este modelo “não constitui mais do que uma estrutura básica de referência, por relação à qual se podem observar grandes variações e em torno da qual se cria toda uma rede de relações extradomésticas” (p.120). A partir desta constatação, o autor critica a noção de “família nuclear”, defendendo que ela “tende a dificultar o entendimento dessa categoria social central à sociedade portuguesa que denominamos por «família»” (p.120). Para o autor, “uma «família» é um grupo aberto de pessoas que se sentem associadas umas às outras por terem participado conjuntamente, em momentos geracionais anteriores, no processo de reprodução social. Trata-se de uma categoria muito politética, pois não é geralmente possível estabelecer qual o número preciso de pessoas que compõem uma família nem podemos afirmar que elas partilhem a mesma definição dessa família” (p.120).

Deste modo, a abertura do grupo doméstico ao exterior é uma das características que ressalta dos trabalhos acima citados. Quer se fale de “rede de relações extradomésticas” (Pina Cabral, 2003: 120), de “rede de trocas informal” (Almeida, 1993: 109), de “redes de solidariedades primárias” (Nunes, 1992b), de “cultura familiar de solidariedade” (Wall, 1998: 66), de “vicinalidades” (Pina Cabral, 1991: 185) ou de “hábitos de vicinalidade” e “redes de solidariedade horizontais” (Pereira, 1995: 111), as pesquisas sobre a família em Portugal apontam, também, no sentido da existência de uma forte proximidade geográfica e emocional entre diferentes grupos domésticos e de extensas trocas materiais e afectivas entre família conjugal e rede de parentesco.

Os estudos salientam a importância das solidariedades familiares e a sua relação com as necessidades de subsistência das famílias. No seu estudo sobre as freguesias minhotas, Karin Wall revela como essas solidariedades são fundamentais na relação das famílias com a actividade agrícola, mas sublinha, também, a sua manutenção com a introdução do assalariamento e do trabalho industrial. A autora afirma, mesmo, que foram estas solidariedades que “«pré-adaptaram» as freguesias rurais do Baixo Minho à industrialização”: “a solidariedade familiar (ou simplesmente feminina, ou então entre vizinhos) que nelas se praticava era fundamental para suportar uma industrialização ela própria centrada numa certa pobreza” (Wall, 1998: 340).

Num contexto industrial, Ana Nunes de Almeida verifica a mesma relação entre solidariedades familiares e sobrevivência dos grupos domésticos. Analisando as famílias operárias do Barreiro, a autora mostra, por um lado, a importância das redes familiares na migração do campo para a cidade e no recrutamento de mão-de-obra para as fábricas e, por outro lado, a presença “discreta, rotineira e permanente” (Almeida, 1993: 110) da entreatajuda do grupo de parentesco no quotidiano das famílias.

Esta relação entre solidariedades familiares e mercado de trabalho e a sobreposição entre esfera familiar e esfera económica é clara na análise que Maria das Dores Guerreiro faz das empresas familiares (Guerreiro, 1996). A autora mostra como nesse universo social, família e empresa, duas esferas institucionais tendencialmente disjuntas nas sociedades contemporâneas, apresentam “intensas e multifacetadas sobreposições” (p.245). O estudo mostra que “as relações familiares são como que instrumentalizadas para resolver questões do foro empresarial” (p.29). Deste modo, aspectos das relações constituídas na esfera da família, tais como sentimentos de confiança e de lealdade, interesses e projectos de vida partilhados, estatutos de autoridade associados ao parentesco são mobilizados para gerir questões relativas à propriedade e à direcção das empresas. “Isto em geral, na expectativa, pelo menos implícita, de que tal beneficie globalmente a família” (p.29).

Os estudos até agora citados desenvolvem sobretudo abordagens qualitativas, centradas em estudos de caso. Só recentemente se conhecem estudos de carácter extensivo que tentam avaliar, de um ponto de vista quantitativo, a importância dos apoios familiares no nosso país. Os resultados de um inquérito nacional às famílias portuguesas, coordenado por Karin Wall, embora sublinhe a importância do parentesco restrito como fonte de apoio, parece contradizer, de algum modo, as conclusões de trabalhos anteriores relativamente ao peso e importância das solidariedades familiares. Em artigo publicado em 2001 (Wall *et al.*, 2001), começa-se por afirmar que “a contribuição das redes informais parece estar relacionada com momentos de assistência esporádicos e localizados, mais do que com apoio sistemático e cooperação na vida familiar” (p.216). Esta conclusão é suportada pela contabilização do número de apoios declarados pelas famílias – a soma das famílias que nunca usufruíram de nenhum apoio (10%) e das que usufruíram de um a cinco apoios (41%), que perfaz 51% das famílias (p.216).

No entanto, a análise que os autores fazem de seguida, de cada um dos tipos de apoio, leva-me a questionar a sua posição inicial, relativamente à importância da ajuda recebida. Parece-me discutível colocar em pé de igualdade apoios tão diferenciados como um empréstimo monetário, a oferta de bens materiais, os cuidados das crianças, a ajuda nas tarefas domésticas e o aconselhamento. Por exemplo, uma família pode ter recebido como ajuda ao longo do seu ciclo de vida apenas dois tipos de apoio – a mobília da casa quando se casou e ajuda nos cuidados das crianças até à idade escolar; apesar deste caso caber na categoria "apoio ocasional", não é difícil perceber que estas duas ajudas da rede informal podem ser cruciais na definição da vida familiar. Aliás, os próprios dados do inquérito contrariam, de algum modo, a ideia do apoio familiar como um recurso ocasional: 54% das famílias declaram procurar apoio sistemático da sua rede de parentesco e apenas 11,7% tentam subsistir por si próprias (p.225).

Este estudo evidencia, no entanto, um outro aspecto importante relativamente à acção das redes informais de apoio: a desigualdade social em que ela opera e que reproduz¹⁸. A diferenciação social das solidariedades familiares é um dado sublinhado pelos diversos estudos que abordam a questão. As diferenças consoante os grupos sociais manifestam-se não só em termos quantitativos, relativamente ao número de apoios recebidos, como mostra o inquérito citado, mas também quanto aos conteúdos (Wall, 1998) e ao significado das ajudas (Portugal, 1995).

Numa pesquisa que realizei sobre o papel das redes informais nos cuidados das crianças ficou claro que o mesmo tipo de apoio tem impactos muito diferenciados na vida familiar. Na altura, usei a distinção de Agnès Pitrou entre solidariedade de promoção e solidariedade de subsistência (Pitrou, 1978 e 1992). A primeira, característica das classes médias e superiores, surge como uma forma

¹⁸ Cf., também, Vasconcelos (2002).

de a rede de parentesco ajudar a família a subir o seu nível de vida e a ascender socialmente. A segunda, exercida nos meios mais desfavorecidos, tem como finalidade assegurar a reprodução quotidiana da família: os apoios prestados permitem evitar que uma estabilidade precária possa ser afectada. A análise dos cuidados das crianças mostrou, em primeiro lugar, que os apoios recebidos tinham significados sociais diferenciados do ponto de vista instrumental e, em segundo lugar, que as famílias mais carentes surgiam como duplamente desfavorecidas, pela providência produzida formal e informalmente. Conclui, então, que a solidariedade prestada pelas redes de apoio informal, ao exercer a sua acção no interior de uma estrutura de classes desigual, reproduz essa desigualdade (Portugal, 1995: 175).

Este problema da acção diferencial das redes informais revela-se crítico quando se trata de populações pobres. Como mostraram Hespanha *et al.* (2000 e 2001), em contextos de extrema precariedade a sociedade-providência é inoperante. Faltam as condições mínimas que permitem o desenvolvimento das ajudas solidárias: disponibilidade de tempo para ajudar (o tempo é consumido em actividades de sobrevivência básica), disponibilidade de recursos materiais para viabilizar a ajuda (para ajudar é preciso ter alguns recursos) e coesão social (diversas comunidades tradicionais de aldeia ou de bairro urbano apresentam uma fragmentação que enfraquece o espírito de entreaajuda). Nestes contextos, os custos de oportunidade para o investimento nas solidariedades são demasiado elevados e desestimulam esse investimento (Hespanha *et al.*, 2001: 46).

Uma outra pesquisa que realizei, com Pedro Hespanha, sobre a família e a sociedade-providência na Região do Norte (Hespanha e Portugal, 2002), mostrou como uma análise sincrónica do processo de ajustamento da sociedade-providência pode mostrar a existência de contextos sócio-espaciais em que se

acumulam factores limitativos da operatividade da sociedade-providência, a par de outros contextos em que essa operatividade é favorecida. Por exemplo, quando a sociedade-providência assenta num modelo de desenvolvimento estagnado – com uma proporção relativamente elevada da população a viver da agricultura e com uma proporção igualmente elevada de mulheres com ocupações domésticas – e, simultaneamente, em padrões demográficos conservadores, então estamos claramente perante uma combinação regressiva de factores, em que o papel providencial da sociedade está gravemente afectado. Pelo contrário, quando a taxa de actividade feminina é mais elevada e se consegue conciliar trabalho fora de casa com trabalho doméstico, porque existem medidas de política e apoios institucionais favoráveis, então estamos perante uma combinação claramente progressiva em que a sociedade-providência se revela mais activa (Hespanha e Portugal, 2002: 124).

Os estudos mostram que as solidariedades familiares estão ancoradas em sentimentos de obrigação familiar muito fortes. Nas comunidades rurais ou urbanas persiste “uma norma cultural que preconiza o mútuo auxílio entre parentes próximos” (Wall, 1998: 329). Os valores familistas parecem marcar profundamente as relações sociais no nosso país, enraizados nas representações e práticas dos indivíduos e, também, no enquadramento jurídico que rege as relações familiares.

É impossível ignorar, ainda hoje, a importância da herança da ideologia ruralista e familista do Estado Novo neste domínio¹⁹. O Código Civil de 1966 consagrava a figura do chefe de família e proclamava obrigações muito estritas não só para a

¹⁹ Embora as suas raízes sejam longínquas. António Hespanha (1993), numa análise dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna, estabelece como as grandes linhas dos sentimentos familiares – naturalidade, preferência dos laços generativos aos laços conjugais, organicidade e unidade da família, sob a égide do *pater* – constituem o eixo da economia moral da família e do seu estatuto institucional no Antigo Regime.

família nuclear, mas para um leque mais vasto de parentes²⁰. As obrigações de sustento e apoio eram devidas não apenas entre pais e filhos, mas também com avós, tios, sobrinhos. Lei e ideologia alimentam a ideia de que a família tem que contar com os seus próprios recursos para fazer face aos problemas. As alterações ao Código Civil, de 1977, acabaram com a figura do chefe de família, estabeleceram a igualdade entre homens e mulheres, estabeleceram o reconhecimento dos filhos fora do casamento, mas mantiveram a consagração das obrigações entre pais e filhos, permanecendo de uma forma bastante vinculada a ideia de pais e filhos se deverem auxílio mútuo²¹.

Deste modo, as obrigações familiares continuam consagradas nas leis fundamentais que regem os cidadãos, e continuam, também, a persistir nos valores que regulam as relações familiares. Os inquéritos aos valores que têm sido realizados em Portugal apontam neste sentido. O laço de sangue impõe-se como um dado natural com um valor normativo muito forte. A esmagadora adesão à ideia de que os filhos devem aos pais um amor incondicional, independentemente das características destes, revela o modo como o laço biológico estabelece deveres indiscutíveis entre pais e filhos: em 1999, 83% dos portugueses concordaram com a afirmação “devemos amar pai e mãe independentemente de qualidades e defeitos”. Valores que contrastam, por exemplo, com a realidade sueca, onde apenas 44% dos inquiridos concorda com a mesma afirmação (Almeida, 2003: 77). Esta mesma norma é, aliás, vista no sentido inverso, no mesmo estudo, através da resposta a outra questão: “o dever dos pais de fazerem o melhor pelos filhos, mesmo à custa do seu bem-estar”. A adesão a esta proposta é igualmente expressiva – 80% dos inquiridos (valor

²⁰ Numa análise das leis de filiação portuguesas, João de Pina Cabral fala do “familismo radical” que inspirou a redação do Código Civil de 1966 (Pina Cabral, 1993: 988).

²¹ Conforme resulta do nº1 do Artigo 1874.º do Código Civil: “Pais e filhos devem-se mutuamente respeito, auxílio e assistência”.

máximo entre os países em estudo) aceitam como princípio genérico a obrigação dos pais se sacrificarem pelos filhos (Almeida, 2003: 78). Quer se fale do conjunto da população, ou dos grupos etários mais jovens, persiste a ideia de que os pais têm obrigação de cuidar dos filhos, e os filhos têm obrigação de cuidar dos pais (Vasconcelos, 1998: 371-378).

Caberá este familismo, que caracteriza as relações sociais no nosso país, na definição de “familismo amoral” de Edward Banfield (1967)? Banfield usou o conceito para descrever as práticas dos camponeses do Sul da Itália na década de 50, caracterizando “as bases morais de uma sociedade atrasada”²². Segundo o autor, estas eram explicadas pela incapacidade dos indivíduos agirem colectivamente em função de um bem comum ou de qualquer fim que transcendesse o interesse material e imediato da família nuclear. Esta incapacidade para concertar qualquer actividade para além da família imediata derivava de um *ethos* – o “familismo amoral” – produzido por três factores agindo em combinação: a elevada taxa de mortalidade, as condições relativas à propriedade da terra e a ausência da família alargada.

Banfield descreve a aldeia que estudou – Montegrano – como uma comunidade relativamente isolada, com uma economia essencialmente agrária, na qual a grande maioria dos proprietários não produz qualquer tipo de excedente. Os seus habitantes têm uma única palavra para descrever a sua vida: miséria. Esta percepção, de uma existência miserável, prende-se com as condições materiais, mas também com traços culturais. Banfield observa que “existem sociedades primitivas onde o nível biológico de bem-estar é ainda mais baixo, mas onde as pessoas não sofrem uma infelicidade crónica” (1967: 63). Deste modo, “a miséria vem da cultura” (*idem*). A impossibilidade de geração de poupança é responsável por uma atmosfera de instabilidade e insegurança em relação ao

²² O título da obra, que relata os resultados da sua pesquisa: *The Moral Basis of a Backward Society*.

futuro, gerando ansiedade e melancolia permanentes. Os habitantes de Montegrano têm uma concepção fatalista da vida, segundo a qual as condições concretas de existência estão fora do controle do indivíduo, sendo atribuídas a instâncias extraordinárias, como o desígnio divino, o destino, a sorte ou o azar.

As bases do familismo amoral não assentam apenas na esfera económica. Outra variável decisiva, segundo o autor, é a estrutura familiar típica da aldeia: a família nuclear. A família extensa não possui significado em Montegrano. A família consiste no pai, na mãe e nos seus filhos por casar (Banfield, 1967: 104). Do ponto de vista dos montegraneses, os avós, tios e primos não fazem parte da família. No entanto, o declínio da família extensa não deu origem ao tipo de individualismo característico das sociedades modernas: Banfield afirma que “um adulto não possui individualidade fora da esfera da família: ele não existe como «ego», mas como «progenitor»” (Banfield, 1967: 103). Ou seja, o indivíduo adulto é visto como um pai que cria os seus filhos. É esta a sua função, a sua luta e a sua obrigação: “os pais devem trabalhar desesperadamente para manter a família viva” (Banfield, 1967: 104). Deste modo, a circunscrição dos limites da família ao seu núcleo central, aliada aos factores de instabilidade e temor face ao futuro, contribui para fortalecer a família nuclear como a unidade social por excelência.

A hipótese central de Banfield consiste em defender que os camponeses de Montegrano se orientam pela regra “maximizar as vantagens da família nuclear, assumir que todos os outros fazem o mesmo” (Banfield, 1967: 83). Desta regra geral resulta uma série de implicações para o seu comportamento, que, basicamente, apontam para um afastamento dos indivíduos do domínio público e da esfera colectiva. De acordo com Banfield, todos os habitantes de Montegrano, independentemente da sua posição social, partilham este *ethos*. A estratificação social é uma variável que intervém na distribuição dos recursos.

Atravessando toda a sociedade, o familismo amoral determina a primazia absoluta dos interesses e da proteção da família.

Apesar do impacto da perspectiva de Banfield na teoria sociológica, bem como do recorrente uso da noção de “familismo” para definir as relações familiares em Portugal, as discussões sobre a aplicabilidade deste conceito à nossa realidade são escassas. Recentemente, Manuel Villaverde Cabral recuperou as ideias de Banfield para discutir o problema da “distância ao poder” da sociedade portuguesa (Cabral, 2005). O autor dissocia o conceito da exclusiva esfera económica e transporta-o para a dimensão social, nas suas articulações com o Estado e o poder político. Villaverde Cabral identifica “dois grandes nexos históricos de longa duração” que se terão constituído como elos mediadores entre o “familismo amoral” e a “distância ao poder”: a literacia e o despotismo administrativo do Estado português moderno. Estes dois factores constituem dois nexos estruturantes das relações entre as elites do poder e as classes subordinadas, que têm contribuído para reproduzir a falta de confiança e de participação da maioria da população nas instituições representativas. Articuladas entre si, estas duas formas de relacionamento comunicacional e político entre elites e massas terão gerado uma forma duradoura de dominação autoritária, de modo que, nem a liberalização do sistema político-partidário, nem a massificação do ensino, nem o crescimento económico conseguiram erradicar das representações e práticas da maioria da população portuguesa um sentimento generalizado de “distância ao poder” (Cabral, 2005: 21).

Da reconstrução que o autor faz do conceito de Banfield dois traços revelam-se bastante interessantes para a presente discussão: por um lado, o “familismo amoral” é recuperado como forma de identificar um conjunto de representações e práticas que favorece, no seu relacionamento externo, nomeadamente com o Estado e o mercado de trabalho, o estabelecimento de

relações verticais assimétricas (dependência clientelar) em detrimento de relações horizontais organizadas e estáveis, nomeadamente de participação cívica, de associativismo e mobilização colectiva, em suma, os dispositivos convencionais do exercício dos direitos de cidadania. Por outro lado, Villaverde Cabral desconstrói a negatividade do conceito, sublinhando o seu carácter de recurso estratégico (de que o clientelismo faz parte integrante) no plano da protecção pessoal e familiar e no plano das relações com o sistema político²³.

Esta pesquisa parte destes contributos para se interrogar sobre o carácter do familismo no nosso país. Procura-se avaliar o seu impacto na configuração das relações sociais e na relação entre público e privado. O familismo é uma causa para o afastamento dos indivíduos da esfera colectiva, como afirma Banfield, ou antes um mecanismo de defesa perante um Estado autoritário e deficitário em políticas sociais? A resposta a esta questão exige a inserção da família em estruturas relacionais mais vastas, bem como, a integração de diferentes níveis de análise. É o que procuro fazer através da utilização do conceito de rede social.

2.3 | As redes

Hoje, o termo “rede” goza de uma “popularidade crescente” (Mercklé, 2004: 3), é abundantemente usado na linguagem corrente, académica ou política e designa uma grande variedade de objectos e fenómenos. No entanto, está longe de ser um neologismo: a palavra é antiga e a história dos seus usos descreve um longo percurso desde o século XVII (Mercklé, 2004; Ruivo, 2000). O

²³ Os trabalhos de Fernando Ruivo sobre as relações entre poder central e local têm mostrado com clareza o modo como as relações informais são um recurso fundamental no sistema político português (Ruivo, 1991, 1993 e 2000).

termo foi-se distanciando dos objectos que servia inicialmente para descrever e ganhando uma dimensão de abstracção que o fez penetrar nos mais diversos domínios. Ouvimos, hoje, falar de redes em todas as áreas: no território, nas empresas, no Estado, no mercado, na sociedade civil, nas universidades, na investigação, na prestação de serviços. O seu sucesso no modo como organizamos e pensamos o mundo leva, mesmo, alguns autores a falar da existência de uma “racionalidade reticular” (Parrochia, 2001).

As razões da popularidade actual do conceito de rede são, fundamentalmente, duas: em primeiro lugar, o desenvolvimento extraordinário das comunicações, que possibilita a existência de conexões onde antes havia isolamento; em segundo lugar, a valorização das relações entre as pessoas relativamente às relações entre as pessoas e as coisas. Estes dados explicam a importância que, em particular, as redes sociais assumiram, quer ao nível do conhecimento, quer ao nível da prática (Lemieux, 2000).

Fernando Ruivo justifica a atractividade do conceito através de três factores: em primeiro lugar, a ideia de relação que está no seu âmago; em segundo lugar, o facto de apontar para algo de virtual – a rede exprime uma potencialidade, que pode, ou não, ser accionada e aproveitada; finalmente, o facto de a noção de rede ter a sua matriz inscrita numa forma de imaginário colectivo, ou memória, que reconstitui identidades e identificações, essenciais para o seu funcionamento (Ruivo, 2000: 30-31).

O conceito de rede na teoria sociológica

O conceito de rede social apareceu cedo na Sociologia e na Antropologia Social. No entanto, inicialmente, nos anos 30 e 40, o termo era sobretudo usado em sentido metafórico: os autores não identificavam características

morfológicas, úteis para a descrição de situações específicas, nem estabeleciam relações entre as redes e o comportamento dos indivíduos que as constituem.

Durante a segunda metade do século XX, o conceito de rede social tornou-se central na teoria sociológica e deu azo a inúmeras discussões sobre a existência de um novo paradigma nas ciências sociais. No decorrer das últimas décadas, a sociologia das redes sociais constituiu-se como um domínio específico do conhecimento e institucionalizou-se progressivamente. Os sinais do seu dinamismo e da sua consolidação institucional são evidentes: inúmeros artigos publicados nas principais revistas de ciências sociais; organização de eventos científicos sobre a temática; criação de revistas especializadas na matéria – *Connections*, *Social Networks* e, mais recentemente, em 2002, a Revista *Redes*, em língua espanhola; lançamento, ainda nos anos 80, de uma colecção especializada dirigida por Mark Granovetter na Cambridge University Press; existência, desde os finais dos anos 70, de uma associação internacional – *International Network of Social Network Analysis* (INSNA) – que reúne os investigadores na matéria, edita a revista *Connections* e, desde 2000, o *Journal of Social Structure*; existência de um forum de discussão – SOCNET – que reúne mais de 1800 assinantes; desenvolvimento de programas informáticos que suportam os modelos teóricos e metodológicos desenvolvidos (o *Ucinet* e o *Structure* serão os mais conhecidos e divulgados²⁴); aparecimento progressivo de obras de divulgação para públicos mais vastos – Scott (1991), Degenne e Forsé (1994), Lazega (1998), Lemieux (2000), Watts (2003), Lemieux e Ouimet (2004), Mercklé (2004).

²⁴ Através da página electrónica da INSNA podemos aceder a um link (http://www.insna.org/INSNA/soft_inf.html) onde são referenciados mais de 50 programas informáticos que permitem trabalhar neste domínio.

A popularidade do conceito de rede e o reconhecimento das suas capacidades descritivas e explicativas ultrapassam, hoje, os limites das ciências sociais e estendem-se, cada vez mais, a outros domínios científicos. Desde os finais da década de 90 que diversas obras vêm defendendo a emergência de uma “nova ciência das redes” (Watts, 2003), que usa o conceito como forma de apreender as interconexões do mundo contemporâneo. Autores como Duncan J. Watts (sociólogo, doutorado em matemática aplicada), Mark Buchanan ou Albert-László Barabási (ambos físicos) têm cruzado conhecimentos das ciências sociais, da matemática, da física, da engenharia, da medicina, da biologia na defesa de uma visão do mundo “em que tudo está ligado”²⁵. Inspirados pelos estudos fundadores do psicólogo americano Stanley Milgram na década de 60 – que ficaram conhecidos como *small world studies*²⁶ – estes autores procuram “padrões e regularidades na arquitectura de diferentes tipos de redes” (Buchanan, 2002: 19). Desde a *world wide web*, aos mercados financeiros, às epidemias, passando pela investigação científica e o terrorismo, estes autores

²⁵ Como indica o título da obra de divulgação de Albert-László Barabási – *Linked. How Everything is Connected to Everything Else and What It Means for Business, Science, and Everyday Life* (2003).

²⁶ Milgram conduziu uma experiência nos Estados Unidos da América que consistia em pedir a diversas pessoas escolhidas ao acaso (habitantes de Boston e do Nebraska) que fizessem chegar um dossier a um “indivíduo-alvo” (um corretor de Boston), dispondo apenas de informação sobre o seu local de residência e profissão. Os indivíduos podiam usar o correio, o contacto pessoal, no caso de conhecerem a pessoa, ou usarem um intermediário que tivesse maiores possibilidades de conhecer o indivíduo em questão. Das 296 da amostra, 217 pessoas aceitaram o desafio e expediram o dossier a um dos seus contactos, sendo que 64 dossiers chegaram ao seu destino, através de cadeias de tamanho variável mas cuja média era de 5,5 intermediários. Os estudos levados a cabo por Milgram tiveram inúmeros desenvolvimentos (cf. sobre as implicações teóricas e metodológicas do seu trabalho: Degenne e Forsé (1994), Watts (2003) e Mercklé (2004)). Apesar do autor nunca ter usado esse número – como sublinha Barabási (2003: 29) – as conclusões dos *small world studies* levaram à generalização da ideia de que todos no mundo estão separados por apenas seis pessoas. A expressão “six degrees of separation” generalizou-se a partir duma peça teatral de sucesso de John Guare que deu lugar a um filme com o mesmo título. Como mais gente vê filmes do que lê trabalhos sociológicos, a versão popularizou-se, mesmo no mundo científico, como prova o recente livro de Duncan Watts (2003) – *Six Degrees. The Science of a Connected Age*.

mostram a sociedade contemporânea “como uma rede social complexa”, ao mesmo tempo que demonstram a “pequenez do grande mundo onde vivemos” (Barabási, 2003: 7).

Como afirmam Wasserman e Faust, o facto de inúmeros investigadores, de disciplinas diversas, descobrirem, quase simultaneamente, a perspectiva das redes não é surpreendente, dadas as suas potencialidades e a capacidade de resposta que oferece para diferentes problemas, em diferentes domínios (Wasserman e Faust, 1999: 10). Nas ciências sociais, a análise das redes tem sido sempre um campo, por excelência, de interdisciplinaridade. Os pioneiros dos estudos das redes sociais vêm da sociologia, da psicologia social, da antropologia. As suas bases teóricas, metodológicas e empíricas resultaram, em grande medida, da procura de soluções para problemas teóricos e empíricos que os investigadores não conseguiam resolver à luz dos quadros conceptuais dominantes nas suas disciplinas.

A construção de um sentido analítico para o conceito de rede social desenvolveu-se em torno de duas correntes: uma, que emerge da Antropologia Social britânica do pós II Guerra Mundial, e se preocupa fundamentalmente com uma análise situacional de grupos restritos; outra, sobretudo americana, que se prende com o desenvolvimento da análise quantitativa, no quadro de uma abordagem estrutural.

A utilização do conceito de rede social entre os antropólogos britânicos surge, em grande medida, como resultado da crescente “insatisfação com o modelo estrutural-funcionalista clássico” (Boissevain, 1974: 18) e está ligada ao grupo que, sob a direcção de Gluckman, desenvolveu um vasto conjunto de trabalhos empíricos em África e na Europa. A rigidez das propostas teóricas dominantes revelava-se cada vez mais ineficaz na análise das realidades empíricas complexas com que trabalhavam os autores britânicos. A perspectiva estrutural-

funcionalista preocupava-se fundamentalmente com a normatividade dos sistemas culturais. Embora o conceito de rede social fosse utilizado como metáfora descritiva, a unidade de análise privilegiada era o grupo restrito. Em consequência deste posicionamento, os autores tinham sérias dificuldades em lidar com sistemas sociais em que laços mais complexos atravessam a organização social de grupos ou categorias institucionalizadas. Para estudar este tipo de relações, muitos antropólogos, nos anos 50, desviaram a sua atenção dos sistemas culturais para os sistemas de redes de relações sociais e desenvolveram o conceito de rede social de uma forma sistemática (Wellman, 1991; Wasserman e Faust, 1999; Mercklé, 2004).

O estudo de Barnes sobre Bremmes, uma comunidade piscatória norueguesa, realizado no início da década de 50, foi pioneiro nesta área²⁷. Ao estudar a importância das interações individuais na definição da estrutura social comunitária, Barnes isola dois campos (territorial e industrial) com base nos quais se estabelecem as relações entre os indivíduos. No entanto, o autor chega à conclusão de que a maioria das acções individuais não pode ser compreendida com base na pertença territorial ou industrial. Isola, então, um terceiro campo, formado pelos laços de parentesco, amizade e conhecimento, que concebe como uma rede: rede de relações, flexível e discreta, em que os diferentes membros se podem ou não conhecer uns aos outros e interagir entre si (Barnes, 1977). O conceito revelou-se importante não só para a descrição da estrutura da

²⁷ Tal como noutros domínios, é difícil aferir a "paternidade" dos conceitos, teorias e métodos da teoria das redes. Da antropologia de Manchester, à sociometria de Moreno e à teoria dos grafos, do "problema do pequeno mundo" de Milgram ao pensamento de Simmel, os autores dividem-se quanto às origens e influências mais marcantes. No entanto, parece existir alguma unanimidade em torno do nome de Barnes como o autor que usou, pela primeira vez, a noção de "rede social" para descrever as estruturas sociais de uma comunidade. Cf. Musso (2001) e Parrochia (2001) para uma discussão epistemológica da noção de rede, Ruivo (2000) para uma genealogia da utilização do termo e Lozares (1996), Mercklé (2004), Wasserman e Faust (1999), Watts (2003) e Wellman (1991) para uma análise das origens e desenvolvimentos da teoria das redes.

comunidade, como, também, para a compreensão de processos sociais fundamentais como o acesso ao emprego ou a cargos políticos.

Pouco tempo após o trabalho de Barnes, os estudos de Elizabeth Bott, publicados pela primeira vez em 1957, chamaram definitivamente a atenção da comunidade científica para o conceito de rede social. A pesquisa de Bott sobre a família e as redes de relações sociais teve especial importância por ser a primeira a reconhecer a relação entre o carácter interno dum relação e a estrutura dum rede: Bott defendia a ideia de que a dinâmica da estrutura familiar depende não apenas do comportamento dos seus membros, mas também das relações que estes estabelecem com outros, ou seja, de que a estrutura da rede de parentes, amigos, vizinhos e colegas tem uma influência directa na definição das relações familiares (Bott, 1976).

Bott desenvolveu a primeira medida da estrutura dum rede: a conectividade, entendendo-a como “a extensão em que as pessoas conhecidas por uma família se conhecem e se encontram umas com as outras, independentemente da família” (Bott, 1976: 76). A autora distingue entre redes de “malha estreita” (*close-knit*), aquelas onde existem muitas relações entre os membros, e redes de “malha frouxa” (*loose-knit*), aquelas onde existem escassos relacionamentos, defendendo que o grau de segregação dos papéis conjugais está relacionado com o grau de conexão da rede total da família: quanto mais conexa for a rede de uma família, maior será a segregação dos papéis entre marido e mulher.

Para Wellman, enquanto os antropólogos britânicos se deslocaram de questões substantivas para questões formais, a tradição de estudos americanos começa com questões relativas às formas das redes, à qual não é alheia a influência do trabalho de Simmel na América. O argumento simmeliano quanto à determinação do conteúdo das relações sociais pela sua forma conduziu os autores americanos a questionarem-se sobre a importância da dimensão dos

sistemas sociais e do relacionamento interindividual na definição do comportamento individual e das relações duais (Wellman, 1991).

O interesse dos americanos na forma dos sistemas sociais estimulou o forte desenvolvimento de métodos quantitativos para descrever modelos de relações. Da análise sociométrica, utilizada pelos psicólogos, e pioneira na quantificação de dados relacionais, à teoria dos grafos dos matemáticos, os estudiosos das redes recolheram vocabulário e modos de representação gráfica, inicialmente rudimentares, e, hoje, cada vez mais elaborados, que lhes permitiram analisar quantitativamente as “estruturas profundas que unem e separam os sistemas sociais” (Wellman, 1991: 23).

A tradição americana de estudo das redes desenvolveu-se segundo duas linhas de sensibilidade distintas: uma, herdeira de Simmel, é essencialmente formalista, concentrando-se sobretudo na morfologia das redes e no seu impacto nos comportamentos (alguns dos exemplos desta abordagem encontram-se reunidos em Leinhardt, 1977). A outra reclama-se estruturalista, definindo a relação como unidade básica da estrutura social e utilizando uma grande variedade de conceitos e métodos de análise do estudo das redes sociais para responder a problemáticas centrais na teoria sociológica. As ideias centrais desta segunda abordagem encontram-se sistematizadas na introdução de Wellman e Berkowitz à obra onde estão reunidos diversos estudos realizados segundo esta perspectiva (Wellman e Berkowitz, 1991).

A análise estrutural das redes passou duma posição minimalista, em que o conceito de rede era apenas uma metáfora, útil para complementar algumas análises, para uma posição maximalista, traduzida no texto paradigmático de Wellman e Berkowitz: “as estruturas sociais podem ser representadas como redes – como conjuntos de *nós* (ou membros do sistema social) e conjuntos de *laços* que representam as suas interconexões. Esta é uma ideia maravilhosamente

libertadora. Dirige o olhar dos analistas para as relações sociais e liberta-os de pensarem os sistemas sociais como colecções de indivíduos, díades, grupos restritos ou simples categorias. Usualmente, os estruturalistas têm associado «nós» com indivíduos, mas eles podem igualmente representar grupos, corporações, agregados domésticos, ou outras colectividades. Os «laços» são usados para representar fluxos de recursos, relações simétricas de amizade, transferências ou relações estruturais entre «nós»" (Wellman e Berkowitz, 1991: 4).

Wasserman e Faust identificam quatro princípios fundamentais na teoria das redes sociais: 1) os actores e as suas acções são vistos como interdependentes e não como unidades independentes e autónomas; 2) os laços relacionais entre actores são canais onde circulam fluxos de recursos (materiais e imateriais); 3) os modelos de redes centrados nos indivíduos concebem as estruturas de relações como meios que configuram oportunidades ou constroem a acção individual; 4) os modelos de redes conceptualizam a estrutura (social, económica, política, etc.) como padrões constantes de relações entre actores (Wasserman e Faust, 1999: 4).

Como afirmam Degenne e Forsé (1994), a análise das redes permite passar das "categorias" às "relações". A maior parte dos sociólogos admite que o comportamento e as opiniões dos indivíduos dependem das estruturas em que estes se inserem. Contudo, a realidade não é concebida em termos de relações, os dados empíricos são trabalhados a partir de categorias construídas *a priori* através da agregação de indivíduos com atributos semelhantes – os homens, os jovens, os operários, os licenciados, os países desenvolvidos, etc.. Em função do problema em análise, trata-se de determinar em que medida as categorias descritivas estão relacionadas com as variáveis a explicar. O desenvolvimento das técnicas quantitativas de recolha da informação e tratamento estatístico dos dados permite interpretações cada vez mais sofisticadas destas relações ou da

ausência delas. No entanto, estudam-se relações entre variáveis e não relações entre indivíduos (Degenne e Forsé, 1994: 6).

As análises sociológicas extensivas tratam o indivíduo como unidade a-estrutural, ao mesmo tempo que assumem que as categorias classificatórias com que trabalham correspondem a uma determinada realidade estrutural. Os indivíduos pertencem a categorias, mas também a redes relacionais, e as categorias não são mais do que o reflexo das relações estruturais que os ligam entre si (Degenne e Forsé, 1994: 7). Elas não podem ser dadas *a priori* e definitivamente, mas antes emergir da análise das relações entre os elementos que compõem a estrutura. O ponto de partida da investigação não deve ser, portanto, um conjunto de unidades independentes, mas, pelo contrário, o conjunto de relações que as interliga. Não se pode querer compreender a estrutura e ignorar as relações que se estabelecem entre os seus elementos. É esta armadilha que a análise das redes pretende evitar, procurando encontrar regularidades, grupos, categorizações, de modo indutivo, através da análise do conjunto de relações.

A análise das redes fornece uma explicação do comportamento social baseada em modelos de interacção entre os actores sociais em vez de estudar os efeitos independentes de atributos individuais ou relações duais. A análise estrutural das redes baseia-se na premissa de que estas têm uma realidade própria, no mesmo sentido em que os indivíduos e as relações a têm, pelo que a sua influência não pode ser reduzida ao simples efeito de constrangimentos normativos, atributos pessoais ou efeitos cumulativos de múltiplas interacções. Esta "análise relacional" (Wellman, 1985) permite estudar o modo como os indivíduos são condicionados pelo tecido social que os envolve, mas, também, o modo como eles o usam e modificam consoante os seus interesses.

Um novo paradigma?

Já nos anos 70, Samuel Leinhardt colocava esta questão no título de uma das primeiras antologias de textos sobre a matéria – *Social Networks. A Developing Paradigm* (1977). Hoje o debate permanece, e dele continuam a fazer eco as obras que divulgam as teorias das redes sociais (Degenne e Forsé, 1994; Lemieux, 1999; Mercklé, 2004).

O conceito de paradigma foi proposto por Thomas Kuhn (1972) para dar conta da descontinuidade da evolução do conhecimento científico. Segundo o autor, esta processa-se através da alternância de momentos de ciência normal, de crise, de ciência extraordinária e de revolução. Um paradigma é constituído por leis, hipóteses teóricas gerais, métodos e técnicas, meios standardizados de aplicar leis fundamentais a uma grande diversidade de situações. O trabalho no interior de um paradigma reúne os cientistas na prática da ciência normal. Como todos os paradigmas comportam inadequações e enigmas, quando a sua resolução se torna impossível, dentro do quadro da ciência normal, dá-se uma crise e procuram-se alternativas no quadro da ciência extraordinária. O trabalho fora dos limites do paradigma pode permitir regressar à normalidade ou pode dar azo a nova teoria. Quando este último caso prevalece estamos perante a emergência de um novo paradigma e uma profunda reorganização de todo o domínio científico em causa, ou seja, segundo Kuhn, perante uma revolução científica. O novo paradigma não surge como um processo cumulativo mas como algo radicalmente novo: produz novos recortes do mundo, adopta novos modelos, novos métodos, redefine os problemas e as soluções. O novo e o velho paradigma são irreconciliáveis e incomensuráveis, daí a visão descontínua de Kuhn sobre a evolução do conhecimento.

Não me parece que se possa falar da existência de um novo paradigma nas ciências sociais quando falamos de teoria das redes. Como nota Lemieux, acontece com a noção de paradigma de Kuhn um pouco o mesmo que acontece com o conceito de rede: a sua enorme divulgação e o seu sucesso permitem o seu uso abusivo (Lemieux, 1999: 5). De facto, estamos perante um campo do conhecimento que está longe de ser apenas um método, um conjunto de técnicas sofisticadas para abordar a realidade social, como alguns pensam. No entanto, não podemos, também, falar de um novo paradigma no sentido kuhniano, em que uma teoria "esmaga" as concorrentes e enfraquece institucionalmente as suas rivais. Apesar das ambições (justificadas) dos seus teóricos, falta à *network analysis* a hegemonia que fez o sucesso do funcionalismo. Por um lado, o espaço da teoria sociológica é hoje partilhado por perspectivas diferenciadas, sem que se possa identificar um paradigma dominante. Por outro lado, o próprio campo interno da disciplina está longe de se constituir como uma teoria "unificada". Aliás, a dissonância começa na forma de nomear o "novo paradigma": "science of networks" (Watts, 2004), "social network paradigm" (Leinhardt, 1977), "network analysis" (Marsden e Lin, 1985; Knoke e Kuklinski, 1982) e a sua tradução francesa "analyse des réseaux" (Mercklé, 2004), "structural analysis" (Wellman e Berkowitz, 1991). As diferentes designações escondem, no entanto, algo comum: "uma concepção relacional da estrutura social" (Marsden e Lin, 1985: 10).

Os contributos da *network analysis* inscrevem-se em dois debates fundamentais da tradição sociológica: o primeiro tem a ver com o estatuto das análises micro na construção da macro-sociologia, o segundo com a relação entre a estrutura social e a acção individual. De um modo geral, a teoria das redes postula que a teoria sociológica macro-estrutural deve ser construída sobre fundações micro. Ou seja, o nível interpessoal deve prover bases para explicar actividades e estruturas de níveis mais elevados de agregação. Segundo Mercklé, a teoria das

redes constitui uma “terceira via”, “meso-sociológica”. A sua abordagem tenta responder, simultaneamente, a duas ambições: explicar o comportamento dos indivíduos através das redes em que eles se inserem e explicar a estruturação das redes a partir da análise das interações entre os indivíduos e das suas motivações. Ou seja, a *network analysis* propõe-se “suplantar a dualidade do princípio simmeliano «os indivíduos fazem a sociedade, as sociedades fazem os indivíduos»” (Mercklé, 2004: 97). Não se trata de erigir a dimensão “reticular” como mais importante do que a do indivíduo ou da estrutura social, mas de reconhecer que ela permite passar de um nível ao outro.

No interior deste debate, uma das perspectivas mais sedutoras é a da *actor-network theory* (ANT). Originária dos estudos sobre a ciência de Bruno Latour, Michel Callon e John Law (Callon, 1989), a ANT apresenta propostas inovadoras para o debate sobre a articulação entre macro e micro. No início dos anos 80, Callon e Latour escrevem um texto paradigmático para uma obra sobre esta temática (Knorr-Cetina e Cicourel, 1981). O artigo dos dois autores (Callon e Latour, 1981) propõe uma visão dinâmica das relações macro-micro, na qual o conceito de tradução ocupa um lugar central²⁸. Os autores recusam a distinção entre “indivíduos” e “instituições”, o importante não é a dimensão dos actores, mas as relações de poder e os processos de tradução que se estabelecem entre eles. A proposta da ANT de “seguir os actores” (Latour, 1992) implica a assunção dos actores como redes e a integração de actores não humanos nas redes²⁹. A *actor-network theory* tem procurado construir uma “sociologia das associações”, por oposição a uma “sociologia do social”, (Latour, 2005), procurando conhecer

²⁸ “Por tradução, entendemos todas as negociações, intrigas, cálculos, actos de persuasão e violência, graças aos quais um actor ou força toma, ou atribui a si próprio, a autoridade para falar ou agir em nome de outro actor ou força” (Callon e Latour, 1981: 279).

²⁹ Este último factor é, seguramente, um dos traços mais inovadores da ANT, que surge por via da influência decisiva dos estudos sobre a ciência.

o modo como elementos heterogéneos se relacionam entre si. Deste modo, tem desenvolvido um papel fundamental na análise da construção das redes e nas formas da sua manutenção e extinção³⁰.

Sintetizando: a *network analysis*, como afirmam Marsden e Lin, “oferece novas abordagens para a descrição e estudo da estrutura social e para lidar com o problema complexo de integrar diferentes níveis de análise: o modo como a acção individual cria a estrutura social; o modo como a estrutura social, uma vez criada, constrange a acção individual e colectiva; o modo como as atitudes e comportamentos dos actores são determinados pelo contexto social em que a acção ocorre” (Marsden e Lin, 1985: 10). Deste modo, a “racionalidade reticular” permite, como afirma Parrochia, olhar o “teatro das circulações” (Parrochia, 2001:17). Ou seja, a abordagem a partir da teoria das redes confere a possibilidade de analisar o espaço relacional, os seus movimentos e o conteúdo desses movimentos – a forma e o conteúdo da relação, simultaneamente.

Mais importante do que responder à questão se a teoria das redes constitui um novo paradigma nas ciências sociais é poder usufruir dos seus contributos para a análise sociológica. Como afirma Latour, a força da teoria das redes vem da capacidade de tornar visível e descritível o trabalho dos actores (Latour, 1992: 4). A *network analysis* trouxe novos princípios analíticos, novas linguagens e novos dados para a teoria sociológica, permitindo analisar a estrutura social a partir de uma perspectiva relacional e (re)colocando no centro do questionamento o elemento básico da sociologia: a interacção social. Qual pode ser então o

³⁰ Apesar dos contributos produtivos da ANT para o conhecimento dos modos de funcionamento interno das redes, esta pesquisa afasta-se desta perspectiva. Submetendo os seus objectivos aos “testes” que Latour apresenta numa obra recente, para aferir a integração na *actor-network-theory* (Latour, 2005: 10-11), reconheço que me situo mais próxima da “sociologia do social” do que da “sociologia das associações”.

contributo da “teoria das redes” para o estudo do papel exercido pelas relações sociais informais na provisão de recursos? Dadas as suas potencialidades analíticas e metodológicas, o conceito de rede social parece bastante profícuo para o estudo da sociedade-providência, permitindo, de uma forma operacional, estudar a forma como os indivíduos mobilizam diferentes tipos de relações sociais para fazer face às suas necessidades de bem-estar.

Os estudos realizados no âmbito da *network analysis* têm demonstrado que as pessoas que conhecemos e aquelas “com quem podemos contar” influenciam o nosso estilo de vida, os nossos sucessos e insucessos, a nossa segurança e sentimento de bem-estar e, mesmo, a nossa saúde (Martins e Fontes, 2004). A análise estrutural americana fez escola sobretudo com os estudos sobre as redes sociais enquanto fonte de suporte social. Os trabalhos clássicos de Barry Wellman, *Networks as Personal Communities* (Wellman, 1985; Wellman, Carrington e Hall, 1991) e de Claude Fischer, *To Dwell Among Friends* (1982) constituem dois marcos fundamentais nesta área, dado que neles se encontram contributos decisivos da teoria das redes, mais tarde desenvolvidos por outros autores e retomados em inúmeros estudos empíricos.

O trabalho de Wellman é um estudo longitudinal sobre os habitantes de um quarteirão urbano de Toronto, levado a cabo em dois momentos distintos (1968 e 1977-78). Orientada inicialmente pelo debate sobre “a perda da comunidade” (Wellman, 1985), a pesquisa procurou, sem sucesso, a sua presença nas ruas dos bairros urbanos: conversas de rua entre vizinhos, trocas de serviços entre amigos, reuniões familiares, etc. (Wellman, Carrington e Hall, 1991). Os laços encontrados pelos investigadores não se “encaixavam” nos “critérios sociologicamente estandardizados de comunidade – redes densas de solidariedade vicinal” (*idem*: 130); no entanto, os habitantes do bairro estabeleciam relações com inúmeras

peças, que visitavam regularmente e com as quais partilhavam informações e trocavam auxílio.

Os autores passaram, então, a abordar a “comunidade” não como uma realidade local, mas como uma forma específica de relação social. Wellman propõe o conceito de “comunidade pessoal” como forma de tornar inteligível um conjunto de laços de companheirismo e entreatada – “laços de comunidade” – que extravasam os limites das unidades geográficas de vizinhança.

O trabalho de Wellman é particularmente interessante pela forma como aborda a relação entre os comportamentos individuais e as características das redes de relações. Wellman analisa a estrutura das redes e os efeitos que diferentes formas estruturais têm na mobilização de recursos e na construção de oportunidades para os seus membros, preocupando-se com as redes enquanto fonte de suporte social. Tendo em conta os contextos macroestruturais nos quais estão inseridas as redes pessoais, o autor analisa a influência das formas das redes nas mudanças das situações individuais e na integração nos sistemas macrosociais.

Enquanto o trabalho de Wellman reflecte a linha “dura” da *network analysis*, focalizando a sua atenção na forma como os modelos relacionais condicionam o comportamento individual, a pesquisa de Fischer utiliza o conceito de rede de uma forma mais “flexível”. Para este autor a rede de relações do indivíduo é um elemento de constrangimento, mas também um recurso que os indivíduos modelam segundo os seus interesses e investimentos pessoais. *To Dwell Among Friends* (1982) constitui um dos contributos mais importantes para a compreensão da relação entre variáveis estruturais e redes pessoais. Fischer centra a sua análise nas diferenciações originadas pela comunidade de residência, desenvolvendo uma comparação sistemática entre as redes dos habitantes das grandes áreas urbanas e as redes daqueles que vivem em pequenos centros.

Fischer mostra que o urbanismo tem consequências na vida dos indivíduos, mas não aquelas postuladas pelas teorias tradicionais sobre o “modo de vida urbano”. Os habitantes das grandes cidades, tal como os dos pequenos centros, estão inseridos em redes de relações que oferecem apoio, sociabilidade e entreajuda. Para o autor, “o urbanismo tende a produzir um *estilo* de vida diferente, mas não uma *qualidade* de vida diferente” (Fischer, 1982: 260). Do ponto de vista relacional, quem vive nas grandes cidades não tem uma qualidade de vida inferior à dos habitantes dos pequenos centros; no entanto, o seu estilo de vida é diferente: no tipo de pessoas que conhecem, nas actividades que desenvolvem juntas, no conteúdo das relações que estabelecem, etc. Segundo Fischer, a grande cidade oferece, mesmo, maiores oportunidades, sobretudo aos jovens e solteiros, de encontro e associação com indivíduos semelhantes, com experiências, interesses, gostos e valores comuns. Em consequência, os habitantes das metrópoles têm, na maioria dos casos, redes mais vastas e mais densas que os habitantes das áreas rurais e maiores possibilidades de selecção das suas relações que estes últimos.

Apesar da ênfase que coloca, ao contrário da maioria dos autores, na importância das escolhas individuais na construção das redes de relações, o trabalho de Fischer revela-se importante sobretudo pelo modo como evidencia a relação entre a estrutura social e a configuração das redes pessoais. O autor mostra como as escolhas dos indivíduos são condicionadas pelos contextos sociais em que estes se movem: a área de residência, o local de trabalho, a família. Embora o seu estudo se centre na análise da relação entre as redes e o tipo de comunidade residencial, Fischer sublinha que variáveis estruturais como a educação, a ocupação e a profissão, o rendimento, o sexo, a idade e a fase do ciclo de vida desempenham uma importância fundamental no modo como os indivíduos estabelecem e mantêm relações com os outros.

Estes trabalhos mostram as potencialidades da *network analysis* para a superação da dicotomia macro-micro. A análise das redes permite focar a atenção no comportamento individual sem perder de vista a sua inserção nas estruturas sociais. A investigação sobre redes sociais mostra como as trajetórias sociais dos indivíduos não são determinadas integralmente nem pelas suas posições estruturais, nem pelas suas decisões individuais. A inserção do indivíduo numa estrutura de redes, embora de certa forma condicionada pela sua posição na estrutura social, garante um certo grau de liberdade na escolha de estratégias de acção e possibilita deslocações na estrutura social (Fontes e Eichner, 2004).

Os trabalhos seminais de Mark Granovetter (1973 e 1982) sobre o papel das redes sociais no acesso ao emprego mostraram exactamente como determinado tipo de laços permite estabelecer pontes entre diferentes grupos sociais, possibilitando aos indivíduos aceder a mundos que lhes estariam vedados no interior da sua rede de relações próximas. O autor mostrou como, quando alguém procura um emprego, os laços fracos são mais eficazes do que os laços fortes porque permitem sair do meio social em que o indivíduo se insere e aceder a informações e contactos que se situam noutros meios. O mesmo parece ser verdade quando se procura um apartamento ou se quer encontrar alguém que não se conhece pessoalmente (Degenne e Forsé, 1994).

Nan Lin (1982) retomou a experiência de Milgram, já citada acima, para testar a hipótese da força dos laços fracos de Granovetter. O autor seleccionou 300 indivíduos duma localidade do estado de Nova Iorque usando variáveis como a idade, a antiguidade na comunidade, o estado civil e a participação cívica e religiosa. Os destinatários cobriam quatro categorias (um homem branco, uma mulher branca, um homem negro, uma mulher negra). Como os expeditores não conheciam os destinatários tinham que recorrer a intermediários para entregar os

seus pacotes. Foram entregues 30% das encomendas, sendo que a barreira racial foi difícil de ultrapassar. Observou-se mais sucesso quando o destinatário era uma mulher e um homem o expeditor. O nível social também se revelou importante: o sucesso foi maior quando o expeditor pertencia a um nível social superior ao do destinatário. Sobretudo, Nan Lin preocupou-se com a observação dos intermediários utilizados e verificou que as estratégias mais eficazes consistiram em utilizar laços fracos mais do que laços fortes, confirmando, deste modo, as hipóteses de Granovetter acerca da importância deste tipo de laços.

Desta forma, o que diversos estudos sobre redes sociais mostram é o modo como o desenho das redes condiciona o acesso dos indivíduos a diferentes recursos, como sublinha Barry Wellman (1991), permitindo constatar que a morfologia das redes abre ou fecha possibilidades a indivíduos com posições semelhantes na estrutura social. Um dos contributos principais da teoria das redes prende-se com o reconhecimento das implicações estratégicas de padrões particulares de relações. Os trabalhos recentes de Breno Fontes (Fontes, 2004; Fontes e Eichner, 2004) sublinham que esta é uma questão importante para discutir as possibilidades de acção colectiva. O autor mostra como as estruturas das redes nas quais os actores se inserem condicionam as suas práticas políticas. Ao estudar a formação do capital social, numa comunidade pobre do Brasil, o autor chega à conclusão de que a construção do espaço público passa por estruturações de sociabilidade localizadas na esfera privada, sustentadas sobretudo no domínio dos laços fortes, o que contraria os resultados da maior parte dos estudos sobre as sociedades do hemisfério norte (Fontes e Eichner, 2004). O autor sublinha, com pertinência, a importância do conceito de rede social para discutir os resultados de Banfield acerca da participação cívica, chamando a atenção para a forma como actores, com posições semelhantes na estrutura social, têm práticas políticas diversas, resultantes de diferentes padrões de estruturação de redes sociais (Fontes, 2004).

As redes como capital social

O conceito de capital social tem muito em comum com o conceito de rede. Embora o seu aparecimento na teoria sociológica seja mais recente, o seu sucesso tem sido notável, e tornou-se, tal como o conceito de rede, uma ideia “na moda”. Sobretudo a partir de meados da década de 90, as publicações, congressos e discussões sobre o capital social multiplicaram-se. Tal como o conceito de rede, o conceito de capital social popularizou-se, extravasou limites disciplinares e ultrapassou as fronteiras das comunidades académicas, sendo hoje discutido em áreas muito diversas: sociologia, economia, desenvolvimento, educação, criminologia, política. O interesse que organizações como a OCDE e o Banco Mundial revelam, hoje, pelo conceito³¹ é revelador, não só do modo como a questão se integrou no pensamento económico, mas, também, do modo como ultrapassou os limites da discussão científica e se coloca, hoje, ao nível da discussão política. No entanto, ao contrário do conceito de rede, ao qual estão intimamente ligados muitos dos seus desenvolvimentos, é, ainda hoje, difícil atestar as capacidades heurísticas do conceito de capital social para a teoria sociológica e saber se esta noção traz algo de novo, sólido e profícuo, ou se representa apenas uma reinvenção de “velhas ideias” num novo contexto histórico³².

³¹ O Banco Mundial tem mesmo uma página sobre a questão – www.worldbank.org/poverty/scapital/index.htm – onde se pode encontrar vasta bibliografia sobre o conceito e inúmeras informações sobre estudos de caso e acções concretas levadas a cabo pela agência.

³² Para uma análise das raízes históricas do conceito de capital social, da sua relação com o pensamento sociológico clássico e defesa do seu “valor acrescentado”, cf. Adam e Roncevic (2003), Portes (1998), e Walters (2002).

Em que consiste o capital social? Qual a sua relação com a análise das redes sociais? Qual é o seu contributo para as questões que aqui se debatem? Uma das variáveis que atesta o sucesso do conceito e, simultaneamente, as dificuldades que levanta a sua utilização, é a diversidade de definições que podemos encontrar. Como afirmam Adam e Roncevic, “quanto mais popular se torna o conceito, mais longe nos encontramos de um consenso” (2003: 160). Deste modo, os autores descrevem o capital social como “um genótipo com muitas aplicações fenotípicas” (2003: 158-160). O genótipo, a partir do qual surgem as inúmeras definições, parece residir na definição de Coleman: “não é uma entidade singular, mas uma variedade de entidades, com dois elementos em comum: constituem aspectos das estruturas sociais e facilitam certo tipo de acções dos actores na estrutura” (1988: 98). O autor localiza o capital social nas “relações entre as pessoas” (1990: 304).

É esta noção, de um tipo de capital gerado nas “relações”, que torna o conceito de capital social indissociável do conceito de rede social e, também, atractivo para os teóricos da *network analysis*. Deste modo, não é de estranhar que um dos contributos fundamentais para uma “teoria do capital social” venha de um autor oriundo da teoria das redes – Nan Lin. Este autor define capital social como “investimento nas relações sociais com proveitos esperados no mercado” (Lin, 2001a: 19). Do ponto de vista analítico o mercado pode ser económico, político, de trabalho ou a comunidade. O autor defende que “os indivíduos se envolvem em interacções e redes de modo a produzir lucros” (Lin, 2001a: 19). Deste modo, uma teoria do capital social deve “examinar os mecanismos e processos através dos quais os recursos disponíveis nas redes sociais são percebidos como investimentos”, tendo em conta que “o capital é apreendido nas relações sociais e que a sua conquista envolve constrangimentos e oportunidades estruturais, bem como acções e escolhas por parte dos actores” (Lin, 2001a: 3).

A teoria de Lin decorre, segundo o próprio, de uma teoria geral do capital. O autor classifica as teorias do capital social como *neo-capital theories*, herdeiras da teoria clássica (*classical theory of capital*) enunciada por Marx (Lin, 2001a e 2001b). O autor defende que a ideia básica da teoria marxista acerca do capital (investimento para a produção de lucro) se mantém nas teorias subsequentes acerca do capital. Lin enquadra nas *neo-capital theories* as teorias do capital humano de Schultz e Becker e a teoria do capital cultural de Bourdieu (Lin, 2001a: cap. 1). O autor destaca dois elementos nestas novas teorias do capital: em primeiro lugar, a deslocação do enfoque analítico do nível macro da abordagem marxista para o nível micro – mais do que verem o capital como parte do processo de exploração da sociedade, as *neo-capital theories* olham para os indivíduos como actores que fazem os seus investimentos de modo a lucrar no mercado³³; e em segundo lugar, a emergência da acção e da escolha individuais como um elemento fundamental. Em suma, o que Lin quer sublinhar é o modo como as novas teorias do capital evidenciam a relação entre as acções individuais e as posições estruturais.

É neste enunciado que se centraliza a atenção das teorias do capital social. Para Lin, a noção de capital social – o capital apreendido nas relações sociais – representa “um enorme avanço na nova teoria do capital (*neo-capital theory*)³⁴” (Lin, 2001a: 19). Nesta perspectiva, “o capital é visto como um bem social em virtude das conexões dos actores e do acesso aos recursos da rede ou grupo de que eles fazem parte” (*idem*). Lin apresenta quatro factores para explicar o modo como os recursos disponíveis através das redes sociais condicionam os

³³ Isto não quer dizer, e Lin reconhece-o, que estas teorias (sobretudo a teoria de Bourdieu) esquecem os processos de dominação inerentes à sociedade capitalista. O autor quer sublinhar, no entanto, que é o indivíduo, e não a classe, que focaliza a atenção destes autores.

³⁴ Numa síntese posterior das teorias do capital (Lin, 2001b), Lin classifica as abordagens de Bourdieu, Coleman, Putnam e as suas próprias contribuições como diferentes vertentes da teoria do capital social, situando-as como contributos para as *neo-capital theories*.

resultados das acções dos indivíduos (2001a e 2001b). Em primeiro lugar, o fluxo da informação é facilitado: os laços sociais colocados em posições estratégicas fornecem aos actores informações úteis sobre oportunidades e escolhas, que de outra maneira não estariam disponíveis. Em segundo lugar, estes laços influenciam os agentes que têm um papel importante nas decisões (por exemplo, a contratação no caso de um emprego). Em terceiro lugar, os laços sociais podem ser concebidos como credenciais, que garantem as possibilidades individuais de aceder a recursos disponíveis através das suas redes. Finalmente, as relações sociais reforçam a identidade e reconhecimento – ser reconhecido como indivíduo e membro de um determinado grupo, além de garantir suporte emocional, possibilita reconhecimento público no que respeita ao direito a determinados recursos. Para Lin, estes quatro elementos – informação, influência, credenciais e reforço (*reinforcement*) – conferem ao capital social capacidades explicativas, em determinados domínios, que as formas de capital pessoal, como o económico e o humano não possuem.

A maioria dos autores estabelece três tradições distintas na abordagem do capital social: a que se baseia no trabalho de Pierre Bourdieu, a que se estrutura em torno das ideias base de James Coleman e, finalmente, aquela que talvez tenha mais sucesso hoje em dia – a originária dos trabalhos de Robert Putnam. Eu acrescentaria mais uma linha analítica a estas três: as abordagens que vêm da teoria das redes, de autores como o já citado Nan Lin, mas também de Ronald Burt, Peter Marsden e Barry Wellman. Como explicarei de seguida, embora estes teóricos possam ser herdeiros do pensamento de Coleman na definição de capital social³⁵, as suas posições teóricas e, sobretudo, metodológicas afastam-nos da perspectiva colemaniana.

³⁵ O próprio Lin, na apresentação que faz das teorias do capital social, coloca-se a par de Coleman, na tipologia de autores que constrói (Lin, 2001b: 5).

Uma das proximidades do conceito de capital social com o conceito de rede é o facto do seu sucesso se dever ao trabalho de investigadores com interesses muito diversos, e que desenvolveram o seu trabalho com objectivos bastante diferentes.

Se Pierre Bourdieu é, por muitos, considerado um pioneiro na moderna conceptualização do capital social (Adam e Roncevic, 2003; Portes, 1998; White, 2002), as suas preocupações principais extravasam largamente a definição deste conceito. A abordagem que Bourdieu constrói do conceito de capital social enquadra-se na sua teoria da reprodução social com base na *distinção* dos grupos sociais. Num texto seminal – “Le capital social. Notes provisoires” – Bourdieu define capital social como “o conjunto de recursos, efectivos ou potenciais, relacionados com a posse de uma *rede durável de relações*, mais ou menos institucionalizadas, de interconhecimento e de reconhecimento” (Bourdieu, 1980: 2, itálico do autor). Para o autor, “o volume do capital social que um agente particular possui depende da extensão da rede de ligações que ele pode mobilizar e do volume de capital (económico, cultural ou simbólico) possuído por cada um daqueles a quem ele está ligado” (*idem*). Bourdieu sublinha que “o capital social nunca é completamente independente do facto de as trocas, que instituem o inter-reconhecimento, suporem o re-conhecimento de um mínimo de homogeneidade «objectiva»”, e que o capital social “exerce um efeito multiplicador sobre o capital possuído pelo próprio” (*idem*).

A perspectiva de Bourdieu mostra que as redes sociais não são um dado natural, antes, são construídas através de estratégias de investimento nas relações sociais, passíveis de serem utilizadas como fontes de benefícios. A definição do autor torna clara a existência de dois elementos no capital social: as relações que permitem aos indivíduos aceder aos recursos e a qualidade e quantidade desses recursos.

Apesar de James Coleman não citar o trabalho de Bourdieu, em alguns pontos as suas concepções aproximam-se bastante³⁶. Coleman define o capital social a partir da sua função, e afirma que, "como outras formas de capital, o capital social é produtivo, tornando possível alcançar certos fins que não seriam atingíveis na sua ausência" (Coleman, 1990: 302). Ilustrando-as profusamente com exemplos, o autor distingue várias formas de capital social: obrigações e expectativas, informação, normas e sanções, autoridade, formas de organização associativa (Coleman, 1990: 304-313). Identifica, também, os factores que contribuem para a criação, manutenção e destruição do capital social: fechamento das redes sociais, estabilidade das estruturas, ideologia, e outros factores, como os suportes sociais formais (Coleman, 1990: 318-321). Anunciando a linha de pensamento que se constrói em torno das ideias de Putnam, Coleman sublinha o carácter público do capital social: "como um atributo da estrutura social, na qual o indivíduo se insere, o capital social não é propriedade de nenhuma das pessoas que dele beneficia" (Coleman, 1990: 315).

Portes (1998) e Lin (2001b) criticaram Coleman pela sua definição vaga de capital social e pelo carácter tautológico de algumas das suas concepções. De facto, Coleman inclui, sob a mesma designação, mecanismos geradores de capital social (expectativas de reciprocidade e definição de normas pelo grupo), consequências da sua posse (como o acesso privilegiado à informação) e formas de organização social que estabelecem o contexto no qual fontes e efeitos se materializam. Deste modo, a distinção entre os recursos e as relações que permitem aceder aos recursos, feita por Bourdieu, é obscurecida por Coleman. Segundo Portes, uma abordagem sistemática do conceito necessita distinguir entre três elementos: os recursos, as fontes do capital social e os

³⁶ Portes (1998) atribui a falta de diálogo dos autores americanos com o trabalho de Bourdieu, durante a década de 80, à ausência de traduções para língua inglesa de textos fundamentais deste autor.

detentores do capital social (Portes, 1998: 6). Para Lin, a visão “funcional” de Coleman é “tautológica”: o capital social é identificado quando e se funciona; a sua explicação causal pode ser captada apenas pelo seu efeito, ou seja, o factor causal é definido pelo seu efeito. Lin não recusa a existência de uma relação funcional, mas defende que os dois conceitos devem ser tratados como entidades separadas, com medidas independentes (Lin, 2001b: 11).

Enquanto as abordagens de Bourdieu e Coleman olham para o capital social a partir do indivíduo, outros autores transferiram os seus questionamentos para a dimensão colectiva. O principal responsável pela difusão desta perspectiva foi o americano Robert Putnam. O sucesso da sua obra *Bowling Alone. The Collapse and Revival of American Community* (2000) ultrapassou largamente a comunidade académica e levou a opinião pública americana a interrogar-se sobre o declínio da participação cívica dos cidadãos.

A definição de capital social de Putnam é herdeira da de Coleman, mas sublinha a dimensão normativa que emerge das relações sociais. Para Putnam, o capital social “refere-se às conexões entre indivíduos – redes sociais e normas de reciprocidade e confiança que delas emergem” (Putnam, 2000: 19). Segundo o autor, o capital social surge “em muitas formas e tamanhos diferentes, com muitos usos diferentes” (*idem*: 21), que exemplifica: a família extensa, a catequese, os colegas de póquer, os companheiros de dormitório na universidade, as organizações cívicas, os grupos de *chat* da internet, a rede de contactos profissionais – todos são formas de capital social. Tal como Coleman, também Putnam concebe as redes, simultaneamente, como fonte e forma de capital social. Deste modo, mais uma vez, encontramos neste autor uma confusão analítica entre o capital social e as suas fontes, que gera problemas de operacionalização do conceito.

Em *Bowling Alone*, Putnam está preocupado com o declínio da participação cívica dos americanos, e apresenta uma imensa diversidade de indicadores estatísticos para mostrar que, desde os anos 60, os seus concidadãos se associam menos, votam menos, confiam menos, dão menos. A obra fecha, no entanto, com uma perspectiva otimista nas capacidades dos reformistas sociais em inventar novas formas de capital social, capazes de substituir as moribundas. A sua obra seguinte – *Better Together* (2003) – pretende, exactamente, mostrar as vantagens da (re)construção dos laços comunitários.

Assim, se para Bourdieu e Coleman a questão é “o que é que a minha rede de relações pode fazer por mim?”, para Putnam é “em que medida todos podemos beneficiar de uma rede social ampla com normas e confiança associadas?”³⁷. A discussão acerca do carácter público ou individual do capital social constitui uma das fracturas fundamentais no interior das teorias sobre esta matéria. Basicamente, temos dois olhares fundamentais sobre o capital social: o daqueles que o vêem como um bem público e o daqueles que procuram analisar as vantagens privadas dos recursos acessíveis através das redes. Os primeiros operacionalizam o capital social através das normas, valores e atitudes, visíveis em unidades macrosociais, os segundos realizam uma abordagem sócio-estrutural, através das redes e dos laços sociais. Tendencialmente, os cientistas políticos orientam-se para a primeira opção, os sociólogos para a segunda (Dekker, 2004).

Mas esta não é a única dissensão no interior das teorias do capital social. Para além da controvérsia gerada pelo confronto entre perspectivas macro e micro, outras questões, teóricas e metodológicas, estruturam as convergências e

³⁷ A perspectiva macrosocial de Putnam influenciou, sem dúvida, os trabalhos desenvolvidos pelas agências internacionais, sobretudo o Banco Mundial, acerca das relações entre capital social e desenvolvimento económico – cf., por exemplo, Grootaert *et al.* (2003).

divergências entre os autores mencionados. O modo como cada um lhes responde define orientações diversas, estrutura programas de investigação diferentes e configura respostas divergentes. A operacionalização do conceito é um dos problemas fulcrais na análise do capital social, que decorre das suas múltiplas definições e das imprecisões que grande parte delas comporta.

É sobretudo pelo seu contributo neste domínio que faz sentido conceber as abordagens vindas da *network analysis* como uma linha de pensamento autónoma sobre o capital social. Os autores da teoria das redes têm dado uma contribuição fundamental para a reflexão nesta matéria, mesmo quando não se debruçam sobre a conceptualização do capital social ou não usam expressamente o conceito³⁸. A perspectiva da *network analysis* permite superar alguns dos dilemas das teorias do capital social. A “análise relacional” possibilita uma abordagem que ultrapassa as tautologias das definições vagas de capital social. A dimensão reticular permite passar do nível macro ao nível micro e vice-versa, captando os processos de construção e utilização do capital social.

A *network analysis* contribui, decisivamente, para a clarificação do conceito de capital social e para a sua operacionalização. Lin defende que o capital social, “enquanto investimento nas relações sociais com resultados esperados no mercado, deve ser definido como *recursos inseridos na estrutura social que são acessíveis e/ou mobilizados para a concretização de um objectivo*” (Lin, 2001a: 29, itálico do autor)³⁹. Deste modo, a teoria das redes permite olhar para três dimensões analíticas fundamentais: os recursos, as estruturas sociais, a acção. Os

³⁸ O trabalho de Mark Granovetter é um bom exemplo. As suas pesquisas e reflexões sobre o papel das redes sociais no acesso ao emprego constituem uma referência nas análises sobre o capital social, apesar do autor nunca ter utilizado o conceito.

³⁹ Alguns autores falam de “capital social estrutural” para referir o capital construído através das redes, por contraste com o “capital social cognitivo”, que se refere a normas, valores e atitudes (Kirshna e Shrader, 1999).

diferentes autores podem centrar-se mais num, ou noutro, aspecto,⁴⁰ mas é consensual que estes três elementos, que intersectam estrutura e acção, são fundamentais para a análise do capital social.

Lin propõe a identificação de três blocos distintos de variáveis para a modelização do conceito de capital social (Lin, 2001a: 243-249): o investimento; o acesso e a mobilização; as retribuições. O primeiro representa as pré-condições do capital social – os factores estruturais e a posição do indivíduo na estrutura social; o segundo representa os elementos do capital social e, finalmente, o terceiro, as compensações, instrumentais e expressivas, do capital social. O processo que conduz do primeiro ao terceiro representa um esquema sequencial de causalidade, cuja análise permite descrever a formação desigual do capital social: os elementos estruturais, bem como as posições individuais na estrutura, afectam as oportunidades para construir e manter o capital social.

Deste modo, a abordagem “meso” da *network analysis* permite esclarecer processos que outras perspectivas obscurecem, ao enfatizarem apenas uma das dimensões. Os instrumentos e métodos da teoria das redes constituem uma via privilegiada para a construção de modelos analíticos que esclarecem as relações entre capital social, redes sociais e estrutura social, facto que lhes confere um papel de relevo nos contributos para as teorias do capital social.

Outra das controvérsias que estrutura o pensamento sobre o capital social é a discussão sobre os seus efeitos positivos ou negativos. Putnam foi várias vezes criticado pela sua “visão dourada” acerca do capital social e das vantagens das “virtudes cívicas” para o bem público. Esta crítica é muitas vezes apressada, dado que, apesar da sua perspectiva optimista, o autor é o primeiro a

⁴⁰ Por exemplo, Lin nos recursos (1995) e Burt nas posições estruturais (1995 e 2001).

reconhecer a existência de um “lado negro” do capital social⁴¹: ele “pode ser dirigido para propósitos malévolos e anti-sociais, como qualquer outra forma de capital” (Putnam, 2000: 22). No entanto, a esmagadora maioria da literatura enfatiza o lado positivo do capital social. Como afirma Portes, o nosso viés sociológico faz com que vejamos coisas boas na sociabilidade e coisas más no comportamento do *homo economicus* (1998:15). No entanto, os mecanismos que podem ser apropriados pelos indivíduos como capital social podem, também, ter consequências menos desejáveis, que é preciso não esquecer, sob pena de construirmos juízos morais em vez de trabalho sociológico.

Portes faz um balanço dos estudos que identificaram consequências negativas do capital social e sintetiza-as em quatro dimensões (1998: 15-18). Em primeiro lugar, a exclusão dos que estão fora do grupo⁴². Os mesmos laços que trazem benefícios para os membros da rede, muitas vezes, impedem o acesso a outros. Adam e Roncevic chamam a atenção para o facto de determinadas redes facilmente poderem ser geradoras de capital social, mas também criadoras de abuso e de destruição do mesmo – por exemplo, quando as pessoas tiram vantagens dos recursos disponíveis nas suas redes para alcançarem melhores posições sociais, em detrimento de outros, com níveis mais elevados de capital humano, mas sem capacidade de mobilizar idênticas relações sociais. Para os autores, no longo prazo, isto significa a destruição do capital social, o aparecimento da desconfiança e da desintegração social (Adam e Roncevic, 2003: 169).

O segundo efeito negativo do capital social, identificado por Portes é, em parte, o inverso do primeiro, dado que o fechamento do grupo pode, por vezes,

⁴¹ O capítulo 12 de *Bowling Alone* intitula-se “The Dark Side of Social Capital” (Putnam, 2000: 350-363)

⁴² Esta característica tem sido sublinhada pelos estudos realizados em Portugal sobre a sociedade-providência (Hespanha e Alves, 1995; Nunes, 1995; Santos, 1993).

impedir a iniciativa individual, exigindo a dedicação ao colectivo, em detrimento da prossecução dos interesses pessoais. Em terceiro lugar, a participação no grupo apela à conformidade. As redes densas de solidariedade permitem o acesso a fortes benefícios, mas não deixam de restringir a privacidade e a autonomia dos indivíduos. Deste modo, níveis elevados de controle social conduzem à restrição da liberdade individual. E, finalmente, uma última consequência negativa do capital social, salientada por vários estudos sobre comunidades e minorias étnicas, prende-se com a redução das expectativas pessoais. Dado que a coesão do grupo se estabelece pela partilha de experiências e adversidades e, muitas vezes, por oposição ao conjunto da sociedade, a procura de outros caminhos torna-se bastante difícil.

Este balanço dos efeitos negativos do capital social, embora sintético, permite matizar as perspectivas que vêem no capital social a solução para a revitalização da sociedade civil e para os problemas de governabilidade das sociedades contemporâneas. Alguns autores têm chamado a atenção para os problemas levantados pela popularização do conceito, na linha do pensamento de Putnam, sem que exista uma clarificação do mesmo. Segundo Foley e Edwards, o uso corrente do conceito tem contribuído para a minimização do carácter conflitual da sociedade civil, e, sobretudo, para a supressão da dimensão económica do conflito na sociedade actual (Foley e Edwards, 1997).

Fazendo uma reflexão a partir da experiência da América Latina, Adriana Marrero (2006) discute a forma como a teoria do capital social pode produzir "efeitos liberais sem partir de premissas liberais" (Marrero, 2006: 2). A teoria parte do pressuposto da determinação social da desigualdade, mas não discute a intervenção do Estado, através de políticas redistributivas. Segundo a autora, ao colocar-se a ênfase no dinamismo das redes sociais, que depende da acção individual, acaba por se responsabilizar as pessoas pela sua própria sorte.

Construindo a sua análise a partir da problemática da educação, Marrero conclui que, em muitas das formulações das teorias do capital social, as vítimas são, frequentemente, culpabilizadas.

As discussões sobre o capital social interessam a esta pesquisa nestas duas vertentes – analítica e política. Apesar da primeira ser primordial, a perspectiva acerca do carácter público do capital social e da sua importância como forma de revitalização da sociedade civil é uma linha de discussão impossível de ignorar quando nos questionamos acerca da configuração do laço social na nossa sociedade e das relações entre público e privado.

No entanto, o interesse heurístico do capital social para esta tese decorre, sobretudo, da concepção das redes sociais como provedoras de recursos. Esta perspectiva analítica torna incontornável uma reflexão sobre o seu papel enquanto fonte de capital social, obrigando a uma operacionalização das dimensões analíticas do conceito. É esta tarefa que prossigo no capítulo seguinte.

3

O ROTEIRO DA PESQUISA

Introdução

Qual o papel que cabe à família na produção de bem-estar? Qual o papel das redes sociais na provisão de recursos? Quais são os laços mais activos das redes? Que tipo de necessidades permitem suprir? Qual o papel dos laços de parentesco? Como se articulam as redes informais com outros modos de produção de bem-estar? O que as faz mover? Quais são as normas que regulam a sua acção? Estas interrogações sustentam-se nos contributos teóricos apresentados nos capítulos anteriores. Embora eles possam parecer, por vezes, inconciliáveis, de facto, não o são. Optei, nesta pesquisa, por não limitar o quadro analítico a uma única perspectiva teórica, preferindo uma pluralidade

de leituras que me permitisse dar conta de diversos aspectos da realidade, e que deixasse espaço aberto à construção indutiva.

A estratégia metodológica assentou em dois pilares fundamentais: o recurso ao conceito de rede social como elemento estruturador do modelo de análise, o uso da entrevista em profundidade como técnica de recolha da informação. Embora o cerne do modelo analítico seja construído com base num procedimento hipotético-dedutivo, a postura metodológica ao longo da pesquisa, e que presidiu ao tratamento da informação recolhida, foi a da abertura à indução. O que se preconiza, nesta investigação, não é uma escolha entre dedução e indução, mas sim a procura de uma solução alternativa: a abdução ou retrodução (Bulmer, 1984; Carrilho, 1989; Mason, 1996). O conceito, que Peirce retoma dos *Primeiros Analíticos* de Aristóteles (*apud* Carrilho, 1989), visa dar conta não só de como se trabalha *a partir* das hipóteses, mas também *como se chega a elas*. Segundo Pierce, a abdução “é o processo de formação de uma hipótese explicativa. *É a única operação lógica que introduz novas ideias*; pois a indução nada mais faz senão determinar o seu valor, e a dedução apenas desenvolve as consequências necessárias de uma pura hipótese” (*apud* Carrilho, 1989: 91, itálico do autor).

A inferência abdutiva tem a seguinte forma (Bulmer, 1984; Carrilho, 1989):

“O facto surpreendente X é observado:

Mas se Y fosse verdadeiro, X seria explicável;

Logo, há razões para conjecturar que Y é verdadeiro”

Esta sequência é muito diferente da indução ou da dedução. Na inferência abdutiva começa-se pela observação de um fenómeno, que ganha sentido à luz de uma explicação hipotética. O raciocínio vai dos dados para as hipóteses, mas não através da generalização indutiva, dado que o processo envolve uma

conjectura sobre o possível. Como explica Guilherme de Baskerville em *O Nome da Rosa* ao seu fiel aprendiz Adso de Melk, “resolver um mistério não é a mesma coisa que deduzir de princípios primeiros. E não equivale sequer a recolher muitos dados particulares para depois inferir deles uma lei geral. Significa antes encontrar-se diante de um, dois ou três dados particulares, que aparentemente não têm nada em comum, e procurar imaginar se podem ser outros tantos casos de uma lei geral que não conheces ainda e que talvez nunca tenha sido enunciada” (Eco, sem data: 300).

Deste modo, a abdução é o processo que traduz uma relação dialéctica entre teoria e dados. Nem a teoria é uma colecção de dados agregados, nem os dados são uma materialização dos princípios teóricos conhecidos. A teoria fornece padrões de inteligibilidade dos dados, os dados desafiam a sistematização e a construção de explicações. É destes princípios que parto nesta pesquisa. Os contributos teóricos enunciados nos capítulos anteriores estabeleceram um quadro de questões orientadoras da pesquisa, para o qual defino algumas hipóteses de resposta. No entanto, a análise produzida nesta pesquisa estrutura-se, sobretudo, em torno das vozes das entrevistas. A exuberante riqueza da informação recolhida durante o trabalho de campo abriu caminho para novas interrogações, desafiou as categorias analíticas anteriormente estabelecidas, permitiu integrar novas problemáticas e definir novas hipóteses.

Neste capítulo apresentam-se as opções metodológicas tomadas no decurso da pesquisa, decorrentes dos questionamentos e posicionamentos acima expostos. No primeiro ponto, desenha-se a estrutura do modelo analítico, sistematizando-se as hipóteses da investigação e especificando-se a operacionalização dos conceitos. Apresenta-se, também, a justificação do objecto empírico da pesquisa e as estratégias de selecção da amostra. No segundo ponto, expõem-

se as estratégias seguidas no plano da observação. Debatem-se os problemas relativos ao trabalho de campo, discutindo, sobretudo, as opções tomadas quanto à recolha e tratamento da informação empírica.

3.1 | O modelo analítico

Face às actuais mudanças sociais, económicas e demográficas, cada vez são maiores os limites impostos à acção das solidariedades familiares. Dados como o crescente ingresso das mulheres no mercado de trabalho, a baixa da fecundidade e conseqüente diminuição da dimensão da família, o aumento da esperança de vida e o envelhecimento demográfico são alguns dos factos que obrigam a (re)pensar o papel da família na protecção social.

Sendo, tradicionalmente, as grandes prestadoras de cuidados, as famílias deparam-se hoje com problemas complexos ligados ao aumento da população dependente (os idosos, por exemplo) e à crescente diminuição de recursos para prestação de cuidados. O que parece ser uma crescente incapacidade para "cuidar dos seus" prende-se quer com questões de ordem interna e de alteração dos padrões morfológicos da família, quer com questões mais gerais, relacionadas com as amplas transformações das últimas décadas. Como afirma Claude Martin, é aqui que pode residir a especificidade do Sul da Europa: os sistemas públicos de protecção social constituíram-se durante um período de recessão económica, que impediu o seu completo desenvolvimento, ao mesmo tempo que a família passava por um profundo processo de transformação relativamente à sua morfologia, valores e relações com o Estado e o mercado de trabalho (Martin, 1996b).

Deste modo, levantam-se diversas questões: em primeiro lugar, saber se as solidariedades primárias desempenham realmente o papel que se lhes atribui na

provisão do bem-estar dos indivíduos; em segundo lugar, saber se as famílias têm capacidades para suportar mais encargos do que aqueles que já suportam e se é aceitável exigir-lhes os novos reajustamentos que a crise do Estado-Providência impõe; finalmente, saber que consequências decorrem desses reajustamentos para as famílias e para as estruturas socioeconómicas em que estas se inserem. São estas as questões que originaram esta pesquisa.

As respostas estruturam-se em torno de um conceito central: o conceito de rede social. Tal como explicitarei no capítulo anterior, a abordagem a partir da *network analysis* possibilita a passagem do nível macro ao nível micro, das estruturas sociais à acção individual, ou seja, no caso, permite discutir o modo como se articulam sistemas de produção de bem-estar e condições individuais. Deste modo, o conceito de rede social é usado como um conceito operacional que permite analisar, simultaneamente, a forma e o conteúdo das relações sociais envolvidas na produção de bem-estar.

3.1.1 | As hipóteses

Nos capítulos anteriores analisei os modelos de produção de bem-estar, discutindo as suas características e os princípios subjacentes às suas configurações. A revisão de literatura efectuada permite sustentar a construção de um sistema de hipóteses que visa dar conta dos modos de estruturação da produção de bem-estar no nosso país. A hipótese central da pesquisa afirma a importância fulcral das redes sociais na provisão de bem-estar. Esta hipótese ancora-se numa outra, que tomo de empréstimo a Alain Caillé: “a tripla obrigação [dar, receber, retribuir] continua a estruturar a esfera da sociabilidade primária, a das redes interpessoais” (Caillé, 2000: 129). Deste modo, daqui decorre uma segunda hipótese, que defende a permanência e vitalidade do

sistema de dom na nossa sociedade. A dádiva, assente no interconhecimento, apresenta um enorme dinamismo face às deficiências do sistema estatal, suportado por uma solidariedade abstracta.

A revisão dos estudos sobre a família permite avançar com uma terceira hipótese: a família é o lugar de base do dom. As relações de parentesco constituem os laços mais activos das redes sociais e do sistema de dádiva; é através deles que se estabelecem os fluxos mais intensos de apoio e entreaajuda. A partir deste olhar, sustento, ainda, uma quarta hipótese: em Portugal as redes sociais são marcadas pelo familismo. Este familismo não tem o carácter negativo do familismo amoral de Banfield, mas sim a característica de recurso estratégico no plano da protecção individual e familiar, que lhe atribui Villaverde Cabral.

A reflexão sobre a articulação entre os diferentes modos de produção de bem-estar e o papel da provisão informal configura mais duas hipóteses, que formulo do seguinte modo: a acção das redes sociais permite suprir necessidades sociais em domínios em que outras esferas de providência são omissas ou deficitárias (quinta hipótese). A intervenção das redes permite aceder a recursos que de outra forma seriam inacessíveis aos indivíduos (sexta hipótese).

Os contributos da *network analysis* são essenciais para analisar estas dinâmicas e avançar novas hipóteses. Como se explorou no capítulo anterior, a perspectiva reticular permite integrar diferentes níveis de análise e analisar a forma e o conteúdo das relações sociais, simultaneamente. Deste modo, a abordagem a partir da teoria das redes permite avançar com uma sétima hipótese: existe uma relação entre a morfologia das redes e os recursos às quais elas permitem aceder. Características como a dimensão, a orientação, a lateralização, a polarização e o tipo de laços activados condicionam as potencialidades das redes na produção de bem-estar.

A análise da importância da estrutura das redes na obtenção de recursos obriga a olhá-las como fonte de capital social e permite avançar com uma oitava hipótese: a forma e o conteúdo dos laços sociais condicionam a produtividade das redes enquanto capital social.

Finalmente, um último conjunto de hipóteses procura dar resposta à questão: o que faz mover as redes? Quais são as normas que regulam a sua intervenção? Como acima se expôs, as hipóteses centrais defendem que as redes sociais obedecem aos princípios gerais do sistema de dádiva. No entanto, é necessário olhar para as especificidades dos laços de parentesco. Os trabalhos de alguns autores chamam a atenção para a relação particular entre dom e família (Attias-Donfut *et al.*, 2002; Bawin-Legros, 2003; Godbout, 2000), que deve ser tida em conta. Assim, a nona hipótese desta pesquisa afirma que as normas que regulam a acção das redes dependem do tipo de laço. Desta proposição decorre uma sub-hipótese: no interior das redes, os laços de parentesco regem-se por normas diferentes dos outros tipos de laços.

3.1.2 | A operacionalização

Como já foi referido, o conceito que sustenta a operacionalização da problemática da presente pesquisa é o conceito de rede social. Uma rede social pode ser definida como "um conjunto de unidades sociais e de relações, directas ou indirectas, entre essas unidades sociais, através de cadeias de dimensão variável" (Mercklé, 2004: 4). As unidades sociais podem ser indivíduos ou grupos de indivíduos, informais ou formais, como associações, empresas, países. As relações entre os elementos da rede podem ser transacções monetárias, troca de bens e serviços, transmissão de informações, podem envolver interacção face a face ou não, podem ser permanentes ou episódicas.

Deste modo, a abordagem a partir da *network analysis* permite uma grande flexibilidade analítica relativamente ao problema que o investigador quer estudar. No caso desta pesquisa pretende-se discutir os sistemas de produção de bem-estar, a partir das condições individuais. Parte-se do nível interpessoal como base de explicação para níveis mais agregados. Como referem Knoke e Kuklinski, se a *network analysis* se limitasse a ser uma grelha conceptual para identificar formas de ligação entre um conjunto de actores o seu interesse não seria grande. Segundo os autores, a principal consequência analítica da abordagem advém da sua ancoragem na premissa de que a estrutura de relações entre os actores e a sua localização individual na rede têm importantes consequências (em termos de percepções, atitudes e comportamentos) quer para os indivíduos, quer para o sistema como um todo (Knoke e Kuklinski, 1982: 13).

Do ponto de vista metodológico, a abordagem a partir da teoria das redes permite não só o posicionamento acima descrito, como, também, usufruir de um conjunto de dispositivos analíticos solidamente estruturados e testados. A linguagem, os conceitos, os indicadores, os métodos de recolha e tratamento de dados da *network analysis* constituem um corpo analítico que oferece inúmeras possibilidades heurísticas. Estes contributos foram fundamentais para operacionalizar os questionamentos, as hipóteses e os conceitos desta investigação.

De uma forma operacional, a análise a partir das redes sociais permite sintetizar em algumas questões muito simples a problemática da pesquisa: Quem? O quê? Como? – Quem faz parte das redes? Quais os conteúdos dos fluxos das redes? Quais as normas que regulam a sua acção?

No Quadro 3.1 identificam-se alguns elementos que operacionalizam o conceito de rede social a partir destas questões. Com a resposta à questão “Quem?” pretende-se analisar a forma das redes. Deste modo, na primeira coluna constam

os indicadores relativos à morfologia das redes. Uma caracterização das propriedades das redes neste domínio obriga a conhecer os *nós* e os *laços* que as constituem.

Neste caso, os nós são os elementos da rede, identificados pela relação que têm com *ego*. Os laços – as relações entre os nós da rede – podem ter características muito diferentes. No sistema de hipóteses que apresentei, um dos traços fundamentais que é preciso identificar é a existência ou não de uma relação de parentesco. No entanto, outras distinções são importantes: os laços podem ser positivos ou negativos (Lemieux, 1999), fortes ou fracos (Granovetter, 1973, 1982), passivos ou activos (Milardo, 1988). Estas distinções permitem analisar as fronteiras das redes com o seu ambiente externo, mas também as fronteiras entre sub-sistemas no ambiente interno das redes (Lemieux, 1999: 124).

QUADRO 3.1
Operacionalização do conceito de rede social

| QUEM? | O QUÊ? | Como? |
|----------------------|---------------------|---------------|
| A forma | O conteúdo | As normas |
| Os nós | Instrumental | Reciprocidade |
| Parentes | Emprego | Obrigaçã |
| Amigos | Habitação | Igualdade |
| Vizinhos | Saúde | Autonomia |
| Colegas | Bens materiais | |
| <i>Outros</i> | Cuidados | |
| Os laços | Expressivo | |
| Parentesco ou não | Apoio emocional | |
| Fortes/ fracos | Afecto | |
| Positivos/ negativos | Sociabilidade | |
| Activos/ passivos | | |

A força dos laços, analisada nos trabalhos seminais de Granovetter (1973, 1982), tem como critérios para a sua avaliação, segundo este autor, a duração da relação (antiguidade da relação e tempo despendido junto), a intensidade emocional, a intimidade, os serviços recíprocos. Degenne e Forsé (1994) acrescentaram um quinto critério, que eu também utilizo nesta pesquisa: a multiplexidade, ou seja, a pluralidade de conteúdos de troca existente num laço.

Relativamente à diferenciação entre laços positivos e negativos, sigo a apresentada por Lemieux, que se baseia em trabalhos anteriores de diversos autores e que segue, até certo ponto, as distinções de Simmel (1955) entre laços de identificação e laços de diferenciação. Os laços positivos são laços de identificação, através dos quais os actores sociais se consideram membros de uma entidade comum, enquanto os laços negativos são laços de diferenciação, que fazem os indivíduos demarcarem-se como pertencentes a entidades diferentes. Lemieux acrescenta a estas duas categorias outras duas: os laços mistos, que envolvem elementos positivos e negativos, e os laços neutros ou de indiferença (Lemieux, 1999).

Os laços podem, também, ser activos ou passivos (Milardo, 1988), ou seja, podem basear-se numa interacção face a face frequente ou em laços afectivos que envolvem uma interacção irregular. Os laços activos e passivos são ambos importantes no apoio aos indivíduos, mas tendem a operar de modos distintos. Os laços activos incluem interacções rotineiras que, em geral, envolvem ajudas directas, conselhos e críticas, apoio e interferência. Os laços passivos, apesar de não envolverem uma interacção quotidiana, podem ser igualmente importantes do ponto de vista da segurança individual e familiar – os laços existem e os indivíduos sabem que podem contar com eles quando for necessário.

O sentido e a força dos laços prendem-se com as propriedades apresentadas no Quadro 3.2: o conteúdo dos fluxos, a sua diversidade, a frequência dos

contactos, o tempo despendido na interacção, a influência e a interferência de um nó sobre o comportamento do outro. O Quadro apresenta o conjunto de indicadores utilizados para caracterizar os laços e os fluxos gerados por eles.

QUADRO 3.2
Propriedades dos laços*

| Propriedade | Definição | Indicadores |
|----------------------|--|--|
| Conteúdo | Tipo de recursos que circulam entre X e Y | Apoio material Apoio financeiro Apoio em serviços Suporte afectivo Sociabilidade Informação Confiança |
| Diversidade | Variedade de conteúdos da relação entre X e Y | Actividades desenvolvidas por X e Y |
| Frequência | Número de contactos e de trocas entre X e Y | Contactos e trocas entre X e Y |
| Duração | Quantidade de tempo despendido na interacção entre X e Y | Tempo de interacção entre X e Y |
| Força | Influência de X em Y | Influência nas escolhas e decisões |
| Interferência | Relação entre os comportamentos de X e Y | Proximidade residencial Partilha de espaços e actividades de reprodução quotidiana (refeições, trabalho doméstico) Partilha de tempos de lazer |

* Propriedades e definição: adaptado de Surra (1988)

A partir da caracterização dos nós e dos laços que compõem a rede social, pretende-se responder à questão “Quem?” e, deste modo, conhecer a

morfologia da rede. As propriedades morfológicas das redes que me proponho identificar são as seguintes:

- dimensão: número de elementos que constituem a rede
- densidade: relação entre os laços activados e o total de potenciais membros da rede
- orientação: as relações orientam-se preferencialmente para parentes, amigos, vizinhos, colegas? No que diz respeito à rede de parentesco, as relações estabelecem-se preferencialmente num sentido vertical ou horizontal: privilegiam-se os parentes em linha recta ou os colaterais?
- lateralização: determinar se à simetria de parentesco existente no casal corresponde uma simetria na activação dos laços ou se são privilegiadas as relações com os parentes de um dos cônjuges.
- polarização: existem actores que desempenham um papel de “catalisadores de relações”, por quem passam os laços estabelecidos entre os diferentes membros da rede?
- segmentação: os elementos que pertencem a diferentes redes (parentesco, amizade, vizinhança) interagem entre si, ou constituem núcleos de relações independentes?
- sobreposição ou dissociação: um laço tem mais do que um conteúdo? Os diferentes elementos da rede desempenham mais do que um papel no total da rede?

Pelo que acima fica exposto, as respostas às questões “quem?” e “o quê?” são indissociáveis. Como foi repetidamente referido, a enorme vantagem da *network analysis* é poder dar simultaneamente conta da forma e do conteúdo das relações sociais. No Quadro 3.1. dá-se conta do modo como a pesquisa

operacionaliza a dimensão dos fluxos das redes. Como se pode observar, na segunda coluna do Quadro, pretende-se analisar, simultaneamente, os recursos instrumentais e expressivos a que os laços permitem aceder. Seleccionaram-se, para uma análise mais detalhada da acção das redes, os seguintes: o emprego, a habitação, a saúde, os bens materiais, os cuidados, o apoio emocional, os afectos, a sociabilidade. A metodologia de reconstituição das redes adoptada na pesquisa procura cruzar os dois elementos (forma e conteúdo) de modo a, para cada um dos domínios analisados, ser possível identificar quais os laços activados no interior da rede.

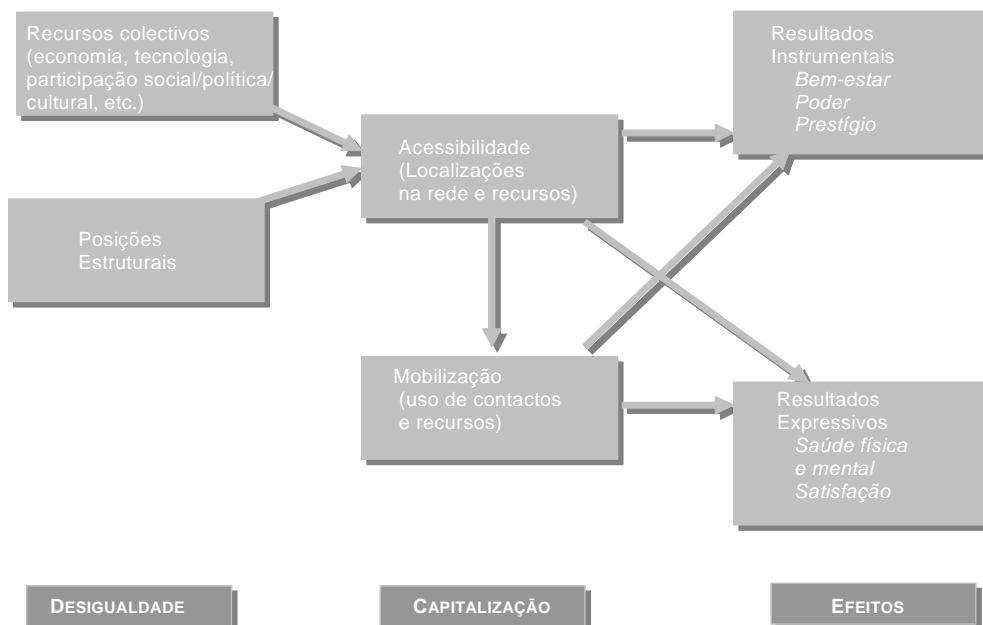
Finalmente, a última questão – “como?” – remete para as normas que regulam a acção das redes. Como funcionam as redes? Quais são os princípios que regem a sua intervenção? Os laços respondem todos às mesmas normas? As hipóteses de investigação acima avançadas apontam para a ideia de que as redes obedecem aos princípios gerais do sistema de dom e de que existe uma especificidade dos laços de parentesco quanto às normas seguidas. Deste modo, a pesquisa propõe-se analisar o papel dos princípios da reciprocidade, da obrigação, da igualdade e da autonomia, procurando perceber o modo como intervêm na acção dos diferentes laços e no acesso a diferentes recursos.

Como acima se afirmou, a análise da importância da estrutura das redes na obtenção de recursos obriga a olhar as redes como fonte de capital social. Como afirma Lin, as interacções devem ser analisadas, e entendidas, não apenas como padrões de relações entre indivíduos ou nós, mas, de uma forma muito mais relevante, como padrões de recursos relacionados com padrões de interacção (Lin, 2001a: 38). Para alguns autores, a dimensão, a heterogeneidade, a formalidade e o nível e natureza da participação nos grupos são assumidos como indicadores de que os seus membros conseguem utilizar os recursos da estrutura do grupo e alcançar os resultados esperados (White, 2002: 259). Deste

modo, as características das redes correspondem às componentes estruturais do capital social. No entanto, outras análises deslocam-se da natureza e do potencial da interacção social para os resultados que a posse de capital social pode implicar (Bourdieu, 1980; Coleman, 1988). O capital social está incorporado nas relações sociais, das quais não pode prescindir, mas com as quais não se identifica. O capital social é sempre uma fonte de benefícios: refere-se aos recursos de que o indivíduo se apropria, através do uso instrumental das suas relações, para alcançar um objectivo (Lin, 1995; Piselli, 2001).

A Figura 3.1 pretende ilustrar a teorização do capital social que Nan Lin constrói, partindo da teoria das redes (Lin, 2001a e 2001b). Uma abordagem a partir do capital social revela-se importante, para a presente pesquisa, por permitir, de uma forma operacional, questionar a acção das redes do ponto de vista das desigualdades, quer em termos de posições estruturais, quer no acesso aos recursos.

FIGURA 3.1
Modelização da teoria do capital social



Adaptado de: Lin (2001b: 21)

O esquema de Nan Lin, apresentado na Figura 3.1, contém três blocos de variáveis numa sequência causal. O primeiro bloco representa as pré-condições do capital social: os elementos estruturais e a posição de cada indivíduo na estrutura social, que facilitam ou constroem o investimento em capital social. O segundo bloco representa os elementos do capital social e, finalmente, o terceiro bloco representa os seus possíveis dividendos.

O processo que conduz do primeiro ao segundo bloco descreve a formação da desigualdade no capital social: quais os elementos estruturais e posicionais que afectam as oportunidades para construir ou manter o capital social. Este processo constrói padrões diferenciais de distribuição de recursos sociais a que uma teorização sobre o capital social tem necessariamente que atender. No segundo bloco identifica-se um processo que liga os dois elementos do capital social: o acesso e o uso. A relação entre os dois elementos representa a mobilização do capital social, ou seja, interessa aqui avaliar quais as condições em que um indivíduo tem capacidade para mobilizar esse capital, dada a sua desigual distribuição.

Finalmente, a relação entre o segundo bloco (capital social) e o terceiro bloco (os resultados) representa o processo através do qual o capital social gera dividendos. Ou seja, pretende-se aqui avaliar até que ponto os elementos do capital social, a mobilização das redes sociais, tem impacto nos recursos dos indivíduos e no seu nível de bem-estar, material e afectivo.

Para que uma teorização do capital social a partir da *network analysis* seja viável é necessário demonstrar que os três elementos da Figura estão ligados. Deste modo, impõe-se uma sequência causal que explique como os elementos estruturais constroem ou possibilitam as escolhas e acções individuais e afectam as oportunidades para construir e manter o capital social. A ideia geral é que quanto mais recursos estão acessíveis mais fácil é os indivíduos

mobilizarem-nos. A questão coloca-se, no entanto, em saber por que, perante o mesmo nível de recursos, alguns indivíduos conseguem melhores resultados do que outros. Uma resposta pode ser a posição nas redes sociais. É essa que proponho. Ter uma localização estratégica na rede ou possuir um contacto que a tenha pode revelar-se fundamental para mobilizar recursos com um objectivo.

3.1.3 | O objecto empírico

Depois de definidas as dimensões analíticas e as linhas de operacionalização da problemática, coloca-se o problema da selecção do objecto empírico: que famílias observar? Optei por centrar a análise na fase inicial do ciclo de vida familiar, em casais com dupla inserção no mercado de trabalho, para os quais se coloca o problema da articulação da vida familiar e da vida profissional.

Ao seleccionar como objecto empírico uma amostra de famílias que correspondem a este perfil, e definir os limites etários da amostra através das idades de formação da família e de nascimento do primeiro filho (25-34 anos), procura-se responder a dois objectivos: por um lado, conhecer, não apenas a estabilidade, mas, também, a instabilidade, as mudanças, as transições, as rupturas, as variações. Os anos iniciais da vida conjugal e familiar são um tempo de reorganização, para o indivíduo e para a família, de recursos diversos (materiais, humanos, afectivos), que se oferecem como momentos privilegiados para testar o papel das redes sociais na garantia do bem-estar familiar¹.

Por outro lado, pretende-se conhecer, especificamente, as relações entre as novas famílias e as suas famílias de origem, analisando o modo como elas

¹ Como já tive ocasião de constatar num estudo sobre o apoio das redes informais na transição para a maternidade e paternidade (Portugal, 1995).

configuram padrões diferenciados de bem-estar para os indivíduos. Se nas sociedades contemporâneas, com o prolongamento da escolaridade e a instabilidade do mercado de trabalho, a passagem para a idade adulta se faz cada vez mais tarde, nos países do Sul da Europa a saída de casa dos pais foi sempre feita tardiamente (Andreotti *et al.*, 2001; Guerreiro e Abrantes, 2004). Deste modo, a questão da autonomia e da dependência coloca-se com particular pertinência. Ela não é apenas uma dimensão do processo de individualização (Singly, 2001a, 2001b, 2001c e 2003), mas, também, um elemento chave para compreender as relações intergeracionais e os modos de estruturação das novas famílias.

O ponto de partida para a selecção da amostra foi uma caracterização do país, com base numa análise de *clusters*. Esta análise estatística teve como objectivo cartografar a vulnerabilidade social e a capacidade de resposta das famílias, a partir de uma base concelhia, de modo a identificar diversidades e diferenciações espaciais. O objectivo era obter diferentes realidades estruturais de inserção dos núcleos familiares. Foi utilizado um modelo já testado exploratoriamente na análise da Região do Norte (Hespanha, Portugal e Rodrigues, 1999; Hespanha e Portugal, 2002), que foi aprofundado e aperfeiçoado para alargar a análise ao nível nacional.

Utilizou-se um conjunto de 20 variáveis, divididas em dois grupos, caracterizadores dos dois eixos analíticos (vulnerabilidade e capacidade de resposta)². A partir das variáveis seleccionadas foi realizada uma análise factorial por componentes principais que sustentou uma análise de *clusters* com procedimentos não hierárquicos³.

² Cf., no Anexo 1, a lista das variáveis utilizadas na análise estatística.

³ Para uma justificação das opções tomadas, uma descrição das técnicas estatísticas utilizadas e uma caracterização da tipologia dos *clusters*, cf. Anexo 2.

Este trabalho permitiu construir uma cartografia do país que agrupou os concelhos do Continente em 5 *clusters* diferentes, para cada um dos dois vectores analisados⁴.

A selecção dos concelhos onde seria realizado o trabalho de campo foi realizada com base nesta classificação. Tendo como objectivo diversificar os terrenos de estudo, os concelhos foram seleccionados a partir da sua inserção em *clusters* diferentes em ambos os eixos analíticos, procurando-se a heterogeneidade de situações. Este critério foi, depois, conjugado com questões mais pragmáticas, de organização do trabalho de terreno, que resultou numa maior concentração de concelhos na Região Centro.

Deste modo, foram seleccionados, à partida, doze concelhos: Almada, Alter do Chão, Belmonte, Coimbra, Condeixa, Fronteira, Fundão, Guarda, Lisboa, Sertã, Viana do Castelo, Viseu. Durante a realização do trabalho de campo, na área metropolitana de Lisboa, resolvi acrescentar um outro concelho (Amadora), que permitiu compensar algumas das perdas de entrevistas, entretanto ocorridas. Embora o objectivo inicial fosse realizar 5 entrevistas em cada um dos concelhos seleccionados, as vicissitudes do trabalho de campo fizeram com que este objectivo não pudesse ser atingido em todos os terrenos seleccionados. Deste modo, a distribuição das 60 entrevistas realizadas, por concelho, é a que se apresenta no Quadro 3.3.

⁴ O agrupamento dos concelhos, segundo os *clusters*, encontra-se no Anexo 3 e a visão cartográfica no Anexo 4.

QUADRO 3.3
Distribuição das entrevistas por concelho

| Concelho | Nº de entrevistas realizadas |
|------------------|-------------------------------------|
| Almada | 5 |
| Alter do Chão | 4 |
| Amadora | 3 |
| Belmonte | 3 |
| Coimbra | 7 |
| Condeixa | 7 |
| Fronteira | 4 |
| Fundão | 3 |
| Guarda | 4 |
| Lisboa | 5 |
| Sertã | 5 |
| Viana do Castelo | 5 |
| Viseu | 5 |
| Total | 60 |

As entrevistas foram realizadas a pessoas com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos, vivendo em situação de conjugalidade, em famílias em que ambos têm um emprego remunerado⁵. Dado que não se pretendia encontrar uma amostra representativa, que permitisse definir regularidades estatísticas, mas sim de recolher o máximo de elementos potencialmente interpretativos que permitissem identificar a diversidade e a heterogeneidade, procurou-se, dentro dos critérios acima apresentados, diversificar as variáveis caracterizadoras dos entrevistados: sexo, idade, profissão, habilitações, conjugalidade, parentalidade, localização geográfica.

⁵ Estes foram os critérios utilizados para a selecção dos entrevistados. Sobre a sua aplicação e as características da amostra, cf. o capítulo seguinte.

3.2 | A metodologia

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa estrutura-se em torno de duas opções. Por um lado, usa uma metodologia qualitativa para reconstituir as redes sociais, objecto tradicionalmente marcado pelas abordagens quantitativas. Por outro lado, olha a família através do indivíduo, reconstituindo a realidade familiar a partir da narrativa individual. Qualquer destas opções tem implicações no desenho da investigação empírica e nas estratégias analíticas de recolha e tratamento da informação que me proponho esclarecer de seguida.

Nesta pesquisa parti do princípio de que o título de um capítulo de uma obra recente sobre as redes sociais (Mercklé, 2004) – “Análise das redes sociais: uma metodologia quantitativa” – não é um programa de acção inevitável. Se a *network analysis* tem, tradicionalmente, sido marcada por um pendor quantitativo e por tentativas sofisticadas de matematização, esta tendência não implica a exclusão de outras abordagens. Apesar da construção do modelo analítico desta pesquisa ser devedora de inúmeros contributos da abordagem estruturalista das redes sociais, a minha aproximação faz-se sobretudo às capacidades heurísticas e potencialidades operacionais dos conceitos utilizados. Deste modo, se me aproximo da posição epistemológica do estruturalismo americano quanto à possibilidade de construir uma “análise relacional”, afastome decisivamente desta corrente relativamente às formas de a atingir. Não porque não reconheça méritos explicativos aos modelos matemáticos que dominam muitos dos estudos da *network analysis*, mas porque vejo inúmeras vantagens numa abordagem de carácter intensivo.

A reconstituição das redes sociais através de metodologias quantitativas como inquéritos ou cadernos de registo de interacções, cuja informação é tratada estatisticamente, pretende obter “dados relacionais” utilizando técnicas cujos

pressupostos assentam na atomização e na equivalência dos inquiridos⁶. As abordagens quantitativas tendem a descrever a morfologia e a estrutura das redes de um ponto de vista sincrónico e a construir uma visão estática dos laços sociais, em que as relações tendem a ser laços "ossificados", canais sempre iguais, uma vez estabelecidos.

Outras abordagens mostraram já, no entanto, que é possível construir perspectivas alternativas a esta. Como nota Piselli, o conceito de rede social constitui uma ferramenta metodológica a partir da qual se pode observar a complexidade e a riqueza dos laços sociais, as dinâmicas da interacção e os processos através dos quais as formas e os espaços são construídos, de um ponto de vista diacrónico, usando uma grelha interpretativa que foca a mudança social e enfatiza a descontinuidade e a diferença (Piselli, 1998: 198). Deste modo, a tarefa da investigação não é estudar as relações entre unidades do sistema social e fixá-las em modelos estáticos, mas analisar processos, dinâmicas de interacção, movimentos do sistema social e mecanismos de mudança. É nesta perspectiva que o conceito de rede social pode demonstrar as suas potencialidades analíticas. Do meu ponto de vista, a melhor maneira de o garantir é utilizar metodologias qualitativas de recolha e tratamento da informação.

As estratégias metodológicas de abordagem das redes podem sintetizar-se em três tipos fundamentais: uma abordagem estrutural, que consiste na reconstituição da rede através do contacto com todos os seus elementos, utilizando sobretudo procedimentos sociométricos; um segundo tipo de abordagem, que consiste na selecção de um informador privilegiado que reconstitui as relações entre os diferentes membros da rede; e, finalmente, uma

⁶ Para uma crítica metodológica dos pressupostos da construção e aplicação do inquérito por questionário, cf. Ferreira (1986).

abordagem egocentrada que reconstitui a rede de relações dum determinado indivíduo (*ego*). Este último procedimento é certamente o mais utilizado.

As “redes egocentradas” (*egocentric networks*) são definidas, pela maioria dos autores, como o conjunto de indivíduos que conhecem e interagem com um determinado “alvo” (indivíduo ou casal) (Milardo, 1988). Este tipo de redes dá-nos uma visão ptolomeica das redes; em vez da concepção do observador exterior, obtemos a perspectiva dos indivíduos que se encontram no seu centro.

Um dos problemas das redes egocentradas consiste na dificuldade em identificar a totalidade dos membros da rede de um dado indivíduo ou família, sendo quase sempre necessário criar uma amostra do total da sua população. Em consequência do tipo de abordagem metodológica e da estratégia de medida adoptadas, é possível encontrar, na literatura sobre *network analysis*, fundamentalmente, três tipos de rede: as redes de íntimos (*close associates*) ou “outros significantes”, as redes de interacção e as redes de troca.

As redes de íntimos ou “outros significantes” são constituídas pelos indivíduos considerados importantes pelo “alvo”. Milardo define, operacionalmente, este tipo de redes como “indivíduos cuja opinião acerca da sua vida pessoal é importante para si” (Milardo, 1988: 22). Definir as redes nestes termos tem algumas vantagens: por um lado, o processo de avaliação é claro e de fácil compreensão e, conseqüentemente, é necessário um tempo mínimo para gerar uma lista de nomes; por outro lado, a rede é, deste modo, representativa das atribuições de importância do respondente. No entanto, e paradoxalmente, pode haver escassa correspondência entre os indivíduos considerados importantes e aqueles com quem a interacção ocorre numa base rotineira.

Estas redes de “outros significantes” são compostas por laços activos e passivos, laços baseados em frequentes interacções face a face, e laços baseados em ligações afectivas com interacções irregulares e pouco frequentes. Como acima

se descreveu, ambos são importantes pelo seu impacto potencial, mas operam de modos diferentes: os laços activos incluem interacções de rotina que podem envolver ajuda directa, conselhos ou críticas; os laços passivos podem constituir também fontes de suporte ou pelo menos serem suficientemente influentes para que o indivíduo acredite que tal apoio pode surgir se fôr necessário.

Robert Milardo (1988) identifica alguns dos problemas levantados pela utilização deste tipo de redes: focando exclusivamente os íntimos, omitem-se outros segmentos importantes da rede total. Amigos, vizinhos, colegas podem facilmente ser excluídos da lista, apesar de serem pontos de referência fundamentais na definição da conduta do indivíduo; através destas relações, que podem ser superficiais, partilham-se informações, bens, serviços, noções positivas e negativas. Os indivíduos com os quais a interacção é hostil ou conflituosa são facilmente omitidos, assim como ex-cônjuges, parentes ou colegas rivais; no entanto, este tipo de relações constitui, também, uma fonte importante de referência, comparação e suporte.

As interpretações sobre proximidade ou intimidade variam bastante consoante os indivíduos, o seu sexo, idade, fase do ciclo de vida, educação, etc., e, conseqüentemente, originam erros de medida. Para além da variação nas definições individuais de amizades próximas, há, ainda, que considerar uma variação do próprio conceito, já que este tipo de procedimento metodológico assume a equivalência e reciprocidade de todas as relações próximas quando elas são de facto altamente especializadas e assimétricas.

Um último problema deste tipo de redes prende-se com as características da questão colocada para a sua identificação: assume-se que os inquiridos, não só têm amigos próximos, como possuem os bastantes para satisfazer as necessidades do cientista social, ou seja, este procedimento pode exercer uma

pressão excessiva sobre os respondentes no sentido de produzir respostas socialmente desejáveis.

As redes de interacção implicam procedimentos metodológicos bastante diversos dos das redes de íntimos. A constituição deste tipo de rede é baseada nos indivíduos com quem os membros da família interagem numa base de rotina. Nas abordagens quantitativas, a recolha de dados sobre este tipo de rede é, em geral, realizada através de questionários ou de diários preeenchidos pelos inquiridos. As interacções podem ser relatadas imediatamente após a sua ocorrência ou retrospectivamente, para um determinado período de tempo (uma semana, um mês ou um ano). Pode ser pedido ao inquirido que forneça a informação de um modo agregado (por exemplo, a frequência com que contactou com um determinado amigo durante a última semana) ou o investigador pode assumir, posteriormente, a responsabilidade pela agregação dos dados.

Relativamente às redes de íntimos, as redes de interacção possuem a vantagem de distinguir os laços activos daqueles que possuem uma importância puramente afectiva. No entanto, se a eleição de um conjunto de "outros significantes" pode deixar de lado importantes pontos de suporte quotidiano, o registo diário de interacções exclui da rede indivíduos com quem a interacção ocorre de um modo irregular, mas que podem constituir também um potencial de ajuda para *ego* e funcionar como rede de autoprotecção.

Nas redes de troca, a estratégia consiste em isolar uma parte da rede total, incluindo os indivíduos com os quais a probabilidade de recompensa de trocas é elevada. Este tipo de abordagem "inclui entre os membros da rede social as pessoas cujo comportamento recompensa ou penaliza *ego* ou as pessoas que são directamente recompensadas ou penalizadas por *ego*" (Fischer, 1982: 287). As trocas incluem um vasto leque de interacções, avaliadas quer positiva quer

negativamente, que vão desde a ajuda material e a prestação de serviços, ao aconselhamento e companhia nas actividades de lazer.

A estratégia metodológica para reconstituição deste tipo de redes consiste, basicamente, em confrontar os inquiridos com uma série de cenários sociais de modo a identificar os indivíduos com os quais existe probabilidade de trocas. Por outras palavras, isola-se uma parte, de um vasto conjunto potencial de membros da rede, com base numa série de critérios explícitos para a sua inclusão. Parte-se do princípio de que a selecção de um conjunto de situações, que tipificam a vida da maioria dos indivíduos, produz uma amostra mais representativa da consistência da rede do que o simples exame duma classe específica de relações próximas.

Relativamente às redes de íntimos, a utilização desta estratégia tem a vantagem de, por um lado, definir critérios claros de inclusão dos membros da rede e não critérios ambíguos e abstractos e, por outro lado, deixar a decisão sobre quem é importante e quem deve ser incluído na rede a cargo do investigador e não do inquirido. Finalmente, com esta metodologia, a importância dos membros da rede reside naquilo que eles realmente fazem por *ego*, na sua capacidade de dar resposta a diferentes expectativas e necessidades.

A opção por uma destas estratégias de reconstituição das redes deixa em aberto duas questões: até que ponto estes tipos de rede convergem entre si e se sobrepõem e até que ponto, quando se elege um dos critérios de selecção, se está a deixar de fora elementos importantes da rede, que contribuem para a compreensão do comportamento individual em determinadas áreas? Deste modo, procuro, nesta pesquisa, cruzar os princípios das diferentes estratégias, de modo a poder identificar na rede os três tipos de relações: troca, interacção e proximidade afectiva. Este objectivo só é possível de concretizar devido à opção por uma abordagem qualitativa e à utilização da técnica da entrevista em

profundidade. Se a metodologia quantitativa permite listar as relações de *ego*, com o recurso à entrevista pretendo ir mais além e conseguir apreender, não só as relações de *ego*, mas, também as relações entre as relações.

No conjunto de técnicas de recolha de informação que estão disponíveis para o trabalho sociológico, a entrevista é o meio de inquirição que confere maior liberdade ao entrevistado e que permite obter maior grau de profundidade na informação obtida. Desta forma, revela-se um modo privilegiado de aceder à complexidade das redes sociais e das interacções materiais e afectivas que as configuram. Ao contrário do que acontece no inquérito por questionário, em que o sujeito é confrontado com um elenco de proposições concebidas pelo investigador, nas quais tem que “encaixar” as suas respostas, na entrevista é-lhe conferida liberdade para dar azo às suas interpretações e estabelecer as suas próprias conexões.

Foi com base nestes princípios que optei pela realização de entrevistas como forma de reconstituir as redes sociais, em detrimento de meios mais estandardizados de recolha de informação, que embora forneçam *a posteriori* o conforto das regularidades estatísticas, me parecem oferecer dados bastante menos profícuos para analisar as dinâmicas que atravessam o objecto em análise. As entrevistas surgem pela necessidade de uma técnica que permitisse estabelecer relações operacionais entre o discurso subjectivo e as estruturas sociais. Esta opção não se faz sem custos. Apesar dos manuais de metodologia que usamos para ensinar a fazer pesquisa sociológica sublinharem os méritos da técnica da entrevista e as fragilidades das técnicas quantitativas (por exemplo, Quivy e Campenhouldt, 1992), quem opta pela abordagem qualitativa parece sempre ter que provar, com mais determinação que os restantes, a validade das

suas análises⁷. Como se descrever e compreender fosse menos válido do que medir.

Como afirma Kaufmann, é como se a entrevista estivesse prisioneira de uma “misteriosa maldição: entre o rico, mas mole, e o duro, mas pobre, parece impossível chegar a um justo meio-termo” (Kaufmann, 1996: 16). Por isso, apesar de muitos reconhecerem à técnica da entrevista méritos inigualáveis, poucos são capazes de as utilizar como único instrumento de recolha de informação. Assim, frequentemente, as entrevistas surgem como um instrumento complementar (Kaufmann, 1996): para explorar uma problemática, para recolher informação que permita lançar um inquérito, para ilustrar “com vida” dados estatísticos demasiado “áridos”, para cruzar com outras técnicas, documentais ou de observação directa. Na defesa que aqui faço do uso exclusivo da entrevista, não de trata, como afirma Kaufmann, de apenas proclamar a minha convicção da riqueza de conteúdo das entrevistas e esperar que os outros me saibam escutar (1996: 16). Defendo que o “empirismo irreduzível” das entrevistas, de que Kaufmann fala, citando Schwartz (*idem*), não é um obstáculo mas uma mais-valia, que permite aceder, de uma forma inigualável, ao espaço relacional dos indivíduos e à dimensão reticular das estruturas sociais que a *network analysis* preconiza. Para que isto seja verdade, a técnica obriga, sem dúvida, a princípios de rigor, que protejam a riqueza dos dados, ao mesmo tempo que garantem a validade das conclusões (Kaufmann, 1996; Mason, 1996). É deste pressuposto que parto.

⁷ Um dos capítulos da obra de Jennifer Mason (1996) sobre pesquisa qualitativa ilustra bem esta necessidade acrescida de prestar provas para quem opta por esta via. O título do capítulo é, aliás, só por si, esclareedor: “*Producing Analyses and Explanations Which Are Convincing*” (“Produzindo análises e explicações que sejam convincentes”).

3.3 | A entrevista

A técnica da entrevista tem inúmeras variantes, desde as mais estruturadas, como o inquérito por questionário, às menos estruturadas, como a entrevista clínica usada na psicologia. Nesta pesquisa optei por uma via intermédia – a entrevista em profundidade. Este tipo de entrevista pretende “encorajar o/a entrevistado/a a relatar, nas suas próprias palavras, experiências e atitudes relevantes para o problema da investigação” (Walker, 1985: 4). Permite, assim, explorar novas pistas e dimensões analíticas, através das vivências e dos relatos pessoais dos indivíduos.

A entrevista em profundidade pretende oferecer um grande grau de liberdade aos sujeitos nas suas respostas, tendo, por isso um mínimo de directividade. No entanto, ela nunca pode ser completamente a-estruturada, dado que se enquadra no contexto de uma investigação com questionamentos específicos que esperam resposta. Deste modo, apesar de tentar garantir o máximo de liberdade às pessoas entrevistadas, procurei focar o seu discurso nas problemáticas da pesquisa. Tive, assim, como objectivo conciliar as respostas a um guião previamente construído, que pretendia operacionalizar o modelo analítico acima apresentado⁸, com o respeito pelas narrativas pessoais. Não se tratou de colocar questões sucessivas sobre as temáticas da pesquisa, mas sim de, a partir das biografias individuais, (re)centrar os discursos.

Neste processo, adoptei, em grande medida, alguns pressupostos das “histórias de vida”. Fundamentalmente, de três formas: no modo como concebo o trabalho empírico e a sua relação com o campo analítico, no estatuto que confiro ao discurso dos entrevistados, em questões mais técnicas, como a construção do guião. Não se trata de usar as histórias de vida como uma

⁸ O guião da entrevista encontra-se no Anexo 5.

alternativa radical ao modo de fazer pesquisa, na senda de Bertaux (1980) ou de Ferrarotti (1983), mas sim de reconhecer alguns dos contributos que o debate sobre esta abordagem trouxe para a pesquisa sociológica.

A “descoberta” da história de vida, como reacção ao predomínio do positivismo metodológico, cuja discussão foi liderada pela escola francesa e por Daniel Bertaux, permitiu estabelecer uma série de princípios metodológicos que iluminam o trabalho de pesquisa que desenvolvi. Utilizar a história de vida como forma de recolher informações implica rever posições: há que reconhecer o valor sociológico do discurso dos actores sociais; há que tratar o indivíduo comum não como um objecto a observar e medir mas como um informador privilegiado. Ou seja, o maior desafio da história de vida é reconhecer que alguém mais, para além do investigador, tem algo a dizer sobre os fenómenos sociais (Bertaux, 1980).

Aceitar que o actor social implicado no processo é um elemento privilegiado para a recolha de informação é para uns um obstáculo, e para outros a principal virtude deste tipo de técnica – uma via incomparável de acesso à subjectividade dos actores.

A entrevista em profundidade permite valorizar o discurso dos actores e reconhecer a sua riqueza heurística. Para além da informação factual, esta técnica possibilita o acesso às opiniões e representações das pessoas entrevistadas. Sistemas de normas e de valores, quadros de referência, interpretações de situações e experiências – a entrevista permite aceder, como nenhuma outra técnica o faz, ao sentido que os sujeitos dão às suas práticas e aos acontecimentos que experienciam.

Para Ferrarotti, cada indivíduo representa a apropriação singular do universo social e histórico que o envolve, portanto, a sua biografia oferece a possibilidade de conhecer o social partindo da especificidade da praxis individual. Mais, o relato individual oferece a vantagem de não recortar o real em unidades (“o

económico”, “o político”, “o ideológico”, etc.) – para o sujeito o real é a totalidade, daí a fecundidade do seu discurso quando se quer estabelecer relações entre a vivência individual e os processos socioestruturais. A história de vida oferece a vantagem de conhecer o social totalizado pela praxis individual (Ferrarotti, 1983).

Ao realizarmos uma entrevista em que apelamos para a construção de uma “história de vida” vemos que o indivíduo não se limita a “desfiar” uma série de acontecimentos, esforça-se por conferir sentido ao passado e, ao mesmo tempo, à situação presente, vendo, também, o que ela contém de projectos de futuro. Ao organizar a sua biografia, o indivíduo confere sentido e totalidade a uma vida fragmentada e dividida por circunstâncias e acontecimentos diversos. Deste modo, a história de vida tem um valor acrescido para a análise sociológica: a sequência temporal do desenrolar de uma vivência individual e social, permitindo, assim, apreender um conjunto de variáveis e processos que dão conta dum factor aparentemente paradoxal: “a diacronia do sincrónico” (Ferrarotti, 1983: 29).

Assim, o que se coloca como desafio à pesquisa não é o carácter estruturado ou não da entrevista⁹, mas sim a capacidade de respeitar a singularidade das histórias de vida e, simultaneamente, criar um sistema de relações que as articule com as estruturas sociais onde se enquadram. As histórias de vida dão-nos uma leitura descontínua do social. Não há um elo fácil de continuidade entre cada biografia. No momento de reconstrução do seu conteúdo é preciso trabalhar “com a ou as rupturas existentes em cada história e entre cada história de vida”

⁹ Como afirma José Manuel Mendes, “a entrevista, como situação interaccional, estrutura-se sempre de várias formas” (1999: 155) e, conseqüentemente, a distinção entre entrevista estruturada ou não estruturada perde pertinência. A partir da leitura das minhas notas de campo sobre cada uma das entrevistas é possível constatar como a dinâmica da interacção na entrevista influi mais no seu perfil do que todo o trabalho metodológico da sua preparação (cf. Anexo 6).

(Marre, 1991:137). É preciso ter conceitos, grelhas de leitura, critérios operacionais para reconstituir, através da descontinuidade gerada em cada história, um percurso contínuo, ou descontínuo, do grupo.

As opções no terreno

O trabalho de campo de realização das entrevistas foi realizado entre Novembro de 2000 e Maio de 2001. Apenas um dos membros do casal foi entrevistado. Apesar do objecto de estudo ser o bem-estar familiar e a sua relação com a rede de relações sociais da família, a opção foi reconstituir essa rede a partir da narrativa individual. A minha unidade de análise é a família, a de observação o indivíduo.

A selecção da unidade de análise quando se estuda a família é sempre um tema delicado. A casa, o grupo doméstico, a unidade familiar: a história, a sociologia, a antropologia debatem-se há muito com os dilemas das diferentes opções¹⁰. Como sublinha Gaspar Martins Pereira, a opção por uma destas unidades de análise "não deve fazer-nos esquecer a importância das *experiências individuais*" (Pereira, 1995: 84, itálico do autor). O autor defende que a dicotomia indivíduo/ grupo social não faz sentido na análise histórica, sendo necessário olhar a inter-relação das experiências individuais e familiares. Defendo o mesmo para a análise sociológica. Um casamento ou um nascimento, um novo emprego, a compra de uma habitação, uma doença são acontecimentos simultaneamente individuais e familiares. O que me interessa é reconstituir as redes da família a partir de um *ego* que dê conta, simultaneamente, de uma

¹⁰ Cf. Laslett e Wall (1972), Medeiros (1987), Nunes (1992b), Pereira (1995), Pina Cabral *et al.* (1987), Pina Cabral (1991).

trajectória pessoal e familiar, permitindo cruzar contextos relacionais e perceber as relações entre a acção individual e as redes que a integram.

Entrevistar apenas um dos membros do casal revelou algumas vantagens relativamente à informação obtida, como, por exemplo, permitir a revelação de conflitos e animosidades com a família do cônjuge, que dificilmente seriam expostos na presença do outro, ou na expectativa de um confronto de discursos. A desvantagem que se contrapõe a este benefício é a minimização dos contributos da família do cônjuge¹¹, que se tentou combater colocando questões de facto sobre cenários concretos.

Outra opção, relacionada com a anterior, foi reunir, simultaneamente, na mesma amostra, homens e mulheres. Também esta característica se me oferece ser uma vantagem na estratégia seguida. Esta opção pretendeu evitar a ideia recorrente nos estudos sobre a família de que as mulheres são as porta-vozes da realidade familiar (Daly, 1992: 6). O confronto das narrativas masculinas e femininas, das trajetórias de homens e mulheres, dos contextos relacionais de cada um, dos laços que unem e separam uns e outros, o modo como homens e mulheres falam do outro e dos outros, da sua e da outra família, da família de ambos – tudo isto permitiu formar um corpo analítico diverso, que enriqueceu a pesquisa e possibilitou encontrar semelhanças e diferenças que de outro modo não seriam percebidas¹².

A selecção dos entrevistados em cada concelho foi realizada, por um lado, a partir de informadores privilegiados e contactos pessoais meus nas diferentes localidades e, por outro lado, recorrendo ao método de bola de neve, pedindo aos entrevistados a indicação de outros potenciais entrevistados. Os contactos

¹¹ Que já constatei noutra pesquisa (Portugal, 1995).

¹² Algumas delas são exploradas, com algum pormenor, no capítulo seguinte.

iniciais foram feitos pelo intermediário, e a marcação das entrevistas feita pessoalmente por mim, ao telefone, ou presencialmente. De todos os nomes que me foram indicados, tive apenas uma recusa¹³. Foram realizadas 60 entrevistas¹⁴. Este número resultou da conjugação de diferentes factores: os "objectos sociológicos" encontrados nas entrevistas, a saturação da informação, a garantia de uma presença satisfatória de cada um dos concelhos seleccionados, a disponibilidade de tempo para a realização do trabalho de campo.

A opção por uma metodologia qualitativa foi tomada no pressuposto de que, ao contrário do que acontece com um inquérito por questionário, muito pouco está estruturado à partida. No decorrer do processo de pesquisa é preciso ter a capacidade de perceber a emergência de novos objectos que merecem ser focados e integrados no quadro da investigação, assim como de reconhecer que aspectos que pareciam pertinentes de início se mostram irrelevantes durante o processo¹⁵. A construção do guião da entrevista é, por isso, contínua ao longo da pesquisa, consistindo em construir progressivamente uma representação do(s) objecto(s) em análise.

A chave da resolução para o problema de "quantos entrevistar?" reside, no entanto, para além dos aspectos mais pragmáticos acima enunciados, no conceito de "saturação" (Bertaux, 1980; Glaser e Strauss, 1967; Johnson, 2002). Ao longo do trabalho de campo, a curva da aprendizagem atinge um pico, a partir do qual entra numa linha descendente (Johnson, 2002: 113). A saturação é o

¹³ O anonimato foi, previamente, garantido a todas as pessoas entrevistadas. Todos os nomes citados neste texto são fictícios.

¹⁴ Uma caracterização dos/as entrevistados/as e das situações de entrevista encontra-se no Anexo 6.

¹⁵ O tema da autonomia e da dependência dos indivíduos, e das suas famílias, face às famílias de origem, por exemplo, "emergiu" após a realização das primeiras entrevistas e foi sendo integrado progressivamente nas minhas abordagens.

fenômeno, produzido no decorrer da pesquisa, através do qual quem investiga tem a impressão de não apreender nada de novo, pelo menos no que diz respeito às dimensões fundamentais do seu modelo analítico. A saturação é, portanto, um processo que não se opera ao nível da observação, mas da representação que o investigador constrói, pouco a pouco, do seu objecto de estudo. Este processo foi facilitado porque todas as entrevistas foram realizadas por mim.

Relativamente aos contextos de realização das entrevistas, todas decorreram em locais escolhidos pelos entrevistados. Metade das entrevistas (30) realizaram-se na casa da família, 22 realizaram-se no local de trabalho e 8 noutros locais (marcados pelos contactos no terreno ou pelos/as entrevistados/as)¹⁶. Apenas três entrevistas se realizaram em lugares públicos: um café, uma discoteca, uma esplanada. Apesar das minhas resistências em realizar as entrevistas nestes locais, optei por respeitar a vontade dos entrevistados, em detrimento das minhas exigências metodológicas. O problema da privacidade acabou por não se colocar com a premência que eu pensava, dado que os locais se encontravam com pouca gente e foi possível realizar a entrevista sem constrangimentos. As dificuldades decorreram, sobretudo, dos ruídos de fundo, que dificultaram a comunicação e, posteriormente, a transcrição das entrevistas.

A duração média das entrevistas foi de 1h50m, variando entre 50 minutos (a mais curta) e 3 horas e meia (a mais longa). Com as variações, caso a caso, para cada dinâmica de aplicação da entrevista¹⁷, todas decorreram sem sobressaltos. Nalgumas foi impossível entrevistar a pessoa sem a presença de outros – o cônjuge, ou os filhos, em geral. Quando o cônjuge presente foi o marido, a interferência na entrevista foi quase sempre nula – se abstermos a influência

¹⁶ Cf. Anexo 6.

¹⁷ Cf. Anexo 6.

óbvia que a simples presença contém. O mesmo não se passou no caso da presença das mulheres dos entrevistados. Com diferentes graus de interferência na conversa, nenhuma se absteve de fazer comentários, algumas responderam e outras substituíram, mesmo, o entrevistado nas respostas¹⁸.

De um modo geral, a receptividade dos entrevistados à pesquisa foi muito positiva. A disponibilidade manifestada pelas pessoas para contar a sua história de vida a uma estranha é um dado que, depois de tantos anos de experiência como socióloga, nunca deixa de me espantar. Apesar das defesas mais positivas da entrevista como forma de *empowerment* (Gubrium e Holstein, 2002), continuo a pensar que a situação de entrevista traduz sempre uma relação de poder assimétrica. Ao longo do tempo em que decorreu o trabalho de campo, depois de fazer as entrevistas, sobretudo as que corriam melhor, ou seja, aquelas em que as pessoas contavam livremente a sua história de vida, a minha sensação era sempre de algum vampirismo relativamente aos entrevistados. Como afirma Johnson, para serem produtivas as entrevistas em profundidade têm que ser desenvolvidas, e construídas, com base na intimidade. Deste modo, elas “aproximam-se dos modos de falar entre amigos e assemelham-se à amizade” (2002: 104). No entanto, como o autor reconhece, as entrevistas em profundidade são muito diferentes das conversas entre amigos, porque o entrevistador irá sempre usar a informação obtida por esse meio para os seus próprios fins.

Ao reler as minhas notas de campo vejo como, na altura da pesquisa de terreno, as dinâmicas interaccionais da situação de entrevista e as características pessoais dos entrevistados se sobrepuseram ao formalismo da aplicação da metodologia. Os momentos das entrevistas foram tempos que vivi com intensidade, pelo desvendar do mundo dos sujeitos à luz dos meus

¹⁸ Cf. Anexo 6.

questionamentos, que o trabalho empírico sempre oferece, mas, sobretudo, pelas emoções desencadeadas pelo contacto face-a-face com os homens e mulheres que entrevistei. No momento em que encerro esta pesquisa guardo ainda vivas, na memória, as recordações de alguns momentos de profunda empatia com algumas das mulheres que entrevistei¹⁹ e, também, momentos mais desagradáveis, em que me foi difícil manter a “neutralidade” e não fazer juízos sobre o que estava a ouvir²⁰.

A análise das entrevistas

As entrevistas começaram por ser transcritas na íntegra. Este trabalho foi realizado por uma pessoa contratada para o efeito e depois inteiramente revisto por mim, a partir da audição das entrevistas. Como refere José Manuel Mendes, a transcrição das entrevistas é já uma forma de análise (1999: 160). A escolha do sistema de transcrição está directamente relacionada com o tipo de análise que será realizada. Neste caso, dado que o objectivo da pesquisa não era uma análise discursiva, utilizou-se um método de transcrição que eliminou erros gramaticais, interjeições, e elementos não discursivos. Mantive, no entanto, as hesitações, as repetições e as quebras no discurso.

O passo seguinte foi construir uma grelha de categorias analíticas para classificar o discurso dos entrevistados. Numa das obras que escreveu sobre a *grounded theory*, Anselm Strauss apresenta alguns dos princípios que contribuíram para o desenvolvimento do método: a) a necessidade de sair para o terreno se queremos saber o que se passa; b) a importância da teoria, ancorada na realidade, para desenvolver uma disciplina; c) o papel activo das pessoas na

¹⁹ Por exemplo, as entrevistas com Fátima Antunes e Juliana Afonso.

²⁰ Por exemplo, na entrevista com Daniel Monteiro.

construção do mundo que as rodeia; e) a ênfase na mudança e no processo e a variabilidade e complexidade da vida; f) a interrelação entre condições, significados e acção (Strauss e Cobin, 1990: 24-25). Perfilho inteiramente estes princípios. No entanto, não me identifico, na totalidade, com a postura da *grounded theory* como forma de abordar a investigação empírica. Se valorizo os seus contributos relativamente ao estatuto do material empírico, na forma de abordagem dos dados e nas propostas inovadoras quanto à análise qualitativa, considero bastante insatisfatórias as discussões sobre a natureza da relação entre teoria e dados e o processo de construção da teoria. Tal como outros autores já apontaram, relativamente às formulações iniciais de Glaser e Strauss (Bulmer, 1984), a *grounded theory* parece ser bastante mais profícua como método de construção de categorias analíticas do que de hipóteses e teorias substantivas sobre os fenómenos sociais.

Como já referi, a postura metodológica que adoptei pretendeu deixar espaço ao trabalho indutivo e aos objectos emergentes da informação empírica. Mas pretendi, sobretudo, à luz do raciocínio abductivo, “partir das hipóteses e chegar às hipóteses”. Deste modo, utilizei uma classificação temática que seguiu em grande parte os elementos constantes da estrutura do guião das entrevistas, mas que incorporou também questões e problemáticas surgidas no decurso quer do trabalho de aplicação das entrevistas, quer do próprio trabalho de tratamento e análise. A partir desta orientação, procedi, simultaneamente, a uma análise vertical e horizontal do material recolhido.

Na abordagem vertical desenvolvi uma análise singular de cada uma das entrevistas, que permitiu olhar com pormenor as suas especificidades, assim como posicioná-la, comparativamente, face às restantes. Deste modo, usei, por um lado, uma ficha individual para cada entrevista, através da qual caracterizei

os indivíduos e as suas famílias segundo algumas variáveis²¹. Por outro lado, realizei uma sinopse de cada entrevista e um resumo do discurso do/a entrevistado/a face a cada uma das categorias temáticas consideradas na grelha analítica²². Estes procedimentos tiveram como objectivo nunca perder de vista a unidade dos discursos individuais e a singularidade das suas biografias, apesar do tratamento de “recorte” a que a análise horizontal obrigou.

Para a análise horizontal recorri a um programa informático de análise qualitativa – o programa NUD*IST (No-Numerical Unstructured Data Indexing Searching and Theorizing)²³. O texto da transcrição das entrevistas em formato Word foi transferido para uma base documental no NUD*IST, a partir da qual foram indexados extractos de cada uma das entrevistas à grelha analítica previamente definida.

Não partilho da opinião de José Manuel Mendes, que considera este programa informático “demasiado limitativo na restituição da complexidade discursiva dos entrevistados” (Mendes, 1999: 165). O programa permite uma grande flexibilidade no “recorte” das entrevistas e não invalida a continuidade dos discursos, através da sua leitura categorial. Para além do mais, a conjugação desta análise transversal com a análise singular de cada entrevista permite articular as descontinuidades e continuidades de cada uma delas e entre elas, de modo a respeitar as narrativas individuais, ao mesmo tempo que se cria um sistema de relações que as articula com as restantes.

²¹ Esta grelha encontra-se no Anexo 7.

²² Esta grelha encontra-se no Anexo 8.

²³ Para uma discussão das implicações da utilização deste *software* na análise qualitativa, cf. Barry (1998) e Kelle (1997). Para aplicações do programa a pesquisas concretas, cf. Amankwaa (2000) e Buston (1997).

Não partilho, também, as discussões sobre os perigos do NUD*IST ser um “monstro Frankenstein” da metodologia, que aliena o investigador dos seus dados, segundo as perspectivas pessimistas, ou permite uma abordagem refundadora dos métodos qualitativos, segundo os mais optimistas (Kelle, 1997). O uso deste programa informático serviu, na pesquisa, sobretudo interesses pragmáticos de tratamento da informação disponível. Apesar de ser necessário um enorme investimento em termos de tempo na codificação dos documentos, esse esforço é depois compensado pela forma expedita como são fornecidos os diversos *outputs*. Deste modo, a utilização do NUD*IST permitiu, por um lado, um manuseamento mais fácil do pesado corpo textual das entrevistas do que seria possível através de um processador, como, por exemplo, o *Word*, e, por outro lado, uma maior rapidez e eficácia na leitura transversal das entrevistas a partir das categorias consideradas.

A base de construção do sistema referencial do NUD*IST são os “nós” (*nodes*) – categorias a partir das quais é codificado o material documental. A classificação da informação a partir dos *nós* permite a construção de um esquema em forma de árvore, organizado em temas e subtemas. Se confrontarmos os manuais de utilização do NUD*IST (Richards, 2000) com as obras dos autores da *grounded theory* (Glaser e Strauss, 1967; Strauss e Corbin, 1990), facilmente verificamos que o programa é largamente devedor dos princípios desta teoria, privilegiando uma abordagem “a partir dos dados”. No entanto, o NUD*IST oferece uma grande flexibilidade na construção do sistema de classificação dos documentos, possibilitando a conjugação de uma abordagem dedutiva e indutiva. O sistema de *nós* permite traduzir as categorias previamente determinadas pelo modelo de análise e, simultaneamente, integrar categorias emergentes da leitura do material empírico. Deste modo, o programa oferece a possibilidade de construir o esquema categorial de uma forma cumulativa, ao mesmo tempo que possibilita a sua contínua revisão. Os *nós* podem ser continuamente (e

facilmente) alterados, renomeados ou redefinidos. Para cada *nó* existe a possibilidade de construir um *memo* com anotações, que permite, para além da descrição dos conteúdos do *nó*, manter o registo das alterações.

QUADRO 3.4

Categorias principais utilizadas no sistema de classificação do NUD*IST

| Categoria temática | Subtema |
|---------------------------|--|
| Constituição da família | Conhecimento e namoro Casamento Fecundidade |
| Trajectórias | Geográfica Escolar Profissional |
| Recursos | Emprego Habitação Saúde Bens materiais Serviços |
| Ajudas | Financeiras Géneros Serviços Apoio emocional Prestadas |
| Ritmos e ritos | Rotina Fins de semana Lazer Férias Momentos de mudança Momentos difíceis |
| Relações familiares | Ascendentes Colaterais Família alargada |
| Obrigações | Práticas Representações Velhice |
| Reciprocidade | Práticas Representações |
| Rede | Família Amigos Pessoas importantes Laços fortes / Laços fracos Laços activos / Laços passivos Laços positivos / Laços negativos |
| Balanço | Comparação geracional Nível de satisfação Ambições |
| Apoios do Estado | |

Esta pesquisa utilizou um sistema categorial com 104 *nós*, construído a partir de onze categorias temáticas base: 1) constituição da família; 2) trajectórias; 3) recursos; 4) ajudas; 5) ritmos e ritos; 6) relações familiares; 7) obrigações; 8) reciprocidade; 9) rede; 10) balanço; 11) apoios do Estado. Estas categorias principais comportam diversos temas e sub-temas, que o NUD*IST organiza num esquema em árvore. No Quadro 3.4 encontra-se a primeira divisão das categorias temáticas em subtemas²⁴. Este sistema de classificação permitiu codificar 16.716 unidades de texto, muitas delas indexadas a mais do que um *nó*. Todo este trabalho de codificação foi desenvolvido por mim, dado que, como decorre do acima exposto, o entendi como parte do processo analítico de construção, e não como um trabalho meramente técnico, de introdução de dados, como acontece nos modelos quantitativos.

A interpretação dos dados fornecidos pelas entrevistas e trabalhados através destas categorias analíticas é apresentada a partir do próximo capítulo. Como acima se sublinhou, procurou-se construir uma relação recíproca entre dados, análise e teoria. Deste modo, a II Parte da tese, parte de uma abordagem temática que, traduzindo, em grande medida, o sistema categorial construído para analisar as entrevistas, não é exactamente coincidente com as categorias utilizadas para tratar a informação empírica. O texto segue a estratégia analítica de conciliar as vozes das entrevistas com o discurso interpretativo. Deste modo, apesar da análise horizontal ser determinante na organização da escrita do relatório, as sinopses de cada entrevista foram essenciais para estruturar a interpretação do material documental e não perder de vista a singularidade das narrativas. A opção de apresentar extractos longos das entrevistas no corpo do texto materializa este princípio. Ao fazê-lo, pretende-se dar conta das

²⁴ O *output* do programa com a árvore completa de categorias encontra-se no Anexo 9.

especificidades de cada discurso, valorizar as interpretações dos sujeitos e contextualizar as temáticas no conjunto das narrativas individuais.

4

AS HISTÓRIAS DA(S) FAMÍLIA(S)

Introdução

Neste capítulo pretende-se caracterizar sucintamente as pessoas entrevistadas e as suas famílias conjugais. Em primeiro lugar, descrevem-se os/as entrevistados/as e os seus cônjuges através de algumas variáveis elementares de caracterização (sexo, idade, profissão, nível de escolaridade, localização geográfica), em segundo lugar, procura-se situar algumas das suas práticas demográficas (sobretudo a nupcialidade e a fecundidade) num contexto familiar e estrutural mais amplo. As entrevistas mostram como o novo e o velho, o tradicional e o moderno se entrecruzam e se inscrevem numa rede de relações que ultrapassa os limites do espaço e do tempo da família conjugal. Pretende-se perceber o

que permanece e o que muda nestas novas famílias: condições de vida, valores, práticas, representações, expectativas, aspirações.

Sem dúvida devido a um efeito geracional, a amostra entrevistada revela padrões de mobilidade social ascendente resultantes das profundas transformações socioeconómicas e socioprofissionais que caracterizam o país nas três últimas décadas (Estanque e Mendes, 1998; Ferreira de Almeida *et al.*, 1994). As gerações às quais pertence a amostra (nascida entre 1967 e 1976) puderam usufruir de um processo generalizado de desenvolvimento que permitiu, embora com as especificidades que são conhecidas, uma abertura da estrutura social¹. De um modo geral, as pessoas entrevistadas possuem famílias de origem marcadas pela proximidade ao mundo rural, do qual se foram progressivamente afastando, se não em termos simbólicos, pelos menos em termos materiais, sobretudo enquanto mercado de trabalho.

As famílias entrevistadas revelam duas tendências marcantes relativamente à posição social das suas famílias de origem, que ancoram a sua mobilidade e estruturam as suas percepções acerca das suas trajectórias sociais: por um lado, a aquisição de níveis de escolaridade mais elevados do que os da geração anterior, por outro lado, a deslocação do emprego para o sector terciário. Embora exista, na amostra, uma sobrerepresentação dos escalões de escolaridade mais elevados, as entrevistas permitem avaliar a importância das qualificações na definição das desigualdades sociais e na estruturação das relações sociais, que os trabalhos de Elísio Estanque e José Manuel Mendes

¹ Apesar da existência destes padrões de mobilidade, Elísio Estanque e José Manuel Mendes, no seu estudo de 1998, mostraram a rigidez da estrutura de classes em Portugal e sublinharam a importância da mobilidade estrutural nos processos de mobilidade intergeracional (Estanque e Mendes, 1998). Em artigo mais recente, ao comparar Portugal com outros países com posições semelhantes no sistema capitalista mundial, José Manuel Mendes continua a destacar o fechamento da estrutura social portuguesa (Mendes, 2003).

colocam em evidência (Estanque e Mendes, 1998; Mendes, 2003). De um modo geral, as pessoas entrevistadas acederam a níveis de escolaridade mais elevados do que os seus pais, assumiram postos de trabalho mais qualificados e melhor remunerados, elementos que certamente influenciam a avaliação positiva que fazem das suas condições de vida quando comparadas com a dos seus progenitores.

4.1 | Quem contou a sua história

1. Foram entrevistadas 60 pessoas, 35 mulheres e 25 homens². Numa amostra onde se incluem, lado a lado, histórias de homens e histórias de mulheres é impossível ignorar, para além das diferenças estruturais objectivas, as diferenças subjectivas e discursivas. O mesmo guião de entrevista produz narrativas muito diferenciadas entre homens e mulheres. Há temas que captam mais a atenção de uns do que de outras, assuntos que geram longas considerações a umas e recebem apenas relatos circunscritos de outros.

² As razões desta desigualdade numérica entre homens e mulheres devem-se às contingências do trabalho de campo e, especificamente, ao modo de construção da amostra. Dado que as pessoas entrevistadas foram abordadas através de contactos pessoais, o sexo da pessoa que realizou os contactos no terreno de estudo revelou-se determinante para esta desigualdade, reproduzida pelo método de bola-de-neve, dado que os/as entrevistados/as indicavam, também, sempre alguém do mesmo sexo para entrevistar. Apenas em concelhos onde existiam contactos dos dois sexos foi possível estabelecer alguma paridade. Nos concelhos onde eu própria realizei todos os contactos, sem dispôr à partida de um informador privilegiado no terreno, pude constatar até que ponto a minha identidade sexual foi fundamental para conseguir uma aproximação às pessoas. Nos concelhos de Fronteira e Alter do Chão foi impossível realizar uma entrevista com alguém do sexo masculino. Enquanto a aproximação às mulheres se revelou bastante fácil, bastando algumas conversas informais na cabeleireira e na Junta de Freguesia (cujas funcionárias eram mulheres) para conseguir os primeiros contactos, com os homens sucedeu o contrário. Foi impossível penetrar nos círculos de sociabilidade masculina de qualquer das localidades e as tentativas para conseguir uma entrevista com um homem através dos meus contactos femininos revelaram-se todas infrutíferas.

Os homens preferem falar do trabalho e centram as suas biografias nas trajectórias profissionais. Apesar de identificarem, tal como as mulheres, os momentos marcantes da história de vida com momentos relacionados com a história familiar (o casamento, os filhos), as suas narrativas são muito mais marcadas pelo percurso escolar e profissional e pelas questões do mundo do trabalho: as opções a tomar pelo caminho, as oportunidades perdidas ou conquistadas, os problemas com os patrões, os sócios, os colegas. Tudo gira em torno do trabalho. Falam menos dos amigos e dos afectos, contam pouco sobre o namoro, mas gostam mais de falar da vida "antes do casamento": da "paródia", dos colegas, de não ter responsabilidades, das coisas que podiam fazer e agora já não fazem – os discursos sobre a adolescência e a juventude são muito mais nostálgicos entre os homens do que entre as mulheres³.

As mulheres "falam de tudo": falam mais do que os homens (a duração média das entrevistas das mulheres é superior à dos homens⁴), falam da família, dos filhos, dos amigos, da saúde, da casa, dos afectos. Também falam do trabalho, mas, para a grande maioria, não é ele que estrutura as biografias. Falam de si e dos outros, de todos – dos maridos, dos filhos, dos pais, dos sogros, de toda a família, das amigas, dos colegas, dos vizinhos, dos conhecidos. Contam histórias, episódios, falam do quotidiano, fazem confidências. Narram histórias longas sobre o namoro, descrevem com pormenor o casamento e os seus preparativos. Mostram fotos. Explicam com pormenor as doenças, as suas e as dos outros, sobretudo as dos filhos. Contam detalhadamente diagnósticos, percursos

³ Miguel Vale de Almeida mostra, no seu estudo sobre a aldeia de Pardais, como, para os homens, o casamento é condição para a passagem a adulto responsável e parte constituinte do prestígio público, mas, também, um sacrifício da liberdade adolescente e celibatária pré-nupcial (Vale de Almeida, 1995).

⁴ Apesar das duas entrevistas mais longas terem sido com homens.

sinuosos no sistema de saúde, problemas com médicos, apoios de familiares e amigos.

Ao entrevistar, simultaneamente, homens e mulheres, é como se a experiência subjectiva de ouvir as suas narrativas antecipasse intuitivamente os dados diferenciados que se obtêm, posteriormente, com o tratamento objectivo da informação recolhida.

2. A média de idade da amostra é 30,8 anos, sendo que a maioria dos/as entrevistados/as se situa no escalão dos 30-34 anos, como se pode observar no Quadro 4.1. A média etária é ligeiramente superior nas mulheres (31,05) do que nos homens (30,64). A média de idades dos cônjuges é superior⁵ – 31,65, sendo mais elevada nos homens (33,42 anos) e mais baixa nas mulheres (29,16), dado que é conforme aos padrões demográficos gerais sobre as idades do casamento, mais tardia nos homens (Bandeira, 1996), e a conhecida hipergamia etária das mulheres (Rosa, 2005).

QUADRO 4.1
Caracterização da amostra por sexo e idade

| Idade | M | H | Total |
|--------------|----------|----------|--------------|
| 25-29 | 6 | 8 | 14 |
| 30-34 | 29 | 17 | 46 |
| Total | 35 | 25 | 60 |

Como se pode observar no Quadro 4.2 existem vários casos de maridos com idade superior a 34 anos, o que contribui para a subida da média de idades dos cônjuges. A média da diferença de idades entre os cônjuges é 2,5 anos, sendo

⁵ Apesar de na selecção da amostra se pretender “casais com idades entre os 25 e os 34 anos”, apenas foi possível garantir este intervalo para os/as entrevistados/as.

que 37 das 60 pessoas entrevistadas têm 2 anos ou menos de diferença etária do respectivo cônjuge. A maior diferença de idades num casal é de 9 anos (apenas um caso). De um modo geral, esta diferença é relativa a maridos mais velhos. Apenas em 8 famílias a mulher é mais velha do que o marido (em 4, mais dois anos e noutras 4 apenas um ano).

QUADRO 4.2
Distribuição dos cônjuges por sexo e idade

| Idade | M | H | Total |
|--------|----|----|-------|
| < 25 | 2 | - | 2 |
| 25-29 | 12 | 5 | 17 |
| 30-34 | 11 | 20 | 31 |
| 35 e + | - | 10 | 10 |
| Total | 25 | 35 | 60 |

3. Como se pode observar no Quadro 4.3 existe, na amostra, se comparada com os valores gerais da população portuguesa, uma sobrerrepresentação dos indivíduos com níveis de escolaridade mais elevados⁶. Apesar deste facto, um terço dos entrevistados tem apenas o ensino básico, sendo de destacar que, destes, menos de metade completou os 3 ciclos da escolaridade básica. Na amostra, a escolaridade básica é mais comum para as mulheres entrevistadas. Contudo, se olharmos para a escolaridade dos cônjuges verificamos que existe uma tendência para as mulheres possuírem graus mais elevados de ensino do que os respectivos cônjuges.

⁶ Segundo o Recenseamento de 2001, a percentagem de população com o ensino superior, no escalão etário dos 25-34 anos, era de 15,9%.

QUADRO 4.3
Caracterização da amostra segundo o nível de escolaridade⁷

| Nível de escolaridade | Entrevistado/a | | | Cônjuge | | |
|-----------------------|----------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | M | H | Total | M | H | Total |
| Sabe ler e escrever | - | - | - | 1 | - | 1 |
| Ensino Básico | 13 | 7 | 20 | 3 | 23 | 26 |
| Ensino Secundário | 12 | 6 | 18 | 10 | 5 | 15 |
| Ensino Superior | 10 | 12 | 22 | 11 | 7 | 18 |
| Total | 35 | 25 | 60 | 25 | 35 | 60 |

4. Para caracterizar a inserção socioeconómica das famílias foi construída uma grelha de categorias socioprofissionais⁸ que resultou na distribuição apresentada no Quadro 4.4.

Da análise do Quadro ressalta a importância do emprego no sector terciário para as mulheres entrevistadas e também o peso do emprego não qualificado, dado consonante com a informação relativa aos baixos níveis de escolaridade acima apresentados e, de um modo geral, com os padrões de inserção das mulheres no mercado de trabalho em Portugal (Ferreira, 1993 e 2002). Relativamente aos homens, há que destacar a sua presença nos lugares "de topo" da grelha e a importância do trabalho por conta própria.

⁷ Considerou-se o nível de escolaridade frequentado, mesmo que não tenha sido concluído.

⁸ Esta grelha utilizou informação relativa à profissão, situação na profissão, ramo de actividade e dimensão do estabelecimento onde é exercida a actividade económica. A categorização foi feita com base nos grupos socioeconómicos (GSE's) utilizados pelo INE nas suas estatísticas, cujos pressupostos de construção se encontram apresentados em Lima *et al.* (1991).

QUADRO 4.4
Distribuição da amostra por grupos socioprofissionais⁹

| Grupos socioprofissionais | Entrevistado/a | | Cônjuge | |
|--|----------------|-----------|-----------|-----------|
| | M | H | M | H |
| 1. Empresários/as e quadros dirigentes | - | 3 | 1 | 2 |
| 2. Profissionais técnicos/as e de enquadramento | 5 | 8 | 10 | 6 |
| 3. Trabalhadores/as independentes | 6 | 6 | - | 5 |
| 4. Trab. da administração, do comércio e serviços | 12 | 3 | 6 | 5 |
| 5. Trabalhadores/as da produção industrial | 1 | - | - | 5 |
| 6. Trabalhadores/as da pesca e da agricultura | - | - | - | - |
| 7. Trabalh. não qualificados/as da ind., com. e serviços | 11 | 5 | 5 | 12 |
| 8. Forças armadas | - | - | - | - |
| Estudantes | | | 2 | - |
| Domésticas | | | 1 | - |
| Total | 35 | 25 | 25 | 35 |

A análise conjunta dos grupos socioprofissionais dos/as entrevistados/as e dos respectivos cônjuges permite verificar a existência de uma forte homogamia nestas famílias. Por um lado, em 26 das famílias existe uma coincidência nos grupos socioprofissionais dos dois cônjuges, por outro lado, quando não existe uma perfeita correspondência, existe, para a maioria dos casos, uma grande proximidade social¹⁰. A homogamia, nestas famílias, surge como estrutura e como processo (Almeida *et al.*, 1997). Ou seja, como se aprofundará no ponto seguinte, resulta da união de duas pessoas com posições sociais muito

⁹ Os desempregados foram classificados através da sua profissão e situação na profissão anteriores ao desemprego.

¹⁰ A coincidência entre os grupos socioprofissionais dos cônjuges e a descoincidência entre níveis de escolaridade, aparentemente contraditórias, resultam da situação paradoxal das mulheres na sociedade portuguesa, tal como a descreve Virgínia Ferreira (1999). Para acederem aos mesmos postos de trabalho dos homens, as mulheres necessitam das credenciais do sistema de ensino, tendo por isso qualificações superiores e postos de trabalho mais desqualificados.

semelhantes (próprias e das famílias de origem), e emerge dos cenários de interacção que promovem encontros e desencontros.

Como foi referido na introdução a este capítulo, as gerações das pessoas que constituem a amostra beneficiaram de um processo acelerado de desenvolvimento que lhes permitiu aceder a melhores condições de vida do que as das gerações anteriores. Deste modo, apesar das situações efectivas de mobilidade ascendente corresponderem a menos de um terço da amostra, podemos falar de uma mobilidade intergeracional para o conjunto dos inquiridos, que resulta da mobilidade estrutural.

A maioria dos/as entrevistados/as acedeu a um grau de ensino mais elevado que os seus progenitores. Aqueles que possuem o ensino básico tinham, em grande parte, pais apenas com o primeiro ciclo da escolaridade, muitos sem qualquer certificação escolar, e alguns mesmo analfabetos. Os licenciados são, talvez, o grupo mais revelador do processo geral de democratização do ensino: do conjunto de pessoas licenciadas apenas duas tinham pais (mãe e pai, ambas) licenciados.

O aumento da escolaridade, o recuo do peso da agricultura e a expansão do sector terciário conferiu a estas gerações novas oportunidades em termos de mercado de trabalho. Mesmo aqueles que ocupam postos de trabalho desqualificados, e pior remunerados, têm situações sociais mais favoráveis do que as das suas famílias de origem. Esta melhoria deve-se, sobretudo, à perda de importância do trabalho agrícola, que é praticamente inexistente na amostra, pelo menos na situação de assalariamento¹¹. Particularmente, nas zonas rurais, a maioria das pessoas entrevistadas com uma situação socioeconómica mais desfavorecida tem famílias de origem ligadas ao trabalho agrícola, do qual os

¹¹ Dois cônjuges, de duas entrevistadas, são agricultores, mas trabalham por conta própria.

mais novos quiseram fugir¹². Apesar dos baixos salários, o trabalho no sector secundário e, sobretudo, no sector terciário permite a estas famílias uma qualidade de vida superior à das gerações anteriores.

O significado da mobilidade social revela-se, também, nas apreciações subjectivas dos/as entrevistados/as. Por um lado, todos afirmam que a sua situação profissional é melhor do que a dos pais (mesmo quando objectivamente ela não o é)¹³ e são unânimes em valorizar as suas condições de vida actuais face às das suas famílias de origem. Por outro lado, os mais bem sucedidos, atribuem muito do seu êxito ao sacrifício dos pais e ao investimento que estes fizeram nos filhos. Esta última dimensão é valorizada sobretudo por aqueles que, vindos de famílias com baixo capital cultural e escolar, acederam a graus de ensino superior e garantiram o sucesso profissional através do diploma escolar.

5. A duração média das uniões conjugais da amostra é de 6,4 anos. Apenas uma família está formada há menos de um ano, e duas uniões têm já a longa duração de 17 anos. Como se pode observar no Quadro 4.5, a maior parte dos casais vive em conjugalidade há mais de 5 anos. Estes dados indicam que a maioria das famílias entrevistadas se situa no “tempo da instalação” (Torres, 2002)¹⁴, ou seja, numa fase de adaptação e acertos, em que muito está ainda em aberto e a ser definido e construído, ao nível afectivo e material.

¹² Cf. abaixo Capítulo 6.

¹³ Num estudo comparativo entre Portugal, a República Checa, a Suécia e o Canadá, José Manuel Mendes sublinha, também, o optimismo dos portugueses face aos nacionais dos outros países, na comparação subjectiva do seu estatuto socioprofissional com o dos pais (Mendes, 2003: 142).

¹⁴ No seu estudo sobre o casamento, Anália Torres define três tempos do casamento, consoante a sua duração: o “tempo da instalação” (até aos 10 anos); o “tempo das mudanças e das transições” (dos onze aos vinte anos) e o “tempo da conformação ou da realização pessoal” (vinte e um e mais anos) (Torres, 2002)

QUADRO 4.5**Caracterização da amostra segundo a duração da conjugalidade**

| Duração da conjugalidade | Nº Entrevistados/as |
|--------------------------|---------------------|
| ≤ 1 ano | 5 |
| 2-4 anos | 17 |
| 5-9 anos | 27 |
| ≥ 10 anos | 11 |
| Total | 60 |

Apesar da juventude da amostra, as uniões apresentam uma longevidade considerável devido à precocidade de alguns casamentos. A idade média das mulheres à data do casamento é 23,9 anos na amostra. Como se constata através do Quadro 4.6 a maioria das uniões realizou-se antes das mulheres completarem 25 anos. As que entraram mais precocemente na conjugalidade são, de um modo geral, as menos escolarizadas e que desenvolvem trabalhos mais desqualificados; pelo contrário, as que entraram tardiamente no casamento são as que desenvolveram percursos escolares mais longos, modelos que são coincidentes com os padrões globais da sociedade portuguesa (Almeida *et al.*, 2002).

QUADRO 4.6**Caracterização da amostra segundo a idade da mulher à data do casamento**

| Idade da mulher | Nº |
|-----------------|----|
| < 20 | 6 |
| 20-24 | 28 |
| 25-29 | 23 |
| 30-34 | 3 |
| Total | 60 |

6. Como se pode observar no Quadro 4.7, a maioria das famílias entrevistadas tem filhos. Qualquer um dos onze casais sem descendência demonstrou interesse em vir a ter filhos no futuro. A maioria das famílias só com um filho manifestou, também, desejos de vir a ter outro filho. Apenas 7 pessoas disseram que tencionavam limitar a sua fecundidade a um filho único. De referir que em 4 das famílias que no momento da entrevista tinham apenas um filho, a mulher estava já grávida na altura.

QUADRO 4.7
Caracterização da amostra segundo a fecundidade

| Fecundidade | Nº entrevistados/as |
|--------------------|----------------------------|
| Sem filhos | 11 |
| Com filhos | 49 |
| 1 filho | 33 |
| 2 filhos | 15 |
| 4 filhos | 1 |

4.2 | As histórias de amor: o casamento e o namoro

O casamento e o namoro são dois dos temas que marcam a distinção entre as narrativas dos homens e das mulheres. Cenas e locais de encontro, motivos para a atracção, gostos e desgostos, momentos românticos e zangas, motivos para casar ou para viver juntos, preparativos para o casamento – estas e outras questões enchem os discursos das mulheres, que por mais distância temporal que tenha ocorrido desde o primeiro encontro, não esquecem um pormenor ou uma data. Os homens, pelo contrário, são sucintos nas descrições e nas razões que apresentam, têm dificuldade em lembrar pormenores e datas, não perdem muito tempo a responder às questões sobre estas matérias.

Tomem-se como referência os dois exemplos que se seguem, que descrevem contextos de conhecimento semelhantes.

Cristina Neves descreve como conheceu o seu marido, partindo do primeiro encontro:

Quería começar pela constituição da família, ou seja há quanto tempo é que casou, e também um pouco antes, quando é que começou a namorar, quanto tempo namorou, onde é que conheceu o seu marido, quando é que o conheceu, um pouco da vossa história...

Conheci o meu marido através de uma amiga. Eu trabalhava numa fábrica de têxteis, tinha uma amiga que era da terra do meu marido, uma terra que aliás eu não conhecia. Houve uma festa lá da aldeia e ela convidou-me para ir lá à festa e eu fui lá à festa. Estive em casa dela e depois no baile eu conheci o meu marido. O meu marido não sabia dançar, não saía do mesmo sítio, só estava a apreciar, e não sei quê, e eu encantei-me foi com os olhos dele. Tem uns olhos grandes, verdes, maiores que os meus e então... pronto... e comentei com a minha colega, ai está ali um rapaz que tem uns olhos tão bonitos... mas passou mesmo só por isto, pronto, porque eu já tinha namorado antes e não estava nada interessada em namorar, até porque naquela altura estava assim bastante independente, porque tinha tirado a carta e tinha carro, e não sei quê, ia para onde queria, e não estava interessada em namorar. Não estava mesmo nada interessada. Mas... pronto, comentei isso com ela, e ela disse ,ai vou-te apresentar, porque é muito bom rapaz, é de muito boas famílias, e não sei quê, não sei quantos mais, eles têm uma pastelaria, os pais dele têm fabrico de pastelaria, e não sei quê. Depois dizia ela, ai são muito ricos, e não sei quê, a mim não me importa, e mais não sei quê, só perguntei por perguntar, acho que ele tem uns olhos muito bonitos. Bom, ela mais as amigas dela lá arranjaram maneira de a gente irmos ao bar e de ele ir. Quando dei conta ele estava ao pé de nós e apresentaram-nos, apresentaram-nos, ele não saiu mais de ao pé de nós, pronto, ficou sempre. Embora ele não soubesse dançar, mas estava sempre tipo a guardar-me, ficou encantado, e não sei quê, foi tipo amor à

primeira vista. A partir desse dia ele procurou-me sempre, pronto, cada vez que podia vinha-me sempre esperar ao emprego.

Paulo Domingos, confrontado exactamente com a mesma pergunta, responde:

Ora bem, nós conhecemo-nos numa discoteca, na aldeia onde eu moro, pronto, e daí começámos a namorar, namorámos três anos, e pronto, ao fim de três anos casámos.

Os namoros são longos não apenas nas histórias contadas pelas mulheres. Apenas dez casais namoraram menos de um ano antes de viverem juntos. Para grande parte dos/as entrevistados/as (26), o período de namoro que antecedeu o casamento foi superior a 5 anos, sendo o máximo 9 anos. A duração do namoro depende das idades em que os cônjuges se encontraram e do seu percurso escolar e profissional.

Os menos escolarizados e com profissões mais desqualificadas conhecem-se mais cedo e namoram mais tempo, sendo muitos namoros de adolescência. Casam mais cedo, depois de longos namoros. Os mais escolarizados casam mais tarde, mas muitos não têm namoros longos. Em geral, os/as entrevistados/as com escolaridade de nível superior conheceram os seus cônjuges durante a formação universitária ou já em contextos laborais. Conhecem-se já em idades mais tardias, mais próximas das idades médias do casamento e das condições necessárias para o concretizarem: o fim dos estudos, o emprego, a casa. Deste modo, o tempo de namoro cruza-se também com os locais e formas de conhecimento dos casais. Nos estratos socioeconómicos mais desfavorecidos o primeiro contacto é, em geral, mais precoce: as pessoas conhecem-se “desde sempre”, “da rua”, “da aldeia”, “da vizinhança”. Às vezes têm mesmo dificuldade em identificar o momento em que começou “oficialmente” o namoro, como diz Diana Pinto:

Conhecemo-nos desde sempre, porque sempre fomos vizinhos, exactamente na mesma rua, e tudo. Um em frente ao outro. Começar a

namorar... começar a namorar... com dezanove anos. Foi com dezanove, namorar oficialmente, foi com dezanove, casei com vinte sete.

Os estudos clássicos sobre a escolha do cônjuge mostraram há muito como a homogamia é fortemente alicerçada nos lugares de encontro (Girard, 1981). A amostra de entrevistados/as não foge à regra geral. Os detentores de capital escolar conhecem os cônjuges em espaços limitados – “lugares reservados” – sobretudo o local de estudo ou de trabalho. Os mais desfavorecidos, económica e culturalmente, travam conhecimento em lugares públicos: rua, festas, bailes, cafés, bares, discotecas¹⁵. Como afirma Girard, por detrás da multiplicidade das cenas de encontro impera a lógica social da homogamia. À divisão entre espaços públicos e privados, reservados e abertos corresponde uma segmentação do mercado matrimonial. A selecção matrimonial começa na selecção das sociabilidades e dos locais de encontro (Girard, 1981).

Na análise das entrevistas, os dados sobre a homogamia contrariam o discurso sobre a paixão amorosa que atravessa as narrativas. As pessoas entrevistadas apaixonaram-se por um outro, semelhante em idade, escolaridade, profissão, que vivia na mesma terra, frequentava os mesmos lugares, tinha os mesmos gostos, queria as mesmas coisas. Como defende Louis Roussel (1989), a incompatibilidade entre atracção homogâmica e espontaneidade do sentimento amoroso é um falso problema. Existiria conflito se a exclusão dos “demasiado diferentes” fosse deliberada, mas o processo é mais complexo: ama-se, geralmente, alguém “desposável”. Como afirma Michel Bozon, o jogo segregador da sociabilidade e a distribuição social dos gostos e preferências estruturam as escolhas tão fortemente como as ingerências da parentela (Bozon,

¹⁵ Ana Nunes de Almeida *et al.* chegam à mesma conclusão num estudo sobre a homogamia entre os sócios de empresas de dois concelhos da periferia de Lisboa (Almeida *et al.*, 1997).

1992: 33). Deste modo, homogamia social e escolha amorosa são, na maior parte dos casos, dois processos convergentes.

Depois do encontro e do namoro o que leva as pessoas ao passo seguinte – o casamento? Pelos relatos das entrevistas “nada de especial”: o casamento surge “naturalmente”, faz parte de uma sequência lógica numa relação amorosa, como explica Afonso Salgueiro:

E porque é que resolveram casar ao fim de quatro anos de namoro?

Eu acho que a partir de... a partir aí dos primeiros dois anos de namoro começámos a achar que... quer dizer... na altura eu acho que se calhar a gente não pensa nas coisas desta maneira, assim... eu agora... parece muito estruturadinha, não é, pronto... começámos a achar que havia afinidades grandes que tínhamos... involuntariamente, fomos descobrindo que tínhamos assim ideias e planos para o futuro, que eram muito parecidos um com o outro e que pareceu-nos que... Para já gostávamos muito um do outro, como é evidente, e foi isso que também permitiu que as coisas fossem correndo bem, e começámos a perceber isso, que tínhamos ideias muito comuns acerca de muitas coisas, e eramos os dois pessoas relativamente... como é que se diz, amantes de estar em casa, pouco dadas a grandes confusões, e pareceu-nos que tínhamos coisas muito parecidas. De maneira, que acabámos por começar a falar em casarmos, provavelmente tínhamos aí três anos de namoro, ou perto disso, dois anos e tal de namoro, e eu na altura tinha acabado o curso, portanto, nessa altura que acabei o curso em 89, a Mariana estava a acabar no ano seguinte, 90, e foi, portanto, nessa altura que eu tinha acabado o curso, e mais ou menos começado a pensar sinceramente em casar. Ainda por cima os dois gostávamos muito de Canoas, que é onde vivemos agora, apesar de nunca termos lá vivido, e eu fui trabalhar para lá quando acabei o curso, portanto, em 90. Ela começou a conhecer melhor também, e gostava imenso, e foi mais um estímulo, pensar assim, olha está aqui um sítio bestial, até um dia somos capazes de ficar a viver por aqui, e tal, e foi assim que as coisas todas aconteceram, não foi assim por ter havido nada que... enfim, não sei, às vezes pode haver situações do género, foi a família que fez pressão, foi por razões profissionais,

foram coisas desse género, não, não foi assim nada desse género, não foi nada assim de muito particular, nenhum pormenor específico. Foi uma coisa que foi acontecendo lentamente, foi assim, naturalmente. Houve uma altura em que nós dissemos assim, pronto, de facto o casamento é a sequência lógica natural e apetecida daquilo que nós estamos a viver até agora, basicamente foi assim.

As formas de viver o passo seguinte ao namoro também não divergem muito entre as pessoas entrevistadas: o casamento é a via seguida pela esmagadora maioria para viver a conjugalidade. Apenas 5 dos sessenta casais entrevistados vivem em união de facto e apenas 4 dos restantes coabitaram antes do casamento. O que parece distinguir a opção pela união de facto é o seu carácter experimental – “vamos ver o que dá” – o que quer dizer que, “se der”, o passo seguinte é o casamento. Este acaba quase sempre por integrar o projecto do casal. Apenas uma das entrevistadas em união de facto rejeitou a hipótese de ainda vir a casar.

Júlia Cruz vive com o marido há 3 anos, já pensaram casar, mas desistiram a meio do processo burocrático.

Nós fomos viver juntos mal nos conhecemos, tínhamos para aí... namorávamos há três meses, fomos logo viver juntos, nós... tanto eu como ele, temos um passado de toxicodependência e depois estamos os dois numa associação que é a Narcóticos Anónimos, não sei se ouviste falar?

Sim.

Pronto, e conhecemo-nos lá. Eu quando o conheci já estava bem há três anos, agora estou há seis e meio, e ele estava há um, agora está há três e meio. Conhecemo-nos lá, porque eu fazia um trabalho voluntário para essa associação nos hospitais, com pessoas com HIV, e ele também, então conhecemo-nos nessa associação, e pronto, conhecemo-nos lá. Começámos a namorar, e ao fim de três meses de namorarmos, decidimos ir viver juntos. Eu estava a viver com a minha mãe, a casa da minha mãe é uma grande confusão, porque estavam lá os meus irmãos todos, porque vive lá a minha mãe e éramos mais... éramos quatro, agora também já uma irmã

minha casou, e aquilo era uma casa muito confusa. Eu estava um bocado farta, e também já tinha alguma idade, e já estava a querer sair de lá. Estava a trabalhar durante o dia, tinha aulas à noite, porque com a história das drogas nunca estudei como devia ter estudado, e nunca fiz nada, depois é que fui estudar, e então alugámos primeiro uma casa na Graça, umas águas furtadas, cinco andares sem elevador, chovia lá dentro, mas foi giro.

Porque é que vocês decidiram logo viver juntos, porque...

Eu queria sair de casa, ele também, eu já andava à procura de alguém para dividir o apartamento, neste caso, pronto, estava à procura de um amigo ou de uma amiga para dividir o apartamento, ele também estava a querer... porque ele sempre tinha vivido fora de casa, só foi para casa depois, quando entrou em recuperação, porque precisou de ajuda, e então, também já estava farto de estar em casa, e então, em vez de irmos cada um arranjar outra pessoa para dividir o apartamento decidimos ir alugar e até foi um caso... nós damo-nos bem, somos namorados, alugamos a meias, se der certo, tudo bem, se não der largamos a casa, vai cada um para seu lado, como a casa também era alugada nunca perdíamos muito... (...)

E vocês nunca pensaram em casar mesmo, de papel passado?

Já, já fomos... começámos a tratar de tudo.

Então, e depois?

Depois é tanta burocracia que nos chateámos imenso, já viu a grávida com uma barriga até aqui, fomos mesmo tratar dos papéis, depois tinha que se ir para o Chiado para mais uma bicha e mais outra bicha, e eu disse, é pá, já não aguento, caga nisso.

No seu estudo sobre o casamento, Anália Torres (2000) identifica quatro razões para a realização do casamento: pragmáticas, estatutárias, ritualistas e espiritualistas. É possível afirmar que na presente amostra predominam os motivos pragmáticos. Tal como Anália Torres conclui na sua pesquisa, relativamente aos casais mais jovens, para estas pessoas o casamento não é uma questão de combate ou de afirmação de valores, como o foi para alguns sectores durante a

década de 60 (Torres, 2000: 271). Como acima se referiu, a institucionalização da relação é encarada como um passo “natural” na construção de uma ligação afectiva em que se acredita. Não existe um questionamento da instituição, assim como não existe uma grande valorização do seu papel. O pragmatismo coexiste com o romantismo. O amor preside à decisão, mas os benefícios que se retiram dela também pesam. Optar pelo casamento ou pela união de facto parece depender das vantagens e desvantagens que uma e outra opção comportam. O casamento parece nitidamente oferecer mais vantagens sociais e económicas: merece a aprovação do meio social, sobretudo da família e, especificamente, dos pais; oferece mais garantias de protecção social; a festa do casamento é uma ocasião para fazer confluir dádivas materiais, que têm um impacto importante para muitas famílias¹⁶.

A entrevista de Paulino Cunha mostra como a sua opção pela união de facto, tomada por motivos bastante pragmáticos, teve bastantes custos, em termos sociais, familiares e económicos:

E depois porque é que decidiram viver juntos?

Pronto, isto foi uma situação caricata. É que na altura as taxas de juro eram muito altas. Para pedir empréstimo para a habitação, havia necessidade de... pronto, se entrassem os rendimentos dos dois era... a prestação seria muito mais, se não entrassem era menos vinte contos, vinte contos por mês durante um ano, e era muito dinheiro. E então decidimos... para a habitação era só os rendimentos de um... não casar. Claro que tive grandes problemas em termos familiares, especialmente do meu lado, quer dizer, o que é que os meus pais vão pensar, e está visto na altura, há nove, dez anos, ainda era assim pouco comum, e entretanto, o que é que os meus pais iriam pensar de um filho não se casar, não é, os vizinhos, para a família, e tal, e entretanto eu tomei a minha atitude, pronto, quem tem que pagar a

¹⁶ Cf. capítulo 8.

prestação era eu, não eram eles, pronto, sozinho, e a partir daí não tive ajudas nenhuma, comecei assim, do zero.

E acha que não teve ajudas exactamente porque não se casou?

Sim.

Se tivesse casado tinha tido mais ajudas?

Tinha tido ajudas não só em termos familiares, dos pais, como se calhar também das prendas do casamento. Então, eu comecei do zero, eu comecei pelo empréstimo da casa, sem nada. Quer dizer, fui comprando as coisas, comprei um fogão, comprei a máquina de lavar, agora o carro, aquelas coisas mais essenciais. E comprei muitas coisas às prestações, quer dizer, era a melhor forma, e foi assim, até agora.

Apesar de poucos o assumirem explicitamente, a pressão social para o casamento é bastante forte, sobretudo por parte dos pais. Dos relatos sobre o namoro ficam, também, as histórias sobre o controlo exercido pelos pais, sobretudo sobre as mulheres. Um exemplo disso é a forma como a maioria dos/as entrevistados/as, tendo tido relações sexuais com o cônjuge antes do casamento, não o assumia perante os pais, fazendo-o “às escondidas”. Deste modo, o casamento surge como forma de satisfazer os pais, e, também, de libertação de uma série de constrangimentos que o namoro e a coabitação com a família de origem impõe.

Diamantino Araújo conta o seu namoro “à antiga” e o modo como o pai da namorada interferia na relação:

O tipo de educação que o meu sogro dá à minha esposa é uma educação mais conservadora, a educação mais castradora da própria liberdade, não digo se é bom ou se é mau, mas o que é certo é que, por exemplo, qualquer coisa ela sentia-se inibida, sentia medo, a palavra é medo, a palavra não será receio, não é tanto receio, mas medo, acho que era mesmo medo, “ai o meu pai”, este tipo de o pai lá em cima e ela cá em baixo, eu acho que sempre foi um bocado assim. Embora seja um bom senhor me dê muito bem com ele, damo-nos espectacularmente bem, e a atitude dele é evidente que mudou agora, mas na altura o pai é que sabia, entretanto, ela com esse

medo, eu na altura não percebi, aí o meu pai, não sei se ele deixa, e eu achei muito estranho, o pai, o teu pai não te deixa ir lá acima à Póvoa, aí, não, e tal, é que não estou habituada, não costumo sair, o pai dela era do género que era... por exemplo, elas [irmãs] mentiam para poder ir à discoteca ou qualquer coisa à parva, eram capazes de mentir, diziam que iam para casa de uma amiga e iam para discoteca. E ele era do género que mal sabia qualquer coisa, ou desconfiava, ia à discoteca buscá-las, era esse tipo. Pronto, ela tinha exactamente... aquilo não era receio, era medo, bem, e aquilo ficou ali, entretanto, passado logo uma semana, eu já não sei, eu telefonei-lhe e apareci lá em casa, não tenho vergonha nenhuma, e fomos lá, e pedi se podíamos ir ao cinema. Então ela depois mais tarde contou-me que para conseguir ir ao cinema comigo, teve lá uma discussão, e não sei quê, e tal, para ali e para acolá, e o pai, então, mas tu queres ir ao cinema, e não sei quantos, mas lá está, mas... quer dizer, ela depois disse-me que ele não pôs tantas dificuldades como ela estava à espera até, e porquê? talvez porque já me conhecia, e isso é um tal fenómeno que acontece, a primeira coisa que lá na Eira perguntam é quem são as famílias, conheciam o meu pai, era o ensaiador do rancho, ele tocava ferrinhos, o meu sogro... já eram amigos de longa data, ambos bancários. Bem, lá fomos ao cinema, conversámos imenso depois no outro domingo voltámos a sair. Entretanto foi a latada, encontrei-a no cortejo, ela ficou passada, passada num sentido... ficou passada de me ver fazer disparates... ficou sem saber que reacção é que havia de ter, e eu, pronto, olha continua aí com as tuas amigas que eu vou... e continuei na minha maluqueira, ela pensou que eu estava esquinado, da maneira como eu... não estava, isso não... absolutamente não... não costumo mentir, e de facto não estava. Bem, seja como for, passado aí uma semanita da latada, duas semanas, saímos, e depois o nosso começo de namoro foi engraçado. Saímos, começámos a dar a mão, mas uma mão... digamos... eu primeiro pedia em namoro, um bocado à antiga portuguesa, de facto, não foi... aconteceu ou foi... como é moderno se dizer eu estou a andar com ela, não, eu fiz um pedido de namoro e ela não me respondeu, aí, ainda é muito cedo... Bem, saímos para a Lousa, fomos para aquilo da Senhora do Castelo... Senhora da Piedade. Fomos passear para aí, e demos só a mão, e nada de resposta, mas andámos de

mão dada, uma coisa um bocado estúpida. E então depois fomos passear para Leiria para um castelo, e no Castelo de Leiria, é incrível, lá nas ameias do castelo, ela deu-me um beijo, foi assim, eu nunca forcei nada, esperei sempre pela resposta, foi isto, um bocado comprido.

É uma bela história.

É engraçada.

E depois namoraram quanto tempo?

Namorámos até 99, cinco anos.

Cinco anos e ao fim desse tempo resolveram casar, como é que foi?

Depois ela tira o curso e está... na altura já estava em enfermagem, acabou em 96 penso eu, 95, 96, não, acabou em 95 e disse-me assim, olha Diamantino, eu não sei, isto está mau, aqui não há emprego, eu vou mais a Maria. Mochila às costas e foram para o Algarve. Foram para o Algarve e eu dei-lhe a força toda. O emprego tem que ser, eu também contei acabar o meu curso de matemática, ela acabou primeiro, o curso era de três anos, o meu de cinco, eu quando acabar também matemática também não sei onde é que vou parar, embora matemática está fácil, sou capaz de não ir parar longe. Isto uma pessoa... vale mais tu ires lá para longe enquanto somos solteiros do que depois quando casados, pelo menos também pode servir de teste. Bem, ela vinha de quinze em quinze dias cá acima. Portanto, andámos assim dois anos, dois anos em que ela ia para o Algarve. Ela esteve dois anos lá em baixo no hospital de Portimão, foi a Faro, tinham lá vagas, mas foi primeiro ver a Portimão, e depois gostou de Portimão, e ficou lá. Estava pertinho do hospital, num apartamento, conseguiu lá um apartamentozinho, e pronto, ela vinha cá de quinze em quinze dias, eu ia também lá de vez em quando, embora não tão regularmente como ela, mas é assim, a princípio não ia por causa de quem, do pai dela, e qual era o problema: o pai dela. "O que é que as outras pessoas vão dizer, eu até tenho confiança em ti Diamantino"... Bem, e isto tudo muito também através dela, não era tanto através de mim, embora eu estivesse à vontade, e o que acontece é que houve uma altura em que eu fui com a irmã para baixo e depois a irmã veio para cima, passou lá um fim de semana, e era uma semana em que eu não tinha aulas ou qualquer coisa, acho que foi na Páscoa, agora não sei, na quinzena da Páscoa, do ano de 96, e ela

resolveu... e eu resolvi lá ficar e ela disse, ai, fica, a gente telefona ao meu pai, e assim foi, telefonámos, e ele disse assim: "olha ó Diamantino agora vê lá", e não sei quê, e não ficou zangado, primeiro, porque a imagem que eu construí lá em casa deles, foi sempre uma imagem positiva e muito à vontade com eles, e eles gostaram disso, tenho a consciência. Eu antes de namorar com ela cheguei a jantar lá, umas vezes que eu lá fui a casa ainda não namorava com ela, deixei-me lá estar até às oito da noite, e eles naquela... bem, este gajo nunca mais se vai embora, não é? olha, queres cá jantar? mas foi mesmo assim, a ver se eu ia embora, e eu não obrigada, não estavam à espera disto, e eu, olhe já que oferece, pode ser, eles, bem, está bem, pronto, e tal, comes aqui, e jantei, quer dizer, não tinha mesmo vergonha nenhuma nesta cara, pronto. E aquilo parecendo que não, apesar de tudo isso, caí-lhes bem, eles gostaram, apesar de se calhar não ser uma delicadeza da minha parte, eu fiz exactamente aquilo que eles não estavam à espera, e se calhar às vezes não fazer aquilo que eles estão à espera acabou por cair bem, caí em graça, não é? às vezes vale mais cair em graça do que ser engraçado, não é? Quando chegou... então e acabei por ficar lá. É evidente que são mentalidades diferentes, acabei por ter a primeira relação sexual lá em baixo no Algarve."

Diogo Ferreira conta como a sogra os "obligou" a casar:

Porque é que decidiram casar nessa altura?

Sinceramente fomos um bocado obrigados, não tínhamos ideia de casar tão cedo. Estávamos bem. A minha mulher estava numa fase inicial da vida dela, tinha-se formado há pouco tempo, estava a começar a trabalhar, eu na altura não tinha um trabalho muito fixo, não era empregado, fazia exportações para os PALOPS, tinha algumas pessoas interessadas em comprar materiais aqui, geralmente de construção. Portanto, eu não tinha um emprego estável, portanto, não tinha um horário, não tinha nada, quer dizer, podia ganhar muito, podia ganhar pouco. Portanto, nenhum de nós tinha ideia de se casar tão cedo. Mas a mãe da Elisa é uma pessoa que tem já sessenta anos, sessenta, sim, sessenta, sessenta e qualquer coisa, uma pessoa já do tempo antigo, aquela maneira de ser tradicional de família, e começou a forçar um bocado as coisas e andou praticamente um ano

inteiro a falar no assunto. E quando viu que a gente não se resolvia foi falar no assunto aos meus pais e à minha mãe, e nós, pronto, a partir daí também começámos a fazer um pouco de birra, e tal, hás-de esperar, e tal, e então acabámos... Pronto, como ela de facto não parava, a coisa estava a ficar muito apertada em termos de cerco, nós decidimos casar mas andámos até ao último mês sempre a fazê-la sofrer. Também, um bocado de propósito, ela dizia: "então quando é que é", "tenha calma, este ano ainda, não se preocupe", até que pronto, "ó pá, em Dezembro", "então, e não podia ser já", "não, em Dezembro", "temos tempo". E então casámos no dia sete de Dezembro, combinámos sete de Dezembro para depois irmos um mês de lua de mel e aproveitarmos para ir ao Brasil, porque a minha mulher é brasileira, é assim, o pai dela é brasileiro, embora tenha vindo para cá com quatro anos. Ela não conhecia o Brasil, eu também não, tinha lá família, então aproveitámos essa altura, olha, vamos aproveitar o dinheiro do casamento, vai todo embora, mas a gente vai aproveitar, e fomos um mês ao Brasil, pronto, foi mais ou menos isto. Portanto, não foi porque a gente planeou e decidi, vamos, não, foi um bocado... empurrado. Correu tudo bem, graças a Deus, mas foi assim.

Um dos motivos que "empurra" os casais para o casamento são os filhos. A institucionalização da relação parece ser uma obrigatoriedade quando nascem crianças. Esta concepção verifica-se por um lado, quando numa união de facto se coloca a hipótese de ter filhos, como é o caso relatado por Patrícia Simões; por outro lado, quando existe uma gravidez não planeada durante o namoro, situação relatada diversas vezes no decurso das entrevistas.

Patrícia Simões vive com o marido há quatro anos, mas casou há dois, quando começou a pensar ter filhos.

Pronto, é assim, eu conheci-o... não sou muito boa a fazer contas... mas entre seis, sete anos. Já o conhecia há muito tempo, mas começámos só a namorar no curso que nós frequentámos juntos durante três anos, de informática. No segundo ano nós começámos a namorar, e nunca tinha havido rigorosamente nada entre nós os dois, aliás, eu até acho que ele

não gostava nadinha de mim, e começámos a namorar no terceiro ano. No fim do terceiro ano do curso nós resolvemos morar juntos, mas só que casámos faz agora dois anos em Junho. Resolvemos oficializar por uma única razão, para mim ser... estar em união de facto ou casada é a mesmíssima coisa, só que como eu já trabalhei numa escola com crianças, achava que o tratamento que davam às crianças... notava eu, que se referiam aos filhos dos pais que estavam juntos, como o filho daquela que anda com o outro, e quanto a isso... para mim não quer dizer nem muito nem pouco... mas como estou a tencionar ter filhos, é só mesmo por eles, porque por mim eu não fazia questão nenhuma de casar, e a casar também tinha que ser pela igreja, assim como foi. Pronto, era mesmo uma questão religiosa, se quiser assim, o dizer que sou casada ou não sou é-me indiferente. É mesmo pelos filhos.

Luís Vicente conta como a gravidez não planeada interferiu nos seus planos:

E resolveram casar nessa altura porquê, ao fim de seis anos... seis anos?

Se fizer bem as contas foi porque a minha esposa estava grávida.

Eu não tinha feito...

Mas de qualquer das formas, pronto, nós já tínhamos a intenção de casar, antecipámos por esse motivo. Porque por um lado até foi melhor, porque começámos a fazer as nossas coisinhas, a nossa casa mais cedo, agora já vivemos nela. Por um lado, foi bastante melhor, por outro lado, é evidente que nós gostávamos de gozar mais a vida como os outros casais fazem, estar um ano ou dois sem ter filhos, gozar a vida, fazer as viagens, e depois, então, pensar nos filhos, mas pronto, não se pode ter tudo.

Os constrangimentos sociais não pesam apenas na decisão de casar, têm um papel decisivo na definição dos requisitos necessários para o fazer. O primeiro será sempre o amor. Ninguém pode casar sem amar o outro. Mesmo quando se reconhecem outros motivos para o casamento existe sempre a necessidade de se afirmar o amor, como é o caso de Guiomar Albuquerque:

A nossa história... então é assim, portanto, a minha mãe separou-se do meu pai éramos pequenos e eu comecei a trabalhar com quinze anos, para

sustentar a casa, para ajudar a minha mãe. Porque a minha mãe... o dinheiro dela não chegava, e nós somos dois irmãos, tenho um irmão mais velho. Depois comecei a trabalhar para ajudar a minha mãe, entretanto, a minha mãe juntou-se com um senhor que não gostava de trabalhar, que lhe dava tarefa. Entretanto, conheci o meu marido nessa altura, e casei-me muito cedo, derivado a essa situação, a querer fugir da minha... do meu ambiente familiar. Pronto, casei com dezanove anos, conheci o meu marido com dezasseis, casei com dezanove, fui mãe aos vinte.

Mas onde é que conheceu o seu marido?

Na tropa, eu trabalhava num restaurante e ele andava na tropa e ia sempre lá, pronto, fizemos amizade, conhecemo-nos, éramos amigos, durante um ano, dois anos, depois começámos a namorar.

E decidiram casar para a Guiomar poder sair de casa?

Não. Foi assim, eu gosto do meu marido. À parte disso, eu casei mais cedo para fugir ao meu ambiente familiar, pronto, aquela situação... os meus pais separaram-se, a minha mãe arranjou aquele homem, aquele homem dava-lhe tarefa, tirava-lhe o dinheiro do ordenado para a batota, dormia durante o dia inteiro, à noite era discussões em casa todos os dias.

O amor é requisito necessário, mas não suficiente para a decisão de casar. Os constrangimentos sociais não se fazem sentir apenas através da normatividade. Da "lógica natural das coisas" em que se insere o casamento fazem parte uma série de condições materiais que é preciso preencher. O curso, a tropa, o emprego, a casa: os requisitos variam consoante os percursos pessoais, as trajetórias escolares e profissionais. O projecto de casamento é um projecto afectivo, mas bastante dependente das possibilidades materiais e financeiras de o concretizar e das ajudas e apoios recebidos, como se verá nos capítulos seguintes.

4.3 | Histórias de cuidados: os filhos

Como acima foi referido, apenas onze famílias não tinham filhos no momento da entrevista, tendo qualquer delas manifestado interesse em vir a tê-los no futuro. Do discurso dos/as entrevistados/as ressalta o facto de a descendência fazer parte dos planos de vida de todos os casais da amostra. Se o casamento é a forma principal de viver a conjugalidade, a fecundidade revela-se um pilar fundamental do projecto de família. Os filhos surgem, também, tal como o casamento, “na ordem natural das coisas”. No entanto, a fecundidade exige escolhas e decisões de carácter mais complexo. A ideia de que “os filhos mudam tudo” obriga os casais a ponderar inúmeros factores e, de um modo geral, a planear “estrategicamente” a sua fecundidade.

Na maioria das famílias entrevistadas existe planeamento da fecundidade no que diz respeito ao calendário dos nascimentos e ao número de filhos. Contudo, também há quem “seja surpreendido” por gravidezes não planeadas. Nestes casos, a atitude generalizada é de resignação – “o que é que se há-de fazer?”. O problema parece ser maior quando as gravidezes ocorrem antes do casamento: esta é uma situação que obriga os casais a rever os seus planos e, em geral, a antecipar o casamento, tal como já foi referido anteriormente. Quando a gravidez não planeada ocorre no interior da conjugalidade, a conformação com o inesperado é ainda maior. Por um lado, os problemas são menores: não há que lidar com pressões externas à família, tudo se resolve no interior do casal; por outro lado, o inesperado corresponde, muitas vezes, à concretização antecipada de um desejo. Deste modo, todas as gravidezes não planeadas que foram referidas nas entrevistas foram aceites e levadas a termo. Apenas três mulheres referem que consideraram a hipótese de abortar, mas todas desistiram da ideia e acabaram por “deixar vir” os filhos, como diz Elisabete Godinho.

Elisabete Godinho tem 32 anos e é empregada doméstica. Tem dois filhos que “aconteceram”, como ela relata:

O menino não foi planeado, a menina também não foi planeada. Apareceu. Olhe, o menino não foi planeado. Pronto, aconteceu. Aconteceu porque nós na altura também quisemos, não é? porque hoje em dia já há muita... já há muitas maneiras de evitar os filhos, não é? Mas nós nunca... nunca usei nada, e então ele apareceu. Depois ele tinha três anos... ora, ele fazia três anos em Junho... e eu engravidei em Maio, na altura ainda... pronto, ainda pensámos tirar, mas depois, assim, “oh, já que veio, vem, pronto, veio”. Também ele... o meu marido disse assim, “pode ser que seja uma menina”, porque ele gosta mais de meninas do que de meninos, “pode ser que seja uma menina”, “olha, deixa vir”, pronto, nasceu em 94, a 15 de Janeiro de 94 e ainda lá está.

As entrevistas mostram que as decisões sobre os filhos (quando e quantos) são tomadas a dois, mesmo quando se afirma “foi mais ele”, como Alberta Lopes, ou “ele não queria, mas eu convenci-o”, como Dina Vieira. As escolhas de fecundidade são consensualizadas no interior do casal, obrigando a maiores ou menores negociações consoante os tempos e preferências individuais são mais próximos ou mais distantes.

Tal como relativamente ao casamento, os motivos pragmáticos parecem ser os fundamentais nas decisões relativas à fecundidade. Antes de se tomar a decisão de ter um filho (o primeiro, ou mais um), os assuntos a considerar são semelhantes aos que se têm em conta quando se decide casar: a trajectória profissional, a propriedade da casa, a situação financeira. Ainda mais do que no casamento, a palavra-chave a considerar é “estabilidade” – económica, financeira, profissional. Apesar dos afectos predominarem na relação parental, poucos são os que se referem às dimensões relacionais e afectivas da decisão. A dimensão económica prevalece, sobretudo quando já se tem um filho e a opção consiste

em aumentar a descendência¹⁷ - a ideia dominante é “podemos dar melhor a um do que a dois”, como afirma Margarida Ricardo, para justificar a sua hesitação relativamente a um segundo filho.

Cristina Neves partilha desta opinião. Tem 33 anos, está desempregada. Tem um filho, gostaria de ter outro, mas...

Mas, ainda pensa vir a ter outro, ou...

É assim, não sei. Pensar eu penso. Mas ao mesmo tempo também penso que é muito complicado. Porque eu não penso só no dia de hoje. Porque enquanto eles são pequeninos, a gente é assim, não lhe pode vestir umas calças todos os dias, lava-as à noite e veste-as de manhã. Mas quando eles forem para o liceu e para a universidade, e não sei quê... Porque depois de ter um filho não lhe penso dar a vida que eu tive, penso lhe dar sempre um futuro melhor, não é? A gente pensa nisso. Então eu penso muito é num futuro já à distância. Então eu penso assim que será muito difícil eu um dia conseguir pôr dois filhos a estudar. Até um vai ser muito difícil, então dois, que é que eu vou fazer... quer dizer... vou ficar desesperada. E ao fim e ao cabo, quer dizer, eles não têm culpa nenhuma, não é? É uma escolha minha pôr ou não pôr mais um filho no mundo. Mas esse era o meu desejo, até porque ele queria, e pede de vez em quando, está muito triste porque não tem com quem brincar, e não sei quê, mas, quer dizer, penso muito nisso, e acho que é muito complicado, eu já disse muitas vezes, se eu conseguisse ter uma casa minha, se eu visse a casa praticamente pronta, a primeira coisa que eu fazia era ficar grávida porque acho que, pronto, o dinheiro da renda da casa, e não sei quê, já é... pronto, é menos um encargo que a gente tem, a gente sabe que chega ao fim do mês e tem que ter mesmo para isso, não é?

A inserção socioeconómica das pessoas dita qual o factor mais determinante na definição dos calendários da fecundidade e da descendência final: a profissão

¹⁷ O *Inquérito à Fecundidade e à Família* levado a cabo pelo INE, para uma amostra representativa do total nacional, sublinha esta mesma tendência para o conjunto da população (INE, 2001).

para os que têm uma carreira; a casa para os que têm projectos de auto-construção; a disponibilidade material para aqueles que são economicamente mais frágeis.

João Seixas e a mulher são médicos. As exigências da carreira marcaram o calendário de nascimento do filho.

Olhe, e a decisão de ter o bebé, já estavam casados há quanto tempo?

Estávamos casados há quatro anos.

E decidiram ter nessa altura... planearam...

Sim, também pela... por causa da situação profissional, como já estávamos... Portanto, acabámos o curso foi quando obtivemos o internato geral por dois anos. Um estágio profissional por dois anos e eu... ou tínhamos o filho logo no início do estágio do internato geral... porque esse internato é difícil, obriga as pessoas a esforços imensos. E durante essa altura de exame não queríamos ter *stress*, nem queríamos que o exame fosse um *stress* para a nossa vida com um filho, nem que um filho fosse um *stress* para nós. E então ou tínhamos os filhos logo no início do internato geral, para que ele já fosse mais crescido quando estivéssemos a estudar para o exame, ou então só tínhamos depois do exame da especialidade. E quando... nos primeiros anos de casamento também queríamos ter um período mais longo de tempo para... queríamos ter dois ou três anos para consolidarmos a nossa relação como casal antes de ter um filho. Optámos por só ter depois do exame da especialidade, acabou... passado cinco anos foi... o Luís tem dois anos, a opção de um filho... por não ter o filho logo foi um bocadinho por isso, o primeiro ano também não tínhamos dinheiro e os outros anos por causa disso.

Noémia Moura tem uma filha e não pretende ter mais porque "não tem condições":

E decidiram nessa altura... foi planeada... foi por acaso?

Não, nem foi planeado nem foi por acaso. Mas como não tínhamos filho nenhum, se viesse também era bem vindo, não é? agora é que já não, não é?

Agora já não querem outro?

Não, não. Não, já não tenho mais nenhum filho. A vida está muito difícil para se ter mais filhos.

Decidiram ficar só com um?

Só com um, mesmo. Só com ela. Nada está fácil. E eu tenho um ordenado muito baixo, uma pessoa com oitenta contos de ordenado é... eu não tenho condições. Porque... e não tenho condições... o meu trabalho é precário, não é? Porque... não é? se eu não trabalhar não ganho, porque é mesmo... Porque as empregadas domésticas é assim, não têm segurança nenhuma. E então não nos vamos pôr em aventuras, loucuras de mais já foi ter feito aqui esta casa, ter pedido o dinheiro, e ter que estar a pagar a renda, então, nem pensar nisso.

Se todos querem dar “o melhor” aos filhos, nos estratos socioeconómicos mais desfavorecidos prevalecem as concepções avançadas na entrevista de Cristina Neves, acima transcrita: a necessidade de dar aos filhos “melhor do que se teve”. O patamar de exigência material para os filhos é, em geral, elevado: o quarto, a roupa, os brinquedos, a escola – as necessidades dos filhos passam para primeiro lugar. Mas a principal preocupação é a educação, e querer que os filhos atinjam patamares superiores de escolaridade é um dos factores limitativos da descendência final, para todos, mas particularmente para aqueles que dispõem de menos meios. Num contexto social em que o capital escolar é decisivo nos projectos de mobilidade social, a aposta na educação escolar é central nas famílias¹⁸.

Desde os trabalhos pioneiros de Phillipe Ariès (1988) que se sabe que a família moderna nasce da redefinição do lugar da criança na família. Nas sociedades ocidentais, a pressão para a diminuição do número de filhos aumenta à medida que cresce a importância afectiva das crianças no seio da família. De marginais,

¹⁸ Como já o mostraram outros estudos sobre a família em Portugal. Cf. Almeida (1993) e Wall (1998).

elas passaram a estar no centro, mobilizando recursos materiais e afectivos. As entrevistas mostram como, a partir do momento em que existem filhos, as prioridades das famílias se alteram e a educação das crianças passa a ser central. As narrativas sobre a chegada dos filhos acentuam a dimensão da mudança e do esforço dispendido para lhe fazer face. “Mudou tudo” é a resposta que mais se ouve sobre o impacto do nascimento dos filhos. A palavra-chave para sintetizar as mudanças dos primeiros tempos é “limitação”. O casal fica confinado ao lar, as saídas acabam, os tempos livres diminuem, os horários tornam-se mais rígidos – tudo passa a girar em torno dos cuidados e dos ritmos das crianças. Com o crescimento “as coisas melhoram” em termos práticos, mas o centramento nos filhos não diminui. O investimento afectivo e material nos filhos é muito significativo.

As entrevistas apontam no mesmo sentido das análises de Vanessa Cunha (2005) sobre as funções dos filhos nas famílias portuguesas – predominam as funções afectivas e expressivas. O laço com os filhos é o mais valorizado pelas pessoas entrevistadas. Eles são sempre “as pessoas mais importantes”, aqueles por quem existe um amor incondicional e com os quais a relação afectiva é mais gratificante. Os filhos são catalisadores de afectos, não só no seio da família conjugal, mas, também, no interior do parentesco alargado. As crianças têm um papel fundamental na circulação da dádiva no interior da rede familiar e na activação dos laços intergeracionais¹⁹.

Tal como outros estudos (Biasoli-Alves, 2004), as entrevistas mostram o esforço que os adultos fazem hoje para serem bons pais. De um modo geral, um objectivo a atingir é “ser diferente” do que foram os seus próprios pais – autoritários, distantes, ausentes, pouco afectuosos. Para além de provedores, os pais querem ser companheiros dos seus filhos e participar de forma activa no seu

¹⁹ Cf. capítulo 9.

desenvolvimento²⁰. As exigências relativamente à educação dos filhos são bastante elevadas para a maioria dos/as entrevistados/as, o que faz com que este seja um domínio onde se fazem sentir diversas tensões: em primeiro lugar, o problema do tempo – escasso, em famílias com dupla inserção no mercado de trabalho; em segundo lugar, a divisão de tarefas entre pais e mães²¹; em terceiro lugar, os riscos da obrigação de “dar o melhor” – existe no discurso de muitos entrevistados/as, de níveis socioeconómicos mais favorecidos, a noção de que as crianças “têm tudo” e que, por isso, “não valorizam nada”²²; esta questão prende-se, em parte, com uma quarta tensão, mais ampla, relativa aos modelos recebidos e ao confronto com a realidade actual em termos familiares e sociais. Este conflito, entre os valores adquiridos no seio da família de origem e as vivências posteriores, contribui também, finalmente, para uma última tensão: a insegurança sobre como fazer, que perpassa o discurso de muitas pessoas²³. Por um lado, numa sociedade marcada pelo risco e pela incerteza, os pais têm dificuldade em prever os efeitos das suas acções e controlar o futuro; por outro lado, a cultura de peritos que se desenvolveu em torno da educação das crianças (Boltanski, 1969) leva a que, em vez da tradicional e exclusiva transmissão da sabedoria familiar por via materna, os pais ouçam uma multiplicidade de vozes²⁴ que muitas vezes apontam em direcções contrárias e contraditórias.

²⁰ Esta é uma afirmação de carácter geral, que deixa de lado as especificidades dos estilos educativos de cada família (Kellerhals e Montandon, 1992), questão que não é objecto deste estudo.

²¹ Esta é uma questão aprofundada no Capítulo 9.

²² Este discurso é, por exemplo, muito comum relativamente aos brinquedos.

²³ A insegurança sobre a maneira certa de lidar com os filhos é hoje uma questão bastante debatida na pediatria e na pedagogia. Cf. alguns dos trabalhos em Pedro e Patrício (1995).

²⁴ Como já analisei noutro estudo (Portugal, 1995).

4.4 | Histórias novas com enredos antigos

Os relatos biográficos das entrevistas revelam o modo como as histórias individuais se confundem com as histórias familiares. Como afirma João de Pina Cabral, “a pessoa cria a família tanto quanto é criada por ela” (2003: 153). O autor fala de “identidades continuadas” para descrever o processo através do qual o indivíduo constrói a sua identificação social a partir da pertença a uma unidade social primária. O sentimento de identidade interior pessoal é profundamente marcado pelos laços sociais e pelas pessoas que acompanharam o processo de socialização. Os sentimentos de identificação interpessoal que resultam da partilha desse processo são transportados pela vida fora por essas pessoas e, por sua vez, por aqueles com os quais elas vêm mais tarde a associar-se (os cônjuges e os filhos). As “identidades continuadas” são as identificações que derivam de uma associação conjunta a momentos anteriores do ciclo de reprodução social (ou seja, a unidades sociais primárias já extintas ou em processo de extinção) (Pina Cabral, 2003: 120-121).

João Arriscado Nunes, no seu trabalho sobre a construção interaccional das solidariedades primárias, mostrou, claramente, como a configuração de sentido que permite aos membros reconhecer as redes de solidariedade primárias, para além das operações gerais de classificação ou das relações genealógicas, só é identificável na relação entre o dizer e o fazer, que se estabelece através de actividades localizadas, ancoradas no espaço e no tempo. Para o autor, o reconhecimento de um “núcleo duro” de relações resistentes e estáveis entre pessoas e coisas “passa pela ancoragem das relações sociais, pelo vínculo indissociável que se estabelece entre as identificações sociais das pessoas e a sua biografia pessoal e familiar, nomeadamente as associações com lugares, acontecimentos, pessoas e objectos” (Nunes, 1992b: 451)

Deste modo, a narrativa individual é, muitas vezes, estruturada pelo “mito familiar” (Lemaire, 1984), um conjunto organizado de representações, explícitas e implícitas, partilhado pelos membros da família. O mito familiar tem um carácter alegórico, resolve contradições e antinomias no que diz respeito ao vivido, às ideias, às dificuldades, e permite, assim, conservar o equilíbrio (Lemaire, 1984). O seu peso é importante para perceber o modo como mudança e continuidade se articulam nas vivências familiares. O que se revela interessante analisar são os elementos que estes homens e estas mulheres herdaram, guardam, acarinham, alimentam, abandonam e rejeitam daquilo que lhes foi, e é, transmitido. De um modo geral, as entrevistas fazem sobressair as permanências, as continuidades e as proximidades, mais do que as mudanças, as rupturas ou as distâncias.

A tradição, tal como a define Margaret Stacey (1964), configura, em grande medida, a vida destas pessoas e das suas famílias: conformidade, estabilidade, conservação dos valores e das instituições. Se esta tendência conservadora se justifica, em parte, pelas características da amostra acima apresentadas, ela funda-se, sobretudo, em vínculos, intensos e complexos, entre famílias de procriação e famílias de origem, que alimentam o familismo das redes sociais, e ancora-se em espaços e tempos regulados pela fixação, a rigidez e o imobilismo. Como se verá, o espaço geográfico e afectivo da maioria dos indivíduos e das suas famílias é limitado, os tempos rotinizados e ritualizados.

Um dos principais pilares desta estrutura encontra-se nas estratégias residenciais das famílias, que se analisam no capítulo seguinte. Apesar da autonomia residencial ser uma questão bastante sublinhada pelas pessoas entrevistadas, verifica-se aqui, como noutros domínios, que esta autonomia é apenas relativa. As estratégias residenciais das jovens famílias não são independentes da rede de relações familiares, sobretudo no sentido ascendente. Para além das proximidades afectivas, as entrevistas permitem registar a proximidade física

entre as diferentes gerações: 46 dos 60 entrevistados/as (mais de dois terços) reside até 5 quilómetros de distância dos pais e 43 à mesma distância dos sogros²⁵.

A reduzida distância geográfica entre pais e filhos é um dos indicadores de como a autonomia residencial dos casais não representa rupturas com os ascendentes, antes se inscreve numa continuidade familiar de gestão dos recursos materiais e afectivos. Ao analisarem as escolhas residenciais em França, Bonvalet e Maison (1999) constatam que a localização da residência não é apenas um resultado de um cálculo de optimização dos trajectos casa-trabalho em função dos rendimentos das famílias e do preço do alojamento. Viver numa povoação ou num bairro onde habitam outros parentes é inscrever-se num espaço relacional que facilita o acesso aos recursos familiares. Em Portugal, Ana Nunes de Almeida mostra como, para as famílias operárias do Barreiro, a territorialidade é uma dimensão fundamental para a compreensão da acção das redes de entajuda familiar (Almeida, 1993). Deste modo, no nosso país, como noutros locais, a neolocalidade do casamento opera num contexto de proximidade geográfica (Pina Cabral, 1991 e 2003).

Como se verá no capítulo seguinte, o acesso a um alojamento depende em grande medida das solidariedades intergeracionais: quer através da transmissão directa de património, quer através de ajudas financeiras, os pais são parte integrante do projecto residencial das novas gerações. Com o casamento e a mudança para uma nova unidade residencial, passa-se a uma nova fase de pertença à casa parental, em que grande parte das funções de segurança e de

²⁵ Chiara Saraceno sublinha a mesma tendência para Itália, qualificando-a como “uma especificidade italiana”, facto que este estudo contraria. Diz a autora que “cerca de dois terços dos casais na idade de formação da família (em que a mulher tinha entre 24 e 44 anos) vivia a menos de um quilómetro dos pais de um dos dois. O mesmo é válido para quase metade dos casais mais velhos” (Saraceno e Naldini, 2003: 111).

protecção que esta assegurava e das obrigações e direitos que uniam entre si pais e filhos é preservada (Hespanha e Alves, 1995; Wall, 1988). A relação com a casa dos pais é quase sempre vivida de uma forma contraditória pelas novas famílias, sobretudo pelos homens: por um lado, deseja-se a autonomia e vêem-se desvantagens na proximidade, por outro lado, reconhecem-se as vantagens que resultam do apoio quotidiano, a diferentes níveis, que flui da casa materna.

Daniel Monteiro, 28 anos, casado há 1 ano, vive próximo dos pais e dos sogros. Diz ele sobre essa proximidade:

Um primo meu diz que a gente devia sempre dos pais comer sempre um alqueire de broa pelo caminho.

E não partilha dessa opinião?

Não, não tenho assim razão, muito pelo contrário, só tenho motivo para estar contente, porque eles ajudam-me sempre que podem.

O conceito de neo-residência assimilativa utilizado por Karin Wall (1988) para descrever os padrões residenciais das famílias camponesas do Baixo Minho esclarece esta realidade. O "apartamento" da nova família faz-se "quanto mais perto melhor", jogando-se entre assimilação e exclusão; a norma não é uma neo-residência "perfeita", mas uma neo-residência assimilativa que corresponde, não a uma ruptura com a família de origem, mas a uma reconstrução da pertença à casa parental, alimentada por trocas materiais e afectivas.

Ao estudar a burguesia portuense, João de Pina Cabral (1991) chega a conclusões semelhantes. Neste contexto, os pais exercem uma forte pressão para que os filhos residam perto de si e para que os irmãos continuem a usar a sua casa como local de encontro. No decurso do ciclo de vida, o casal paterno tornar-se-á num viúvo ou viúva económica e socialmente menos poderoso/a e desaparecerá, mesmo, mais tarde, extinguindo a unidade social primária que fundara com o casamento. No entanto, nessa altura já é bem possível que alguns netos tenham constituído as suas próprias famílias e habitem nas

cercanias. O resultado deste processo é que os irmãos tendem a residir perto uns dos outros, dando origem ao que o autor chama “vicinalidades” – “grupos de unidades sociais primárias, física e socialmente aproximadas, cujas cabeças de família são irmãos/ãs ou primos/as” (Pina Cabral, 1991: 185). O autor distingue este conceito do de “vizinhança”, para indicar que não se trata da apropriação por parte de um grupo de parentes de uma área urbana determinada, mas antes de uma tendência para que os irmãos/ primos que mais se identificam vivam perto uns dos outros. Deste modo, vicinalidade não é uma área espacialmente determinada, mas sim uma relação espacial (Pina Cabral: 185). O autor conclui que em Portugal “estas vicinalidades são uma das formas mais características da vida familiar urbana” (p.185).

O sedentarismo das famílias é alimentado pela importância das solidariedades intergeracionais, mas também por uma rede de relações que se estende para além da família próxima e que engloba laços fortes e fracos. Mais de 2/3 dos/as entrevistados/as (43 dos 60) reside no mesmo concelho onde nasceu. Apesar de alguns deles terem experiências de migração no seu percurso geográfico, a maioria cresceu e conheceu o seu cônjuge num espaço vizinho e foi aí que decidiu constituir família e estabelecer a sua nova residência.

Leonardo Machado, 32 anos, viveu quase toda a sua vida no local onde nasceu e não tem quaisquer projectos para abandonar a vila onde vivem amigos e família:

Até quando estive na tropa namorei uma moça nove anos e ainda morei com ela em Lisboa, em Chelas, sete meses, e depois por causa da mania de vir para aqui e ela não querer, acabámos, e vim-me embora, e pronto.

Ela ficou lá?

Ela ficou lá, já casou, já tem dois filhos, e pronto, e eu vim-me embora.

E o que é que o prende aqui, porque é que gosta tanto daqui da zona?

Porque é aqui que eu tenho os meus amigos, é aqui que eu conheço tudo. Pronto, indo para outro lado estou lá sempre um triste, não conhecia nada,

possivelmente dias depois eu ia arranjar amigos, não é? mas é sempre difícil, é sempre difícil sair daqui.

As entrevistas revelam a coexistência do novo com o tradicional. Práticas demográficas modernas, discursos inovadores, valores tradicionais, comportamentos arcaicos subsistem, em simultâneo, na vida destas famílias. Num estudo sobre a transmissão familiar e as lógicas de construção identitária, Kellerhals *et al.* (2002) mostram como, para as gerações mais novas, os referenciais familiares, outrora articulados em torno de filiações e pertenças, passam a estar mais centrados nas capacidades individuais e no desenvolvimento de projectos pessoais. Deste modo, dizem os autores, “os modos de estruturação dos actores evoluíram de formas grupais e linhageiras para formas reticulares e diádicas. Do ponto de vista dos modos de fechamento, concebe-se, não um grupo de fronteiras delimitadas pelo princípio do sangue e do nome, mas antes nós relacionais, definidos pela proximidade expressiva, pelo jogo de afinidades e de alianças de interesses” (Kellerhals *et al.*, 2002: 566). As entrevistas do presente estudo não permitem corroborar inteiramente as conclusões de Kellerhals *et al.*

Sem dúvida, devido ao contexto social, e aos processos de mobilidade a que estiveram sujeitos, os/as entrevistados/as revelam novas práticas e valores relativamente à vida familiar, nalguns domínios, mesmo algumas rupturas, face à geração anterior. Os discursos e comportamentos relativos ao casamento, ao namoro, à sexualidade, à educação dos filhos mostram novas práticas e representações sobre a família e os seus membros. No entanto, mostram, também, como a socialização e a história familiar continuam a pesar nos modos de viver e sentir a família actualmente. Se os ideais de autonomia e liberdade integraram os discursos dos casais mais jovens, estes não abandonaram, ao contrário das conclusões para que apontam Kellerhals *et al.* (2002), as noções de dever, responsabilidade e obrigação inculcadas por uma transmissão

institucional. Como se verá, com mais detalhe, nos capítulos seguintes, as entrevistas mostram que persiste, entre estas famílias, a importância do parentesco, definido pelo sangue e pelo nome, como esfera referencial e normativa.

5

AS COISAS E OS MODOS (I): A HABITAÇÃO

Introdução

O acesso à habitação é um factor estruturante na vida das famílias. Fortemente adepta da ideia “casamento-apartamento”, a maioria das pessoas faz depender a constituição de uma família autónoma da sua capacidade de obter um alojamento independente. Dado o seu custo elevado, aceder a uma casa implica uma decisão difícil, que se confunde muitas vezes com a própria resolução de constituir família, obriga a mobilizar recursos materiais e relacionais e se repercute ao longo da vida familiar de variadas formas.

A casa revela-se um espaço de investimentos, ao mesmo tempo económicos e afectivos, sem comparação com qualquer outro bem durável (Bourdieu, 1990). As entrevistas mostram a centralidade que a questão habitacional ocupa quer

na decisão de constituir família, quer no modo como se vão estabelecendo prioridades e definindo metas a atingir no decorrer do ciclo de vida familiar. Como se verá, as estratégias desenvolvidas pelas famílias para aceder a uma habitação revelam uma complexidade que ultrapassa dicotomias tradicionalmente estudadas, como proprietário/ arrendatário, ou a divisão entre Estado, mercado e comunidade.

Neste capítulo apresentam-se os modelos predominantes no acesso à habitação e discute-se o papel das redes sociais e a importância dos laços familiares nas opções dos/as entrevistados/as. Sendo uma questão fulcral para as suas vidas, as famílias mobilizam, no acesso à habitação, diferentes recursos, combinando elementos das diferentes esferas de produção de bem-estar. Fazem-no em cada momento, e também ao longo do tempo, de modo a dar resposta a sucessivas necessidades e projectos.

Como se pode observar no Quadro 5.1, identificaram-se sete modelos de acesso à habitação: compra, autoconstrução, doação, arrendamento, empréstimo, coabitação e habitação social. Estes modelos combinam elementos da esfera do Estado, do mercado e das redes sociais, em diferentes graus e em diferentes momentos. Pertencendo mais especificamente ao domínio do mercado, a compra de casa não existiria, no entanto, na maioria dos casos, sem as ajudas financeiras da rede familiar. A autoconstrução é o domínio por excelência da combinação de elementos mercantis com elementos comunitários. A doação, embora pertencendo ao domínio da dádiva, depende, em muito, dos imperativos legais, colocados pelo Estado, relativos à transmissão de património. Tal como a compra, o arrendamento processa-se na esfera do mercado, mas, dada a escassez de oferta, depende em grande medida dos recursos relacionais dos arrendatários. Relativamente ao empréstimo e à coabitação pode-se afirmar que estamos privilegiadamente na esfera da dádiva e das redes sociais. Quanto

ao acesso ao alojamento através da habitação social, revela-se aqui o escasso papel do Estado no apoio aos cidadãos neste domínio.

QUADRO 5.1
Modelos de acesso à habitação

| Acesso à habitação | | Situação após o casamento | Situação no momento da entrevista |
|--------------------|------------------|---------------------------|-----------------------------------|
| Em Propriedade | Compra | 13 | 30 |
| | Autoconstrução | 1 | 9 |
| | Doação | 5 | 5 |
| | | 19 | 44 |
| Sem propriedade | Arrendamento | 23 | 7 |
| | Empréstimo | 12 | 6 |
| | Coabitação | 6 | 1 |
| | Habitação social | -- | 2 |
| | | 41 | 16 |
| Total | | 60 | 60 |

5.1 | Os proprietários

O crescimento do número de famílias proprietárias do seu alojamento tem sido uma constante em toda a Europa. A partilha do parque habitacional entre ocupantes proprietários e arrendatários é a principal clivagem entre os países europeus, opondo os países da Europa do Sul, onde predominam os proprietários, aos países industrializados da Europa do Norte, onde o arrendamento ocupa ainda um papel preponderante no acesso ao alojamento (Louvot-Runavot, 2001). Em Portugal, em grande parte devido às crescentes facilidades do crédito à habitação, a taxa de proprietários cresceu nos últimos anos para valores

significativos no contexto europeu¹. Das entrevistas é possível concluir que a propriedade da habitação é um dos principais objectivos das famílias, sendo as situações que não compreendem a propriedade do alojamento, quase sempre, consideradas provisórias e como uma etapa num projecto de transição para a alcançar. Esta é uma característica transversal aos diferentes grupos socioeconómicos. Como resultado da generalização do crédito ou da transmissão do património familiar, na amostra encontram-se proprietários entre os grupos com menores rendimentos e entre os detentores de menor capital cultural.

A generalização da propriedade para a maior parte das famílias, ao longo do seu ciclo de vida, parece consentânea com a ideia de que o aumento da taxa de proprietários vai de par com uma homogeneização das categorias sociais detentoras da propriedade da habitação (Bourdieu e Saint Martin, 1990). Por detrás da democratização da propriedade persistem, no entanto, desigualdades relativamente às tipologias de alojamento e às condições das habitações. Habitar em meio rural ou meio urbano, ter fracos ou elevados rendimentos são variáveis que podem não condicionar o acesso ao título de propriedade, mas que sem dúvida condicionam o tipo de propriedade a que se acede.

Observando o Quadro 5.1, é possível constatar como num período relativamente curto de tempo em termos de ciclo de vida familiar existe uma deslocação no sentido da propriedade da habitação. Se após o casamento a maioria das pessoas reside numa casa de que não é proprietária, sendo o arrendamento a principal solução encontrada, esta situação apresenta-se quase sempre como transitória nos projectos familiares, sendo que a propriedade da casa representa

¹ Segundo dados de 2001, Portugal é o país com a terceira maior percentagem de fogos ocupados pelo proprietário (76%). Apenas a Espanha (83%) e a Irlanda (78%) têm taxas superiores de proprietários. Países como a Suécia (39%) e a Alemanha (43%) ocupam as últimas posições no contexto europeu (Oliveira, 2003).

para estas gerações uma prioridade. No momento da entrevista mais de dois terços dos entrevistados eram já proprietários da sua habitação, a grande maioria através da compra com recurso ao crédito bancário.

5.1.1 | A compra

A decisão

Três factores influenciam a decisão de comprar casa: o momento do ciclo de vida familiar, o nível de poupanças do agregado e as ajudas disponíveis. Do ponto de vista do ciclo de vida, o acesso à propriedade faz-se, privilegiadamente, ou no momento prévio ao casamento, ou aquando do nascimentos dos filhos. Dadas as condições do mercado da habitação em Portugal, sobretudo a escassez de oferta do mercado de arrendamento, a compra torna-se, frequentemente, a solução óbvia para os casais que vão constituir família (Serra, 2002). A justificação de António Santos para a compra da sua primeira casa sintetiza o que diversas pessoas afirmaram: “na altura andámos à procura de um sítio para morar, vi-me desesperado, o preço da renda ia ser o preço que íamos pagar de prestação, pronto, decidimos comprar”.

Quando se compra casa antes do casamento, atinge-se, à partida, um patamar relevante em termos de constituição do património familiar, o que tem um significado simbólico importante. Mas, o recurso ao crédito compromete, muitas vezes, uma gestão mais desafogada dos recursos económicos no início da vida familiar, ao assumirem-se encargos pesados.

Lino Rodrigues comprou também casa antes de casar:

Foi uma questão de oportunidade, e eu arranjei este apartamento na altura a bom preço, não perdi muito, apesar de não ter dinheiro, arrisquei.

Como é que fizeram para comprar a casa?

Empréstimo bancário.

Pediram tudo?

Não, nós... portanto, o apartamento custou-nos onze mil contos e nós pedimos oito mil ao banco.

E o resto foi das vossas poupanças, tiveram alguma ajuda?

O resto foi... portanto... eu estive a dar uma formação, estive a dar uma formação, a acumular, e então esse dinheiro da formação não lhe mexia, punha numa conta e depois dei... sinalizei. Entretanto, fui juntando mais dinheiro.

Não tiveram ajuda nenhuma, nem dos seus sogros nem dos seus pais?

Os meus sogros na altura quando eu sinalizei o apartamento (sinalizei com mil contos) e eles deram mil contos à minha esposa, na altura minha namorada, porque era... porque o apartamento, apesar de não estarmos casados, ia ficar já em nome dos dois, que era por causa de um dia haver uma separação, podíamos-se zangar antes de casar, não é? Nós na altura não pensávamos em casar e depois o apartamento ia ficar em nome dos dois, já por causa disso, o que nunca se deu mas nunca se sabe, não é? Depois o pai dela deu-nos mil contos também, a partir daí. É tudo.

E o empréstimo pesa muito no vosso orçamento, ou não?

Pesa, pesa. Pesa um bocado, pronto. E agora temos dois. Nós no salão investimos dezasseis mil contos e aí foi tudo ao banco. Nós não tínhamos dinheiro... tínhamos... tivemos uma ajuda de dois mil e qualquer coisa contos do Centro de Emprego, depois vamos ter que pagar mil e tal, pronto. A partir do ano que vem, pesa um bocado, e fazemos muitas contas, temos meses de fazer muitas contas, não é? Mas se não for assim não temos nada.

O nascimento dos filhos é outro momento que incentiva a decisão de comprar uma habitação. Por um lado, ele representa muitas vezes pressão em termos do espaço necessário, por outro lado, coincide, em geral, com momentos de maior estabilidade financeira da família, que permitem dar um passo em frente em termos económicos e, finalmente, como já analisei noutra lugar (Portugal, 1995),

o nascimento das crianças representa para a família um momento privilegiado para congregar apoios.

Afonso Salgueiro, casado há 8 anos, tem pontuado o seu percurso residencial pelas mudanças no ciclo de vida familiar, preparando-se agora, com o segundo filho, para empreender uma nova etapa:

Eu já tinha arrendado essa casa antes de casarmos, até quando fui para Canoas, porque era de uma colega, uma amiga lá de Canoas, que a tinha comprado... enfim... mas que não precisava dela e que me arrendou por tuta e meia. Aquilo era quase de borla, por assim dizer, era mais... foi mais por uma questão de amizade, quase... portanto, ainda ficámos aí durante dois anos e tal, depois de casar e depois comprámos... quando a minha mulher engravidou... comprámos um apartamento que é onde vivemos ainda agora, um T3. Não é grande. É pequeno, é relativamente pequeno e agora estamos a partir para outra, porque, enfim, queríamos ter uma casa e porque é difícil, com o espaço que temos agora, com a família que temos, é muito difícil começar já a não ter coisas enfiadas até ao tecto, em qualquer divisão da casa. E, portanto, primeiro arrendámos essa casa... arrendei eu... depois quando casámos eu já estava lá, estivemos lá mais... portanto... até finais de 94, e no início de 95 – para aí Fevereiro – mudámos para este apartamento onde vivemos agora. Portanto, foi uma casa que eu comprei na altura, nós não tínhamos... nenhum de nós... nem tínhamos, nem temos aquilo que habitualmente se designa por fortuna pessoal, quer dizer, não tinha grandes poupanças, nem grandes, nem pequenas, basicamente. Portanto, como é que foi comprada? Foi comprada com a ajuda da família, portanto, quer as minha tias, quer a minha sogra, pessoas... os meus pais emprestaram-nos dinheiro para a entrada, nós depois fomos pagando até agora, e felizmente já conseguimos arrumar essa dívida, sem juros, o que não é nada mau. O resto fizemos um empréstimo, um crédito como é habitual, que ainda estamos a pagar.

A decisão de aceder à propriedade é ainda influenciada pelo nível das poupanças da família e pelas ajudas de que dispõe, sendo que o primeiro

depende muitas vezes do segundo, como é o caso mais óbvio das famílias que coabitaram com parentes ou viveram numa casa emprestada de modo a poupar o dinheiro de uma renda. Sendo a compra da habitação uma prioridade nos projectos dos jovens casais, a estratégia da poupança com esse fim começa logo no início da vida em comum ou mesmo antes. Juntar dinheiro para a entrada de uma casa é o objectivo fundamental daqueles que ao casarem não acederam imediatamente à propriedade.

Berta Costa quando casou arrendou uma casa. Pensava construir num terreno do pai, mas teve que desistir por causa dos entraves burocráticos. Decidiu finalmente comprar um apartamento com recurso ao crédito bancário:

Não totalmente, mas parcialmente, tivemos que recorrer ao crédito.

E o resto recorreram às vossas poupanças ou tiveram algumas ajudas?

Não, só as nossas poupanças, aquilo que vamos conseguindo. Como pensávamos construir, começámos logo desde início a ter essa tendência de, pronto, guardar um bocadinho sempre que fosse possível para depois ser mais fácil.

Raros são aqueles que contam apenas consigo mesmos para comprar casa, sendo as ajudas familiares fundamentais para o acesso à propriedade. Por um lado, nas famílias sem recursos financeiros, a disponibilidade de alojamento para os mais novos, quer através da coabitação, quer através do empréstimo de habitações vazias, permite a acumulação de capital necessária para empreender mais facilmente o projecto da propriedade, por outro, as ajudas monetárias permitem aliviar o esforço financeiro que a compra exige à maior parte das famílias.

O crédito e as ajudas familiares

Sem dúvida a liberalização do crédito à habitação é a grande responsável pelo aumento do número de proprietários nestas gerações². No entanto, o recurso à instituição bancária como única fonte financiadora está longe de ser a regra. A partilha entre poupança e endividamento depende dos recursos acumulados pelas famílias, através das suas próprias poupanças e das ajudas exteriores. Apenas dois entrevistados recorreram ao financiamento bancário para a totalidade do valor da casa, dado não disporem de poupanças ou de ajudas familiares – um dos entrevistados por incapacidade financeira das famílias de origem (pôde, no entanto, beneficiar de crédito bonificado), a outra entrevistada por um desejo de autonomia que não a deixa recorrer a ajudas.

Guilherme Mendonça é escriturário e a mulher jardineira numa Câmara Municipal. Vivem numa zona urbana. Devido aos preços do mercado imobiliário tiveram que procurar casa fora da cidade onde trabalham e onde sempre tinham vivido:

A gente estivemos numa casa alugada até ao meu filho nascer, praticamente.

Era onde?

Ali no Paço, uma casa pequena, era muito húmida nas paredes, e então comprámos esta aqui.

Esta é comprada?

É.

Como é que fizeram, recorreram a empréstimo, tiveram ajuda de alguém?

Não, foi empréstimo.

Pediram a totalidade?

Sim.

² Todos os proprietários que adquiriram a sua habitação no mercado recorreram ao crédito bancário como forma de financiamento.

E pesa muito nas vossas despesas mensais, ou não?

São setenta e dois contos.

E têm que pagar em quanto tempo?

É trinta anos.

E puderam ter crédito bonificado por causa de terem...

Por isso é que a gente depois também decidimos naquela altura ... porque recorri ao crédito jovem e juro bonificado.

Patrícia Simões pediu a totalidade do valor da sua casa à entidade bancária, recusa-se a ter "outras fontes financiadoras".

É assim, quando eu aluguei a casa, aluguei e como tinha direito àqueles subsídios de arrendamento jovem, como é evidente não perdi o subsídio. Depois ainda tinha... só tive dois anos esse benefício, ou coisa do género... ainda tinha mais tempo, mas decidi comprar a casa, nós comprámos mesmo a casa, eu recorri a empréstimo, mas comprei mesmo a casa. Porque antes de me casar, eu fui para a casa onde estamos agora. Fomos em Maio e casámos em Junho. É nossa a casa, isso foi outra guerra, porque eu impliquei que tínhamos que assinar, porque foi difícil porque ele não faz... não vendem casas a pessoas que estão juntas e eu disse... bati o pé, bati o pé e nós temos uma escritura de uma casa. A casa é metade dele, metade minha e eu podia ter casado, ele podia ter casado com a Francisca e eu com o Pedro, mas a casa é nossa e eu impliquei assim, ou não compro casa nenhuma, porque não sou obrigada a casar... quero comprar uma casa, era o que me faltava, dizia eu, era o que me faltava, eu não caso e eu fui para a casa em Maio, mas eu comprei a casa para aí em Novembro, escrevi-a em Fevereiro, ou uma coisa no género.

E como é que fizeram, recorreram ao crédito, tiveram ajuda de alguém da família, foi com as vossas poupanças?

Não, eu fiz o crédito para comprar a casa, e pago todos os meses a prestação que tenho que pagar.

Pediram a totalidade do dinheiro?

Pedi. Eu por norma não... não peço dinheiro, não peço. Porque por uma questão de orgulho... é que eu conheço bem a minha família... as famílias... eu conheço-as bem e então é assim: eu não gosto de estar ligada a nada.

Se as pessoas fossem como eu, eu pedia, porque se a doutora chega... porque eu conheço-me muito bem. Isto é a verdade, conheço, até às vezes sei que não sei como é que vou reagir, portanto... mas é assim, se a doutora me der uma coisa, e eu lhe dou, está dado, não se fala mais nisso, acabou. Mas eu não suporto a ideia de a doutora me emprestar isto, ou me dar isto e andar pelo menos aí uns dois anos a dizer que até me emprestou, ou que até me deu. Eu não gosto, porque não gosto, e para não... pronto, era muito mais fácil, uma dificuldade qualquer, num mês e me falta dinheiro para determinada coisa... porque eu ganho eu e ganha o João e é ... nós só temos estes rendimentos, não temos outros e é daí que nós pagamos todas as despesas, tudo. Posso-lhe dizer que, por exemplo, eu vou comprar uns sofás novos no fim de Abril, que é no fim de Abril que eu vou ter dinheiro para os sofás que eu quero, já tinha para outros, mas eu quero aqueles, e portanto vai ser aqueles.

Apesar destes exemplos, o recurso ao crédito não inutiliza as solidariedades intergeracionais, antes assenta nelas, na maioria dos casos. Ao contrário do que acontece com outro tipo de formas de acesso à habitação, no domínio da compra a mobilização familiar faz-se sobretudo no sentido vertical. A norma é os casais receberem uma ajuda monetária dos seus pais que lhes permite diminuir o montante do empréstimo e aceder a uma prestação mensal compatível com os seus recursos. Este tipo de ajuda é mais comum quando a compra da habitação é feita antes do casamento e corresponde a um tipo de apoio menos lateralizado do que outros. Quando existe uma contribuição financeira dos pais para a compra da habitação, ela existe em geral dos dois lados do casal, sobretudo se for prévia ao casamento. A ideia de que "a casa é dos dois" exige uma contribuição equitativa dos membros do casal, que é coberta pelos pais quando eles não dispõem de meios.

Estas ajudas não se fazem, no entanto, sem contrapartidas. Apoiam-se os filhos numa instalação autónoma, mas, como já foi referido, a estratégia é mais de

assimilação do que de exclusão. A proximidade geográfica parece ser um factor primordial para os pais quando se dispõem a ajudar os seus filhos.

João Seixas refere-se ao facto de a escolha do seu local de residência ter sido negociada com os pais em função da ajuda que estes prestaram:

E relativamente à habitação, já percebi que teve uma ajuda dos seus pais no início, não foi?

Sim, sim, os meus pais, como conseguiram mais ou menos contribuir com uma casa para cada um dos três filhos e lá ele foi dividindo os dinheiros de maneira a dar o mesmo contributo a cada um dos filhos, e pronto, e correspondeu a um terço...

Porque é que na altura o seu pai decidiu comprar a casa quando ainda era estudante? Em geral as pessoas compram só depois, quando as pessoas se casam?

Porque... mais por isso, foi uma espécie de investimento, sim, como nós já namorávamos há quatro anos, mais ano, menos ano, íramos casar, já tinha oferecido uma casa... ajudado para uma casa do meu irmão mais velho, que entretanto tinha casado e então deram também para mim. E ele queria comprar uma casa mais perto da família, mais pertinho e assim, mas depois lá com alguns diálogos familiares, lá conseguimos que a casa fosse aqui."

Ao nível das ajudas financeiras é comum, ainda, o casal contar com as prendas do casamento para encetar o projecto de aquisição da casa. Sendo a festa do casamento, em geral, paga pelos pais, o dinheiro oferecido pelos convidados reverte inteiramente para os noivos.

Diamantino Araújo arrendou uma casa quando casou. No entanto, tinha como projecto, a curto prazo, a compra, contando para isso com os proventos do casamento, que ele, excepção feita à regra, pagou do seu bolso.

Comprámos o apartamento com algum dinheiro que tínhamos juntado. Aliás o dinheiro, a parte que ela juntou... até foi para um carro, para ela poder ir trabalhar e, portanto, ela não conseguiu juntar muito. A minha parte foi para avançar para o casamento... para pagar... O que é que aconteceu? Deu

para pagar o casamento e ficávamos a zero. Mas depois, com as ofertas (e a gente já contava com algumas coisas, não é?), da minha parte dão geralmente as ofertas em dinheiro... alguns é prendas... mas deu dois mil e tal contos e isso é que serviu de entrada. Portanto, nós juntámos, tentámos juntar com um determinado objectivo e no fundo era para um apartamento, mas, pronto, também o tempo também não deu para aquilo que nós queríamos, mas nós também contámos um bocado com o casamento.

Embora as ajudas financeiras sejam bastante generalizadas, três dos entrevistados, actualmente proprietários, não puderam contar com qualquer transferência monetária para comprar a sua casa. Puderam beneficiar, contudo, de outro tipo de apoio. As suas experiências mostram como a disponibilização de uma unidade residencial no interior da família, num primeiro momento do ciclo de vida familiar, permite mais tarde ao casal aceder à propriedade com um nível de endividamento menor. Os anos de alojamento numa casa emprestada, sem o pagamento de uma prestação pecuniária, permitem às famílias acumular o capital de poupanças necessário para aceder à propriedade.

O caso de Florbela Madeira é exemplar desta situação:

E relativamente à habitação como é que fizeram, quando casaram não vieram logo para aqui?

Não, não, os meus sogros tinham uma casa onde estivemos ainda sete anos, nós estivemos lá, não pagávamos renda de casa... o facto de nos ajudar... ajudaram-nos muito, não pagávamos renda de casa. Entretanto, há dois anos comprámos, decidimos comprar casa.

E fizeram um empréstimo?

Empréstimo.

E tiveram alguma ajuda para a entrada, dos vossos pais?

Os nossos... pronto, na altura que não pagámos a renda ...

Estiveram a poupar?

Exacto...

Foi logo com essa ideia?

Exacto, exacto, exacto. Estavamos ali a ver se juntávamos, porque quando casámos não tínhamos nada, não é? E depois a ideia não era vir para um apartamento, a ideia era comprar um terreno e fazer-se uma vivenda, não é? Quem tenha essa possibilidade aconselho toda a gente a não querer andar, além de não ter elevador... mas não é esse o problema. Acho que o facto de ter uma casinha e a gente estar à vontade...

E porque é que desistiram dessa ideia?

Porque não tínhamos dinheiro. Comprar um terreno... compramos um terreno e ter dinheiro para a casa é impossível, não é? Com doze, treze, quatorze, quinze mil contos de comprar um terreno...

E essa casa que era mesmo dos seus sogros, era uma vivenda ou era...

Não, não. É um... era uma casa antiga que entretanto eles reconstruíram. Estava com dois andares, eles moravam por cima e nós arranjámos o coiso... fizemos obras, na altura que casámos e fizeram o rés-do-chão.

Nunca pensaram em ficar lá mesmo, foi logo com a ideia de...?

Foi logo com a ideia de termos... juntarmos um dinheirito para uma entrada.

Apesar das ajudas à instalação das novas famílias ser bastante generalizada, é importante referir que nove entrevistados referiram que não tiveram qualquer ajuda para acederem à compra da sua casa. Essa situação acontece por razões diversas, do desejo de autonomia já descrito de Patrícia Simões, à ruptura com os seus pais de Paulino Cunha, ou ao sucesso económico de Filipa Andrade e Gustavo Pinheiro, que os leva a dispensar qualquer ajuda. No entanto, a ausência de contribuição dos pais para este empreendimento familiar acontece, em cinco dos nove casos, em famílias ligadas à actividade agrícola, sem recursos económicos e também sem património imobiliário que possam transferir para os filhos.

As ajudas da família são tanto mais essenciais quanto os apoios directos do Estado são diminutos. Poucos são os que encaixam na malha apertada das exigências estatais para conceder apoio ao crédito. Apenas cinco entrevistados puderam usufruir de crédito bonificado para a compra da sua habitação, sendo

que uma das entrevistadas o conseguiu através da situação laboral do marido, por ser empregado bancário, e quatro conjugavam o critério da idade com os baixos rendimentos, necessários para o apoio estatal.

A casa possível

O predomínio da propriedade sobre outras formas de acesso à habitação esconde, como já foi referido, marcantes desigualdades no tipo de alojamento e nos meios disponíveis para lhe aceder em regime de propriedade. No conjunto das famílias proprietárias da sua habitação o elo comum é o endividamento bancário que contraíram. Por detrás da categoria “proprietário” persistem desigualdades relativas à dimensão, tipologia, localização e condições da habitação, aos níveis de endividamento, ao esforço orçamental que o encargo representa para a família.

Variáveis como a distinção meio rural/ meio urbano e os níveis de rendimento são fundamentais para perceber o tipo de propriedade a que as famílias podem aceder. No meio urbano, onde o preço da habitação é mais elevado e a especulação imobiliária mais forte, é mais comum as famílias serem afastadas do local onde desejavam viver e condicionarem as suas escolhas residenciais pelo preço da habitação, mesmo aqueles que têm níveis médios de rendimento.

O preço da habitação obrigou Dulce Ribeiro a sair da cidade onde sempre vivera e a deslocar-se para os arredores:

Os preços das casas eram muito elevados, ainda procurámos, primeiro, a habitação... os apartamentos têm divisões muito pequeninas e nós não estávamos habituados. Estávamos habituados a viver em casas... vivenda... casa mesmo. Portanto, com espaço, e víamos as divisões muito pequeninas em Varandas. Estas daqui agradaram-nos mais, e depois o preço em Varandas... não dava, não dava para nós comprarmos lá, ficávamos a

pagar muito dinheiro e depois o restante... as restantes contas... tudo junto, não dava.

Belmira Pereira, pelo contrário, pode beneficiar das vantagens de morar num meio rural para adquirir a casa dos seus sonhos:

Ainda antes de casar ele chegou-me um fim-de-semana, disse-me: tenho que te ir mostrar uma coisa. E foi-me mostrar uma casa... que eu apaixonei-me logo pela casa... e a casa estava barata, era muito barata, um T5. Tem cinco quartos e uma grande sala e um quarto, casa de banho... se fosse hoje era outra coisa, mas, pronto, naquela altura fiquei deslumbrada, ainda tinha idade para me candidatar ao empréstimo bonificado, o meu pai é bancário facilitou-me e, pronto, comprámos a casa um ano antes de casar.

As facilidades concedidas pelo preço mais baixo da habitação em meio rural não significam que as condições habitacionais da população proprietária em áreas rurais sejam mais favoráveis, dado que é aqui que também se encontram famílias com níveis de rendimento mais reduzidos. Os baixos rendimentos têm dois tipos de consequência na compra da habitação: por um lado, as famílias com níveis inferiores de rendimento tendem a adquirir alojamentos com más condições de habitabilidade, sujeitando-se, muitas vezes, a situações precárias; por outro lado, o encargo financeiro que representa para estas famílias a compra de uma casa é um esforço acrescido, no qual investem grande parte do seu orçamento familiar.

A aquisição de casas velhas ou inacabadas é uma estratégia desenvolvida pelas famílias de menores recursos económicos para adquirirem um alojamento. Estas casas necessitam, em geral, de obras profundas para se tornarem habitáveis, sendo o esforço desenvolvido para as realizar muito semelhante ao processo da autoconstrução. Vejamos dois casos exemplares.

Quando casou, Elvira Mendes arrendou uma casa, passado dois anos resolveu comprar. Os seus rendimentos deram-lhe acesso ao crédito bonificado e à possibilidade de adquirir uma casa em mau estado.

Nós comprámos uma casa velha e eu e o meu marido é que andámos a fazer os consertos, o que podemos e o que entendemos também, porque se há coisas que a gente não entende tem que pagar... mas onde pudermos poupar... na vez de pagarmos e comprarmos o material, a gente faz. Ainda hoje pusemos o chão todo os dois, pronto. Ele percebe mais um bocadito do que eu, mas agora... mas trabalhou há uns anos atrás nas obras, e pronto, aprendeu e tem dado... e eu gosto de trabalhar na minha obra porque estou a construir para mim, não é? Para mim e para as minhas filhas, mais para elas do que para mim, porque até que eu pague a casa não me doa a minha cabeça, mas, pronto, é assim, eu gosto muito de fazer um pouco de tudo, às vezes acho-me a mulher dos sete ofícios.

(...)

Fizeram um empréstimo?

Sim, ao banco.

E têm crédito bonificado?

Sim, era para mesmo apanharmos a bonificação. Agora subiu... o ano passado... agora já desceu outra vez, porque o Estado parece que se arrependeu e lá deu outra vez tudo, não desceu muito, havia de descer mais, não é? Porque eu comecei com quarenta e nove, há dois anos, e hoje estou com cinquenta e quatro, apesar de que não é taxa fixa é daquela variável... mas mesmo assim, os vencimentos não são muito altos, não é? o rendimento, o meu, mas pronto, já baixou quatro contitos este mês, o que foi uma maravilha, vale mais do que subir.

E para a entrada tiveram alguma ajuda?

Para a entrada aí está... é que nós quando metemos o subsídio para a casa alugada a gente começou a poupar, claro tivemos... era mil e tal contos que já tínhamos para a escritura e para o contrato de venda, pronto, depois o resto foi-se... foi-se... porque depois é... é fotocópias para aqui é um registo, não sei, predial, é aquela coisa toda que uma pessoa vai e o

dinheiro não dá conta dele, mas pronto, ainda sobrou algum para fazermos assim umas obras de emergência lá na casa antes de entrarmos, pronto.

E agora estão a arranjar aos poucos?

É, é. Todos os verões, quando vem o subsídio a gente mete-o para lá para a casa.

E tem alguém que ajude nas obras?

Não, só nós os dois. Só nós os dois, andamos lá nas calmas. Este verão foi muito fixe... foi... começámos em Junho... em Junho não... em Maio, só que em Junho fez a minha filha anos e nós não fizemos festa de anos porque andávamos em obras, não é? Mas pusemos o chão todo dos quartos, de dois quartos... que um ainda está para fazer. Fizemos a sala de estar e para o ano já está previsto, se Deus quiser, não é? Não, para o ano não, é agora para o Natal, vamos ver se arranjam... falta-me pôr três portas de madeira interiores, duas de vidros e outra normal que tem que ser este Natal, porque eu é que digo, é que se... o meu marido ... se eu não teimasse... para ele está tudo bem. É um homem assim, há homens que não... mas o meu marido, ele dá tudo, Alberto tem que ser e ele, pronto... mas tenho que estar sempre...

Quando Alberta Lopes casou foi viver para uma casa dos pais, situação que levantou problemas com o irmão. Os conflitos familiares levaram-na a procurar uma casa dentro das suas possibilidades financeiras e a que encontrou estava ainda por acabar:

Casámos cá em Azenhas... ele também é de cá, de Azenhas... quando vim... quando nós casámos, ficámos a viver em casa dos meus pais, quer dizer, à parte, mas, pronto, em casa deles. Só que tenho outro irmão, e surgiu problemas e nós resolvemos... estava esta casa à venda. Quando casei, ainda não estava, estava em construção, mas ainda não estava pronta, só estava em tijolo, e dividida e nós, pronto, pensámos em logo comprar isto, porque isto era ideal para ele fazer a oficina, porque já nessa altura... ele já era mecânico de automóveis. E, pronto, era o ideal para ele, para nós, pronto, para depois um dia quando tivéssemos um filho, como já tínhamos a mais velha, já era nascida quando isso aconteceu...

Viveram quantos anos lá na casa dos seus pais?

Nem um ano cheguei a estar sem filhos. Casámos em Setembro e fiquei logo grávida em Maio, do outro ano.

Porque quiseram, porque...

Não, porque quisemos, quer dizer, mais ele, eu ainda queria estar mais um tempozito, mas ele queria filhos, e não sei quê, pronto, lá... pronto, e também não estávamos à espera da idade, pronto. Porque também fiquei logo grávida e ela já tinha uns dois anitos quando os problemas começaram a surgir, pronto, depois resolvemos aqui a comprar isto, fizemos um empréstimo, não é? Que não tínhamos dinheiro.

Pediram tudo, ou tiveram alguma ajuda?

Pronto, não pedimos tudo porque os nossos rendimentos eram baixos... ele... nós demos por isto dez mil e pronto. Eles emprestaram... só que os nossos... como eu tinha estado... eu estive quase um ano em casa, quando eu a tive e depois estive com baixa e assim... porque tinha muito leite e a médica deu-me baixa... e depois como é que... pois não tínhamos o dinheiro total, pronto. Tínhamos algum no banco e outro foi a ajuda dos meus sogros, que nos emprestaram também, emprestaram, depois deram, não é? Deram depois ao outro filho...

Foi emprestado...

Foi emprestado, dado, e, pronto, e foi assim que a gente... pronto, comprámos isto. E depois com as nossas economiazitas... ele trabalhava na oficina, depois fazia as suas carocas, como ele ainda hoje faz, aqui em casa, e assim... nessa altura fazia em casa da mãe... porque em casa dos meus pais não tínhamos lá espaço, e pronto, e foi assim. Eu tenho trabalhado também... trabalhei numa fábrica em Souto, mas aquilo depois começou a ficar mau. Como nós tínhamos o empréstimo tive que resolver logo a nossa situação, não é? Porque não podia estar sem ganhar... e já tenho tido problemas de cabeça, porque, pronto, a pensar que... pronto... que poderia estar melhor. Porque não estou mal, já passei mais. Ao princípio, quando nós para pagarmos ao banco e tínhamos que fazer... porque quando eu vim para aqui viver só tínhamos os quartos, a casa de banho e a cozinha pronta. Esta sala não estava pronta, o corredor não estava pronto, até foi um primo meu que trabalha na *Dancake* que arranjou-nos caixotes, e

o meu marido abriu-os todos e pôs ali no corredor, que era para a gente não levar as areias para os quartos, para as outras divisões e depois eu tinha passadeiras por cima e depois íamos arranjando... arranjámos o corredor aos poucos. Depois arranjámos a sala. Passado um ano já tínhamos aqui a mobília também, porque depois falei com os meus pais, se não se importavam de ficar lá as mobílias na mesma em cima, depois só passado um ano é que elas vieram aqui para baixo, que nós, pronto, arranjámos aqui a...

E quando diz arranjámos, fizeram mesmo vocês ou tiveram que contratar alguém para fazer?

Contratávamos, tínhamos que pagar a pedreiros, pois. Pronto, o meu marido há certas... assim niquitas... ajeita-se, mas pronto. Assim estas coisas... assentar a tijoleira, pronto, pintar, ainda coiso... mas também não tinha vagar para andar a trabalhar, para arranjar os carros, também não tinha vagar, não é? E pronto, e fomos pagando... pedimos orçamentos, quanto é que eles levavam de fazer isto, e de fazer aquilo... nós víamos se realmente tínhamos o dinheiro ou não, e era assim, contratávamos as pessoas e depois elas... é um bocado chato, nós estarmos a viver numa casa e depois andar com obras, é um bocadinho chato, mas tinha que ser assim.

Já passou.

Olhe, já passou, passou, mas ainda tenho ali uma casa de banho para arranjar, porque mais que três quartos acho que... mais que dois quartos temos que ter duas casas de banho e, pronto, ao princípio nós arranjámos só uma e agora ainda está a outra, porque nós já pedimos a licença de habitabilidade, ou o que é...

Habitabilidade.

Sim. Eles só dão quando estiver a casa completamente pronta, tanto por dentro, como por fora. Porque até por fora acabámos, agora há pouco tempo também... pedimos orçamento em quanto é que ficava e foi em Maio, mais ou menos... estamos em Junho... em Abril. Abril andaram... andou cá um pedreiro a fazer isto, que está aqui à frente e falta agora um muro... falta muita coisa".

Entre a casa desejada e a casa possível colocam-se obstáculos como os baixos rendimentos, a ausência de ajudas, a especulação imobiliária. Se para aqueles que têm maiores problemas económicos a questão se coloca entre uma casa com melhores ou piores condições ou localização, para aqueles que têm maior desafogo financeiro o hiato entre a habitação sonhada e a comprada, entre o projecto inicial e a realidade vivida, também não se deixa de colocar. O ideal de casa que atravessa as representações da maioria dos/as entrevistados/as está ligado à moradia unifamiliar, uma vivenda, de preferência com algum terreno. Os que mais lamentam o desvio entre a realidade vivida e a sonhada são os habitantes dos meios rurais, onde este tipo de residência predomina.

5.1.2 | A autoconstrução

Apesar da sua reduzida expressão numérica, a autoconstrução representa o segundo meio mais importante de acesso à propriedade junto dos/as entrevistados/as. No entanto, se apenas nove dos entrevistados viviam numa casa autoconstruída no momento da entrevista, mais dois já tinham encetado o projecto de autoconstrução e mais onze entrevistados incluem-no nos seus planos³, embora com diferentes prazos de concretização. Isto significa que para mais de um terço dos entrevistados a autoconstrução é um meio privilegiado para aceder à habitação própria, revelando, ainda, a importância da autoconstrução na obtenção da casa desejada em detrimento da casa possível. O projecto de autoconstrução surge nas entrevistas como o fim de um percurso em termos de estratégias residenciais. Pelo caminho vão-se sucedendo as

³ Na análise dos pressupostos da autoconstrução aqui realizada considera-se a totalidade das 22 famílias.

alternativas possíveis, até à concretização do projecto final em termos de habitação – a moradia autoconstruída.

A autoconstrução é uma iniciativa que se prolonga no tempo, primeiro como ideia, depois como empreendimento. A complexidade das tarefas envolvidas – a aquisição do terreno, o licenciamento, o financiamento, a própria construção – faz com que o comprometimento da família com esta tarefa se desenvolva em etapas sucessivas, que começam em geral pela procura de outra alternativa residencial. Como atrás se pode ver, no Quadro 5.1, apenas uma família foi residir para uma casa autoconstruída após o casamento; para os restantes, este é um projecto que envolve um tempo demorado e, sobretudo, uma forte mobilização de recursos.

Se a habitação dos mais jovens é, como já se disse, um assunto de família, a autoconstrução revela-se um domínio privilegiado das solidariedades familiares. A doação de terrenos, as transferências monetárias, a coabitação, o empréstimo de casas, o trabalho nas tarefas de construção são ajudas que os autoconstrutores mobilizam para fazer face ao seu empreendimento. Mais do que em qualquer outro modo de acesso à habitação, na autoconstrução revelam-se as estratégias de assimilação das casas parentais – jogando com a doação de terras próximas das suas residências, os pais garantem a proximidade dos filhos. Esta transmissão do património, que se faz muitas vezes numa lógica de antecipação da herança, garante simultaneamente a autonomia das novas famílias e a unidade intergeracional.

Embora o problema da habitação envolva, de um modo geral, um forte investimento material e simbólico, a autoconstrução implica um esforço acrescido, tornando-se muitas vezes no objectivo central da vida familiar durante um largo período de tempo. Apesar do recurso crescente a bens e serviços mercantis aliviar a pressão sobre a família, os autoconstrutores são ainda, na

expressão feliz da literatura francesa (Blöss, 1987; Cuturello, 1987), verdadeiros castores, dedicados a um trabalho esforçado, paciente, sacrificado e sujeito a inúmeros revezes.

Paula Moita é o exemplo paradigmático do esforço que a autoconstrução pode representar:

Passámos muitas dificuldades, porque entretanto iniciámos a casa. O terreno foi o meu pai que nos deu, só que o terreno estava em nome dele e a gente não podia fazer crédito à habitação, porque o terreno estava em nome do meu pai. Tivemos que ir fazendo consoante íamos ganhando, portanto, daí a...

E quando casaram foram logo para essa casa?

Não. Estivemos num anexo. Eu queria ir para uma casa alugada, só que os meus pais disseram: ai para vocês estarem a dar dinheiro não era melhor ficar por aqui, e tal... como eles tinham... como a casa era grande, tinham um anexo ao lado, onde tinha cozinha e casa de banho e um quarto e uma salinha... e ficámos ali, mas estive ali, quê... talvez o tempo da gravidez, praticamente, porque quando a minha filha mais velha nasceu... aliás, antes dela nascer eu já estava na minha casa, embora não tivesse as comodidades todas, mas, pronto, tinha o essencial: a casa de banho, a cozinha, o quarto, pronto, pronto. Depois passado... depois de ter nascido a minha filha mais nova, acho que foi... foi... é que o meu pai lá... pedi ao meu pai para legalizar o terreno e lá consegui fazer o crédito, para fazer os acabamentos melhor, não é? Senão nunca mais.

Quer dizer, que até aí tudo o que construíram na casa foi com as vossas poupanças?

Ai sim, sim, sempre. Era... recebíamos... agora é preciso sacos de cimento, agora isto, agora aquilo. Era sempre assim, não dava para a gente... era por isso que quando as miúdas nasciam a gente parava com as obras em casa, porque não dava, não é? A gente ou bem que havia de comprar e de dar à miúda e de ter o necessário em casa, ou estarmos a fazer a obra, não é? Pronto, mas depois sempre fizemos o crédito, e tal, as coisas foram melhorando, e pronto, e daí...

E não tiveram ajuda nenhuma de ninguém para a casa, só o terreno?

Ah, sim, sim. Só o meu pai é que me deu o terreno, de resto mais ninguém... e mão-de-obra foi o meu marido e o meu pai praticamente que fizeram, de resto...

Pois, porque o seu marido percebe, não é?

Pronto, e foi... foram eles que praticamente fizeram... praticamente também não paguei mão-de-obra. Paguei sim, mas foi para os acabamentos, não é? Agora de resto... assim para o grosso... foi tudo feito por eles.

Isso foi um sacrifício grande...

Ai, foi, foi. Foi muito saturante. Até que ao fim de sete anos eu estava a ficar... eu já não podia ouvir falar na casa, porque era incrível... já viu todos os bocadinhos que recebia... quando me casei comecei a ganhar quatro contos, uma ninharia... e pronto. Foi sempre assim. Era uma coisa por demais. Foi um sacrifício tremendo. Depois era um bocadinho para ali, um bocadinho para acolá, não é? Não... chegava-se ao fim, pronto, já estávamos à espera de outro mês para recomeçar tudo de novo, mas, pronto.

E depois para montar a casa, para mobilar, e para isso tudo, como é que fizeram?

Pronto, depois para mobilar foi então quando fizemos um crédito à habitação e acabámos... e mobilámos, pronto... e coisinhas que faltam, ainda agora... vai-se fazendo, porque depois também a casa como é rés-do-chão, não tinha garagem, não tinha anexo nenhum, depois entretanto fizemos um anexo, e tal, e pronto.

Foram fazendo?

Fomos fazendo.

Mas, durante esses anos todos o que vos ocupou mais foi a casa?

Sim, sim. Eu acho que ainda hoje... acho que ainda hoje... ainda hoje de manhã estava a comentar com um cunhado meu, mas a gente passa a vida a trabalhar sempre em função da casa, porque em relação ao Inverno, tem sido de tal ordem e tão agressivo, que as paredes e tudo, pronto... a água infiltrou-se de tal maneira que eu acho que tem que ser tudo pintado novamente... bolas, sempre a casa, sempre a casa. Parece que a gente acaba por ser um sacrifício muito grande, e pronto, é assim.

Embora a autoconstrução seja transversal a todos os grupos sociais, e o seu significado simbólico importante também para todos os que a desenvolvem, ela tem contornos muito diferentes consoante o património familiar e o nível de capital económico disponíveis. De um lado estão aqueles que empreendem a autoconstrução sobretudo no domínio do mercado, adquirindo nele os bens e serviços necessários; do outro lado, estão aqueles que dispõem de escassos recursos financeiros e têm sobretudo de recorrer à esfera da família para concretizar o seu projecto. Também no contexto da autoconstrução se detectam o mesmo tipo de desigualdades já referido quanto à compra da habitação. Embora os resultados da autoconstrução sejam bastante mais homogéneos em termos de tipologia e condições habitacionais, as desigualdades persistem no modo como as famílias desenvolvem o projecto de autoconstrução, os apoios e recursos de que dispõem.

O terreno

A posse de um terreno é o factor primordial para o projecto de autoconstrução. Dois factores são fundamentais no acesso ao terreno: a existência de património fundiário na família e a inserção rural ou urbana das famílias. A escassez de solos disponíveis e os elevados preços do mercado fundiário em meio urbano fazem com que esta seja uma tarefa quase impossível para as jovens famílias que aí residem. Apenas três dos autoconstrutores construíram ou vão construir a sua casa na cidade, os restantes situam-se em meio rural. A aquisição de um terreno em meio urbano exige recursos financeiros muito elevados, apenas acessíveis aos detentores de maior capital económico.

A existência de património fundiário na família, do qual o casal possa beneficiar, é um dos grandes incentivos à autoconstrução. Dispor de um terreno sem quaisquer encargos financeiros reduz bastante os custos, permitindo mesmo

construir a quem tem escassos recursos monetários. Ao libertar-se de parte dos custos, a família pode deslocar os seus investimentos para a construção propriamente dita e encetar o projecto sem encargos tão pesados. Na amostra estudada, dez dos entrevistados tiveram um terreno cedido pelos pais de um dos cônjuges – seis da parte da mulher e quatro da parte do marido.

Esta disponibilidade de terrenos para construção por parte das gerações mais velhas existe sobretudo em meio rural, onde a desvalorização do uso agrícola das terras as libertou para outros usos (Hespanha e Alves, 1995). No entanto, esta reconversão não se faz sem problemas e muitos dos entrevistados queixam-se dos problemas legais e burocráticos que lhes dificultam os projectos.

Daniel Monteiro ainda não começou a construção da sua casa devido aos entraves legais:

E então estamos a pagar renda, e embora tenhamos o apoio aos jovens, pronto, eles dão, e agora também estamos a tentar fazer casa, só que há muitos problemas burocráticos e nem naquilo nosso a gente pode construir... é um bocado complicado.

Como é que é essa história da casa, tem terreno?

Sim, a gente tem os terrenos, só que a Câmara diz que aquilo ainda está numa reserva agrícola e já tentámos... primeiro, disseram-nos... se eu conseguisse o papel aqui da reserva de Coimbra... como aquilo pertence ao distrito de Coimbra... que depois conseguíamos lá construir. Agora consegui esses papéis todos... quando soube, um ano depois, que então já não... que mesmo assim não conseguia lá construir.

E o terreno era seu, ou era de alguém de família?

Era dela .

Era dos pais?

Sim, dos pais dela.

E eles ofereceram-lhe esse terreno?

Sim.

Essa é uma boa ajuda?

Sim, só que agora, pronto, eles não nos deixam, agora vamos para o recurso e trazer os papéis outra vez todos para Coimbra e, pronto, é um bocado assim. Ao menos se... vai não vai, vai não vai, passam-se os anos, e a gente não consegue.

Já começaram a tratar disso há muito tempo?

Um ano e meio para aí... os primeiros papéis, mais ou menos um ano e meio. É que primeiro foram os papéis para a Câmara, depois disseram-nos que era preciso esse tal papel de cá, em Coimbra, da reserva agrícola e depois eu consegui, porque por conhecimentos, e tal, consegui.

Berta Costa tinha um terreno onde construir a sua casa, mas os problemas com a reconversão das terras obrigaram-na a desistir do projecto de autoconstrução:

Nós estamos aqui, esta casa é alugada, portanto... pensámos o seguinte: não comprar logo... isto porque pensamos em construir uma vivenda, tínhamos terreno que... os meus sogros têm uma quinta enorme e cederam-nos para construirmos a vivenda... e, então, nós vamos alugar uma casa, estamos dois, três anos no máximo e quando conseguirmos orientar mais ou menos as coisas... e depois fazemos como toda a gente... fazemos um crédito para construção e construímos lá, já não precisamos de despende dinheiro para comprar terreno, já fica substancialmente mais económico e optámos então por construir, inclusivamente mandámos fazer a planta, portanto, a planta que queríamos construir e depois deparámos com uma coisa terrível: é que o terreno estava em reserva ecológica. Andámos anos para trás e para a frente, para a frente e para trás. Fomos à delegação regional do ambiente e tudo... inclusivamente, aqui com a Câmara Municipal, com essas coisas todas... mas não houve meio... e o terreno foi declarado como reserva ecológica nacional. Foi aprovado o PDM, pronto, a partir daí tentámos todos os meios, mas não conseguimos, até que desistimos e resolvemos comprar.

Não são apenas os problemas relacionados com a reconversão do uso das terras que levanta problemas na sua transmissão de pais para filhos. A maioria dos

terrenos utilizados pelas famílias têm profundas ambiguidades nas suas definições legais e nos modos de transacção. Os pais cedem as terras aos filhos, mas não cuidam da legalização da propriedade, mantendo muitas vezes esta em seu poder, o que, por exemplo, dificulta situações de procura de financiamento bancário, ou então querem de facto legalizar a situação da posse do terreno, mas são enredados em situações jurídicas complexas que se prendem muitas vezes com heranças anteriores das terras. Raros são os/as entrevistados/as que no seu percurso de autoconstrutores não têm uma história para contar relativamente à transmissão do terreno.

Dina Vieira comprou casa quando casou, mas agora encetou a construção de uma vivenda num terreno do pai:

O meu pai nunca foi assim muito com namoricos, e então como havia ali assim uns certos problemas, o meu marido nunca quis... no princípio, nem ficar da parte dos sogros, nem ficar na parte dos pais. Então nós andámos a ver terrenos que fossem... só que os preços dos terrenos nós não conseguíamos chegar... até que a minha mãe tinha um terreno... o terreno que os meus sogros tinham já tinha sido ocupado por uma cunhada minha e eu para outro sítio também não gostava... aquele era jeitosinho e então acabámos por ficar mesmo no terreno ali dos meus pais.

E eles deram-vos o terreno?

Deram-nos o terreno, também ainda tivemos um bocado de dificuldade em pôr para nosso nome e tivemos que pôr um advogado, mas, pronto, lá conseguimos e estamos a construir."

A doação de terras para autoconstrução faz-se, em geral, a título de herança antecipada. Predomina a ideia de que é preciso ajudar os mais jovens "quando precisam" e que, portanto, a transmissão do património deve ser feita na fase de instalação da nova família. A herança assume, assim, um papel de motor de solidariedades que não desempenharia na sua situação vulgar de *post-mortem*. Esta marca de herança antecipada revela-se ainda no modo como a

transmissão é feita quando existe mais do que um filho, dado que neste tipo de doação de terrenos prevalece o princípio da igualdade. Os pais procuram ajudar quem necessita, mas, simultaneamente, dotar os diferentes filhos com o mesmo tipo de bens, para que, tal como numa situação de herança real, não existam desigualdades⁴.

Luís Vicente construiu a sua casa num terreno doado pelo pai. A sua irmã, apesar de morar bastante longe e ter um apartamento comprado com a ajuda do pai, pôde beneficiar da mesma doação:

Construímos uma moradia, depois nós quando pensámos na moradia... ela andou à procura de terreno, só que o meu pai tinha terreno, depois não deixou que... eu andava à procura de terreno para construir a nossa casa... ficou todo chateado. Depois fez o projecto, porque tivemos o apoio do meu pai, que nos deu dois mil e quinhentos contos para nós começarmos. Deu-me a mim e deu dois mil e quinhentos à minha irmã... para comprar o apartamento em Vila Nova, pronto, e nisso já fomos fazendo a casa. Depois... foi numa altura... foi na altura em que nós casámos, também recebemos o dinheiro do casamento. O casamento foi pago pelos meus sogros e pelo meu pai e depois tivemos que pedir um empréstimo para acabar a moradia. O empréstimo não foi tão pequeno como isso.

E tiveram direito a crédito bonificado?

Não tivemos nada porque ultrapassava o rendimento.

O rendimento...

Nós pedimos empréstimo de vinte e dois mil contos e pronto, neste momento ainda não o temos pago, porque estamos à vontade para o pagar... mas se as taxas de juro continuarem a subir, como têm vindo a subir, não sei como é que vai ser. Nós estávamos a pagar cento e vinte contos por mês, porque foi na Caixa Geral de Depósitos... o meu sogro era gerente da Caixa Geral de Depósitos e arranjou-nos um bom crédito... mas neste momento já vai em

⁴ Cf., adiante, Capítulo 11, para uma discussão do papel da herança na circulação da dádiva familiar.

cento e cinquenta e seis, já é uma diferença grande. Os nossos vencimentos dão perfeitamente e ainda temos a nossa vida e guardamos algum, mas...

É sempre complicado contar com uma coisa e depois ficar com outra?

É.

E afinal com o terreno, como foi, sempre compraram ou o seu pai...

Não. Depois o meu pai deu-nos... com a ajuda do meu pai também... porque o meu pai tinha lá dois terrenos aqui na urbanização Santo António, não sei se conhece.

Não, é a primeira vez que venho a Albergaria...

E depois ofereceu um à minha irmã, e outro a mim, o da minha irmã está vazio, o meu tem lá a moradia.

Apesar da doação de terras ter uma expressão significativa, a maioria das pessoas comprou o terreno onde construiu ou irá construir a sua casa. A compra do terreno obriga, por um lado, a um esforço financeiro suplementar e, por outro lado, a prolongar no tempo o projecto de autoconstrução, de modo a reunir os recursos possíveis. Apesar de encontrarmos autoconstrutores em famílias com níveis muito diferentes de rendimento, aqueles que têm acesso ao terreno através do mercado são os que possuem um nível mais elevado de rendimentos. Sobretudo, como já foi referido, em meio urbano a compra é inacessível para a maior parte das famílias.

André Pais é uma das excepções da autoconstrução em meio urbano. Comprou um terreno no centro da cidade, tendo contado para isso com a venda de património familiar e com empréstimos de familiares:

Depois, o que acontece é que surgiu-me aqui... surgiu-me a oportunidade de um negócio para um terreno que na altura me pareceu muito aliciante, numa zona nobre da cidade e nós decidimos avançar... e então apesar de só termos a Madalena, ela era... na altura ainda era muito bebé... ainda tinha para aí dois meses... nós decidimos vender o dito apartamento que tínhamos... vender o tal imóvel que eu tinha... que não era cá em Alto Monte, era em Benavente. Vendemos e então avançámos para uma coisa

bastante maior e construímos uma casa de raiz aí na... ao pé do liceu, pronto. Aí o investimento já foi mais avultado... foi preciso recorrer a empréstimo mas, mais uma vez, tivemos alguma sorte porque tínhamos na família quem nos emprestasse sem termos que recorrer às instituições bancárias, portanto, sem suportar os juros altos e essas coisas todas. Entretanto, com a venda do imóvel da Paula e do meu próprio, enfim, conseguimos rentabilizar aquilo e a coisa ficou quase completamente coberta e pronto, mudámos para outra casa. Na altura pareceu-nos uma coisa um pouco megalómana, porque era muito grande, com muitos quartos, e não sei quê, mas quis o acaso que depois mais tarde se viesse a adequar às nossas necessidades.

No entanto, nem só as famílias de altos rendimentos acedem aos terrenos no mercado fundiário; as famílias de mais baixos rendimentos que vivem em meio rural beneficiam dos níveis mais reduzidos dos preços do solo. Ainda que estes sejam cada vez mais elevados, é ainda possível a famílias sem altos níveis de rendimento adquirirem terrenos para autoconstrução. Fazem-no com maiores sacrifícios do que os outros, recorrendo a elevados níveis de poupança e a ajudas familiares noutros níveis. Estas famílias compram terrenos mais baratos e, muitas vezes, com casas velhas que reconstroem.

Noémia Moura pode contar com o património adquirido pelo marido antes de casarem; da casa velha que ainda habitaram só aproveitaram o terreno, tendo construído tudo de raiz:

Antes de casarmos ele tinha comprado estas casas, só que estavam muito velhas, e por isso nós fomos... isto tinha altos e baixos, fomos morar para os altos... só que aguentámo-nos assim uns oito anos... sempre tudo velho... os soalhos velhos... tudo velho e depois tentámos pedir dinheiro, porque não era todos os bancos... porque nessa altura em que os juros estavam baixos em que facilitavam mais a coisa e qualquer banco dava assim crédito... então, porque tivemos que arranjar fiador, o meu irmão foi fiador da gente, porque depois eles emprestaram tudo.

E fizeram mesmo tudo de novo, não é?

Sim, sim, tudo de novo.

E então onde é que estiveram durante esse tempo?

Em casa do meu pai.

Pois, tiveram que sair daqui, não é?

Tivemos que sair daqui, mesmo assim tivemos sorte, não pagámos renda nenhuma durante esses dois anos que isto esteve assim.

Foi um construtor que fez ou foi trabalho vosso também?

Não, não, foi um construtor.

Porque há umas pessoas que sabem fazer e fica mais barato...

Pois, mas não é o caso, não é o caso, se bem que ele vinha para aqui trabalhar também, não é? Vinha... porque não ia gastar dinheiro com um servente... ganhou ele esse dinheiro, mas teve que ser com um construtor.

E agora quando subiram os juros, foi muito complicado para vocês, ou não?

Não. Porque sabe? Eu às vezes até costumo falar com ele... a gente não pedimos assim muito dinheiro... a gente pedimos só sete mil contos e... como é que hei-de dizer? Pedimos só sete mil contos, porque depois ainda ficámos a dever algum, mas depois ele foi trabalhando para a pessoa que lhe fez a casa... nessa altura tinha bastante trabalho e foi trabalhando e o resto ficou a dever e foi pagando com trabalho dele... mas os juros, claro, estávamos com uma renda de trinta e nove, passou logo para os quarenta e três, quarenta e quatro.

O trabalho e o dinheiro

O trabalho e o dinheiro investidos na autoconstrução dependem da maior ou menor inserção do projecto na esfera do mercado. De um lado estão aqueles que encetam o empreendimento essencialmente com os próprios recursos, recorrendo a trabalho não remunerado, a ajudas financeiras e a poupanças familiares. Do outro lado, estão aqueles que recorrem à contratação do trabalho e ao financiamento bancário, agindo sobretudo na esfera do mercado. Apesar

de nenhum destes modelos existir no seu estado “puro”, e as estratégias serem maioritariamente de combinar recursos diversos, predomina na amostra o recurso ao mercado. Entre os nove entrevistados que tinham a casa concluída no momento da entrevista e os dois que estavam em fase de conclusão, apenas três tinham maioritariamente usado trabalho próprio ou de familiares na construção da casa, recorrendo à contratação de trabalhadores externos apenas para tarefas menores. Este modelo de autoconstrução apresenta-se como o mais exigente do ponto de vista do investimento familiar, é prolongado no tempo e exige um esforço material e uma mobilização de energias e poupanças acrescidos.

Fátima Antunes casou com 16 anos. Resolveram construir a casa num terreno dos sogros e o marido realizou quase todo o trabalho:

Nós vivíamos aqui. Quando nos casámos fomos viver para a casa dum padrinho do meu marido que vive em Chãos e tinha uma casa aqui em Dine e ele disse que nos emprestava a casa porque nós resolvemos na altura... porque o meu pai disse... a minha sogra disse que me dava o terreno e o meu pai disse que me ajudava a construir uma casa e então lá resolvemos... estivemos lá então a viver na casa do padrinho do Joaquim até... até arranjarmos a nossa casa, quando o Miguel nasceu já tínhamos esta casa. Entretanto, já tínhamos feito a casa, já tínhamos casa, pronto, não estava pintada, mas só... já dava para viver, pronto, razoavelmente, não é?

(...)

Como o meu marido trabalhava nas obras, a gente fazia, era ele que fazia quando vinha... quando vinha do trabalho, ia fazendo, pronto, trazíamos cá às vezes uma pessoa ou outra para dar ajuda, mas era ele que fazia, no essencial foi ele que fez a casa toda.

Demoraram quanto tempo a fazer a casa?

Eu sei que quando o Miguel nasceu... a gente começou logo a seguir ao casamento. Aliás, quando nos casámos já tínhamos a planta, e a seguir ao casamento começámos logo com a obra, e quando o Miguel nasceu, ano e tal depois... já tínhamos... já estávamos cá a viver. Não estava toda

acabada, tinha algumas divisões que não estavam acabadas. Estava só o cimento no chão, mas já dava para cá viver, já tinha as paredes, já tinha tudo, pronto, janelas, tudo.

E as despesas da construção, como é que suportaram, pediram um empréstimo?

Não. Na altura não pedimos empréstimo nenhum. Foi a minha sogra que ajudou monetariamente também. Ela deu o dinheiro para a gente comprar as calhas, as vigas, e não sei quê. O meu pai deu o resto, para o resto da casa, e pronto. É só o dinheiro que a gente ia juntando ia todo para a casa, por exemplo, o dinheiro que recebemos no casamento foi todo para a casa, pronto, foi assim.

Natália Camacho vai ter finalmente a casa dos seus sonhos, conseguida, como ela diz, com muito "sacrifício":

É uma casa muito grande, é uma casa muito grande. Tem muitas janelas, porque onde tenho passado são casas que não têm janelas, fechadas, interiores, e isso para mim deu-me claustrofobia, eu tenho bocados... é rara a casa que não tem duas e três janelas, tudo para entrar ar. É uma casa muito airosa, mesmo muito airosa... a casa. E entra sol por tudo quanto é lado... claridade, e isso assim, e pronto... e como aquilo... nós recebemos algum dinheiro... é raro o sábado que ele não trabalhe... domingo... às vezes de manhã vai trabalhar e nós, neste tempo todo de casados, só fomos uma vez de férias, nem... então temos feito muitas economias e também um pouco com falta de saúde... mas sempre tem trabalhado... sempre, sempre a ajudá-lo, e pronto. Depois facilitou a fazer as coisas... realmente a casa que lá está não era com o dinheiro que nós tínhamos que se fazia, não. Gastámos mais no apoio e no material, porque, pronto, ele é que tem feito. Tem sido a mão-de-obra, portanto. Já há dois anos que a casa anda em construção e não está pronta, estamos a esperar que fique este ano no Verão pronta. O trabalho que lá está de embelezamento da casa mais a nível de mão-de-obra, de gosto, não é? Não é o material que é caro, é a maneira como ele está aplicado que lhe dá a graça, e pronto, é mais a mão de obra, ele tem lá trabalhado muito sozinho, e depois às vezes, quando podemos, pagamos a quem vá ajudar para, pronto, para ajudar

mais alguma coisa, não é, pronto, e tem sido assim, com muito sacrifício, mas tem que se fazer.

Apesar de minoritário no contexto geral, é este modelo de autoconstrução que alimenta os projectos de algumas pessoas. A ideia de que se pode construir a casa por baixo preço, usando trabalho não remunerado e contando com ajudas de familiares e amigos sustenta ainda os planos de futuros autoconstrutores em meio rural.

Cristina Neves, que ainda não começou a construir a sua casa por problemas com o terreno, conta reduzir os custos da construção recorrendo à ajuda dos amigos no trabalho:

Porque o meu pai dá-me o terreno e eu penso construir só que... pronto, eu até já podia ter começado, não é? Aos poucos... fazia agora um bocadinho, depois parava e não sei quê... só que há problemas com o terreno e só por esse motivo é que ainda não fizemos mesmo nada, mas, pronto, penso em construir.

E depois, tem facilidade em construir, alguém que saiba, ou tem que também pedir empréstimo para construir?

Provavelmente terei que pedir empréstimo. Não digo para tudo, mas para parte, não é? Pelo menos para metade terei que pedir, mas é assim cá na aldeia. Por exemplo, a minha irmã tem a casa feita e foi à base dos amigos que fizeram a casa ao sábado e não sei quê... iam para lá os amigos todos trabalhar e foram fazendo. Só os acabamentos é que era mesmo mais por artistas e não sei quê, é que... é que contratou. O resto foi praticamente feito com os amigos, aos sábados, feriados e nas férias... e foram fazendo assim a casa e eu espero também fazer assim a minha, claro.

O centramento familiar no projecto da autoconstrução não é tão marcante para aqueles que recorrem em maior percentagem a serviços mercantis. Embora os custos sejam bastante mais elevados, a contratação de um construtor, que assume todo o trabalho, alivia o agregado das tarefas pesadas da construção,

deixando apenas a preocupação com a gestão dos recursos financeiros. O crédito bancário veio também facilitar os autoconstrutores, permitindo um maior desafogo no desenvolvimento do projecto. Dos onze entrevistados que já tinham a sua casa concluída ou em construção no momento da entrevista, nove pediram algum financiamento bancário para a autoconstrução e dois um financiamento integral.

Este modelo de autoconstrução, assente no mercado, não difere muito da compra de habitação nos recursos mobilizados e ajudas recebidas. Nos casos em que o trabalho de construção é realizado fora da família e pago a preços de mercado, o esforço familiar centra-se na obtenção de recursos financeiros. O maior ou menor nível endividamento para financiar o projecto prende-se com as capacidades de poupança da família e as ajudas de que dispõe. As ajudas financeiras não são tão comuns na autoconstrução como no caso da compra. Sendo a autoconstrução um projecto de longo prazo, e que em geral se concretiza depois do casamento, as ajudas familiares parecem concentrar-se em encontrar alternativas residenciais para os casais enquanto o projecto se desenrola. Os autoconstrutores são os que mais beneficiam do empréstimo de habitação durante algum período de tempo. Dispor de uma casa sem encargos financeiros permite ao casal gerir com maior desafogo os rendimentos do trabalho e reunir poupanças, permitindo que mesmo famílias com níveis médios de rendimento possam dedicar-se à autoconstrução, alcançando, assim, mais do que com a compra de um apartamento já construído, a casa desejada.

5.1.3 | A doação

Seis dos entrevistados puderam beneficiar da doação de uma casa, cinco no momento do casamento e um posteriormente. O acesso à habitação através da doação é, obviamente, o modelo em que se podem observar com maior expressão as solidariedades familiares. A doação, tal como o empréstimo, exige dos pais um investimento prévio nas gerações futuras. Para que as novas famílias possam contar com a disponibilidade do património familiar é necessário que os mais velhos se disponham a gerir o seu património de modo a criar condições para que os seus filhos possam usufruir dele no curto prazo. A estratégia, mais uma vez, tal como com as restantes ajudas neste domínio, e sobretudo na doação de terrenos para autoconstrução, passa também por garantir a proximidade dos mais novos. As casas doadas são sempre nas imediações da casa parental e quase sempre construídas pelos próprios com vista à habitação dos filhos.

É possível identificar duas características deste tipo de dádiva intergeracional: em primeiro lugar, não se revela qualquer tendência para uma lateralização da rede. Três dos entrevistados puderam beneficiar de uma doação por parte dos pais do marido e três por parte dos pais da mulher. Em segundo lugar, existe uma forte componente de herança antecipada, tal como no caso da doação de terrenos, prevalecendo o princípio da igualdade quando existe mais do que um filho.

Carlos Serra vive numa casa oferecida pelo pai quando casou:

Ora bem, sim... relativamente à habitação foi assim: eu quando me casei o meu pai tinha... tinha construído esta casa aqui. Na altura que a fez até era só por causa das garagens... porque ele não tinha garagens e necessitava das garagens para pôr os carros e tal... e depois fez umas garagens... ficou só assim com a porta... acabava por chover lá em baixo com o tempo, pronto, temos que deitar um telhado àquilo, pronto... e fez... construiu...

deitou o telhado. Depois acabou por acabá-la de arranjar e cá teve a casa aqui fechada alguns dez anos ou mais... uma dúzia de anos, até eu depois vir para cá. Tinha outra na Amarela e tinha lá em baixo também mais que uma casa. Na altura que eu me casei o meu pai deu-me a escolher, pronto. Ele disse que me dava uma casa que escolhesse e eu de acordo com ela... qual é que havia de ser? E eu optei por esta porque... não sei porquê... a gente estava habituados aqui à aldeia... sempre aqui e, pronto, optei por esta casa, e deu-ma. Assim como deu também depois aquilo que pertencia aos outros, na altura, pronto... deu-me a casa dada e eu vim para cá quando me casei, e aqui tenho estado sempre.

Juliana Afonso vive numa casa que foi dada pelos sogros ao marido quando este ainda era solteiro:

É assim: a casa foi-lhe comprada pelos meus sogros e foi dada ao Mateus, pronto... porque eles também compraram para dar ao irmão. O Mateus tem um irmão mais velho, também mora lá em cima e portanto, foi dada... compraram... foi dada ao Mateus.

Dada a centralidade que a habitação ocupa no processo de constituição da família e na gestão dos seus recursos quotidianos, poder contar integralmente com a ajuda dos pais, ficando livre de quaisquer encargos neste domínio, é uma vantagem altamente valorizada pelas famílias que puderam usufruir desse benefício. A ausência de custos com a habitação representa um elevado contributo para o equilíbrio do orçamento familiar, permitindo mesmo, nalguns casos, deslocar verbas para outras áreas que não estariam acessíveis se existissem encargos com a habitação.

Juliana Afonso referiu com frequência ao longo da entrevista como o facto de não ter encargos com a habitação lhe permite, apesar dos salários medianos de que dispõe, dar uma boa educação aos filhos:

Depois passaram os dois aqui para o Bibe Amarelo. Aí a minha vida ficou um bocadinho mais sossegada, não a nível monetário... que fiquei com uma dose de cavalo... que paga-se imenso. Aqui para eles são todos os meses

cento e muitos contos... para os dois, pronto. Mas eu também fico descansada porque é assim: eu tinha que arranjar um colégio que estivesse aberto o dia inteiro, que me garantissem ocupação de tempos livres, que me garantissem ocupação nas férias, porque nós nem sempre... que tivesse um horário bem alargado... porque assim eu estou reduzida somente ao Mateus e o Mateus a mim. Não podemos contar com mais ninguém, uma vez que a família mais chegada, mais directa, não está cá e os que cá estão cada um tem a sua vida, e eu... portanto, também não lhes podíamos pedir... daí eu ter recorrido, primeiro, para o particular... não é que pense que o particular que seja superior ao oficial... mas precisamente por causa disso e arranjei o Bibe Amarelo, que é óptimo. Porque é assim: eles abrem às sete e meia da manhã, fecham às sete e meia da noite e nunca fecham, nem durante o mês de Agosto, portanto, é óptimo para mim. Depois tem a desvantagem que tudo se paga, não é? Paga-se o tempo extraordinário, paga-se a alimentação, paga-se tudo e inventa-se mais qualquer coisa para pagar. Como não pagamos renda de casa, digamos que é o empréstimo de uma boa casa que nós podíamos ter, e não temos, mas temos as crianças em segurança, e pronto, o Edgar agora está na quarta classe, vai sair este ano, em princípio tinha vontade de o pôr no oficial, mas terei que arranjar sempre uma ocupação de tempo livres, não é? Porque também não vou deixar ficar uma criança com nove anos numa cidade como esta."

André Pais quando casou foi viver para uma casa oferecida pelo sogro à mulher, que entretanto já vendeu para construir uma vivenda:

O que acontece é que nós vivíamos num apartamento, um T2, que era nosso... indo de encontro à sua questão há bocado, das dificuldades, ou das facilidades... nós também tivemos algum privilégio, porque os pais da Paula tinham... tinham proporcionado uma casa, ainda antes dela se casar, portanto, ela tinha um apartamento, um T2, eu próprio tinha também uma... uns bens, uns imóveis que me tinham sido dados pelo meu pai na altura do casamento... um imóvel em concreto e, portanto, nós ficámos desde logo muito aliviados das questões dos empréstimos e disso tudo, para a primeira casa. Não só não pagávamos renda, como não tinha que suportar nenhum

empréstimo e isso também nos facilitou muito a questão da empregada, podermos ter uma pessoa para estar em casa, é evidente.

Dependendo do património familiar, o acesso à habitação por esta via não está, obviamente, isento de desigualdades. O investimento prévio dos pais é diferenciado consoante os seus próprios recursos; deste modo, a casa doada é a casa possível para os meios disponíveis, que nem sempre são abundantes. Algumas famílias disponibilizam uma casa para os mais novos, mas contemplando apenas o essencial, o que exige mais tarde um esforço por parte de quem recebeu a dádiva.

Margarida Ricardo teve uma casa doada pelo sogro, mas necessita ainda de fazer algum investimento para ter a casa compatível com as necessidades da sua família:

A casa, portanto, o meu sogro comprou antes de nós casarmos, comprou a casa e depois mandou-a arranjar... o essencial... o que era mais preciso... os tectos, e aquilo tudo... e depois, agora é que... depois de nós casarmos é que, pronto, nos deu a casa.

Era uma casa antiga?

Sim. Sabe... ele depois na altura só lhe pôs os tectos... que ela não tinha tectos. O chão e azulejos... nós agora, pronto, como já é outra... temos que ter um quarto para ela, não é? Porque ela ainda está no nosso quarto, não temos ainda quarto para ela e então agora temos que fazer as obras. Mas antes de as fazermos temos que pensar bem como é que vai ser, não é? Pronto, os salários também não são muito altos, não é? Para mais o dele, como trabalha por conta própria, normalmente vem porque nós sabemos que ao fim do mês temos ali aquele salário que é certo e ele, pronto, quem trabalha por conta própria já não é assim, e então, pronto, agora temos que fazer obras mas primeiro tem que se pensar muito bem.

Como é que estão a pensar fazer, vão pedir algum empréstimo?

Pois, tem que ser, tem que ser, nós temos que ver, isto agora dos juros também é muito complicado, mas penso que iremos fazer...

Essas obras de que precisam é só o quarto para ela ou precisam de obras maiores na casa?

Não. Eu vou ter que fazer o primeiro andar, porque eu não tenho mais espaço lá em baixo para fazer o quarto dela, não é? Vou ter que fazer um primeiro andar, e depois fazer mais uma casa de duche, que sempre faz falta e então tem que ser, tem que ser tem.

Tal como a doação de terrenos, também a doação de casas depara com as dificuldades dos indivíduos lidarem com os processos legais, que juridicamente definem o processo. As indefinições legais levam por vezes a situações de ambiguidade em que os proprietários não o são de facto.

Manuela Martins vive numa casa que todos consideram sua, mas que legalmente é dos pais:

Agora eu quero tratar desta, que eu fique com a casa e que ele fique com a outra casa... só que é assim: eu hoje em dia para tratar de alguma coisa é preciso umas burocracias desgraçadas, uma carrada de papéis, e não sei quê mais... e eu até já estou a começar a dar em maluca, porque é assim: esta casa é dos meus pais, mas eles queriam passar a casa para o meu nome... só que depois também é assim: se eles passarem a casa para o meu nome eles vão ter que pagar, não sei quê... umas confusões... que eu ainda não sei como é que vou resolver essa situação. A casa agora neste momento está a precisar de obras, porque isto é uma construção que é nova, mas a casa não ficou acabada, e o que está acabado há muitas coisas que estão muito mal feitas, e precisa de obras, por causa desses problemas todos, porque hoje em dia o Estado, não é, leva tudo e mais alguma coisa, não é, é complicado.

5.2 | Os não proprietários

Como já foi referido, as situações de acesso à habitação que não configuram a sua propriedade são maioritariamente consideradas provisórias. Dos entrevistados que no momento da entrevista não eram proprietários da sua habitação apenas quatro não tinham planos próximos para aceder à propriedade – os dois residentes em habitação social e duas entrevistadas que vivem numa casa emprestada pelos pais, numa situação que apenas legalmente não está consagrada como propriedade. Os restantes entrevistados, quer residam numa casa emprestada, em coabitação ou possuam uma casa arrendada têm planos mais ou menos próximos de aceder à propriedade através da compra, mas, sobretudo, através da autoconstrução – metade dos actualmente não proprietários está já a construir a sua habitação ou pensa vir a construí-la. Dado que a situação de não propriedade da habitação era no momento do casamento maioritária entre os/as entrevistados/as, esta parece ser mais duradoura para aqueles que têm como projecto a autoconstrução, que, como acima se referiu, nem sempre é facilmente concretizável.

5.2.1 | O arrendamento

Apesar do arrendamento ser a situação mais comum de acesso à habitação no momento inicial de constituição da família, a sua adopção como solução definitiva é insignificante junto dos/as entrevistados/as. A escassez e a má qualidade do mercado de arrendamento, assim como o preço elevado das rendas são incentivos para a procura de outras soluções. O pagamento de uma renda é visto como um desperdício de dinheiro, sobretudo se comparado com o pagamento de um empréstimo que possibilita a propriedade da casa. Deste modo, a maioria abandona rapidamente o arrendamento e procura outras vias

que lhes confirmam o acesso à propriedade. As famílias utilizam o tempo que residem numa casa arrendada para definir os seus projectos e orientar os meios para os concretizar. O nascimento dos filhos é, em geral, um dos momentos em que se dá a opção pela propriedade, através da compra ou da autoconstrução.

Elvira Mendes viveu em duas casas arrendadas até comprar a casa que ainda está a arranjar:

Alugámos uma, pronto, porque na altura também era só o meu marido a trabalhar. Era uma casinha pequenina que tinha dois quartos, só que... pronto, com a minha filha que na altura era bebé... na altura era bebé dava para... o meu quarto era aqui e o da minha filha era colado, só tinha a porta a separar. Estivemos lá os primeiros quatro anos, depois tivemos que... entretanto tivemos que ir para outra alugada também. Nessa, como já era legal... na outra não tive subsídio do Estado... depois fui para a segunda, porque também já vinha a outra a caminho, também, não é? E alugámos a outra. A outra já tínhamos o subsídio que facilitou-nos um bocado mais a vida... e era mais perto também do Modelo e já dava mais vezes para ir a pé para facilitar também a vida às minhas filhas. Claro sempre a pensar nelas... porque assim escusava de no inverno, principalmente no inverno, andar o pai a tirá-las de casa para me ir levar ao Modelo e tudo o mais e a minha senhoria sempre disposta a ficar com elas quando havia necessidade disso, não é? Pronto, depois claro quando nós chegamos àquela idade de ter que comprar a casa e dar... até nisso o meu marido me deu a volta de tal maneira... confundiu-me de tal maneira que pensava que eu pensava que já ia fazer vinte e nove, nós mandámos a carta para lá para o PAG ou o que é aquilo, lá para o subsídio a dizer que nós éramos tão certinhos, o pagamento era certinho, visto o meu marido ir fazer os trinta anos... quando fizer um de nós trinta anos, o subsídio acabava, não é? E então o meu marido ia fazer vinte e nove mas ele dizia que ia fazer trinta e eu... pronto... vais fazer trinta manda a carta para baixo. Nós anulámos o subsídio... qual era o nosso espanto que o subsídio continuava a vir! Quer dizer, eles sabiam que a gente ainda estava dentro da idade e como eles não desistiam, pronto. Foi aí que decidimos comprar a casa, uma vez que ele pensava que

ia fazer trinta e eu já não sabia a quantas andava também... decidimos... começámos logo um ano antes a procurar casa que era para quando acabasse o subsídio ia-se pagar por inteiro... ia só pagar ao banco, porque para não andar a pagar para dois lados, não é? Pronto, lá conseguimos a casa, deitámos... acabámos por deitar o subsídio abaixo uma vez que comprámos a casa.

Os subsídios de arrendamento concedidos pelo Estado são utilizados como uma forma de aceder ao arrendamento a preços mais baixos, o que permite realizar poupanças. Embora com pouca expressão na amostra estudada – apenas quatro entrevistados usufruíram deste benefício – verifica-se que o subsídio é utilizado para baixar os custos da habitação enquanto se estabelecem planos para outras soluções.

Diamantino Araújo viveu apenas um curto espaço de tempo numa casa arrendada, utilizando o subsídio de arrendamento:

Fomos nós que tivemos de pagar o casamento, pronto, pagar mais de metade, não é? E... e... juntar também para preparar uma entrada inicial a um apartamento. Fizemos as coisas... não foi... olha, vamos casar, depois logo se vê... uma casa alugada... fizemos a coisa de maneira a poder comprar um apartamento. Acabámos por comprar um apartamento. Até depois do casamento, fomos de facto para uma casa alugada, mas por uma razão... eu tinha um amigo que ia sair de uma casa, daquele incentivo jovem e ele no último ano, ele disse assim: é pá, vou fazer o incentivo jovem até Maio, e eu disse-lhe assim, ouve lá, então mas, até Maio ou Junho, é pá... mas eu se calhar ficava com a casa, é-me precisa assim um tempo, também meto o incentivo jovem, é pá... e ele vai assim: então mas eu vou fazer por cinco meses e tu por outros cinco fazes isso em teu nome eu vivo lá aqueles cinco meses e depois já está aquilo no teu nome, não há problema nenhum, e assim fizemos. Ele esteve lá até Junho, ou não sei quê. Depois, entretanto, aqueles meses ainda solteiros já deu para arranjar a casa. Tínhamos o incentivo jovem, a gente pagava quinze contos por mês, estivemos lá quatro meses... deu tempo também de nós, depois do

casamento, pensarmos exactamente onde é que queríamos viver, só os dois, sem influências exteriores. E fomos de facto comprar ali na nova urbanização, um apartamento, em Dezembro, pronto, estivemos três ou quatro meses a viver juntos num apartamento alugado, mas de facto apenas na prática a pagar quinze contos por mês.

Apesar do predomínio do arrendamento como solução provisória para aceder à habitação, para alguns ele apresenta-se ainda como a única solução possível. Embora apenas dois dos entrevistados arrendatários no momento da entrevista não tenham planos definidos para aceder à propriedade da habitação, o arrendamento continua a ser, para alguns, a única via de acesso à habitação, pela ausência de património familiar ou escassez de recursos financeiros que permitam aceder à propriedade.

Leonel Viegas gostaria de comprar casa mas tem medo de se comprometer com um empréstimo devido aos seus rendimentos:

Foi... arrendámos casa... quando nos juntámos logo... arrendámos casa. Depois mudámos outra vez de casa, estamos na terceira. Ainda é arrendada, porque depois é que eu trabalhei muito tempo sem papéis, sem ser declarado o dinheiro, porque é... para mim não é melhor, mas é melhor, e para os patrões também é melhor. Agora neste momento é que já temos um papelinho, depois comprar casa não é fácil, e então, pronto, vamos estando em casa de renda.

E ainda têm assim uma renda baixa ou...

Agora é de trinta contos neste último.

E estão a pensar comprar ou não?

Sim... pronto, nós comprávamos. É assim: pronto... também agora estamos a pagar o carro e coiso... mas, pronto... dava, ela... a Ana sempre teve assim um bocado de medo de se meter assim... de pedir dinheiro emprestado. Porque é assim... e é o que eu lhe digo... a gente recebe não sei quanto por mês e, se não gastamos, chegamos ao fim do mês não temos o dinheiro na mesma, pronto. A gente gasta, só que não vê onde é que foi. E então, sempre disse: ou compramos um carro, ou assim qualquer coisa... ao menos

vê-se! E se temos a obrigação de chegar ao fim do mês e aquele dinheiro é para ali, pronto. E então agora já conseguiu ver que, pronto... que sim, que conseguimos, que temos os trinta contos para a renda e temos. É vinte e cinco para o carro, são cinquenta e cinco contos todos os meses... mesmo hoje pagar isso... e então se pedíssemos o empréstimo, talvez os cinquenta e cinco ou perto... ficaria o empréstimo e ela sempre teve um bocado de medo, de não conseguir assumir, pronto, de chegar ao fim do mês... eu por mim, pronto, arrisca-se, pronto, se não vier de uma maneira tem que se ir trabalhar para outro lado.

5.2.2 | O empréstimo

Se doze dos entrevistados puderam usufruir do empréstimo de uma casa no momento seguinte ao casamento, apenas seis ainda se encontravam nessa situação no momento da entrevista. Destes seis apenas duas entrevistadas não têm quaisquer planos para mudar de residência. Como já foi referido, habitar uma casa emprestada configura-se como uma situação provisória nos planos residenciais da maioria das pessoas. O empréstimo possibilita aos seus utilizadores um período livre de encargos com a habitação, que lhes permite reunir esforços e congregar recursos para projectos de maior autonomia e de acesso à propriedade.

A situação mais comum no caso do empréstimo é ser uma ajuda prestada pelos pais do casal, mas também existem famílias que puderam contar com o apoio de outros familiares, amigos ou vizinhos. Esta disponibilidade de habitações para serem ocupadas pelos mais novos é mais comum no meio rural e, em geral, feita a troco de algumas beneficiações nas casas, que ficam a cargo dos moradores que irão usufruir do empréstimo.

A maioria dos casais pode, no entanto, contar com os seus pais para este tipo de apoio. Dos doze entrevistados que vivem ou viveram numa casa emprestada, cinco fizeram-no numa casa dos pais da mulher, quatro numa casa dos pais do marido e três em casa de outros parentes ou amigos. A cedência de uma casa por empréstimo exige, tal como a doação, um investimento prévio dos pais no património familiar. Esta é mais uma das estratégias desenvolvidas para assegurar a continuidade familiar e a proximidade das gerações mais novas. A situação mais comum nos empréstimos de habitação é a casa cedida fazer parte da unidade residencial dos pais, que constroem as suas casas já a pensar no crescimento da família e no futuro dos seus filhos. Embora existam casos em que a habitação emprestada constitui uma unidade autónoma, em geral, o jovem casal vai habitar um andar da moradia dos pais ou um anexo situado no mesmo terreno.

Rita Fernandes mora no rés-do-chão da vivenda dos pais e, ao contrário da maioria dos utilizadores de empréstimos, não tem planos para mudar de casa:

Olhe, e relativamente à habitação como é que fizeram?

Pois, também foi um bocado facilitada, não é? Porque os meus pais têm uma vivenda e porque moram por cima e eu moro por baixo... porque as coisas já tinham ficado mais ou menos encaminhadas para fazer uma casa por baixo... e então na altura foi um pouco... digamos, que os acabamentos e aquelas coisas de última hora, tipo tijolo e não sei quê... como na altura... pronto... como os meus pais pensaram que talvez fosse depois, um dia mais tarde, quando construíram a casa em Lisboa... mas como naquela altura não dava para poder fazer tudo, e como ficou tudo como eu queria cá em baixo, fica cá em baixo, pronto. Foi um bocado eu a escolher .

E essas obras ficaram a vosso cargo, foram vocês que pagaram ou...

Não, não. Foram os meus pais.

Portanto, essa foi uma ajuda importante que vocês tiveram?

Muito importante.

Não pagam renda?

Não pagamos renda. Foi só a nível diário e não sei quê... mas empréstimos... aquilo que a maioria tem que fazer, não é? Pronto... com dinheiros... que às vezes se calhar as pessoas não têm filhos mais cedo porque têm não sei quanto da casa para pagar, ou não sei quê... eu se calhar tenho uma situação um bocado diferente e eu achei que não tinha... porque, pronto, falta o outro caso, não é? Não estava em questão... muito em questão a renda, ou não sei quê, não sei quantos, pronto... e depois a gente já é completamente diferente a nível monetário.

Quer como solução permanente, quer como solução temporária, a cedência de uma habitação na mesma unidade residencial dos pais representa uma ajuda importante para as jovens famílias. Por um lado, o empréstimo permite que durante um período relativamente largo de tempo, em geral definido pelas necessidades de quem dele usufrui, não existam encargos directos com a habitação. Por outro lado, esta situação permite, muitas vezes, ainda, a partilha, ou mesmo a isenção, de alguns custos relacionados com a vida quotidiana, que os mais velhos assumem.

Rosa Mateus está a viver no primeiro andar da vivenda dos pais até o marido conseguir concluir as obras no apartamento que os sogros lhes deram. Para além de não ter encargos com a habitação, beneficia ainda do pagamento de uma série de custos:

Não pago renda. Pago a luz, claro.... a água... aquilo está tudo num contador... eles é que pagam a água. Lá de vez em quando eu dou uma ajuda para a água. Temos o telefone... a minha mãe tem telefone no rés-do-chão, mas o meu marido trouxe o telefone lá de baixo e fez ele a ligação... eu tenho tudo assim.

E pagam o telefone?

Claro que normalmente também damos uma ajuda, porque os meus pais praticamente não estão em casa, não é? Se fazemos alguma chamada... o meu marido às vezes para alguém... para algum cliente... ou sou eu ou o

meu irmão, damos uma ajuda, mas pagar... eles têm muito mais encargos do que nós, porque eles têm a contribuição para pagar, têm tudo ali da casa, não é? Eles nunca quiseram nada. Nunca nos disseram para a gente ajudar a pagar isto ou aquilo. Claro, a luz... a luz temos um contador para nós e nós pagamos. Agora a água e o telefone... dou uma ajuda, porque também estou ali, não pago renda, também não posso estar ali assim.

Ao contrário da doação de terrenos para construção ou de casas já construídas, o empréstimo de uma residência de pais a filhos não é gerido pelo princípio da igualdade, mas sim por um princípio de equidade – a dádiva é feita a quem está mais perto ou a quem precisa no momento. Por este motivo, o empréstimo de habitações é um dos principais motivos de conflito entre familiares detectado nas entrevistas. As situações de desigualdade criadas entre irmãos geram contendas e disputas que aceleram o carácter já de si provisório deste tipo de solução.

Elisabete Godinho vive no rés-do-chão da casa dos pais, onde já morou um dos seus irmãos:

Somos sete e o que está mais bem na vida, que se pode dizer assim... porque é o que está mais bem na vida... tem uma casarona... que o outro tem igual, porque fizeram iguais no terreno do meu pai... mas só que um é polícia e já tinha o dinheiro todo para a casa e o outro é electricista e teve que o pedir ao banco. É o mais invejoso da família e não é por ser... podem dizer assim: ai não gostas dele ou isso assim... não é por não gostar dele... porque ele é meu irmão como os outros, mas é verdade... porque eu estou ali na casa do meu pai vou fazer dez anos de casada... fui para lá estava há quatro meses, praticamente há dez anos e ele há dias chapou-me na cara que eu que lhe tinha roubado a casa, quando a casa nem sequer é dele... mas só porque na altura fui para lá e ele tinha lá as coisas dele... mas foi o que o meu pai disse: eu antes de dizer se podias vir para cá telefonei-lhe a procurar se quando viesse para cá já não queria a casa porque... pronto, ele tinha lá as coisas dele... se ele viesse para cá tinha mais direito a ela do que eu, não é? Porque já lá tinha estado e tinha lá as coisas dele. Só que ele disse que quando viesse para cá que não ia para lá, ele nem sabia quando

vinha para cá porque ele só cá está há coisa de quatro anitos... só cá está há coisa de quatro anitos... e ele há tempos soube-me dizer que eu que lhe tinha roubado a casa, por isso mesmo é que eu digo: há pessoas que não se importam, os outros não aceitam...

Natércia Jerónimo vive na casa dos pais, que trabalham e moram noutra local. Esta situação tem criado problemas com a sua irmã, que se sente prejudicada pelos pais:

Sobe-se aqui esta rua e é já ali em cima... é uma casa muito grande, pronto, é a casa. Só que a casa é deles, não é minha. E tenho uma irmã... e tanto é meu como é dela. Mas quem está a usufruir, pronto, eu é que estou a usar. Mas, pronto, também estou a estragar. A gente também tem que reconhecer que eu fui lá por seis meses e já lá estou há três anos, porque me sinto... eu sinto-me pessimamente... a minha mãe diz: ó filha, mas a casa também é tua... mas eu, pronto, não me sinto bem. Sei que não é minha, não me sinto bem e agora... entretanto, nós vimos uma casa um dia e quisemos a casa... ah... e entretanto, eu engravidei. Engravidei e queria vir morar para aqui, só com uma cozinha e um quarto que é o que está... tens o bebé lá em casa, entretanto, há-de aparecer casa, e tu compras uma casinha, tudo na boa. Está bem, pronto... nasceu a minha filha.

(...)

Mas a sua irmã alguma vez se queixou, e disse alguma coisa por viver na casa dos pais?

Não, não. A minha irmã é uma pessoa que é assim... ela pronto... tem um feitio muito diferente do meu. Ela a princípio não aceitou, por exemplo, ela queria que eu fosse lá para casa e não levar as minhas coisas... eu fui ao contrário: eu vou, mas ao menos estrago aquilo que é meu. Não vou estragar aquilo que não é meu. Então levo a minha mobília, levo as minhas coisas, dou cabo das coisas, dou cabo do que é meu. Ah tudo bem, não sei quê... ela não diz... ela não fala... mas eu compreendo-a. Porque ela é assim: como eu estou em casa dos meus pais, por exemplo, a minha mãe dá... eu estou lá a morar mas eu pago a água, luz, o gás, pronto, pago tudo, não é? Não estou a pagar uma renda... mas a minha irmã ainda acha que a minha mãe me dá dinheiro para eu lá estar, o que é triste... o que é triste.

Quando eu faço mil e uma coisas. Por exemplo, eu fui madrinha da minha irmã de casamento, porque a minha irmã é assim: ela é muito amiga dos seus amigos, mas não é amiga da família... e então eu acho... quer dizer, eu achei foi mal... eu fui madrinha dela de casamento e fui madrinha da minha sobrinha. Já viu que comprando tudo aquilo que ela queria que ela ia olhar para mim de outra maneira... foi completamente o contrário. Quanto mais eu faço por ela, mais ela se afasta de mim. Nós éramos... cá está o que eu estava a dizer... nós éramos muito unidas, mas ela desde que esteve na fábrica, desde que esteve doente, mudou completamente. Nunca mais voltou a ser a irmã que era. Portanto, ela teve um esgotamento nervoso, muito grande mesmo e então, é daquele género ficou de tal maneira afectada... que fez um tratamento, ficou boa... tudo bem... só que é do género... ninguém a pode deitar abaixo... ninguém. Ela não admite mesmo a hipótese de uma resposta torta, ela corta mesmo ali a conversa. É mesmo uma pessoa muito despachada e às vezes ofende quem não deve ofender... quer dizer... quem a ajuda e coiso... porque ela dizer-me qualquer coisa... sai daqui... ou dizer à minha mãe... não, não diz. Mas ainda há tempos saiu com uma conversa e não sei quê... tu, a mãe todos os meses mete cinquenta contos no bolso, hã, cinquenta contos, não estás a pagar renda, mas ela para além de te dar casa ainda tens a dispensa... quer dizer... e uma pessoa fica, está bem, ok... só que a minha mãe o que me traz para mim, traz igualzinho para ela. A diferença é que eu estou a morar lá em cima, mas tanto podia estar lá eu como podia estar lá ela. Ela teve sorte porque quando casou havia prédios, pronto, havia prédios e havia possibilidade de ela comprar, porque ela casou com um homem que é filho único e que os pais têm possibilidades monetárias... eu para já o meu marido não é filho único, tem uma irmã, mas os meus sogros nunca nos ajudaram, e nunca nos quiseram ajudar, por isso eu vejo-me é com os meus pais.

Embora o empréstimo seja maioritariamente uma situação provisória, para alguns ele representa uma solução definitiva em termos habitacionais. Embora na amostra apenas duas entrevistadas encarem a residência numa casa dos pais

sem alternativas, os empréstimos, sobretudo de pais a filhos, podem representar uma forma de doação, que apenas não o é na sua forma legal.

5.2.3 | A coabitação

De todas as soluções residenciais que se apresentam sobretudo como situações provisórias, a coabitação é aquela que se prolonga menos no tempo. A opção pela coabitação faz-se nitidamente assumindo à partida o seu carácter transitório e limitado no tempo. Com a excepção de um entrevistado, casado há 9 anos e que ainda vive com os pais, os restantes cinco entrevistados que após o casamento coabitaram com os pais fizeram-no por um curto período de tempo, alguns meses, no máximo um ano. A coabitação é uma alternativa de recurso, que se utiliza para fazer face às necessidades mais imediatas, quando surgem problemas na concretização do projecto idealizado ou quando a insuficiência de recursos não permite uma autonomia logo após o casamento. Assim que os obstáculos são ultrapassados a coabitação deixa de ser uma solução viável e é rapidamente abandonada.

Duarte Figueiredo vive numa casa doada pelos sogros, quando casou ela estava arrendada e teve que encontrar uma alternativa:

Pois há um pormenor que eu não lhe tinha ainda dito porque quando nós... fiquei com a casa... não foi imediatamente a me ter casado, porque ela estava alugada e a pessoa que lá estava só saía daí a um ano, portanto, fiquei praticamente um... fiquei a morar na casa dos meus sogros um ano.

Com eles mesmo?

Pois, porque como a minha mulher era filha única, tinha lá o quarto dela, portanto, e a casa dele é relativamente grande e ficámos lá até a outra moça sair, portanto, estivemos lá algum tempo e, portanto, nesse entretanto fomos vendo as coisas e preparando as coisas. Quando fizemos as obras... foi rápido... não mudámos mais nada.

A coabitação representa não só uma alternativa para os momentos iniciais de constituição da família, mas também uma opção para quando surgem problemas no percurso traçado. Dispor da possibilidade de acolhimento familiar é uma garantia para os momentos de dificuldade. Apesar dos generalizados sentimentos de autonomia dos/as entrevistados/as, e da reduzida expressão da coabitação, é interessante verificar que esta não é uma solução rejeitada pelas famílias. Pelo contrário, os/as entrevistados/as parecem encará-la com naturalidade, como um recurso que está sempre disponível se for necessário, apesar de não isento de problemas.

Anabela Esteves vive num pequeno apartamento na cidade e está a pensar construir uma casa na aldeia onde nasceu. No entanto, se o filho que planeia nascer antes do projecto estar concluído, considera a hipótese de viver algum tempo em casa dos pais:

Vou voltar às origens, eu noto que sinto mesmo falta... pronto... que eu fui criada com muita liberdade, em termos de natureza e vivermos de facto numa aldeia e gostando de... das coisas da natureza... uma pessoa sente essa falta e eu começo a sentir e preciso de mexer na terra, passear, de cheirar. Preciso disso e de espaço. Essencialmente de espaço, porque eu ando a ficar completamente atrofiada, porque é mesmo... é um espaço mesmo... mesmo pequenino e, pronto. Então ponderámos a ver o que era melhor e mesmo em termos de crianças e com a vida que nós temos... o apoio familiar é fundamental. E estando lá a minha família toda... ainda é muita gente... pronto, achámos que era vantagem. Não fizemos já nosso da herança dos meus pais porque, pronto... o meu pai com a minha avó... as coisas ainda não estão legalizadas e, portanto... e para termos tudo o que é preciso, as escrituras como deve ser... então comprámos a um primo da minha mãe um terreno e estamos agora a tentar a legalização para construir. Um berço ainda cabe ali, mas também se nos virmos muito aflitos mudamos para casa dos meus pais, para Donas, porque é uma casa bastante grande.

Cristina Neves, que contou com o acolhimento da irmã durante três meses, não guarda, no entanto, boas recordações:

Depois quando passado um ano que estava casada quando tive os problemas com os meus sogros e que me vim embora, faz conta que fugida... fugida... sem nada... sem emprego e sem nada... foi complicado estar a viver... embora que eu me dê muito bem com a minha irmã... mas pronto. Estava lá por favor, não é? Porque é mesmo assim. Porque não era a minha casa e por mais que a gente goste uns dos outros há sempre uma hora que a gente está-se a incomodar uns aos outros... que a gente gostava de estar em silêncio e não está... porque os outros estão a fazer barulho e coisas do género... e estamos a ver isto na televisão e antes queríamos ver outra coisa, pronto. Essa parte também foi uma fase muito complicada.

Apesar de a coabitação ser maioritariamente uma solução de recurso, ela persiste como opção residencial para algumas famílias. O caso de Pedro Gomes, casado há nove anos, mostra como a partilha da habitação por pais e filhos pode ser uma alternativa desejada e não meramente imposta por pressões económicas. Pedro Gomes viveu sempre com os pais e, embora tenha projectos para uma residência autónoma, não tem pressa de os concretizar:

Quer dizer... a relação com os meus pais, eles... isto é um bocado complicado e é um bocado... também... a minha casa sempre foi uma casa, digamos assim, de portas abertas... os meus amigos, vizinhos, toda a gente entra na casa da minha mãe. A minha mãe funciona um pouco como uma espécie de consultora e de pessoa que ajuda as pessoas mais idosas... aquelas pessoas que não têm grau de instrução, que não são capazes de ir a um banco, de entrar num hospital e tentar ao fim e ao cabo desenrascar-se... é assim, passe a expressão. Portanto, e essa casa foi sempre uma casa onde toda a gente entrou... portanto, a minha namorada naturalmente também entrou como qualquer outra pessoa e cimentou uma relação também de amizade com os meus pais, portanto, foi o processo normal.

Mas não é muito comum hoje em dia as pessoas ficarem a morar com os pais?

Não. Mas isso foi opção. Quer dizer, também, brevemente, mais um dois anos... porque tenho uma casa que vai ser recuperada, entretanto, mas que fica na proximidade, confronta com a dos meus pais, não é? Mas foi uma opção, digamos de... digamos... porque não me sinto minimamente, digamos, incomodado com isso. Quer dizer, é na mesma casa, mas tem compartimentos distantes e há depois um espaço repartido em que há refeições, às vezes ver televisão, e tal... mas digamos que somos distintos, porque há mais que um piso, mas digamos, é a forma como estamos na vida e também reconheço que não é normal.

Mas foi uma opção mais afectiva ou mais por razões económicas?

Não. Afectiva. Por questões económicas... mesmo estudando também já tinha suporte financeiro para ter uma vida... digamos... independente em termos de alojamento. Mas, por exemplo, viver na cidade, a residência não era, digamos, uma situação que nos agradasse, e foi aí por essa situação.

5.2.4 | A habitação social

Dada a escassez de investimento público no sector da habitação em Portugal⁵, não é de estranhar a reduzida representatividade que este modelo tem na obtenção de uma casa para as gerações mais novas. Na amostra estudada encontraram-se duas famílias, residentes na área metropolitana de Lisboa, que puderam usufruir do apoio do Estado para aceder à habitação. São ambos

⁵ Nuno Serra, no seu estudo sobre a questão da habitação em Portugal, conclui que a dotação orçamental das políticas de habitação é a menor no conjunto das despesas sociais, com a agravante de o montante que lhes é destinado incluir, para além da promoção da habitação social, a construção de equipamentos colectivos, actividade que absorve grande parte do orçamento. Analisando também o peso da intervenção estatal nos fogos construídos anualmente em Portugal, o autor afirma que, exceptuando o período entre 1977 e 1984, a promoção pública de habitação raramente atinge os 10%, fixando-se, por regra, em torno dos 6% do total de fogos (Serra, 2002: 136-139).

casais jovens, cujo percurso residencial é marcado por alguma instabilidade e aos quais a habitação social vem garantir a segurança de uma residência permanente a baixos custos.

Guiomar Albuquerque está a viver num bairro social, construído pela Câmara Municipal, depois de ter vivido numa casa arrendada e ter partilhado uma casa da avó com a mãe:

Casei com dezanove anos, conheci o meu marido com dezasseis... casei com dezanove. Fui mãe aos vinte. Entretanto, a câmara... ah, eu depois fui viver novamente com a minha mãe, porque a minha mãe deixou o tal senhor... nós vivíamos numa casa alugada e fomos viver com a minha mãe, portanto... eu e o meu marido e já o Manuel... fomos viver para casa da minha mãe. Entretanto, a Câmara decidiu deitar as casas abaixo e realojou-nos aqui... basicamente... é.

(...)

É assim, aquela casa era uma casa de praia da minha avó, que foi remodelada. Fizemos rés-do-chão e primeiro andar. Eu vivia no primeiro andar já depois de conhecer o meu marido... quando fui para lá... fiz um primeiro andar e fiquei lá com o Manuel e com o meu marido até ser esta situação, realojarem as pessoas e...

E realojaram as pessoas porquê, tinham más condições?

Não. Eles têm um projecto qualquer para fazer ali... não sei qual... a casa era velhinha... depois das obras que fizemos... estava muito boa, estava muito bonita. O chão todo em pedra... estava tudo muito bonito, pintado, tudo arranjadinho.

E vocês estavam satisfeitos com a casa que tinham?

Estávamos, estávamos. Eu fiquei contente só por um motivo... estar afastada da minha mãe... porque o meu marido de vez em quando pega-se com ela e com razão, porque ela bebe, não é? É chato a gente chegar a casa e o meu filho estar ao cuidado da avó e a avó estar... estar incapacitada para tomar conta dele, não é? Ele vai lá de vez em quando mas não passa lá a vida, está no infantário.

Gonçalo Pinto vive no mesmo bairro social, paga vinte e cinco euros de renda numa casa que já se está a tornar pequena agora que tem dois filhos:

Ora a gente casámos há quatro ou cinco anos, casados mesmo, não... casados mesmo há quatro. A gente esteve um ano juntos, quando estivemos no Alentejo. Tivemos o David, depois voltámos para a Trafaria, até à casa que era dos meus pais. Vivemos lá mais um ano na Trafaria, depois viemos para aqui. Antes disso a gente esteve a morar em casa da minha sogra, estivemos lá juntos, a gente juntou-se, não tínhamos nada, tínhamos simplesmente uma cama em segunda mão, e pronto.

(...)

A gente começou a viver em casa da sogra só com uma cama. Eu trabalhava, ela também trabalhava, numa fábrica da cortiça, a fazer rolhas de cortiça, eu trabalhava na Lisnave, Setenave. Sempre andava de um lado para o outro, estive a trabalhar também em estafeta, na pizza, a fazer três horas por dia, e daí a gente começou a juntar algum dinheirinho, a comprar mais alguma coisa. Entretanto, a gente conseguiu juntar mais algum dinheirinho, como já estava a ficar apertado a gente ficar em casa da minha sogra, a gente decidiu depois ir para a Trafaria, onde eu podia ir, que era a minha casa antiga, a gente foi para a Trafaria ficámos lá...

Era sua ou era dos seus pais?

Era... aquilo é de pais para filhos, era de geração para geração, então sempre... pronto, a minha tia tinha acabado de vir para aqui e a gente acabou por habitar, pronto, a divisão que era da minha tia, ou seja, era um quarto, uma cozinha, uma sala e era a casa de banho.

Mas essas casas também eram da Câmara?

Não, não, eram...

Eram da vossa família?

Era propriedade da nossa família. Entretanto, estivemos lá mais uma temporada boa, entretanto surgiu a hipótese de vir para aqui. Estamos aqui há três anos, não é? Vai fazer três anos agora, que viemos para aqui para esta habitação, pronto, e continuamos.

E como é que vieram para aqui, como é que foi o processo, estas casas são da Câmara, não é?

Não, não, isto há muito tempo atrás... espera aí... há muito tempo atrás... a senhora da Câmara... aí há uns bons sete, oito anos atrás... ou para mais... as senhoras da Câmara andavam lá a fazer umas inscrições para quem... quem é que queria sair quem é que não queria sair. Então eu nessa altura estava junto com outra moça e inscrevi-me, estava junto com ela, estava a viver com ela e inscrevi-me. Entretanto, pronto... separei-me dessa moça... foi-se passando os anos... fiz a tropa... conheci a Luísa... aí é que começaram a dar casas. Entretanto, pronto, tive oportunidade de falar com a doutora e disse a ela que... pronto, tinha família... que precisava de uma casa. Entretanto surgiu esta casa aqui que a gente está agora.

5.3 | A habitação e as redes sociais

Através da análise dos diferentes modelos de acesso à habitação foi possível verificar a importância das redes sociais nas opções das famílias. Como atrás se referiu, os modelos identificados combinam elementos da esfera do Estado, do mercado e das relações sociais, em diferentes graus e em diferentes momentos. No entanto, é possível identificar a presença transversal das relações familiares nas estratégias e nas opções definidas pelas famílias. Ao contrário do que acontece na provisão de outros recursos, os laços fracos estão ausentes no domínio da habitação. Eles são importantes para perceber a ligação às comunidades de origem e explicar a reduzida mobilidade geográfica, mas não são activos na procura de habitação. Apenas no modelo de arrendamento os laços fracos são referidos como fontes de informação para conhecer o mercado e as casas disponíveis. De outro modo, os laços fortes dominam inteiramente as redes sociais mobilizadas neste domínio.

A morfologia da rede activada para dar resposta aos problemas da habitação é bastante centrada nas relações familiares. Ao contrário do que se verá para o acesso ao emprego, a orientação da rede é quase exclusivamente para a

família e, no interior dos laços familiares, para o parentesco restrito. Os apoios fora da rede de relações próximas, constituídas por pais, irmãos e respectivos cônjuges, apenas são possíveis de identificar para as ajudas na autoconstrução, para a qual, como foi referido, são mobilizados outros laços fortes, como os laços mais alargados de parentesco e também laços de amizade e vizinhança.

Dentro do parentesco restrito, as ajudas circulam claramente no sentido vertical, de pais para filhos. Como se viu, os projectos residenciais das novas gerações dependem muito das solidariedades intergeracionais. Deste modo, não é de estranhar que a polarização da rede no caso da habitação seja assumida pela geração anterior. Os pais transmitem aos filhos património fundiário e imobiliário, ajudas monetárias, em géneros e em serviços, suporte material e afectivo para que as jovens famílias levem a cabo os seus projectos. No entanto, as entrevistas mostram como as solidariedades intergeracionais no domínio da habitação se inscrevem numa estratégia das gerações mais velhas para garantirem a proximidade dos mais novos. Os mais velhos usam os seus recursos para apoiar os filhos, mas também para responder aos seus interesses afectivos e relacionais.

Outra característica clara da morfologia das redes no caso do acesso à habitação é a ausência de lateralização, que parece traduzir uma estratégia explícita das famílias, sobretudo no caso da compra de habitação. A casa representa um bem comum do casal e, como tal, parece existir uma necessidade de contribuição equitativa das duas linhas de parentesco do casal que garanta a igualdade entre os dois cônjuges perante a residência familiar.

Apesar do aparente domínio do mercado, com o crescente recurso ao crédito bancário como forma de acesso à propriedade, a habitação continua a ser uma questão em que a rede familiar ocupa um papel preponderante. Transferências monetárias, doações em terrenos e construções, heranças antecipadas, ajudas em serviços na autoconstrução, prendas em mobiliário e equipamento

doméstico, são múltiplas as ajudas fornecidas pelos laços familiares aos jovens casais para a sua instalação autónoma e para o acesso à propriedade do alojamento. Sobretudo na sua dimensão intergeracional, as relações familiares estabelecem um fluxo material de apoio fundamental, mas também asseguram transferências não materiais, importantes para as escolhas residenciais, gostos, preferências, saberes, afectos, que contribuem para definir o universo de possibilidades das novas famílias em termos de habitação – “não é apenas o alojamento que se transmite na família, mas a família que se transmite no alojamento” (Gotman e Laferrère, 1998: 362).



6

AS COISAS E OS MODOS (II):

O EMPREGO

Introdução

O emprego é um recurso fulcral na vida dos indivíduos e das suas famílias. A configuração da vida familiar depende, a diferentes níveis, de elementos fundamentais como o acesso ao emprego, o tipo de emprego, as condições de trabalho, as trajectórias profissionais. Assim sendo, não é de estranhar que este seja um dos tópicos que merece mais atenção por parte das pessoas entrevistadas. As questões sobre o emprego produzem longos trechos de entrevista através dos quais é possível avaliar não apenas a importância do emprego mas, sobretudo, a importância do trabalho. O trabalho ocupa um lugar central, por um lado, nas identidades individuais e, por outro lado, na definição do quotidiano dos indivíduos e das suas famílias e das interacções entre os seus

membros¹. Os tempos, os lugares e os modos do trabalho marcam os tempos, os lugares e os modos da vida familiar.

Se a centralidade do trabalho é uma característica comum à generalidade das pessoas entrevistadas, por detrás dessa uniformidade esconde-se uma imensa diversidade de situações consoante as formas de inserção no mercado de trabalho. As entrevistas revelam um mercado de trabalho dual: de um lado, estão aqueles que ocupam os postos de trabalho estáveis e bem remunerados, os empresários, os trabalhadores qualificados, os profissionais com uma carreira; do outro lado estão aqueles que ocupam os postos de trabalho desqualificados, os que possuem trajectórias profissionais instáveis, têm empregos precários e mal remunerados.

Por detrás dessa dualidade está, em grande parte, o capital escolar. Para a maioria das pessoas entrevistadas a trajectória profissional está condicionada pela sua trajectória escolar, é ela que marca grandemente os tempos e os modos de acesso ao emprego. O nível de escolaridade que o indivíduo alcançou é fundamental para definir o tipo de emprego que poderá obter e determinante para a sua idade de entrada no mercado de trabalho².

No entanto, o capital escolar não é a única variável que interfere no acesso ao emprego e no modelo de inserção no mercado. O capital relacional é também um factor preponderante. Desde os trabalhos de Granovetter sobre o impacto das redes sociais na procura de emprego (Granovetter, 1973 e 1982) que a

¹ Os estudos extensivos sobre as atitudes sociais dos portugueses, coordenados por Manuel Villaverde Cabral, apontam no mesmo sentido. No volume sobre "Trabalho e Cidadania" é possível constatar o lugar central que o trabalho ocupa na vida das pessoas (Ramos, 2000).

² Apesar de, como já foi referido, na amostra estudada existir uma sobrerepresentação de indivíduos com elevada escolaridade, foram entrevistadas pessoas com baixos níveis de escolaridade que fizeram a sua entrada no mercado de trabalho muito precocemente e que revelam trajectórias laborais já longas.

importância do capital social para perceber o funcionamento do mercado de trabalho tem sido sublinhada, relativizando as teorias do capital humano (Blau, Ferber e Winkler, 2001). Este estudo permite confirmar algumas das hipóteses dos trabalhos de Granovetter acerca da importância dos laços fracos e testar a sua aplicação num mercado de trabalho segmentado, grandemente ignorado pelo autor, pelo menos nos seus escritos iniciais, como o sublinham alguns autores (Degenne e Forsé, 1994; Requena Santos, 1991). Confirmando os dados de outros estudos, as entrevistas mostram a importância fulcral das redes informais no acesso ao emprego, em detrimento dos meios formais e oficiais, mas permitem também avaliar o impacto diferenciado destes canais no mercado de trabalho primário e secundário.

Este capítulo revela os modos como capital social e capital escolar se entrecruzam na definição de padrões quanto ao primeiro emprego, à trajectória profissional, às condições de trabalho. Mostra, também, como as redes relacionais são preponderantes no acesso ao emprego, no tipo de emprego, no percurso seguido. Revela-se a importância das redes familiares na transição da escola para o mercado de trabalho, o impacto diferenciado de laços fortes e laços fracos consoante falamos do primeiro emprego ou dos seguintes. A informação apresentada permite, também, constatar como, apesar da população entrevistada representar uma geração privilegiada do ponto de vista das políticas de emprego, os apoios estatais continuam a ter um impacto bastante reduzido na inserção no mercado de trabalho.

6.1 | O primeiro emprego

A idade de entrada no mercado de trabalho e o nível de escolaridade atingido até então são duas variáveis fundamentais para perceber o modo de acesso e o tipo de primeiro emprego que os indivíduos vão ocupar. As entrevistas revelam fortes contrastes entre aqueles que abandonam o percurso escolar precocemente e, conseqüentemente, entram cedo no mercado de trabalho e aqueles que procuram emprego após uma carreira escolar mais prolongada ou depois da obtenção de um diploma de nível médio ou superior.

Apesar de encontrarmos entre os entrevistados empresários bem-sucedidos que possuem apenas o nível básico de escolaridade, as entrevistas mostram como, de um modo geral, aqueles que abandonaram a escola antes de cumprirem a escolaridade obrigatória, ou no momento em que a atingiram, tiveram como destino ocupar os postos de trabalho desqualificados do mercado de emprego secundário. A precocidade do abandono escolar e da procura de um primeiro emprego encontra-se sobretudo em indivíduos oriundos de famílias com baixo capital escolar e que seguem as pisadas dos pais fundamentalmente por duas razões: por um lado, pela incapacidade que a escola revela para captar o seu interesse e, por outro lado, pela atracção que a inserção no mercado de trabalho representa em termos financeiros³. Conseguir o primeiro emprego numa idade precoce significa, para muitos, alcançar, muito cedo, uma autonomia face à família, conquistada através da capacidade de fazer consumos individuais sem passar pelo controle familiar.

³ Um estudo extensivo sobre os jovens portugueses aponta duas razões fundamentais para o abandono escolar: em primeiro lugar, a relação com o mundo do saber académico e as dificuldades de integração na cultura escolar e, em segundo lugar, as características económicas e culturais dos contextos familiares (Alves, 1998: 75).

Cristina Neves está actualmente desempregada. Deixou de estudar quando atingiu o nono ano de escolaridade devido aos seus “desejos de independência”. Hoje arrepende-se dessa opção e atribui-lhe os seus insucessos no mercado de trabalho.

Deixei de estudar por aquelas coisas da juventude. Queria ir trabalhar, queria ir ganhar dinheiro, queria ser independente e não sei quê... assim uma... uma maluqueira assim... foi uma coisa assim, porque eu namorava um rapaz e ele disse que se queria casar e não sei quê... e eu achei que se andasse a estudar não me podia casar e então tinha que ir trabalhar para ganhar dinheiro e não sei quê... Foi uma precipitação muito grande da minha parte e depois deixei-me ficar assim, acomodei-me.

E os seus pais na altura reagiram bem por deixar de estudar?

Não, reagiram mal. Não estavam nada de acordo com isso mesmo, não queriam, mas, quer dizer, eles não me refilaram assim a ponto de dizer: obrigado-te a ir... tu é que sabes, se não queres ir não vais... não te podemos ir lá pôr, a escolha é tua, pronto. Eles acharam que eu fazia muito mal e fiz. Estou muito arrependida mesmo. Aliás cada dia que passa me arrependo mais... Então quando é estas alturas que eu fico sem emprego é que vejo mesmo que é... é complicadíssimo, nesta fase. Eu sei que há pessoas com muito mais idade do que eu e que andam a estudar, só que eu não sinto, não sei... com coragem com... de voltar para trás nesse aspecto... que eu sei que me faria andar para a frente... se eu voltasse para trás depois andava mais depressa, não é? Mas pronto, quando a gente já tem filhos e tudo é mais complicado, porque é assim: eu agora praticamente... eu penso só nele, não é? É tudo para ele, é tudo a pensar no bem estar dele, tem que ser tudo para ele... não lhe faltar nada, e não sei quê... Eu acho que se eu tivesse que ir estudar teria que trabalhar na mesma e estudar e trabalhar com um filho acho que é... quer dizer, alguma coisa tem que ficar para trás. Ele não tem culpa nenhuma e eu terei que tentar segurar a vida da maneira... pronto, da melhor maneira. Assim, não quis na altura, o que foi um erro muito grande e agora acho que é... é muito complicado voltar para trás, mas pronto, foi assim um erro da adolescência assim que...

Quando deixou de estudar teve facilidade em arranjar emprego?

Arranjei, arranjei logo emprego. Se não tivesse sido tão fácil... aliás, se não tivesse sido tão fácil eu se calhar voltava a estudar mas depois eu fui... arranjei logo emprego e pronto. E comecei a ter o gosto de ter o meu dinheiro, e comprar as minhas coisas sem ter que perguntar à minha mãe: ó mãe posso comprar isto, ó mãe dá-me dinheiro para isto ou para aquilo. Então eu comecei a ter o meu próprio dinheiro, depois pensei... mais tarde... pensei em tirar a carta. Eu estava à espera dos dezoito anos... assim... eu vou tirar a carta... tirei logo a carta... e comprar carro e não sei quê... porque sempre era o meu sonho desde garota... era conduzir. Tinha uma coisa por conduzir que... aliás eu já conduzia antes de tirar a carta, no carro do meu pai, de vez em quando já andava a pegar no carro, porque é aquelas coisas que já nascem com a pessoa, pronto... tem mesmo queda para aquilo e então, pronto, comecei-me a sentir mais livre, independente e então quer dizer, senti-me bem na altura, não é? Só que acho que me fez muito mal...

Se a autonomia financeira conseguida através da integração no mercado de trabalho é um dos motivos para o abandono precoce da escola, as atitudes e representações face ao sistema de ensino são também um dado importante. Tal como demonstrado por outros estudos (Hespanha *et al.*, 2000), em famílias com baixo capital escolar a escola é vista essencialmente como uma concorrente do mercado de trabalho; a hipótese de alcançar um nível de escolaridade mais elevado como forma de obter uma melhor posição no seu interior raramente é equacionada.

O relato de Daniel Monteiro, que tem 28 anos e o 9º ano de escolaridade, revela como a escola pode ser entendida como um “fardo” para o próprio e para a família. A frequência do sistema de ensino não é concebida como um investimento do qual se podem retirar frutos, mas sim como uma fuga ao mercado de trabalho, esse sim, provedor de bem-estar.

Deixou de estudar antes do nono ano, não é? Estava-me a contar há bocado...

Sim, um bocadinho cedo de mais, tive uma opção assim um bocado...

Estudou até que ano?

Andava no sétimo e desisti.

E porque é que desistiu nessa altura?

Desisti porque foi... sempre tive assim um bocado... assim umas ideias assim um bocado... nunca gostei que andassem a trabalhar para mim e então lá em minha casa toda a gente trabalhava, não é? A minha mãe, pronto... era doméstica, mas sempre tinha as terras... trabalhava nas terras, tinha animais e o meu pai trabalhava e a minha irmã também e então eu sentia-me assim um bocado... quando andava tudo a trabalhar para mim...

Só tem uma irmã mais velha?

Sim.

E ela também não estudou?

Não. Ela agora por acaso também está na universidade, mas na altura não estudou, porque, pronto, os meus pais, na altura tiraram-na de estudar e então, eu como sabia isso... essa história toda... e fiquei assim... pensava eu também que eles andavam a trabalhar para mim e então deixei de estudar.

E depois então começou a trabalhar, e então voltou a estudar?

Sim. Na altura fui aprender a pintor na construção civil e depois, mais tarde, já tinha uns dezassete anos, é que voltei a estudar, tirei o nono ano, mas também como eu nunca gostei muito de estudar... e pronto.

Tal como também mostraram Hespanha *et al.* (2000), o insucesso é sempre visto como um fracasso individual. Os relatos de abandono escolar precoce apresentados nas entrevistas atribuem-no essencialmente ao desinteresse pessoal, à falta de "gosto" pelo estudo, ao "cansaço" das actividades escolares. Mais uma vez, a escola surge como um investimento pouco atractivo se comparada com o mercado de trabalho e as possibilidades por ele oferecidas. As entrevistas de Augusto Correia e Rita Fernandes são um exemplo desta posição face ao sistema escolar.

Augusto Correia, que tem 26 anos e o 6º ano de escolaridade, justifica, deste modo, o seu abandono escolar:

E depois porque é que desistiu de estudar, porque é que não estudou mais?

Não, não dava para os livros.

Mas não gostava ou...

Não, não gostava... não gostava. Não, não gostava.

E desistiu para trabalhar ou...

Foi... foi. Desisti. Os meus pais chatearam-me a cabeça para eu ir estudar... mas não, não dava.

Teve alguém que o influenciasse... que o ajudasse a desistir, os colegas...

Não, eu é que desisti mesmo... cheguei... saturei mesmo e desisti.

Rita Fernandes, que tem 32 anos, conta como foi difícil conseguir completar o nono ano:

E porque é que deixou de estudar no nono ano?

Olhe, por preguiça. Foi porque era mesmo por preguiça. Se calhar eu não tinha feito e possivelmente se calhar neste momento a Inês está a crescer mais e não sei quê... vou estudar mais. Porque é aquela fase da parvoíce, porque eu achava que não queria estudar mais...

Tinha quê... quinze, quatorze, quinze?

Tinha quinze anos e depois tinha o namorado e não sei quê... e não quero estudar mais e depois andei assim um bocado enganada.

E nessa decisão alguém a influenciou para deixar de estudar?

Não, aliás por vontade dos meus pais eu tinha estudado e tanto que agora não posso dizer... porque senão... tu não continuaste porque não quiseste... mas pronto. Eu andava... não queria estudar mais, porque não gostava e queria era ir trabalhar e pronto... e então foi um bocado assim.

Mas era sobretudo para ganhar dinheiro que fazia...

Sim, sim. Nem era tanto a ambição de ganhar dinheiro, era mesmo porque eu não gostava.

Não gostava de estudar?

Não gostava de estudar. Entretanto ainda chumbei dois anos, pronto... e eu achava que aquilo era uma grande chatice e que não valia a pena andar

lá... porque aquilo era... tirei o nono ano porque tinha que ser e porque não sei quê... são as parvoíces que a gente depois se arrepende.

O arrependimento que muitas pessoas revelam por terem abandonado os estudos prende-se sobretudo com a consciência actual de que as suas opções escolares condicionaram, largamente, o seu percurso laboral. É um facto que a diferenciação no emprego é muito marcada pelo capital escolar; no entanto, este não é o único factor em jogo. Embora o mercado de trabalho primário, com os melhores empregos, esteja praticamente vedado aos trabalhadores mais desqualificados, as relações entre o tipo de mercado em que se insere o/a trabalhador(a), o capital escolar e o capital social são complexas. A análise do acesso ao primeiro emprego permite constatá-lo.

Tal como para a generalidade dos restantes empregos, no acesso ao primeiro emprego predominam as vias informais. As redes relacionais são fundamentais na transição do sistema escolar para o mercado de trabalho⁴. Embora, os laços fracos predominem no acesso ao primeiro emprego, aqui os laços fortes têm mais expressividade do que nos empregos posteriores. Os amigos próximos têm um peso significativo, assim como os laços familiares.

As entrevistas permitem confirmar, para o primeiro emprego, a hipótese de Granovetter sobre a eficácia das cadeias curtas. Quer sejam activados laços fortes ou fracos, o acesso ao primeiro emprego faz-se através de um ou dois intermediários, raramente se ultrapassando esse número. Os estudos de Granovetter mostraram já que as cadeias longas são muito pouco utilizadas na

⁴ A partir dos dados dos Inquéritos aos jovens portugueses (com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos), coordenados por Manuel Villaverde Cabral e José Machado Pais, e realizados em 1987 e 1997, é possível constatar, para os dois momentos, que as ajudas de familiares, amigos ou conhecidos são os meios mais utilizados pelos jovens para obter emprego (Pais, 1998: 195).

procura de emprego; no caso presente a sua ausência é total na procura do primeiro emprego.

A presença dos laços fortes é um dado importante para perceber a dimensão reduzida das cadeias de acesso ao primeiro emprego. As relações familiares têm bastante mais importância neste caso do que na procura posterior de trabalho. O recurso às redes familiares faz-se sobretudo no sentido vertical, aos pais, quando estes dispõem de capital social e/ ou económico para intervir, mas também aos tios, a primos mais velhos, ou mesmo, a tios e primos dos pais⁵. Existe uma mobilização das gerações mais velhas no apoio à entrada dos mais novos no mercado de trabalho, possível dada a posição já conquistada no mercado. É notória a expressão daqueles que obtêm o seu primeiro emprego numa empresa familiar, peso que depois desaparece no decorrer da trajectória profissional.

A importância da família parece ser tanto maior quanto maior é a precocidade da entrada no mercado de trabalho e menor o capital escolar. Quando o abandono da escola se dá nas idades mais jovens, a entrada no mercado de trabalho faz-se não só através da família, como também pela família, ou seja, o primeiro emprego é obtido no interior dos recursos da própria família. O trabalho na esfera familiar é uma primeira "almofada" que amortece o impacto da entrada no mercado de trabalho. Deste modo, é frequente encontrar, entre quem abandonou cedo a escola, relatos de trabalho agrícola ou trabalho doméstico realizados no interior da família. Esta realidade é uma característica que encontramos sobretudo nas trajectórias femininas. Os relatos de Elisabete Godinho, Natércia Jerónimo e Elvira Mendes mostram como a família amortece a entrada no mercado de trabalho formal, mas também a dureza de que essa realidade se pode revestir. A eficácia da resposta familiar ao problema do emprego não é acompanhada, muitas vezes, por qualquer padrão de

⁵ Cf., a este propósito, Portela e Gerry (2002).

qualidade, sendo o trabalho na esfera familiar muitas vezes mais exigente e, sobretudo, pior remunerado, do que aquele que se desenvolve para um patrão.

Elisabete Godinho tem 32 anos, o 5º ano de escolaridade e é empregada doméstica. As aprendizagens necessárias ao seu ofício fê-las no interior da família:

Então e quando deixou de estudar a senhora foi fazer o quê? Ficou em casa ou foi logo trabalhar?

Na altura a minha mãe tinha uma fazenda muito grande e eu comecei a andar com elas assim nas terras, pronto. Fiquei em casa com ela. Ela ensinou-me tudo... ensinou-me a cozinhar, ensinou-me a passar, ensinou-me tudo o que se pode fazer nas terras, pronto. Comecei assim a ficar com a minha mãe. Depois um dia, já não sei como, nem sei que idade tinha... sei que não faço a mínima ideia que idade tinha... devia ter... já nem sei como é que eu arranjei esse emprego... sei que a primeira casa quando comecei a trabalhar foi em Bilhó, para uma senhora que também tinha setenta anos... ela... e setenta e um anos o marido, e eu ia só lá uma vez por semana, às quarta-feiras de tarde. Depois aí comecei a arranjar outras casas, outras casas, pronto, fui fazendo isto assim. Depois, dois anos antes de me casar, arranjei então esse emprego na casa de... numa casa de móveis, são os meus padrinhos de casamento, arranjei esse emprego nessa casa de móveis, dois anos antes de me casar.

Natércia Jerónimo tem 27 anos e o 9º ano de escolaridade. Tirou um curso de formação profissional e tem o seu próprio salão de cabeleireira, que adquiriu com o apoio da família. O seu percurso, até atingir o que hoje possui, revela como se entrecruzam família, escola e trabalho.

Porque é assim... os meus pais... pronto... nunca me privaram... eu fui criada praticamente sempre em montes. Fiz a escola... o meu pai, achava que estudos não faziam falta... e fiz a quarta classe e fui para o monte. Dos dez aos quatorze anos estive sozinha no monte. A minha irmã, como era mais velha, escapou-se, veio-se embora para aqui, para Passos... começou a trabalhar aos quinze anos numa fábrica, mas depois foi estudando à noite...

começou logo a estudar à noite... e eu tive que estar quatro anos parada, a olhar para as paredes. Sozinha, sozinha mesmo, só com eles os dois, o meu pai e a minha mãe e eu, por exemplo, com o trabalho de Inverno a fazer, que é azeitona e isso... de Verão, o tomate... Comecei assim aos dez anos, o que ganhava era para mim, eram as regalias que eles me davam, sem televisão, sem luz, sem nada, só com água canalizada, fria... foram quatro anos assim.

Dos dez aos...

Dos dez aos quatorze. Ao fim de dois anos, o meu pai lá conseguiu juntar dinheiro para comprar uma televisão de bateria, pronto, lá conseguiu... depois fomos tendo assim umas coisinhas, porque, por exemplo, ele era pedreiro e ganhava muito bem, só que como ganhava muito bem, também gastava muito e estava farto daquela vida e assim não juntava dinheiro e queria criar os filhos e mais não sei quê... Então achou que estar em caseiro no monte, que era melhor, que juntava mais, pronto. Foi melhor, juntou mais, só que cortou um bocado as pernas às filhas, mas pronto. Ele fez aquilo que fez por a gente e pronto. E depois como eu... discotecas nada... bares então nem pensar nisso... em café... e beber café para ele era... estava mesmo completamente fora de caminhos. Imagine eu dizer: pai quero ir à discoteca! Está bem, está! E pronto. E estive até aos quatorze até que... pronto. Depois, ele houve um dia que me disse se eu queria vir estudar para vir até ao segundo ano... primeiro e segundo ano e eu disse que queria, que gostava e estava deserta para sair de lá para fora e ele disse: então vais. Vais mas vais só em Janeiro. Primeiro apanhas a azeitona, depois vais, se tiveres boas notas continuas, se tiveres más notas já lá não pões os pés e, quer dizer... mete-me lá em Janeiro e ainda me põe esses entraves todos... está bem. E assim foi. Consegui fazer com boas notas... então, pronto, agora continuas. Fiz até ao sétimo ano, mas, pronto... foi quando comecei a namorar com o meu marido... Eu sempre fui... acho que foi de ter passado esses anos sozinha... tornei-me um bocado independente de... tanto faz das pessoas, como do dinheiro... não me sentia bem a ir para o ciclo e ter que pedir dinheiro à minha mãe para comer... eu não me sentia bem. Como já tinha ganho o meu dinheiro e tinha-o e o que ganhei sempre me foi dado... eu não compreendia porque é que agora tinha que voltar atrás e dizer: mãe

dê cá cem escudos, porque naquela altura cem escudos dava bem para a gente comer... agora já não dá para nada... e eu não me sentia bem a fazer isso e então, pronto... não, estava fora e quis ir para a fábrica também. Portanto, fui para a fábrica e vai de estudar à noite e fiz o oitavo ano e depois saturei-me, pronto.

Elvira Mendes, que tem 31 anos e o 6º ano de escolaridade, conta como o seu primeiro emprego lhe foi garantido pela irmã:

E quando deixou de estudar começou logo a trabalhar?

Não. Comecei a trabalhar foi a tomar conta de crianças que eram meus sobrinhos. Ganhava uma miséria: três contos. Tinha que dar mil e quinhentos em casa da minha mãe... em minha casa, vá... outros mil e quinhentos para eu me vestir, calçar... na altura ainda andei a tratar alguns dentes... foi assim: tinha que poupar meia dúzia de meses para fazer o que queria, não era? Mas aí damos valor ao dinheiro, porque temos que poupar aquele para aquilo que nós queremos. O vestir e calçar era mais complicado mas, pronto, umas calças tinham que durar muitos anos.

E esse foi o seu primeiro trabalho?

Foi, depois a seguir foi na fábrica de confecções, lá pelos dezoito anos.

Como acima referi, a importância dos laços fortes não se limita aos laços familiares. Os amigos próximos têm um papel mais significativo para o acesso ao primeiro emprego do que para os empregos posteriores. Estes amigos podem ser amigos dos/as entrevistados/as, mas são referenciados sobretudo como "amigos da família", ou seja, amigos dos pais. As relações de amizade activadas na procura do primeiro emprego têm um carácter intergeracional que é específico deste domínio e não se encontra noutras áreas de apoio, onde as relações de amizade activadas são essencialmente intrageracionais e entre grupos de pares.

Este é mais um elemento que permite confirmar a teoria de Granovetter acerca da importância do estatuto dos intermediários no acesso ao emprego. Embora o autor defenda esta hipótese sobretudo para afirmar a eficácia dos laços fracos,

é possível verificar como a posição de poder dos elementos da rede no mercado de trabalho é fundamental, também, para a activação dos laços fortes. O sucesso na procura do primeiro emprego é mais fácil para aqueles que possuem relações próximas com alguém que já esteja inserido no mercado.

Este estudo permite, no entanto, complexificar um pouco as relações definidas pelos estudos de Granovetter, introduzindo como variável a estrutura dual do mercado de trabalho em que se inserem os trabalhadores. Deste modo, as entrevistas permitem afirmar, para o caso do primeiro emprego, por um lado, que a importância dos laços fortes acima descrita é sobretudo fundamental para aceder a postos do mercado de trabalho secundário e, por outro lado, que os mecanismos formais têm, nesta fase, um peso mais importante no acesso ao mercado primário. Esta última conclusão permite também retirar mais algumas ilações sobre as relações entre capital escolar e capital social.

Relativamente ao recurso a mecanismos formais para aceder ao primeiro emprego é possível identificar uma série de observações: em primeiro lugar, o seu papel, apesar de secundário, é mais importante no primeiro contacto com o mercado do que na procura posterior de emprego, em que passam a prevalecer os contactos informais; em segundo lugar, essa importância é sobretudo significativa para aceder a postos de trabalho do mercado primário; em terceiro lugar, estes processos formais são utilizados sobretudo por indivíduos com formação escolar média ou superior e, finalmente, recorre a eles quem está num processo de mobilidade social ascendente.

Estas constatações permitem aferir a complexidade das relações entre capital escolar e capital social e o modo como estes se articulam com a estrutura dual do mercado de trabalho. Os mecanismos formais são sobretudo utilizados por aqueles para quem o capital escolar é a via de acesso privilegiada aos melhores postos de trabalho. Dada a importância dos laços fortes no acesso ao primeiro

emprego, os indivíduos oriundos de famílias de fracos recursos económicos e sociais têm como único trunfo para jogar no mercado o seu capital escolar, dado que o seu capital social e o da sua família dificilmente os conseguiria incluir no mercado primário.

De sublinhar que o emprego no sector público desempenha um papel bastante importante neste processo. As vias de acesso às carreiras ligadas à administração pública permitem não só o reconhecimento do capital escolar, como também a desvalorização do capital social. Deste modo, a administração pública representa uma área de inserção fundamental para os indivíduos com capital escolar elevado e desprovidos de capital social⁶, revelando-se como um elemento chave na promoção da mobilidade ascendente para aqueles que possuem um diploma.

Outra das constatações retiradas das entrevistas, relativamente aos mecanismos formais de acesso ao emprego, tem a ver com a insuficiência dos apoios prestados pelo Estado à inserção desta população no mercado de trabalho. De facto, o papel do Estado no acesso ao emprego parece limitar-se às ofertas disponíveis na administração pública. Apesar de, do ponto de vista etário, a população entrevistada ser dos alvos privilegiados das políticas de emprego nos últimos anos, dos relatos sobressai a ausência das estruturas formais de apoio para o acesso ao emprego. Das pessoas que disseram terem estado inscritas em Centros de Emprego nenhuma conseguiu trabalho por essa via. Algumas falam dos “programas ocupacionais”, outras, sobretudo as que são diplomadas, referem os estágios em empresas como uma forma facilitadora da integração no mercado de trabalho; no entanto, as poucas referências são sempre bastante

⁶ O caso dos professores (qualquer que seja o nível de ensino) é muito claro relativamente a esta questão, assim como o dos médicos.

críticas dos processos e dos seus efeitos práticos como vias de acesso a um emprego.

Joana Almeida é licenciada em informática e assistente universitária. O relato que faz sobre o seu estágio inicial numa instituição bancária sintetiza muito do que me foi contado acerca da integração dos jovens estagiários nas instituições. Sobretudo, a falta de orientação no local de trabalho, a desmotivação que rapidamente se instala.

O curso, no quinto ano, era estágio, em que as empresas apresentam estágios e depois os alunos concorrem para esses estágios para as empresas... é avaliado, tem nota e tudo. Eu fiz estágio na Caixa Geral de Depósitos e depois a seguir havia falta de pessoas ali no departamento... Abriu uma vaga e eu concorri.

E porque é que fez essa opção pela universidade, em detrimento, por exemplo, do sítio onde estava, na Caixa?

O estágio na Caixa não me correu muito bem. Acho que isso também foi um aspecto importante na minha opção... e eu sempre gostei quer da parte de ensino, quer da parte de investigação e acho que o facto de ter surgido a oportunidade de... abrir a possibilidades de pessoas no departamento... eu estar numa fase em que na Caixa Geral de Depósitos também não sabiam se os estagiários ficavam se não ficavam, estava um bocado descontente com aquele processo todo e, portanto, foi a oportunidade de sair.

Quando diz que o estágio na Caixa não correu bem, foi o quê? Não gostou, foram as pessoas, foi o tipo de trabalho?

Eu acho que foram uma série de coisas. A pessoa que me estava a orientar era um bocado complicada de feitio... o que eu tinha que fazer no estágio, os objectivos do meu estágio não estavam muito bem definidos, portanto, eu não sabia muito bem o que tinha de fazer. Depois, quando descobri o que tinha de fazer, também descobri que não tinha autonomia nenhuma, portanto... que aquilo basicamente não... eu não tinha assim tanto que fazer porque não tinha autonomia para o fazer. Dependia de outras pessoas e depois até a opção final, pronto, eu... eu podia dar sugestões do que é que achava de facto, como é que se devia fazer, mas não me cabia a mim

muito mais do que isso. Depois o departamento onde eu estava também mudou a meio... as coisas também... corria lá um mau ambiente dentro do próprio departamento, andavam assim um bocado desconfortáveis, porque são uma série de coisas que de facto não correram muito bem e sobretudo porque o nosso... o meu estágio estava para ser de seis meses... ao fim de seis meses a Caixa Geral de Depósitos não tinha... não tinha nenhuma solução para nós. Nós éramos para aí nove... dez estagiários, todos nas mesmas circunstâncias e então o que eles fizeram para aí em Junho foi aumentar o nosso estágio para nove meses e depois quando chegou depois das férias... portanto, nós fizemos aqueles nove meses todos, chegou-se mesmo tipo ao dia de fim de contrato que nós tínhamos e eles ainda não tinham nada para nos apresentar... Portanto, ainda não sabiam se estavam interessados em nós ou não... Eu achei aquilo tudo uma empresa em que as pessoas... e, portanto, eu detestava de facto... foram uma série de condicionantes.

As entrevistas mostram como o peso dos mecanismos formais é reduzido. São poucos os que acedem a um emprego através dos serviços oficiais, de um anúncio ou de um concurso. No entanto, as entrevistas revelam, também, como estes processos são importantes para áreas específicas do mercado de trabalho e como eles podem ser fundamentais para determinados indivíduos acederem a postos de trabalho qualificados⁷. Se as entrevistas mostram como as redes informais são um suporte fundamental para o acesso ao mercado de trabalho, mostram, também, que a sua importância no acesso ao primeiro emprego é tanto maior quanto mais o indivíduo fôr desprovido de outros recursos. Assim, é possível constatar, tal como Requena Santos (1991) o faz para Espanha, que quanto mais jovem é a idade de entrada no mercado de trabalho e quanto

⁷ José Machado Pais identifica dois modelos de "socialização para o emprego dos jovens": um "modelo tradicional" e um "modelo de busca autónoma". O primeiro, comum nos extremos da hierarquia social (classes elevadas e populares) depende das redes sociais; o segundo, característico das classes médias, assenta na "vocaçãõ" e nos "capitais culturais acumulados" (Pais, 2001).

menor a escolaridade, maior é o peso das relações sociais no acesso ao emprego. No interior da rede social é possível estabelecer o mesmo tipo de relação na activação de laços fortes e fracos. Quanto mais jovem e menos escolarizado é o indivíduo, menor é o seu capital social, menores são os seus laços fracos e, conseqüentemente, maior é o recurso que faz aos laços fortes e, entre eles, aos laços familiares.

6.2 | As trajectórias

Se é verdade, como mostra Sennett (2001), que o mundo do trabalho é hoje marcado pela flexibilidade e pela mudança, as entrevistas mostram trajectórias laborais muito diversas entre si, umas marcadas pela instabilidade, outras pela estabilidade. A diversidade, como decorre do acima descrito, é definida pelo capital escolar e social do indivíduo, pela forma como se inicia o trajecto profissional, e, também, pelo facto de se ser homem ou mulher. As trajectórias e estratégias de homens e mulheres no mercado de trabalho são marcadas por relações sociais de sexo que produzem percursos, oportunidades e escolhas diferenciadas. Os recursos disponíveis à partida, mas também os que vão sendo adquiridos ao longo do caminho, combinam-se para configurar diferentes tipos de trajectória. Uma relação complexa entre formação, laços sociais, oportunidades, aptidões e atitudes configura trajectórias mais marcadas pela segurança ou pela insegurança, pela certeza ou pela incerteza, pela estabilidade ou pela precaridade, pela estagnação ou pela formação contínua, pela mobilidade ou pela imobilidade.

A diferenciação das trajectórias é sobretudo marcada pela clivagem entre estabilidade e mudança. De um lado estão aqueles que têm uma carreira segura ou um emprego estável, que não têm intenção de abandonar; do outro

lado, estão aqueles cujo percurso é marcado pela contínua mudança, voluntária ou involuntária. Do lado da estabilidade, encontramos, de um modo geral, os diplomados, os funcionários da administração pública, os empregados do sector privado de pequenas empresas, que criaram uma ligação estreita com os empregadores; do lado da mudança, encontramos fundamentalmente dois tipos de situação: as mudanças que se devem à crescente flexibilização do mercado de trabalho e à precaridade crescente dos vínculos laborais, e as mudanças que se devem às opções dos trabalhadores.

Assim, no que diz respeito às trajectórias de mudança, encontramos, de um lado, os trabalhadores desqualificados que ocupam os piores postos de trabalho, os empregos precários e mal remunerados e, do outro lado, aqueles que assumem os riscos, que gostam de mudar, os empreendedores, que criam as suas próprias oportunidades, apostam na formação, constroem alternativas. Uns e outros dependem das suas redes sociais para sustentar as trajectórias de mudança. A importância do capital social e, sobretudo, dos laços fracos é fundamental para perceber o modo como se definem os percursos profissionais marcados pela mudança.

A importância das redes é fulcral no decorrer da trajectória profissional. O pouco peso que os meios formais têm na procura do primeiro emprego esbate-se ainda mais no percurso posterior. O peso dos contactos pessoais passa a ser cada vez maior, o capital relacional adquirido no contacto com o mercado passa a ser decisivo para encontrar trabalho. Os laços fracos passam a ser cada vez mais importantes na procura de alternativas, enquanto os laços fortes perdem significado. O emprego no interior da família deixa de ser uma alternativa. O trabalho por conta própria ganha importância com o tempo, mas, mesmo para o desenvolvimento dos projectos autónomos de emprego, os laços fracos são, como se verá, fundamentais.

6.2.1 | A carreira

Na amostra entrevistada é possível qualificar uma série de trajectórias profissionais como “carreira”. Esta classificação surge através das características que os percursos apresentam, mas também através da própria descrição e percepção dos/as entrevistados/as acerca das suas trajectórias. Estes casos correspondem, sobretudo, a diplomados/as, com empregos ligados à administração pública, sobretudo na área do ensino e da medicina. A carreira implica a entrada para um determinado posto de trabalho que tem exigências específicas, passos a cumprir, metas a atingir. A ideia de progressão subjacente a este tipo de empregos é fundamental para perceber as trajectórias destas pessoas, o seu envolvimento, as suas expectativas e frustrações.

Se, como acima já foi referido, o trabalho ocupa um lugar central na vida dos indivíduos, no caso daqueles cuja trajectória se inscreve numa carreira, essa centralidade assume um papel crucial. Para estes os ritmos do trabalho marcam ainda mais os tempos familiares e o ciclo de vida familiar obedece, mais do que o dos outros, às etapas a cumprir no percurso profissional. A efectivação dos/as professores/as do ensino secundário, a defesa de teses dos/as professores/as do ensino superior, o internato dos/as médicos/as são momentos de mudança no emprego, aos quais vão corresponder, na maioria das vezes, mudanças subsequentes na vida familiar – o casamento, o nascimento dos filhos, as mudanças residenciais, etc.. As entrevistas de João Seixas e André Pais, cujos excertos se transcrevem de seguida, são exemplos de dois profissionais com carreiras distintas, mas em que é possível detectar a mesma tendência: o condicionamento do calendário da fecundidade pelo calendário da profissão.

João Seixas é médico. O seu relato mostra como a decisão de ter filhos foi condicionada pelos tempos profissionais.

Olhe, e a decisão de ter o bebé... já estavam casados há quanto tempo?

Estávamos casados há quatro anos.

E decidiram ter nessa altura, planejaram?

Sim, também pela... por causa da situação profissional, como já estávamos... portanto, acabámos o curso foi quando obtivemos o internato geral por dois anos. Um estágio profissional por dois anos e eu... ou tínhamos o filho logo no início do estágio do internato geral, porque nesse internato estava lá um nesse ano que estava a dar especialidade que é difícil... que obriga as pessoas a esforços imensos e durante essa altura de exame não queríamos ter stress, nem queríamos que o exame fosse um stress para a nossa vida com um filho, nem que um filho fosse um stress para nós... e então ou tínhamos os filhos logo no início do internato geral, para que ele já fosse mais crescido quando estivessemos a estudar para o exame, ou então só tínhamos depois do exame da especialidade... e quando nos primeiros anos de casamento também queríamos ter um período mais longo de tempo para... queríamos ter dois ou três anos para consolidarmos a nossa relação como casal antes de ter um filho, optámos por só ter depois do exame da especialidade. Acabou passado cinco anos, foi... o Luís tem dois anos... a opção de um filho... por não ter o filho logo... foi um bocadinho por isso. O primeiro ano também não tínhamos dinheiro e os outros anos por causa disso.

André Pais é professor universitário. Na sua entrevista é possível ver com clareza o modo como o calendário do nascimento dos filhos se articula com a escrita das teses de mestrado e doutoramento.

Como é que nos conhecemos?... Nós fomos colegas de curso, nós basicamente conhecemo-nos aqui na universidade. Éramos colegas de curso e ainda namorámos um período longo antes de nos casarmos. Começámos a namorar no segundo ano da licenciatura e, pronto, depois continuámos sempre juntos, até ao fim... Já estávamos ambos licenciados até que decidimos casar.

Quando se licenciaram casaram logo?

Não, não casámos logo, logo. Esperámos algum tempo até termos alguma estabilidade profissional, tanto eu como ela, e quando as coisas já estavam mais ou menos casámos. Tivemos... eu tive a sorte, não é? De ter ficado aqui logo como monitor e, portanto, isso deu-me logo algumas perspectivas de estabilidade profissional. Fui contratado como assistente e nessa altura... pronto. Entretanto, a minha mulher, que se chama Paula, também conseguiu um emprego na Câmara. Ela trabalha no controlo de qualidade das águas, e pronto... era algo que também dava alguma estabilidade e reuniu-se as condições, obviamente decidimos avançar para o casamento.

Casaram há oito anos?

Há oito.

Dois anos depois resolveram ter um filho?

Ter a primeira filha, sim. O primeiro filho, neste caso. Resolvemos isso porque eu entretanto também comecei a fazer o mestrado. Fiz o mestrado em engenharia química, e aquilo foi um bocadinho complicado, dada a falta de bases que eu tinha naquela área, não é? Que não... sou farmacêutico... de maneira que foi um período assim um bocadinho difícil... a parte lectiva do mestrado, e tal... e enfim, achámos que era melhor primeiro talvez levar aquilo a bom porto antes de pensarmos... termos... Quando eu estava quase apresentar a tese, eu já tinha mais ou menos uma data prevista para terminar os trabalhos, então decidimos que era altura de ter um filho. Tivemos sorte porque as coisas concretizaram-se de acordo com os nossos desejos. Ela rapidamente engravidou, e pronto, entretanto, tivemos a Madalena.

(...)

Então, e conte-me como é que foi a decisão dos terceiros filhos... dos quartos filhos?

Dos quartos filhos, bem, entretanto como é que isto surge? Eu entretanto acabo o mestrado, a Paula continua com um emprego bastante estável e ela... pronto, bastante agradável para ela, a Madalena estava mais ou menos encaminhada... já tinha dois anos, não é? Nessa altura... dois, não... ela já tinha quatro anos. Assim é que é. Entretanto, eu começo um projecto de doutoramento quando termino o mestrado... começo o doutoramento

que me leva para os Estados Unidos durante uma temporada bastante grande. Estive mais ou menos dois anos fora, pronto. Eu estive sempre sozinho porque precisamente existia a Madalena, e portanto, para a Paula era muito complicado deixar a nossa filha, única, naquela altura... e também emprego, porque também... apesar de que estava com alguma estabilidade... ainda era muito precoce ela pedir licenças sem vencimento, esse tipo de situações... Portanto, ela não tinha muita flexibilidade aí e eu acabei por ir sozinho para São Francisco, onde estive esses cerca de dois anos. Vinha de quatro em quatro meses, vinha cá passar um mês ou quinze dias e depois voltava e as coisas foram correndo e até que regresso com a parte experimental do trabalho realizada, portanto, faltava-me escrever nessa altura... Começámos a pensar em ter mais filhos, pronto. Tentámos uma vez e mais uma vez tivemos sucesso, simplesmente, pronto, a minha mulher engravidou. Só que depois algo correu mal e o feto não se deu, portanto, ela abortou. Basicamente, foi um processo um bocado traumático na altura, porque nós só demos conta que o processo tinha parado já numa ecografia, quer dizer, ela não se deu logo conta, de maneira que ela foi assim um bocadinho... ficou um bocado afectada com aquele processo e foi no Verão... Enfim, as coisas continuaram e depois quando pudemos, clinicamente era possível voltar a tentar... nós voltámos a tentar. Ah, mas entretanto ela fez uma série de análises para tentar perceber o que é que se tinha passado de mal e deu conta que havia umas hormonas, a nível renal, qualquer coisa, que estavam desequilibradas e que podia ser responsável pelo... por abortos futuros... e começou a fazer um tratamento para baixar o nível dessas hormonas. Não sei se foi coincidência ou não, o que é certo é que desse tratamento, utilizado para baixar os níveis hormonais... quando nós tentámos outra vez, não sei se terá resultado e ela engravidou de trigémeos, um pouco inesperadamente. Ela tinha histórias de gémeos na família, mas de qualquer das formas foi muito inesperado, não é? Como deve imaginar, nós na altura ficámos assim um bocado... foi numa altura que também mais uma vez nós não estávamos à espera, eu sobretudo não estava nada preparado para uma coisa daquelas, foi totalmente de surpresa... Fomos fazer uma ecografia e o senhor, não é, foi-nos dizendo que... pronto, foi

ficando sério, e tal... e eu ia pensando... bem isto correu mal outra vez ou... e afinal...

Tinha corrido bem demais?

Pois, tinha corrido bem demais. Eu até gémeos achava bem, não é? Trigêmeos é que foi um bocado surpresa. Nós a princípio ficámos assim um bocado assustados com aquilo. Não sabíamos como é que havíamos de lidar com uma situação daquelas. Como também pela saúde dela... que aquilo é uma gravidez de algum risco... claro, ficámos um bocado preocupados. Mas depois, enfim, mais uma vez tivemos muito apoio familiar e olhe as coisas depois, enfim, assumimos aquilo na positiva. Eu estava a escrever a tese de doutoramento, comecei a acelerar no sentido de que... enfim... de saber que era impossível continuar a escrever depois quando eles nascessem... de maneira que foi um bocado stressante aqueles períodos, aqueles meses de gravidez foram um bocado complicados. O que é um facto é que ela depois teve que... deu à luz aos sete meses, porque obviamente tinham que ser prematuros. Eu ainda não tinha acabado de escrever a tese mas eles... como eram muito pequenos... tiveram que ficar todos nos cuidados intensivos durante um mês e meio ou coisa que o valha. Pronto... eu sei que ela veio sozinha, portanto, ela veio para casa e eu aproveitei esse mês e meio para acabar de escrever. Entreguei a tese entretanto, quando esse período também foi um pouco complicado porque eles, sobretudo a menina, aquilo complicou-se muito, enfim... ela esteve em risco de vida, foi baptizada inclusivamente na maternidade, porque os médicos mais ou menos tiraram-nos as esperanças, e tal... Mas depois aquilo espantadamente... eles recuperaram todos... impecável. Um bocado complicado, mas depois tudo se resolveu bem, eles vieram... eles são perfeitamente saudáveis.

Apesar da categorização das trajectórias que apresento poder induzir a ideia de que a carreira representa a segurança e a ausência de mudança no emprego, a realidade está muito longe de corresponder a esta definição. A precaridade e a instabilidade atinge muitas destas pessoas.

António Santos e a mulher são ambos enfermeiros e, apesar de se considerarem “felizardos” pela carreira que escolheram, não deixam de contar os “percalços” que sofreram até atingirem a segurança que hoje consideram ter.

E nunca nenhum esteve desempregado nesse caso, nunca estiveram...

Não, não. Mas passámos por uma fase um bocado conturbada. Foi numa altura que saiu uma lei... foi em noventa e... nem sei quando foi... pronto, em que saiu um decreto que o... os trabalhadores do Estado não podiam trabalhar a contrato por mais de três períodos consecutivos ou que era. Os nossos contratos eram de seis meses na altura. Trabalhámos os dezoito meses e depois sem quê nem porquê ficámos... ficámos com vínculo... sem vínculo. Passámos a trabalhar então... passámos a recibo verde. Tivemos que nos inscrever como trabalhadores por conta própria, passar um recibo ao hospital. Então deixámos de ter subsídio de férias, deixámos de ter férias. Tínhamos... antes disso tínhamos um horário acrescido que... tínhamos um vencimento melhor, que dava... acho que tínhamos mais 37% ou que era do vencimento. Ficámos sem esse e estivemos assim mais quase dois anos, a passar o recibo e esse período não nos contou para nada, ficámos... foi tempo perdido praticamente. Foi isso que nos levou... pronto, quando começou a instalar-se esta situação, foi uma procura aos concursos para... para entrar para o quadro, concorremos a alguns sítios, sei lá, Cantanhede, Aveiro, aos Covões, Hospital dos Covões... concorremos a Tomar e entrámos em Tomar. Entrámos os dois, fomos para lá, saímos daqui, fomos para lá, estivemos lá cinco meses, porque entretanto já tínhamos concorrido aqui no hospital, mas como as coisas eram muito mais demoradas e por tradição os concursos demoravam dois, três anos a desenrolar-se até que se tomava posse e nós... não vamos ficar à espera sem saber ao que é que isto dá... fomos para Tomar. Estivemos lá cinco meses. Entretanto o concurso daqui despachou-se e entrámos cá e regressámos.

A entrevista de Anabela Esteves mostra também como uma carreira universitária pode ser instável e precária. Este caso é interessante, e merece uma atenção detalhada por duas razões distintas. Por um lado, porque representa um dos

casos em que a centralidade do trabalho é mais expressiva, quer pelo significado que a entrevistada lhe atribui na sua realização pessoal, quer pelo número elevado de horas diárias de trabalho, que domina completamente o seu quotidiano e lhe deixa muito pouco tempo livre. Por outro lado, porque o percurso precário é possível devido ao forte apoio emocional e financeiro dos pais. O marido trabalha com ela no mesmo departamento e a carreira dele tem sido igualmente precária. A família tem subsistido graças às ajudas materiais das famílias de origem, sobretudo dos pais dela, que ela considera serem "aquele apoio, aquele suporte sempre que me ajudou imenso, têm sido importantíssimos na minha vida".

Anabela Esteves tem 31 anos e é assistente universitária. A sua entrevista é certamente aquela em que o trabalho é mais central. É difícil isolar excertos na entrevista, dado que o seu discurso é um contínuo pormenorizado acerca da sua carreira e da vida profissional. Toda a sua história de vida é estruturada em torno da sua trajectória profissional, dos sucessos, das dificuldades do percurso, do dia-a-dia no emprego.

Durante esse tempo todo subsistiu só com bolsas?

Só com bolsas, portanto, tive... foram três anos de mestrado, depois pedi um quarto ano de bolsa que me foi concedido, portanto... porque demorei muito mais tempo do que aquilo que seria de esperar e depois pedi outra bolsa para o doutoramento e não havia... fecharam as bolsas na altura e eu fiquei sem bolsa, fiquei sem nada. Foi o meu pai que me sustentou durante esse tempo. Depois soube que o governo francês tinha umas bolsas para... para pessoas que quisessem concorrer para um hospital e eu mandei o meu currículo, concorri... e fui. Aceitei para ir um ano para Paris para um hospital fazer um estágio. Tive algum azar porque eles também não foram muito organizados e eu concorri com um projecto que ainda estava a ser submetido. Quando eu cheguei lá... eles tinham acabado de ter a resposta que tinha sido reprovado o projecto e eu lá... e de repente cheguei lá e não tinha nada para fazer porque o projecto foi recusado... não foi financiado o

projecto que eles tinham submetido. Eles estavam tão confiantes que quando abriram concurso para estudantes estrangeiros, pronto, achavam que realmente aquilo ia ser financiado. Mas não foi. Então eu fiquei assim um bocadinho... mas como não sou de cruzar as mãos, vi o que é que havia lá que eu pudesse aprender, que eu pudesse trazer inclusivamente para o nosso laboratório. Então foi o que eu fiz... Eles eram um centro de diagnóstico para a doença de Alzheimer, portanto, são doenças metabólicas do foro energético... então eu aprendi tudo num ano. Cheguei cá, levei dois anos a montar tudo para fazer o diagnóstico em Portugal... e é nos anos que havia um projecto de doutoramento relacionado com isso, relacionado com esse tema, pronto. E supostamente depois tive a bolsa de doutoramento quando vim para cá. Um ano depois abriram as bolsas outra vez, só que depois estive a montar aqui as coisas para o diagnóstico... depois não fiz nada para o doutoramento. Pronto, montei tudo, comecei a fazer o diagnóstico, comecei a fazer ao mesmo tempo o doutoramento mas andava muito pouco porque é tremendo fazer diagnóstico, é preciso estar sempre a aferir as condições, tem que se ter a certeza o mais possível que aquilo corresponde à realidade... que é um defeito... se é mesmo um defeito... se não é defeito... se é mesmo normal. É mesmo complicado. Levei bastante tempo. Entretanto deram-me um estagiário para eu orientar. Entretanto, deram-me dois mestrandos para eu orientar... claro que está a imaginar, não é? Foi muito difícil.

E já tinha sido contratada como...

Não, não. Sempre com a bolsa. Entretanto acabou a minha bolsa, porque a bolsa era de seis anos... Portanto, a bolsa começou em 95 e essa bolsa acabou e eu de volta do diagnóstico e depois montei mais coisas, para as doenças neuro-degenerativas, também faz parte do DNA, a parte genética relacionada com as ditas doenças e pronto... fui montando essas coisas todas, mais uma sala nova, mais não sei quê e acabou a minha bolsa. Acabou a minha bolsa e entretanto houve uma vaga de assistente convidado aqui, portanto, no serviço... que era uma médica do hospital, porque os médicos estando em regime de exclusividade ou não... a única coisa que podem acumular com outra profissão é o ensino... então têm o lugar de assistentes convidados aqui a quarenta por cento... Portanto, na

altura eram oitenta contos por mês... mas vagou esse lugar... era o único que havia e pronto... e a minha chefe achou que... que gostava que eu ficasse ligada ao serviço e falou-me nisso e eu lá concorri e fiquei. Mas fiquei a ganhar oitenta contos por mês durante algum tempo depois... penso que foi durante um ano. Depois, como eu já tinha o mestrado e já tinha um ano de serviço, pus um recurso para poder ficar a tempo inteiro. Contrataram-me como assistente convidada a cem por cento e mais um ano depois pus um recurso para poder ficar como assistente de carreira, porque eu estava a fazer a carreira que não era médica, portanto, interessava-me era ficar na carreira e pronto com o currículo, aceitaram e, portanto, agora sou assistente.

Agora está na carreira?

Sim, há um ano, está a fazer um ano agora, e pronto. E entretanto tenho tido estagiários, fazemos muita investigação básica e fazemos sobretudo investigação clínica e diagnóstico. Entretanto, também estou a fazer estudos genéticos na doença de Alzheimer. Ganhei um prémio há pouco tempo relacionado com isso... um projecto que escrevi de estudos genéticos e bioquímicos... a influência da genética nesses factores... esse sobretudo. Estou ligada à doença neurodegenerativa, faço diagnóstico genético para algumas doenças genéticas e bioquímica para algumas doenças, pronto. É sobretudo aí que estou ligada e entretanto vou de vez em quando ao estrangeiro aprender mais umas coisas novas... e estamos a montar mais um genes novos, sobretudo uns genes novos também no Alzheimer e pronto... Tenho uma equipa a trabalhar comigo e entretanto uma das nossas últimas aquisições foi também... vai fazer em Abril dois anos... fez em Abril um ano... nós fomos propostos... o nosso serviço... para ser integrado no sistema de vigilância das doenças em Portugal, para fazer o estudo bioquímico. E a minha chefe, como eu tenho uma larga experiência a montar coisas novas... pelos vistos tenho sido eficiente... que ela convidou-me mais uma vez para ser responsável por essa parte. E então o serviço... era para se montar uma sala nova e como ela é também... é nossa chefe aqui e é chefe do laboratório da neuroquímica mas nos HUC na neurologia, e havia o espaço lá e entretanto o Bruno também estava a acabar o curso... portanto, fez o

estágio comigo e ela achou que como nós realmente tínhamos um entendimento...

Ele fez o curso de quê, de bioquímica também?

De biologia... e achou que tínhamos um bom entendimento e nós funcionamos muito bem, complementamo-nos muito bem e ele não se importa de eu ser chefe dele, entre aspas. Isso não é fácil, também, mas pronto, funcionou bem connosco. Claro que temos tido as nossas discussões, mas também... Então enviou-o para lá como técnico... Também estive em situação precária durante bastante tempo e agora é que está a estabilizar mais a situação, já conseguiu um contrato de dois anos, já foi bom e pronto... e agora está ele responsável por essa munição, a tal proteína na doença de... aliás apareceu na televisão, os rádios... e pronto. E estou envolvida também nesse estudo, mas é muito virado para a aplicação à clínica e recebo frequentemente propostas para montar mais coisas novas. Cá em Portugal têm feito as coisas com grande cuidado, como eu acho que devem ser feitas, não é? E em Portugal as coisas ainda não estão muito viradas para aí.

Ao longo desse tempo teve de facto sucesso ao nível científico mas foi tudo muito precário em termos de emprego, não é?

É.

Teve ajuda de alguém, dos seus pais?

Tive dos meus pais... tive dos meus pais, essencialmente. Também dei explicações pelo meio.

Quería-lhe perguntar se foi fazendo outras coisas...

Sim, fui dando explicações, embora não tinha muito tempo porque isto absorvia-me... nem por amor à camisola, porque só me pagavam para eu dar quatro horas de aulas por semana, mais nada. Não me pagavam por fazer mais nada e fiz sempre diagnóstico completamente grátis. Nunca me pagaram um tostão por eu fazer diagnóstico. Portanto, as análises são pagas, e tudo isso, mas nem eu nunca pedi isso. Só fiz isso porque quis fazer e também no fundo isso também me dá alguma garantia que eu fazendo isso, mesmo não recebendo dinheiro nenhum... também mostra a minha capacidade de trabalho. Portanto, penso que as pessoas também não me

vão querer deixar ir embora, não é? Embora o meu contrato ainda seja além quadro... só quando eu fizer o doutoramento é que sou contratada.

E que tipo de ajudas é que os seus pais lhe deram ao longo deste tempo, davam-lhe dinheiro?

Davam-me dinheiro e géneros. A minha mãe ia ao supermercado para ela e trazia para mim também.

Vivia aqui com ela?

Não, não. Eu ia lá aos fins de semana e tal... mas não. Depois, eles têm também um quintalinho assim pequeno e cultivam umas coisas, têm umas galinhas, essas coisas que na aldeia é sempre possível ter, não é? Que é muito mais saudável, portanto, não sei o que é frango de aviário, nem como nada... nem sequer vegetais compro. A única coisa que eu compro às vezes é alguma fruta e nem toda. Por acaso compro muito poucas coisas, ainda hoje eles me continuam a ajudar nessas coisas e realmente é muito mais saudável, não é?

Quer dizer que quer um quer outro têm tido uma situação bastante precária, não é?

O Bruno esteve catorze meses a trabalhar aqui, portanto... Ele acabou o curso e a seguir esteve catorze meses a trabalhar aqui como voluntário, no meu grupo sem receber um tostão... e eu como era meu namorado... na altura ainda era meu namorado... eu nunca me atrevi a pedir fosse o que fosse. Claro que o faria, se fosse qualquer outra pessoa, não é? Porque é completamente injusto... mas para nunca ninguém me acusar de eu estar a pedir alguma coisa por ele ser meu namorado não pedi. Hoje acho que está errado, porque devia ter feito... porque até... porque era uma pessoa como qualquer outra, que estava a trabalhar no meu grupo... porque catorze meses é muito tempo, pronto. Mas isso também lhe garantiu de alguma forma o lugar que ele tem.

E durante esse tempo como é que ele subsistiu?

Subsistimos com o meu ordenado e com a ajuda dos nossos pais. Os pais dele, pronto, também davam uma ajudinha de vez em quando, embora não muito, porque não têm grandes possibilidades. Mas ajudavam como podiam e os meus pais também ajudavam da vez em quando, davam algum dinheiro às vezes e sempre nos deram muitas coisas, portanto...

É entre os profissionais que abraçaram uma carreira que encontramos uma valorização do trabalho sobretudo como meio de realização e satisfação individual. A centralidade do trabalho, para estas pessoas, deve-se sobretudo às suas compensações pessoais e sociais, sendo as funções materiais do emprego muitas vezes secundarizadas. O que é interessante notar, no caso de Anabela Esteves, é que esta situação só é possível devido ao papel desempenhado pela família de origem no percurso de vida da entrevistada. O apoio material dos pais é, neste caso, fundamental para sustentar uma opção de vida claramente centrada num emprego que, apesar da elevada qualificação exigida, não permite uma independência financeira.

6.2.2 | O emprego seguro

As trajectórias estruturadas em torno de um emprego seguro são sobretudo as daqueles que, não possuindo um diploma escolar de nível médio ou superior, possuem, em geral, uma escolaridade acima do ensino básico. Estes entrevistados, cuja trajectória se resume a um ou dois empregos, conseguiram um emprego no final do seu percurso escolar e “ficaram”. Por detrás deste “ficar” no emprego estão motivos diferentes, mas há um que perpassa todas as trajectórias – a segurança. O emprego alcançado oferece-lhes garantias num mercado cada vez mais incerto e no qual não possuem grandes recursos (escolares ou relacionais) para competir. Deste modo, “agarram-se” ao emprego que conseguiram e não exprimem qualquer intenção de mudança.

Dina Vieira e Diana Pinto tiveram apenas um emprego até hoje. Ambas possuem o 12º ano e conseguiram o seu trabalho através de contactos informais, ambas valorizam os seus postos de trabalho e não têm quaisquer planos de mudar de emprego.

Dina Vieira tem 31 anos e é operária da indústria farmacêutica.

Eu fiz o décimo segundo mas foi de letras, humanísticas... e eu quando cheguei cá... calhou uma conversa com um amigo do Dr. Matos, que até ainda é família minha, e o meu pai estava a conversar... a miúda agora está a acabar o décimo segundo, não tem para onde ir e mais não sei quantos... E na altura estavam aqui a pedir pessoal e eu vim cá à entrevista... e ele achou que eu que no controlo de qualidade estava mais segura, e então o controlo de qualidade... porque na altura também estavam a pedir para a embalagem... e eu comecei a fazer assim análises e tudo o mais. Depois, entretanto, o trabalho lá em baixo também começou a apertar um bocadito mais e o meu chefe pôs-me para lá e acho que foi onde eu me adaptei mais... Tenho lá estado até hoje.

Diana Pinto tem 31 anos e é auxiliar de fisioterapia e funcionária administrativa.

Como é que arranjou este emprego?

Arranjei através... pronto, eu não conhecia sequer isto... foi através... na altura da costureira da minha mãe, que era costureira da mãe de um dos meus patrões, e pronto. Elas, na altura, eram muito amigas e assim comentou lá em casa que havia a clínica e que iam precisar de uma pessoa para ir lá, para fazer recepção e assim... se eu não estaria interessada e a minha mãe entretanto falou comigo... se eu queria e eu disse logo que sim, e pronto. Foi através dela... Ela entretanto falou... talvez... que talvez conseguisse arranjar uma pessoa... ou falou de mim, pronto, não sei... já não me recordo bem. E eu entretanto telefonei para aqui, que na altura ainda não era aqui, era na Alexandre Herculano... a clínica... e eles disseram um dia para eu lá estar a xis hora, para falar com eles, e eles dizerem-me o que é que constava o serviço, se eu estava ou não interessada e eu lá fui e aceitei ficar.

E tem tido sempre as mesmas funções?

Não. Quando comecei a trabalhar há dez anos era só mesmo numa recepção que eu fazia. Depois a clínica... pronto, éramos na altura só duas funcionárias e eles os dois como patrões... são sócios, dois fisioterapeutas. Depois começou a ser cada vez mais doentes e assim... e eu comecei também nas férias... porque repartíamos as férias... fechávamos quinze dias...

mas todos tínhamos um mês de férias... portanto, os quinze dias... toda a gente tinha, depois...

Rodavam?

Rodávamos. E então quando estavam só dois de férias eles começaram-me a ensinar a fazer algumas... tratamentos lá dentro. Comecei a ajudá-los lá dentro e depois fazia os dois lados, pronto, durante... estamos aqui há quatro... durante seis anos fiz recepção, fiz contabilidade, fiz de auxiliar de fisioterapia. Agora que estamos aqui há quatro anos, faço mais de auxiliar lá dentro na fisioterapia, faço recepção quando as minhas colegas da recepção estão de férias, ou isso e faço determinados dias do mês, pronto. Ou seja dia dez... ADSE... faço contabilidade para a ADSE. Dia quinze é a taxa social única... sou eu que faço... companhias de seguros e essas coisas, sou eu que faço isso tudo e as compras.

E está satisfeita com essa diversidade de funções que tem ou...

Estou. Gosto menos de fazer recepção, mas mesmo assim não custa muito, que nunca fui assim uma pessoa de mostrar muito a cara. Sou assim um bocado reservada e ali na recepção estamos sempre... pronto... lá dentro também vejo muita gente, não é? Mas é diferente... estou mais escondida lá.

Este tipo de trajectória é mais comum entre as mulheres, encontra-se mais no sector terciário, entre funcionários administrativos do sector público e do sector privado, mas também é possível identificar casos no sector industrial, como o de Dina Vieira, acima citado. Dois traços essenciais caracterizam estas trajectórias que se fixaram num emprego: por um lado, são pessoas que se recusam a correr riscos; por outro lado, encontraram algo no posto de trabalho que as cativou – o ambiente de trabalho, a função que desempenham, ou, essencialmente, a segurança. Esta parece ser, de facto, o elemento essencial para se valorizar o emprego. “Não ter que procurar mais”, “saber com o que se pode contar”, “entrar para o quadro” são objectivos fundamentais para quem pretende eliminar a instabilidade e a precaridade. Esta valorização da estabilidade e da eliminação da incerteza é sobretudo comum entre os/as funcionários/as

públicos. Estes/as queixam-se frequentemente das baixas remunerações auferidas, mas destacam sempre as vantagens de um emprego seguro.

Gilberta Melo tem 34 anos e é um exemplo da atracção que exerce um lugar no quadro da função pública. Passar a “efectiva” foi o suficiente para nunca mais querer outro emprego.

Fui estudar à noite com quinze anos... quatorze anos... pois nunca tinha chumbado, com quatorze anos, então fui estudar para Figueiró... Continuei a estudar e foi aí que eu conheci o Humberto, portanto... estudava de noite e de dia estava a tratar da casa e das coisas todas, e tal. A minha mãe trabalhava também no mesmo sítio, mas tinha uns horários muito sobrecarregados... que era uma casa de comércio... e pronto, foi basicamente isso. Eu estudei... acabei o décimo segundo ano... ainda fui trabalhar. Como havia na altura ocupação de tempos livres... é os chamados OTL's da juventude... fui trabalhar para a liga dos deficientes motores. Depois acabei por lá ficar, pronto, gostaram do meu trabalho. Acabei por lá ficar mais um ano. Depois... a contrato... na altura em que depois vim trabalhar para o pé da minha mãe com a gestão da contabilidade e etc.. A casa é da minha mãe e do meu padrinho. Estive lá até começar a responder a anúncios, portanto, não era bem aquilo que eu queria fazer. Era sempre paradinho, lá no fundo, a fazer isso... ou encomendava... a fazer guias, etc.. E depois, entretanto, lembrei-me de começar a concorrer, a ver os anúncios e a responder e surgiu a Câmara. Fui fazer os testes e entrei. Entrei e a partir daí não procurei mais nada. Depois surgiu a efectividade e a partir daí é que já não fazia sentido.

É interessante notar que os entrevistados cuja trajectória se resume a um emprego seguro são aqueles que têm uma rede mais fechada e centrada na família⁸. Este dado tem duas implicações, que se alimentam mutuamente: por um lado, o mercado de trabalho não lhes proporciona uma amplificação e

⁸ Cf. Capítulo 10.

diversificação do seu capital social, contribuindo para que a rede permaneça centrada nas relações familiares; por outro lado, a ausência de laços fracos, que facilitam a mobilidade no mercado, explica também o facto de os indivíduos se fixarem num emprego seguro. Quando o fazem, limitam, simultaneamente, as suas redes e as suas oportunidades no mercado de trabalho.

6.2.3 | A mudança

As trajectórias marcadas pela mudança são muito diversas, mas a principal clivagem prende-se com a capacidade de decisão do/a trabalhador(a) sobre o seu percurso. Deste modo, opõem-se as trajectórias daqueles que “não têm alternativa” às daqueles “que gostam de mudar”. Para os primeiros, a mudança é-lhes imposta pelo funcionamento do mercado de trabalho, pela precaridade e instabilidade dos empregos que ocupam; para os segundos, a mudança é a base do seu percurso, estão sempre à procura de algo melhor, investem no auto-emprego, na formação pessoal e profissional, criam as suas próprias oportunidades. As mulheres estão fundamentalmente no primeiro grupo, os homens no segundo. Entre um e outro grupo encontramos, para além da diferença sexual, diferenças de capital escolar, de capital social e de apoios instrumentais e expressivos.

Os que não têm alternativa

As trajectórias mais marcadas pela mudança são as daqueles para quem esta não é uma opção, mas uma consequência do tipo de inserção que têm no mercado de trabalho. Estes são os trabalhadores do mercado secundário de emprego, que ocupam os postos mais desqualificados e pior remunerados. São

trabalhadores com a escolaridade básica ou inferior, sem património familiar e sem capital relacional. São sobretudo as mulheres que apresentam estas trajectórias com uma grande rotatividade de empregos. Para além das características acima descritas, à fragilização destas trabalhadoras no mercado de trabalho acrescem os problemas de compatibilização com os ritmos da família e da fecundidade.

As histórias de vida de Elvira Mendes e Marta Castelo são exemplares do modo como a precaridade do emprego marca as suas trajectórias.

Elvira Mendes tem 31 anos, completou o 6º ano de escolaridade e é empregada de balcão numa frutaria, emprego com o qual está muito descontente.

Foi [o primeiro emprego], depois a seguir foi na fábrica de confecções lá pelos dezoito anos... aos dezoito anos... foi quando eu estava na fábrica de confecções que por azar estava ilegal, também não descontei, aí também não tive descontos... Depois estive lá meia dúzia de anos e fui para um... fui para o Modelo... não... fui para uma exposição na feira de São Mateus, numa altura em que estava ainda na fábrica... no mês de São Mateus... Estive lá numa exposição de carnes Nobre... a indústria de carnes Nobre, pronto. Depois, passado dois anos, quando abriu aqui o Modelo, fui para o Modelo porque eles se lembraram de mim da exposição e tal. Telefonaram para a minha irmã que era o contacto que eles tinham e eu fui para o Modelo. Estive lá três anos e meio para quatro... foi há quatro anos. Depois infelizmente acabaram as reposições, porque se estivesse lá nesta altura estava muito bem, mas as reposições acabaram e tal... ah e depois estive aqui, os tais dois anos em casa depois de ter a menina... Estive dois anos em casa depois fui para ali para a Praça de Goa para um supermercado. Também me chamaram, mas depois estive ali um ano e meio... um e meio ou dois anos... um ano e meio e depois vim para aqui para isto... ajudar um conhecido. É que o dono disto tem além o tal... um estabelecimento de fruta na Praça de Goa... na Praça de Goa no supermercado onde eu estava e ele como é do campo, não é de cá... ele não conhecia mais ninguém. Já conhecia o meu trabalho de além, não é? Via que eu tomava

conta bem das coisas, olhe, trouxe-me para aqui com promessas e mais promessas, aí está. Eu disse ao Alberto que eu deixava mesmo... sempre a prometer, a prometer... eu sempre a dizer que não, que não... mas ele lá me conseguiu dar a volta e vim e arrependo-me, sinceramente, arrependo-me.

E porquê?

Porque é... eu além estava com um ordenado base de sessenta e dois... eu aqui só comecei a ver os meus recibos meio ano depois e quando vi o recibo arrependi-me logo... porque, eu além estava como terceira caixeira... aqui vim como caixeira ajudante. Desceu-me logo de categoria. Além estava com sessenta e dois e pouco base, cerca de sessenta e dois e quatrocentos... aqui vim para cá com sessenta e um e pouco, quer dizer, além de me baixar de categoria baixou-me o ordenado, o que quer dizer que eu há três anos estou com sessenta contos e vou continuar mais um ano com sessenta contos e tudo sobe nesta vida só eu é que não subo.

Marta Castelo tem 25 anos, tem o 10º ano incompleto, está a gerir uma discoteca, depois de um percurso com inúmeros empregos.

Eu deixei de estudar e estive seis meses em casa, depois fui... trabalhei... comecei a trabalhar... tentei arranjar sempre um trabalho em condições, só que não consegui nada. Pediam habilitações e eu não as tinha. Tinha o nono... mas não era... eu pedia... era assim... o curso que eu queria seguir era... já me esqueci, espere lá, contabilidade e gestão, técnico profissional. Só que na altura só havia o curso em Lisboa e o meu pai não me deixou, pronto, ir para Lisboa. Não deixou. E depois tentei trabalhar... arranjar trabalhos em escritórios, só que não dá, porque tinha que ter o curso de computadores... Não tinha o curso de dactilografia, ou assim, pronto. Fui tirando esses cursos, quando eu cheguei a esses cursos, a maior parte do... pronto, dos empregos pediam o décimo segundo, então como eu não tinha o décimo segundo, pronto, não... não me estava a ver a estudar... e já tentei várias vezes estudar à noite, só que desisto sempre... Tenho os miúdos e custa um bocadinho, pronto. Optei sempre por trabalhar em cafés, bares, discotecas. Já trabalhei em discotecas com o meu marido. Ele trabalhava como gerente, eu trabalhava no bar. Foi sempre ali... trabalhei também... o primeiro ano de vida ia apanhar azeitona, a não sei quanto, ia apanhar

azeitona... e depois no Verão apanhei as cerejas, já apanhei cerejas, pronto. O resto agora aqui em baixo... quando viemos para o Alentejo... comecei a trabalhar, pronto, através da assistente social e do fundo de desemprego... arranjei uma colocação aqui na escola de auxiliar... não era bem auxiliar de educação era auxiliar de... esta coisa dos tempos livres e não sei quê...

Os ATls?

Sim, os ATls, a apoiar isso, e tive até Fevereiro, desisti a trinta e ainda tive que trabalhar dois meses. Só que depois não dava, porque eu orientava isto aqui ou estava ali depois no... de manhã... porque já não tinha paciência com as crianças que é coisa que eu adoro, normalmente.

E agora está aqui, está a correr bem?

É assim: durante a semana não dá muito e é como em todos os cafés... não dá muito. A gente também só abriu agora há uma semana isto aqui no bar, mas a gente em relação à discoteca é indiscutível que não dê, a discoteca dá sempre.

Ao fim de semana tem muita gente?

Sim, ao fim de semana... a gente temos mais ao sábado do que nos outros dois dias... mas os outros dois dias dá perfeitamente. Chega. O fim de semana corre sempre bem. Durante a semana é que é mais fraco... são os miúdos que vêm para aqui jogar máquinas, um café por outro...

Ao longo deste tempo teve subsidio de desemprego, teve alguma ajuda?

É assim... pronto... eu trabalhei na apanha da azeitona e das cerejas. Foi... aquilo era uma cooperativa... estava a precisar de mulheres e então contratavam aquelas mulheres por aqueles dias. E depois pagavam só a caixa desses dias e depois desistiam. Lá em cima a cooperativa tem mulheres fixas... todas as mulheres que foram... quando precisam de mais mulheres, eles só pagam ao dia e até dias de baixa e depois desistem. Os outros empregos todos... uns não tinha caixa, outros... pronto, não dava para fazer caixa. O único onde eu tive caixa quando eu saí de casa que, pronto, fui para uma senhora trabalhar, pronto... fui trabalhar, conversei com a senhora, quando fui pedir trabalho e meteu-me na caixa... tive caixa. Estive lá dois anos e meio, quase três anos, a trabalhar, era empregada de balcão também, e depois desisti do contrato, e ficámos em águas de bacalhau, porque ela... fiquei sem emprego, nem me interessei, nem fui buscar os

papéis e depois foi... pronto, depois foi os esforços que eu fiz nessa pastelaria... que eu, por exemplo, tinha... aquilo era sacos de farinha... que tinha de pegar porque aquilo era pastelaria... Tinha em baixo café e depois tinha em cima aquela... aquele de fazer... então tinha colegas meus a trabalhar no pão (havia sempre pão quentinho)... e quando não havia algum colega meu em baixo para levar os sacos para cima, era eu que tinha que levar os sacos para cima e pegava muitos pesos e grades de cerveja que eu tinha que trazer, carregar arcas e isso foi o que me levou ao aborto.

Os que gostam de mudar

As trajectórias de mudança têm sempre subjacente o risco. Mas, para os que gostam de mudar, o risco tem um significado diferente. Para os trabalhadores “que não têm alternativa” o risco sempre presente é o desemprego. Para quem aposta na mudança o risco faz parte de uma estratégia definida no sentido de alcançar sempre um patamar melhor: de rendimentos, de condições de trabalho, de autonomia, de realização pessoal.

Entre os que gostam de mudar, encontramos “os empreendedores”, aqueles que optam por construir as suas próprias alternativas. Têm, em geral, um percurso escolar intermitente, entrecruzado com participações no mercado de trabalho, acumulam capital económico e social, investem no património familiar, são capazes de mudar de área de actividade, em geral passam de trabalhadores por conta de outrem para trabalhadores por conta própria ou patrões, o seu quotidiano é centrado no trabalho, os tempos de trabalho são mais longos do que para os restantes. Embora se encontrem na amostra algumas mulheres que encaixam neste perfil, “os empreendedores” são sobretudo homens.

Podemos encontrar fundamentalmente dois tipos de empreendedores, consoante o factor primordial de mudança na sua trajectória: os que apostam

mais no capital económico e relacional; e aqueles que investem sobretudo no capital escolar, na formação pessoal e profissional, como forma de construir alternativas ao longo da sua trajectória. No primeiro caso, estão os entrevistados com escolaridade ao nível do ensino secundário, muitas vezes incompleto; no segundo caso, encontramos entrevistados/as com escolaridade média e superior. Entre os primeiros, encontramos exclusivamente homens, entre os segundos, encontramos algumas mulheres, sendo que estas têm em geral uma escolaridade inferior e apostam sobretudo na formação profissional.

Diogo Ferreira tem 32 anos, completou o 10º ano de escolaridade e desvaloriza bastante os diplomas escolares; actualmente é empresário e todo o seu discurso é marcado pelos seus projectos profissionais. É difícil contabilizar os empregos que já teve, os negócios em que esteve envolvido, e mesmo perceber qual a sua actividade principal. Tem uma empresa de construção civil e é sócio da mulher numa clínica médica. A sua trajectória não é um exemplo típico, mas é o exemplo mais próximo do ideal-tipo do empreendedor sem formação formal. O seu percurso é também muito rico relativamente ao modo como o património, as relações familiares e as redes sociais sustentam este tipo de trajectória. O extracto que se segue da sua longa entrevista regista apenas uma das partes em que dá conta do seu percurso profissional marcado pela mudança, mais do que nenhum outro.

E o seu percurso depois de deixar a escola como é que foi? Como é que foi o seu percurso no mercado de trabalho?

Foi interessante. Eu nunca tive problemas em aprender... sempre gostei de aprender muitas coisas. Sempre gostei de passar por tudo. Antes de começar a trabalhar tinha um bocado peçonha, não é? Aquela coisa de sujar as mãos, não é? Ir para uma máquina não sei quê... não... eu tinha esse aspecto... O treinamento foi na construção civil. Cheguei a fazer algumas coisas... aliás, eu adorava construir... eu adorava fazer... Eu cheguei a fazer uns anexos na minha casa... adorava mexer com essas coisas. Ainda hoje

estou na construção civil, porque sempre tive arte para construir. Eu gosto muito dessa área e então... mas fazia isso por brincadeira em minha casa, uns anexos, umas casotas para os cães, pronto. Ainda cheguei a fazer algumas coisas para um miúdo na altura... da minha idade... mas ainda cheguei a fazer alguma coisa... que ainda hoje existe, e hoje olho para aquilo e... mas está lá, não vai abaixo nem cai... Estive a trabalhar novamente num escritório durante três ou quatro meses. Cheguei à conclusão que aquilo não interessava porque eu não... não se evolui, não se ganha dinheiro, não se aprende, não é? O trabalho de um escritório é uma coisa que não adianta. Estive a trabalhar numa empresa... numa empresa que na altura apareceu em Portugal, que era uma empresa de raquetes. Era uma marca muito conceituada de raquetes e eles estavam a requisitar pessoal e que falasse inglês. Estavam a requisitar pessoal que soubesse falar línguas e eu como tinha facilidade de falar francês... que os meus pais tinham estado lá... e inglês também falava... e eu aproveitei e fui para lá trabalhar. Lá corri tudo. Corri todas as secções, desde armazém à parte de produção, pronto, não é? A poluição, a sujidade... estive na serigrafia, estive nas máquinas de injectar, que é a pior coisa que pode haver... máquina de injectar é horrroso. Mas passei por todas as secções. E eu sou uma pessoa que tenho muita... é assim, eu entro numa situação qualquer... aprendo tudo o que tenho a aprender muito rapidamente e muito facilmente... Quando chegou ao fim, desinteressou-me. Tenho esse defeito que é: exploro tudo muito bem explorado, adoro, faço igual, uma, duas, três, quatro vezes... chego a um ponto que isso já não me diz nada. Parece que já descobri tudo. Fica assim. Então eu, chegando ao fim... cheguei ao fim... Ainda estive lá um ano talvez... cheguei ao fim... A única solução que havia era eu tomar conta daquilo e mandar naquilo. Como eu não podia, vim-me embora. Depois estive numa empresa, que é muito conhecida... que é a Sociedade Comercial do Vouga, portanto, é do grupo da... estive lá a trabalhar uns meses. Também estive sempre no armazém a meter as pecinhas. Depois para o despacho. Depois vim para a parte de exportação. Depois da parte de exportação, voltei aqui outra vez... aqui... pronto, é... acontecia comigo eu estava um ano... passava por todos os sectores... chegava a um ponto, eu próprio queria mais. Mas pronto, isto é a mesma coisa que eu meter um

funcionário hoje, ele começar por servente, amanhã chega a pedreiro, depois só tem uma hipótese ou é encarregado ou é patrão e eu na altura não compreendia. Agora compreendo. Há um limite. Isto estagnou, pronto. Eu sempre tive esse problema. Depois essa sociedade comercial do Vouga... depois comecei a trabalhar por conta própria, comecei a vender uns fogões de sala, já não me lembro... foi quando eu comecei a vender... Na altura começaram a surgir os fogões de sala... os fogões de sala na altura estavam muito em moda... Eu conheci uma pessoa que trabalhava com isso e comecei a trabalhar também. Comprava os fogões, vendia às pessoas pelo mínimo preço mas ganhava muito dinheiro, porque as pessoas... eu ia buscar directamente à serra, aos talhadores e a diferença estava que a minha pedra era ligeiramente mais mole, mais fácil de trabalhar e facilmente um talhador à mão fazia o final, enquanto os outros tinham que ser com máquinas e o efeito era o mesmo... funcionava na mesma... estava tudo bem na mesma, não havia... não estava a enganar ninguém. Estava era a ganhar mais dinheiro e cheguei a vender muitos fogões de sala, portanto, isto antes de ir para a tropa... Depois fui para a tropa e perdi o... depois vim da tropa meti-me na informática, foi uma desgraça.

Porquê?

Porque correu muito mal. Eu não estava preparado. Entrei num mundo de negócios completamente diferente e depois meti-me com pessoas mais velhas do que eu, pessoas muito mais sabedoras do negócio e muito mais maliciosas.

Como sócios?

Sim. Eu fui um bocado manipulado e um bocado enganado por um sócio mais velho, um contabilista que acabou de explorar a nossa empresa, que foi o... eu tentei segurar a empresa, gastei muito dinheiro, fiquei com muitas dívidas, andei muito tempo a pagar essas dívidas, perdi muito dinheiro. Portanto, isso foi... isso foi péssimo, foi muito mau. Tive muitos problemas a nível de bancos, a nível pessoal, mas foi bom. Deu-me uma excelente tarimba. Agora sei muito mais bem enfrentar as coisas. Sei muito melhor negociar com os bancos, estou muito mais atento às situações, não facilito em determinada... mas teve de facto um efeito positivo nesse sentido... mas tive muitos problemas, andei três, quatro... Aliás, eu quando conheci a

minha mulher, ela acompanhou toda essa fase... isso foi muito complicado. Claro sempre de cabeça levantada, sempre consegui... sempre consegui superar, não é? As fases mais difíceis... sempre consegui superar. Sempre consegui dar a volta à situação... mas foi muito complicado. Foi uma fase da minha vida um bocado... Foi quando eu tive que arranjar o tal escape das exportações. Parece que foi uma coisa que veio mesmo a calhar. Foi isso, aliás, que me ajudou um pouco a pagar as dívidas e tentar dar a volta à situação senão era muito complicado. Ainda hoje... ainda hoje andava-me a arrastar com essa situação.

Como é que arranjou esse negócio das exportações?

Olhe, coincidência. O meu pai foi contactado... o meu pai trabalhava numa empresa de... muito conhecida que é a Topex e o meu pai foi contactado... Apareceu uma pessoa de Angola, um português que estava em Angola a querer comprar parafusos, ferragens, e tal, e depois arranjam uma panelinha entre o meu pai e o dono da empresa. O meu pai chegou a ir para Angola e era eu que tratava cá das encomendas. Depois arranjam mais duas ou três pessoas que estavam interessadas. Foi daí que surgiu o contacto. O meu pai ainda chegou a ir para lá. Depois... fez uma sociedade com outro fulano e as coisas também não correram muito bem. Entretanto, eu comecei a minha vida aqui, estou bem, estou metido no ramo da imobiliária porque, pronto, eu quando vim para Coimbra não tinha nada de palpável... eu também queria acabar com o negócio de Angola, porque nós tínhamos um problema muito grande... Quem começou a ir trabalhar para Angola normalmente, foram os indivíduos que aqui tiveram problemas, não é? E o escape é ir para Angola. Portanto, eu tive dois ou três dissabores com os negócios e depois disse assim... ó pá está na altura de parar... Nós queríamos tirar a ideia de Angola do meu pai, portanto, eu quando vim aqui para Coimbra... decidimos casar, eu vim... eu vim uns meses antes de casarmos. Quando decidimos casar e encontramos mais ou menos uma data, vim aqui para casa da minha sogra, a minha sogra depois acabou por me receber lá em casa. Eu vim para cá viver, e pronto, comecei a trabalhar no... aqui em Coimbra... não há muitas hipóteses cá em Coimbra, para o ramo imobiliário... piorou e depois, lá está, aquela coisa grande de se começar a mexer, porque o ramo imobiliário é muito lindo, funciona mais ou

menos... Depois montámos uma empresa, cheguei a ser sócio de uma empresa a SPCD, estive dois anos no activo. Ao fim de dois anos desapareceu. Eu montei uma empresa com três sócios, todos eles trabalhavam no ramo, uns melhor outros piores.

Conheceu-os aqui já?

Conheci-os aqui numa imobiliária. Correu tudo muito bem no início, mas eles eram pessoas pouco experientes. Um ou dois sabia vender muito bem... experiências de gerir não tinham nada... muitas dificuldades, outro era um *bonvivant*... não era um *bonvivant* no mau sentido, porque ele gostava de... ah, porreiro bestial... com calma, sossegado e tal... muito mole, muito pouco mexido. Portanto, os meus sócios não sabiam tocar uma empresa, meteram muita gente conhecida, muitos amigos, muito primos. Em termos de gestão era uma desgraça, não... não era negócio para eles. E eu cheguei a um ponto e desisti porque havia uma certa... havia até um certo *complot* como ele tinha muito pessoal... muito pessoal de família... havia um certo *complot* contra mim... porque eles, como não impunham, nem editavam regras, nem, digamos, eram duros com o tipo de trabalho... e eles chegavam e viam eu a fazer isso... eu era sempre o mau da fita que vem aqui e manda vir e não sei quanto. Eu cheguei a um ponto e desisti, porque eu estava a ser prejudicado, porque eu tinha uma equipa de vendas aqui na Póvoa. Nós vendíamos muito bem e Coimbra não rendia, quer dizer nós andávamos a sustentar os pançudos em Coimbra e eu desisti, e portanto, arranjei... andei sempre à procura de uma oportunidade e ela acabou por surgir. A oportunidade surgiu quando um vendedor fez uma venda por fora, recebeu a comissão e não disse nada a ninguém. Eles descobriram e encobriram. Eu quando descobri aproveitei e disse, ó pá isto assim não funciona, vocês agora andam-me a esconder as coisas, portanto, o melhor é acabar por aqui... Nem quis dinheiro nem nada... Assinei, passaram-me a carta a dizer que eu não devia nada à empresa, nem a empresa me devia nada a mim... eu fiquei só com um contentor e um escritório que tinha ali e acabou. Pronto, ficou ali quinhentos ou seiscentos contos mais tarde e resolvi... Realizei o dinheiro da minha cota e não me chateei mais, mas só nessa altura. Depois comecei... tinha vários negócios em mão. Claro que realizei ainda bastante dinheiro, comecei a... na altura já tinha começado e os meus sócios nunca

quiseram apostar nisso... que era fazer obras pequenas, como louças de apartamentos... as pessoas compravam apartamentos usados e depois, ei isto está uma alcatifa que é uma porcaria, a cozinha está um nojo, quem é que me vê isso, um construtor que fazia um prédio, se viesse fazer levava-lhe três ou quatro vezes mais porque aquilo era uma chatice, não é, e eu comecei-me a meter nessas coisitas, que achava piada, lá estava a construção... achava piada, coisa muito mais... mais palpável, não é? Pronto... e lancei-me um bocado na construção. Foi aí, portanto, uma empresa disto desde 98, não é há muito tempo...

Qual é a sua ocupação principal agora?

Esta é a minha ocupação, que é uma empresa pequenininha. Capital social tem doze mil contos. Uma empresa pequenina. Fizemos um empréstimo para construir um prédio. O prédio está a correr devagarinho, relativamente a correr muito bem. A empreitada não tem corrido muito bem... Fizemos outras obras, pronto, estamos a trabalhar com um arquitecto, com mais um engenheiro, portanto, estamos a fazer serviço para eles, bastante interessante. Estamos a fazer um laboratório em Coimbra... Eu tenho aí umas coisas para fazer engraçadas, coisas assim de valor significativo, estamos a falar de obras na ordem dos cem mil contos. Recentemente gastei quase dois mil contos, comprei carros, equipamentos, máquinas, coisas que são precisas para o dia a dia e tenho pessoal... tenho pessoal há relativamente pouco tempo, pessoal que já trabalhava comigo há um ano ou ano e meio que aos poucos e poucos fui conseguindo convencê-los a trabalhar para mim, que até aqui eles gostavam de trabalhar à hora... Mas com calma consegui montar uma equipa com cinco pessoas... com este mocito sete, seis... tenho mais dois mas vou mandá-los embora, porque no meio disto tudo a gente arranja sempre só o que interessa, não é? Temos que fazer uma selecção, pronto... e olhe, estou a fazer mais ou menos o que gosto. Sou um bocado ambicioso... às vezes não dá para mais, mas quando a coisa aperta também gosto... também sei pôr os pés e pôr travão. Às vezes arrisco um bocado, mas acho que estou no ramo certo para arriscar, ou seja, se de repente a coisa der para o torto... eu tenho algumas coisas palpáveis que posso vender e rapidamente sanear qualquer tipo de dificuldade que eu tenha, pronto.

Muitos dos empreendedores apresentam uma enorme sobrecarga de trabalho, sobretudo aqueles que escolhem o investimento na formação como via para a mudança. Estes entrevistados acumulam actividades escolares com actividades profissionais e têm custos pessoais e familiares acrescidos. Em geral, o tempo dedicado à formação acresce ao tempo despendido no emprego, representando uma forma de sobretrabalho. Os ritmos quotidianos destas pessoas deixam muito pouco espaço para o lazer e mesmo para o repouso físico. Este é um investimento que demora tempo a dar resultados e, por isso, obriga a alguns sacrifícios pessoais e familiares.

Pedro Gomes tem 34 anos, hoje tem Mestrado e é professor do ensino secundário e do ensino politécnico. Começou a trabalhar quando terminou o secundário.

Como é que foi o seu percurso profissional? Já percebi que houve uma dada altura em que estudava e trabalhava ao mesmo tempo. Como é que foi?

Foi... foi uma inversão, digamos, muito grande. Durante o secundário eu segui electrotecnia e portanto, uma formação científico-tecnológica que foi importante e acho que ainda hoje é... Portanto, em termos de dominar as técnicas de informação para ter um à vontade com mais tecnologias, tenho competências, digamos, em termos de fazer uma instalação eléctrica, ou fazer um projecto, ou essas coisas, que eu acho muito importante e que hoje, por exemplo, os alunos do secundário perderam por completo e foi importante para me garantir, digamos, autonomia em termos de emprego, para poder continuar a estudar.

Disse que fez o secundário. Esteve a estudar até que idade?

Até aos dezassete, dezoito anos. Mas nessa altura também já tinha algumas actividades complementares que me davam alguma coisa... que era dar explicações. Tinha cerca de trinta miúdos às vezes, sobretudo nas férias... trinta miúdos por dia. Chegava ao fim do dia... e nunca pus nenhum anúncio que dava explicações nem nada... Foi um vizinho que veio pedir para dar explicações... está bem, vamos lá. Depois a partir daquele veio então uma série de vagas. Depois tive que dizer que não, pronto. Depois,

quando eu acabei o secundário, cumpri o serviço militar, arranjei um estágio profissional... No dia em que acabei comecei a tirar o estágio profissional e integrei depois nas empresas... que era a Portucel e pronto. Com um trabalho altamente desgastante em esforço físico... era um trabalho por turnos, embora as competências intelectuais não fossem muito rentabilizadas, pelo menos no espaço que eu acho que... pronto. Mas se calhar não exigiam competências intelectuais, se calhar também enveredou um bocadinho para a parte de estudo... só tinha que me preocupar com aquilo, pronto e acumulei isso até ao terceiro ano da faculdade. Depois deixei essa empresa e no quarto ano comecei a dar aulas, até para ganhar algum tempo de serviço, porque depois o tempo foi importante na... no concurso para a efectivação, pronto. Depois, no ano a seguir, era o ano de estágio, a partir daí tem sido uma correria.

*Como é que conseguiu conciliar sempre o estudo e a vida profissional?
Porque é que foi essa opção também?*

A questão do estudo, trabalhar e estudar, pronto, foi uma questão de eu próprio garantir a minha... as minhas despesas, de garantir ao fim e ao cabo a minha sobrevivência.

Ter autonomia?

De ter autonomia. É uma questão disso. Mas foi complicado porque tive que abdicar de muita coisa, mesmo da parte de vida social, de tipo social, digamos, mais mundana... embora eu continuasse a ter uma vida social intensa, ligada sobretudo ao escutismo, com actividades de fim-de-semana, com actividades de formação e uma série de coisas. Portanto, foi essa questão... um desgaste muito grande, abdicar de determinadas coisas, não é? Mas, quer dizer, era aquilo que eu gostava. Eu sou uma pessoa que tenho... faz-me bastante confusão estar sem fazer nada. Às vezes o ócio é bom, para descansar, e tal, mas estar, portanto, todos os dias a ver televisão, ou a fazer aquilo que a maior parte das pessoas faz, é uma coisa que me causa transtorno.

Branca Silva é das poucas mulheres entrevistadas cujo trajectória encaixa neste perfil. Tem 30 anos, não completou o 12º ano, fez diversas tentativas de emprego

por conta própria até que fizou um curso de esteticista e montou um negócio bem sucedido nessa área.

E depois [do primeiro emprego, num escritório] como é que enveredou pela área da estética?

Então foi assim: o meu marido depois... quisemos ir atrás do sonho dele... O meu pai construiu a casa então e propôs aos filhos que se algum quisesse ficar com o bar... e ao meu marido, como ele sabia que o meu marido gostaria de ter tido um bar... pois ele dizia que gostaria de ter tido um bar... pronto, então vamos... vamos ficar com o bar. Saí da minha situação lá, vim para o bar e ele continuou a trabalhar e eu fiquei no bar, e tal. Acho que não será preciso dizer que a mentalidade... aldeia com uma mentalidade de... naquela altura uma mentalidade de aldeia... valha-nos Nossa Senhora, ainda pior... tive muitos problemas, muitos problemas mesmo. Chegaram a calhar... não chegaram a afectar o meu casamento porque eu pus...

Já eram casados nessa altura, então?

Nós casámos... nós abrimos o bar em Janeiro... nós casámos em Abril. Foi assim tudo muito em cima uma coisa da outra. E então acabou por a gente... os nossos primeiros anos... os dois primeiros, vá lá, anos de casado foi assim... o bar... foi o bar. E então é muito difícil conciliar um bar em que se abre às sete da manhã, fecha à meia noite e uma vida de casada. Uma pessoa tem que estar sempre permanentemente em baixo... Foi assim um bocado complicado e depois a mentalidade também... Acabou por não prejudicar porque eu disse ao meu marido: acabou, é assim, ou queres continuar comigo e a gente sai daqui ou queres continuar com o bar e ficas sozinho. Óbvio que o meu marido optou por mim... ainda bem.

Mas deixaram de morar nesse sítio ou continuaram?

Não, ainda continuamos, ainda continuamos.

Só que fecharam o bar?

Depois passámos... depois passámos, porque é assim: aquilo era dos meus pais, os meus pais é que nos tinham emprestado o capital inicial e acabei por amortizar a dívida, deixámos o bar para eles, nós ficámos... Entretanto foi aí que o meu marido disse para eu voltar a concorrer, pronto, para eu voltar a conseguir uma situação como eu tinha no escritório... Impossível, duvido

que tivesse conseguido, com as habilitações que eu tinha, décimo segundo ano... no conceito dá-me direito ao nono ano, habilitações literárias até ao nono ano. Falta uma disciplina para eles é nono ano... com estas habilitações literárias... Foi então que eu disse para o meu marido: eu não sei para onde vou... para a fábrica não vou, porque se eu não me dou numa aldeia, numa fábrica... a cultura... eu tenho uma expressão que é a cultura do saber, que é mesmo assim... e ele sabia que... há muito tempo que a gente falava nisso... ele sabia que eu dizia-o muitas vezes às minhas amigas, falava e às vezes elas... havia casamentos e eu é que maquilhava as pessoas e ele disse-me: então porque não tiras estética? E foi o que eu fiz. Estive seis meses... oito meses com uma senhora que me deu a formação prática, como eu precisava de formação de... da parte didáctica, encomendei um curso por correspondência que é da CEAC, que é um curso muito completo, que eu não posso deixar de gabar porque é muito, muito completo... Aliás, depois eu mesmo numa escola mesmo profissional, já no Porto, a escola do país em estética que é a escola que me deu a carteira profissional... acabei por dar cartas de uma certa maneira através daqueles livros... por ter conhecimento muito profundo a nível do mundo da estética. Depois disto então fiz através da CEAC, tive... fiz a prática de estética através doutra senhora. Depois fiz... fui para escola que me deu a carteira profissional em que eu fui avaliada pela escola do país em estética e depois propus-me a exame no Instituto de Emprego e Formação Profissional, através da escola de estética em que finalmente obtive o último grau da estética que é a carteira profissional.

Então e depois de acabar o curso como é que fez? Ficou a trabalhar com a mesma pessoa?

Não, não, não. Quando eu tive o meu diploma na mão, pronto... eu tive que optar... onde vou montar... vou trabalhar com alguém, já com o primeiro diploma... já poderia ter ficado a trabalhar por conta de outrem, só que eu queria trabalhar por conta própria... porque eu acho que tenho mau feitio... não dá para trabalhar com as outras pessoas, não é? Que eu sou muito apologista do seguinte: se há um erro, não posso me tornar ninguém, ninguém fez o erro a não ser eu, não posso culpar ninguém, só eu, simplesmente eu. Por isso é que eu sou assim um bocado... gosto muito de

ser individualista e então tive que pensar e pensar e repensar... com o meu marido ao lado também... e depois optei por Botica, porque Botica não tinha cá ninguém. E então eu decidi, pronto... vou... será que faço bem? Olha, cabeçadas já dei muitas, é mais uma, não faz mal. Tentei, vim para aqui... O meu marido e os meus pais ajudaram-me a nível de finanças. Os meus pais ajudaram-me... A nível psicológico, o meu marido é extraordinário, tem-me ajudado imenso e eu comecei... e as pessoas gostaram muito de mim. Eu estou a ter sucesso, um bom sucesso, estou a gostar muito.

A mudança e as redes

As trajectórias caracterizadas pela mudança são bastante devedoras do papel das redes sociais. Tal como acima afirmei, a reduzida expressão que os meios formais têm na procura do primeiro emprego praticamente desaparece ao longo da trajectória. Embora, no decorrer desta, os meios formais tenham algum peso no mercado primário, a importância dos contactos informais predomina nos dois segmentos do mercado de trabalho.

O capital relacional adquirido ao longo do percurso profissional é fundamental para conhecer ou criar alternativas de emprego. Os laços fortes perdem significado ao longo da trajectória, à medida que o trabalhador cria e amplia os seus laços no interior do mercado de trabalho. Os laços fracos são fundamentais em qualquer dos segmentos do mercado de trabalho. Para os trabalhadores desqualificados, a quem a mudança é imposta pelos laços precários, os conhecimentos adquiridos ao longo da trajectória são fundamentais para o conhecimento de novas vagas. Para os "empreendedores", os laços construídos ao longo do percurso são também fundamentais, não apenas pelo conhecimento que possibilitam das ofertas disponíveis no mercado, mas também pela possibilidade que oferecem de construir alternativas – mudanças de actividade, criação de sociedades, aquisição de carteiras de clientes, etc. Para

aqueles que apostam no auto-emprego e na criação de empresas, os laços fortes continuam, no entanto, a ter algum significado. A utilização do património familiar e dos laços fortes da família são muitas vezes os alicerces para a criação de um negócio ou de uma empresa própria ou para permitir períodos prolongados de formação.

Uma das relações que se evidencia no caso dos trabalhadores que passam do trabalho por conta de outrem para o trabalho por conta própria é a relação com os patrões. Estes laços são frequentemente utilizados como âncora para projectos autónomos de emprego. As boas relações laborais, sobretudo com os patrões, conduzem quer a mudanças de estatuto no interior das empresas, muitas vezes de empregados para sócios, quer à autonomização em empreendimentos individuais, construídos com base nos conhecimentos adquiridos.

Gustavo Pinheiro tem 31 anos é sócio de uma empresa de construção civil onde começou como empregado.

Deixei de estudar, pronto, sei lá, sei lá... uma pessoa consegue ter dinheiro, consegue trabalhar, e pronto, foi assim. Depois comecei nesta empresa e com o outro sócio antigo... isto era empresa de construção civil... comecei cá a trabalhar na altura, até aos meus dezoito, dezanove anos, trabalhei aqui como empregado da empresa.

Começou a trabalhar com que idade?

Sei lá... dezasseis ou dezassete anos. Eu trabalhava aqui nesta empresa como empregado, andava com uma carrinha e depois o sócio desta empresa propôs-se a dar-me sociedade e portanto, somos sócios desde os vinte anos ou dos vinte e dois anos.

E como é que conseguiu logo um emprego aqui, tão novo?

Isso é que eu não me lembro... Eu conhecia aqui... foi através do meu pai, se calhar, acho que sim.

Conhecia as pessoas?

O antigo sócio daqui... acho que foi assim... penso que foi assim... conhecidos. Eu vim para aqui trabalhar, pronto, e os anos vão-se passando, começa-se a ter um certo ambiente com as pessoas e desde aí que...

Que lhe propuseram sociedade?

Foi.

César Almeida tem 33 anos e é um "empreendedor". É difícil contabilizar os empregos que teve ao longo da sua trajectória profissional. Diz que "arranjava sempre trabalho, com facilidade". Hoje trabalha por conta própria graças "às pessoas que encontrou" e, sobretudo ao seu "último patrão".

Então e depois [da tropa] começou a trabalhar em quê?

Fui trabalhar para um armazém... Quando vim da tropa fui trabalhar para um armazém de produtos alimentares, do ramo alimentar, estava no armazém.

Como é que conseguiu esse emprego?

Ir batendo à porta, mais ou menos, já tudo... por conhecer as pessoas também, não é? E chegou à altura e já tinha estado a falar com eles antes... não houve qualquer problema. Depois, entretanto, veio... estive na Caixa de Crédito... contrato com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo... um contrato de nove meses. Depois terminou o contrato. Depois comecei-me a meter nas vendas do ramo automóvel, mas não propriamente... o carro propriamente dito, não é? Sempre mais à base dos componentes, porque é o material todo de apoio, até hoje.

Trabalha por conta própria ou...

Neste momento sim. Neste momento... há cerca de um ano que estou a trabalhar por conta própria.

Mas até agora trabalhou sempre noutras...

Sim, sim. Depois de sair da Caixa de Crédito... aliás, depois de vir da tropa, não contando aquela primeira fase em que trabalhei no armazém, que foi relativamente pouco tempo... que eu tinha concorrido para a GNR, tinha concorrido para a PSP, pronto... tinha concorrido para a Caixa de Crédito... mas eu... o da GNR... acho que foi mais por as pessoas me dizerem: ó pá,

vai, sempre é uma alternativa. E, pronto, eu fui. Mas nunca muito convicto. Tanto que na GNR, por exemplo, hoje ou ontem fui lá meter os papeis, hoje fui lá tirá-los... não tenho assim muita vida para isto. Acho que não faz o meu género e tal, desculpem lá, isto é coisa de miúdos, e tal, mas penso que não tenho vida para isto, pronto. E depois quando apareceu essa possibilidade do ramo automóvel...

Foi alguém que conhecia que lhe ofereceu essa hipótese?

Não, por acaso foi... eu saí da Caixa de Crédito... que eu não contava em sair mas uma vez que me empurraram, bem, eu... casualmente, peguei num jornal e vi: precisa-se de vendedor de componentes auto e tal, tal. Eu vou assim... olha, deixa-me tentar. Telefonei... pronto. Fui depois a uma entrevista e fiquei logo. Comecei logo a trabalhar na semana a seguir.

E manteve-se nessa empresa até agora ?

Sim. Não... não. Mantive-me lá até aos... foram oito anos que fiz lá e depois mudei para uma outra que é de Santarém, que é a Tocax peças... em que estive lá mais quatro anos, penso eu... quatro, três anos, sensivelmente. E agora, este último ano, é que foi trabalhar já por minha conta.

E como é que tomou essa decisão de...

Primeiro, pela facilidade do meu último patrão, não é? Em que ele me disse se eu... íamos abrir aqui uma coisinha os dois... uma sociedade e tal, depois as coisas foram andando, não é? Não está a correr nem bem nem mal. Está mais ou menos aquilo que se esperava, dentro daquilo que se esperava para esta fase inicial. E depois ele há meio ano fez-me a proposta de ficar com esta parte, é pá, isso é muito longe e não... vir de Santarém cá, quer dizer não... também já é uma pessoa com sessenta anos, quase com sessenta anos, quer dizer... e as coisas para ele também não têm... a outra firma que não rouba muito tempo e então, pronto, quis... aliás, segundo ele me disse, era sempre uma ideia dele, isto um dia mais tarde ser meu e foi devido a esse empurrãozinho dele que foi meio caminho, pronto, quer dizer, acho que tive um bocado de sorte com as pessoas que encontrei, pronto, e devido a isto estou a trabalhar por conta própria.

6.3 | As diferenças

A diferenciação do emprego no interior da amostra prende-se com o tipo de vínculo laboral, os níveis de remuneração, as condições de trabalho, a satisfação com o trabalho, a adequação do posto de trabalho à formação. É possível identificar três eixos fundamentais nesta diferenciação. O primeiro, como acima foi referido, tem a ver com a estrutura dual do mercado de trabalho, distinguindo trabalhadores do mercado primário e do mercado secundário de emprego. O segundo prende-se com o trabalho por conta de outrem e o trabalho por conta própria. O terceiro opõe os trabalhadores da função pública aos trabalhadores do sector privado.

A diferenciação entre trabalhadores do mercado primário e do mercado secundário já foi acima explicitada. A caracterização das trajectórias profissionais permite verificar como os percursos são distintos, como os capitais oferecidos e obtidos no mercado são diferenciados. Um elemento é essencial na distinção dos trabalhadores: a questão remuneratória. Os níveis salariais têm implicações na relação com o trabalho, no nível de vida das famílias, nas suas estruturas de consumo e estilos de vida e, também, nas suas capacidades de investir nas redes. No mercado secundário de emprego apenas um entrevistado, Leonel Viegas, diz que o “dinheiro não é tudo” e ousou trocar um emprego melhor remunerado por um emprego onde ganha menos mas se sente realizado. Em geral, a situação mais comum é a oposta: os/as entrevistados/as gostam do seu trabalho, mas de bom grado o trocariam por outro com uma remuneração superior.

Leonel Viegas tem 32 anos e o 11º ano de escolaridade e actualmente desempenha funções de técnico de informática numa rádio local.

Estive na Matutano, só que depois, é assim: era vendedor, mas eu para vendedor não tenho grande jeito. Se eu chegar ao pé de uma pessoa, ela disser que sim, que quer comprar batatas fritas, eu vendo... Agora dizer assim, compre lá, pronto... Então cheguei ao fim de seis meses e disse ao chefe que não, pronto... que me vinha embora... que não dava para vendedor... Porque era assim, a volta que eu... eu vendia, por exemplo, cem contos, mas se andasse cá um dos bons vendedores vendia cento e cinquenta, ou mais, e então eu sabia que nem era bom para mim, porque eu não estava a fazer uma coisa que gostava muito... Tinha um grande ordenado... era muito bom o ordenado, era cinco estrelas... e então não estava a ser bom para mim, porque eu não estava a fazer uma coisa que gostasse muito, e não era bom para eles, porque não lhes estava a vender. E disse, pronto, falei com ele e de acordo, pronto, ele dizia que era para eu tentar mais um tempo e coiso, que me renovava o contrato dos seis meses, e depois eu disse que não valia a pena, e pedi para ele me passar a carta, tipo... ele despedia-me, pronto. Estive no fundo de desemprego um tempo. Durante esse tempo pertenci ao futebol, à direcção do futebol aqui do Vitória. Estava lá como secretário e depois entrei para a rádio. A rádio informatizou-se... de computadores e foi uma coisa que eu sempre gostei... e tive um curso há muitos anos de informática... e como sabia umas coisas de computadores e eles estavam a informatizar isto e era para meter internet e por causa... para ter notícias através da Lusa e etc., pronto... entrei para aqui para a rádio. Estou cá há cinco anos para aí, estou a fazer o que gosto... Agora o único problema aqui é o ordenado, que devia de ser o da Matutano.

As condições salariais são em geral as grandes responsáveis pela insatisfação relativamente ao emprego manifestada pelos/as entrevistados/as. Ao longo da sua entrevista Juliana Afonso exprimiu por diversas vezes o desejo de mudar de emprego. Aponta os seus problemas no trabalho como a razão principal para a depressão que teve recentemente. No excerto da entrevista que se segue é possível verificar como uma das suas principais insatisfações se prende com a questão remuneratória.

Juliana Afonso tem 32 anos e o 12º ano de escolaridade. Há 10 anos que é funcionária administrativa no mesmo escritório de advogados.

Mas ainda pensa... embora não pense já seguir enfermagem, ainda pensa mudar?

Se eu tenho pensado mudar... penso muito... e ultimamente penso muito em tentar mudar, porque é assim: eu não me considero uma pessoa estúpida. Eu ainda sou nova. Se eu consegui fazer o décimo segundo assim com um à vontade como eu consegui, eu acho que pode haver assim tipo... um curso qualquer pós-laboral que me ajude a preencher qualquer coisa e quem sabe se eu ao procurar novas situações... se eu também não consigo encontrar algo melhor, não é? Porque é assim: eu ali naquela empresa, eu estou a ganhar cento e vinte cinco contos, mas eu também já lá estou há dez anos, para aí, pronto. E há ali diferenças enormes! Eu tenho ali colegas minhas a ganhar mais setenta, cem contos do que eu e fazem a mesma coisa que eu faço. Está bem, a Sílvia também pode dizer, são mais velhas... pois são, não é? Quarentas, cinquenta anos... já estão ali há muitos anos. Mas para que é que eu quero ficar ali a ser, desculpe a expressão, chupadinha até à medula, está a ver? E em termos de regalias, que regalias é que a pessoa tem? Não tenho. Porque dão-me aquele ordenado, não... afinal não vejo assim grandes... não vejo grandes regalias. Eu digo assim: ó meu Deus, mas estou com trinta e dois anos, mas será que é isto mesmo que tu queres até ao resto dos teus dias? Está bem, eu ali estou efectiva, eu sei que eles que não me mandam embora, mas eles também não me mandam embora porque é do interesse deles manterem-me ali, não é.

O caso de Guiomar Albuquerque é revelador da importância que o salário tem nas opções dos trabalhadores mais desqualificados. Apesar de ser vítima de assédio sexual por parte do seu patrão desde que entrou para o emprego, suporta a situação devido às vantagens remuneratórias que o emprego lhe oferece.

Guiomar Albuquerque tem 24 anos e o 9º ano de escolaridade.

Comecei a trabalhar numa pastelaria. Depois... portanto, trabalhei lá dos quinze aos vinte... Foi o sítio onde estive onde ganhei mais, confesso, dos quinze aos vinte anos, mas tinha um ordenado melhor do que o que tenho hoje... mas também fartava-me de trabalhar... Era das sete e meia da manhã até às cinco da tarde. Depois entrava às nove e saía às onze e meia... isto quando eu não estava a estudar... já depois de eu ter deixado a escola, foi complicado. Namorava com o meu marido e o meu marido ia-me lá ajudar a arrumar a esplanada à noite. Ajudava-me a fazer essas coisas. Os meu patrões gostavam muito de mim, lá está, também... eu ajudava-os muito, não é? E tinha uma boa remuneração... ganhava muito bem, na altura. Depois, saí de lá e fui convidada para o Instituto Piaget como telefonista. Uma pessoa que me conhecia e sabia que eu andava à procura de uma coisa melhor para sair do café e então fui para telefonista no Instituto Piaget. Só que ganhei muito mal, parece mentira, mas esses sítios com muita fama, com muita fama, que são péssimos para pagar. Eu ganhava cinquenta e quatro contos. Tinha as quarenta horas semanais, pronto, também não era... não era complicado... estava ali, atendia chamadas e passava-as. Pode não ser complicado, mas o ordenado é mesmo uma miséria, não dá, mesmo a nível... para manter as despesas, não dava. O Manuel já tinha nascido... e então fui responder a um anúncio na rua Augusta, era... tenho um patrão que é depravado como eu costumo dizer... o homem é velho, é pequenino, tem a mania que é bom e que tem as miúdas todas que quer e então, é um depravado. É mesmo! Eu fui responder ao anúncio... Nunca mais me esqueço o que levava vestido, por acaso era um vestido muito curtinho, muito jeitosinho e eu entrei e ele deu-me logo trabalho. Eu achei muito estranho, achei muito estranho mas ele disse logo... ai é noventa contos limpos. Isto quando eu entrei, que já foi o ano passado... há dois anos, portanto... e diz-me ele assim: então começa já a trabalhar amanhã. Eu achei muito complicado, não é? Mas pronto... eu assim: que estranho, que coisa mais... bem eu fui lá. Fui trabalhar... as pessoas que trabalham comigo são horrorosas, porque é tudo mulheres e é difícil a gente dizer isso e reconhecer isso... mas muita mulher junta é uma desgraça... andas a comprar vestidos... e porque é que andas mais bem vestida do que eu... e não gosto do teu cabelo e não gosto disto e não

gosto daquilo... e gosto muito disto... e cortam por trás umas das outras, é uma coisa incrível. E então comecei a trabalhar ali, gosto muito de ali estar, tenho um bom ordenado. Claro que não dou muita importância a essas coisas das minhas colegas, porque é mesmo assim... senão vou-me estar sempre a chatear com uma ou com outra... então evito o mais possível. Elas não sabem nada sobre a minha vida, não faço comentários acerca disso... falamos apenas de trabalho. Elas de vez em quando fazem lá os comentários delas, mas pronto, passam-me... passam-me ao lado. Até faço de conta que nem ouço, que é para não me chatear. Agora o meu patrão é um depravado, porque cada vez que chega ao fim do mês e que a gente vai receber ele tem o vício de oferecer dinheiro assim, do tipo, dá-me lá um beijinho que eu dou-te dez contos, por isso é que eu digo que ele é um depravado. Ele já chegou ao ponto ridículo de se virar para mim e dizer-me, se mostrares as laranjinhas eu dou-te cento e cinquenta contos. Isto não se diz a ninguém, depois, é assim, eu... pronto, depois ele passa por nós e...

E como é que consegues lidar com isso?

Pois, eu consigo lidar, porque consigo lidar, porque preciso. Porque não arranjo outros trabalhos assim do pé para a mão. Sair dali para outro sítio... porque provavelmente não vou ganhar o que ganho ali e não me chatear como ali não me chateio e tenho o meu trabalho... estou ali na reprodução dos slides. Sou a única que sabe fazer isso, não há lá mais ninguém que saiba fazer, por incrível que pareça.

É também no mercado secundário que vamos encontrar situações de economia informal e de declarações salariais inferiores às reais. Os trabalhadores submetem-se facilmente a este tipo de condições, não questionando as consequências em termos de benefícios sociais. Fazem-no por escassez de alternativas, por desconhecimento ou, na maioria das vezes, por necessidades económicas prementes que não permitem incorporar o futuro nas escolhas do presente. Na amostra de pessoas entrevistadas as situações de salários reais não declarados encontram-se sobretudo no comércio e serviços pessoais, onde a regra imposta pelo patronato parece ser a declaração do salário mínimo.

Rosa Mateus tem 29 anos e o 10º ano incompleto. É empregada de balcão num pronto-a-vestir do bairro onde mora.

E está satisfeita com este emprego, pagam-lhe bem?

Sim, quer dizer... é o ordenado mínimo, mas é assim.

E nunca pediu aumento?

É assim... pronto, nós estamos com o ordenado mínimo, mas ela a nós até nos está a dar setenta e cinco contos limpos.

E declaram só o ordenado mínimo, não é?

É, ela quer assim, e eu não me importo

O marido de Guiomar Albuquerque é empregado de mesa num restaurante, apesar da entrevistada considerar os salários de ambos “muito bons”, queixa-se das consequências da descoincidência entre o salário auferido e a declaração contabilística:

E o meu marido está quase na mesma situação que eu, porque embora o ordenado dele seja bom, recebe o subsídio de férias, nunca é o ordenado, porque ele tem na folha sessenta e oito, portanto, quando ele recebe, ele recebe menos.

E o mesmo com o subsídio de Natal, não?

Exactamente, recebe sobre a folha e não sobre o ordenado dele, do ano inteiro. Lá está, ele ganha o ordenado dele, normal, e vai ganhar sessenta e oito de subsídio de férias em vez de ganhar os cento e cinquenta, mais os cento e cinquenta, pronto.

Mas as diferenças decorrentes da segmentação do mercado de trabalho não se limitam às características que marcam a dualidade dos empregos disponíveis. No mercado de trabalho secundário emergem uma série de diferenças que têm a ver com as características do trabalho desempenhado. As alternativas que se apresentam aos trabalhadores desqualificados, sobretudo às mulheres, são escassas. No entanto, é possível identificar claramente fortes diferenças entre o trabalho nos serviços e o trabalho industrial, entre o trabalho fabril e o trabalho

agrícola. A dureza das condições de trabalho é muitas vezes transversal a todas estas áreas, com jornadas longas de trabalho, escassas regalias, a já referida informalidade, etc. Contudo, as preferências dos/as entrevistados/as orientam-se nitidamente para o trabalho no sector terciário, notando-se, sobretudo, uma rejeição muito forte do trabalho agrícola. Aqueles que tiveram experiências de trabalho nesta área não hesitam em classificar a actividade agrícola como a pior das actividades.

Natividade Sousa tem 34 anos, é operária da indústria têxtil. Apesar das duras condições de trabalho que descreve, prefere a sua situação actual ao trabalho agrícola.

Acha que mesmo assim o trabalho na fábrica é melhor do que o trabalho no campo?

Acho que sim. Eu já andei um ano na azeitona e acho que é. Por ser trabalhar ao sol e à chuva, sempre, pronto... Às vezes uma pessoa está ali à máquina, a olhar para quatro ou cinco mulheres, custa... mas é muito diferente, porque eles andam cá fora à chuva, ou aí a cavar como ele [o pai dela] às vezes anda aí a trabalhar a cavar, acho que é melhor estar ali do que uma pessoa andar cá fora.

Mas eu tenho ideia que o trabalho na fábrica, o trabalho de costura, também é duro?

Custa muito. Eu tenho fases que ando aí à rasca das costas, em chegando aí a casa... que já não tenho vontade de fazer mais nada, os braços, é pernas, é tudo.

Quantas horas de trabalho é que são por dia?

Então, são oito horas, é muito, uma pessoa está ali todo o dia, ali de empreitada, custa muito.

E tem alguns intervalos assim pelo meio ou...

Temos só das dez e vinte às dez e meia, dez minutos, só dez minutos.

E à tarde não têm nada?

À tarde não temos nada. É comer ali uma sande e uma peça de fruta, ou um bolo, ou alguma coisa... e vamos à casa de banho na hora de trabalho,

que ninguém nos impede de a gente ir à casa de banho, mas da parte da tarde não temos nada.

Mas mesmo assim acha que é preferível estar na fábrica do que no campo?

Pois prefiro.

O trabalho do campo é muito duro?

Anda ali uma pessoa a chover, uma pessoa estava ali a comer, pronto, a sopa, ou ali as beiras a cair no prato... custou-me muito. E o meu pai ainda era novo, pronto, mais a minha mãe, eles iam-me sempre tirar as coisas da frente, mas custa muito.

O segundo eixo de diferenciação do emprego distingue trabalhadores por conta de outrem de trabalhadores por conta própria. As diferenças prendem-se com as remunerações, as condições de trabalho, os horários, a conciliação da vida familiar com a profissional. O trabalho por conta própria é, em geral, bastante valorizado, sobretudo por quem não ultrapassou o ensino secundário. Para os que são trabalhadores por conta de outrem essa é, muitas vezes, uma meta a atingir, para os outros, que já trabalham neste regime, essa é uma situação que quase sempre desejaram e da qual não pretendem sair. As possibilidades de auferir um rendimento superior e a autonomia na gestão dos seus tempos e modos de trabalho são as características mais valorizadas.

Na amostra, os trabalhadores por conta própria distinguem-se pelos níveis mais altos de rendimentos. Trabalhadores com baixo capital escolar conseguem através do trabalho por conta própria remunerações elevadas que nunca conseguiriam trabalhando por conta de outrem. As cabeleireiras são um bom exemplo desta tendência. As mulheres entrevistadas que desenvolvem esta actividade por conta própria possuem todas elas o nível básico de escolaridade, mas através dos cursos de formação profissional conseguiram qualificação que lhes permitiu estabelecer a actividade por conta própria e auferir rendimentos muito superiores aos que tinham quando trabalhadoras assalariadas.

O trabalho por conta própria permite também, sobretudo para as mulheres, uma conciliação mais fácil entre vida familiar e profissional. A gestão autónoma dos tempos e dos modos do trabalho permite uma maior flexibilidade na articulação entre o tempo da produção e o tempo da reprodução. No entanto, isto em geral não significa jornadas de trabalho mais curtas, mas sim uma sobrecarga de trabalho bastante grande.

Manuela Martins tem 31 anos e o 9º ano de escolaridade. O pai montou-lhe o salão de cabeleireira para ela poder trabalhar por conta própria. O salão fica no rés do chão da casa onde vive e, por isso, durante todo o dia alterna as tarefas domésticas com a actividade de cabeleireira.

Olhe, como é que é o seu dia a dia, assim, um dia típico de rotina?

Um dia típico é assim: quer dizer, levanto-me aí às sete e meia, arranjo a roupa delas [das filhas], levanto-as às oito... depois vesti-las, dar pequenos almoços, lavá-las, depois às nove... às vezes nove e um quarto, vão para a escola. Depois vêm almoçar... ah, entretanto eu depois venho para o salão aí às nove e meia... Entretanto tenho que ir fazer almoço, tenho que ir penteando e arranjando as pessoas, tenho que... porque elas vêm almoçar ao meio dia e meia. Depois ao meio dia e meia elas vêm almoçar, não é? Tenho que as pentear, lavar, ir para a escola, o Fernando nessa altura vai levá-las... às vezes vou eu, mas geralmente é ele, porque ele vem almoçar a casa. Depois a um quarto para as duas vão para a escola, a um quarto para as quatro saem outra vez. Entretanto eu de um quarto para as duas a um quarto para as quatro... depois tento arrumar a cozinha e às duas horas venho para o salão... depois um quarto para as quatro vou buscá-las. Depois tenho que lhes dar o lanche e tenho que fazer o jantar e ainda atendo mais algumas pessoas no salão. Depois dou-lhes jantar... dou-lhes banho primeiro... e depois dou-lhes jantar e entretanto elas ficam a ver um bocadinho televisão. Aí têm os trabalhos de casa, que às vezes são uma e duas horas... tenho que lhes estar a ajudar a fazer os trabalhos de casa. Depois tenho que arrumar isto tudo outra vez cá em baixo, ah, e entretanto, tive que fazer as camas todas lá em cima, não é? De manhã ainda e depois,

tenho que arrumar isto tudo cá em baixo outra vez para no outro dia de manhã estar tudo pronto para começar a trabalhar e lá faço... à meia noite, uma da manhã, ou assim, posso-me deitar.

A jornada de trabalho dos trabalhadores por conta própria não é dura apenas pela articulação entre tempo doméstico e tempo de trabalho, característica, aliás, que só se encontra nas mulheres trabalhadoras. Em geral, a jornada de trabalho dos trabalhadores por conta própria é mais longa do que a dos trabalhadores assalariados, sobretudo se comparada com a dos trabalhadores sem um diploma e sem uma “carreira”. É nos trabalhadores por conta própria que encontramos mais situações de sobretrabalho⁹. O centramento no trabalho é muito grande, quer em termos identitários, quer em termos de vida quotidiana. Em geral, as horas dedicadas ao trabalho são longas, extravasam os horários normais de trabalho, os tempos de trabalho invadem os tempos de lazer, a semana de trabalho prolonga-se pelos fins de semana.

Branca Silva tem 30 anos e tem um salão de estética, onde trabalha sozinha.

Este verão, por acaso, digo-lhe sinceramente, que eu pouco fiz em casa, porque é assim, eu saía às oito da manhã e entrava às dez e meia, onze horas. Chegava a casa, às vezes engolia um prato de sopa e ia para a cama, porque ao outro dia às sete e meia tinha que me levantar e depois era... tinha... chegava a atender às vezes doze e treze pessoas por dia, ou seja, às vezes... eu lembro-me de dias que só uma batata é que consegui comer em todo o dia... uma batata! Foi terrível, foi terrível! Era bom num sentido, mas noutro lado foi um bocado... mas tinha pronto... mas tinha sempre esses dias mais complicados... porque as clientes só se lembram às últimas das horas.

No trabalho por conta própria distinguem-se, ainda, aqueles que trabalham numa empresa familiar. Como já foi referido, esta é uma opção que se encontra

⁹ Cf. ponto seguinte.

mais no primeiro emprego do que nas trajectórias. Apesar do trabalho por conta própria contar muitas vezes com o património e os apoios familiares, as pessoas preferem gerir os seus projectos autónomos fora da esfera familiar. O trabalho numa empresa familiar tem todas as características exigentes do trabalho por conta própria acima descritas – longas horas de trabalho, dedicação, sacrifícios pessoais e familiares – mas parece ter problemas acrescidos causados pela convivência complexa entre relações laborais e relações familiares e afectivas¹⁰.

Luís Vicente tem 26 anos é engenheiro técnico civil e deixou o seu emprego numa Câmara Municipal para trabalhar na empresa de construção civil da família.

E como é que é assim... trabalhar em família, ter uma empresa familiar, trabalhar com os pais?

Não é fácil, não é fácil, mas, pronto... A questão é que, por exemplo, coisas comigo e do meu casamento e comigo e com a Rita, por vezes eu conto o que não devia contar e eles lá dão a sua opinião... e eu, pronto, às vezes deixo-os falar, que é por causa de não estar a ligar sequer... porque isto é um bocado também... porque eu sempre ouvi dizer: casamento, apartamento, não é? E eu acho que se isso não acontecer... acho que os pais dão sempre a ideia de dar a sua opinião, e pode haver divergências entre os casais, eu aqui às vezes conto... quando falo qualquer coisa por qualquer motivo... agora já não falo tanto... porque já sei o que é que a casa gasta. Mas, pronto, de vez em quando lá estão eles a mandar as suas boquinhas, mas passam ao lado. Mas é engraçado, de resto é engraçado, porque nós damo-nos muito bem e isso está fora de causa, pronto. É evidente que eu durante a semana... eu passo uma semana inteira com eles, de segunda a sábado, nós também trabalhamos ao sábado, mas ao domingo prefiro não os ver, já chega uma semana inteira.

¹⁰ Para uma análise detalhada das empresas familiares e das relações complexas entre família e empresa cf. Guerreiro (1996).

A história de Cristina Neves, 33 anos, é a mais dramática. Está hoje desempregada depois de ter tido uma actividade bastante lucrativa numa empresa dos sogros. Os problemas laborais e familiares que advieram dessa experiência marcaram profundamente a sua trajectória pessoal e profissional e toda a sua entrevista é centrada nesta questão, voltando sempre a ela, qualquer que seja o tema.

Estou casada há oito anos e namorei ano e meio, pronto. Casámos, ficámos a trabalhar na pastelaria dos meus sogros porque eles foram para Lisboa, abriram lá uma fábrica com um café e pastelaria, portanto, era fábrica e venda ao público... aqui é só fábrica... e então nós ficámos os dois a trabalhar aqui. Mas depois eu comecei a pensar em ter... em ter um filho e não sei quê e nós não tínhamos caixa, não tínhamos nada. Estávamos a trabalhar naquilo que era do pai dele e não tínhamos que declarar nada e não sei quê... Mas eu comecei a pensar que era muito melhor a gente fazer os descontos para a segurança social e não sei quê, porque até... porque se eu ficava grávida, precisava de ir ao médico e não tinha regalias nenhuma. Não tinha direito a nada. Nem maternidade, nem nada, se não estivesse a descontar para a caixa. Então falámos com o meu sogro e ele aceitou muito mal essa situação porque achou que nós nos queríamos apoderar daquilo... porque a gente pediu para nos pôr como empregados ou então que nos fizesse um contrato de arrendamento daquilo enquanto lá estivéssemos. Era um contrato até ao dia que ele quisesse. Ele achou isso muito mal, porque achou que a gente se queria apoderar daquilo que era dele. Demo-nos mal, pronto. Era muito boa até esse dia... eles trataram-me... a partir desse dia eles trataram-me mal e não sei quê. Estivemos lá um ano a trabalhar só os dois. Trabalhávamos de noite, como é óbvio, para entregar os bolos de manhã. Levantávamo-nos às quatro ou cinco da manhã para entregar... para às oito horas começar a entregar os bolos... viemos embora assim... um dia à noite saímos de lá, porque ele tratou-nos tão mal, tão mal... fomos dormir para casa de uma tia do meu marido. De manhã fomos arrumar as coisas e viemos embora. Viemos para aqui, aqui é a minha terra, não é? Tenho cá os meus pais e a minha irmã. Viemos para casa da minha irmã,

porque é uma casa nova, é grande, ocupamos-lhe a sala dela e fizemos a nossa casa na sala dela. Estivemos lá até conseguir arrendar esta casa, pronto, porque viemos sem nada, não é?

Finalmente, o terceiro eixo de diferenciação no emprego é entre trabalhadores do sector público e do sector privado – a “grande diferença”, como lhe chamam Singly e Thélot no subtítulo da sua obra *Gens du Privé. Gens du Public* (1988). A grande diferença, para os/as entrevistados/as, parece residir numa só palavra – segurança. Ser funcionário público é, por um lado, uma garantia de emprego para toda a vida, e, por outro lado, uma via de acesso a regalias sociais que são também elas formas de garantir a segurança.

No entanto, a imagem social do “funcionário público” não é uma imagem favorável (Singly e Thélot, 1988) e as entrevistas permitem confirmar esta ideia. O exemplo do funcionário público é frequentemente usado para distinguir entre emprego e trabalho. Os “trabalhadores” do sector privado “trabalham”, os “funcionários” públicos têm um “emprego”. Como afirmam Singly e Thélot, “a palavra ‘funcionário’ torna-se sinónimo de um trabalho sem grande implicação pessoal. O funcionário é aquele que, protegido pelo seu estatuto, se protege. (...) Pelo contrário, o assalariado do sector privado corre mais riscos, tem mais responsabilidades. O primeiro olha para o relógio para saber quando a sua jornada termina, o segundo não conta o tempo, nem o esforço” (Singly e Thélot, 1988: 3).

Apesar da imagem social desfavorável, um lugar na função pública é um “sonho” (Singly e Thélot, 1988: 3) para os trabalhadores menos qualificados. Se olharmos para as situações laborais de diferentes entrevistados/as com a mesma idade e o mesmo capital escolar e que trabalham, uns no sector público e outros no sector privado, podemos facilmente constatar que a visão “paradisiaca” que alguns possuem da administração pública tem algum fundamento. O sector público oferece garantias de respeito da legislação laboral, dos horários de

trabalho, dos direitos aos benefícios sociais que muitas vezes nos relatos dos/as entrevistados/as do sector privado parecem completamente esquecidos pelos empregadores.

A história de Elvira Mendes, empregada de balcão numa frutaria, ilustra a arbitrariedade com que são tratados os direitos dos trabalhadores, nalguns casos.

E ele [o patrão] tinha-lhe prometido que lhe ia pagar mais?

Tudo igual... disse que era tudo igual. Que horas extra que me pagava, tudo que fosse extra me pagava... até hoje! Andei a dar nove horas a mais por semana nunca vi tostão... isto durante meio ano. Depois andei a dar um dia... são sete horas... um dia a mais por semana, nada! E agora ando a dar o sábado a mais e nada! Nisto já vai fazer dois anos em Abril... em Abril não, Março.

E tem falado com o seu patrão acerca disso?

Não... tenho... ele tem a minha idade, mas eu chamei um sindicalista para pôr os pontos nos is, sabe? Para ele fazer-lhe ver as coisas e ele... eu é que sou a má da fita, porque ele pensa que eu é que tenho que dar a ele... eu é que tenho que tirar de minha casa para ele. Ainda há disto... não, mas há porque... olhe às vezes eu... pronto, ainda na semana passada... há duas semanas... tive uma conversa com ele porque, pronto... é chato... eu tirei a minha filha do infantário para poupar, não é? Para ver se melhora a minha vida, como toda a gente tenta poupar o mais possível e eu disse: ó senhor Jorge... porque ele é assim... faz o que quer... ele pensa que eu tenho que estar aqui de manhã à noite... mas não pode ser! Também tenho a minha vida. E então ele andava-me aqui a chegar às cinco e meia... não... cinco e meia não... seis, seis e meia, sete horas... houve um dia que me chegou cá eram sete e dez e eu disse: senhor Jorge não sei se sabe, não sei se se lembra, eu pedi-lhe, quando mudei a minha filha de infantário disse-lhe que aquele infantário para onde eu a mudei passando da hora pago quinhentos escudos a mais por dia... quer dizer, e ele, ai é? Não sabia! Ó senhor Jorge, pelo amor de Deus, eu disse-lhe... quer dizer, ele faz-se esquecido, ou faz que não me ouve e além disso o meu marido andar aqui para cima e para baixo com o carro também gasta gasolina, não é? Quinhentos escudos que vai à

falência... quer dizer, eu por quinhentos escudos... por mais quinhentos... por mais quinhentos, mil por dia não vou à falência... mas ele para me dar mil escudos ao fim do mês vai à falência.

Deste modo, dado que, do ponto de vista das remunerações, o sector público não se pode considerar uma alternativa atraente, não é de estranhar que a grande atracção da administração pública esteja nas regalias sociais que oferece. Os dois relatos que se seguem ilustram bem a forma como esta ideia está inculcada nas representações sociais e condiciona as escolhas dos indivíduos.

Fátima Antunes tem 34 anos, actualmente frequenta a universidade, trocou o seu emprego num jornal regional por um lugar de assistente administrativa na função pública.

Quer dizer, no jornal eu também não tinha problemas, porque eu estive lá dez anos e não tinha... nunca tive problemas, pronto, e eles despediram-me... eles nunca podiam fazer, porque eu também estava efectiva... só que ganhava-se o ordenado mínimo, quando se ganhava, não é? Não tínhamos subsídio de almoço e andava sempre assim, pronto, era assim... a gente chegávamos agora ao Natal, não... por exemplo, chegávamos ao Natal, para recebermos o subsídio de Natal era preciso eu sei lá o quê! E depois, às vezes recebíamos o subsídio de Natal em Janeiro, em Fevereiro, pronto. Não era assim uma coisa muito... mas quando eu saí, foi quando entrou a nova empresa que está a tomar conta do jornal que é a Lusomundo e nessa altura então as coisas já estavam a mudar completamente, não é? E na altura quando eu fui falar com o doutor Raul a dizer que me ia embora, ele até me disse: ó Fátima, então, mas vai-se embora, porquê? Não está a gostar? Eu disse: não, não é isso... e ele disse: é que eu tinha uma coisa para lhe dizer... é que nós até vamos aumentar, vamos dar diuturnidades, subsídio de almoço e não sei quê... Eu disse: ai, pois é, mas agora... e pronto, eu disse: olhe... e ele até disse: pense um bocadinho e veja se quer cá ficar e não sei quê... Mas depois, ele também me disse: olhe, pessoalmente, como director do jornal, eu vou-lhe dizer uma coisa, gostava que você ficasse porque é

uma pessoa que já cá está há muito tempo e que nós gostamos e não sei quê... E depois na altura também houve uns despedimentos lá no jornal e nesta fase de despedimentos já passou... você sabe que tem capacidades para ficar cá e não sei quê... e gostávamos que cá ficasse, mas também lhe digo, como pessoa, sei que nós nunca vamos dar as oportunidades da função pública, não é? São outras regalias que nós não podemos dar, nunca vamos dar, somos uma empresa privada que não vai dar nunca as regalias que dá a função pública. Por isso você é que vê, você decide... E eu disse: acabou, eu vou-me embora... E ele até me disse... olhe... foram muito simpáticos. Disseram-me que me iam pagar segundo o novo ordenado que eles me iam dar, com as diuturnidades, com tudo... porque na altura eu ainda não estava a receber nada disso e eles podiam não me pagar. Mas foram extremamente simpáticos e pagaram-me com tudo... tudo aquilo que eu tinha direito, e não tive problemas nenhuns. Aliás, dizem que esta empresa que é a Lusomundo que é assim que é assado... eu não tive problemas nenhuns com eles. Foram pessoas... pronto, que entenderam muito bem e que disseram, pronto, se quiser voltar já sabe...

Rita Fernandes tem 32 anos e o 9º ano de escolaridade, é auxiliar de acção educativa numa escola pública, depois de ter desempenhado o mesmo cargo num colégio privado.

E porque é que saiu do colégio?

Olhe, saí por uma razão muito especial... É que as coisas estavam a ficar um bocado desequilibradas... e eu comecei... chegou a uma determinada altura que eu comecei a achar que não valia muito estar ali a perder muito mais tempo, porque depois era a tal história... deixei de estudar, as habilitações agora já não são boas para fazer o que quer que seja, não é? E a idade começa também a avançar e eu... na nossa sociedade também não é muito fácil a gente arranjar emprego. Fiquei no colégio e então comecei a achar que o melhor era se calhar começar a procurar... e resolvi procurar. Depois ainda fui a uma entrevista em Julho, para um colégio também, mas também particular. Não entrei porque não quis, fui eu que não quis, porque achei que... pronto, que era um bocado longe e então não entrei. Como aquilo ainda estava um bocado mal, depois em Setembro

comecei a concorrer ao Estado para estes concursos, dado que um dia fui chamada, desisti de tudo porque achei que não valia... não vale de muito o sacrifício que uma pessoa está a fazer, quem não tiver nada, se calhar terá que ficar um pouco por ali até conseguir... ou houver outra coisa qualquer.

E agora ganha mais?

Olhe, é assim: em relação àquilo que eu estava a ganhar, não ganho mais, pronto. Eu já estava há dez anos... aquilo conta diuturnidades, e não sei, não ganho mais. Só que eu lá almoçava, e não tinha subsídio de refeição e aqui não almoço e tenho subsídio de refeição. Portanto, em termos monetários acaba por ser a mesma coisa, mas tem outras regalias e não é só isso... a gente depois também tem que fazer um bocado contas à vida, em termos de horário, trabalho menos e depois fico muito mais perto, que isso é dinheiro... Logo, por exemplo, para a Patrícia, acho que é assim uma compensação, porque eu deixava-a aqui às sete e meia da manhã e depois vinha buscá-la... vinha buscá-la não... vinha a minha sogra, mas pronto, só para as sete é que chegava a casa. Portanto, era um dia inteiro. Eu agora deixo-a aqui às dez para as oito e às cinco e um quarto venho buscá-la. Às vezes até posso vir mais cedo, mas pronto... à partida são cinco e dez... cinco e um quarto... portanto, isso em termos de tempo é dinheiro. Depois em termos de passe, pago metade daquilo que eu pagava, portanto, continua a ser dinheiro, não é? Porque eu acho que também é muito importante... depois é outras regalias que, pronto, no Estado é diferente, do que os outros, particular, embora gostasse muito daquilo que fazia.

6.4 | O sobretrabalho

O sobretrabalho assume diversas formas e tem diferentes origens e motivações. Classifico como sobretrabalho práticas distintas que têm em comum as longas horas de trabalho despendidas, que vão muito para além de um horário de trabalho normal e deixam pouco espaço para o lazer, ou mesmo para o repouso

físico. Os motivos para o sobretrabalho são também diversos e estão intimamente ligados com o tipo de sobretrabalho do indivíduo. É possível identificar fundamentalmente três: o principal prende-se com razões de ordem financeira – o sobretrabalho surge como uma forma de aumentar os rendimentos familiares. Neste caso encontram-se dois tipos de situações: os que procuram melhorar o seu nível de vida e os que não têm alternativa, ou seja, aqueles que não conseguem subsistir sem uma estratégia de sobretrabalho, porque os seus rendimentos, nomeadamente os provenientes do trabalho assalariado, são muito baixos¹¹.

O segundo motivo para o sobretrabalho é a constituição de projectos autónomos de emprego. O trabalho por conta própria, a formação de empresas, individualmente ou em sociedade, a manutenção de um negócio pessoal ou familiar são situações, como atrás já se descreveu, muito exigentes do ponto de vista pessoal e profissional e que, em geral, ocupam longos dias e longas horas de trabalho. Em terceiro lugar, é possível identificar como razão para o sobretrabalho o centramento no trabalho, que se encontra sobretudo naqueles que investiram numa carreira, e que resulta em tempos de trabalho muito prolongados.

Sustentadas por estes motivos, são quatro as situações de sobretrabalho que foi possível identificar nas entrevistas: o pluriemprego, a acumulação de um emprego com "biscates", a acumulação do trabalho por conta de outrem com o trabalho por conta própria, as jornadas longas de trabalho.

O pluriemprego é mais comum nas pessoas com ensino secundário ou médio. Em geral, quem tem mais do que um emprego possui uma competência específica cujo valor no mercado de trabalho lhe permite acumular diferentes postos de

¹¹ O sobretrabalho foi já identificado noutros estudos como sendo uma das principais estratégias de enfrentamento do risco social e da pobreza (Hespanha *et al.*, 2000).

trabalho. É o caso, na amostra, dos/as enfermeiros/as ou dos/as profissionais na área da informática. Este tipo de sobretrabalho é desenvolvido sobretudo pelos homens. As mulheres entrevistadas raramente acumulam mais do que um emprego assalariado, mesmo as qualificadas. O caso das enfermeiras, por exemplo, é revelador das diferenças entre homens e mulheres. Apesar destas profissionais serem das poucas que desenvolvem estratégias de pluriemprego, o “segundo emprego” ocupa, em geral, menos horas semanais para elas do que para os colegas enfermeiros.

Eliseu Baptista tem 30 anos, é técnico de informática e acumula diversos empregos.

Tenho uma vida profissional um bocado activa. Trabalho aqui [num organismo da administração pública, como técnico de informática], sou formador no Instituto de Emprego, dou apoio a uma empresa de informática também aqui na cidade, jogo futebol... é um bocado activo (...). Sou formador no Instituto de Emprego também na área de informática, onde apanho... dou formação profissional... tipo uma escola profissional... tenho apanhado... os alunos... são alunos entre dezoito e vinte e dois anos, aqueles alunos que... não é que não queiram estudar mas que não gostavam da teoria e ali nós aplicamos mais a prática e temos alguns que são extraordinários, já têm... já estão sendo indicados para ir para grandes empresas ganharem mais dinheiro que... do que o que eu ganho... não tenha dúvida. Também trabalho numa empresa aqui de informática onde dou apoio informático a nível de formação interna... externa, quando é a nível de equipamento, costumo ir de vez em quando dar apoio, é uma grande empresa daqui, que é a Guipa... jogo futebol... já se ganha bom dinheiro e não sou... quando se anda a fazer uma coisa que se gosta e nos pagam bem... e esse é o melhor dinheiro que não se desconta... não se faz IRS... não se faz nada daquele dinheiro, pronto, é mais ou menos isso.

A acumulação de um emprego com “biscates” feitos depois do horário de trabalho surge entre os trabalhadores com baixo capital escolar. Os “biscates”

são essencialmente uma forma de aumentar os rendimentos familiares. Em geral, estas actividades extra rentabilizam competências adquiridas no emprego a tempo inteiro, mas, nalguns casos, os trabalhadores desenvolvem trabalho indiferenciado ou adquirem novas competências. Este tipo de sobretrabalho é o que é mais comum entre as mulheres trabalhadoras desqualificadas. Os "biscates" prendem-se, sobretudo, com competências informais das mulheres, como o trabalho doméstico ou os labores. Assim, encontram-se algumas mulheres que complementam os rendimentos do seu trabalho assalariado com actividades como "fazer rendas", "bordar", "fazer limpezas". A flexibilidade deste tipo de ocupações permite-lhes, para além de uma remuneração complementar, conciliar a vida doméstica com a vida profissional.

Daniel Monteiro tem 28 anos, o 9º ano de escolaridade e é motorista de transportes públicos. Faz diversos biscates para familiares, quer como motorista, quer na construção civil.

Porque a gente também não temos uma vida assim muito... pronto... a poupar muito, porque, pronto, temos o que ela [a mulher] precisa assim para a escola e como ela também recebe bolsa... e equilibrando as coisas, enfim, tentamos sempre tirar algum do *part-time* que eu faço, e tudo...

Que part-time é esse?

Na construção, quer dizer, a maioria das vezes é na construção civil. Eu tenho um primo que é empreiteiro, costumo trabalhar para um empreiteiro, trabalhar...

Isso tem que ser ao fim de semana, não?

Quando estou de folga, tenho folgas rotativas e sempre que eu posso vou lá fazer umas horas. Se eu estiver em casa ao sábado, vou trabalhar... eu então estou durante a semana e tenho que trabalhar ao fim de semana... sempre que há serviços que folgam durante a semana... e eu quando estou em casa, durante a semana vou trabalhar. Também tenho, às vezes... sempre que tenho folga... estou de férias... numa empresa de camionagem... que trabalha lá também outro primo meu... eu vou lá fazer

também uns dias, conforme... se eu tiver dias a gozar, se o chefe os der, claro, pronto. E faz-se assim uns *part-times*, e tal.

Guilherme Mendonça tem 30 anos e o 6º ano de escolaridade. Trabalha numa câmara municipal como escriturário e à noite tem um “biscate” “a fazer desenho”, “aquilo que realmente gosta”.

Eu como trabalho lá na câmara, pronto, tenho uma pessoa... pronto, a gente tem uns conhecimentos lá e eu fui para um atelier, trabalhar e vou para lá trabalhar.

Todos os dias quando sai da câmara vai trabalhar?

Vou.

Quantas horas mais?

Pronto, é uma coisa que não... é assim, eu normalmente chego aqui a estas horas... chego às seis da tarde, estou assim um bocado até ao jantar, depois vou até à uma hora, duas horas.

Vai à noite?

É. Até à uma hora, duas horas, às vezes, três, depois pego no serviço no outro dia.

É um bocado duro, não é, e há quantos anos é que está a fazer isso?

Já há... o miúdo tem quatro, deve ser há cinco anos.

E esse trabalho... é porque gosta daquilo que faz lá, ou é mais por uma questão monetária?

É assim: ao princípio, pronto, é uma coisa que eu aprendi. E gosto de fazer, pronto, eu adoro fazer esse tipo de trabalho. Mas eu normalmente vou mais trabalhar também por causa do dinheiro, mas é das coisas... portanto, eu se pudesse sem estar a fazer aquilo, fazia, então é basicamente o dinheiro.

A acumulação do trabalho por conta de outrem com o trabalho por conta própria encontra-se sobretudo nos profissionais com ensino médio ou superior. As pessoas têm um emprego assalariado, muitas vezes na função pública, e acumulam essa actividade com outra ou outras. De um modo geral, o emprego representa a segurança, a actividade extra a principal fonte de rendimentos. Também não se encontram mulheres na amostra a desenvolver este tipo de

sobretabalho. A dupla jornada de trabalho assalariado e trabalho doméstico que as mulheres desenvolvem¹², certamente justifica porque elas estão ausentes deste tipo de estratégia de aumento das remunerações. A economia familiar assenta num modelo de dupla inserção no mercado de trabalho, que distribui os “extras” com base no sexo do cônjuge: para as mulheres fica o trabalho não pago, relativo às tarefas domésticas e aos cuidados das crianças, para os homens a procura de mais oportunidades no mercado de trabalho.

Lino Rodrigues tem 32 anos e o bacharelato em engenharia civil. É professor numa escola pública e trabalha como engenheiro civil para diversas empresas.

E como é que tem sido o seu percurso profissional?

Portanto, o ensino... eu sempre tive um certo jeito, julgo eu, não é? Pelo que dizem... não me estou a gabar, não é? Para o ensino... tanto que eu, quando havia uma disciplina em Tomar no curso que... eu tinha mais facilidade do que os meus colegas. Nós antes dos testes juntávamo-nos a estudar e eu dava uma aula para eles, como se estivesse a dar uma aula, pronto. Entretanto, eu no fim do terceiro ano de curso, ainda não tinha acabado o curso, tive um convite do Instituto Vidal para voltar a dar matemática... os meus pais são lá professores... o meu pai era professor lá... de matemática também. E eu aceitei, porque eu gosto muito do ensino. Entretanto, estive lá esse ano a dar matemática, renovaram-me contrato no segundo ano e eu, pronto, optei, portanto... que até tirei o complemento de formação pela Universidade Aberta... para ficar com habilitação própria, mas dei aulas ao terceiro ano no Instituto e depois... passava ao quadro, ou mandavam-me embora. E eles não quiseram renovar contrato para eu não passar ao quadro e depois havia aqui uma vaga na tecnológica e chamaram-me para lá... basicamente... mas eu gosto muito do ensino. Eu sinto-me bem a ensinar... é isso que eu faço... a minha vida mas...

Essa é que é a sua ocupação principal?

¹² Cf. Capítulo 9.

É no... pronto... só que é a que é pior remunerada, por isso eu estou a pensar seriamente em deixar o ensino, apesar de ter as explicações... nunca acabo... porque além de ganhar algum dinheirito, é assim uma coisa que eu gosto, pronto. E gosto de contactar com os alunos, eu passo mais tempo na escola com alunos do que com professores... colegas... é verdade... eu nos intervalos é raro ir à sala de professores, é verdade, pronto, sinto-me bem assim.

E está a pensar trocar pelo quê, pela engenharia civil, pela obra?

Estou a pensar, sim... porque... a obra e gabinete, ao mesmo tempo... porque... portanto, eu tenho quatro alvarás de construção, acompanho quatro empresas de construção e uma delas quer agora aumentar o alvará, só pode ter obras até vinte cinco mil contos e quer aumentar para cem mil contos, porque apareceram aí umas propostas boas e o dono da empresa quer que eu vá trabalhar para ele, pronto. Se eu for para trabalhar, ele tem que me meter no quadro... tem que me estar a pagar caixa e tudo... que neste momento não está e tem muito mais trabalho. E depois não tenho tempo para as duas coisas. E estar a fazer duas coisas mal feitas, não vale a pena. E ainda agora recebi um telefonema dele para lá ir, tenho que lá ir falar com ele, vamos ver o que é que...

Mas a trocar é por uma questão monetária?

Pronto, eu gosto muito do ensino, só que monetariamente não compensa. E nós queremos sempre mais... nós nunca estamos bem. Eu, pelo menos, tenho isso... e uma pessoa quer investir, quer investir, e depois não tem... não tem como e então... ali... pronto... sentir-me bem... sinto-me muito melhor nas aulas. Contacto com outro tipo de pessoas. Nas obras contacto com muita gente boa, mas também contacto com pedreiros e não sei quê... pessoas sem formação, que às vezes só Deus sabe o que nós temos de aguentar para não responder a certas coisas... mas é uma área que eu também gosto muito e estou a pensar seriamente segui-la, porque é uma área que eu gosto e sinto-me bem... e normalmente estou a trabalhar... não digo diariamente... mas duas três vezes por semana até à meia noite, uma da manhã, na área da construção. Portanto... e agora comecei... eu e esse construtor... duas obras que nada têm a ver com a empresa dele nem com a minha... uma sociedade que nós fizemos os dois, sem nada escrito, mas

vamos experimentar, que é para não ir... ele quer me puxar para lá... isso foi uma maneira de me cativar. Vamos começar estas duas obras à nossa responsabilidade, nem à minha, nem à tua, à nossa. As outras que eu tenho são minhas... e vamos ver... ele propôs-me sociedade na empresa e é uma série de coisas que vamos ver. Nós também não é só o dinheiro que conta, mas também conta, infelizmente conta.

As jornadas longas de trabalho são características dos trabalhadores por conta própria. Os tempos de trabalho são dilatados, diariamente, para lá dos horários normais de trabalho, durante a semana, pelos fins de semana, e durante as férias, que são quase sempre diminutas. Os tempos de lazer e sociabilidade são reduzidos ao mínimo, o repouso físico é quase sempre secundarizado.

César Almeida tem 31 anos e um negócio de venda de peças para automóveis.

Não tenho empregado, não tenho ninguém, pronto. Quer dizer, tento... tento organizar-me da melhor maneira possível, mas muitas vezes não tenho hora de chegar, porque eu tenho que fazer as vendas, tenho que fazer as entregas. Quer dizer, as entregas, quando é aqui próximo, porque o resto vai tudo pela transportadora, não é? Mas de qualquer das formas... à noite quando venho... quando chego cedo... vou para o armazém fazer as encomendas, arranjar os despachos, a preparar tudo para o outro dia de manhã ir despachar e tento mais ou menos conciliar... por isso é que eu não tenho horários muito certos, muito... em relação ao fim de semana... os sábados normalmente são passados quase todos no armazém, em termos de papéis e contabilidades, pronto, a dar seguimento aquelas situações todas, lançamentos no computador, por vezes facturação. No domingo normalmente é a família, não é? Poderá haver uma situação ou outra que não possa, mas normalmente é.

As jornadas longas de trabalho não são exclusivas dos trabalhadores por conta própria; o mesmo padrão de envolvimento com o trabalho encontra-se entre os assalariados mais qualificados, entre aqueles que têm uma carreira e nela fazem um grande investimento.

Anabela Esteves, cujo centramento na profissão já acima foi referido, descreve, do modo que se segue, os seus tempos de trabalho.

É assim: eu estive nove anos que não tive férias, trabalhei sempre ininterruptamente, pronto. Porque tinha sempre estas coisas todas para organizar e trabalhei sempre. Este ano resolvi... este ano agora que passou... que havia de tirar o mês de Agosto de férias, porque sentia-me completamente rebentada fisicamente. Eu cheguei a fazer duas directas por semana durante vários meses e realmente, quer se queira quer não, isto afecta, não é? E porque o nosso sistema... como eu aqui vivo... é muita pressão. É uma pressão muito grande... essa discriminação toda... essa pressão toda... eu tinha que trabalhar dez vezes mais para poder mostrar aquilo que valia. É mesmo assim, porque depois o problema é que a minha chefe, por gostar muito do meu trabalho... mas ela também não gosta de ir contra a maioria... isso é muito complicado. E eu fui-me apercebendo disso tudo e tive que aprender a gerir com isso tudo e pronto. E este ano realmente notei que tinha um grande cansaço físico e mental e decidi tirar o mês de Agosto de férias. Não fui assim para lado nenhum em especial, mas fiquei em casa a organizar as minhas colecções, os meus ajuntamentos, as minhas decorações... umas coisas de cozinha... umas compotas. Andei assim a divertir-me em casa... a arrumar coisinhas que eu às vezes... uma pessoa põe ao monte depois não consegue organizar... e como a casa é pequena nota-se muito. E realmente eu depois não sei encontrar nada e depois fomos assim um fim-de-semana prolongado para o Norte, porque o Bruno também não teve férias... porque como ele só agora é que começou o contrato teve só três dias de férias e não podíamos ir para lado nenhum. Portanto, fiquei também um bocadinho confinada, pronto. Também não ia... não me apetecia ir assim sozinha... ir para a praia ou... já o fiz muitas vezes quando morava sozinha... ia sozinha para todo o lado. Mas agora com o marido que vai... e até era mau se abrisse outra vez esse precedente porque criava um certo... pronto. E então tirei o mês de Agosto de férias e entretanto agora sempre que há um feriado... agora não... tento trabalhar também o máximo até às seis, sete da tarde... mas eram nove, dez da noite e eu ainda aqui e às vezes isso ainda acontece, mas muito raramente. Até

porque eu tenho o síndrome vertiginoso... ficou-me crónico e quando eu durmo pouco começo com a cabeça a andar à roda e realmente tenho que parar... só quando estou deitada e com a medicação é que recupero. Mas eu sei que se dormir normalmente, se não fizer esforços fora do normal... eu tenho empregada um dia por semana que me trata assim da roupa da cama... das toalhas... cozinha qualquer coisa e dá-me assim uma limpeza geral da casa. Agora, no nosso dia-a-dia, normalmente acordamos às seis da manhã, pronto... o Bruno leva um bocado de tempo a arranjar-se, pronto... tem problemas respiratórios e não sei quê... e leva um bocado de tempo a desentupir-se e essas coisas todas. Depois demora meia hora para fazer a barba porque tem muitos problemas de alergia e tem que fazer aquilo com muito cuidado. Portanto, ele demora para aí uma hora a mais do que eu, mas, pronto... mas normalmente levamos almoço todos os dias. Eu tenho uma gastrite e não posso comer... às vezes vou ao bar, mas muito raramente, porque eles cozinham com muita gordura e faz-me mal... então eu prefiro trazer a minha sandes ou a minha saladinha e como aqui descansada a ver o meu mail... e é muito mais saudável para mim e assim também posso fazer coisas que me permitem sair um bocadinho mais cedo, pronto, porque eu tenho que trabalhar mais horas do que o normal porque tenho muita coisa... e então não tendo hora de almoço permite-me sair uma hora mais cedo... também há essa vantagem, pronto. E nós para prepararmos o almoço, para prepararmos o nosso pequeno-almoço, para deixarmos as coisas arrumadas... porque depois não vai ninguém pôr a louça na máquina, etc....Porque agora já temos máquina, porque os meus pais já nos deram a máquina de lavar louça, pronto... e tudo isso... e para estar a casa minimamente, não é? Como é muito pequenina tem que estar tudo sempre muito arrumadinho, porque senão fica tudo num caos... então levantamo-nos todos os dias muito cedo para conseguirmos estar às nove, nove e meia no trabalho... porque depois há imenso trânsito, etc., e pronto. Almoçamos no trabalho. Telefonamo-nos durante o dia para partilhar os acontecimentos principais do dia... e até porque também o trabalho dele está dependente de mim e tem lá muita coisa que ele me pergunta: faço assim ou faço assado... porque embora o laboratório esteja no hospital e eu oficialmente não tenho nada a ver com o hospital... mas sou eu que

supervisiono o trabalho que ele está a fazer lá... também... às vezes é um bocadinho complicado, porque depois quando é na altura de reconhecer isso, é como se eu não tivesse nada a ver... em termos oficiais é complicado, mas pronto. Não há-de ser nada... e os nossos fins-de-semana... normalmente, ao sábado dormimos muito, que já não é tanto como no início... eu conseguia dormir até às dez horas, meio dia... agora já não consigo porque acordo, pronto.

É neste grupo, mais do que em qualquer outro, que se pode encontrar o sobretrabalho como forma de distinção social (Martuccelli, 2002). O sobretrabalho faz parte de um modo de vida onde a sobreutilização do tempo coexiste com a falta de tempo para o lazer, para a família, para as sociabilidades, o que permite mostrar aos outros a importância da sua posição social. Se, nos casos anteriormente descritos como sobretrabalho, este surge sobretudo como resultado de pressões exteriores, para estes profissionais ele resulta de uma opção de vida, onde o trabalho tem um lugar central. Como afirma Martuccelli, "ao contrário da relação com o trabalho de outros grupos sociais, marcada duplamente pela necessidade económica e pelos constrangimentos do dever a cumprir, exigido a eles pelos outros, a sobreactividade das classes superiores é enunciada como uma manifestação da plenitude expressiva de uma vida e apresenta-se sempre como liberta de qualquer outro constrangimento que não seja aquele a que o indivíduo se impõe pela preocupação da sua *performance* individual" (Martuccelli, 2002: 87).

As estratégias de sobretrabalho dependem, em grande medida, das redes sociais e, especificamente, das redes de parentesco. Por um lado, a duplicação de actividades e os "biscates" encontram o seu suporte nas redes informais. Por outro lado, as longas jornadas de trabalho são muitas vezes possíveis porque alguém fora do núcleo conjugal assegura as tarefas de reprodução familiar.

Trabalhos extra, contratações, sociedades, patrões, clientes – todos estes elementos são dependentes dos laços dos indivíduos. Quanto mais vasta fôr a malha da rede maiores são as possibilidades para conseguir alternativas ao emprego assalariado. Apesar da importância dos laços fracos, a rede de parentesco desempenha um papel de relevo. Neste domínio, as relações activadas ultrapassam inúmeras vezes o parentesco restrito. Solidariedades intergeracionais e intrageracionais são activadas para conseguir trabalho. Pais, sogros, irmãos, cunhados, tios, primos são elementos que entram na rede para conseguir "biscates", desenvolver um trabalho por conta própria ou montar uma empresa familiar.

Quando as necessidades criadas pela sobretrabalho se situam ao nível da reprodução familiar, os laços activados têm características bastante diferentes: a rede centra-se no parentesco restrito e é fortemente polarizada pelas mulheres. Para as mulheres trabalhadoras, sobretudo se forem mães, as estratégias de sobretrabalho assentam em larga medida no suporte da sua rede feminina de parentesco. Ou seja, apenas é possível investirem na esfera da produção se existirem outras mulheres que as possam ajudar ou substituir na esfera doméstica, da qual os maridos continuam ausentes¹³. As longas jornadas de trabalho só são exequíveis, para as mulheres, se outras mulheres na sua rede relacional se encontrarem disponíveis para partilhar o trabalho doméstico, sobretudo os cuidados das crianças. A rede activada pelas mulheres para apoiar o sobretrabalho é orientada sobretudo para o parentesco restrito e fortemente lateralizada, ou seja, as mulheres podem contar sobretudo com a solidariedade da sua mãe e irmãs e, em alguns casos, com as suas cunhadas, mulheres dos irmãos.

¹³ Cf. Capítulo 9.

6.5 | O emprego e as redes sociais

Do que acima foi descrito decorre que as redes sociais têm um papel crucial no acesso ao emprego, mas também no modo como ele se estrutura, nas opções que são tomadas e nas alternativas que são construídas. As redes de relações são fundamentais na entrada no mercado de trabalho, nas trajetórias percorridas, nas diferenças entre posições e percursos, no modo como o sobretrabalho é vivido.

As minhas conclusões aproximam-se das de Fortunata Piselli no estudo que realizou sobre a acção da sociedade-providência na esfera económica: "as redes de solidariedade são uma parte fundamental da organização da vida produtiva. Apoiam as iniciativas independentes, alargam o campo das informações e do controlo sobre os recursos de emprego, asseguram todas as actividades suplementares através das quais pode realizar-se uma melhoria das condições económicas e podem satisfazer-se as novas exigências de consumo das famílias" (Piselli, 1995: 106).

A morfologia da rede activada para dar respostas às questões relacionadas com o emprego é bastante diversa daquela que encontramos para a habitação. A orientação da rede é fundamentalmente para fora das relações familiares, activando laços de amigos e conhecidos, laços fortes e laços fracos. A orientação para o parentesco é, contudo, significativa nalgumas questões¹⁴. Em primeiro lugar, como acima foi sublinhado, os laços familiares têm peso no acesso ao primeiro emprego. Neste caso, a orientação é claramente no sentido das relações em sentido vertical, sendo sobretudo accionadas solidariedades

¹⁴ A importância dos laços de parentesco no acesso ao emprego em Portugal foi já evidenciada por outros estudos. Cf., entre outros, Almeida (1993), Piselli (1995), Portela e Gerry (2002).

intergeracionais. Ao contrário, no entanto, do que acontece com a habitação, a activação dos laços no caso do acesso ao emprego sai da esfera do parentesco restrito e engloba tios e primos.

Em segundo lugar, os laços familiares desempenham um papel fundamental como “suportes invisíveis” (Martuccelli, 2002) do percurso profissional. Os laços familiares e, especificamente, as relações intergeracionais, entre pais e filhos, constituem uma rede de segurança que permite fazer mudanças e tomar opções arriscadas cujas consequências podem pôr em causa a estabilidade económica da família. Mudar de emprego por iniciativa própria, passar a trabalhar por conta própria, montar um negócio, são decisões que comportam riscos e, muitas vezes, só são tomadas porque se sabe que se pode contar com o apoio dos pais ou dos sogros no caso de as coisas não correrem bem, ou de precisarem de algum tempo para darem resultados. Este apoio pode nunca chegar a concretizar-se, mas é considerado nas opções a tomar. Saber que se pode contar com ajudas financeiras ou em géneros, que há uma mesa à espera para se tomarem as refeições se fôr necessário, é um elemento que pesa quando se decide arriscar no mercado de trabalho.

Como vimos, os laços familiares são também fundamentais como suportes invisíveis no caso do sobretrabalho. Para além das actividades complementares ou alternativas ao trabalho assalariado encontrarem, frequentemente, as suas fontes privilegiadas no interior das relações familiares, as longas jornadas de trabalho são possíveis graças ao apoio da rede feminina de parentesco.

Uma característica interessante de sublinhar nas redes de relações familiares relacionadas com o emprego é a sua nítida lateralização. Ou seja, ao contrário de outros recursos, como a habitação, em que existe um envolvimento das relações familiares dos dois membros do casal, no apoio ao emprego cada um parece só poder contar com a sua família de consanguíneos. Poder-se-ia afirmar

que esta realidade se deve ao facto de o acesso ao emprego ser prévio ao casamento, mas também no decurso das trajectórias é raro encontrar-se o envolvimento da família do cônjuge. Mesmo quando se trata de desenvolver projectos empresariais, individuais ou familiares, o apoio é quase sempre obtido no interior da própria família e não na do cônjuge.

Apesar de não existir uma polarização muito forte nas redes de acesso ao emprego, esta passa por aqueles que têm posições de poder no mercado de trabalho. Como atrás se sublinhou, a importância do estatuto dos intermediários, demonstrada nos estudos de Granovetter, é fundamental no acesso ao emprego. Aqueles que são capazes de abrir as vias para se conseguir um emprego, uma mudança, uma alteração de estatuto, uma nova oportunidade, são os que detêm uma posição vantajosa no mercado de trabalho. Os pais, os tios e outros familiares mais velhos são um exemplo, no caso do acesso ao primeiro emprego, os patrões são outro exemplo claro, acima referenciado, para a mudança de estatuto no mercado de trabalho.

Apesar da importância que os laços fortes e, sobretudo, os laços familiares, têm nalguns domínios e para alguns indivíduos relativamente ao acesso ao emprego e aos modos de inserção no mercado de trabalho, a preponderância dos laços fracos no acesso ao emprego ficou acima amplamente demonstrada. Embora a acção dos laços fracos seja, como atrás se viu, diferenciada e diferenciadora consoante o capital escolar do indivíduo, o tipo de emprego e a trajectória seguida, este é um dos domínios em que a importância de uma rede social que extravase os limites do parentesco é fundamental para assegurar a provisão de um recurso.

Os laços fracos são essenciais na procura de trabalho, nas mudanças ao longo do percurso, na criação de projectos autónomos de emprego. São importantes para qualquer segmento do mercado de trabalho, mas decisivos no mercado

secundário de trabalho. Como atrás se concluiu, quanto mais desqualificado é o trabalhador maior é a sua dependência dos mecanismos informais de acesso ao emprego, quer na entrada no mercado, quer ao longo da trajectória. O capital relacional adquirido ao longo do percurso profissional revela-se fundamental para conhecer ou criar alternativas de emprego. Estas conclusões corroboram os dados de alguns trabalhos desenvolvidos pelo Banco Mundial acerca dos efeitos do capital social. Diversos estudos empíricos suportam a ideia de que nos países pobres os proveitos do capital social excedem os proveitos do capital humano, sugerindo, também, que, em determinados contextos sociais, o capital social age como um substituto da educação (Grootaert *et al.*, 2003: 15).

Ao contrário do que se verá no capítulo seguinte sobre os cuidados de saúde, para os quais os laços fracos são também fundamentais, no acesso ao emprego é possível confirmar a eficácia das cadeias curtas, sublinhada pelos estudos de Granovetter. Enquanto no acesso aos cuidados de saúde as cadeias longas são também eficazes, no caso do emprego a dimensão da rede activada é diminuta, sendo envolvidos apenas um ou dois intermediários.

7

AS COISAS E OS MODOS (III): OS CUIDADOS DE SAÚDE

Introdução

A saúde não é uma preocupação fulcral para as famílias entrevistadas e o acesso aos cuidados de saúde está longe de apresentar a centralidade que a habitação e o emprego ocupam em termos de recursos familiares. Sem dúvida devido à idade e a condições socioeconómicas favoráveis (Blaxter, 1990), a população entrevistada é, de um modo geral, uma população saudável. Embora existam, no conjunto das pessoas entrevistadas, casos de doenças crónicas e de problemas graves de saúde, o recurso aos serviços de saúde faz-se sobretudo devido a pequenos problemas e de uma forma esporádica.

Reveladora do facto de a saúde não ser uma questão central para estas famílias é a constatação de que este não é um tópico que cativa o discurso dos/as

entrevistados/as. Em geral, a importância conferida a esta questão é bastante reduzida, embora mais nos homens do que nas mulheres. As mulheres falam mais da questão da saúde do que os homens e, em geral, têm mais queixas a apresentar, quer relativamente à sua própria saúde, quer relativamente aos serviços. As mulheres falam também mais da saúde dos seus filhos do que os homens.

A área da saúde infantil é, aliás, aquela que suscita a maior procura dos serviços de saúde por parte dos/as entrevistados/as. Como já constatei noutra lugar (Portugal, 1995), o período pré-natal e a primeira infância são hoje fortemente vigiados por uma cultura de peritos, na qual a pediatria ocupa um lugar central. Deste modo, verifica-se que a saúde dos filhos, e a sua vigilância por parte da comunidade médica, é uma das principais fontes de contacto dos/as entrevistados/as com os serviços de saúde.

Um traço importante no acesso a este recurso, sublinhado sobretudo pela comparação com a análise de outras áreas, é a forte presença do Estado. Ao contrário dos outros domínios aqui analisados, em que a sua presença é muito menor, na saúde a oferta do sector público é dominante nas escolhas das famílias. Embora o uso exclusivo dos serviços públicos seja minoritário na amostra, a cobertura da provisão estatal em determinadas áreas é quase total. Apenas duas pessoas não têm médico de família. No entanto, o facto de se dispor de médico de família não significa, como adiante se verá, que se utilizem os seus serviços. A visão que predomina sobre o médico de família é a de uma figura burocratizada que cumpre sobretudo funções administrativas de passar “baixas” e credenciais. A má imagem do médico de família estende-se ao conjunto dos serviços públicos: a demora na espera pelas consultas, o atendimento apressado e pouco cuidado são queixas frequentes.

O descontentamento com os serviços de saúde é outro dos traços marcantes que ressalta da análise das entrevistas. O discurso predominante sobre a saúde é de censura e acusações aos profissionais da área. Esta é uma característica que domina a posição face ao sistema público, mas que se estende também, muitas vezes, aos serviços contratados no mercado. Abundam as histórias de diagnósticos errados, mau atendimento e elevados preços, sendo estes últimos a principal acusação contra o sector privado.

No acesso à saúde a escolha entre os serviços oferecidos pelo Estado e pelo mercado é a clivagem fundamental. Basicamente, a selecção em torno das duas alternativas faz-se em função de três variáveis: a proximidade geográfica dos serviços, nomeadamente a disponibilidade da oferta pública, os níveis de rendimento familiar e as características da rede relacional da família.

Relativamente à proximidade dos serviços e à disponibilidade da oferta pública, a principal clivagem coloca-se entre as zonas urbanas e as zonas rurais desfavorecidas. Os/as entrevistados/as que habitam em áreas do interior rural queixam-se muito da deficiente cobertura do sistema público, nomeadamente da disponibilidade de médicos com um carácter permanente. As pessoas são muitas vezes obrigadas a recorrer aos serviços privados devido à ausência de uma oferta estatal com um mínimo de qualidade.

A opção pelo sector privado está, no entanto, condicionada pelos níveis de rendimento familiar. Para as famílias de mais fracos recursos económicos os serviços oferecidos no mercado não se constituem como alternativa ao sector estatal devido ao seu elevado custo. A maioria dos consumidores exclusivos dos serviços públicos são pessoas de rendimentos mais baixos, que não têm capacidade económica para entrar na esfera do mercado.

Por último, as características da rede relacional são também um dos factores importantes para perceber as escolhas em termos de cuidados de saúde. Esta é

uma área onde é possível confirmar, mais uma vez, a hipótese da importância dos laços fracos. Conhecer pessoas que trabalhem ou tenham acesso privilegiado ao sistema público de saúde é um factor que permite contornar muitas das deficiências do sector, nomeadamente as esperas prolongadas. Ter conhecimentos no interior do sistema permite usufruir dos baixos preços dos serviços públicos com garantias de qualidade no atendimento. Quando existem formas de acesso informal aos cuidados prestados no sector estatal, os utilizadores são unânimes na preferência pelo sistema público.

A importância da rede de relações no acesso à saúde não se limita, no entanto, ao acesso facilitado à esfera dos serviços públicos. As relações familiares, de amizade, de vizinhança e de conhecimento são fundamentais nas escolhas realizados no sector privado. A selecção de um médico no sector privado é, em geral, feita através do aconselhamento prestado por familiares, amigos ou conhecidos.

A opção por um sistema de cuidados de saúde público ou privado é fortemente influenciada pelas características da rede relacional da família e pelo tipo de laços que a compõem. Como se verá de seguida, a natureza dos laços tem impactos diferenciados nos dois sectores. Os laços fracos são mais eficazes no sistema público do que no sistema privado, onde os laços fortes têm uma maior eficácia.

7.1 | Os serviços públicos

Como já foi referido, a saúde é o recurso onde é possível detectar uma presença mais forte do Estado. No entanto, apesar desta constatação, apenas 11 famílias usam o sistema público como forma exclusiva de aceder a serviços de saúde. Na opção pela exclusividade do Estado na prestação de cuidados de saúde é possível, no entanto, identificar dois modelos distintos: por um lado, aqueles que utilizam o sistema público porque não têm capacidade económica para entrar no mercado e, por outro lado, aqueles que têm acesso aos serviços do Estado através da sua rede social, o que lhes permite aceder a serviços de qualidade sem custos económicos, que eventualmente até poderiam suportar.

Quando existe uma utilização dos dois sistemas, público e privado, em simultâneo, o padrão é o recurso ao sistema público para resolver questões de rotina (constipações, viroses das crianças, prescrição de medicamentos que se tomam regularmente, etc.) e ao sistema privado nas especialidades médicas, cuja imagem, nos serviços públicos, é, como se verá, bastante negativa, quer pelos longos tempos de espera, quer pelas práticas profissionais dos médicos.

A falta de confiança nos serviços públicos é praticamente generalizada a todos, utentes e não utentes. Sendo, como já se afirmou, uma população que tem um contacto reduzido com o sistema, esta avaliação prende-se bastante com “as histórias que se ouvem”, expressão recorrente nos discursos. Uma das suas fontes fundamentais de referência são os pais e sogros. Dado que a geração anterior utiliza com mais frequência os serviços de saúde, as entrevistas revelam que a sua avaliação é determinante nos juízos que os mais jovens fazem dos serviços.

Outro elemento importante na avaliação negativa dos serviços públicos é a comparação estabelecida entre as práticas profissionais dos médicos no sistema público e no sistema privado. As histórias de comportamentos diferenciados do

mesmo médico nos dois sistemas abundam, sublinhando-se sempre a prestação negativa nos serviços públicos.

A pequena história de Rui Brito ilustra esta posição:

É assim... eu não recorro muito, porque às vezes estou doente e vou lá para baixo... uma pessoa está uma hora, duas horas à espera... ele chega lá e... tome lá um comprimido para a gripe e pronto. E fica um ou dois dias em casa e já lhe passou. E acabo por não ir, quando estou com um problema, com uma dúvida no corpo que me preocupe mais um bocadinho, prefiro perder... pronto... se quer que se diga, dez contos e ir a um médico particular. Porque também os da caixa, podem até ter... eu tenho o caso que o meu médico de família... que já fui... há cinco, seis anos fiz um problema e estava lá dentro do consultório um ou dois minutos se tanto... "qual é o problema?" "Ai não...", pronto, "podes-te ir embora". E fui ao mesmo médico a nível particular, e foi uma diferença total, estive quase uma hora dentro do consultório, quis saber a minha vida de trás para a frente, de frente para trás, foi impressionante.

Tal como foi enunciado por Boaventura Sousa Santos (1993), e demonstrado por pesquisas empíricas noutras áreas (Hespanha *et al.*, 2000), a relação das pessoas entrevistadas com os serviços públicos de saúde revela uma fraca interiorização dos direitos. O acesso ao sistema público não é visto como uma forma de acesso a direitos de cidadania garantidos pelo Estado, mas sim como uma espécie de favor que é prestado a quem não quer ou não pode aceder aos serviços do mercado. As expectativas de obter uma boa assistência no sistema público são extremamente reduzidas, sendo sustentadas pela ideia de que "não se paga, é-se mal servido". Não se exigem serviços de qualidade porque eles estão excluídos da relação mercantil que a garante à partida. A "naturalização" da má prestação dos serviços públicos surge, nos discursos, como uma consequência da gratuitidade ou do baixo preço dos serviços. As representações das pessoas sobre esta matéria revelam a ausência de uma

relação de cidadania nos modos de acesso aos cuidados de saúde. É “natural” não se ser bem atendido porque a representação que os indivíduos têm de si próprios face aos serviços não é a de um cidadão a aceder aos seus direitos, mas a de um cliente a quem está a ser feito um favor.

Esta atitude explicará também, parcialmente, o modo como as pessoas activam os seus laços sociais para poderem obter um serviço de maior qualidade. No interior dos serviços públicos os laços fracos são essenciais para conseguir afastar as deficiências do sistema e garantir um acesso facilitado.

Paulino Cunha conheceu muitos médicos e profissionais de saúde quando era bombeiro voluntário. Conta ele:

Olhe, eu recorro ao desenrasca... é, a sério. O sistema de saúde está mau. Está péssimo... está péssimo. Olhe, eu escuso de dar exemplos para trás, que tenho exemplos mais... Quinta-feira quando eu fui chamado para ir buscar o rapaz, fui ao centro de saúde... médico de família... então tive que ir ao desenrasca, portanto... eu arranjo lá uma médica conhecida, ela vê, e prontos.

E costuma recorrer a médicos particulares ou não? Usam mais o sistema público com esse sistema de desenrascar?

Olhe, enquanto eu estive no hospital conheci muitos médicos. Quando o miúdo nasceu ele tinha pediatra, consulta externa, ainda tem... mas fui muita vez ao consultório dele que era... a minha esposa teve um problema no ouvido... foi em Barcelona caiu para o lado e depois como teve um síndrome vertiginoso e eu a partir daí fui para a privada... à privada. E as coisas têm resultado. Quando há essa necessidade tenho que ir, não é? Mas, de resto, tenho recorrido ao serviço público, entre aspas, não é? Mas é, aos amigos... conhecidos... aos mais simpáticos, pronto. Tem sido assim, porque... e ainda eu que tenho um dom que é ficar a conhecer pessoas novas rapidamente... porque eu vejo muita gente, coitados, que não tem família, estão ali... Eu quando vou ao hospital, estão lá às sete da manhã, estão lá à espera e fartam-se de gastar... e todos os funcionários passavam e a pessoa eram duas da tarde ainda estava lá. Não sabem falar, não

sabem a quem se hão-de dirigir, coitados. Está tudo mal... está tudo mal... e continua a estar mal. E não quero é chegar ao ponto de pensar assim, se eu me desenrascar... os outros façam como eu! Eu tenho que me desenrascar que se lixe aquele... Nós estamos a viver numa comunidade... é cada um que se desenrasque... é essa a comunidade que nós estamos a viver. É mau, mas eu não quero chegar a esse ponto, está a perceber? Não quero chegar a esse ponto.

As entrevistas realizadas com profissionais que trabalham no Serviço Nacional de Saúde permitem verificar “o outro lado” deste processo de activação de laços fracos. Os entrevistados queixam-se do “assédio” de que são frequentemente alvo por parte de “desconhecidos”. Apesar do tom de lamento, os relatos mostram como a ousadia compensa – todos reconhecem que procuram dar resposta aos pedidos que lhes são feitos. Podemos, assim, observar como, neste domínio, a fraqueza dos laços se transforma em força.

A entrevista com Afonso Salgueiro, médico pediatra a trabalhar em exclusividade no sistema público de saúde, é exemplar para analisar o modo como laços fortes e fracos são activados no acesso aos cuidados de saúde. O seu relato mostra, por um lado, como o seu poder no interior do sistema permite garantir cuidados de qualidade superior aqueles que lhe estão mais próximos; por outro lado, revela o modo como os seus laços fracos o encaram como um recurso estratégico para aceder aos serviços públicos.

E relativamente à saúde... sendo médico deve ter um panorama um pouco diferente das pessoas que eu tenho entrevistado?

Sim, é capaz de ser um bocado diferente...

Como é que costuma fazer?

É... é um bocado diferente. Portanto, é assim, por sorte nós não temos tido realmente necessidade de grandes custos com a saúde. Isso de facto é verdade e quando chega ao fim de um ano e estamos lá a fazer contas, portanto, para meter coisas no IRS, as despesas com a saúde ao fim do ano, vinte e poucos contos em medicamentos, ou vinte contos... quer dizer, não

é nada. Porque nós não temos realmente precisado, particularmente, pronto. Quando eu por alguma razão, o que também não tem sido nada frequente, eu ou a minha mulher precisamos de uma observação médica, é sempre alguém que eu conheço a quem telefono: olha estás de serviço, não te importas. O meu filho o ano passado teve uma broncopneumonia... tinha um anito na altura... ou parecia-me a mim que ele devia estar com uma broncopneumonia, e eu não gosto de ser juiz em causa própria, a menos que seja uma situação muito linear e muito banal, nesse caso não vou pedir opiniões a ninguém. Mas ele tinha febre alta prolongada e eu não notava nada de anormal... isso vai acabar por precisar de fazer uma radiografia... porque eu não consigo... e podia ter chegado ao hospital e dizer assim: ó pessoal, olha o meu filho, e não sei quê, precisa de uma radiografia... e eles pediam. Mas eu cheguei aqui e disse à colega que eu conheço: olha, o meu filho tem febre há cinco dias, eu não sei o que é que ele tem, vê e dá-me... tentamos não influenciar, não é? E portanto... em termos de saúde não tenho tido... também nunca precisei... tirando os partos, as coisas do nascimento dos miúdos, nunca nenhum de nós teve que ser internado em nenhum sítio... mentira... a minha filha quando tinha nove meses teve uma infecção urinária e esteve internada cinco dias. Mas esteve internada no meio dos outros miúdos no hospital, na enfermaria de pediatria, com a mãe ao pé, portanto... não houve nenhuma... nenhum privilégio particular. Tirando isso, há coisas que nos facilitam a vida, não é? O meu cunhado... não tem a ver com o agregado familiar directamente... o meu cunhado há uns dois ou três anos atrás estava com umas dores de cabeça medonhas, vomitava, tinha sinais preocupantes e o médico de família lá estava um bocado atarantado com aquilo... que é que faz... o que é que não faz... em Trás-os-Montes têm poucos recursos em termos de neurologias para... Disse: Rodrigo, vens até cá... chega cá... vou só com ele ao hospital, peço à colega de neurologia, ela vê-o, acha que é mais prudente fazer uma TAC... eu conheço as pessoas na Imacentro... chego, dou uma telefonadela e em dois dias ele fez... três dias... ele fez o percurso todo que de outra maneira demorava para aí duas ou três semanas, na melhor das hipóteses. Pronto. O meu sogro, quando adoeceu lá com o cancro de estômago, também foi um bocado... nós não sabíamos o que era, mas ele

não andava bem... Olhe, pegue, venha cá passar um fim-de-semana que falo aqui com os colegas da gastroenterologia, faz a endoscopia, diagnosticam e vêem o que é que se passa. No caso dele, coitado, não serviu de nada em todo o caso... mas, enfim, não sei se não serviu, porque doutra maneira ele se calhar andava a passear por salas de espera, como acontece à população em geral e pronto. Em muitas circunstâncias... e nesse aspecto realmente não... não tenho grandes... não tenho tido grandes problemas. Em casa, eu, a minha mulher e os meus filhos, em casa, temos tido muitos poucos problemas de saúde. Já na família não tem sido muito bem assim, não é? Na questão de família, não é? Portanto, o meu sogro aconteceu-lhe isso... isto foi em 94... que ele morreu e depois foi a minha irmã, a minha irmã mais nova... mais nova imediatamente a seguir a mim, não é? Teria agora trinta e três... quatro... ia agora fazer trinta e quatro anos... que morreu há um ano e meio atrás com um tumor... um tumor da pele... um melanoma, que ela já tinha tirado há dez anos atrás aquilo... e ela tinha... e era um sinalito, não ligou nenhuma e que dez anos depois aparece cheia de metastases no fígado, nos pulmões, por aí fora... no cérebro, e em seis meses morreu. Apesar de não se ter podido fazer mais nada por ela, houve muitas coisas em que foi importantíssimo, quer dizer... a primeira fase como é que se faz chegar esta pessoa à dermatologia, saber se ela está... eu pego no telefone, ligo à Mariana, que é a Mariana Figueiredo, olha, o que é que vocês dizem? A probabilidade de sobreviver é quase nula, mas a gente vai fazer o que puder, vem cá, falas com o nosso director de serviço... dois dias depois já ela estava a fazer o início da quimioterapia. Em casa, na fase terminal, foi complicado. Houve coisas que eu consegui que não teria conseguido de outra maneira... Por exemplo, consegui ter os analgésicos para a parte terminal, para lhe dar no fim e coisas do género. E morreu lá em casa, com o marido ao pé e com a família toda ao pé a dar-lhe apoio. De outra maneira isto não teria sido possível. Se não aguenta estar em casa vai a um hospital, pronto. E em tudo isto eu acho que, como é óbvio, o facto de ser médico... eu às vezes até acho que é quase injusto para o resto das pessoas. Mas é importante... não tenho problemas... porque se digo assim: passo ali na sala de espera de urgências... estão ali pessoas quatro horas sentadas... e às vezes até são

coisas que podiam esperar quinze dias... não era caso, pronto... podiam esperar... mas é desagradável uma criança estar ali quatro horas e eu penso assim: se chegar ali um colega meu com o filho eu faço-o estar quatro horas, sentado à espera? Não faço. A verdade é esta. Eu acho que nesse aspecto... não sei se nas outras coisas também acontece assim, se calhar se eu chegar a um banco que tenha lá cinquenta pessoas para ser atendidas e se aparecer lá o cunhado de um tipo que trabalha no banco... ele se calhar não vai pô-lo à espera, não... Mas isso, mas é um bocado diferente na saúde...

É, é de facto, sabe, é das áreas em que as pessoas se queixam mais.

Imagino que sim, não é? Mas eu vejo até... pois, exactamente... porque para pessoas amigas, não é? Uns amigos meus têm três filhas pequenitas e a irmã da mãe, portanto... uma tia dos miúdos é pediatra... é minha colega, também... e ela diz: é o que me safa, porque as miúdas estão sempre adoentadas com gripes e porcarias... quando não está uma, está outra... está sempre alguém adoentado lá em casa. Ela diz: se eu não tiver alguém do género a quem recorrer que me desenrasque as coisas assim na hora, não fazia mais nada senão consultas, marcações, horários, exames e isto e aquilo e é muito complicado.

Mas sem ser a família costumam recorrer muito a si, os seus amigos e conhecidos para poder ter vias facilitadas?

Sim. Algumas vezes. Não é muito frequente, não é? Mas já aconteceu com alguma frequência. Sei lá... há um ano e meio atrás um amigo meu que faz parte lá do clube onde eu também estou... que ele tinha estado há pouco tempo e conhecia-o muito pouco... tinha conversado com ele duas ou três vezes na vida, se tanto... um tipo para aí da minha idade, tinha um bebé há pouco tempo e telefonou-me para casa. Eu nem sabia que ele tinha o meu telefone... para pedir se eu arranjava maneira de o filho dele ser visto por um cardiologista pediátrico com alguma rapidez porque tinha um sopro, e não sei quê... Quer dizer... e eu: tudo bem, pá, não há problema nenhum, eu falo lá com o tipo... amanhã telefono-te. E resolveu-se aquilo tudo em três tempos. Mas de vez em quando, assim até um bocado frequente, com pessoas que eu quase não conheço, não é? E pronto. E às vezes é... em cem por cento das vezes a pessoa tem... eu pelo menos tenho... tenho

gosto em procurar fazer alguma coisa para ajudar as pessoas. Mas há pessoas que depois acho que perdem um bocado a noção do limite e há algumas pessoas que são perfeitamente... que a partir de certa altura acham que nós conseguimos fazer qualquer coisa... qualquer coisa... tipo: então mas tu não conheces ninguém, sei lá... de otorrino ou que me opere o miúdo às amígdalas mais depressa? E eu digo: conheço pessoas de otorrino mas eles têm listas de espera de dois anos, não têm onde operar, estão carregadíssimos de trabalho não posso lá chegar e operem-me este. "Ai não... ó pá", mas... sei lá, às vezes fico com a sensação que acham que é má vontade. Mas aparecem frequentemente pessoas assim, que não são da família, a precisar de uma ajuda em coisas desse género, não é todos os dias, nem nada que se pareça, mas vão aparecendo.

Os cuidados primários

Apesar da existência de uma rede nacional de cuidados primários no Sistema Nacional de Saúde, através da implantação nacional dos centros de saúde, as entrevistas revelam as insuficiências dessa rede. As infraestruturas existem, mas, em determinadas zonas, faltam os profissionais de saúde para assegurar o funcionamento dos serviços. Nas áreas onde isto acontece, as pessoas com recursos económicos recorrem ao sistema privado, enquanto aquelas que não têm possibilidades de aceder à esfera do mercado se conformam com as insuficiências da provisão estatal.

As queixas relativamente ao funcionamento dos centros de saúde não se limitam, contudo, às zonas com insuficiência de recursos humanos. O longo tempo de espera para aceder a uma consulta é uma acusação generalizada. Aliás, este é um problema apontado quer pelos utentes, quer por aqueles que não utilizam o sistema público. A demora no acesso às consultas é uma das

justificações apresentadas com mais frequência por aqueles que não são utentes do sistema para recorrer ao sistema privado em detrimento do público.

Apesar de todos os problemas, a penetração do sistema público nesta área da vida das famílias é notória. Tal como já foi dito, apenas duas das sessenta famílias entrevistadas não têm médico de família atribuído nos serviços públicos. Em ambos os casos existem nas redes laços fortes com médicos (familiares, num caso, e amigos próximos, no outro), que lhes resolvem sempre os problemas, sem precisarem de recorrer a outras formas de acesso aos serviços de saúde. De sublinhar, no entanto, que em ambos os casos os médicos prestam serviço no sistema público e é através dele que as pessoas são atendidas, embora por via informal.

No entanto, o facto de as famílias terem um médico de família atribuído não quer dizer que usufruam dos seus serviços. É possível identificar quatro modelos de relação com o médico de família, sendo que o primeiro corresponde a uma ausência de relação, ou seja, o entrevistado tem médico de família, mas apenas para preencher uma espécie de "requisito legal" para "um dia se precisar" e não tem qualquer contacto regular, ou mesmo esporádico, com o centro de saúde. O segundo modelo corresponde a uma relação do tipo administrativo: o médico de família é alguém a quem a pessoa se dirige para prescrição de medicamentos (que, por vezes, outro médico já aconselhou no sistema privado) ou para "passar uma baixa". A representação do clínico que predomina neste modelo é a de um burocrata que cumpre funções administrativas.

Um terceiro modelo, o mais comum junto de quem usa em simultâneo os sistemas público e privado, estabelece uma relação do tipo profissional, médico-paciente, selectiva em função do motivo pelo qual a pessoa procura cuidados de saúde. O médico de família é visto como alguém que pode resolver apenas

problemas triviais como uma gripe ou uma dor ocasional. Como diz Rita Fernandes, “só vamos ao médico de família quando já sabemos o que temos”.

Finalmente, num quarto modelo, que se encontra sobretudo junto dos utentes exclusivos do sistema público, o médico de família é alguém que acompanha de um modo sistemático a saúde dos diferentes membros da família, que muitas vezes acompanha o utente desde criança e conhece bem a história familiar. Neste modelo, o clínico é, muitas vezes, considerado “um amigo”, alguém a quem se pode recorrer sempre que é preciso e em qualquer circunstância. Esta relação permite, por vezes, estabelecer um laço facilitado do acesso a outros domínios dos serviços públicos de saúde.

Em qualquer dos modelos estamos longe de uma representação tradicional do médico em que predominam a submissão, a deferência e a empatia com os procedimentos do profissional (Hespanha, 1987). Pelo contrário, na população entrevistada prevalece uma imagem crítica do médico de família. Para tal parece contribuir, mais do que as práticas individualizadas dos profissionais, a sua inserção num sistema bastante desvalorizado. A relação desenvolvida com os médicos de família é, em geral, do tipo horizontal e profissional, como Maria José Hespanha (1987) já detectava no seu estudo, junto das camadas mais jovens e urbanizadas.

Os cuidados diferenciados

É no domínio dos cuidados diferenciados que as variáveis que influenciam a opção entre público e privado têm maior peso. Disponibilidade da oferta pública, níveis de rendimento familiar e características da rede relacional da família operam aqui em sentidos diversos.

Por um lado, em certas zonas do país os serviços públicos, nesta área, são ainda mais deficitários do que nos cuidados primários. Nesses locais, a escassez da provisão estatal obriga os utentes, quer a longas deslocações, quer a longos tempos de espera, o que os remete para a esfera privada. Por outro lado, mesmo onde a disponibilidade desses serviços é maior, as queixas sobre a demora das consultas e a fraca qualidade dos serviços prevalecem. As acusações ao sistema público relativamente aos cuidados diferenciados são ainda mais generalizadas do que relativamente aos cuidados primários.

Apenas os baixos rendimentos familiares ou a existência de laços que permitam um acesso facilitado mantêm os indivíduos exclusivamente no sistema público. Desde que tenham rendimentos suficientes, a tendência geral é para procurar o sistema público para questões de rotina e o sistema privado para as diversas especialidades clínicas.

A entrevista de Luís Vicente traduz esta tendência:

Quando são coisas simples, pronto... é evidente que se tiver uma dor numa perna... é evidente que vou ao centro de saúde, e por qualquer assunto de saúde menor. Quando é com a miúda, nós normalmente... aliás a miúda tem sido acompanhada sempre em Coimbra por um pediatra... felizmente nunca tivemos que ir de urgência para o hospital... nunca fomos ao pediátrico. Relativamente a nós, pronto, a Rita quando tem que ir ao ginecologista, ou ao médico dos olhos... ou os dentes... até mesmo eu... normalmente, ou vamos a Coimbra ou vamos a Lisboa.

No caso das especialidades médicas, sobretudo na pediatria, só os baixos níveis de rendimento familiar mantêm as famílias exclusivamente no sistema público. A procura de serviços de saúde com melhores garantias de qualidade obriga muitas famílias a fazer sacrifícios financeiros. Como diz Florbela Madeira, “vão-se os anéis, ficam os dedos”.

Temos hipótese de ir aos médicos particulares. Se não tivéssemos tínhamos que nos sujeitar, não é? Mas às vezes custa... mas vão-se os anéis ficam os dedos. Porque o Tiago teve a varicela como todas as crianças... entretanto eu fui com ele ao hospital... o senhor sabia que era varicela mas dão sempre aquelas coisas que têm que se pôr e eu tinha que entregar no serviço conforme ele estava com varicela... e teria que ficar com ele em casa... não ia trabalhar com crianças que elas criavam infecção... Houve umas borbulhas mas começaram a criar crostinha e outras ali no peito começaram a arrastar um vermelhão... uma coisa longa... e não havia meio de secar... Eu calho a telefonar para o médico para o centro de saúde... a enfermeira fala com ele, ele manda-me ir com ele... sabia que o menino que estava com varicela, que não convém andar na rua a apanhar... e mais a mais estar em contacto com outras crianças e que se pega... Eu vou com ele... ele manda-me lá estar às tantas horas com ele... estive uma manhã para ser atendida e não fui atendida. Eu cheguei lá e a enfermeira disse: ó doutor, mas olhe é aquele menino, o Tiago, que o senhor mandou vir... que a mãe telefonou para cá e o senhor é que o mandou vir... que espere... a senhora há-de ser atendida... naquele dia devia estar com os azeites... se quiser ser atendida tem que esperar. Quer dizer, a criança desesperou... estar ali... de todo com o calor... aquecimentos e tudo... o garoto com a comichão que estava... outras crianças... eu chego a um ponto que eu disse assim: bem, eu vou-me embora com ele, não há... a enfermeira foi uma data de vezes, coitada, ela também já estava incomodada porque eu tinha telefonado... e tinha coiso... foi uma data de vezes... mas olhe que a criança... o senhor doutor sabe... é o Tiago, está... já disse que se quiser ser atendida tem que esperar para o fim. Quer dizer, ele viu as crianças todas... porque no início são as consultas de crianças e os bebés que aparecem e depois tem as consultas dos adultos... E ele atendeu três crianças que estavam à frente dele... atendia os adultos todos... e eu estive uma manhã inteira e não atendeu o Tiago. E eu cheguei a um ponto que... coitada, a enfermeira ficou incomodada... a senhora que marca as consultas, a dona Célia, ficou incomodada... e eu digo: se ele perguntar alguma coisa, fui-me embora, diga-lhe que ele se deixou dormir para ele não ficar ainda mais coiso... ou coisa no género... tenho que ir para o

hospital. Entretanto, no hospital... fui ao hospital aquilo estava uma epidemia de gripe que não se podia estar... passámos no hospital... na urgência... havia uma epidemia de gripe horrível. Havia pessoas à espera do lado de fora da porta e, entretanto, fomos ao médico particular. Eram então as borbulhas... Diz ele que na varicela todas criam infecção, só que a infecção vai para dentro e a gente só vê a bolhinha a secar...

Como já foi referido, as características da rede relacional da família são determinantes para usar o sistema público no domínio dos cuidados diferenciados. Se existirem laços fortes que liguem a pessoa ao sistema, ela e a família podem usufruir de serviços de qualidade sem quaisquer custos. No entanto, embora a força dos laços seja sempre importante para aceder aos recursos de uma forma mais facilitada, a importância dos laços fracos no acesso aos cuidados diferenciados é de sublinhar. Basta ter um conhecimento superficial de alguém que trabalhe no interior do sistema, para se ter o acesso franqueado e rodear os obstáculos que em geral afastam as pessoas dos serviços públicos. Quando há uma ligação informal com o sistema, as queixas desaparecem e são abundantemente referidas as qualidades dos profissionais e dos serviços prestados.

Outro tipo de laço que permite penetrar no sistema público com garantias de um atendimento de qualidade é uma relação entre paciente e médico estabelecida no mercado dos serviços de saúde. Conhecer um médico no sistema privado, que trabalha também no público, permite usufruir das vantagens dos serviços fornecidos pelo Estado, sem ter que suportar as suas deficiências.

É curioso observar como César Almeida justifica a opção pelo sistema privado como uma forma de aceder ao sistema público:

Isto é assim... a gente se tiver um médico particular cá por fora e ele esteja no hospital... é tudo extremamente fácil depois no hospital, não é? A dificuldade é se a gente vai ao médico directamente ao hospital e não

tinha médico cá fora, não é? Eu vi, por exemplo, lá, uma ou duas situações, quer dizer... que a mim me revoltava e não era nada comigo, não é? Mas, pronto... quer dizer... pronto... é aquela agressividade com as pessoas, o alheamento completo. Quer dizer, o tratamento não tem nada a ver, não é? O tratamento não tem nada a ver... é quase uma obrigação ter-se médico particular, não é? Penso eu.

É possível concluir que a opção pelo Estado ou pelo mercado na área dos cuidados diferenciados é grandemente devedora da configuração da rede relacional da família, da sua capacidade de activar laços, fortes ou fracos, de carácter comunitário ou profissional, com elementos que integram o sistema público de saúde. Os laços informais iludem as formalidades burocráticas, modificam a forma de prestação dos cuidados e quebram barreiras entre sistema público e privado. Sendo a rede de relações sociais fundamental no acesso aos cuidados de saúde, o sistema "não é público nem privado", como revela a entrevista de André Pais:

Na área da saúde vocês costumam recorrer aos serviços públicos ou como tem...

Sempre. Aliás os meus filhos todos nasceram sempre nas maternidades públicas, nunca privadas, apesar de o meu sogro ser uma pessoa ligada até, na ginecologia e tudo... mas não.

Mesmo na gravidez?

Na gravidez não. Na gravidez não, porque não precisávamos. Na gravidez, portanto... o meu sogro como é ginecologista... os primeiros tempos acompanha ele e depois foi... a minha mulher foi para obstetras associadas ao meu sogro... portanto... amigas... pessoas amigas, portanto. Não nos cobravam, portanto, não é? Só para dizer... nem era privado nem era público...

E hoje em dia, com a pediatria como é que fazem, também têm amigos ou...

Temos. Temos um privilégio também aí. Nós temos tido muitos privilégios, não é? Como pode ver. É assim, quando a minha filha mais velha... a médica

que por acaso estava ao serviço à maternidade... que era a pediatra de serviço foi lá ver, não é? O bebé... ver aquelas coisas e criou-se uma grande empatia entre ela e a minha mulher e a partir daí ficaram... sempre falaram. Quando saímos da maternidade fomos ter com ela e fomos-lhe pedir qual era a morada dela, se ela tinha consultório, que gostávamos de continuar a contar com o serviço dela e ela disse que tinha em Coimbra consultório, mas que também dava na maternidade, não é? Que trabalha lá e portanto... nesta primeira fase vocês venham aqui que eu atendo-vos, e tal... numa de simpatia.

De sublinhar, ainda, que a activação dos laços da rede familiar com pessoas que integram o sistema público de saúde é fundamental não só na definição das preferências dos utentes, mas também, e essencialmente, na avaliação que fazem dos serviços públicos. Os/as entrevistados/as que têm acesso ao sistema estatal por via informal são, em geral, tão efusivos nos seus elogios aos cuidados que lhes são prestados como o são os restantes nas suas acusações.

7.2 | Os serviços privados

Como acima se referiu, dado que a população entrevistada tem sobretudo problemas episódicos de saúde, os serviços privados são essencialmente procurados nas especialidades médicas. Algumas delas são quase na totalidade asseguradas pelo sistema privado, mesmo para aqueles que são utentes mais frequentes do sistema público, como é o caso da medicina dentária, a oftalmologia ou a pediatria. As longas esperas, no caso das duas primeiras, são o grande motivo para o recurso ao sector privado.

No caso da pediatria, os argumentos são diferentes. Se os adultos usam os serviços públicos para a rotina e os privados para os casos excepcionais, no caso das crianças o recurso ao sistema privado faz-se de uma forma sistemática e

para procedimentos de rotina. Dos 49 entrevistados com filhos, 29 usavam serviços privados de pediatria para seguir o desenvolvimento dos filhos. Mesmo quando utilizam maioritariamente o sistema público, as famílias optam pelo sistema privado na saúde infantil. O forte investimento emocional e material que estes casais fazem nos filhos tem nesta opção um dos seus indicadores. O argumento "com as crianças é diferente" é o mais ouvido para justificar que se procurem os cuidados pediátricos privados em detrimento dos públicos. Mesmo quando os recursos económicos são escassos, os pais não se importam de fazer sacrifícios para que as suas crianças possam usufruir daqueles que pensam ser os melhores cuidados de saúde.

A avaliação dos cuidados prestados pelos serviços privados é, em geral, bastante mais favorável do que a relativa aos serviços públicos. A rapidez no atendimento é, sem dúvida, o aspecto mais valorizado nos serviços privados, enquanto as principais queixas se prendem com os preços dos serviços. Apesar da já referida atitude "vão-se os anéis, fiquem os dedos", a relação preço-qualidade faz muitas vezes vacilar os clientes do sector privado relativamente às suas escolhas, como mostra o relato de Juliana Afonso:

Se não tivesse passado um mau bocado, eu acho que o Rui até já era capaz de ter ido para a maternidade. Mas como as coisas correram tão mal, assim que soube que estava grávida do Rui falei lá com o meu médico e disse: senhor doutor, tem que me ajudar outra vez, porque eu para o público é que não vou, não vou mesmo. O senhor doutor tem que estar lá comigo. Portanto, o segundo também foi sempre no particular. Depois aqueles três anos... praticamente os três anos em que o Edgar foi filho único... ele tinha a médica dele particular, também. Era sempre lá que nós íamos, todos os meses, todas... às vezes até mais do que uma vez no mês... com aquelas coisa todas que eles têm também. Foi sempre no particular. Quando o Rui nasceu, a médica que estava de serviço... era outra médica... e que apesar de estar de serviço... ela cobrou uma factura como se não estivesse de serviço... coisa que não podia ter feito, porque também

nunca me chegou a passar o recibo... Foi essa médica, como eu costumo dizer... que eu acho que o encaminhou, mais ou menos, para aquela situação crítica, e eu acho que foi muito mais ainda... porque eu tive meses de ir duas e três vezes à consulta e ela cobrava-me sempre a consulta como se nunca lá tivesse ido. Aí eu acho que ela que foi muito chupista, depois as coisas correram mal e depois o Rui foi internado e eu disse: acabou-se, não pago! Porque eu na volta estava a pagar a um médico particular e dei-me mal.

As pessoas dirigem-se aos serviços privados de saúde com uma atitude muito diferente da que assumem perante os serviços públicos. A aceitação passiva da má qualidade no sector público, sustentada pela quase gratuitidade dos serviços, é substituída, no sector privado, por uma atitude mais crítica e reivindicativa, sustentada pela relação mercantil. Apesar da avaliação das prestações dos serviços privados ser essencialmente positiva, como já se referiu, os profissionais deste sector também não estão isentos de críticas. Algumas pessoas relatam histórias de diagnósticos errados e exemplos de más práticas clínicas, acontecimentos tanto mais valorizados quanto as expectativas face ao desempenho dos profissionais de saúde na esfera privada é mais elevada.

Os relatos de Florbela Madeira sobre a saúde do seu filho revelam críticas aos sectores público e privado, falhas nos diagnósticos médicos, percursos longos e angustiantes, incompreensões, sacrifícios materiais e pessoais na busca de uma assistência médica satisfatória:

Já fomos com ele a pediatras, já fomos com ele à Guarda e a uma doutora não sei quê Monteiro... Antónia Monteiro... com o meu coração nas mãos. Na altura ainda era muito miudito, coitadinho... mas ele morria de chorar... tinha então o Tiago ainda mesinhos. Entretanto, não sei se foi da parte da anestesia... ou muito tempo... não sei... ele aos três meses ainda não segurava a cabecinha. Quer dizer, segurava, se eu pegasse nele ao colo, ele segurava bem a cabecita... mas sentava-o e ele ficava com a cabecinha para baixo... e lá vem as tais comparações de a gente ver outra

criança que até já tinha nascido quando ele... depois já segurava a cabecinha... tenho uma fotografia, por acaso não a tenho em meu poder, ficou o João com ela... e entretanto, então... uma fotografia que ele está com a cabecinha muito direita e o Tiago lá está com a cabeça para a frente... e eles andavam numa pediatra lá na Guarda... ela tinha muito má impressão da minha pediatra e então a dela... e então que a dela é que era boa, e na altura disse... ela é não sei quê e se lá fosses com o Tiago? Depois eu comecei a ficar preocupada, exactamente, os médicos são bons quando as coisas correm bem, no entanto, eu não tenho nada que dizer da pediatra do Tiago e da desse casal amigo não tenho a dizer nada bem... e no entanto, eu fui lá com o meu ao pediatra deles e eu não me quero lembrar daquilo que ela me disse...eu só tive tempo de me sentar... aliás eu estava sentada na cadeira só tive tempo de descair. Disse-me que o Tiago tinha que ser operado à cabeça, pura e simplesmente... quando eu disse... depois de passar o que eu passei na operação com ele... com um mesinho que tinha passado uma experiência que eu não desejo a ninguém... se é que eu tenho inimigos... não desejo ao meu maior inimigo aquilo que eu passei... e passado um mesinho ou dois, ela dizer-me que ele que tinha que ser operado à cabeça... Quando eu lhe digo: então, mas operado, senhora doutora? Então e em que é que consiste a operação? Não custa nada, é abrirem-lhe o crânio, quer dizer mexerem-lhe... para mexer no... quer dizer... que a moleirinha... é que ela dizia que a moleirinha que já estava na idade... com três mesinhos que a moleirinha que já estava a ficar muito fechada. Eu sinceramente apalpava e achava que estava lá um grande buraco mas quem sou eu para julgar alguma coisa e ela como médica, não é? E então ela dizia que o Tiago ia ter graves problemas, a nível de... mentais, físicos, e não sei quê...

E ela sabia isso só de olhar para ele?

Apalpar-lhe a cabeça e medir-lhe a coisa... segundo a pediatra e várias pediatras que depois corri... porque eu não me fiei só na opinião de uma... e corri umas quatro ou cinco... então elas dizem-me que ela que tirou mal a medida da... ao perímetro cefálico... ela esteve-me a dizer... a medida que ele tinha ela reduziu. As pediatras lêem pelo mesmo e ela naquela medida, ela deve ter puxado a fita mais para cima ou não sei... sei que ela, pronto...

pôs o perímetro... estava menos... Entretanto, ela diz-me assim, frontalmente... assim como quem não tem que preparar nada e que seja uma coisa muito fácil... que ele que tinha de ser operado à cabeça e manda-me tirar logo uma data de raio-X... seria coisa que ele teria que ser operado à cabeça porque senão ele ia ficar a nível de mental... assim de coiso... ele ia ter graves problemas, seria uma criança deficiente, por isso, está a ver que...

Depois foi obter outras opiniões?

Exacto. E na altura depois ainda fui ter com os meus tios para ir... marcou-me logo raios-X e não sei quê... tinha que fazer uma data de exames... não podia tirar o raio-X antes de ir ver, porque ele tinha passado o que tinha passado e ir-lhe tirar o raio-X assim, tão pequenino... e tão coiso... fui à doutora Anabela... uma outra pediatra... falei-lhe... a pediatra a dizer... não, dizia-lhe que era bom no caso dele, porque era muito chato, que tinha que estar desconfiada da palavra dela... dela... não era bem o caso, mas às vezes as coisas podem ser interpretadas de maneira diferente e pus-lhe a situação. Como ela sabia que eu trabalhava no infantário... pus-lhe a situação... de uma situação de uma outra criança com uma mãe, mas ela também não é burra nenhuma... ela deu-me a resposta do meu filho. Ela comparou... ela viu precisamente a minha preocupação e lá no livrinho as coisas marcadas... e deu-me logo a resposta consoante o Tiago. Disse-me que o Tiago não tinha nada... ela é que tinha feito as medições todas mal. A doutora Anabela disse-me precisamente a mesma coisa... que nunca por nunca se faz uma operação dessas! Faz-se sim é quando os bebés nascem como dizem às vezes... com cabeça de melão... ou por ventosa... ou por coiso... que fica aquelas cabeças esguias e faz-se isso por uma questão estética, não para mexer no cérebro... então toda a gente podia ser génio, a gente ia abrir o crânio e o cérebro desenvolvia, não era? Então tínhamos sempre génios... que nunca por nunca isso se fazia... No entanto, pode ver o que é que eu não passei.

E a nível de despesas, como é que conseguiram suportar essas despesas todas com médicos?

Pelo facto de não pagarmos renda de casa ajudou muito, muito. Um mês passava-se melhor, outro mês passava-se pior... Os meus pais ajudavam, os meus sogros ajudavam.

Apesar do acesso aos serviços privados de saúde se fazer, sobretudo, com base numa relação mercantil, as opções não se situam à margem das redes sociais. A intervenção das redes de relações sociais opera a dois níveis: no tipo de acesso ao sistema e nas escolhas realizadas no interior do sistema.

Relativamente ao acesso ao sistema, os tipos de laços, fortes ou fracos, agem aqui de uma forma distinta do acesso ao sector público. Um acesso privilegiado aos serviços privados só se consegue através de laços fortes. A relação mercantil prevalece no sistema privado sobre qualquer laço que não seja de grande proximidade, pelo que apenas os laços fortes de parentesco ou amizade conseguem quebrar a força do lucro. Os únicos a obter privilégios no sector privado, como seja a gratuitidade dos serviços (consultas, prescrições, atendimento telefónico ou no domicílio), são os/as entrevistados/as que têm familiares ou amigos próximos profissionais de saúde.

No acesso ao sistema privado, os laços fracos são importantes sobretudo no aconselhamento das vias a seguir e dos profissionais a contratar. As relações familiares, de amizade, de trabalho, de vizinhança e de conhecimento são fundamentais nas escolhas realizadas no sector privado. Se, no sector público a selecção do profissional de saúde é feita pelo próprio sistema, no sector privado a liberdade de escolha é muito ampla e é, em geral, condicionada pela rede social da família. A escolha de um médico no sector privado é fortemente influenciada por conselhos e informações de familiares, amigos, colegas, vizinhos ou conhecidos, podendo muitas vezes assumir mesmo a forma de pressão no sentido da procura do sector privado ou de um determinado profissional, como mostra o exemplo de Florbela Madeira, acima descrito.

7.3 | Os cuidados informais

Apesar das pessoas entrevistadas revelarem uma profunda desconfiança sobre as práticas dos profissionais de saúde, ela não parece afectar a sua confiança na ciência médica. Quando existe um problema de saúde, o paradigma biomédico prevalece sempre nas escolhas sobre os tratamentos a seguir. As práticas de medicina alternativa ou medicina popular são muito raras entre a população estudada. Belmira Pereira é das poucas pessoas que refere vias alternativas à medicina tradicional para resolver os problemas de saúde:

Então quando diz que não confia nos médicos é sobretudo nos do serviço público?

São... são terríveis. Ouvem-se histórias também... as histórias que se ouvem, não é? A gente nunca pode acreditar, mas o que é certo é que as coisas acontecem e a minha empregada, ainda há quê... há dois meses, teve varicela e foi aqui ao centro de saúde e deram-lhe... diagnosticaram-lhe não sei o quê... e deram-lhe uma injeção de penicilina. Entretanto aquilo não passava e voltaram-lhe a dar outra e entretanto mandaram-na para o hospital, porque aquilo já estava complicado, porque não estavam a tratar... Mandaram-na para o hospital... No hospital da Covilhã deram-lhe outra injeção de penicilina. Entretanto, a rapariga era alérgica à penicilina e não faz ideia o que ela teve... esteve complicadíssimo! E depois nestas histórias... eu imagino, quer dizer, eu... ir eu... graças a Deus eu não adoço, não é? Não sou pessoa de adoecer, portanto... não preciso de ir a médicos e automedico-me, não é? Eu não me automedico porque eu nem sequer tomo medicamentos, pronto. É aquele chazinho com mel e tal... porque o sogro da minha tia que era o tal médico à... era tipo João Semana... era todo para as coisas naturais e então ensinou a minha tia com tudo o que era... quando os meus primos estavam doentes era a sopa de... a canja de galinha com arroz e era o xaropinho de cenoura e eram essas coisinhas assim e eu cada vez que preciso: ó madrinha estou rouquíssima dói-me a garganta, ó filha isso é um chá de cebola. E assim é. Eu faço e passa. E faço

muito isso para mim e para o meu marido, que também não adoece muito facilmente. Para o Afonso é que é mais complicado... para o Afonso eu não facilito.

Se as práticas de medicina alternativa são raras, o mesmo não se pode afirmar relativamente à automedicação. Os relatos de autodiagnóstico e auto-prescrição são muito frequentes, sobretudo entre as mulheres. A descrença nos profissionais de saúde é muitas vezes acompanhada por uma confiança nas capacidades pessoais de lidar com os conhecimentos que se tem da ciência médica. Ou seja, não existe um recurso a medicinas alternativas, mas existe uma apropriação do conhecimento médico que cria alternativas dentro da medicina tradicional, sendo a automedicação a mais frequente. O relato de Natália Camacho não é exemplar relativamente às práticas de automedicação, mas é interessante para analisar o modo como as pessoas se apropriam dos conhecimentos médicos e deles fazem uso, sendo capazes de se opôr aos profissionais de saúde.

Este é um extracto da parte da entrevista em que Natália Camacho fala da sua experiência de hospitalização que se seguiu a uma operação a um tumor no peito:

Sabe que eles fazem turnos de xis horas... entra um às oito da noite até à meia-noite... à meia-noite entra outro até às oito da manhã e assim sucessivamente. E houve um turno em que ela entrou [a enfermeira] e me deu a medicação. Enganou-se... ao lado de mim estava uma senhora que tinha um cancro da boca e a senhora tinha noventa e tal anos e eu tinha trinta... e então o que é que acontece? Acontece que os meus medicamentos... que eu tinha que tomar eram xis... era Xanax... e era xis... coisas para espevitar e os da velhota eram coisas para estar calmo. E lembro-me perfeitamente de entrar a enfermeira e dizer: aqui está o seu Xanax e xis, que são os seus comprimidos... não era nada igual aquilo que eu tomava... disse: olhe o Xanax é cor-de-rosa, isto é branco, isto não é Xanax... A enfermeira aqui sou eu, sou eu que mando... Olhe, o Inderal é

cor-de-rosa e pequenino e isto é branco... isto é tudo menos Inderal... isto não é nada para o coração. E depois vinha com um amarelo... e este nem tão pouco sei o que é... porque o xis é branco, grande e não tem nada a ver com isto... Olha a menina, a menina toma a medicação e cala-se, porque quem sabe sou eu... é... a enfermeira sou eu e faz favor de fazer aquilo que eu mando. Eu como vi que ela, coitada, por mais que eu insistisse não dava o braço a torcer, digo: está bem, pronto... Vá, tome os medicamentos... e depois lá tive a inteligência de... eu vou tomá-los mas eu tomo com essa água, porque eu não gosto da água que vocês dão aqui no hospital e gosto da água aqui da garrafa e então tomo os medicamentos aqui com a aguinha... da minha aguinha, se não se importa... pronto... Fique descansada que eu tomo os medicamentos. Então assim que ela virou costas eu fingi que tomei os medicamentos e meti os medicamentos num papel dentro da banquinha e vi a senhora que estava ao lado de mim beber os meus comprimidos todos e disse: coitadinha da senhora... esta senhora vai dar uma noite aqui agora... mas é chato porque ela já andava num *speed* e eu com vontade de dizer... mas você está a dar os meus medicamentos a essa senhora e os dessa senhora de certeza que são os que me deu a mim... de certeza que são os dela... mas ela, coitadinha, não admite enganos, diz que eu que não tenho capacidade para ver o que ela está a fazer... Então, olha, deixa-te estar calada. Ela deu os medicamentos à velhota e ninguém sossegou durante a noite. A velhota durante a noite... uma pessoa que não andava... levanta-se da cama com a bengala, andava de um lado para o outro, queria que eu dançasse para ela. Bem, aquilo arranjou-se ali um... e fartei-me de rir no hospital com a velhota e digo assim: coitadinha, se elas continuam a fazer aquilo acabam com a velha em menos de nada... e sempre com medo... Entretanto, chegou o meu marido e eu digo: olha, faz favor, traz-me os medicamentos de casa, que elas estão-me a trocar a medicação e não vou tomar aqueles que era inclusivamente... a médica a mim disse-me que os meus tumores que eram benignos e a senhora tem uma doença maligna... trocaram-me os medicamentos... ai, não faças isso... Então ele trouxe-me os medicamentos e então bastou um turno trocar a medicação que os resto já fica sempre mal, não é? Eu tomava... quando vinha mandava para o papelinho e

tomava eu da minha auto-autoridade a medicação. Entretanto, chega uma altura em que apareceu a minha médica e eu disse-lhe veja lá estes comprimidos que uma enfermeira me deu... então e não tem tomado, nadinha? Porque por aquilo que eu sei não tenho nada do que aqui está. Isto são medicamentos que eu desconheço e inclusivamente há aí um que a minha sogra tinha um tumor nos ovários... que é o género de morfina e coisa do género... que eu acho que é esse amarelo que ai está... que é por causa de evitar as dores e eu não tenho nada que me estar a drogar com drogas dessas, porque... e ela começou assim: fez muitíssimo bem em não ter tomado os medicamentos, porque realmente isto aqui é morfina, é para os doentes... era para aquela senhora... a senhora o que é que tem tomado? Olhe, mandei o meu marido comprar e trouxe os medicamentos! Então ela lá foi ralhar com eles, fizeram troca de medicação e que ela achava que era indevido eu estar no hospital... e eu a gastar os meus medicamentos... porque são medicamentos realmente caros... e que nós estamos no hospital... o hospital é que tem que dar... Entretanto, no outro turno já começaram-me a dar os medicamentos e já os tomei, porque realmente já vi que era a minha medicação. Lá trocaram a da velha e lá começou a velha a ficar mais calma. E, entretanto, deu-lhe uma trombose e a velhota... eu, na minha teoria defendo que foi dos medicamentos que deram à velhota... porque ela não tinha capacidade física, com noventa e tal anos, para tomar o mesmo que eu... que eram para espevitar... e a velha precisava era de calma, não precisava de mais coisíssima nenhuma. Para saber o que se faz nos hospitais... e entretanto a partir daí, até mesmo quando eu vou à minha médica e digo qualquer coisa... a médica diz sempre: deixem a Natália, que ela sabe bem qual é os medicamentos que há-de tomar, porque ela já sabe como é que o organismo dela funciona. Porque às vezes eu queria um Xanax após as... ficava muito excitada com as visitas... depois as pessoas fazem perguntas muito indiscretas... do género: ficaste sem peito... cortaram-te o peito... coisas que nós não queremos lembrar e que elas depois estão a dizer... e depois das visitas ficava com a tensão muito alta e pedia o Xanax, porque sabia que se tomasse aquele medicamento, que eu acalmava e as enfermeiras não me queriam dar. E, entretanto, pronto... depois eu pus a questão à médica e depois ela disse...

enquanto ela estiver no hospital... porque eu tinha muita visita... e então... dêem-lhe, porque se ela sabe o que pede... Eu é que me automedicava, eu é que me automedico e estudo os medicamentos com o médico e vou assim, pronto... até mesmo as coisas da minha vida e tudo... eu é que arranjo a solução para as coisas, não estão às vezes... as coisas não correm bem, com o miúdo e isso assim... quer dizer... o que for preciso fazer... sou o meu psiquiatra, sou o psiquiatra da família em geral.

Esta posição de Natália Camacho incluir o filho nos seus “diagnósticos” é inédita no conjunto das entrevistas. De notar que o testemunho de Belmira Pereira acima transcrito exclui o filho de qualquer prática de medicina popular ou de automedicação. Esta é a posição mais generalizada na amostra. A entrevista de Dulce Ribeiro, delegada de informação médica, é das que mais refere práticas de automedicação, justificadas pelo seu nível de conhecimento sobre as características dos medicamentos. No entanto, também ela sublinha que nunca os utiliza para resolver os problemas do seu filho. A generalidade das entrevistas sublinha o facto de os filhos serem sempre resguardados de cuidados de saúde que não tenham supervisão de um profissional.

Este é mais um indicador da forte preponderância que o saber técnico-científico tem nos cuidados das crianças, e que tive oportunidade de estudar noutra pesquisa (Portugal, 1995). Mesmo quando contestam o poder dos profissionais de saúde e constroem as suas próprias alternativas, os pais não “ousam” desenvolver as mesmas práticas para os seus filhos. A já referida importância da presença da figura do pediatra na vigilância da saúde infantil é um exemplo revelador do triunfo da “acção colonizadora” (Boltanski, 1969) dos grupos profissionais envolvidos nos cuidados das crianças. O discurso de médicos, professores, psicólogos e assistentes sociais sobre a família e a infância adquiriu uma visibilidade que é difícil ignorar e que inibe outras alternativas construídas no interior das redes sociais.

Os cuidados informais constituem um domínio em que é possível identificar uma orientação muito clara da rede de apoio. Em primeiro lugar, a rede orienta-se para os parentes e, no interior das relações de parentesco, para o parentesco restrito. Em segundo lugar, a rede é marcadamente lateralizada pelo lado da mulher – em caso de doença, os/as entrevistados/as recebem apoio maioritariamente por parte dos parentes da mulher, sendo a matrilinearidade muito forte. Como diz Natividade Sousa “a gente puxa mais para as mães” – a não ser que a mãe da mulher esteja impossibilitada de prestar apoio, é sempre a ela que as famílias recorrem nestas situações.

Numa situação de doença não é apenas necessário cuidar dos doentes, também é preciso assegurar a continuidade do quotidiano familiar: fazer as tarefas domésticas, cuidar das crianças. “Trazer um tachinho de canja”, “lavar uma loiça”, “fazer as camas”, “levar o menino à escola”: estas são as tarefas normalmente envolvidas quando algum episódio de doença impede o casal, ou só a mulher, de “se mexer”. Para além da clara orientação familiar e da forte lateralização, o apoio neste caso é também nitidamente polarizado pelas mulheres, as redes que prestam cuidados são redes femininas. Se a mãe da mulher não pode, outra mulher a substitui, a mãe do marido, uma irmã ou uma cunhada.

Nas palavras de Teresa Joaquim, todo este trabalho feminino de cuidar dos outros constitui um “sistema não oficial de saúde” (Joaquim, 2000: 191). As entrevistas permitem desvendar alguns elementos deste sistema: as mulheres são as principais prestadoras de cuidados, articulam medicinas tradicionais e alternativas, saltam entre o sistema público e o privado, desenvolvem esquemas próprios de tradução e apropriação dos conhecimentos técnicos e científicos, procuram o melhor para os seus filhos, mobilizam as redes para aceder ao inacessível.

Teresa Joaquim mostra como as socializações diferenciadas de homens e mulheres e as noções diversas de cuidado de si e dos outros, de saúde e de doença, de morte, de vida e de dor, por um lado, explicam a responsabilidade feminina pelas práticas quotidianas de cuidar dos outros e, por outro lado, a resistência masculina em assumir essas práticas, excepto quando exercidas num contexto profissional. Segundo a autora, “a socialização das mulheres era dominada pela aprendizagem dos usos e práticas quotidianas, dos rituais e rezas, que permitiam a vida e tentavam afastar a morte” (Joaquim, 2000: 192). Deste modo, os cuidados de saúde inscrevem-se, para as mulheres, num quadro mais amplo de prestação de cuidados dos “vulneráveis”: os doentes, mas também, as crianças e os idosos¹.

7.4 | Os cuidados de saúde e as redes sociais

A análise da morfologia da rede activada no acesso à saúde não revela uma orientação preferencial clara, como se pode verificar para outros recursos. Tirando os cuidados informais, cuja satisfação é nitidamente orientada para a rede de parentesco, no acesso aos cuidados de saúde, prestados pelo Estado ou pelo mercado, os indivíduos e a suas famílias accionam indiferentemente relações familiares, de amizade ou conhecimento. O que determina a activação do laço é a posição do elemento da rede no interior do sistema de saúde. A importância do estatuto dos intermediários, sublinhada sobretudo para o acesso ao emprego (Degenne e Forsé, 1994), revela-se também no acesso aos cuidados de saúde.

¹ Cf. Capítulo 9.

Os elementos polarizadores das redes informais de acesso aos cuidados de saúde são os actores que fazem parte do sistema de saúde, público ou privado. Numa família em que exista alguém com uma profissão relacionada com o sector, essa pessoa passa a ser o elemento por quem passam todos os assuntos nesta área: opiniões, escolhas, caminhos a seguir, consultas e terapêuticas no caso de ser um médico. Quanto mais forte for a posição do elemento no interior do sistema, maior a sua capacidade de obter privilégios para quem com ele se relaciona, por um lado, e, por outro, de influenciar e orientar essa pessoa relativamente aos seus cuidados de saúde.

Laços fortes e fracos têm um papel estruturante no acesso ao sistema de saúde, mas a sua eficácia é distinta no sistema público e privado. Os laços fortes são igualmente eficazes nos dois sistemas, os laços fracos apenas o são no sistema público. No sistema privado os laços fracos são usados essencialmente no aconselhamento.

Os laços fortes, familiares ou de amizade, permitem sempre um acesso mais facilitado e de qualidade do que os laços fracos, no sistema público ou privado. Ter um familiar ou amigo próximo que seja, por exemplo, médico, gera nas pessoas uma sensação de despreocupação com os assuntos relativos à saúde, ao mesmo tempo que lhes inspira uma sensação de confiança em caso de problema. Os laços fortes garantem que o indivíduo poderá sempre aspirar a um nível de cuidados superiores ao padrão médio do sistema.

No sistema público, no entanto, os laços fracos conseguem muitas das facilidades obtidas pelos laços fortes. Uma acessibilidade mais fácil, menos tempo de espera, melhor atendimento, são expectativas criadas e correspondidas quando se accionam laços fracos no interior do sector estatal. As entrevistas mostram como basta accionar um “conhecimento” dentro do sistema para que ele se agilize e melhore a qualidade. A importância dos laços fracos no

acesso aos serviços públicos revela algumas especificidades face à sua utilização noutros domínios. Por um lado, embora predominem as cadeias curtas de relações, as cadeias longas são também utilizadas com igual eficácia. Por outro lado, a importância do estatuto do intermediário é aqui bastante relativizada. As entrevistas descrevem situações de acesso facilitado ao sistema hospitalar conseguidas através de pessoas sem grande poder na hierarquia funcional, como por exemplo os funcionários administrativos.

No sistema privado esta eficácia dos laços fracos perde-se. Aqui apenas os laços fortes conseguem obter privilégios. O sistema de lucro não se compadece com “conhecimentos”. Como já foi referido, o papel dos laços fracos relativamente ao sector privado prende-se sobretudo com o aconselhamento e encaminhamento. A experiência, o contacto, o conhecimento de alguém, próximo ou distante em termos relacionais, podem ser decisivos quer na simples opção pelo sistema privado, quer na escolha de um determinado profissional no interior do sector privado. O caso dos pediatras é talvez o mais expressivo no universo das entrevistas. A necessidade de uma referência informal parece sobrepor-se a qualquer outro argumento que sustente a opção seguida. A totalidade das escolhas de pediatras dos/as entrevistados/as foi realizada com base em conselhos de familiares, amigos, colegas, vizinhos ou conhecidos.

Relativamente à acção dos laços fracos há ainda um traço que vale a pena sublinhar. O estabelecimento de laços fracos no interior do sistema privado, nomeadamente a relação doente-médico, permite obter garantias no acesso ao sistema público quando o profissional de saúde trabalha nos dois sistemas. Esse é, aliás, um dos motivos apontados para a opção pelo sistema privado na procura de cuidados de saúde – os contactos com a classe médica neste sistema permitem depois abrir as portas do sistema público com garantias de qualidade e sem os custos monetários do privado. A promiscuidade entre os dois

sectores, apontada como uma das características do sistema de saúde português (Santos, 1987), tem, pois, no funcionamento das redes sociais um dos seus principais motores e, simultaneamente, pilar de sustentação.

A análise do papel das redes sociais no acesso aos cuidados de saúde revela duas faces da mesma moeda: a força das relações informais e a fragilidade da relação formal entre o Estado e os cidadãos. Os indivíduos conseguem através dos laços sociais aquilo que não conseguem através do vínculo de cidadania: serviços públicos eficientes e de qualidade. As deficiências da provisão dos cuidados públicos são colmatadas pela eficácia das relações informais. Deste modo, podemos encontrar, no acesso aos cuidados de saúde, mecanismos próximos daqueles que Fernando Ruivo identificou na relação entre poderes (central e local) na administração pública. Segundo o autor, as redes relacionais constituem simultaneamente um “mecanismo de defesa” dos actores e um “instrumento de regulação funcional do sistema” (Ruivo, 1993: 432-436). No caso da saúde, as redes sociais são um meio de assegurar uma melhoria na prestação de cuidados do sistema público, colmatando falhas no funcionamento do sistema e beneficiando, deste modo, utentes e produtores de cuidados.



8

AS COISAS E OS MODOS (IV):

OS BENS MATERIAIS

Introdução

Neste capítulo analisam-se dois tipos diferentes de bens materiais: os bens “duradouros” e os “consumíveis”. Na primeira categoria inclui-se o acesso a diferentes tipos de equipamento doméstico e ao automóvel, na segunda categoria observa-se o acesso a bens de consumo e uso quotidiano, como a alimentação e o vestuário, tendo sido dada, também, especial atenção aos bens destinados às crianças.

Estes dois tipos de bens têm estatutos e importância diferentes na vida das famílias, envolvem níveis e tipos de investimentos financeiros distintos, têm impactos diferenciados no orçamento familiar, e, como se verá correspondem também a diferentes modelos de envolvimento das redes de relações sociais. Os

bens duradouros, sobretudo os equipamentos domésticos como os electrodomésticos ou o mobiliário, assumem, para a generalidade dos/as entrevistados/as, uma importância fulcral. Os padrões de exigência ao nível do conforto e do bem-estar doméstico são muito elevados para a maioria das famílias. Ter possibilidades de equipar a casa antes ou logo de seguida ao casamento – poder “montar a casa” – é, muitas vezes, uma condição indispensável para a constituição de uma família autónoma, tão importante como o acesso à habitação em si.

Desta perspectiva, as pessoas entrevistadas dividem-se em dois grupos: aquelas que não admitem casar sem ter à partida um patamar que lhes permita iniciar a vida conjugal sem grandes constrangimentos materiais e aquelas que casam primeiro e aos poucos vão alcançando os objectivos que se propuseram. Para umas e outras as exigências são, no geral, elevadas. Apenas um entrevistado referiu a pouca importância que esta questão tem na sua vida familiar.

João Seixas tem 29 anos e é médico. A sua opção de vida distingue-o dos outros entrevistados neste domínio:

Somos católicos e como pertencemos a uma comunidade cristã que... e já... e no nosso tempo de namoro fomos vendo que o nosso projecto não passava por termos as coisas... nem por viver... portanto, queríamos de facto viver só com o essencial em termos de coisas materiais. E para nós também não foi difícil prescindirmos de muitas coisas... também por isso. Evidentemente, tínhamos o essencial... e para nós era mais importante estarmos os dois e continuarmos a nossa caminhada como casal, do que ter... que ter uma casa nova, ou uma casa toda mobilada, ou a casa com coisas novas ou... é uma vida como esta... não tínhamos carro, também trabalhávamos... estávamos a estudar em Santa Maria, que era perto da nossa casa, e íamos de transportes...

Com estratégias diferentes e possibilidades diferentes em termos económicos, os restantes entrevistados assumem, pelo contrário, a importância da dimensão

material nas suas vidas. As exigências a este nível obrigam muitas vezes a sacrifícios e restrições noutro tipo de consumos.

Rui Brito tem 26 anos e está casado há 2 anos, namorou durante 8 anos e não casou enquanto não tinha “tudo arranjado”. Esse investimento permite-lhe hoje “não ter encargos”.

Tudo o que está aqui era o que estava no dia que entrámos cá para casa, foi uma grande ajuda.

Mas vocês compraram com as vossas poupanças ou também tiveram ajuda?

Tudo com poupanças, íamos juntando. Por exemplo, hoje tínhamos um xis... olha dá para comprar aquilo, lá íamos comprar. Amanhã vamos ao cinema... é melhor não, vamos ficar aqui, alugamos um filme, e ficamos em casa.

Fizeram isso durante muito tempo?

Dois anos. Durante dois anos não tivemos férias nenhuma, não íamos a lado nenhum... quer dizer, às vezes lá íamos assim, esporadicamente, mesmo. Mas ou eu ia a casa dela, ou ela ia à minha, pronto... à dos meus pais e andávamos ali, comprávamos um sumozinho, fazíamos umas pipocas em casa e... e já não era mau.

O automóvel é outro dos bens que exige um esforço económico às famílias e que todos assumem como indispensável¹. O tipo de carro e o seu peso no orçamento familiar varia consoante o nível socioeconómico das famílias, mas quer se fale de um carro velho comprado em segunda mão, ou de um topo de gama acabado de sair da loja, todos consideram que dispor de um meio de transporte próprio é fundamental. Tal como para o equipamento doméstico, a compra do carro exige, para muitos, sacrifícios noutros domínios. Contudo, o

¹ Apenas uma das famílias entrevistadas não tem automóvel próprio, o marido da entrevistada usa uma motorizada para se deslocar para o trabalho.

automóvel é algo de que não se pode abdicar e que faz parte dos padrões de exigência material que os indivíduos estabelecem.

O extracto que se segue da entrevista de Belmira Pereira é revelador da importância do automóvel.

O problema é que entretanto tivemos que trocar de carro porque eu tinha um Corsa... porque eu, o tempo que trabalhei... eu costumo dizer que trabalhei para carros, porque como não quis... o meu pai deu-me a entrada do primeiro, mas eu depois andei uma série de anos a pagar carros. Cada vez que trocava um, mais não sei quanto, portanto... passei a vida a pagar, era o dinheiro que eu ganhava... era algum para a poupança-habitação que tinha, para roupa, que também não podia andar de qualquer maneira no hotel, e para pagar o carro. Portanto, tinha um carro que era meu que vendi já depois de... o Afonso já tinha um ano ou dois, não... mais... ora foi o ano passado em Maio, o Afonso tinha dois anos... mas já era impossível, andar num carro, num Corsa, porque era muito saco, muito do garoto, muita cadeira e não cabíamos dentro do carro para andar para trás e para a frente, para Aveiro... não podíamos... entretanto comprámos este carro que é um carro maior, não é? Mas também muito mais caro. Comprámos em segunda mão, mas estamos a pagar cinquenta e dois contos de... do empréstimo que fizemos para o comprar.

Os sacrifícios que as pessoas se dispõem a fazer em termos de consumos noutros domínios, para conseguirem alguns dos "bens duradouros" que desejam adquirir, têm objectivos mais amplos do que a obtenção de um determinado patamar de conforto material. Apesar do investimento feito nos "bens duradouros" derivar das necessidades materiais de bem-estar, ele tem, também, uma importante componente estatutária (no caso do automóvel) e patrimonial (no caso do equipamento doméstico).

As questões que se colocam relativamente aos bens "consumíveis" são claramente distintas. As despesas em alimentação e vestuário têm um carácter

permanente e ocupam uma fatia considerável do orçamento doméstico. A importância destes bens e o seu peso nas despesas depende fundamentalmente de dois factores: do nível de rendimentos da família e do envolvimento da sua rede de relações sociais neste domínio, ou seja, do papel da dádiva no acesso a este tipo de bens. Um dado revelado pelas entrevistas é o carácter generalizado das dádivas em géneros alimentícios, que têm um carácter fortemente intergeracional. Esta é uma realidade que se encontra de uma forma extensiva no espaço rural, mas, como se verá, é bastante comum nas zonas urbanas.

A análise destes dois tipos de bens permitiu identificar três modos distintos de acesso: a poupança, o crédito, a dádiva. Embora eles não sejam mutuamente exclusivos, as entrevistas permitem reconhecer a predominância de determinadas formas e estratégias de acesso aos bens materiais necessários à vida familiar. No modelo da poupança encontram-se os que contam sobretudo com os seus próprios recursos para fazer face às necessidades materiais, não gostam de “dar o passo maior do que a perna” como diz Juliana Afonso, apenas adquirem os bens depois de terem conseguido obter o dinheiro, rejeitam os empréstimos e os créditos ao consumo. No modelo do crédito opta-se pela via que quem defende a poupança rejeita – o dinheiro não chega, mas o sistema de crédito e de empréstimo permite alcançar o que se quer no imediato e pagar depois. No modelo em que predomina a dádiva, a circulação de bens e de dinheiro no interior da rede de relações sociais permite prover uma parte das necessidades materiais da família. Para a configuração destes modelos contribuem os níveis de rendimento familiares, a inserção geográfica da família em meio rural ou urbano, a autonomia ou dependência face às famílias de origem, o envolvimento da rede de relações sociais.

8.1 | A poupança

O modelo da poupança encontra-se sobretudo na análise do acesso aos bens duradouros. Mobilar a casa, comprar equipamento doméstico ou um automóvel são aquisições que implicam um investimento muitas vezes avultado. Aqueles que recorrem fundamentalmente à poupança como forma de conseguir os seus objectivos rejeitam, em geral, o recurso ao mercado e aos sistemas de crédito e, em parte, alguns recusam também o sistema de dívida. Fazem questão de conseguir o que querem com os seus próprios recursos e parecem muitas vezes valorizar uma determinada lógica de sacrifício.

Ema Alves é uma das entrevistadas que revela essa valorização do esforço pessoal para atingir os objectivos:

E quando montaram casa como é que fizeram, também foi das vossas poupanças ou tiveram ajudas, tiveram prendas no casamento...

Não, foi tudo as nossas economias. E aos pouquinhos fomos comprando as coisas, porque eu não tinha muita coisa porque estava numa casa alugada. A casa era pequena, não é? Então quando mudei fomos comprando as coisas conforme ia podendo... e vou fazendo muitas vezes... e vai-se comprando o que se precisa aos poucos, não é? Vamos juntando, vamos comprando mais uma coisinha.

Não tiveram ajudas nenhuma, nem dos pais, nem dos sogros?

Não, não. É nosso. É o que eu digo... é com mais esforço, mas também a gente aprecia mais as coisas.

Os/as entrevistados/as que utilizam a poupança como via para aceder aos bens de que necessitam fazem uma defesa muito forte deste modelo, grandemente assente em valores culturais tradicionais. Por um lado, o elogio da poupança e do sacrifício surge muitas vezes de par com uma certa “diabolização do crédito”, que segundo Marques *et al.* é ainda muito comum entre nós (2000: 2). Por outro lado, a lógica da poupança é um pilar de um estilo de vida onde a contenção e

as restrições predominam e onde não existe lugar para o “supérfluo” e para o “acessório”.

Na entrevista de Juliana Afonso encontramos a defesa deste modo de vida.

E às vezes digo para o Mateus... já tenho dito... ó pá, não sei, eu não percebo, ou somos nós que ganhamos muito mal, ou somos nós que somos muito estragados... mas não me considero estragada, Sílvia. Porque quero ser o máximo organizada e, portanto, não temos gastos exagerados, não. Onde é que a gente gasta mal gasto? Não sei, não. Quer dizer, não sei. Mas o que é certo é que a gente tem que fazer uma vida muito controladinha e tentar, digamos... que não posso dar o passo maior do que a perna, que se não falta, não é? Falha... e eu costumo dizer para o Mateus... e nós olhamos para o lado e vemos as pessoas todas a viver muito melhor do que nós, porque têm todos dois e três carros novos, porque têm grandes casas, porque têm grandes luxos, porque têm grandes não sei quê... nós se calhar é que não estamos bem, nós se calhar é que estamos fora, deslocalizados, não é? Mas talvez... e o Mateus já me tem dito: pois, mas talvez falte em muita coisa que a gente não está lá para ver, e talvez... tu deitas e dormes com tua cabecinha descansada, porque não tens dívidas e sabe Deus o que lá irá, não é? E pronto. E funcionamos um bocado assim.... que é como... por exemplo, a história dos cartões de crédito, quer dizer, não digo que não me desse imenso jeito um cartão de crédito de não sei quanto dinheiro, mas não quero ter, Sílvia, percebe? Aliás o banco já me ofereceu um, e eu devolvi-o, não o quis, não é meu, não quero. Porque... e é isso que eu tento dizer também aos meus filhos... que é outra coisa que eles às vezes dizem... porque o não sei quantos tem não sei quantos Action Man e eu só tenho dois ou três... olha e eu na tua idade não tinha nada, não é? E é um bocado isso. E faço ver, principalmente ao Edgar, que nesse caso é mais... é muito mais exigente que o Rui... ele viu qualquer coisa, quer logo... e o Rui então tem herdado muitas roupas do irmão e está sempre feliz e contente... e o Edgar já não é bem assim... porque é que não me compras? Mas não podes comprar porquê? E porque não sei o quê... mas eu tento-lhe explicar: olha o dinheiro não cai do céu, talvez se a mãe tivesse, se nós ganhássemos muito mais, a gente podia fazer uma vida melhor, mas não há... uma coisa

eles também têm que reconhecer... é assim, tudo aquilo que é prioritário, tudo aquilo que lhes faz falta no dia-a-dia... eles têm, não é? É um bocado isso.

O recurso à poupança como forma de aceder a bens que proporcionam o conforto doméstico faz-se por duas vias: de um lado, temos aqueles que preferem fazer o esforço de poupança antes de constituir família, e só casam quando possuem todo o equipamento doméstico de que necessitam (móveis, electrodomésticos, etc.), do outro lado, encontramos os que casam com um mínimo essencial e vão poupando e adquirindo aos poucos aquilo de que necessitam.

Lino Rodrigues pertence ao primeiro grupo.

Quando comprei o apartamento... quando pensei em comprar o apartamento, comecei a poupar muito mais porque no dia que casasse queria ter tudo o que tivesse em casa pago. E quando casei tinha tudo. O meu apartamento todo mobilado e estava tudo pago e pronto. E foi... aí é que foi a maior viragem... foi quando comprei o apartamento, porque tive que controlar muito mais as despesas e depois a minha esposa na altura de namorar também já estava a trabalhar, nós já tínhamos uma conta comum, onde púnhamos o nosso dinheiro, pronto... poupámos muito e conseguimos.

Carlos Serra pertence ao segundo grupo. O pai ofereceu-lhe a casa, o resto foi ele que conseguiu.

E para montar a casa... para mobilar, também tiveram ajudas ou...

Não, para mobilar foi aos poucos. É assim: quando me casei mobilei a cozinha e o quarto e foi assim que ficou, também não era necessário mais nada, não é? Depois ao fim... não sei... agora à distância... mobilámos aqui esta sala, depois mobilei outra sala de jantar que tenho ali, que já me arrependi muitas vezes de a ter mobilado, porque acho que está lá já há uns quatro ou cinco anos a gente ainda se não sentou lá duas vezes. Por acaso já me arrependi muito de a ter mobilado. Depois fiz aqui umas alterações nas escadas que iam aqui para cima... fiz um quarto só em cima...

pavimentei... isto lá em cima não tinha... quer dizer, tinha lá a divisão, mas não tinha nada... estava praticamente... só se acimentou, para ser para arrumos e tal... e deste lado é muito alto... fiz lá dois quartos bons. Um deles é o quarto do miúdo. Mais tarde também, neste espaço todo em que ele nasceu... ao fim de dois anos de estarmos casados... teve mais dois anos que ele dormia aqui na caminha pequena. Dormia no nosso quarto e tal. Só depois é que foi lá para cima... quando começou a dormir sozinho, pronto... fiz-lhe lá o quarto... também a mobília que foi por medida... tenho outro quarto do lado de cá que é onde a gente faz... onde eu faço as minhas escritas, tenho o computador e essas coisas todas... onde a mulher passa a ferro também, pronto. Fiz isso tudo na altura... vou fazendo aos poucos, conforme posso.

E foi tudo com as vossas poupanças?

Sim, tudo com as nossas poupanças e com as nossas angariações, e tal. Por exemplo, ainda agora... este ano fiz... depois de ele estar lá... que ele já tem sete anos... está já há cinco anos a dormir lá em cima... tinha um problema quando era no Verão, a temperatura era elevada lá em cima porque o telhado tem placa, então aquecia, e no Inverno era frio, e então, em conversas... às vezes até de café com pessoas que entendiam disso, eu optei por meter lá um isolamento térmico. Digamos, tanto isola o calor como isola o frio. Tive que meter um tecto falso... lâ de vidro, pronto... foi feito. Agora gastei lá um balúrdio também naquilo, mas, pronto. E agora acho que está... está o assunto resolvido. E é assim... cada vez... cada ano... a gente vai fazendo qualquer coisa, já sei que agora este ano no Verão vou ter que pintar a casa toda por fora, está a ficar um bocado desleixada e se a gente começa a deixá-la degradar depois é um problema, pronto. E é assim, cada ano se vai gastando algum, já sabemos que isto é nosso, não é? Não há problema de estar a gastar, pronto. E é assim, não é? Não foi tudo junto, nem pensar nisso. Começando na parte de mobílias... foi tudo por fases, conforme se vai juntando o dinheiro.

Quem são os/as entrevistados/as que recorrem à poupança como forma de aceder aos bens materiais? São sobretudo indivíduos com rendimentos médios ou baixos, de baixa escolaridade, maioritariamente trabalhadores sem

qualificação, ou com baixa qualificação, do sector terciário, alguns trabalhadores por conta própria também com baixa qualificação. Em geral, estas pessoas e os seus cônjuges são oriundos de famílias com baixos recursos económicos e sociais que não têm possibilidades de ajudar os filhos em domínios como a compra de um carro ou de uma mobília.

A opção pelo modelo da poupança tem dois fundamentos: de um lado, estão os que o fazem porque não têm alternativas, do outro lado, os que defendem a sua independência familiar e recusam as ajudas. Aqueles que não têm alternativas são os que só podem contar com os seus próprios recursos, dado que as famílias de origem não têm capital económico que lhes permita ajudar. Os que recusam as ajudas podem também fazê-lo em consideração à falta de meios dos progenitores mas, em geral, defendem sobretudo a sua autonomia familiar face às famílias de origem, estes são os que possuem níveis de rendimento e de qualificação superiores.

Augusto Correia preza a sua independência mas assume que nem os pais nem os sogros têm capacidade para os ajudar.

Normalmente a gente só se mete nas coisas quando a gente pode, por isso... primeiro pensamos muito bem se a gente pode... se a gente puder, muito bem, se não pudermos a partir daí parou... até hoje aquilo que a gente tem é tudo nosso e não temos ajudas...

É tudo das vossas poupanças?

É, mais nada, mais nada... não há cá ajudas de ninguém.

Mas porque não querem ou porque...

Porque não. Quer dizer porque... porque para já a gente não quer... mas não acredito que haja possibilidades de ambas as partes. Acho que não.

João Seixas justifica a recusa de maiores ajudas por parte dos pais pelos custos que teriam que suportar em termos de autonomia.

Depois os pais é que começaram a dizer... é pá, então se vocês em vez de... uma vez que ainda não acabaram os cursos e se ficassem... se

estivessem em nossa casa iriam continuar a... iríamos continuar a ter despesas e a gastar convosco, entre aspas, a gastar convosco, entre aspas... porque não continuar a dar-lhes uma mesada durante este ano, foram dando uma mesada, os pais da Margarida como têm menos possibilidades deram de uma maneira mais suave. Os meus pais deram mais regular, mas pronto. Mas tentámos nós próprios... não pedimos... nem fizemos... e nós próprios é que impusemos um valor muito baixo, quase simbólico para... porque também não queríamos de alguma maneira sentirmo-nos pressionados na nossa vida pelo facto de estarmos a receber dinheiro dos pais, de ter que vir mais vezes ou de ter que... pronto. E num condicionamento não queríamos estar... dependemos... como aqueles filhos que se casam e ficam na casa dos pais a... nos primeiros anos, sobretudo não queríamos ter esse condicionante.

8.2 | O crédito

O recurso ao crédito como forma principal de acesso a bens materiais é minoritária na amostra. A utilização do crédito é mais generalizada na compra do automóvel, mas relativamente aos restantes tipos de bens a utilização predominante do crédito não é generalizada. Para além dos empréstimos contraídos para a aquisição da habitação, a compra do carro é aquela que mais faz os/as entrevistados/as recorrer ao crédito². Tal como já foi referido, o automóvel é considerado um bem essencial para o bem-estar familiar. Por este motivo, mesmo muitos dos que rejeitam o recurso ao crédito como forma de acesso aos bens se "rendem" à necessidade de a ele recorrerem para comprar o carro. Deste modo, muitas famílias adquirem o seu automóvel quer através de empréstimos à banca ou a sociedades financeiras, quer através do crédito particular.

² Estes resultados são conformes com os dados relativos aos utilizadores do crédito ao consumo e ao endividamento dos portugueses, divulgados em estudos recentes (Marques *et al.*, 2000).

O relato de Rui Brito revela a importância do empréstimo contraído para a aquisição do carro no orçamento familiar.

Não tinham carro quando casaram?

Não, quer dizer, tínhamos. Tínhamos um carro muito velhinho, muito velhinho que era do meu sogro, já tinha vinte e quatro anos, um Fiat, 127, que nos dias assim de chuva não trabalhava, não pegava... então achámos que em vez de darmos... de estarmos a fazer a inspecção e uma revisão... que seria perto de cem contos, então pensámos... e o que tínhamos guardado foi para a entrada para o carro.

E esse é o carro que ainda têm hoje?

Sim.

E deram entrada, e como é que fizeram com o resto, pediram empréstimo?

Pedimos empréstimo por cinco anos. Custa mais o carro que são cinquenta contos do que a casa, mas pronto.

Aqueles que utilizam o crédito como forma de acesso a outro tipo de bens usam diferentes fontes e diferentes modalidades: instituições bancárias, sociedades financeiras, cartões de crédito e crédito informal. O perfil dos entrevistados que recorrem sobretudo ao crédito para adquirir bens é semelhante ao daqueles que recorrem à poupança. No entanto, entre os que recorrem ao crédito encontramos as famílias de menores rendimentos e qualificações, quer a nível escolar, quer a nível profissional; encontram-se, também, quase exclusivamente, habitantes de zonas urbanas de grande dimensão. Como afirmam Maria Manuel Leitão Marques *et al.* é nas grandes metrópoles que o crédito está mais banalizado e deixou de ter a conotação negativa de pobreza. Como também constata os autores, nas áreas urbanas os apelos comerciais são mais fortes e diversificados e a publicidade das instituições conessoras de crédito mais intensa e sistemática. Deste modo, a banalização do crédito é cada vez maior no sentido dos consumidores utilizarem mais crédito e com mais frequência para bens cada vez mais diversificados (Marques *et al.*, 2000).

Gonçalo Pinto é pescador e empregado de balcão num café, a mulher nunca frequentou a escola e trabalha num supermercado na rua onde moram. Vivem num bairro de habitação social.

Olhe, e o resto das vossas coisas, assim as coisas que compraram para casa, como é que...

Foi assim: os sofás... deram-nos os sofás... é só as forras que têm...deram-nos os sofás. Estão bons os sofás... foi uma senhora que comprou outros sofás... estes como estavam novos, ela teve pena de os mandar fora e perguntou se a gente os queria.

Alguém aqui da vizinhança?

Sim, sim. Uma senhora que já conhece a Luisa dali da loja. Esta mobília... comprámos isto... isto aqui esta mobília... comprámos a prestações no Verão, quando estava na pesca. Essa temos andado a pagar a prestações e ainda estamos a pagar, ainda falta um bom bocado para pagar... três ou quatro meses. Os electrodomésticos da cozinha, a máquina de lavar e o frigorífico estivemos um ano a pagar... à mesma pessoa que comprámos a televisão... fomos pagar os frigoríficos... comprámos a televisão, porque a gente tinha uma muito antiga que mal dava, então decidimos comprar. Comprámos uma televisão, pronto... temos a prestação da televisão para pagar.

E nessas coisas todas, tirando os sofás não tiveram ajuda nenhuma de ninguém?

Uma vez que a gente pode... comprámos a mobília também para o quarto deles. Tudo o que a gente tem aqui dentro foi tudo comprado aos bocados. Comprámos a mobília do quarto deles e a nossa. A mobília deles comprámos a prestações e a nossa também. Quando comprámos isto comprámos também a mobília de quarto. Comprámos a mobília do quarto deles a prestações e assim vamos montando devagarinho.

Guiomar Albuquerque trabalha numa loja de fotografias e o marido é empregado de mesa num restaurante. Moram também num bairro de habitação social.

Temos muitas despesas. Temos ordenados bons, que muita gente não tem... mas também temos muitas despesas. Temos quarenta e seis contos do carro,

tínhamos trinta e cinco contos do empréstimo geral da casa, dos móveis e do chão, dessas obras todas... ainda não fiz metade daquilo que quero fazer... porque a minha cozinha acho que precisava de ser toda nova de uma ponta à outra... os móveis estão todos... são móveis daqueles mesmo que não valem nada e estão-se a desfazer todos completamente. Temos, portanto, o carro e temos um outro empréstimo que antes deste começar a terminar nós tivemos que pedir para ajudarmos a minha mãe também a fazer umas coisas lá em casa, porque ela pediu um pequeno empréstimo mas ela não tinha... como a reforma dela é muito baixa... ela não podia pedir mais dinheiro... pedimos nós por ela, que quase todos os meses somos nós que pagamos, não é ela... são mais onze contos. Temos o infantário, temos a renda da casa, água, luz, gás, os telemóveis... que é uma desgraça... e temos o Pão de Açúcar que por mês gastamos uma média de quarenta e tal, cinquenta contos, no Pão de Açúcar, em comidas, iogurtes... nada de coisas para a casa, nem essas coisas, coisas... nem *bibelots*, nem nada. Só em comer. Comer e leite, iogurtes, comida... porque levo todos os dias almoço de casa para o trabalho, pronto... depois meto lá no microondas... gastamos uma média de quarenta e tal, cinquenta contos por mês no Pão de Açúcar. Com o cartão fazemos compras agora, fazemos para o mês, que bem... é, portanto, a mesma coisa, não é? E pronto. E depois lá está... é os cartões de crédito que eu não gasto mesmo... nós temos crédito para se houver alguma necessidade a nível de algum ficar doente para substituir um ordenado, não é? Mas só o usamos como eu disse. Felizmente, nunca precisei de o usar noutras situações. Só quando vamos de férias para termos dinheiro para as férias. Quando vem os subsídios de férias... e no meu caso são passados três meses, de três em três meses o subsídio de férias e subsídio de Natal que é uma miséria... e nunca recebo aquele dinheiro todo junto que ia-me saber muito melhor e que ia-me dar muito mais rendimento, não é? E o meu marido está quase na mesma situação que eu, porque embora o ordenado dele seja bom... recebe o subsídio de férias... nunca é o ordenado, porque ele tem na folha sessenta e oito, portanto, quando ele recebe, ele recebe menos.

De sublinhar que é entre estes entrevistados que recorrem ao crédito como forma de financiamento do orçamento familiar que encontramos as situações financeiras mais difíceis. Se os autores que têm estudado a questão do endividamento defendem que este não é um problema em si mesmo e que, dependendo dos contextos socioeconómicos em que ocorre, é sobretudo um processo de antecipação dos rendimentos, contribuindo para o aumento do bem-estar das famílias, os mesmos autores reconhecem também o risco que o endividamento representa para as famílias com baixos rendimentos (Marques *et al.*, 2000). O que encontramos na presente amostra é exactamente a conjugação do endividamento com os baixos rendimentos, realidade que “estrangula” as famílias em termos financeiros, lhes deixa um quotidiano dominado pelos problemas económicos e as direcciona para estratégias de sobretrabalho que assentam sobretudo no trabalho informal e clandestino³.

Noémia Moura conta como tudo na sua casa é comprado a crédito e, mais à frente na entrevista, explica como todas as dificuldades da sua vida se prendem com os problemas económicos.

Como é que vocês fizeram para mobilar a casa?

Foi com muitas dificuldades. Fui pagando e tudo o que a gente temos aqui em casa digo-lhe mesmo sinceramente... tudo o que a gente temos em casa tudo se pagou... é verdade... qualquer coisa... a gente nunca temos dinheiro para comprar uma coisa... que dizemos assim: olha, vamos comprar uma máquina que custa cem contos... damos esses cem contos, e pronto. É mentira, porque isso não acontece. A gente... as pessoas dão o crédito, não é? Pagamos um bocado mais caro... porque se pudemos ir a um hipermercado comprar as coisas eles levam muito mais barato, não é? Mas é... as pessoas também fizeram crédito também têm que ganhar alguma coisa do tempo que estão à espera do dinheiro e tudo o que temos... até esta terrina... é tudo comprado a prestações. É tudo... é a única maneira de

³ Cf. Capítulo 6.

se ter as coisas. Porque é uma estupidez, podíamos juntar o dinheiro e depois chegar lá e comprar a pronto, mas não.

(...)

Olhe, e momentos difíceis, na sua vida, assim momentos que tenham sido mais complicados, mais difíceis?

Olhe, o dia-a-dia, é muito difícil... foi quando andámos a fazer as casas. Passámos dificuldades monetárias... mas nessa altura foi pior... mas acho que nunca temos... é o dinheiro contadinho, ao fim do mês, mesmo às vezes não chega, temos que esticar para um lado, esticar para o outro. É difícil levar a vida aqui. Temos uma vida normal, discutimos como qualquer casal, fazemos as pazes como qualquer casal, só que somos um bocado mais... às vezes por causa da vida, ou que não corre bem... trazemos os problemas para casa. Às vezes ela é que amarga tudo. Muitas vezes descarregamos nela... porque ela às vezes também não colabora. Porque é assim: somos como toda a gente, só que com dificuldades. Mas hoje em dia a maior parte é tudo assim. Eu digo... a gente às vezes opera milagres com o dinheiro que ganhamos, operamos milagres, vai para aqui, vai para ali, e vamos fazendo milagres, é, é.

8.3 | A dádiva

A dádiva desempenha um papel fundamental no acesso aos bens materiais. Poucas são as pessoas entrevistadas que não têm ajudas materiais oriundas da sua rede de relações sociais. Mesmo quando as famílias não possuem apoios para a aquisição de bens duradouros, possuem ajudas ao nível dos “consumíveis”: alimentação, vestuário, roupas e brinquedos para as crianças. As ajudas materiais são socialmente transversais, embora tenham perfis distintos consoante a inserção socioeconómica das famílias. Como já foi referido, os casais com baixos rendimentos e oriundos de família com recursos reduzidos não recebem, em geral, ajudas para os bens duradouros, mas têm quase sempre apoio ao nível dos géneros alimentícios, facto que se prende com o espaço rural

e a persistência e importância do trabalho agrícola, quer como principal meio de vida, quer como forma de complementar os rendimentos do trabalho assalariado⁴. O que perpassa do discurso dos/as entrevistados/as é a forte disponibilidade dos pais e sogros para ajudar as jovens famílias, quando não o conseguem fazer de uma forma, procuram outras.

O relato de Berta Costa ilustra esta realidade.

E para mobilar a casa, recorreram às vossas poupanças ou tiveram algumas ajudas?

Não, só as nossas poupanças, aquilo que vamos conseguindo. Como pensávamos construir, começámos logo desde início a ter essa tendência de... pronto, guardar um bocadinho sempre que fosse possível para depois ser mais fácil.

E os pais não ajudaram?

Não.

E os sogros?

Sabe? É um bocado complicado. Eles ajudavam-nos, não havia problema, mas não podem de maneira nenhuma. Ajudam de outra maneira, ajudam naquilo que podem. Eles trabalham na agricultura... não é fácil a agricultura, hoje em dia está um bocado complicada... e apoiam-nos naquilo que podem, nomeadamente é umas batatas, uns feijões, umas couves, umas alfaces... inclusivamente no queijo, no presunto, na chouriça, essas coisinhas, pronto, no que a terra dá. Eles dão, não é? Agora outras coisas não, nesse aspecto, não.

As dádivas não são sempre em géneros, muitas vezes são realizadas directamente em dinheiro, com o qual as famílias acedem aos bens que necessitam. Este tipo de dádiva é interessante de analisar, dado que é

⁴ A reflexão desenvolvida, nos anos 80, pelos investigadores do Centro de Estudos Sociais, acerca da articulação entre modos de produção e modos de reprodução na sociedade portuguesa deixou clara a importância da produção agrícola para as famílias portuguesas. Para um aprofundamento desta questão, destaco os trabalhos de Boaventura de Sousa Santos (1985), José Reis (1985) e Pedro Hespanha (1987).

exactamente o dinheiro que marca a fronteira entre o mercado e o dom: o dinheiro não tem qualquer marca pessoal, ao monetarizar-se uma troca mercantiliza-se a relação, ou seja, demitimo-nos dela, saímos do sistema de dádiva. No entanto, as prendas em dinheiro, no interior da família, constituem uma exceção (Douglas e Isherwood, 1978), que as entrevistas mostram com clareza: os/as entrevistados/as referem múltiplas vezes a importante ajuda para o orçamento familiar que representam as dádivas monetárias recebidas em ocasiões como o Natal e os aniversários. A circulação de dinheiro no interior da família, para além de não erradicar o sistema de dádiva, serve para o alimentar.

As ajudas financeiras têm uma orientação muito marcada no interior da rede de relações: são sobretudo os laços de parentesco no sentido vertical ascendente que alimentam este fluxo. Estes resultados são conformes com inúmeras pesquisas realizadas noutros países que sublinham a importância das transferências monetárias entre gerações, sobretudo quando se trata de casais jovens (Attias-Donfut, 1995; Déchaux, 1990a; Pitrou, 1992; Schaber, 1995). Estes estudos revelam que as ajudas em dinheiro prestadas pelos pais surgem de uma forma preponderante sobretudo em momentos de crise (desemprego, doença, etc.) e em momentos de transição no ciclo de vida como o casamento ou o nascimento dos filhos, como já tive ocasião de analisar noutra pesquisa (Portugal, 1995).

O presente estudo permite, no entanto, constatar que as dádivas em dinheiro não se limitam à rede de parentesco. Embora com um âmbito muito restrito – por ocasião do casamento – é possível encontrar ajudas financeiras no interior da rede de relações da família fora dos laços familiares. As entrevistas mostram que as prendas de casamento em dinheiro são muito frequentes e bastante desejadas pelos casais.

As prendas de casamento constituem um domínio onde é possível identificar o perfil da “prenda não como um dom mas como um dever” (Lemaire, 1990: 4). Lemaire defende que as prendas no interior da família, ao terem lugar em momentos previstos e ritualizados, são esvaziadas dos elementos de surpresa e prazer que uma verdadeira dádiva comporta e convertem-se num dever a cumprir (Lemaire, 1990: 3-5). O que é interessante reter desta avaliação para a presente análise é a chamada de atenção para o elemento de obrigação que a ocorrência de um evento marcante na vida familiar comporta. A ritualização dos momentos de transição do ciclo de vida implica uma obrigação de dar, para o conjunto da rede. É esse elemento de dever a cumprir, quando chega o momento, que permite compreender o modo como os cônjuges antecipam as dádivas que vão receber, e contam com elas para iniciar a sua vida conjugal.

Diamantino Araújo encontra-se no grupo de entrevistados que contava à partida com as prendas do casamento para o início da sua vida conjugal.

Então e relativamente à habitação vocês tiveram alguma ajuda para além desse crédito jovem?

Vamos lá a ver... é isso... em relação aquilo a ajuda jovem tem a ver com... foi só para o aluguer. Saímos de lá acabou, não é? Comprámos o apartamento com algum dinheiro que tínhamos juntado. Aliás, o dinheiro... a parte que ela juntou até foi para um carro para ela poder ir trabalhar e, portanto, ela não conseguiu juntar muito. A minha parte foi para avançar para o casamento... para pagar... o que é que aconteceu? Deu para pagar o casamento e ficávamos a zero. Mas depois com as ofertas... e a gente já contava com isso, não é? Também da minha parte dão geralmente as ofertas em dinheiro... alguns é prendas... mas deu dois mil e tal contos... e isso é que serviu de entrada. Portanto, nós juntámos... tentámos juntar com um determinado objectivo e no fundo era para um apartamento mas, pronto, também o tempo também não deu para aquilo que nós queríamos... mas nós também já contávamos um bocado com o casamento e de facto assim foi.

Convidaram muita gente?

Aliás, nós queríamos convidar mais, e não foi com esse sentido... é isto é assim... eu tenho muita família ali para os lados da Póvoa, daqui e também da Eira e é assim... se convidamos este primo e não convidamos o outro primo... aquela... ali o segundo primo nunca mais fala connosco... é esse tipo... de maneira que tivemos que cortar mesmo assim na lista porque o espaço para onde foi o casamento não comportava... foi só por uma questão de espaço. A nossa primeira lista tinha quatrocentas e vinte e nove pessoas. Depois começámos a cortar em amigos... os meus amigos foram... foram o mínimo e os amigos dela também ...

O resto foi tudo família?

Tudo família. É uma família enorme, pronto. O que acontece é que depois disso é que possibilitou a entrada da casa. Ficámos lisos... a zero... deu para comprar alguma mobília, pronto... também do quarto e deu para comprar um móvel para a sala e os sofás... uma televisão e pronto... foi isso. O dinheiro deu para isso tudo, pronto. Lá está a tal poupança que também tivemos...o casamento deu para isso.

“Montar a casa”

Se a aquisição da habitação corresponde a um momento de mobilização dos laços de parentesco⁵, equipar a casa e dotá-la dos bens necessários ao bem-estar da família é também uma questão onde a rede de relações familiares surge como dominante. Como já foi referido, os entrevistados dividem-se em dois grupos quanto à importância de “montar a casa”: para uns, este é um requisito essencial para iniciar a vida familiar, para outros, é um processo diferido no tempo. Em ambos os casos as redes de relações assumem um papel importante. Os relatos sobre dádivas e empréstimos em mobiliário, electrodomésticos, utilidades domésticas, roupas, etc. abundam nas entrevistas.

⁵ Cf. Capítulo 5.

Contudo, para aqueles para quem “montar a casa” é uma condição para o casamento a dádiva desempenha um papel crucial. Para quem dispõe da maioria do equipamento doméstico no início da vida familiar existem três formas de dádiva que são fundamentais: o enxoval das mulheres, a tradição do “dote” que existe nalgumas regiões e as prendas de casamento.

O enxoval serve sobretudo para aceder aos bens de pequena dimensão: roupas, loiças, pequenos electrodomésticos e é trazido para a família pelas mulheres. Em nenhuma entrevista foi referido este tipo de contributo por parte do cônjuge masculino.

O relato de Diana Pinto é revelador do modo como os laços femininos marcam este tipo de dádiva.

Olhe, e quando casaram e montaram casa como é que fizeram para comprar as coisas todas que precisavam?

Tínhamos dinheiro nosso, pronto. Tínhamos algum dinheiro nosso que, entretanto, com o trabalho, fomos guardando. E depois foi com o dinheiro que recebemos do casamento.

Ah, deram-lhes dinheiro no casamento... deram-lhes mais dinheiro ou mais prendas?

Mais dinheiro. Lá é hábito assim. O enxoval, louças e roupas é as mães é que vão dando.

As mães das raparigas?

Sim. Então tudo o que eu tenho e as minhas irmãs... qualquer uma... a minha mãe comprava para uma, comprava logo para as outras todas... tudo foi a minha mãe que deu, pronto. Conforme podia, comprava. Sempre gastou de duas casas, de um lado roupa do outro lado loiça... então ia comprando e ia pagando, ia comprando e ia pagando... foi assim que ela foi fazendo o enxoval às filhas.

Quanto ao que denominei “dote”, este conceito serve sobretudo para descrever a realidade encontrada numa zona do interior rural onde repetidamente as

entrevistadas se referiram à “tradição da terra” de os rapazes “levarem” os electrodomésticos e as raparigas a mobília. Em todas as entrevistas realizadas nesta zona esta tradição foi referida e encontra-se em todas as famílias, mesmo as mais desprovidas de recursos. O “dote” para montar a casa é encarado como algo de “natural” e inevitável, obrigando algumas famílias a fortes sacrifícios para cumprir o que está socialmente estabelecido. Os três excertos que se seguem relatam esta tradição.

A entrevista de Maria Amaro foi a primeira em que deparei com esta realidade.

E as coisas todas para a casa, montar a casa, como é que fizeram?

Montar a casa... aqui é assim quando as raparigas casam levam sempre a mobília toda.

Ai é, não sabia...

Eles só levam os electrodomésticos.

Margarida Ricardo relata a mesma tradição.

E vocês tiveram essa ajuda do seu sogro para vos dar a casa... e para montar a casa, para mobilar como é que fizeram?

Foram os meus pais é que mobilaram quando nós casamos. Cá em Vila Nova é assim... a noiva leva as mobílias e os rapazes compram os electrodomésticos.

Natividade Sousa revela que nalgumas famílias a tradição é respeitada mas nem sempre é bem acolhida.

Como é que vocês fizeram para mobilar a casa?

Quando casámos.

Com poupanças vossas, foi?

Não. Foi o meu pai... foi o meu pai que comprou as coisas. Mas mesmo assim foi com muitas dificuldades... disse... ai eu ponho-te a casa... o resto fomos nós... fomos nós, sempre com dificuldades.

Relativamente às prendas de casamento elas são referidas por todos como um contributo importante em termos económicos para o início da vida familiar, quer se tratem de dádivas realizadas em bens materiais ou das já referidas dádivas em dinheiro. Embora alguns casais as utilizem com outros fins, uma das áreas prioritárias de investimento das dádivas em dinheiro é a compra de equipamento doméstico. Para quem quer montar a casa num tempo curto a seguir ao casamento, as prendas de casamento desempenham um papel fundamental.

Dulce Ribeiro está entre os que contaram com o dinheiro das prendas de casamento para mobilar a casa.

E como é que vocês fizeram com a habitação, pediram empréstimo, tiveram ajudas de alguém?

Não. Pedimos empréstimo... fomos conseguindo juntar para as entradas, para o sinal, e depois para a entrada, juntámos, e ainda conseguimos. Depois o resto foi empréstimo.

Não tiveram ajudas dos pais nem dos sogros?

Olhe, as ajudas que tivemos foi o facto de eles terem pago o casamento e portanto... as prendas dos convidados foram para nós, não é? Todas por inteiro.

Já percebi que aqui as pessoas geralmente dão dinheiro...

Sim, dão mais dinheiro do que prendas. Sim, sim. Isto também... eles perguntavam aos nossos pais e a nós mesmo... o que é que preferíamos e eu nem sequer fiz lista depois de casamento... como as pessoas a maior parte preferem dar dinheiro, nós então nem sequer fizemos lista de casamento porque aí ia ajudar até para nós e tudo mais...

E esse dinheiro que receberam do casamento, foi...

Foi para os móveis, precisamente... para os electrodomésticos.

Com esse dinheiro mobilaram a casa?

Quase tudo. Algumas coisas não. Mas quase tudo, deu para mobilarmos.

Alberta Lopes conta como jogou com o crédito e as “amêndoas” (prendas em dinheiro pela ocasião do casamento) para mobilar a sua casa.

E para mobilar a casa como é que fizeram?

Mobilámos quando casámos. Algumas coisas, pronto, comprámos antes de casar e pagámos logo. Outras, pronto... o senhor era conhecido... o das mobílias... pagámos depois com o dinheiro das amêndoas. Ficámos outra vez à lisa. Pagámos, pronto. Mas também... casámos... também não ficámos a dever nada a ninguém... pagámos com o dinheiro das amêndoas... pagámos tudo e pronto. E depois começámos do zero, a trabalhar, o dia-a-dia, ele e eu, e foi assim.

Deste modo, é possível constatar que o papel da dádiva na aquisição do equipamento doméstico é importante sobretudo aquando do casamento. Quando este investimento do casal é diferido no tempo, o envolvimento da rede de relações é muito menor, a família tem menos ajudas e pode contar sobretudo com os seus próprios recursos. Este dado vem sublinhar a importância da rede de relações em momentos de excepção ou de transição na vida familiar. Os laços mobilizam-se num momento concreto para dar resposta a um determinado problema. No caso das dádivas em bens materiais, encontramos uma forte orientação da rede para as relações familiares, sobretudo no sentido ascendente. No entanto, ao contrário do que acontece noutros domínios as relações activadas extravasam o parentesco restrito. Devido ao papel das dádivas que ocorrem por ocasião do casamento as famílias podem contar no início da sua vida conjugal com apoios oriundos de laços fortes e fracos.

O carro

O papel da dádiva na aquisição do carro tem contornos semelhantes ao que se encontra na aquisição de equipamento doméstico. No entanto, o automóvel é algo de desgaste mais rápido do que o equipamento doméstico e, portanto,

para além de algumas famílias disporem de mais do que um carro, muitas delas já tinham mudado de automóvel várias vezes no momento da entrevista. Se a dádiva é importante na primeira aquisição, tal como acontece como quando se monta a casa, com o carro encontramos a persistência deste sistema nas sucessivas compras que os casais efectuam.

A dádiva para a aquisição do carro assume diversas formas que vão desde a oferta do carro, à dádiva de parte do dinheiro para a compra, ao empréstimo de dinheiro sem cobrança de juros ou à venda com condições facilitadas. Em qualquer destas circunstâncias os laços activados encontram-se na rede de parentesco e, no interior desta, existe uma forte orientação no sentido ascendente. Os pais e os sogros são sempre quem oferece o carro ou parte do dinheiro para a sua aquisição. No entanto, quando se trata de empréstimos de dinheiro ou de facilitar a aquisição de um carro que já pertence a alguém da família outros laços familiares são mobilizados.

Também na compra do automóvel encontramos a importância das prendas de casamento. Algumas pessoas utilizaram as dádivas em dinheiro para “dar a entrada” para o seu primeiro automóvel ou para substituir um que já possuíam.

A alimentação

Tal como já foi referido, as dádivas em géneros alimentícios são generalizadas na amostra e têm um carácter fortemente intergeracional, de pais para filhos. A circulação de alimentos da casa parental para a casa dos filhos é um dos pilares do padrão de neo-residência assimilativa que atrás se referenciou⁶. Os filhos não só continuam a partilhar da economia doméstica da sua família de origem,

⁶ Cf. Capítulo 4.

através da dádiva de alimentos, como muitas vezes se deslocam a casa dos pais para tomar as refeições, dados que reforçam a ideia da existência de um “fundo comum de subsistência” (Pina Cabral, 1991: 132) entre estas famílias e os seus ascendentes.

As dádivas em alimentos assumem contornos diferentes consoante a inserção geográfica das famílias e, sobretudo, dos pais e sogros. Se as famílias de origem vivem no meio rural, as dádivas são oriundas de produção agrícola e pecuária própria e neste caso revelam-se, em geral, abundantes. Vários são os/as entrevistados/as que referem nunca terem comprado este tipo de produtos.

Eliseu Baptista está entre os que nunca faz gastos em bens alimentares.

Olhe, e voltando à questão da saúde, se um de vocês ficar doente ou tiver algum problema têm alguém que os ajude, que lhe leve uma canjinha?

Ai isso... isso nem é preciso estar doente! A minha mãe... a minha mãe é raro o dia... como é aldeia... há sempre daquelas comidas... daquelas sopas muito boas... e quando mata os frangos, galinhas e o porco e não sei quanto... mas nesse aspecto temos muito apoio dos meus pais, mesmo hortaliça.

Recebem muitas ajudas em...

Sim, eu nunca me lembro de comprar batatas, nunca comprei cebolas, nunca comprei uma alface, nunca comprei nada disso.

Fátima Antunes reconhece a importância da ausência desses gastos.

Por exemplo, eu nunca comprei batatas, eu nunca comprei pão... a minha sogra coze e ela vem cá e traz... eu nunca comprei ovos, nunca comprei azeite... essas coisas são ajudas bastante grandes, porque se a gente for pôr dinheiro para isso tudo, é completamente diferente. Dá para juntar esse que não temos que pôr.

Este tipo de ajudas é bastante valorizado pelos/as entrevistados/as, não só pelo aspecto material, mas também pela qualidade dos produtos. Sobretudo os/as entrevistados/as do meio urbano elogiam as diferenças entre os produtos que

adquirem nos supermercados e aqueles que lhes são oferecidos e que são de produção directa dos familiares.

É o caso de Anabela Esteves:

E que tipo de ajudas é que os seus pais lhe deram ao longo deste tempo... davam-lhe dinheiro?

Davam-me dinheiro e géneros. A minha mãe ia ao supermercado para ela e trazia para mim também.

Vivia aqui com ela?

Não, não. Eu ia lá aos fins-de-semana e tal... mas não. Depois eles têm também um quintalinho, assim pequeno, e cultivam umas coisas... têm umas galinhas, essas coisas que na aldeia é sempre possível ter, não é? Que é muito mais saudável, portanto, não sei o que é frango de aviário, nem como nada... nem sequer vegetais compro. A única coisa que eu compro, às vezes, é alguma fruta e nem toda... por acaso compro muito poucas coisas. Ainda hoje eles me continuam a ajudar nessas coisas e realmente é muito mais saudável, não é?

Se entre os/as entrevistados/as do meio rural as ajudas em géneros alimentares são generalizadas, elas também existem em meio urbano, quer nos mesmos moldes, quer em moldes distintos. Nas zonas urbanas os/as entrevistados/as continuam a ter acesso a produções agrícolas próprias, quer quando os seus pais residem em zonas rurais, quer quando moram na mesma zona. Dadas as especificidades dos nossos espaços urbanos, as "hortas" continuam a persistir nas metrópoles e a alimentar este tipo de dádivas. Por outro lado, nos meios urbanos, quando não existe esta produção familiar, a circulação de alimentos faz-se através da comida já confeccionada, o que ajuda a família não apenas em termos financeiros, mas também em trabalho.

Joana Almeida vive em plena cidade e pode usufruir dos dois tipos de contributo.

E outro tipo de ajudas, por exemplo, recebem ajudas em géneros?

A mãe do Diogo é muito simpática e normalmente manda à sexta-feira comida já feita, o que é excelente. Não é obrigação, portanto, que ela tem, ou porque teve tempo, ou porque fez para o jantar dela e fez a mais... ou canja porque o Diogo adora canja... esse tipo de coisas. Ela às vezes manda. Os meus pais como têm horta e uma irmã da minha mãe tem uma venda de fruta... a minha mãe tipicamente manda-me batatas, cebolas, agrião, porque fez uma hortinha de agrião para a neta ter agrião... depois manda-me... às vezes manda-me fruta lá da venda da irmã. O azeite também... eu raramente compro azeite, portanto, ou são os pais do Diogo que vêm de Castelo Branco ou são os meus pais quando o meu pai vai à caça e depois tem lá não sei quantos contactos... e compra lá azeite, e mel, e então manda também.

E esse tipo de ajudas que vocês recebem é importante para a vossa economia familiar ou...

É sobretudo prática. Por exemplo, outra coisa que a minha mãe me manda é frango porque ela cria frangos... cria coelhos... enquanto que a mãe do Diogo é mais no aspecto prático que manda coisas... comida já feita, que é bastante simpática... a minha mãe é mais na base do que eles têm ainda na horta... apesar de ter um bocadito de coelho que ela mandou temperadito e mesmo frangos para pôr na sopa da Sofia e assim... por um lado é um bocado as coisas que supostamente são melhores... estou-me a lembrar de outra coisa... que é ovos caseiros... não tem nada a ver com os que se compram no supermercado.

Outra forma que assume a dádiva em alimentação é a partilha de refeições com a casa parental. Tomar as refeições em casa dos pais ou dos sogros é uma prática comum em termos de sociabilidade nos tempos de lazer, mas assume também, para algumas famílias, o carácter de prática quotidiana e tem um estatuto importante de ajuda material e em trabalho doméstico. Embora os jantares com os pais e sogros sejam raros quando existem crianças na família e mais habituais quando o casal não tem filhos, a prática das refeições em casa dos pais ao almoço é muito comum, nos dois tipos de famílias, quando um ou os

dois membros do casal trabalham perto da casa parental. “Ter o almoço pronto” quando se tem pouco tempo para almoçar entre dois períodos de trabalho é algo muito valorizado pelos/as entrevistados/as. Alguns casais “dividem-se” entre as casas dos pais para tomarem as refeições, sobretudo estes almoços “a correr”. Em geral, as refeições quotidianas são mais usuais na casa dos pais da mulher do que na dos do marido, quer as refeições conjuntas, quer aquelas que apenas um dos cônjuges tem esta prática. Nenhuma das entrevistadas tem o hábito de comer em casa dos sogros sozinha, assim como nenhum entrevistado referiu que a mulher o fizesse, apesar do contrário acontecer – alguns homens tomam as refeições em casa dos sogros, mesmo quando as mulheres não o fazem.

Margarida Ricardo e o marido pertencem ao grupo dos que se “dividem” pela duas casas parentais para almoçar.

O meu marido vai almoçar todos os dias à minha sogra, pronto. Ele nunca tem hora para vir almoçar, não é? E depois também a hora não dava com a minha... então ele assim ao menos vai lá almoçar em casa da mãe. Chega lá, senta-se, almoça e vai-se embora.

E a Margarida vem aqui almoçar a casa da sua mãe?

Sim, exactamente. Quando calha vou almoçar a casa... é assim, nunca tenho horas para chegar e depois tenho que chegar... ainda tenho que estar a aquecer o almoço e a pôr a mesa, não é? Assim chego aqui... mãe, vou almoçar... e ir-me embora.

Diogo Ferreira e a mulher jantam habitualmente em casa dos sogros, não tanto pela ajuda material que isso representa, mas pelo tempo e trabalho que poupa ao casal.

E outro tipo de ajudas, costumam ter? Há muita gente aqui na zona que me fala que os pais dão batatas, couves, muitas...

Os meus pais não. Não trabalham na agricultura. O meu sogro gosta de lá andar no quintal... que ele tem lá um quintalzinho, mas também... não é... não é assim por aí além. Costumamos é ir comer muitas vezes a casa dos meus pais ou dos meus sogros, não é?

Já confeccionado?

Pois. Também tem a ver com a falta de tempo, não é? Muitas vezes nem é pelo... pelo cozinhar. Eu e a minha mulher gostamos muito de cozinhar e tudo... mas, pronto... o almoço é difícil porque nunca estamos em casa normalmente. Depois, ao jantar, por exemplo, há dias... este semestre está um bocado pesado em termos de horário porque chego várias vezes às oito horas... saio às oito horas aqui da Faculdade e pronto... chega às oito horas e ela também há dias que sai tarde e depois estar a fazer o comer e tudo... acaba por sempre se perder muito tempo. É mais fácil ir comer a casa deles.

E vão a casa duns ou doutros, ou...

Normalmente mais a casa dos meus sogros. Por um lado é logo ao lado. Por outro lado, também a disponibilidade... porque a avó da minha mulher ainda é viva... com setenta e oito anos e cozinha bastante bem e está sempre na cozinha. Os meus sogros também têm a loja, portanto, vêm tarde também... mas a velhota é que faz aquilo tudo e pronto, é o que está mais fácil, é mais rápido... é normal.

As dádivas relativas à alimentação, quer as dádivas em géneros, quer a partilha de refeições são, como já foi referido, um domínio exclusivo do parentesco restrito e das relações intergeracionais. Este tipo de transferências em bens e serviços de pais para filhos estreita as relações entre gerações e assegura uma pertença a uma unidade social mais extensa do que a família nuclear. A importância da comensalidade na construção e afirmação dos laços sociais no interior da família tem sido sublinhada por diversos autores (Nunes, 1992c; Pina Cabral, 1991). Como afirma João Arriscado Nunes "Trata-se de uma actividade aparentemente trivial, destinada em princípio, a satisfazer uma necessidade essencial à sobrevivência física dos indivíduos. Mas ela contém igualmente uma dimensão *ritual* – no duplo sentido de *afirmação de uma comunidade moral* e de *padronização da interacção* – que, em certos contextos e certas situações, adquire uma intensidade e uma visibilidade particulares, confirmando-a como um aspecto central da afirmação dos laços de solidariedade e da confirmação

da pertença a uma unidade social ou a uma rede de solidariedades" (Nunes, 1992c: 51 – itálico do autor).

As coisas das crianças

O nascimento dos filhos é um momento do ciclo de vida familiar mobilizador da rede de relações sociais da família⁷. O nascimento das crianças é uma das ocasiões que permite constatar a vitalidade do sistema de dádiva, quer se tratem de ajudas financeiras, ajudas em géneros ou em serviços, apoios materiais ou emocionais. Os/as entrevistados/as relatam inúmeras ajudas aquando do nascimento dos filhos: dádivas em dinheiro, roupa, brinquedos, mobiliário, etc.; empréstimos de roupa e bens necessários ao quotidiano do bebé.

Rita Fernandes obteve os bens de que necessitava quase exclusivamente através de dádivas.

E vocês tiveram algumas ajudas quando ela nasceu...

Olhe, eu por acaso tenho um bocado... sou um bocado feliz nessas coisas também, porque como trabalhava, como já disse, no infantário... tinha uma senhora que tinha um miúdo relativamente pequeno e um dia eu já andava para aí quase... disse assim... Rita, é assim, olhe eu vou mudar de casa... tenho a cama do Filipe e o carro, e não sei quê, não sei quantos, quer? Se quer, quer, se não quer eu vou dar... deitar tudo fora... porque está tudo bom, mas eu não quero... porque eu não quero ter mais filhos e não sei quantos... e eu disse... então se a senhora não quer, tudo bem. E pronto. Aquelas coisas... cama, carro e banheira, aranha, parque, pronto... foi tudo... e depois ainda houve a parte da alcofinha do bebé que a minha sogra fez muita questão em oferecer... e depois houve a cadeira do carro que a minha mãe fez muita questão em oferecer. Portanto, isso foi assim um

⁷ Tal como já analisei noutra pesquisa (Portugal, 1995).

pouco também... fui beneficiada nesse aspecto... também não gastei muito nesse aspecto.

Julia Cruz pode usufruir para além de dádivas de familiares de empréstimos de amigas.

Nós tivemos sorte com uma coisa com ela... nós tivemos roupa para um ano sem ter que gastar em roupa... nós comprámos já coisas porque quisemos comprar... mas nós tivemos roupa... e roupa boa e gira... como, por exemplo, este vestido, e coisas assim, que é tudo emprestado.

De onde é que veio?

De uma amiga nossa com dois filhos.

E que guarda as coisas?

E que tinha guardado as coisas. E então mandou-nos roupa de dois filhos... quatro sacos de roupa... ou cinco sacos de roupa... que depois hei-de devolver. E a mãe do Pedro também tem uma amiga que também tem uma filha com um ano e tal... tem um ano a mais que a Raquel e quando a Raquel nasceu foi mais ou menos aí que ela fazia um ano... e também veio a roupa da Marta... por isso... nós com a roupa poupámos em quase tudo. Os objectos... a cama, os carrinhos, e isso tudo... quase tudo foi aproveitado e dado, quando ela nasceu. O meu pai por exemplo... que queres que eu dê à Raquel? Olhe, dê-lhe a banheira... que é a banheira onde ela toma banho e deita-se... foi o meu pai. O avô do Pedro este Natal deu o carrinho para o carro. A minha irmã ofereceu o ovo do carro onde ela anda quando é pequenina. As minhas tias ofereceram as rodas... foi um bocado assim. Nós não gastámos quase nada, e neste momento as despesas com ela é pediatra, é o leite, é a farmácia... pediatra e farmácia... são as despesas que ela dá.

A história de Lúcio Matias permite constatar como perante uma circunstância mais excepcional (o nascimentos de duas filhas gémeas) se mobilizam não apenas laços fortes, mas também laços fracos.

E como é que foi, elas trouxeram muitas mudanças para a vossa vida, como é que tem sido?

Difícilmente voltará a ser como era antigamente, pronto, isso é lógico. Mudou radicalmente. Praticamente tudo. Porque, para já, são duas, e depois, além de serem duas, necessitam de trabalho a dobrar, e a mãe sozinha não pode... embora nos primeiros três meses a minha mãe vinha cá ajudar todas as tardes... e a nível da família temos tido bastantes ajudas... sempre ao fim de semana... está cá sempre gente em casa. Ao domingo, às vezes, estão de mais... que elas ficam alvoraçadas... mas, pronto, temos tido ajudas, e... mas é uma mudança completa.

Ajudas para tratar delas?

Sim, ajudas para tratar delas. Fazer um bocadinho de companhia. Estão sempre a dizer porque é que a gente não sai e não as leva... mas também o tempo assim... também não ajuda. E ajudas, depois a nível de outras pessoas também... tivemos muitas ajudas, porque... eu posso dizer que possivelmente ainda gastasse... por exemplo, talvez aí cinco... nestes últimos tempos... desde que elas nasceram... para aí cinco contos em roupa... porque temos tido muita ajuda. Logo ao princípio, quando souberam que eram gémeas... como ela trabalhava no supermercado, conhecia muita gente, tinha muitas pessoas amigas, e perguntavam: como é que é? Tu aceitas roupa usada? Claro que aceito... e isso nem se pergunta... pronto. E então temos tido, pronto... entretanto há uma moça que... nossa amiga... que também já teve gémeas e são maiores do que estas, já andam... e então ela... pronto... já lá fomos... foi lá buscar uma vez logo na altura em que elas nasceram... já lá voltámos... ela disse logo: ai venham cá que há cá mais coisas. Conforme elas vão usando, a gente... não se estraga... e elas como estão sempre a crescer... aquilo também não se estraga e muitas vezes estão praticamente novas... para andar aqui por casa serve muito bem e tem sido assim. Depois também pessoas que vêm visitar... família... que dão e outros emprestam... vai-se fazendo assim uma certa rotação.

E aquelas coisas assim maiores, os carrinhos, as caminhas?

Isso foi tudo emprestado. As camas foram... uma delas foi dada... a nível de cama... uma cama foi dada e outra foi emprestada. Depois o carro... o carrinho, que é duplo, foi essa moça que tem gémeas... deu-nos um... o primeiro... ficam com este e este é para vocês e depois quando elas crescerem... porque aquele tem um certo limite... porque elas depois

quando crescem como não têm sítio para pôr os pés não gostam de andar naquele... ela tem outro e já disse, que, pronto, quando elas precisarem... depois quando elas forem maiorzinhas... este empresto... agora aquele podem ficar com ele. Tem sido assim, pronto. E temos poupado muito dinheiro, embora... poupamos aí, mas pronto, tem que se gastar em fraldas, é leite, é tudo a dobrar.

Se o casamento é uma ocasião para a família receber dádivas que as ajudam na transição para a conjugalidade, na transição para a paternidade o baptizado das crianças ocupa um lugar semelhante. As dádivas recebidas nesta ocasião são também em dinheiro e em géneros, embora aqui os bens supérfluos, como os artigos em ouro, sejam mais comuns do que aquando do casamento.

O relato de Diana Pinto é bastante efusivo quanto às dádivas recebidas.

Deram-lhe muitas prendas na altura [do nascimento]?

Sim. Lá dão muita prenda muita, muita, muita.

E isso foi importante?

Sim. Apesar da gente comprar, não é? Assim para levar para a maternidade e essas coisas... mas depois, quando o bebé nasce, é hábito as pessoas lá darem muitas prendas... muitas mesmo. E no baptizado também... aí ainda é mais. Dão muita roupa... muitas roupas que dão... e depois dão ouro, ou pulseiras ou anéis, essas coisas... pronto, tem lá coisas que nem sei o que é que lá está.

Isso não é assim uma ajuda tão imediata, não é?

Exacto. Mas pronto, no Natal... quando foi do baptizado foi mais essas prendas... foi alguma roupa, mas pouquinha, pronto... ele já tinha quatro meses... fez quatro meses no dia em que foi baptizado... foi dinheiro que deram... foi dinheiro e foi ouro... também deram ouro, que tem lá em casa guardado.

Esta pesquisa permite constatar que, por um lado, apesar do momento do nascimento ser catalisador de dádivas diversas, elas não se limitam aos momentos excepcionais e, por outro lado, que embora as dádivas estejam mais

presentes nos anos mais precoces, elas persistem ao longo do crescimento das crianças. Os/as entrevistados/as relatam a constante ocorrência de dádivas para as crianças mais pequenas e a importância de ocasiões como o Natal e os aniversários para todas elas, sendo que as prendas em roupa e brinquedos permitem, muitas vezes, suprir a totalidade das necessidades⁸.

Gustavo Pinheiro sublinha o excesso de brinquedos do filho devido às constantes dádivas da família.

E brincar com ele quem é que brinca mais?

Os dois. Se calhar brinco mais um bocadinho do que a mãe, mas...

A jogar à bola?

Sim, a jogar à bola... e ele está numa fase que já gosta de jogar à bola e com os brinquedos. Ele tem brinquedos que... tem o quarto completamente cheio de brinquedos... em dois anos aquilo... aquilo... ele já não brinca... ele tem tanta coisa que já não sabe brincar. Ele é capaz de ir a um armário... abrir um armário e tira uma panela... e brincar com uma panela! Com tantos brinquedos no quarto, não brinca... vai... não é aquela criança que esteja ali sentadinha no chão a brincar com os legos, não, não. Eles têm tanta coisa que já não sabem como é que hão-de brincar. É o mal da moda... é eles terem muita coisa. Chega ao quarto dele e tem para ali tanta coisa e é verdade... em cima dos móveis... é muita coisa para eles brincarem. Se fossem como a gente antigamente... tínhamos uma coisita quase nada... tínhamos poucas coisas... estávamos...

E esses brinquedos são vocês que lhe dão ou são outras pessoas?

A gente também vai comprando muita coisa... mas ele faz anos em Dezembro e então a gente somos quatro irmãos... cunhadas e irmãos... e oferecem montes e montes de coisas. E é tudo nesta altura. Ainda agora... agora ficou o quarto todo cheio. Ainda tenho uma casa na terra que costumo levar lá... costumo levar para lá montes de brinquedos... mas é muita coisa.

⁸ Na sua pesquisa Agnés Pitrou constata o mesmo facto (Pitrou, 1992: 68).

E a família dá mais brinquedos, ou roupa?

Eles dão mais brinquedos. Eles costumam dar muitos brinquedos. A minha mãe, às vezes, costuma dar uma coisita... uma roupinha... e os padrinhos... mas é mais brinquedos... até aos dois anos. A partir de agora não sei se continuam. Até aos dois anos têm-lhe dado muitos brinquedos... muita coisa... é secretárias, é bancos, é carros, é... naturalmente... então a avó... a avó todos os fins-de-semana que vai lá tem que levar um carro... é raro... ele já fala com a avó ao telefone... popó... é sempre, sempre assim.

Embora também neste domínio prevaleça uma orientação da rede para o parentesco restrito, é de sublinhar que a dádiva de “coisas para as crianças” extravasa estes limites e também as relações familiares. Relativamente aos bens materiais, as famílias contam com o contributo de laços fortes e fracos para fazer face às necessidades criadas pelo nascimento e crescimento das crianças. Se as dádivas oriundas das relações familiares são mais contínuas no tempo, as que provêm de fora da rede de parentesco desempenham um papel importante no momento do nascimento e em ocasiões festivas. Nestes momentos as famílias podem contar não apenas com os seus laços fortes, mas também com os laços fracos. Os/as entrevistados/as relatam dádivas de amigos, vizinhos e conhecidos não apenas dos membros do casal, mas também de amigos, vizinhos e conhecidos dos seus familiares, sobretudo dos pais, que frequentemente oferecem “coisas” para as crianças sem que tenham uma relação de proximidade física ou afectiva com elas.

Quem são, então, os/as entrevistados/as para quem o modelo da dádiva é predominante no acesso aos bens materiais? Tal como acima se expôs, as características dependem do tipo de bens envolvidos. Como já foi referido, a dádiva é transversal aos diferentes grupos sociais, no entanto, ela assume preponderâncias diferentes consoante o tipo de bens que se analisa. Para as famílias com baixos rendimentos económicos, a dádiva predomina nos bens essenciais – “naquilo que a terra dá” – para aqueles com níveis de capital

superior a dádiva estende-se a outro tipo de bens. Deste modo, o sistema de dádiva reproduz duplamente as desigualdades sociais: por um lado, recebe menos contributos quem mais precisa, por outro lado, do ponto de vista instrumental, o seu significado é bastante diferente para quem recebe. Faz sentido lembrar aqui a distinção de Agnès Pitrou entre solidariedade de promoção e solidariedade de subsistência (Pitrou, 1978 e 1992). A primeira, característica das classes médias e superiores, surge como uma forma da rede de parentesco ajudar a família a subir o seu nível de vida e a ascender socialmente. A segunda, exercida nos meios mais desfavorecidos, tem como finalidade assegurar a reprodução quotidiana da família: os apoios prestados permitem evitar que uma estabilidade precária possa ser afectada. A análise do papel da dádiva no acesso aos bens materiais permite constatar a importância desta distinção. Uma frase ouvida diversas vezes durante as entrevistas – “sem as ajudas não conseguíamos ter a vida que temos” – tem significados diferentes consoante a inserção socioeconómica da família: para uns, as ajudas representam o desafio em termos materiais, para outros, elas asseguram o equilíbrio necessário à subsistência da família.

Belmira Pereira pertence ao grupo para quem as ajudas permitem melhorar o nível de vida.

De qualquer maneira são cinquenta e dois contos durante cinco anos [da prestação do carro] e, pronto, o meu ordenado, e mais algum do ordenado do Pedro, vai para essas coisas todas. E depois, temos seguros de vida, seguros disto e seguros daquilo e seguro contra todos os riscos do carro e seguros da casa, do recheio e das coisas... temos o seguro do Afonso... que tem que ser, porque ele onde vai faz asneiras... temos o seguro da empregada, que também é uma desgraça... que me... a mulher-a-dias que todas as vezes que lá vai parte qualquer coisa. Até agora só tem partido coisas banais, mas, às vezes, pode ser que ela parta uma coisa mais complicada... e pronto... essas continhas todas... chegamos ao fim do mês e não temos nada. Passamos a vida a pagar coisas.

E tem ajuda de alguém, dos pais?

O meu pai... o meu pai. Os meus sogros nem por isso. Bem, a minha sogra volta e meia manda-me assim uma saca de carne e só isso já é uma grande ajuda. Carne de vaca ou, sei lá... às vezes são aos sete, oito quilos de carne. A minha mãe... o meu pai por exemplo arranja sempre maneira de quando cá vem ou quando eu vou lá, agarrar no carro e quando eu dou por ela o depósito está atestado... e depois não quer receber nada e depois ainda no domingo fomos... o Afonso esteve uma semana com os meus pais fomos buscá-lo a Viseu... eles levaram-no a Viseu e nós fomos buscá-lo para ficar a meio do caminho e parámos ali em Viseu na Benneton e eu vi umas camisolas lá... o meu pai pagou... antes que eu pudesse...ele pagou, pronto. E é estas ajudas que ele nos dá. Depois volta e meia a minha mãe... o meu irmão mudou de óculos e ela pagou-lhe os óculos e deu-me o dinheiro a mim... e depois o meu irmão no Natal teve um saxofone... que é músico... quis um saxofone e a minha mãe deu-lhe um saxofone... e a minha mãe deu-me o dinheiro a mim, e pronto. E é essas ajudas, que ajudam muito, não é? Porque se vamos a ver ainda agora esta semana em que o Afonso esteve com ela... agarrou nele... apesar dele não precisar assim tanto de roupa... e ela achou que ele que precisava porque eu tinha-lhe levado roupa para uma semana e ele ficou lá duas... e então foi comprar roupa para o neto. Gastou trinta contos só em meia dúzia de peças, não é? Mas pronto. Tudo isso são ajudas que ela me dá. E chega aqui ao fim-de-semana e vai de manhã... vai ao supermercado... e enche-me a despensa... ou melhor... abarrota-ma. Porque eu já tenho... mas ela enche sempre mais qualquer coisa. Há sempre qualquer coisa que eu não tenho, pronto. E isso tudo é para mim... é muita ajuda, muita. Ajuda-me pelo menos a descansar um bocadinho... um bocadinho... a carteira, para não ter uma vida... como é que hei-de dizer? Ainda hoje fui à Covilhã... podia perfeitamente ter vindo almoçar a casa... almoçava um bocadinho mais tarde, mas almoçava e o meu marido disse: não, hoje... há muito tempo que não vamos almoçar fora... vamos almoçar fora hoje, e pronto. E fomos. Eu não deixo de fazer as coisas por não ter dinheiro.

Para Leonel Viegas a partilha das refeições com os sogros é um elemento fundamental para conseguir viver com os rendimentos que tem.

E como é que conseguiram subsistir só com um salário?

Foi os meus sogros... os meus sogros.

Os seus sogros ajudaram durante esse tempo?

Sim, sim, sempre. Dinheiro houve sempre, pronto. Eu tive um fundo de desemprego... eu estive a trabalhar... houve sempre dinheiro para o leite, para fraldas, pronto. Só que o nosso almoço e o nosso jantar não havia problema... que íamos... pronto, lá aos meus sogros e continuamos a ir. Eles ainda nos ajudam. É muito dinheiro que não gastamos... também os miúdos gastam muito mesmo... esse dinheiro que tínhamos... a renda da casa eram quinze contos, não era assim nada de... mas... não era assim muito dinheiro, pronto... mas custava, e custa, e eles ajudam-nos... continuam a ajudar.

8.4 | Os bens materiais e as redes sociais

O envolvimento das redes de relações sociais da família no acesso aos bens é variável consoante o modelo que predomina. No entanto, se a importância das redes é claramente dominante no modelo da dádiva, elas não deixam de estar presentes de uma forma transversal. Como inicialmente se afirmou, nenhum dos modelos é exclusivo e, por vezes, a opção por um determinado modelo numa área específica, significa que por detrás estão outros contributos das redes a funcionar. Por exemplo, a opção pela poupança para adquirir bens materiais, como mobiliário ou um carro, muitas vezes é sustentada por um sistema de dádiva que permite aceder a bens “consumíveis” sem custos monetários.

Apesar da análise do envolvimento das redes no acesso aos bens materiais ser complexa, é possível afirmar que predomina uma orientação da rede no sentido das relações familiares, e no interior destas no sentido vertical ascendente. As ajudas materiais circulam nitidamente através de um fluxo intergeracional que,

de pais para filhos, transmite bens duradouros e “consumíveis”. As ajudas materiais, a par com a habitação, são um dos domínios onde é possível ver com a clareza a fluidez dos limites da família nuclear. Longe do proclamado isolamento da família moderna, o que se encontra nas entrevistas é a pertença a uma “unidade social primária” em que o *sangue* (o parentesco), a *casa* (a residência) e o *pão* (a comensalidade) são os elementos integradores (Nunes, 1992b; Pina Cabral, 1991). Embora mais visível no meio rural, esta realidade também está longe de ser exclusiva desse universo, estendendo-se pelos meios urbanos.

A orientação intergeracional, de pais para filhos é mais evidente nas ajudas com carácter regular, no entanto, a análise realizada permitiu identificar a activação de outro tipo de laços no acesso aos bens materiais. Em ajudas pontuais ou em momentos de excepção são activados outros laços familiares, outros laços fortes e mesmo laços fracos. Os laços fortes familiares, com um forte sentido intergeracional, mas extravasando o parentesco restrito, predominam nas ajudas financeiras ou na aquisição de bens duradouros. É frequente a referência a empréstimos de dinheiro feitos por tios ou tias, cujo pagamento é diferido no tempo e nunca sujeito a pagamento de juros.

Os momentos excepcionais, como o casamento, ou o nascimento dos filhos, são alturas que mobilizam praticamente a rede total de relações sociais da família, laços fortes e laços fracos. Nestes momentos as famílias recebem dádivas de familiares, de amigos, de vizinhos, de colegas, de conhecidos, de familiares de amigos, de conhecidos de familiares. As cadeias longas têm uma eficácia, sobretudo por ocasião dos nascimentos dos filhos, que não se encontra em mais nenhum domínio. Embora o significado instrumental destes laços seja diverso – as dádivas no interior da família são sempre mais importantes em termos materiais – eles não deixam de ser relevantes nos momentos de transição do ciclo de vida

familiar. Deste modo, como para outros domínios, revela-se a importância dos laços fracos. Quanto maior for o capital social da família mais capacidade tem de aceder a determinado tipo de dádivas.

É difícil definir uma polarização clara da rede no acesso aos bens materiais. Nalguns domínios ela é óbvia: por exemplo, nos empréstimos de roupa e artigos para as crianças as mulheres predominam nos laços activados, fortes e fracos. Nas dádivas e empréstimos em dinheiro, a polarização não é tão clara, mas os parentes masculinos sobrepõem-se: pais, avós e tios são os elementos mais referidos para prestar este tipo de apoio, ou seja, a polarização passa pelas gerações mais velhas, e, em geral pelos homens.

Tal como foi referido, as ajudas prestadas pela rede são socialmente transversais, embora marcadas por desigualdades. Outra das desigualdades que se faz sentir ao nível dos bens materiais prende-se com as normas que regulam o funcionamento das redes. Embora o princípio da reciprocidade regule as dádivas que circulam no interior do parentesco, ele não se aplica da mesma forma em todas as famílias. Várias pessoas referem que usufruem das ajudas materiais dos pais, mas que também têm que contribuir de alguma forma, sobretudo com o seu trabalho, para que essas ajudas se concretizem. Ou seja, algumas famílias estão obrigadas a uma reciprocidade directa neste domínio, mostrando que o “fundo comum de subsistência” não se sustenta sem um “trabalho comum de subsistência”.



9

AS COISAS E OS MODOS (V):

CRIAR E CUIDAR

Introdução

Como é sabido, o estatuto do trabalho doméstico sofreu profundas alterações com o processo de industrialização. Nas sociedades pré-industriais, enquanto a família e o espaço doméstico constituíam unidades produtivas, os diferentes actores – homens, mulheres e crianças – desenvolviam tarefas estreitamente relacionadas entre si, as esferas da produção e da reprodução mantinham-se unidas no mesmo espaço, não existindo uma valorização ou desvalorização de qualquer um dos tipos de trabalho desenvolvido pelos diferentes membros da família (Ferreira, 1981). Com a industrialização, o local de trabalho autonomiza-se relativamente ao local de residência. A produção separa-se do consumo. A fábrica, a oficina, o escritório passam a ser os espaços da produção, ou seja, os

espaços onde se troca a força-de-trabalho por um salário. A casa passa a ser o espaço de consumo, o local onde a família pode usufruir dos rendimentos obtidos no trabalho remunerado. A fábrica, a oficina e o escritório são os espaços masculinos, os homens são os "produtores", são eles que obtêm o rendimento monetário necessário para o sustento familiar. A casa é o espaço feminino, as mulheres convertem-se em "donas-de-casa", em consumidoras; a sua actividade na esfera doméstica torna-se económica e socialmente invisível, as domésticas "não trabalham".

A divisão sexual do trabalho estrutura o trabalho de homens e mulheres na esfera produtiva e na esfera doméstica, ao mesmo tempo que subordina esta última à primeira. Esta divisão não pode ser compreendida apenas em termos económicos, o seu significado é também social e simbólico (Ferreira, 2003; McDowell e Pringle, 1992). A divisão sexual do trabalho impõe-se aos indivíduos como parte de um conjunto de referências sociais no qual está prescrito o que é certo, natural e desejável. As identidades masculinas e femininas constroem-se em torno destas referências fundamentais. A principal característica do trabalho doméstico é ser um "trabalho de mulheres" (Oakley, 1992). Assume-se à partida que desde que existam mulheres numa casa serão elas a realizá-lo, o pressuposto sendo que as mulheres podem desempenhar essas tarefas naturalmente e os homens não. Por esse motivo, mesmo quando as mulheres ocupam um emprego remunerado, como é o caso da presente amostra, elas continuam a ser as grandes responsáveis pelo trabalho doméstico e pelos cuidados dos dependentes.

A análise desenvolvida neste capítulo mostra que a progressiva igualdade na participação no mercado de trabalho não é acompanhada por um modelo mais igualitário de repartição de tarefas no interior da família. A maior parte da responsabilidade do "criar" e do "cuidar" continua a recair sobre as mulheres.

9.1 | As crianças

A pesquisa analisou os modelos de guarda das crianças e as tarefas envolvidas nos cuidados quotidianos. Dois traços fundamentais caracterizam os dois domínios: a importância das redes de relações sociais e a desigualdade sexual na repartição das tarefas e das responsabilidades, quer no interior da família conjugal, quer no interior da rede.

Relativamente aos modos de guarda, constata-se uma predominância dos modelos informais até aos 3 anos de idade e um aumento da importância dos contextos formais de acolhimento na idade pré-escolar. Nas idades mais precoces conjugam-se a escassez de oferta de serviços formais, os preços elevados dos serviços na esfera do mercado e a preferência das famílias pelos cuidados informais e familiares¹. Na presente amostra, apenas 10 famílias colocaram os filhos num contexto formal de acolhimento antes dos 3 anos de idade; desses 10, apenas 4 usufruíram de cuidados institucionais antes de completarem um ano². O recurso à creche como primeiro modelo de guarda dá-se nas famílias que não encontram no interior da sua rede possibilidades de guarda informal. Qualquer destas famílias que colocou os filhos na creche durante o primeiro ano de vida reside longe das suas famílias de origem e não pode contar com o apoio dos familiares.

Um modelo que surge como alternativa ao acolhimento institucional até aos 3 anos, e que cruza elementos do sector formal e do sector informal, são as amas. O recurso à ama resulta da impossibilidade de alguém no interior da rede familiar

¹ Constato aqui traços já identificados noutra estudo (Portugal, 1995).

² Os dados de um inquérito a uma amostra nacional apontam no mesmo sentido: apenas 13,4% das mulheres inquiridas optou por uma solução de guarda formal, num equipamento colectivo, quando o seu filho tinha entre 1 e 2 anos de idade (Wall, 2005: 502).

assegurar a guarda quotidiana, da resistência das famílias ao acolhimento formal e certamente da competitividade dos preços, embora este aspecto nunca seja mencionado pelas pessoas entrevistadas. As amas são pagas pelo trabalho desenvolvido, mas as famílias têm dificuldade em encarar essa relação como mercantil. Uma frase ouvida frequentemente como resposta à questão sobre o pagamento desses serviços é a de que "há coisas que nunca se pagam". A opção pelos serviços de uma ama como modelo de guarda das crianças assenta também, em grande parte, nas redes sociais das famílias. A escolha da ama é realizada exclusivamente através de contactos interpessoais. Ela ou é uma pessoa conhecida ou próxima da família (é quase sempre descrita como uma "pessoa conhecida" ou como uma "pessoa amiga", alguém "que era quase da família") ou dada a conhecer por elementos da família ou da rede de amizade e vizinhança. Os serviços prestados pelas amas situam-se na intersecção entre o formal e o informal, entre a instituição de acolhimento e os cuidados informais prestados pela família.

Dado que nas famílias entrevistadas ambos os cônjuges trabalham, a manutenção da guarda das crianças no interior da família faz-se com recurso ao apoio da rede de relações familiares, sobretudo no sentido ascendente. Mais uma vez, esta possibilidade é sustentada pela proximidade geográfica entre pais e filhos. A maioria das famílias recorre aos serviços das avós, sobretudo da avó materna, mas existem também famílias em que uma tia ou uma bisavó assegura a guarda das crianças. A guarda pelas avós pode assumir diversos modelos: uma das avós assegura inteiramente a guarda quotidiana; as duas avós alternam a guarda durante o dia – uma de manhã, outra de tarde; as duas avós alternam a guarda por períodos de tempo regulares – semanalmente ou mensalmente.

As entrevistas revelam que os cuidados informais assegurados no interior da rede familiar assentam na maioria das vezes em sistemas complexos, em que intervêm

vários elementos e se têm que conjugar diferentes disponibilidades para se conseguir “manter a criança em casa”. Os esquemas quotidianos vão-se alterando ao longo do tempo para cada criança, e alteram-se também de filho para filho, à medida que se alteram as condições no interior da rede. Conjugam-se tempos de emprego e desemprego, de actividade e inactividade de pais, mães, avós, tias, pessoas conhecidas, vizinhas que podem “dar uma mãozinha”, condições de saúde dos mais idosos, necessidades de irmãos e irmãs com crianças pequenas. A rede é mobilizada para dar resposta consoante as necessidades e as possibilidades dos diferentes intervenientes, obrigando muitas vezes a um grande esforço e sacrifício por parte dos elementos envolvidos. A descrição de alguns casos permite ilustrar as questões que aqui se enunciam.

António Santos é enfermeiro e a mulher também. Ele diz que a questão da guarda dos filhos “é muito complicada”. Têm 2 filhos – uma rapariga com seis anos e um rapaz com um ano. Com a primeira filha até aos dois anos asseguravam os dois a guarda, articulando turnos alternados no trabalho. A partir daí a criança ficava alguns dias na casa da mãe dele, e se havia problemas de uma hora, meia-hora, na troca dos turnos, ficava numa vizinha a quem pagavam ao mês. Agora a filha frequenta o ensino básico, numa escola pública. Eles vão levá-la e buscá-la e continuam a articular-se para ficarem com ela e com o filho mais novo. Este está na creche desde os 5 meses, mas conseguem que ele vá apenas alguns dias por semana.

Ema Alves tem um filho com 4 anos. Ela é assistente administrativa na administração pública e o marido controlador de qualidade numa indústria de madeiras. Descreve deste modo a questão da guarda do filho:

É assim, ele desde que nasceu foi criado com a minha sogra, até aos três anitos mais ou menos... directo mesmo com ela. Mas a minha sogra e a minha cunhada agora foram para Inglaterra, ter com o meu sogro. E agora tem estado umas vezes com a minha mãe... e como o meu marido tem um

horário flexível e eu também, saio às duas e meia... por exemplo, hoje ficou com o pai... amanhã fica com o pai... só quando eu preciso é que vai... a minha mãe fica-me com ele no dia que... que não é o dia todo... é só a manhã, até às duas e meia... que depois vou buscá-lo, eu ou o meu marido. Como nós temos muito tempo livre, não é? Pronto... o horário do meu marido facilita isso, e no fundo o meu também, não é? Portanto, o meu marido se entrar às duas da tarde deixa-o comigo uma horita e eu depois já o levo para casa, não é? Era um bocado complicado a gente estar a pô-lo no infantário e não tem necessidade disso, não é?

Paula Moita é cabeleireira e tem o seu próprio salão. Tem duas filhas com 12 e 8 anos. Quando nasceu a primeira filha, foi trabalhar 15 dias depois do parto e levava a filha com ela para o salão. Até aos 3 meses foi essa a opção, depois a mãe dela ficou com a criança até esta ir para o infantário (aos 3 anos). A filha mais nova também foi para o salão com 15 dias mas só ficou um mês, a avó passou a tomar conta dela, mas por pouco tempo (só até aos 3 meses), depois foi para uma ama ("uma senhora conhecida"), porque a avó já era mais velha, sentia-se doente e já não tinha tanta paciência.

Eliseu Baptista é técnico de informática e a mulher educadora de infância. Têm uma filha de 4 anos. A criança até aos 9 meses esteve com a mãe e depois, até aos 3 anos, numa ama ("a miúda não estranhou nada porque ela já conhecia a senhora desde a nascença, é uma pessoa amiga, é como seja a avó mais nova"). Agora está num infantário da rede pública mas quem a vai levar e buscar e dar o almoço continua a ser a ama.

Rita Fernandes é auxiliar de acção educativa e o marido mecânico de ralis, o que o faz estar ausente durante muito tempo. Têm uma filha com 4 anos. Ela ficou em casa com a filha até aos 5 meses, depois disso foram os avós paternos que tomaram conta da criança. A avó materna trabalha e só pode ficar com a neta às vezes, numa emergência. Aos 3 anos resolveram pôr a criança no

infantário. Dado que os horários dela são muito pesados, são os avós que levam e trazem a neta. São também eles que lhe dão o almoço. A filha teve uma adaptação muito difícil ao infantário – “não estava habituada a crianças” – e por isso muitas vezes os avós já não a levam da parte da tarde e ficam com ela em casa.

Se até aos 3 anos a família domina a guarda das crianças e depois dessa idade prevalecem os contextos formais, as entrevistas mostram também como o modelo formal se mistura com o informal e as famílias procuram que os cuidados familiares se articulem com os cuidados prestados pelas instituições. Dadas as impossibilidades dos pais e das mães, trabalhadores a tempo inteiro, os avós são mais uma vez a ponte principal entre a família e as instituições. É a eles que está, muitas vezes, atribuída a tarefa de levar e trazer as crianças ao infantário ou à escola. Um relato comum em idade pré-escolar é, também, o da permanência no infantário durante a tarde e a manhã, mas com intervalo para o almoço em casa dos avós, que asseguram mais uma vez o transporte.

A ida para o ensino básico revela-se um novo problema para as famílias, dado que a guarda das crianças apenas fica assegurada durante parte do dia. Mais uma vez é à rede familiar que compete assegurar os cuidados nos tempos não cobertos pelas actividades lectivas. Algumas escolas dispõem de actividades de tempos livres, mas a maioria das famílias encontra no seu interior resposta para a ocupação das crianças.

Paulo Domingos é fiscal de obras numa câmara municipal e actualmente estuda no ensino superior. A mulher é enfermeira. Têm dois filhos, um com 8 anos e outro com 4. Descreve do modo que se segue as estratégias de guarda dos filhos:

O mais velho esteve com uma ama... há aqueles centros de amas que são quatro ou cinco miúdos... e havia uma ama mesmo junto a uma senhora que era nossa amiga... junto da casa da minha mãe, que ficava com ele.

Depois a minha mãe ia buscá-lo, enquanto eu trabalhava e estudava, e tal. Portanto, coincidiu na fase em que eu estudava à noite.

E com este segundo, como é que foi, foi mais complicado?

Não. Foi mais fácil. Agora... mas termos quem se ocupasse com eles... foi mais fácil por causa dos meus pais estarem aposentados. Ajudou. Depois nós moramos numa aldeia aqui perto e são uns terrenos que eram de família... e uns moram num terreno ao lado... os outros ao lado... mora ali tudo perto. Se uns não podem ficar... porque uma cunhada minha também tem crianças da mesma idade... ficam os outros. Desenrascamo-nos sempre assim. Claro que, durante a semana, no horário de trabalho, ficam com as amas.

E como é que fazem com o mais crescidinho, quem é que o vai buscar e levar à escola?

É... eu tenho uma cunhada que é educadora de infância numa escola também numa aldeia aqui mais afastada um bocado, que os leva e que os traz. E o mais velho foi para lá, não se integrou, teve problemas no infantário onde estava... também houve algumas divergências em termos de condições, espaço, de cuidados... e o miúdo teve que mudar de escola. Aproveitámos... foi para essa escola, pronto. E começou a ir com ela e a ficar... e não conseguiu sequer deixar na primária... agora o grupo de amigos é lá... inclusivamente vai... quando fôr agora para o ciclo, para um sítio para onde os outros vão.

As entrevistas mostram que a maior parte das famílias conta com a sua rede de relações sociais para fazer face à guarda das crianças, quer a tempo inteiro, quer a tempo parcial, para assegurar os horários não cobertos pelas instituições de acolhimento. Aqueles que menos assentam as suas escolhas na guarda familiar são os que estão afastados geograficamente da família restrita ou que, vivendo próximo dos parentes, não podem contar com nenhum elemento que não esteja inserido no mercado de trabalho.

As entrevistas revelam também que a guarda informal, assegurada no interior dos laços de parentesco, se caracteriza por uma grande variabilidade, instabilidade

e vulnerabilidade. Não recorrer a um modelo formal obriga a arranjos quotidianos nem sempre fáceis e, frequentemente, ao recurso a diferentes elementos da rede. A maior parte das vezes os sistemas montados pelas famílias são extremamente vulneráveis a imprevistos como doenças, alterações de horários de trabalho, “coisas que há para fazer”. Ou existe uma avó disponível a tempo inteiro para ficar com os netos, ou, então a guarda familiar implica uma organização quase diária das disponibilidades dos diferentes intervenientes. A guarda das crianças no interior da rede familiar está sujeita a inúmeras contingências e, conseqüentemente, obriga as famílias, muitas vezes, a alterar as suas opções e a enveredar por outras alternativas. Este percurso de mudança, porque as circunstâncias se alteram no interior da rede, acontece muito frequentemente de filho para filho, mas também com a mesma criança – outra criança que nasce e a quem se dá prioridade “porque é mais pequena”, um familiar que fica doente e necessita dos cuidados da pessoa que cuida da criança, um emprego que não se pode recusar e que limita as disponibilidades de quem estava a tomar conta: os exemplos multiplicam-se para ilustrar a precaridade que os modelos de guarda familiar frequentemente implicam. No entanto, apesar de todas as dificuldades, grande parte das famílias aposta nesta opção e prefere-a a outras, fazendo-o porque estão dispostas a correr os riscos e a suportar os custos em termos de trabalho e tempo, mas também porque esses riscos e custos são partilhados no interior da rede de parentesco.

Para além da questão da guarda, as entrevistas abordaram também as tarefas envolvidas nos cuidados quotidianos das crianças: as refeições, os banhos, a roupa, as brincadeiras, os trabalhos de casa na idade escolar. A importância das diferentes tarefas, bem como, o trabalho e tempo envolvidos, variam com a idade das crianças, com o número de filhos e com o intervalo entre eles. Olhando para o interior da família conjugal a primeira constatação é a já referida desigualdade sexual na repartição dos cuidados. As famílias em que

existe uma distribuição equitativa do trabalho e do tempo são as exceções que confirmam a regra: a mãe faz, o pai ajuda.

Na amostra encontram-se, fundamentalmente, três modelos conjugais de distribuição dos cuidados das crianças: um, minoritário, caracteriza-se pela partilha dos cuidados entre os dois membros do casal. Estas famílias em que ambos os cônjuges desempenham indiferenciadamente qualquer das tarefas envolvidas são raras, e são famílias em que ocorre uma de duas situações, relativamente aos estatutos socioprofissionais dos cônjuges: ou os dois membros do casal têm um estatuto socioprofissional equivalente, sendo ambos profissionais técnicos e de enquadramento; ou, então, são famílias em que a mulher tem um estatuto socioprofissional superior, é trabalhadora independente e obtém maiores rendimentos com o seu trabalho.

Afonso Salgueiro tem 34 anos, é médico e a mulher professora do ensino secundário. Têm dois filhos: uma rapariga com cinco anos e um rapaz com dois.

E os cuidados com ela [com a filha mais velha] como é que faziam, repartiam?

Os cuidados em casa... dar banho e alimentar... sim, ainda hoje são repartidos. Pronto. É assim: há coisas que eu acho que naturalmente se instalam de modo preferencial para um ou outro de nós. Por exemplo, eu tenho mais a tendência para dar banho aos miúdos, por exemplo, à noite... que é uma coisa que eu gosto de fazer e que faço praticamente todos os dias... do que para lhes dar comida, quando se dá a comida na boca... isso aí era uma coisa que eu não fazia tão espontaneamente... fazia quando estava sozinho com um deles em casa... tenho que fazer e não me custa fazer as outras coisas... quando eram mais pequenitos, nomeadamente a Beatriz... mudar fraldas... Fora isso... sempre dividimos... senão... por acaso foi uma coisa que não... pronto... nenhum de nós tinha nenhuma aversão especial por determinado tipo de cuidados, em particular com os filhos... não, havia coisas que foram mais ou menos estabelecidas naturalmente... que era... adormecê-los quando eram pequenitos e era preciso adormecê-

los, embalá-los, contar uma história, abaná-los na cama, e não sei quê. A Mariana sempre ficou mais cativada para isso, não sei se eventualmente porque ela tinha... não sei... é mãe... eu acho que não há outra explicação, e sempre foi ela que fez isso mais. De resto, essas outras coisas... o vesti-los de manhã... o escolher a roupa que vão vestir para a levar para a escola naquele dia, e não sei quê... isso praticamente sempre foi também dividido de modo igual. Agora a partir de uma certa altura, nomeadamente a partir aí do segundo ano de vida passou a ser um bocado diferente porque o meu horário implica que eu saia de casa sempre... neste momento... agora às sete da manhã. Às sete da manhã saio de casa, pronto, e a Mariana habitualmente como consegue na escola manipular um pouco os horários... tem habitualmente conseguido ficar com as manhãs livres. O que significa que para ela não fazer os miúdos levantar a essa hora... e habitualmente é que se levanta com eles aí às nove... vai pô-los na escolinha às dez e depois fica por lá. De modo que agora as coisas inverteram-se um bocado. Ou seja, ela trata das manhãs e eu trato um bocado mais do fim do dia, quando estou em casa, quando não estou de serviço, ou assim. Mas isso foi a partir de uma certa altura, porque até aí enquanto ela também trabalhava de manhã, as coisas eram divididas igualmente.

Paula Moita tem 34 anos é cabeleireira e tem o seu próprio salão. O marido é armador de ferro na construção civil. Têm duas filhas com 12 e 8 anos.

E como é que fizeram com os cuidados dela, ela esteve consigo durante...

Ora bem... os primeiros três meses esteve comigo. Eu trazia-a para o salão... eu já trabalhava por minha conta, trouxe-a comigo.

Quer dizer que veio logo trabalhar?

Ao fim de quinze dias, mais ou menos, prontos. E depois foi a minha mãe que ficou com ela. Só praticamente aos três anos é que veio para o infantário... era a minha mãe que cuidava dela durante o dia. Depois à noite éramos nós, prontos... dar o banho e assim... éramos nós.

Nós, quer dizer, a senhora e o seu marido?

Ah, sim, sim. O meu marido nesse aspecto partilha em tudo. Ele é homem e mulher ao mesmo tempo. Faz tudo lá em casa. É pau para toda a obra.

Olhe que isso é raro...

Não, não... mas ele faz. Foi sempre assim. Nós sempre fomos... nesse aspecto sempre nos entendemos. Mas também já tinha sido um acordo atrasado, porque... pronto, a gente conversava muito, e tal... e eu dizia-lhe: aí as tarefas têm que ser divididas, se eu estiver na cozinha, tu estás e ele, pronto... funciona muito bem... e é, ele era tudo... que não via outra coisa senão a miúda na frente dele, era... Jesus... chegávamos a casa e se eu ia tratar do jantar ele ia dar banho à miúda, ele dava-lhe de comer, ele mudava-lhe... ele deitava, ele adormecia... ele ainda hoje é assim. Ainda hoje é ele... elas se precisarem de alguma coisa não é por mim que chamam... é pelo pai, é, é. Às vezes eu digo assim: bolas, eu devo ser muito má. Mas, pronto, também não tem problemas de cozinhar... se tiver falta não... a maior parte das vezes ele chega primeiro do que eu e é ele que adianta o jantar, eu depois chego a casa e é que termino, enquanto ele vai tomar banho, e pronto, é assim.

O segundo modelo, mais expressivo em termos quantitativos, caracteriza-se pela total responsabilização da mulher pelos cuidados dos filhos. As famílias em que os homens estão totalmente ausentes dos cuidados das crianças são sobretudo as das trabalhadoras e trabalhadores desqualificados e também as famílias onde os maridos são trabalhadores independentes. Aproximando-se dos resultados de Bott sobre a forma das redes e a segregação dos papéis conjugais (Bott, 1976), as entrevistas permitem constatar também que estas famílias são aquelas em que as mulheres podem contar com mais apoios activos da sua rede de parentesco restrito, ou melhor, com outras mulheres no interior da sua rede de parentes. Quanto mais apoio da rede existe nos cuidados das crianças, menor é a participação do pai e maior a responsabilização da mãe no interior da família conjugal.

Rosa Mateus tem 32 anos, o 9º ano de escolaridade e é empregada de balcão; o marido é encarregado de obras na construção civil. Têm um filho com 3 anos.

E como é que fazem, como é que fizeram quando ele era pequenino e agora também, para lhe dar banho, dar comida? É sempre a Rosa ou o seu marido ajuda?

Não. A dar banho sou sempre eu. Só quando estou doente ou assim... mas o meu marido não é muito de... pronto, gosta muito dele... mas nunca foi assim um homem que... pronto... nunca lhe deu banho... dar de comer também não. Normalmente quando eu estou doente... normalmente a minha mãe é que me ajuda... quando eu estou doente, tenho lá a minha mãe.

Rita Fernandes tem 34 anos o 9º ano de escolaridade e é auxiliar de acção educativa. O marido é mecânico. Têm uma filha com 4 anos.

Como é que fizeram quando ela era mais pequenina, e agora com os cuidados dela? Era mais a Rita, ou o seu marido também fazia?

Eu, eu, eu... porque ele não tem jeito nenhum para essas coisas. Eu às vezes digo assim: ó pá, vai lá dar banho à Patrícia... ai não, deixa estar que eu faço antes o jantar... pronto, é... eu oriento e ele prefere dar um olho, porque nessas coisas não...

Nunca deu banho, nem comida, nem mudou fraldas?

Comida não... é entreter, ou com uma história, ou brincar... mas assim em termos de banho e não sei quê... ele é assim um bocado...

E mudar fraldas?

Nem pensar, nem muda fraldas... Mesmo hoje, se ela vomitar, ele começa logo aos vômitos, porque é uma pessoa que é extremamente enjoada a cheiros ou a qualquer coisa, então aquilo para ele... não, isso está fora de questão. Acho que só se ele estivesse para aí no fim do mundo e então aí teria de ser, mas não...

José Ruas tem 29 anos, frequenta a universidade, é jornalista e a mulher animadora. Têm uma filha com 8 meses. A mulher tem um filho de 8 anos de uma relação anterior.

E como é que fazem com os cuidados da bebé?

Ela tem muito mais... *mea culpa*, não é? Se calhar ainda resquícios do machismo... que eu não me considero machista... mas tenho uns resquícios daquilo que foi a minha educação baseada em machismo... Embora o meu pai fosse um homem muito bom, não fazia nada em casa, e pronto... deu a mesma educação aos filhos. A minha mãe é que tratou de nós e isso de alguma forma me foi embutido, eu tento... eu tenho a consciência disto, não é? E de facto é errado, porque sei perfeitamente... ela trabalha... sei perfeitamente a sobrecarga que é ser ela a tratar... de ser ela só a tratar da Gabriela, não é? O que faz com que eu vá ajudando algumas coisas... mas ajudo mais a cozinhar, do que propriamente a tratar da Gabriela, porque... agora já começo a saber mais coisas... mas ao princípio sentia-me muito desajeitado, sentia. Ela começava a chorar... mas o que é que eu faço? Mas encostei-me um bocado no facto dela já ter experiência, porque já tinha tido um... de conseguir muito bem e eu vou um bocado aprendendo... e eu um bocado de lado... Agora, de facto, diria que noventa por cento do trabalho com a Gabriela é ela que o tem. Eu brinco muito com ela quando chego a casa... agora mudar a fraldinha, dar-lhe banho e vesti-la, dar-lhe de comer... dar-lhe de comer, ela dá-me razão a mim, porque ela chora e cospe metade da colher, outra metade sai... fica toda suja e entretanto ela olha para mim, começa-me a ver assim a tremer, começa ela a tremer também, e diz: deixa estar, vai tu fazer o jantar... e pronto. Mas nós gerimos isto muito bem, quer dizer... não há, não há conflitos... não há... não há mal-estar por causa desta... desta divisão de tarefas, não é?

Finalmente, o terceiro modelo, o mais comum, caracteriza-se pela responsabilidade feminina e pela “ajuda” dos homens. Neste modelo as mulheres assumem a gestão da educação dos filhos e a maioria das tarefas e os homens “dão uma ajudinha”: quando os filhos são bebés às vezes dão de comer, às vezes mudam a fralda, são capazes de dar banho, se a mãe pedir; quando os filhos crescem vão levá-los à escola, brincam com eles.

Margarida Ricardo tem 32 anos, o 9º ano de escolaridade, e é escriturária. O marido é agricultor. Têm uma filha com 5 anos.

E os cuidados com ela... como é que faziam quando era bebé? E agora, é tudo consigo, o marido ajuda?

Sim, pronto... quando era pequenina, pronto... isso assim... mudar fraldas é que não, que ele não... mas, pronto, agora ajuda, mais agora desde que, pronto... que ela é mais crescida do que quando era bebé, porque isso ele já não... eu parece que deixo cair a gaiata... e não sei quê, pronto. Agora faz, arranja-lhe o leite, despe-a à noite, veste o pijama... isso... o dormir é que sou sempre eu. Ela com o pai não, dormir é que é sempre comigo, mas pronto, ajuda assim.

Alberta Lopes tem 34 anos, o 4º ano de escolaridade e é operária. O marido é mecânico. Têm duas filhas com 9 e 3 anos.

E o seu marido ajuda em alguma coisa?

O meu marido quando pode, às vezes ainda ajuda... ajudava mais quando ela era mais... quando a mais velha era pequenita... porque ele chegava e às vezes não tinha tanto que fazer... naquela altura chegava... enquanto eu fazia o comer ele dava-lhe o banho e tratava dela. Portanto, agora como eu chego mais cedo do que ele... ele só lá para as sete, sete e meia... ou, às vezes, nove horas, porque ele anda nisto do culturismo... anda a praticar pesos, e pronto... e assim... que ele andava-se a sentir mal, andava muito gordo e depois o médico disse que, pronto, que ele que precisava de emagrecer e assim... e depois ele foi para ali e agora tem-se andado a sentir melhor... e chega sempre mais lá para as oito horas, pronto... praticamente pouco... pouco já me ajuda, mas, pronto... Também tem ali sempre muito que fazer na oficina, tem sempre serviço. Às vezes eu é que ainda lá vou ajudá-lo um bocadito.

Eliseu Baptista tem 30 anos, é técnico de informática e a sua mulher é educadora de infância. Têm uma filha com 4 anos.

E as tarefas de cuidar dela [da filha] como é que é, quem é que dá banho, quem é que dá de comer? Dividem, ou ...

Dividimos, noventa por cento, dez por cento.

Deixe-me adivinhar de quem é que são os dez por cento...

Não... também tenho uma vida profissional um bocado activa, trabalho aqui, sou formador no instituto de emprego, dou apoio a uma empresa de informática, jogo futebol, é um bocado activo... Mas por norma só vou buscar a menina e depois estou em casa com ela e... Mas dar banho e vestir, não sei quantos... é ao cuidado da mãe... Mas há uma coisa que eu faço que é contar a história... a história da noite é sempre do pai... O resto tem que ser com a mãe... é aqueles dez por cento.

Mas foi sempre assim desde o início ou é mais agora?

Não, não. Quando era pequena era... dividíamos as tarefas, tinha que ser, para dar banho, enquanto ia preparar o leite ficava a tomar conta dela, depois a partir do terceiro ano eu comecei-me... mas não propositadamente, mas indirectamente... comecei-me a afastar um bocadinho, porque não tinha hipótese.

A distinção entre o segundo e o terceiro modelo é, por vezes, difícil de fazer, se olharmos os factos e não o discurso dos/as entrevistados/as. O discurso de homens e mulheres subvaloriza o trabalho feminino e sobrevaloriza o trabalho masculino: a sobrecarga das mulheres é considerada natural, a ajuda dos homens elogiada, por pequena que seja. A justificação para a fraca participação dos pais nos cuidados das crianças, tal como na generalidade do trabalho doméstico, é similar para homens e mulheres: a sobrecarga masculina no mercado de trabalho (empregos desgastantes, múltiplas actividades, longas jornadas de trabalho). Como vimos nos discursos acima, as mulheres acrescentam ainda um outro argumento justificativo: o da (in)competência³ – os homens são desajeitados, não percebem nada do assunto, não sabem fazer certas coisas, não gostam de fazer outras. A desigual repartição de tarefas é, frequentemente, naturalizada – “mãe é mãe”, “já se sabe como são os homens”.

³ Ao estudar o significado da experiência da maternidade, Rosa Monteiro (2005) identificou o mesmo tipo de discurso nas mulheres que entrevistou.

À medida que se esbatem as diferenças sexuais no mercado de trabalho e que se dilui o modelo do provedor masculino, as justificações para as desigualdades nos cuidados dos filhos tornam-se cada vez mais essencialistas.

9.2 | Os idosos

Dada a idade dos/as entrevistados/as, para a maioria os idosos são os avós – os pais e os sogros estão ainda longe de entrar nessa categoria. A(s) história(s) da velhice dos avós, sobre quem cuidou e como cuidou, são, no entanto, uma referência importante. Por um lado, porque contêm a definição de como "as coisas se fazem na família": quando são pedidos cenários sobre a velhice dos pais e dos sogros, quase inevitavelmente a velhice dos avós aparece como referência negativa ou positiva – "eu gostaria de fazer como a minha mãe fez", "eu não tenho condições para fazer o mesmo". Por outro lado, do ponto de vista analítico, os relatos sobre os cuidados dos avós permitem verificar quais são os elementos da rede envolvidos na prestação de apoios e como eles se articulam com outro tipo de cuidados e apoios.

Poucos são aqueles que já estiveram directamente envolvidos nos cuidados a pessoas idosas. Apenas duas entrevistadas têm sogras dependentes e tomam conta delas. Os avós estão a cargo dos pais e dos sogros, a participação dos/as entrevistados/as é, na maioria dos casos, apenas pontual. As entrevistas permitem, no entanto, verificar aspectos importantes para a compreensão da acção das redes neste domínio, alguns já sublinhados por outros estudos (Hespanha, 1993; Pimentel, 2001): a resistência das famílias à institucionalização dos idosos, a definição das obrigações no interior da rede, a importância das relações intergeracionais na prestação de cuidados aos mais velhos, o papel polarizador das mulheres nesta tarefa.

A maioria das pessoas entrevistadas expressa sentimentos de resistência muito fortes à institucionalização dos idosos. Dois tipos de argumentos sustentam esta posição: por um lado, a avaliação negativa das estruturas de acolhimento – da sua quantidade e qualidade; e, por outro lado, a ideia de que a família, sobretudo os filhos, têm obrigação de cuidar dos mais velhos (“temos que cuidar de quem cuidou de nós”)⁴. O discurso dos/as entrevistados/as sobre as suas intenções relativamente à velhice de pais e sogros e os seus relatos sobre experiências familiares com cuidados de idosos revelam duas características fundamentais do funcionamento das redes neste domínio: em primeiro lugar, a incorporação da obrigação dos filhos cuidarem dos pais, em segundo lugar, uma profunda desigualdade sexual no modo como é traduzida na prática essa obrigação. A obrigação de cuidar é sentida pelos dois sexos, o trabalho de cuidar é apenas das mulheres.

Da combinação destes dois factores resulta que na intervenção da rede nos cuidados dos idosos predominam os laços de sangue e os laços de descendência feminina. Este é mais um domínio onde a consanguinidade predomina sobre os laços de aliança na definição das obrigações e dos afectos. No entanto, esta relação é complexificada pela desigualdade sexual na atribuição de responsabilidades e pela consequente desigualdade na repartição do trabalho. Como as mulheres é que cuidam dos velhos, quando existe mais do que um filho cabe às filhas e não às noras a responsabilidade e o trabalho. Como diz Natália Camacho, “enquanto há filhas não se matam noras”. Parte desta realidade explica-se pelo facto do laço mãe-filha ser o pilar de grande parte das trocas e apoios que alimentam as relações com as famílias de origem (Bawin-Legros, 2003). Dado que os fluxos de ajuda são maioritariamente descendentes, a velhice dos pais é a ocasião que permite a inversão da assimetria estabelecida

⁴ Para o desenvolvimento desta questão, cf. Capítulo 11.

no decorrer do ciclo de vida. Os relatos sobre os cuidados dos idosos mostram como esse é um trabalho desempenhado exclusivamente por mulheres, como os homens o atribuem facilmente às mulheres, como as mulheres o assumem “naturalmente” como seu, e como apenas concebem partilhá-lo com outras mulheres.

Gilberta Melo tem um irmão, mas está habituada a assumir as responsabilidades nos cuidados com os pais. A mãe é uma enorme fonte de apoio para a sua família; ela retribui automaticamente quando é preciso, o irmão, segundo ela, “acha que ela é a mulher da família” e, portanto, deve fazê-lo.

Quando há mais do que um filho pensa que têm todos a mesma obrigação de cuidar dos pais?

Eu penso... é assim... obrigação... eu penso que todos deverão ter, portanto... pelo menos essa aptidão... agora, também, que todos cuidarão dos pais... No caso do meu avô realmente isso aconteceu, mas é como digo, não há famílias...

Como é que acha que vai ser consigo e com o seu irmão?

É isso que eu ia dizer... por exemplo, quando foi da minha mãe, quando foi do princípio de enfarte, tive que arcar sozinha com essa situação. Ela não podia andar para cima e para baixo, então teve que vir cá para baixo uma semana... uma semana que ela esteve cá em baixo... e da parte do meu irmão... é assim... o meu irmão não tem filhos ainda, está casado há dois anos, não têm filhos, mas acha que eu sou sempre a mulher da família, porque fui primeiro a sobrinha, a primeira neta, a primeira filha e o pequenino que é um desgraçadinho... Mas é ao contrário, foi o primeiro neto, o primeiro homem... não tinha nenhum na família, e não sei quê. Mas sempre muito ciumento desde pequeno, sempre aquele ar de... fez trinta anos... eu não sou ciumento... mas porque a minha mãe me dá assistência, pela emergência da situação, não é? E também é muito mais fácil... a minha mãe tem a chave da minha casa, também sempre teve da outra. Às vezes encontrava a minha sogra e ela também não gostava e mais não sei quê... mas sempre teve, teve muito mais abertura até com o Humberto. O

Humberto tem uma relação muito mais aberta com a minha mãe do que praticamente a que tem com a mãe dele... tem mais abertura... mais facilidade de comunicação e então, mas... Portanto, quando foi desta situação da doença, portanto, ele tinha uma viagem para ir à Guarda, porque a mulher é da Guarda e tem lá a mãe a viver, e tal, e tinha a vez marcada e não deixou de ir... e depois eu disse: então mas tu vais para a Guarda? E nós estivemos no hospital... porque no prazo de quarenta e oito horas, podia dar-lhe assim qualquer crise prior, prontos, para ficarmos de sobreaviso, mas prontos, a minha mãe ficou um bocado... pronto, um bocado ofendida nesse aspecto, porque não deixou de ir ver a sogra que estava a vender saúde para... quando no fundo lhe podia acontecer qualquer coisa. Graças a Deus passou e ela tem estado mais ou menos bem, mas pronto, é assim. Agora de ele ser que... eu é que sou a filha... a sua filha que tome conta de si, e tal, não é? É um bocado essa situação, não sei... que eu nunca tive essa situação com a minha mãe, graças a Deus, não sei se no futuro também ele não adoptará, portanto, esse tipo posição, não é? Porque a minha cunhada... há sempre o meu menino... e o meu menino e não sei quê... ai vai para casa da sua filha... ai vou lá lanchar... a minha mãe também não se sente bem impor... como ela às vezes telefona, ai vou até aí ajudar-te... ai não é preciso... ai eu estou aqui sozinha, o teu pai já foi para clube, e não sei quê... prefiro estar aí do que estar aqui sozinha em casa sem fazer nada... eu também podia ir para o teu irmão, só que eu não me sinto bem, eles têm horários... trabalham em centros comerciais... têm horários complicados, não é? Com as horas de entrada e de saída dos centros... e depois não há uma abertura assim tão eficiente com a minha cunhada como... pronto, comigo, talvez, e com o Humberto, e não sei, realmente, como é que vai ser. Por acaso fiquei assim na situação de ir ver como é que é no futuro... se houver qualquer coisa... também sou mais velha... casei-me mais cedo, portanto e a minha mãe deu-me mais assistência a mim do que... porque a mãe agora toma tu conta dela, não é? É daquelas situações que não sei como é que hei-de fazer, porque não sei que será... ser filha única, ou ter o apoio do meu irmão, não sei que será...

Florabela Madeira assume já variadas responsabilidades nos cuidados com os pais e sogra. Partilha-as com as irmãs e a cunhada.

E um dia que os seus pais... e também os seus sogros, precisem, vê-se a tomar conta deles? Como é que vê as coisas?

Desde que eu tenha possibilidade... Aliás, a minha sogra foi operada este ano também a um joelho... teve que levar uma prótese num joelho, e desde fazer aqui o comer e levar-lho para baixo e limpar-lhe... e fazer coisas... que eu tenha possibilidade até ela se poder... Na altura, até ela poder retomar a vida dela toda, fui eu que estive com ela. A minha cunhada estava em Viana do Castelo. A minha cunhada, coitada, também tem um problema de... tem um tumor no nariz também não se pode... nariz ou garganta... no nariz... também não se pode estar a exigir muito, coitada. Também anda com o sofrimento dela e os problemas dela, mas sempre que eu pude ficar com a minha sogra estive... A minha sogra foi operada em Maio, a minha mãe foi operada em Julho... Primeiro estive com a minha sogra, depois estive com a minha mãe. A minha mãe foi um bocadinho mais fácil, pelo facto de sermos quatro filhas, prontos, mais três, porque a Ana na altura não estava... não... estava cá, estava... ia a dizer estava em Braga, mas não... na altura até, coitadinha, até estive mais tempo ela com ela... ela é que estive com ela no hospital e tudo. A minha mãe foi operada, teve a minha irmã, a Teresa, que é... que está antes de mim, que foi com a minha mãe, foi o meu pai, a minha mãe e a minha irmã... O meu pai esteve até à operação... esteve todo o dia com a minha mãe. Entretanto, como estava a coisa a recuperar, mais ou menos, ele veio embora para a banca não estar coisa... Ficou a minha irmã, a Teresa e a Ana com ela. Entretanto a Teresa teve que vir embora e ficou a Ana com ela. Aqui com a minha mãe foi um bocadinho mais fácil, pelo facto de estarmos aqui as quatro. Entretanto a Ana teve que ir para Braga, mas pronto... estávamos três. Uma ia ao almoço, outra ia ao jantar, outra ia limpar ou juntávamo-nos as duas... uma limpava em cima, outra limpava em baixo, pronto, são coisas mais... foi mais fácil do que a minha sogra que era sozinha. Mas uma vez que eu tinha possibilidade... Agora imagine... eu não me imagino com uma delas entrevada numa cama. Eu trabalho e não posso estar a faltar para estar

numa situação dessas, não é? Mas desde que eu possa estar e ajudar, prefiro do que num lar... Acho que deve ser assim um bocado doloroso ter-se uma família e ser-se esquecido, não é? Não sei... isso com certeza é o que me espera a mim, não é? Não sei, isso com certeza é o que me espera a mim.

E os seus pais falam nisso?

Olhe... mas já falaram mais... numa altura, sei lá... acho que foi quando eles começaram a sentir-se mais velhos... que eu já tive que fazer-lhes um tapete debaixo dos pés... Acho que eles uma vez... não dizem directamente... porque não sei quê... porque um lar... quer dizer, a gente, para bom entendedor meia palavra basta. Agora já não... mas houve uma altura que falavam. O facto de a gente os poder ajudar... mas como também vêm que a gente ajuda... E, quando dá, o meu homem vai com eles ao médico, basta eles... meio engripados ou coisa no género, está sempre... e vamos ao hospital, eu vou lá consigo, e vamos ao médico. A minha sogra foi operada, o meu homem é que a levava às consultas a Lisboa e levava... desde que... Talvez o facto de eles se verem amparados nunca falaram muito nisso, não sei.

E nesse caso, quando há vários irmãos, quando as pessoas têm vários filhos, acha que têm todos a mesma obrigação ou que deve ser dado...

Bem, isso depende da maneira de pensar das pessoas. Até agora as coisas têm corrido tudo bem, não quer dizer que daqui a amanhã... a minha mãe eram sete filhos e só a minha mãe é que tratou... Talvez o facto de como era rapaz e estava na Guarda, como estava coiso... na altura as coisas lhe caíram mais nas costas da minha mãe... talvez o facto também... a minha avó podia-se sentir mais à vontade com a minha mãe, seria isso, prontos. Ela gostava muito de estar na casa da minha mãe, a minha mãe também não tinha cara de lhe dizer não, vá para a casa de outra filha, que eu não a quero cá agora. E, no entanto, a minha mãe tinha a minha irmã Ana com mesinhos e a minha avó entrevadinha na cama, que a minha irmã quando ela começou a trabalhar, começou... não... prontos... trabalhava... tinha que levar a pequenita com ela... tinha que coiso... A minha irmã Joana, que na altura tinha quinze aninhos, é que tratava da avó... lavá-la ainda... depois tratava da Ana... tanto que ela chegou a um ponto que lhe

chamava mãe à minha irmã... a coisa... e prontos... é assim, temos que fazer as coisas quando é preciso.

O discurso de Berta Costa mostra o conflito, revelado por muitas entrevistadas, entre o que desejaria fazer aos seus pais e as suas efectivas possibilidades como trabalhadora a tempo inteiro. O seu relato mostra também, com clareza, tal como muitos outros, como os homens são afastados dos cenários a serem construídos.

Olhe, e uma pergunta que se calhar não é assim muito fácil, como é que vê a velhice dos seus pais, e também dos seus sogros? Eles ainda são muito novos, mas como é que vê o futuro deles? Vê-se a tomar conta deles quando forem mais idosos?

Pois realmente é difícil, não sei, não sei, porque... se vou ser capaz. Não sei se vou ser capaz pelo seguinte: tive uma experiência ainda há bem pouco tempo dos meus avós, ou seja, a minha mãe tem dois irmãos e o meu avô já morreu há uns tempos e a minha avó ficou sozinha... Ela morreu o ano passado e antes de morrer esteve um ano e tal... um ano e meio acamada... e o que é que acontece? Os meus tios nenhum estava na aldeiazinha... Depois ainda há outro problema: um dos irmãos da minha mãe é viúvo, portanto, também não teria tantas condições assim... e eu acho que é inevitável... que a que estivesse mais próxima fosse a primeira a resolver as situações. Só estava a minha mãe e o que é que acontece? Quando ela saiu do hospital foi imediatamente para casa da minha mãe, que era a filha que estava próximo, não é? E ficou lá esse tempo. Depois foi para casa de uma outra tia para Lisboa, mas as coisas são complicadas, tinha que ir de ambulância e aquelas coisas todas... Resultado: a minha mãe, nunca... nunca quis que a minha avó fosse para um lar ou para um centro qualquer que... mas viu-se depois no fim obrigada a fazê-lo de comum acordo com todos os outros irmãos, porque ela sozinha não conseguia dar conta do recado, porque pura e simplesmente não conseguia levantar a minha avó para tratar da higiene dela, enfim, para mudar a cama, para essas coisas todas... ela não conseguia... ela não tinha força para a movimentar e ela estava acamada... pura e simplesmente o

corpo dela não fazia movimentos nenhuns que auxiliassem as tarefas que era necessário fazer, pronto. E eu este exemplo ficou-me cá muito interiorizado... porque eu agora posso dizer que sim, que me vejo a tomar conta dos meus pais, a tomar conta dos meus sogros... mas depois penso... não sei se sou capaz... numa situação de eles estarem acamados, por exemplo, eu não sei se sou capaz de fazer isso sozinha. E depois penso em relação aos meus pais... eu não posso dividir tarefas com mais ninguém, sou eu sozinha. Em relação aos meus sogros eu tenho uma cunhada, seria dividida a tarefa pelas duas, tudo bem. Mas em relação aos meus pais sou eu sozinha. Eu não sei se vou conseguir fazer isso e depois ter pessoas dessas em casa implica o quê? Uma atenção constante... Como eu posso dar uma atenção constante se eu tenho que trabalhar? Portanto, não sei se me vejo... muito sinceramente... não sei se me vejo a tomar conta deles numa situação dessas. Claro que se eles puderem estar em minha casa mas se eu não tiver condições em casa para lhe dar o mínimo de bem-estar, também acho que não estarei a proceder bem em tê-los em casa sem quaisquer condições... Se eu não for capaz de assegurar o mínimo dos mínimos, não sei até que ponto isso poderá um dia acontecer.

9.3 | O trabalho doméstico

Tal como acima se referiu, as entrevistas mostram como numa população em que as mulheres estão todas inseridas no mercado de trabalho, a responsabilidade do trabalho doméstico continua a ser sua. A acumulação do trabalho assalariado com o trabalho doméstico resulta num tipo de sobretrabalho que apenas existe para as mulheres. O cumprimento das tarefas domésticas representa para algumas das mulheres entrevistadas uma duplicação da jornada de trabalho, várias horas de trabalho depois da saída do emprego⁵. Esta é uma realidade que se encontra sobretudo entre as mulheres

⁵ Os estudos sobre os usos do tempo em Portugal revelam que as mulheres gastam, em média, mais

menos escolarizadas e que ocupam postos de trabalho desqualificados, o que quer dizer que, em geral, têm, também, no emprego assalariado, condições de trabalho bastante desfavoráveis. Esta situação produz um quotidiano árduo, monótono e sobrecarregado, que leva algumas mulheres a situações de extremo cansaço físico e psicológico.

Natividade Sousa tem 34 anos, o 4º ano de escolaridade e é operária da indústria têxtil. O marido tem 35 anos, o 5º ano de escolaridade e é cantoneiro.

Levanto-me todos os dias às seis e meia... Eu saio às oito, mas pronto... coisas que não faço à noite, tenho que fazer de manhã. Saio dali, venho para aqui. Os fins-de-semana também quando não vou trabalhar aos sábados, estou aqui em casa a fazer o meu serviço, nunca paro.

Mas levanta-se todos os dias tão cedo, às seis e meia?

Sim.

Para fazer, deixar...

E às vezes quando não faço almoço à noite, tenho que fazer de manhã... as máquinas a lavar... Quando chego aqui, não posso fazer nada, faço de manhã... às vezes passar alguma roupa a ferro, também de manhã, para a gente vestir... Deitar é umas vezes às dez, outras vezes às onze, conforme, se me chega muito o sono, vou-me deitar mais cedo... se não me chega estou um bocadinho a ver televisão. É assim a nossa vida... é sempre do trabalho para cá, de cá para o trabalho.

É muito cansativo?

Se é! Tenho dias que não me aguento... A máquina também de dá cabo das costas, às vezes à noite já nem sinto as pernas.

Costuma vir almoçar a casa?

Sim, eu trabalho aqui atrás, venho almoçar aqui a casa, numa hora... numa hora, venho a casa, dou comida à miúda, levo-a para a escola e vou-me embora para o serviço. Numa hora tenho que fazer isto tudo... quando é ali à uma hora... quando é às dez para as duas tenho que ali estar. Às vezes

nem tenho tempo de ir à casa de banho à hora de almoço... beber café, bebo aqui, para não estar a ir ao café, para não estar a empatar.

E o seu marido vem almoçar a casa?

Vem. Vem ao meio-dia e meio com ela. Vai buscá-la à escola ao meio dia e meio, trá-la para casa, e depois ela é uma e meia é que pega ao serviço.

Dá almoço aos dois, trata de tudo, e depois ainda volta para...

Às vezes a louça fica de tirar da hora de almoço... que ainda não a tirei... está ali para a tirar antes de fazer o jantar, ainda. É assim... é tudo a fugir, tudo a fugir... é tudo a fugir, tudo a fugir. Depois eu saio às seis e dez, chegar a casa, ver alguma coisa que falta para ir buscar para a comida... Temos que ir a fugir, porque agora fecha às sete horas, pronto... Fora disso não temos cá mais nada, nem supermercados grandes, nem hipermercados, nem nada... às sete horas fecha, pronto, se não temos, não comemos depois.

Noémia Moura tem 32 anos, o 9º ano e é empregada doméstica. O marido tem 39 anos, o 6º ano e é tractorista. A participação do marido no trabalho doméstico é nula. Ela sente-se muito desconfortável com a situação, mas está "resignada".

Tem dias que levanto-me às cinco e meia da manhã.

Isso é muito cedo...

É muito cedo, levanto-me... agora tenho-me levantado... hoje foi excepção... mas tenho-me levantado normalmente às sete horas, para depois ir ajudar a levantar a minha sogra... normalmente é às sete, sete e meia... os fins-de-semana estou sempre em casa descansada.

Mas durante a semana como é que faz? Levanta-se...

Levanto-me... agora vou levantar a minha sogra e depois venho... venho levantar ela para ir para a escola. Depois é as mesmas chatices... lavar os dentes, e não sei quê... nunca quer fazer nada... depois já lavou... depois está mal lavado... e depois ela vai para a escola... Eu chego ao trabalho, e depois é a rotina do trabalho.

Entra a que horas?

Entro às nove. Entro às nove e saio à uma, mas às vezes, pronto... estou mais tempo... às vezes até saio às duas. Venho a correr, como qualquer coisa e vou ali para os correios à tarde. Às vezes, quando tenho... às vezes tenho aí papéis a tratar e tenho que ir ao médico ou isso assim... e depois dou sempre mais um bocadinho para compensar. Hoje, por exemplo, cheguei a casa e tinha que entrar ali às três horas... Cheguei aqui um quarto para as três, comi uma sandes e fui-me embora.

Não tem que vir fazer almoço a casa para o marido nem para a filha?

Ele leva almoço e ela vai almoçar a casa do meu pai ou da madrinha. Facilita mais assim. Por isso é que eu digo que eles me ajudam nesse aspecto, está a perceber? Ajudam-me muito nesse aspecto, porque ela de facto ou vai para casa da madrinha, ou vai para casa do avô e eu estou descansada à hora de almoço. Ele leva almoço já feito, come lá também, para não andar para trás e para a frente... sempre se gasta gasolina... e o carro, velho como está, come gasolina parece eu a beber água. E então eu estou descansada. Mesmo que às vezes nem tenho horário... Só que depois como sandes e depois engordo e eu em vez de comer comida como deve de ser, como assim pão e assim depois uma pessoa não dá conta da gordura... e o fim-de-semana, olhe o fim-de-semana estou sempre o sábado em casa, assim ninguém me chateia, descansadinha, vou fazendo aqui as coisas, se não fizer tudo no sábado, faço no domingo.

O seu marido não a ajuda nas coisas da casa?

Ai não, isso não, infelizmente... infelizmente... porque nunca ajudou, também com a menina, e os meus irmãos também sabem fazer de tudo... até bolos eles fazem... veja bem! Agora ele, como também não foi habituado a fazer nada, chegou cá e eu se calhar também habituei-o mal... porque se eu se calhar tenho insistido... só quando ele me vê muito aflita, muito aflita, é que ele vai mexendo qualquer coisa, mas é só quando me vê muito aflita.

Só nas últimas?

É só nas últimas... mais de resto, o jantar já está? o almoço já está? É assim. Mas não havia de ser assim, porque tanto trabalha um, como trabalha o outro, eu às vezes também me revolto comigo, mas, olhe, vou-me resignando.

Nunca fala com o seu marido sobre isso?

Ai então não falo! Então... mas, eu falo hoje, ele é o mesmo que não falar. Às vezes até me zango. Outro dia eu andava aflita, tínhamos que ir para Portalegre e eu andava aflita de um lado para o outro e disse assim... e esta vira-se... mas nunca mais se almoça? E eu andava a fazer as coisas e ele sentado: é verdade... o almoço já devia estar na mesa... e eu nesse dia passei-me completamente. Eles viram-me tão mal, tão mal, que agarraram nas coisas e foram pôr a mesa. Mas foi a sério, só que às vezes é chato, é chato a gente... porque mesmo assim não sei qual é o pensamento que eles têm... que esta gente tem... porque quem trabalha... tanto trabalham as mulheres... porque hoje em dia não há quase mulher nenhuma que não trabalhe... tanto trabalham as mulheres como os homens. O meu trabalho é puxado, porque todos os trabalhos têm os seus coisos, não é? Umas queixam-se... uma secretária... mas não é fácil e não sei qual é a consciência... a consciência das pessoas não é nenhuma, pronto. O que é que hei-de fazer? E eu também para não estar a armar nenhuns sarilhos... que já dizem que eu sou muito conflituosa e que ando sempre... faço de tudo um bicho-de-sete-cabeças... às vezes, ora, deixa, quando estiver feito está, e mais nada.

Todos os estudos realizados em Portugal revelam a desigualdade gritante na repartição das tarefas domésticas entre homens e mulheres, quer em termos de tipo e número de tarefas, quer em termos de horas de trabalho a elas dedicadas (Cruz, 2003; Perista, 2002; Torres e Silva, 1998). Como mostraram, recentemente, Torres *et al.* (2004), à crescente participação das mulheres no mercado de trabalho não se contrapõe uma maior participação dos homens no trabalho doméstico. O facto de as mulheres terem um emprego remunerado resulta apenas numa ligeira diminuição das tarefas domésticas realizadas e na sua acumulação com o trabalho pago (Torres *et al.*, 2004: 120).

Como diversas pesquisas têm demonstrado, a divisão do trabalho doméstico assume contornos específicos. Um estudo realizado em França, em 1990, mostrou

que, subjacente à partilha do trabalho doméstico, existem três tipos de tarefas distintas: as tarefas “femininas”, quase exclusivamente levadas a cabo pelas mulheres, como lavar roupa, passar a ferro ou limpar a casa-de-banho; as tarefas “masculinas”, que incluem apenas lavar o carro e comprar e cortar lenha; e as tarefas “negociáveis”, aquelas que são maioritariamente desempenhadas por mulheres, mas em que os homens participam, e que incluem lavar a loiça e os vidros, aspirar, pôr a mesa (Zarca, 1990). Estabelecendo comparações com estudos realizados anteriormente, o autor constata que a divisão do trabalho doméstico entre os sexos tem sofrido poucas alterações desde os anos 70. Apenas no sector das tarefas “negociáveis” houve alguma mudança no sentido de uma maior participação masculina, mudança que se sente sobretudo nos casais com um nível de escolaridade mais elevado, conclusão a que chega também o estudo de Torres *et al.* (2004). As entrevistas do presente estudo confirmam igualmente todos estes resultados.

Na amostra estudada, a repartição do trabalho doméstico segue o modelo da partilha dos cuidados das crianças, que, aliás, se entrecruzam com as tarefas domésticas. Como acima ficou claro, através de alguns relatos sobre a partilha dos cuidados das crianças, as tarefas relacionadas com os filhos entram no “lote” de tarefas que correspondem a trabalho não pago e que é necessário assegurar para a reprodução quotidiana da vida familiar. Deste modo, encontramos, também para o trabalho doméstico, três modelos de distribuição das tarefas, que reproduzem os encontrados para os cuidados das crianças: no primeiro modelo, existe uma partilha das tarefas, no segundo, uma colaboração dos homens e, no terceiro, uma total responsabilização das mulheres. Quanto mais baixa é a escolaridade dos membros do casal e mais desqualificado o estatuto profissional da mulher, menor a participação masculina nas tarefas domésticas. Deste modo, muitas mulheres são duplamente penalizadas: têm longas e duras

jornadas de trabalho, muitas vezes bastante exigentes do ponto de vista físico, e espera-as em casa uma nova jornada de trabalho.

A partilha das tarefas domésticas em termos igualitários é ainda mais rara do que nos cuidados das crianças. Ela acontece nos casais com maior nível de escolaridade e um estatuto socioprofissional superior, mas sobretudo nos casais que têm poucas tarefas para distribuir, dada a intervenção de um elemento exterior ao casal no seu desempenho: uma empregada, na maior parte dos casos, ou um elemento da rede, geralmente a mãe da mulher. Mesmo quando existe o discurso da partilha por parte dos entrevistados, homens ou mulheres, é difícil identificá-la perante os factos. O trabalho doméstico continua sempre a recair sobre as mulheres, se não em horas de trabalho, pelo menos em responsabilidade e organização.

Patrícia Simões tem 29 anos, tem o 12º ano e trabalha num escritório de advogados. O marido tem 27 anos, as mesmas habilitações e é fotocompositor. Patrícia pertence à minoria de casais onde há uma partilha de tarefas e não existe a intervenção de um membro exterior a prestar apoio.

Eu acho perfeitamente normal eu chegar a casa, começar a cozinhar e já nem sequer se põe em questão que é o João que põe a mesa... ou acabarmos de jantar e eu já sei que lavo a loiça e ele levanta a mesa e lava o fogão. Eu também já sei que sou sempre eu que fecho os sacos do lixo porque ele não fecha, não sei porquê... mas já me apercebi que ele não fecha... eu fecho sempre os sacos do lixo... ele é que vem pôr cá abaixo... Eu só aspirei para aí duas vezes estes anos todos, porque ele por acaso não estava em casa. Porque eu nunca aspiro a casa, nunca passo a esfregona na casa... Mas aquilo para nós não é... é assim, nós metemos na cabeça que algum dia havíamos de ter uma criança e, portanto, já estamos habituados, já temos... já temos... e ele não... e eu nem sequer dobrava uma camisola ao João. Eu não sei o que é que ele tem nas gavetas. Nós por acaso temos um T3 e só somos dois, não é? Como deve calcular sobra casa que é... Nós temos os armários todos embutidos... num dos quartos o armário

é só meu, no outro quarto o armário é só dele. Juro que eu não sei o que é que ele tem nos armários, não sei se ele tem meias em gavetas se tem... porque o máximo que lhe posso fazer é pô-los em cima da cama e ele arruma à maneira dele, não interferimos muito...

Ele passa a ferro?

Se for preciso passa. Eu às vezes é que tenho medo que ele queime alguma coisa, e então passo eu. Mas passa sempre... o João, pronto... aliás, o João nunca me disse para eu lhe passar a roupa a ferro. Normalmente, é ele que veste a roupa e eu vejo que não está em condições... e eu digo... tira essa camisa que eu vou-ta passar a ferro. Ele é incapaz de achar que eu é que tenho obrigação de ir passar a ferro. O João prende-me muito por isso... ele se... ele é assim, eu se tiver que omitir alguma coisa ao João ando doente... porque ele é de tal maneira... reage de uma forma comigo que eu sou incapaz de lhe... não consigo, não consigo. E eu acho que bastava eu encostar-me e dizer assim... imagine... se algum dia me sentisse atraída por alguma outra pessoa, já me incomodava... já me ia incomodar porque eu acho que ele nem sequer merecia isso... mesmo um supor... Por exemplo, nós temos duas casas de banho, é uma minha, outra dele; eu lavo a casa de banho dele só ao sábado, durante a semana ele mantém a casa de banho dele toda arrumada. Eu lavo a casa de banho, porque é assim, eu lavo as casas de banho e arrumo a cozinha, e ele limpa o pó e aspira e passa a esfregona, eu lavo a loiça.

Elisa Coimbra tem 30 anos, é professora do ensino politécnico e o marido, que tem a mesma idade, é engenheiro electrotécnico. A sua entrevista mostra como a existência de uma empregada, para apoiar um modelo igualitário, pode resultar numa responsabilização da mulher.

Como conseguiu conciliar a família, o mestrado, o trabalho, tudo em cidades diferentes?

Foi complicado. Porque entretanto também casei... já estava na terça parte até... e a vida de casada é completamente diferente... Porque eu estava em casa dos meus pais, praticamente não precisava de fazer nada. Tínhamos empregada... praticamente era levantar, ter a comida pronta e

roupa lavada, tudo... e quando casei isso mudou tudo, completamente... Não era só eu... eu tinha um marido... ter que tratar da casa... no início não tinha empregada... trabalho... era um bocado complicado... foi um bocado complicado. Eu pensei que se evitavam muitas discussões com uma empregada em casa, ia resolver muitos problemas nos casamentos.

E porque é que não arranjaram logo? Não conseguiram ou...

Não, arranjei passado uns meses, naquela fase como também casámos... quando decidimos casar assim um bocado... foi tudo tratado em cima da hora... Entretanto casámos nos finais de Maio, depois também arranjámos logo, talvez em Julho...

Mas foi complicada essa fase, por causa da divisão das tarefas?

Sim, bastante complicado. Porque eu acho que por mim... bem, inicialmente, eu até acho que as tarefas estavam muito mais divididas. Depois com a empregada em casa as tarefas deixam de ser divididas e depois... também... nós habituamo-nos a fazer as coisas. Eu acho que é um bocado assim... habituamo-nos a fazer as coisas sozinhas e acabamos por achar que somos mais eficientes, até já nem... já nem repartimos, acabamos por fazer mesmo tudo. Nós depois deixamos de dividir as coisas porque a gente conseguimos fazer tudo.

E essa divisão inicial que estabeleceram foi negociada?

Não foi assim negociada... e há uma tarefa que não conseguimos dividir que era passar a ferro, porque nem eu nem o meu marido queríamos passar. Isso é que me levou a arranjar também a empregada porque era mais até para passar a ferro na altura... porque eu sou muito trapalhona... não gosto nada de passar a ferro e então eu... quase sempre a roupa não ficava bem passada... o meu marido também não queria... depois o cozinhar era mais fácil. Depois fomos dividindo as coisas naturalmente. É evidente que as coisas terão que ser feitas... Tentávamos fazer qualquer coisa mais aos fins-de-semana, porque durante a semana o meu marido chega sempre quase à noite e cansado... ajuda a pôr a mesa... a arrumar a cozinha e normalmente essas tarefas estamos sempre os dois juntos. Não é do género de pessoa de ir para a sala e eu ficar aqui sozinha a fazer qualquer coisa, mesmo... continua a ser assim, embora às vezes possa até nem me estar a ajudar muito... mas pelo menos faz companhia, nessas coisas. Às vezes

obrigo-o a fazer qualquer coisita mas ele normalmente ajuda... se calhar às vezes também eu prefiro, ou por outra também o que há por fazer eu acabo também por fazer sem grande esforço.

O modelo em que os homens “dão uma ajuda” tem diversas variantes: aquela em que a participação é negociada e/ ou voluntária e, conseqüentemente, o marido desempenha algumas tarefas na totalidade ou parcialmente; outra em que o marido faz “algumas coisas” se a mulher “pedir”; e, finalmente, uma outra, minoritária, em que a colaboração masculina resulta da tomada de posição da mulher em consequência de conflitos declarados sobre a questão da partilha das tarefas. Exceptuando nesta última, e tal como nos cuidados das crianças, a contribuição dos homens é sempre sobrevalorizada, por homens e mulheres. Mulheres e homens assumem o trabalho doméstico como responsabilidade feminina e, conseqüentemente, qualquer contributo do cônjuge é enaltecido, por mais pequeno que seja. Apesar da dupla inserção na vida activa destas famílias, as razões apresentadas para a escassa participação dos homens, tal como acima foi referido para os cuidados das crianças, prende-se sempre com a relação destes com o trabalho remunerado.

Berta Costa tem 30 anos e é professora do ensino secundário. O marido tem também 30 anos, o 9º ano de escolaridade e é comerciante. Pertence ao grupo que tem a ajuda do marido “se pedir”. Conta como lhe foi difícil habituar-se à gestão do trabalho doméstico.

Depois quando regressei [de Lisboa, quando terminou o curso], o que foi mais difícil foi adaptar-me à vida de casada, não é? Ter que decidir tudo por mim sem ter ninguém assim por trás para me resolver as situações mais difíceis, com as quais eu não estava habituada a lidar... fazer comer... saber decidir o que é faço, quando é que faço, como é que faço... Bem, isso foi um caos, até porque eu não estava assim tão habituada quanto isso e depois teve que ser, não é.

E o seu marido partilha essas tarefas?

Partilha, partilha. Nomeadamente eu saio quase todos os dias à uma e um quarto, ele sai ao meio dia e meia, então eu deixo qualquer coisa mais ou menos orientada, de manhã, digo... olha, acabas o almoço tenho isto assim, assim, vê lá o que é que achas que podes fazer... e ele quando eu chego já está a almoçar. Portanto, ele nisso não tem qualquer problema, partilha todas essas tarefas, o que dá uma grande ajuda, senão era mais complicado.

Ele só cozinha ou faz outras coisas também?

Não, se eu lhe pedir faz outras coisas. Se eu lhe pedir para me aspirar a casa ele aspira-me a casa.

E se não lhe pedir?

Se não lhe pedir, não faz. Mas muitas vezes, por exemplo... se eu estiver a acabar de arrumar a cozinha e tivermos de ir tomar café e ele acha que já são horas de ir tomar café, e pronto... e eu ainda não estou completamente despachada de arrumar a cozinha... ele limpa o pó, ele lava o chão... Se eu, por exemplo, ainda não me tiver vestido, às vezes ando aqui em casa assim... lavar louça ele não gosta de lavar, então como não tenho espaço para colocar a máquina de lavar louça, tenho que lavar a louça à mão... eu lavo a louça, entretanto ele limpa o fogão... depois, enquanto eu me vou vestir, ele lava o chão da cozinha... isso não há problema nenhum. Mas é fundamentalmente se eu lhe pedir, se não lhe pedir está bem assim. Mas pronto, dentro da medida do possível acho que... comparando com outros casos que eu conheço, não me posso queixar muito e se ele vir que é necessário faz, se não, pronto, está tudo bem.

Florabela Madeira tem 32 anos, o 11º ano, e é auxiliar de acção educativa. O marido tem 33 anos, o 12º ano e é ajudante de topógrafo. O seu relato sobre as ajudas do marido identifica claramente a desigualdade que subjaz à partilha de tarefas.

Olhe, e assim fazendo um balanço, como é que é a sua vida hoje, o seu dia-a-dia, como é que é um dia normal, um dia de fim-de-semana, como é que é a sua rotina?

Sempre a trabalhar... a gente sai do trabalho... chega a casa, é fazer de casa... é para as roupas... para passar, que eu não tenho possibilidade de alguém me vir passar nem de me ajudar a fazer nada... eu tenho que chegar a casa e fazer tudo.

E divide as tarefas com o seu marido, ou não?

Quer dizer, é sempre tudo à minha mão... calha sempre à mulher, se a sopa não há feita não se come, não é?

Não faz nada, mesmo, o seu marido?

Ajuda quando quer... quando quer... mas eu acho que todos os homens são assim, quer dizer... todos não, há quem ajude bastante, mas, pronto. Quando está nos dias dele, até ajuda e até é compreensivo, mas quando não, mas cai sempre... se há roupa para passar bem se pode acumular se eu não a passar, ela não se passa no ar... há roupas... não há sopa, então... não se come a sopa e come-se o segundo, quer dizer... há sempre aquela responsabilidade, não quer dizer... que não lhe deixe uma panela e que ele ligue e que até faça. Quer dizer, na semana que ele sai à uma hora, ele vai na frente, eu já o deixo adiantado e ele até vai, se for preciso descascar batatas e fritar ou fazer um bife, ou assim, faz... mas, dizer assim: olha deixo isto que ele faz, não. Faz uma cama de manhã... até é capaz de fazer a cama... mas quem é que a faz de lavado sou eu... quem é que passa a ferro, sou eu... acho que a responsabilidade cai sempre.

Elvira Mendes tem 31 anos e o marido 32. Ela é empregada de balcão numa frutaria, ele é operário. Elvira conta como conseguiu que o marido começasse a participar no trabalho doméstico.

E assim a cuidar delas [das filhas] em pequeninas, o seu marido costumava ajudar, dava banho, mudava as fraldas?

Na mais velha não... na mais velha não. Agora quando foi da mais nova, aí foi... pronto, houve mesmo aquela necessidade de ajudar porque depois eu também estava a trabalhar, como eu já disse, no Modelo, não é? Voltei a trabalhar no Modelo... Aí ele já dava banho à mais velha e eu olhava mais pela mais nova, claro e eu... prontos... havia aqueles dias que eu tinha que entrar no Modelo às sete da manhã, que era aos sábados, feriados e essa coisa... e eu aí já ficava no outro dia nos inventários... que ficávamos toda a

noite se fosse preciso a fazer o inventário, não é? E a primeira ia para casa da avó quando era pequena... agora a segunda não... ele já ficava com as duas em casa. Mudava a fralda quando era preciso, não é? Agora a mais velha até... assim bebé mesmo não... nunca... mas a mais nova ajudou-me muito... ajuda mesmo... e continua a ajudar porque... agora aos sábados... uma pessoa, prontos... trabalho aqui até à uma, e eu à tarde... dá ele banho às garotas, porque se não tem mais nada que fazer dá ele, não é? Eu limpo a casa... ele limpa o pó se fôr preciso... se fôr preciso até também fazer isto ou aquilo no comer, ele também faz... mas é preciso estar a explicar tudo, não é? Porque... mas ajuda sempre no que pode. Isto desde que nasceu a segunda filha, os primeiros cinco anos da mais nova... da mais velha... foi complicado... foi terrível, mas também foi dos hábitos que ele levou, não é? Também costuma-se a dizer quando nasce uma panela nasce logo o testo para ela e eu moldei muito o meu marido que ele não era assim... Era: ó Elvira dá isto, ó Elvira vai buscar aquilo, ó Elvira... Agora não, pergunta mesmo, queres ajuda para alguma coisa? Nesse aspecto eu mudei-o... mudei-o... quer dizer... ou ele quis mudar, não é? Porque há pessoas que tentam, tentam, tentam e não conseguem. Eu tenho amigas minhas que não deixam... ainda hoje com dois filhos... ele não é capaz de meter a chupeta à filha se estiver a chorar, ela... prontos... coitada... tenho uma que até tenho... chego até a ter pena dela nesse aspecto, porque é aquele tipo de homem que lhe diz que... e mais novo do que eu, tem vinte cinco anos... mas aquele tipo de homem que diz que a mulher nasceu para cuidar de casa, mas a mulher trabalha, já se esqueceu disso. Antes a mulher não trabalhava na rua e ela trabalha... e eu também... São mesmo assim, eles fazem das mulheres escravas às vezes.

Duarte Figueiredo tem 32 anos, é trabalhador por conta própria e está a tirar um curso superior. A mulher tem 26 anos, é estudante universitária e ainda não trabalha. O seu discurso revela uma outra faceta da justificação da não participação masculina: a subvalorização das tarefas que é necessário desempenhar.

Já me contou o seu dia-a-dia, em termos de trabalho e de estudos. E depois em casa, as tarefas domésticas, como é que fazem?

Acabam sempre por ser um bocado mais para a minha esposa. Precisava de ter um bocado mais de tempo, não é? Temos que ser um bocado realistas nesse aspecto. Depois também não há assim muita coisa a fazer: a roupa, lavar é as máquinas, não é? E secar, também... temos máquina de lavar e secar, por isso... sai de lá... às vezes estende-se um bocadito... isso até eu faço às vezes, também não me chateia, não tenho problema nenhum de fazer. Não gosto de limpar casa, pó, isso não gosto, definitivamente.

Finalmente, num terceiro modelo, existe uma ausência total de participação masculina e exclusiva responsabilidade das mulheres pelo desempenho do trabalho doméstico. Esta situação, ao contrário do que seria de esperar, pela inserção das mulheres no mercado de trabalho, é bastante comum na amostra: em 14 das 60 famílias o marido não desempenha nenhuma tarefa doméstica, "nem despejar o lixo", como diz Manuela Martins. Nestas famílias, o contributo do marido para o trabalho doméstico sintetiza-se na descrição irónica de Augusto Correia sobre a sua participação: "ajudo a sujar". Esta realidade representa uma sobrecarga tanto maior para as mulheres, quanto fazem parte deste grupo sobretudo as trabalhadoras mais desqualificadas e que auferem salários mais baixos, e que, deste modo, não podem recorrer aos serviços de uma empregada. Estas mulheres, no entanto, contam, muitas vezes com a prestação de apoio por parte da sua rede de parentesco, sobretudo contam com as mães, mas também com as sogras, por vezes com irmãs e cunhadas. Estas, para além da ajuda com os cuidados das crianças, desempenham outras tarefas: disponibilizam refeições, tratam da lavagem da roupa, passam a ferro, ajudam nas limpezas maiores. O efeito do apoio da rede é semelhante ao que se identificou para os cuidados das crianças: quanto mais ajuda feminina a mulher tem da sua rede, menor é a contribuição do marido para o trabalho doméstico.

Diana Pinto tem 31 anos e é administrativa e auxiliar de fisioterapia. O marido tem 30 anos, o 9º ano e é bate-chapas. O seu percurso é inverso ao de Elvira Mendes: de início o marido colaborava, agora não faz nada.

E é sempre a senhora que lhe dá banho e dá de comer [ao filho] ou o seu marido também ajuda?

Não, sou sempre eu. Desde que ele nasceu, pronto... no início tinha a ajuda dele... ajudava-me... preparava às vezes até o banho ele e assim. Estava lá sempre presente. Depois começou... a minha irmã às vezes ia lá e ele começou a aproveitar que ela ia lá... começou ele a baldar-se também... e então agora sou sempre eu que dou banho. Apesar de ter sempre lá uma pessoa que seja preciso ajudar nisto ou naquilo, está lá sempre ou a minha irmã ou alguém... está lá sempre mais eu... é raro estar eu sempre sozinha... está sempre alguém lá ao pé de mim.

E nas outras tarefas de casa, ele ajuda ou também não?

Não. É muito, muito raro. Já ajudou mais, pronto. No início até ajudava mais, pronto, apesar de... era capaz de pôr mesa, levantar mesa, isso assim... organizar mais ou menos as coisas. No início lavava loiça, umas vezes era eu, outras vezes era ele. Mas depois a partir do momento... acho que foi mais ou menos a partir de que eu engravidei... parece que foi assim uma transformação um bocado... não sei se radical, nem se não, mas ele afastou-se assim um bocado... não sei se foi a gravidez, ou ir ser pai que o assustasse, nem se não... que ele afastou-se assim... assim um bocadinho e então passei eu sempre a fazer tudo, sou eu sempre que faço tudo, com a casa e com o bebé.

Daniel Monteiro tem 28 anos, o 9º ano e é motorista. A mulher tem 24 anos e é estudante do ensino superior. É o único entrevistado que assume que o trabalho doméstico é "trabalho de mulheres".

E como é que vocês fazem com as tarefas em casa?

É só a mulher.

Ela é que faz tudo?

Não. Muito embora... assim ajudo... e eu gosto de fazer comer, mas não gosto muito de fazer... porque eu penso que, prontos, eu tenho... ainda

tenho uma mentalidade assim um bocadinho... acho que, pronto, fui criado com aquilo... a mulher é que faz em casa... porque eu tinha a minha mãe e a minha irmã em casa, prontos... elas é que arrumavam e é que faziam comer. Os homens têm que trabalhar na terra, e pronto e fora... e pronto... e agora é a mesma coisa, muito embora eu... lavar loiça não, mas fazer comer, até é uma coisa que eu gosto.

Mas costuma fazer?

Mas não faço diário. Faço uma vez, pronto. Quando vêm as frequências e depois ela tem... sempre que faz algum trabalho... tem que fazer um relatório... então nessas fases... e quando é o relatório final... sim, isso até às vezes lavo a loiça... mas fora disso não. Ela, prontos... ela também sabe isso, já está habituada.

Ela não se revolta?

Não. Ela às vezes fala. Mas se eu lhe desse mais importância, ela talvez se revoltasse... mas ela sabe que é assim, porque já lá em casa dela era assim e prontos. Às vezes é também da mentalidade das pessoas e do hábito. Ela já sabia que em solteiro... que eu era assim, porque eu sou daquelas pessoas que não gosto de ser de uma maneira quando casa, e outra de outra... se sou, sou, e pronto.

Então, e um dia quando tiver filhos, acha que vai ser diferente, já vai ajudar com os filhos ou também acha que não, que também é com as mulheres?

Eu penso ajudar. Há uma coisa que eu não gosto... que os miúdos... eu gosto muito de miúdos, mas tirar a fralda...

Estava mesmo a ver que me ia dizer isso...

É assim, mas... mas gosto muito de miúdos, mesmo. Temos uma afilhada com quatorze ou quinze meses... parece que é quatorze... é quinze... ela nasceu em Fevereiro do ano passado e prontos... eu gosto muito dela e ela também gosta muito de... às vezes... sempre que ela... que a gente estamos em casa... Ela ainda não anda muito bem e mesmo assim já foge... a semana passada e esta, já fugiu duas vezes lá para casa, ainda é um bocadinho longe e ela já vai. Uma vez foi com a madrinha, que é a minha esposa... e ela começou a chamar por mim e a dizer que ia lá para casa... mas mudar a fralda, isso é que não... mais de resto, dar comer, lavar, tomar banho, isso...

Isso já mudou relativamente aos seus pais?

Sim, não faço porque o meu pai fazia, porque se não... porque ele, há muitas coisas que eu não gostava no meu pai... muitas coisas... algumas coisas, não é? Nem sempre, mas... e tento não ser como o meu pai era. Mas há ambientes que se criam e que as pessoas mesmo que às vezes queiram, não é?... Outra coisa, eu também penso que... porque a sociedade agora moderna é um bocado escuro... porque eu não entro nela... por isso... nesse aspecto... não entro... porque há... vê-se aí tanta coisa, não é? Para... não digo que... prontos... que a mulher tenha que estar mesmo na cozinha e pronto... mas penso que há tarefas que seja a mulher a fazer e não o homem... porque iria estar tudo virado ao contrário.

É possível identificar alguns elementos fundamentais nos discursos sobre o “criar” e o “cuidar”. Em primeiro lugar, persiste a atribuição das responsabilidades por este tipo de trabalho às mulheres – os homens “ajudam”. Em segundo lugar, existe uma argumentação justificativa para esta desigualdade: as mulheres valorizam a ajuda dos maridos – comparam-nos com os seus pais e com os maridos das amigas e sentem-se gratas pelo escasso contributo que eles dão, desenvolvem argumentos de incompetência masculina, reconhecem a sobrecarga no mercado de trabalho. Os homens desvalorizam o trabalho das mulheres – acham que o trabalho é facilitado pelo equipamento doméstico ou por ajudas externas (a empregada ou uma familiar), ou, então, defendem que as mulheres têm padrões demasiado exigentes e poderiam fazer menos se quisessem.

No entanto, apesar das justificações e da desculpabilização que as mulheres constroem sobre a fraca participação masculina, perpassa no seu discurso, ao contrário do que acontece com os homens, um ideal igualitário, construído com base na dupla inserção no mercado de trabalho. As aspirações de igualdade e a sensação de injustiça diluem-se, no entanto, num sentimento generalizado de conformismo. As razões para esta posição parecem residir, quer numa forte

pressão social para a aceitação das práticas tradicionais (Poeschl, 2000), quer na opção por um modelo de harmonia e evitamento de conflitos (Müller, 1998).

Deste modo, o que resulta daqui é que a inserção das mulheres no mercado de trabalho não encontra, no interior da família conjugal, um suporte para a conciliação entre família e trabalho. A actividade remunerada das mulheres sustenta-se num contexto de uma jornada dupla de trabalho e na procura de apoios fora do núcleo conjugal – ou recorrendo a uma empregada doméstica, quando há capital económico para o fazer, ou, então, mobilizando a sua rede de parentesco, ou seja, outras mulheres da sua família.

9.4 | Criar e cuidar no interior das redes sociais

A orientação das redes relativamente às questões analisadas neste capítulo é muito clara: a resposta às necessidades de “criar e cuidar” é assegurada pelos laços estabelecidos no interior do parentesco restrito. Tal como noutros domínios, as relações activadas têm um sentido marcadamente vertical. Os cuidados das crianças e dos idosos e o trabalho doméstico são áreas onde podemos identificar, mais uma vez, a relevância das ajudas intergeracionais. Elas processam-se sobretudo no sentido descendente, de pais para filhos. No entanto, os cuidados dos idosos permitem identificar a primeira área de prestação de apoio em que o fluxo é nitidamente invertido, e as ajudas fluem de filhos para pais. A velhice dos pais é o momento de accionar a reciprocidade sempre adiada e alterar a assimetria dos laços estabelecida ao longo do ciclo de vida.

As características do envolvimento requerido na resposta às tarefas que aqui se analisaram determinam o tipo de laços activados na rede: existe uma ausência total dos laços fracos, apenas os laços fortes permitem assegurar as necessidades envolvidas no “criar e no “cuidar”. O trabalho envolvido é um trabalho árduo,

que implica tempo, dedicação, sacrifício. Por isso, ele é dominado pelas mulheres, tradicionalmente “destinadas” a desenvolver actividades reprodutivas e não remuneradas. A rede activada neste domínio é uma rede feminina, mostrando mais uma vez a importância das solidariedades femininas na reprodução quotidiana das famílias no nosso país, bem conhecida desde os trabalhos de Ana Nunes de Almeida na década de 80 (Almeida, 1984, 1985 e 1986). Os laços activados são os da parentela restrita, mas são fundamentalmente laços femininos: o que se mobiliza não é exactamente a família, mas sim as mulheres da família: as mães, as sogras, as irmãs, as cunhadas.

As redes neste domínio são nitidamente lateralizadas, tal como outros estudos já o demonstraram, em Portugal e noutros países (Bawin-Legros, 2003; Finch, 1989; Portugal 1995; Vasconcelos, 2005): os apoios fluem na sua maioria do lado da mulher, assentes numa forte matrilinearidade, que congrega à sua volta outros apoios. Da mãe para a filha flui o apoio fundamental nos cuidados das crianças e no trabalho doméstico. De um modo geral, só quando esta ajuda não está disponível (distância geográfica, inserção no mercado de trabalho a tempo inteiro) é que outros laços são activados.

Tal como foi acima sublinhado, a divisão das tarefas envolvidas no “criar” e no “cuidar” caracteriza-se por uma profunda desigualdade sexual no interior da família conjugal. O que as entrevistas mostram é o modo como essa desigualdade se sustenta, em grande parte, na acção das redes. A regra para as diferentes áreas aqui analisadas – cuidados das crianças e dos idosos e trabalho doméstico – parece ser que enquanto existe uma mulher disponível no interior da rede para assegurar as tarefas relacionadas com a reprodução quotidiana da família, os homens não são envolvidos nesse trabalho. Assim, o apoio das redes contribui para a manutenção e reprodução das desigualdades sexuais no interior da família conjugal.

Deste modo, estes dados são também importantes para discutir o que Wellman chama a “economia política da comunidade” (1985: 70), ou seja, o lugar das redes pessoais nos sistemas de produção e reprodução social. As mulheres têm, em grande parte, sido utilizadas como “exército de reserva” para a reprodução das famílias, fornecendo, a baixos custos, serviços de qualidade elevada e com grande flexibilidade de utilização, o que se, por um lado, beneficia as famílias, por outro lado, não deixa de beneficiar também as outras esferas de produção de bem-estar, nomeadamente a estatal, aliviando-a de responsabilidades.

10

AS PESSOAS

Introdução

Quem faz parte da rede social dos/as entrevistados/as e das suas famílias? Quais são as características dos membros da rede? Que laços são activados? Quais são os padrões de interacção? Qual o papel dos laços de parentesco? Quanto valem as redes? Qual o seu valor como capital social? Estas são algumas das questões às quais se procura dar resposta neste Capítulo. Nos capítulos anteriores descreveram-se "redes parciais" (Boissevain, 1974), isoladas a partir do acesso a cada um dos recursos analisados; neste Capítulo pretende-se reconstituir a rede total de relações. Analisaram-se, simultaneamente, três tipos diferentes de redes: redes de interacção, redes de troca e redes de íntimos, identificando-se sobreposições e dissociações, dado que, como constatou Milardo (1988),

proximidade afectiva e interacção quotidiana não estão necessariamente correlacionadas.

O Capítulo parte da identificação dos elementos da rede (dos nós e dos laços) para o desenho do mapa da rede e a descrição da sua morfologia. Procura-se perceber a relação entre variáveis de interacção, variáveis estruturais e composição da rede.

Como decorre dos Capítulos anteriores, as redes variam com o recurso em jogo. Existe uma clara divisão do trabalho no interior da rede: aos parentes atribuem-se umas funções, aos amigos outras; às mulheres cabe um papel, aos homens outro; dos laços fortes espera-se uma coisa, dos laços fracos outras. As redes variam também com o tempo: alguns laços permanecem no tempo, outros são episódicos; alguns laços estão sempre activos, outros apenas às vezes. As redes configuram-se e reconfiguram-se, não apenas consoante a perspectiva de análise, mas também consoante as necessidades, as circunstâncias e as posições estruturais dos/as entrevistados/as. Inclusões e exclusões, proximidades e distâncias são definidas e redefinidas, ao longo do tempo, através de emoções, coisas, conversas, confidências e inconfidências, confiança e desconfiança.

10.1 | Os nós

Quem faz parte da rede? Com quem se estabelecem as trocas? Com quem se interage? Com quem se pode contar? A quem se recorre quando se precisa de emprego? A quem se deixam as crianças? A quem se pede dinheiro emprestado? A quem se contam os segredos? Para uns, as respostas a estas e outras questões permitem identificar múltiplas relações, para outros, com diferentes perguntas obtêm-se sempre os mesmos nomes. No entanto, apesar da diversidade na morfologia das redes que é possível encontrar na amostra de

entrevistados/as, é importante sublinhar algumas características transversais que emergem na análise da identificação dos *nós*: a primeira, prende-se com a clara distinção entre as relações de parentesco e as restantes relações sociais – existe a família e existem “os outros”. Os laços familiares representam segurança, permanência, confiança. Por oposição, os “outros” laços estabelecidos fora do parentesco são muitas vezes alvo de desconfiança e insegurança, os relatos de desilusões com amigos e vizinhos são muito mais frequentes do que aqueles que se referem aos parentes.

Carla Duarte é uma das entrevistadas em cujo discurso “a família” emerge como a esfera relacional privilegiada.

E contacta muito com os seus irmãos, com o irmão do seu marido? Como é que é a sua vida familiar?

A família é assim: eu ponho a família acima de tudo... Quando foi no meu casamento... o meu pai disse-me: tu vais convidar quem tu quiseres. Primeiro eu optei pela família e em segundo lugar pelos amigos. A nível de contactos... eu contacto todos os dias com os meus pais porque é assim: estou a trabalhar aqui... no almoço... vou almoçar a três quilómetros daqui a casa da minha mãe. Relativamente... entre nós... os irmãos... apesar de haver uma diferença muito grande de idade entre o meu irmão mais velho e eu... damo-nos todos muito bem, porquê? Porque eu vejo-o como um segundo pai, entre aspas, mas vejo e ele vê comigo... sou a garota, pronto. Sempre fui a mais pequenina. Com os meus sogros é que... eles moram em Eirinha, não... não ligamos sistematicamente... porquê? Porque ao sábado e ao domingo é que vimos... tentamos separar um bocado as coisas, ou vamos no sábado para os meus pais e depois no domingo vamos para os pais dele, ou vice-versa, ou se proporciona durante a semana irmos lá. Mas é o contacto telefónico, por exemplo, por parte do pai do Rui para ele... é sistemático, quase todos os dias... uma vez que está assim fora de casa e o Rui tem muita preocupação com a mãe, ele está sempre a ligar: vê lá se a tua mãe está bem.... se está bem... é minha mãe, e tal. Noto-o um bocado agarrado aos pais... mas isso é normal, não é? E pronto. Sempre fui uma

menina muito agarrada aos pais, muito agarrada mesmo e aconteceu-me uma situação muito curiosa... quando casei... foi um dia muito bonito... depois fomos de lua-de-mel... No primeiro dia que fiquei na minha casa desatei a chorar, porque senti falta da minha mãe e do meu pai e do meu quarto, das minhas coisas, que tenho em casa dos meus pais. Mas pronto. O nosso relacionamento com a família... há divergências... há... eu farto-me de berrar com a minha irmã, porque somos as duas as únicas filhas... Às vezes berramos porque ela diz: ai, mas eu andei com a miúda ao colo e... não sei. Não interessa, pronto. Essas divergências que não são diferenças, são brincadeiras às vezes que surgem de outras coisas, e pronto. É assim, temos um relacionamento... eu pelo menos mais com a minha irmã, uma vez que ela está separada e eu tento-lhe dar o mais apoio possível a ela e às miúdas porque são duas miúdas que já sofreram e continuam a sofrer... principalmente a mais velha... sofre muito porque o pai vem o Natal, vem o aniversário, vem uma passagem do ano, vem o fim de período e não é capaz de telefonar nunca... principalmente a mais velha, tem muita dificuldade em aceitar o facto do pai não lhe telefonar, não dizer nada. A minha irmã faz sempre questão de dizer, olha hoje o teu pai faz anos... olha eu... hoje é dia do pai e a resposta dela é: eu também já fiz anos e também já foi dia da criança e ele também não me ligou... E depois é assim: tem o apoio dos meus pais porque os meus pais é que têm a custódia delas porque na altura quando foi da separação o meu ex-cunhado disse logo que não queria as filhas e na altura a minha irmã não estava a trabalhar e os meus pais disseram: não, se o senhor não quer as suas filhas, eu aceito as minhas filhas... A minha irmã disse logo: eu quero as minhas filhas seja em que condições for... Isto, portanto, já lá vão sete anos e não há um contacto. Eu acho que pelo menos um telefonema a uma filha, agora já têm um telemóvel cada uma, quer dizer é mais fácil para ele, não dizer assim: ligo para casa da minha ex-sogra e ela não me quer receber bem... porque não é bem recebido... desde falcatruas que ele fez à minha irmã... de a maltratar diante das filhas... quer dizer, isso são sempre traumas que vão ficar naquelas miúdas. No entanto, achei engraçado porque a mais velha, que entretanto tem um namorado... e ela sempre dizia que não queria namorar, que não queria casar para não sofrer aquilo que a mãe

tinha sofrido... e eu disse: olha, minha filha, tu um dia com calma vais entender... Por exemplo, desabafa muito com o meu marido porque vêm-no como um segundo pai. O Rui de vez em quando agarra nelas vai dar uma volta com elas. Depois mete-se com elas quando... quando elas vão com os namorados e faz... olha que eu vou dizer à tua avó e tal. Mas, pronto. A nível do relacionamento familiares que... tenho amigos... amigos entre aspas, tenho conhecidos, porque infelizmente amigos neste momento é muito difícil ter, porque se a gente não tem a família, não tem ninguém.

Noémia Moura confia inteiramente na família e desconfia muito dos "outros".

E fora da família há assim alguém com quem também possa contar e que lhe tenha dado apoio alguma vez?

Ai não, não. Sabe Deus ainda, as amizades... encontram-se muito poucas amizades sinceras. Tenho pessoas amigas, com quem falo, e assim. Mas há certas coisas que a gente não... não... só mesmo com os nossos. Porque às vezes a gente pensa que as coisas são de uma maneira e elas não são... e eu então sou muito desconfiada, sempre com um pé atrás, sempre, sempre com um pé atrás. Depois a gente vê certos exemplos de outras pessoas, não é? Se ela está a dizer aquilo dela e dá-se bem com ela, se calhar também diz de mim, não é? E então eu estou sempre com um pé atrás. Estou sempre com cuidado a falar. Aliás foi sempre... foi sempre... eu acho que foi sempre o meu mal. Eu não consigo ser assim para as pessoas... eu, como é que hei-de dizer?... eu quando sou amiga de uma pessoa... mas sempre assim fui... mas ainda nunca encontrei uma pessoa que fosse assim para mim, nunca. Assim pessoas de fora... ainda nunca encontrei uma pessoa e a vida ensinou-me que só posso contar com os da minha família mais próxima, a vida ensinou-me mesmo.

Teve assim alguma desilusão com alguém amigo?

Não. Vai-se tendo uma desilusão daqui, outra desilusão dali e a gente... e depois pensa que as coisas são de uma maneira, vamos se apercebendo que não é bem assim. Tenho pessoas bastante amigas, não é? Mas não é o suficiente para expor a minha vida toda, não. Isso não, nem... há pessoas que se calhar... tenho pessoas amigas que se tiverem qualquer problema... a pedir dinheiro, ou a pedir isto, ou a pedir aquilo... ah, mas eu não. Os da

família... enquanto a família me puder ajudar não vou recorrer a mais ninguém.

Falou-me do seu pai, do seu irmão e da sua cunhada. É com eles que acha que pode realmente contar?

Posso, posso sim senhor. Posso contar para tudo, para qualquer problema que eu tenha. Posso contar com eles os três para tudo e já tive provas mais do que suficientes disso, em todos os aspectos.

Eles têm-na ajudado ao longo da sua vida?

Sim, sim, bastante. Os problemas que eu... eu às vezes até chego ao pé deles e até falo, pronto, falo normalmente dos meus problemas, e eles ajudam-me bastante. O meu irmão, o meu pai... uns de uma maneira, outros de outra... às vezes uns entendem de uns assuntos, outros entendem de outros. Se calhar se eu for expor um problema ao meu pai sobre um assunto qualquer que ele às vezes até nem está capacitado... se calhar será um bicho de sete cabeças para ele. Também depende. Mas não, posso contar com eles os três para tudo, graças a Deus.

A divisão entre “a família” e “os outros” tem duas implicações: por um lado, é nos laços familiares que a maioria das pessoas encontra resposta para as suas necessidades de apoio material e afectivo. Por isso, quando alguém fora das relações familiares é um nó importante da rede, um amigo próximo, um colega com quem se pode contar, essa pessoa “é como se fosse da família”¹. Por outro lado, os nós que pertencem à rede familiar tendem também a assumir a representação de um “nós” – um colectivo de pertença e de referência. Cada família dispõe de um certo número de atributos e de referências identitárias que funcionam como símbolos de reconhecimento e diferenciação social a partir dos

¹ Esta constatação é contrária à de Anne Roschelle, que no seu estudo sobre as redes de parentesco nas comunidades minoritárias nos Estados Unidos da América não distingue, quer do ponto de vista teórico, quer do ponto de vista empírico, os laços de parentesco dos restantes laços. A autora justifica a sua opção pelo facto dos seus entrevistados não diferenciarem o parentesco sanguíneo do de filiação ou do fictício (Roschelle, 1997). Os dados das minhas entrevistas apontam exactamente no sentido contrário: a consanguinidade é a referência através da qual se define a rede.

quais se situa a identidade singular do indivíduo. O conjunto destes elementos fornece uma espécie de carta comum a todos os membros do grupo familiar cujo código é transmitido, negociado, apropriado e reapropriado, construindo ao longo do tempo a identidade familiar e definindo, a partir de uma mesma trama colectiva, a identidade pessoal de cada um (Bertaux-Wiame; Muxel, 1996; Pina Cabral, 2003). Deste modo, os laços familiares apresentam-se como um todo com identidade própria, que representa uma esfera de identificação e referência, que dificilmente se encontra para a totalidade da rede ou para outros conjuntos de relações (os amigos, os colegas, os vizinhos) – “nós somos assim”, “conosco nunca há problemas”, “na nossa família estamos habituados a fazer desta maneira”.

A segunda característica que emerge na identificação dos *nós* da rede é a sua tendência para a homogeneidade social. As redes heterogêneas são menos comuns do que as homogêneas. Os elementos da rede são da mesma família, ou da mesma vizinhança, ou do mesmo grupo socioprofissional, ou têm o mesmo nível educacional. Fora da rede de parentesco, os *nós* da rede apresentam características socioeconómicas e socioculturais muito semelhantes. De um modo geral, as redes apresentam uma forte tendência para a homofilia (Degenne e Forsé, 1994: 43-46; Lin, 2001a: 38-40), sobretudo entre as mulheres, como sublinharam Lynn Smith-Lovin e J. Miller McPherson (1993).

Longe de se construírem de uma forma socialmente aleatória, as redes de relações pessoais são nitidamente marcadas pelas características estruturais de quem as compõe e, em grande parte, socialmente pré-determinadas. Se esta realidade é mais ou menos óbvia para as relações de parentesco, ela continua a revelar-se nas relações de afinidade. As relações com amigos, colegas e vizinhos são fortemente marcadas pela homofilia, sobretudo ao nível dos estatutos socioculturais mais elevados. Se, do ponto de vista do estatuto profissional, as

redes são mais heterogêneas, do ponto de vista da escolaridade os diplomas de ensino superior marcam a diferença: entre os licenciados a homofilia das redes de afinidade é quase absoluta².

10.1.1 | Os parentes

Os dados das entrevistas permitem responder afirmativamente à questão colocada por Alexis Ferrand sobre se as relações familiares formam um subsistema autónomo no conjunto de relações do indivíduo (Ferrand, 1992). Os parentes são os *nós* predominantes na maioria das redes, quer se trate de trocas, de interação ou de significado emocional. A maioria dos laços fortes é constituída no interior das relações familiares e caracteriza-se pela multiplexidade e pela transitividade. Deste modo, os parentes constituem um subsistema, fortemente interligado, no interior das redes sociais.

No entanto, se olharmos para as três relações elementares fundadoras do parentesco – a relação de aliança, a relação de consanguinidade e a relação de filiação (Lévi-Strauss, 1949) – verificamos que os laços gerados por cada uma delas têm funções diferenciadas e diferenciadoras no interior da rede. Quer de um ponto de vista material, quer emocional, os laços de filiação são com grande frequência os mais fortes, seguindo-se os laços de consanguinidade. Os *nós* que entram na rede por via do casamento têm, em geral, um estatuto secundário – mesmo que desempenhem um papel activo ao nível das trocas e da interação; do ponto de vista emocional, os laços estabelecidos através da relação de

² Estes dados são consonantes com as conclusões de Elísio Estanque e José Manuel Mendes sobre a permeabilidade das fronteiras de classe nas redes de amizade. Os autores concluem que a sociedade portuguesa apresenta uma “estrutura social relativamente rígida também na constituição das relações de amizade, sendo as qualificações a dimensão estruturadora das relações sociais de amizade” (Estanque e Mendes, 1998: 128).

aliança são secundarizados pelas pessoas entrevistadas³. Esta constatação é, no entanto, mais comum entre as mulheres do que entre os homens. As mulheres têm mais dificuldade em assumir a família do marido como sendo sua, do que o inverso.

A importância da rede de parentesco deve-se ao facto de ela oferecer “garantias” que não se encontram noutra tipo de relações. Uma delas é a permanência no tempo: muitos dos laços estabelecidos fora da família – relações com colegas de escola ou de trabalho, com vizinhos, com amigos – não resistem à passagem do tempo, que se sobrepõe a outro tipo de mudanças, como as geográficas. Existe um sentimento generalizado na amostra de que “com a família podemos sempre contar”. Esta representação dos laços familiares resulta de um entrecruzar de vínculos biológicos, emocionais, sociais e jurídicos, socialmente construídos, simultaneamente, no interior e no exterior da família. A rede familiar representa para a maioria dos/as entrevistados/as uma rede de protecção e de segurança. Os parentes são um porto de abrigo ao qual se pode sempre recorrer – mesmo que os laços não estejam sempre activos na prestação de apoios, “eles estão sempre lá quando é preciso”.

A entrevista de Afonso Salgueiro refere várias vezes a importância da rede de parentesco como rede de segurança material. Vive com um certo desafogo porque sabe que se necessitar de ajudas materiais tem a quem recorrer.

E têm tido algum tipo de ajudas, para além dessas ajudas iniciais para comprar a casa?

Da parte da família?

³ Estas conclusões são consonantes com resultados de trabalhos anteriores. António Manuel Hespanha defende que a preferência dos laços generativos aos conjugais é uma das linhas estruturantes da família no Antigo Regime (Hespanha, 1993: 956). Brian O’Neill, ao estudar os padrões de casamento em Trás-os-Montes, conclui que a residência natolocal não é unicamente resultado de uma falta de meios para construir casas, antes sugere uma ênfase cultural generalizada sobre a descendência e os vínculos de filiação em detrimento do casamento e dos laços de afinidade (O’Neill, 1984: 320-337).

Sim.

Pontuais, muito pequenas. Quer dizer... por exemplo, a minha sogra e os meus pais quando vamos lá já sei que trago o carro atulhado de coisas, não é? De tudo, tudo. Eu praticamente não preciso de comprar comida, praticamente não... a não ser as coisas mesmo do dia-a-dia. Tenho sempre arca frigorífica a rebentar de coisas, e não sei quê... e isso é... se formos a ver bem ao fim de anos... isto representa muita coisa, não é? E depois... é claro que pontualmente, por exemplo... a última vez que troquei de carro... um dos carros que troquei naquela altura particularmente... tinha acabado de pagar o IRS e estava um bocado curto de massas e, por exemplo, a minha sogra emprestou-nos quinhentos contos, que a gente pagou-lhe um tempo depois. Mas assim coisas deste género.

Mas costumam emprestar, não costumam dar?

Dar dado... olhe, uma das minhas tias, do que elas nos emprestaram para esta casa inicialmente foram três mil contos... que a gente ia pagando e às tantas faltavam quinhentos contos e ela disse: deixa lá os quinhentos contos. Pronto, foi assim. Os meus pais deram dinheiro quando souberam que nós íamos comprar o terreno e fazer a casa e tal... isto há um ano atrás... deram-nos mil e quinhentos contos. Disseram: ok, a gente tem umas poupanças, vamos dividir entre ti e os outros dois irmãos e dá mil e quinhentos contos para cada um, pronto. Foi isso e de resto a minha sogra às vezes também faz coisas do género... empresta-nos o dinheiro e eu a pedir... por exemplo, desse dinheiro... desses quinhentos contos... eu dei conta passado para aí mais de seis meses que o cheque que eu tinha passado para pagar... que ela não tinha metido o cheque... e depois lá chateamos, porque sabíamos que até lhe dava jeito... ela lá pôs o cheque, e lá... mas se não tivesse dito nada, provavelmente ela tinha acabado por não meter aquilo, não é? Bom, e entretanto... assim, eu sei que... por exemplo, depois de o meu sogro morrer eles faziam... eles fizeram as partilhas todas lá dos terrenos que tinham... que não eram muita coisa... mas que ainda é alguma coisa significativo, e uma das coisas com que nós ficámos foi com um terreno lá em Macedo, junto à cidade, mesmo em Macedo, que tem uma área ainda muito jeitosa e que é provável que acabe por se vender mais meses... mais um ano... menos um ano, por... enfim... por qualquer coisa como dez ou

doze mil contos ou... portanto... e isso é um dinheiro que nós pudemos contar como um encaixe quando vier a ser feito. Agora aquele tipo de ajudas... tipo... como... pronto, como eu tenho... como todos nós conhecemos, eu é... olha filho, acabaste o curso, olha, dou-te este carro, e dou-te metade do dinheiro que precisas para o teu próprio apartamento – nem pensar. O meu primeiro carro custou duzentos contos e fui eu que tive que o comprar e pagar e por aí fora. Portanto, não... esse tipo de ajudas não. Mas na prática... na prática... ou seja... é assim, também não tenho tido muita necessidade disso e eu sei que a minha família... se eu agora dissesse assim: olhe, eu preciso de três ou quatro ou cinco mil contos, ou quinhentos, ou seja o que for... tenho a certeza que eles me arranjavam e que a primeira pergunta que iam pôr não era quando é que me vais pagar isto... nem pensar. Portanto, não... ou seja, digamos assim... apesar de isso não ter acontecido praticamente até agora, eu vivo um bocado com essa segurança, de que se fosse preciso podia pedir isso, basicamente é assim.

É de sublinhar que a importância dos parentes é significativa mesmo quando os laços não são positivos como os acima descritos. As situações de conflito e de ruptura das relações familiares são sentidas com dor pelas pessoas que as revelam. Independentemente das causas, ser privado dos laços de parentesco representa uma perda profunda, sobretudo quando esses laços se estabelecem com base numa relação de filiação ou de consanguinidade. As rupturas de relações com parentes que resultam da relação de aliança nunca são apresentadas de uma forma tão dramática, lamentam-se mais as perdas do cônjuge do que as próprias, o que vem mais uma vez confirmar a secundarização dos laços de parentesco estabelecidos através do casamento.

Alberta Lopes tem um conflito com os pais e o irmão. Na sequência desse problema houve uma ruptura com a família alargada que ela lamenta profundamente e que as boas relações com a família do marido não colmatam.

Olhe, quando pensa na sua vida, quem é que diria que são assim as pessoas mais importantes para si, aquelas que lhe são mais próximas, aquelas com quem pode realmente contar?

Que eu posso contar, sei lá... em quem mais penso é nas minhas filhas e no meu marido, não penso em mais ninguém, não penso.

Não há mais ninguém com quem possa contar?

Não, não tenho assim mais ninguém. Porque, pronto... até quando ela não estava na escola, às vezes eu tinha que ficar em casa. Às vezes a minha sogra tinha consultas e fazer exames e assim... eu às vezes tinha que ficar em casa, porque, pronto... não tenho... não tenho... porque, pronto... acho que foram injustos porque foram por eles ou foi... ou foi os meus pais... ou não sei... eles todos me viraram a cara. Sendo assim, todos... da parte da família dos meus pais... todos me viraram a cara... ninguém conhece... não sabem onde é que eu vivo, porque não... são poucos e aqui também na terra... mas quando vêm cá... estão em Lisboa... outros estão em Setúbal... ainda foi em Dezembro... pois foi... foi antes de Dezembro que a minha avó faleceu... e ela...no funeral... eles não me disseram nada, pronto. Eles pelo meu pensar... eu já estava lá porque era assim: antigamente os mortos vinham para nossas casas mas agora vão para a capela e eu já lá estava e eu acho que no meu dever... quando eles chegaram... acho que eles é que tinham que se dirigir a mim. E não. Os meus tios, que era irmãos da minha mãe... um deles que até é meu padrinho... foi de baptismo... depois foi de casamento e eles fizeram de conta que eu... cumprimentaram a minha mãe, cumprimentaram o meu pai, cumprimentaram os outros familiares que lá estavam e a mim fizeram de conta que não estava ali ninguém e eu fiz a mesma coisa, também não me dirigi, porque eu acho que eu estava lá sentada e eles é que vinham a chegar... eles tinham que se dirigir a mim, a cumprimentar-me. Fizeram de conta que não estava ali ninguém.

Eles fizeram isso porquê, por causa dos problemas com os seus pais?

Eu penso que seja por causa disso. Porque foi a partir dessa altura que eles todos... por isso é que eu digo... não sei se foi os ouvidos cheios, pronto... da parte dos meus pais... ou o meu irmão... que fizessem a cabeça a eles, não é? E que contassem as coisas a eles da maneira que eles quiseram, não é? E nós é que ficámos a ser as vítimas e não... pronto, não dirigem... não dirigem

a palavra. Mesmo para elas e tudo, não. Eu faço a mesma coisa. Sinto muito... fico... fico um bocadinho revoltada, porque, pronto, só vejo a família da parte do meu marido... da minha parte não tenho nada. Posso mesmo dizer que não tenho nada. Mas há... às vezes, nem gosto de falar nessas coisas, porque, pronto... fico assim meia... meia triste, porque acho que nós até... costumam dizer que a vida são dois dias, não é? Acho que não é para termos ressentimentos. É para se darmos todos bem. Mas há pessoas que não querem isso e não devem gostar dessas situações e a gente tenta fazer também o mesmo.

E com a família do seu marido dá-se bem? Ele tem tios?

Tem, tem tios... tem primos e pronto... damo-nos bem. Tem uma tia que é irmã do meu sogro, que é de Portalegre, vamos lá muita vez, pronto, ainda agora o fim-de-semana... à vinda para cá... passámos lá em casa dela e pronto, damo-nos bem. O filho... o filho dela até é o padrinho da minha filha mais velha, porque até nisso... tenho os padrinhos todos da parte do meu marido, não tenho ninguém da minha parte, porque, pronto, eles já andavam assim comigo, eu também já não tive coiso de andar a pedir para serem padrinhos delas. Portanto, tenho uns como outros... é ele... era ele e a esposa, mas a mulher também deu-lhe qualquer coisa na cabeça, fugiu com outro e também o abandonou. Também não tem filhos... acho que, pronto... que foi melhor e agora desta é o meu cunhado, que é o irmão dele... e a mulher... que são os padrinhos... são os padrinhos dela. Eu gostava que fosse da minha parte, mas já andava assim, pronto.

Os pais e os sogros

Os pais e os sogros são *nós* cruciais das redes dos/as entrevistados/as. Como já vimos nos capítulos anteriores sobre "as coisas e os modos", os ascendentes são fundamentais na provisão de recursos materiais e na prestação de serviços e cuidados. No entanto, a importância dos laços intergeracionais não se deve apenas ao seu papel ao nível das ajudas materiais e financeiras. Existe um conjunto de dados objectivos e subjectivos, de ditos e de não-ditos, de práticas e

de representações que contribuem para que os ascendentes sejam *nós* muito presentes e determinantes na maioria das redes dos/as entrevistados/as. É também a partir das gerações anteriores que se constrói a identidade familiar, o “nós” da identidade colectiva, acima referido, que marca a fronteira entre a rede de parentesco e o resto da rede. A importância de pais e sogros constrói-se através do cruzamento de uma complexidade de elementos: consanguinidade, afecto, apoio material e financeiro, prestação de serviços, direitos legais e obrigações morais conjugam-se na relação de filiação de um modo incomparável com qualquer outra relação de parentesco.

A proximidade geográfica entre pais e filhos⁴ é um dos factores objectivos que mais contribui para a existência destes laços fortes. A curta distância entre as habitações de uns e de outros possibilita e potencializa as inúmeras trocas materiais e afectivas. As sociabilidades são intensas. Os que vivem próximo dos pais e sogros dividem-se entre as visitas diárias e as visitas semanais, fortemente sustentadas nos almoços e jantares de sábado e domingo, alternados entre as casas parentais. Os que estão longe espaçam as visitas mas mantêm contactos telefónicos regulares.

O relato de Branca Silva é exemplar do modo como se relacionam pais e filhos que vivem em estreita proximidade no quotidiano. A expressão por ela utilizada para ilustrar as visitas diárias aos pais – “picar o cartão” – é elucidativa da componente de obrigação que elas comportam.

E como é que são os vossos contactos com os seus pais, com os seus sogros, com... os seus irmãos estão afastados?

Os meus irmãos, os meus dois irmãos mais velhos estão... infelizmente estão fora.

⁴ Cf. Capítulos 4 e 5.

Continuam em França?

Ficaram lá, porque casaram com francesas e então estão lá... infelizmente. Os meus cunhados... as minhas cunhadas estão cá e os meus cunhados também. As relações são óptimas. A minha sogra também é óptima, o meu sogro também é óptimo. Não, não, nós damo-nos... tanto a relação dos meus pais com o meu marido também é deveras óptima porque muitas vezes... não sei, a gente às vezes... nós é que temos o hábito de dizer... por exemplo, eu faço alguma coisa e a minha mãe diz, eu faço alguma coisa à frente da minha mãe e a minha mãe diz: o teu marido tem razão. Então mas afinal quem é o seu filho é ele ou... e o meu sogro é exactamente a mesma coisa. Nós temos uma relação muito boa. Muito boa.

Mas vocês encontram-se com muita frequência ou...

Por acaso agora tive que os deixar... tive de deixar os meus sogros e as minhas cunhadas para vir ter consigo, estávamos todos a almoçar.

Peço desculpa. Aos domingos encontram-se todos?

Exacto, sim. No lugar da minha mãe agora é mais difícil... Eu antigamente estava mais... o almoço em casa da minha mãe e o jantar em casa da minha sogra... agora é mais difícil porque a minha mãe ficou com o bar... porque a minha irmã é que ficou... está a estudar turismo na Figueira da Foz... mas ficou com o bar e tem uma empregada e a minha mãe é assim o gerente. E então a gente encontra-se menos vezes, como é que hei-de dizer? A gente almoça muito menos vezes ou janta muito menos vezes uns com os outros, mas a gente encontra-se na mesma porque o bar é por baixo da minha casa... Eu venho do trabalho, passo por lá sempre, nem que seja só picar o cartão, o meu marido também... a minha irmã vem da Figueira normalmente... normalmente da Figueira da Foz... passa pelo meu instituto porque eu é que sou a esteticista dela.

Ana Miranda é de origem madeirense e vive no continente. Apesar da distância geográfica, a proximidade afectiva com os pais é grande. Ao longo da entrevista os pais surgem como os seus laços mais fortes no interior da rede. Mantém com eles contactos telefónicos diários.

Quer os sogros quer os pais... os seus vivem muito longe e eles também não vivem muito perto, não é? Sente-se bem com essa distância? Com os seus pais já percebi que não...

Pois, com os meus pais... agora os meus pais todos os dias me telefonam. A minha mãe todos os dias me telefona, fala-me... telefona-me do telefone dela... toca sempre o telefone àquela hora... toca sempre... e é sempre a minha mãe. Se não toca é porque se passa qualquer coisa e então corro logo a telefonar para saber o que é que se passa.

Gostava de estar mais perto?

É o que eu digo, se eu... não fosse daqui ao Funchal no mínimo umas quatro horas de viagem... porque são duas horas para Lisboa, mais hora e meia para o Funchal... íamos em bocados que pudesse, se não todos os fins-de-semana... de quinze em quinze dias estava lá de certeza absoluta.

E assim vai lá de quanto em quanto tempo?

Agora ultimamente... porque como já estou a trabalhar já não posso ir todo o tempo que queria... vou na Páscoa, no Verão e no Natal. Embora antes, de dois em dois meses estava lá e no ano de caloiria ia dormir... ia dormir mês sim, mês não... ficava lá... Mas depois as viagens... comecei a achar que era demais e já ia menos. Ultimamente é que então ainda têm sido mais curtas, isto mais por... mesmo pelo trabalho, não é que... é assim, eu ali estou... se eu decidir ir embora vou, ninguém me diz nada. Só que eu sinto-me na obrigação de... se estou a trabalhar, se me comprometi com alguém, também não vou deixar as pessoas na mão. Então tiro uma semana, dez dias, basta... No Verão... o ano passado fui lá mais vezes como foi... já estava a trabalhar lá, por causa do casamento, ainda fui lá mais vezes e tive muito mais férias que estive o mês todo em casa... o mês de Agosto. Este ano é que não parei mesmo, teve que ser.

E os seus sogros, vão com frequência visitá-los, eles vêm cá visitá-los?

Os meus sogros vieram cá uma vez, que foi o ano passado, o meu... o António vai lá sempre... quase todas as semanas vai lá. O trabalho que ele faz lá com o amigo é mesmo em Leiria, por isso ele vai lá... está lá mais vezes com eles... Eu vou lá de vez em quando.

Mas porquê, não gosta de...

É que eu e a minha sogra somos um bocado de conflito. Então cada uma no seu canto e estamos melhores.

Como o relato de Ana Miranda deixa antever, as relações com pais e sogros não são equivalentes para todos os/as entrevistados/as, aliás, não o são para a maioria, e sobretudo para as mulheres. Mesmo que as ajudas materiais provenham das duas casas parentais, as diferenças persistem ao nível das relações afectivas e da intimidade. Poucos são aqueles que não diferenciam pais e sogros em termos emocionais. A ideia de que “com os sogros é diferente de com os pais” atravessa o discurso da maioria das pessoas. No entanto, este discurso é menos comum entre os entrevistados do sexo masculino, que parecem estabelecer uma maior proximidade afectiva com os sogros do que as mulheres. Os relatos de situações de conflito, mais ou menos explícito, com os sogros – sobretudo com as sogras – são bastante mais comuns entre as mulheres. Mas mesmo quando não existem situações explícitas de conflitualidade, um número significativo de entrevistadas escolhe a opção de Ana Miranda – “cada uma no seu canto” – para evitar que elas aconteçam.

A entrevista de Elisa Coimbra é uma das que melhor revela a relação diferenciada que homens e mulheres têm com os seus pais e os seus sogros.

Eu... eu estou muito ligada aos meus pais, por isso... por isso... há pessoas que dizem que eu tenho assim uma forma de ser... quer dizer, eu como sou... eu gosto de viver com... estar com os meus pais. Dou-me sempre muito bem... Nunca tive aquela necessidade de sair de casa, mesmo depois de casada. Como tinha muito tempo livre, nas férias, o meu marido não está em casa o dia todo, só está ao fim do dia... eu também me tentei a ir imenso para casa dos meus pais, ir lá almoçar e, portanto, tinha tardes livres... como também por estar habituada a ter... estar numa casa e não num apartamento, de início senti uma certa diferença, embora esteja a gostar, mas custou-me, eu tenho cães e gosto imenso dos cães e então passava lá imenso tempo e continuo a passar dentro do possível, embora não... sempre

que posso vou até lá. A relação do meu marido com os meus sogros já é um pouco diferente. O meu marido sempre teve imensa vontade de sair de casa e ele também estudou fora, não estudou cá...

Na universidade ou mesmo no secundário?

Na universidade. Porque estudou sempre cá e depois estudou no Minho. Entretanto, quando acabou o curso, foi logo para Lisboa... quando... entretanto, veio para onde está agora. Passou a ir e vir todos os dias e ficou em casa dos pais. Por isso já foi um bocado complicado antes de casarmos, porque a mãe não aceitou. Agiu muito mal, acabou por fazer com que ele saísse. Casámo-nos um pouco por isso, para sair de casa... e a relação dele com os pais é um bocado diferente da minha com os meus pais. Ele é capaz de passar semanas sem lá ir. Isso faz-me um bocado de confusão. Eu até dizia para passarmos lá ao fim de semana porque achava estranho... porque como sou completamente diferente... ele é exactamente o contrário... porque ele acha estranho o contrário... porque eu mesmo não indo a casa, sou capaz de telefonar ao meu pai a saber se está tudo bem e é isso que... que às vezes dá um bocado de confusão, mesmo aos fins-de-semana quando ele está cá, estão sempre a telefonar para casa... é um pretexto para eu ir até lá e ele acha isso um bocado... Agora com o bebé é outro tipo de situação... já tem a preocupação de passar em casa dos pais e de o levar. Já está acostumado a passar mais um bocado durante a semana, ao fim de semana para ver o bebé. Acabou por funcionar um pouco... quer dizer, não veio para nossa casa mas já acabámos por... Eu a mim não me faz confusão porque sempre fui ligada aos meus pais e acho que me fazia confusão o contrário, estar longe deles e da minha irmã e dos meus avós... todos sempre muito ligados. A minha relação com os meus sogros também acaba por ser... o estarem aqui perto, tirando agora com o bebé, que vêm cá mais uma vez ou outra... mas acabamos por não ter assim um contacto muito... também me fazia um bocadinho de confusão, sou franca, se vivesse ao lado mesmo e ter aquele... é preciso ter alguma distância, mas acho que todos podem ser... acho que é bom porque também temos apoio. Acho que é importante quando se trabalha fora.

E eles têm ajudado com o bebé, os pais e os sogros? Os seus pais já perceberam que ajudam, os seus sogros não?

Os meus pais ajudam muito. Os meus sogros têm muita vontade de ajudar em tudo. A minha sogra como não trabalha, está em casa, quer dizer... faz costura para fora, mas é isso... trabalha em casa, tem imensa vontade que o João ficasse lá em casa deles, mas eu prefiro... eu preferi que ele estivesse em casa dele. É extremamente complicado... viagens... tenho que sair mais cedo de casa por causa das coisas dele... levá-lo... porque embora estejam cá na cidade... é muito longe... apanha-se muito trânsito e é complicado eu ter que sair meia hora mais cedo... para quem já faz viagens de uma hora. É muito complicado, sou franca... preferia deixar o João em casa dos meus pais com quem estava à vontade e foi o que eu fiz até ter a empregada a tempo inteiro, quando comecei a ter que trabalhar porque estou mais à vontade. Nós os dois achamos que o menino... que ele iria ficar em casa e assim não há o problema de ficar uns dias com as avós... aí porque eles reparavam quando ficava noutra lado e assim evito confusões.

As diferenças entre pais e sogros sobrepõem-se a outra diferença fundamental entre os *nós* da rede: as diferenças entre homens e mulheres. Como ficou claro nos capítulos anteriores, grande parte das ajudas prestadas pela rede têm como protagonistas as mulheres. As mulheres são os *nós* polarizadores das redes de apoio: para além de serem as principais prestadoras de apoio em termos de serviços e cuidados, é também por elas que passa a organização das sociabilidades e das dádivas familiares. São elas que sabem quem precisa, o que é preciso e quando é preciso. Mesmo que não tenham capacidade de resposta (por exemplo, em termos financeiros) são elas que movem a rede no para prover o que é necessário. Essa competência feminina é sustentada pelas intensas sociabilidades e conversas entre as mulheres. Como diz José Saramago (1986), “são as conversas das mulheres que seguram o mundo na sua órbita”⁵ – o

⁵ “Quando Baltasar entra em casa, ouve o murmúrio que vem da cozinha, é a voz da mãe, a voz de Blimunda, ora uma, ora outra, mal se conhecem e têm tanto para dizer, é a grande, interminável conversa das mulheres, parece coisa nenhuma, isto pensam os homens, nem eles imaginam que esta conversa é que segura o mundo na sua órbita, não fosse falarem as mulheres umas com as outras, já os homens teriam perdido o sentido da casa e do planeta” (Saramago,

contacto contínuo, quer pessoal, quer telefónico, entre as mulheres, sobretudo entre mães e filhas, desempenha um papel fundamental na circulação de informação no interior da rede familiar e tem uma enorme importância de apoio emocional para as mulheres, por vezes incompreendida por parte dos maridos.

O relato de Augusto Correia revela essa incompreensão e mostra mais uma vez as diferenças entre pais e sogros.

E vocês contactam muitas vezes com eles [pais e sogros], vêem-nos muitas vezes?

É todos os dias. Porque eu tenho animais em casa do meu pai e tenho que lá ir todos os dias.

E está satisfeito por eles estarem próximo?

Quer dizer... gostava mais de os ver longe mas bem... não é? Mas neste caso tem que ser perto. Ela [indicando a mulher] é muito chegada aos pais. Ela passa lá sempre... todos os dias... e a mãe está sempre a telefonar. Ela sai do trabalho... todos os dias tem que telefonar à mãe quando chega. É deste género, e então... nunca achei bem até hoje, pronto, desde que me casei, nunca, pronto... nunca encarei isso.

O Augusto não é assim com os seus pais?

Não, não, não, não. É totalmente diferente, é totalmente diferente. Os meus pais não são... não podem dar um passo... a mãe dela já está a telefonar e já está a saber isto e a tentar saber isto e aquilo. Os meus pais não. Se souberem é porque a gente lá vai e conta, se a gente lá não for também não estão a telefonar à procura de ninguém e eu isso já... pronto, para mim faz-me muita confusão.

Como outros estudos têm mostrado, as ajudas intergeracionais assentam sobretudo nas trocas entre mães e filhas (mais recentemente: Bawin-Legros, 2003)⁶. A forte matrilinearidade do apoio prestado pelas redes de parentesco é

1986: 109).

⁶ Em Portugal, Karin Wall mostrou como, mesmo nas famílias de jornaleros agrícolas, “onde a norma advoga que cada um «vá à vida»” e se “insiste menos na solidariedade familiar”, “também se

fundamental para perceber as diferenças entre pais e sogros, ou melhor, entre mães e sogras, e entre homens e mulheres. As entrevistas, a homens e mulheres, revelam, por um lado, que as relações entre mães e filhas são alimentadas por uma diversidade de fluxos de apoio que não se encontra entre mães e filhos. Por outro lado, mostram a dificuldade de equiparar a relação mãe-filha à relação sogra-nora. Como já foi referido, a relação de aliança dificilmente configura o mesmo tipo de laços fortes que a relação de consanguinidade e de filiação; na relação sogra-nora acresce o facto de a ela se opôr (quanto mais não seja como ponto de comparação) a relação mãe-filha, com tudo o que ela comporta de memória, cumplicidades, afectos e apoios. As entrevistas apontam para que quanto mais forte é o laço entre mãe e filha, mais difícil é que o laço entre nora e sogra também o seja.

Finalmente, a matrilinearidade das ajudas prestadas permite também perceber, em parte, porque os homens têm menos problemas com as sogras do que as mulheres. Como se viu no Capítulo 9, as mães das mulheres prestam apoios ao casal em termos de serviços e cuidados que permitem a reprodução de uma desigual repartição de tarefas domésticas que beneficia os homens. Deste modo, a relação de aliança parece ser mais facilitadora da criação de laços fortes intergeracionais para os homens do que para as mulheres. Por um lado, a força dos laços entre mães e filhos não parece ser tão exclusiva como a existente entre mães e filhas, deixando lugar para uma relação mais fácil com as sogras. Por outro lado, porque também não recaem sobre os homens os custos do trabalho de reprodução realizado pelas mulheres na rede e que é, sem dúvida, potencializador de conflitos. Obtém-se menos dos homens relatos de problemas com os sogros e, simultaneamente, mais relatos de vivências em que “tanto me

constroem laços de solidariedade, mas de forma mais aleatória, sobretudo com base na relação mãe-filha” (Wall, 1998: 324-325).

dou bem com uns como com outros", que raramente se encontram nas entrevistas com mulheres.

Deste modo, a análise da rede de parentesco, no sentido vertical, revela uma nítida lateralização pelo lado da mulher e um predomínio das relações mãe-filha. Estes traços ancoram-se, em larga medida, na reprodução dos papéis tradicionais das mulheres e das suas responsabilidades na gestão da esfera doméstica e familiar⁷.

Os irmãos

Os irmãos foram durante muito tempo esquecidos, ou secundarizados, como objecto dos estudos sobre o parentesco. No entanto, a partir da década de 80, a sua importância começa a ser reconhecida, quer através dos trabalhos sobre as solidariedades familiares, quer através dos trabalhos da demografia. Os estudos demográficos foram fundamentais para perceber a relação entre o grupo de irmãos e uma série de variáveis. A demografia mostrou como, durante o ciclo de vida, e para cada acontecimento demográfico, não é indiferente o número de irmãos e irmãs e a posição do nascimento do indivíduo na descendência familiar (Desplanques, 1986). As entrevistas permitem constatar a importância destas questões na estruturação da rede dos indivíduos e na definição dos seus laços.

Tal como os pais, os irmãos são fundamentais para garantir a perenidade do parentesco e a indefectibilidade da família (Langevin, 1996). Os laços entre irmãos são um importante elemento de estabilidade e permanência nas redes

⁷ Gaspar Martins Pereira chega à mesma conclusão no seu estudo sobre as famílias portuenses na viragem do século. Ao constatar "a persistência de um modelo de matricentralidade, de cunho regional" no noroeste português, o autor atribui esta característica "não à maior mobilidade do homem", mas ao "papel social da mulher e da mãe, preponderante na gestão do espaço e do tempo doméstico, das relações familiares e da educação das filhas" (Pereira, 1995: 260-261).

dos/as entrevistados/as e contribuem muito para a construção de um “nós” familiar. Embora os fluxos de entreaajuda não sejam tão intensos como os intergeracionais, os irmãos tecem entre si uma rede forte de relações e obrigações. Trocas materiais e afectivas, sociabilidades, confidências alimentam os laços entre irmãos e irmãs, construídos de uma forma mais igualitária e mais cúmplice dos que os existentes entre pais e filhos. Se a expressão “é como se fosse da família” serve para mostrar o significado afectivo dos amigos, é curioso notar que a expressão “é o meu melhor amigo” ou “é a minha melhor amiga” é muitas vezes utilizada para sublinhar a importância da relação afectiva com os irmãos e as irmãs.

A força dos laços entre irmãos é, no entanto, mediada por uma série de variáveis, internas e externas à família de origem: o número de irmãos, a idade de cada um e a ordem de nascimento na família, a distância geográfica entre eles e entre cada um e a casa dos pais, a similitude de estatutos sociais. Os laços tendem a ser mais fortes quanto menor for o número de irmãos, menor a diferença de idades, menor a distância geográfica e maior a similitude dos estatutos sociais. O que significa que não é apenas a consanguinidade que confere valor ao laço entre irmãos, mas que existe uma complexidade de factores que contribui para o seu fortalecimento ou enfraquecimento.

Luís Vicente é um dos entrevistados que relata uma relação de grande proximidade afectiva com a irmã apesar da distância geográfica a que moram.

Os meus pais tiveram uma vida difícil [durante o período de emigração]. Eu não acompanhei, porque eu era pequenino, mas o meu pai tinha que tomar conta de nós durante a noite, tinha que fazer o pequeno-almoço... Depois nós houve uma altura que ficávamos com uma pessoa... que eram emigrantes também... mas depois começámos a ficar sozinhos, porque, pronto... não devia de haver muito dinheiro... e começámos a ficar sozinhos. A minha irmã também... depois também era mais crescida e ela é que tomava conta de nós os dois... a minha irmã tomava conta dela e de mim.

Mas não têm uma diferença grande, pois não?

A minha irmã tem quatro anos e meio de diferença de mim, ela também está casada. Está casada em Aveiro... nos arredores de Aveiro. É casada com um rapaz de Tondela que é professor de físico-química, tirou o curso lá em Coimbra também, e não têm filhos.

Vocês costumam encontrar-se ou...

Sim, sempre. Ela vem cá normalmente de quinze em quinze dias, ou de três em três semanas, e nos fins-de-semana em que ela não pode cá vir... nesse intervalo nós vamos lá sempre... uma vez... normalmente, juntamo-nos com o meu pai e com a minha mãe e vamos todos no mesmo carro. Vamos lá almoçar com ela ao domingo, que ela trabalha. Há fins-de-semana que trabalha aos domingos, principalmente, alturas de eleições, ela trabalha mesmo o domingo, e nós aproveitamos e vamos lá almoçar com ela para... pronto, é a nossa família e nós somos muito unidos entre a nossa família.

Vocês dão-se bem, os dois?

Sim, optimamente bem. Aliás ela apoiou-me muito nessa altura em que... que eu soube que a minha mulher estava grávida e ela apoiou-me, foi espectacular. Apoiou-me muito e até mesmo na questão de mentalização dos meus pais... ela falou muito com eles e pronto, foi espectacular. Somos muito amigos... os melhores amigos... mas o meu cunhado também é uma pessoa espectacular e damo-nos extremamente bem. Ela vem cá os fins-de-semana... vai sempre a minha casa ou é ao almoço ou é o convívio à noite... a um sábado à noite, estão lá às vezes até às duas, três da manhã a conversar.

Se o laço entre irmãos se alimenta, tal como o laço entre pais e filhos, do laço de sangue, entre irmãos encontramos elementos de conflitualidade e rivalidade diferentes dos que se encontram nas relações intergeracionais. Georges Augustins identifica nos seus estudos sobre os grupos de irmãos e irmãs três tipos de maneiras diferentes de conceber a natureza do grupo: a primeira consiste em ter todos em pé de igualdade; a segunda em estabelecer uma distinção entre o primogénito e os mais novos; a última, em opôr rapazes a raparigas. Fundamentalmente, elas correspondem a três tipos diferentes de relações entre

as gerações (Augustins, 1991). Apesar de nos discursos prevalecer a lógica da igualdade, o que as entrevistas revelam é que as divergências e rivalidades entre irmãos passam também pelas relações entre pais e filhos, pelo modo como se estruturam dádivas e obrigações no interior do parentesco restrito, e também, em grande parte, pelo modo como foi realizada a socialização familiar dos irmãos enquanto crianças.

Guiomar Albuquerque tem um irmão mais velho e um irmão mais novo, ainda criança, fruto do segundo casamento do pai. As suas relações não são boas com nenhum deles.

O meu irmão mais velho é uma pessoa muito egoísta, tem um feitio diferente do meu e quando os meus pais se separaram eu fiquei com a minha mãe e ele ficou com o meu avô paterno, portanto, tivemos criações diferentes os dois, acompanhamentos diferentes. Ele tem um feitio diferente, é muito interesseiro, muito oportunista, senhor do nariz dele. Casou com uma rapariga que também se julga muito importante e então eles os dois são pessoas frias, são, só vêm se houver alguma coisa para lhes oferecer...

E eles têm filhos já também?

Têm, têm uma menina que é aquela que está ali ao pé da minha mãe [indicando uma fotografia]. É a Marta, que tem agora um aninho.

E nem isso os aproximou mais?

Nada. A minha mãe viu a neta... ela tem um ano... quatro vezes e porque eu peguei nela no carro... e que a fui levar a casa deles para a ver, porque eles não se dignam a vir cá. Só vieram cá quando nós lhe dissemos: olha temos um vestidinho para dar à Marta, olha temos... anda cá que eu tenho dez continhos para dar à Marta, para comprares qualquer coisa para ela, só assim é que eles vêm cá.

E com o seu pai, a Guiomar costuma encontrá-lo ...

Pouco. Porque depois dos meus pais se separarem eu ia ao pai o fim-de-semana... entretanto, o meu pai conheceu outra senhora... tenho um irmão mais novo dessa senhora... e o meu pai é uma pessoa muito distante também, só quer é computadores. Eu vou a casa deles de vez em quando,

levo o Manuel e ele em vez de estar a conversar com o neto... o neto fala que é uma gralha... e em vez de estar a falar com a filha a perguntar-lhe: está tudo bem... não. Está agarrado à *internet* a ver o *Big Brother* na *internet*, a falar com este e com aquele por causa dos modelos e da arte moderna e da arte antiga e do raio, e não nos liga absolutamente nenhuma. Nós somos estranhos que vamos lá a casa... eu e o meu marido... O meu marido chama-me a atenção, porque sente-se constrangido... porque almoçamos todos à mesa mas logo a seguir, ele não dá hipótese, vai logo agarrar-se ao computador.

Que idade é que tem esse seu irmão mais novo?

O meu irmão mais novo tem nove anos.

É muito pequenito ainda?

Tem nove anos. Também é mau como as cobras, é. Eu acho que ele nasceu com um problema de saúde... Ela tinha a placenta muito pequena e ele nasceu com os pés colados um ao outro... a palma dos pés, portanto, unida... e já foi operado uma série de vezes... umas sete ou oito vezes para separar os pés e para não deixar cicatrizes... e ele tem muitos complexos, porque nunca calça ténis, anda sempre com aquelas botas com arames, pronto, tem muitos complexos. E o meu pai quer que ele não note esses complexos e a minha madrastra também queria, não é? Como se costuma dizer, fazem... enchem-no de mimos, pronto. Acho que não havia necessidade, porque acho que ele assim torna-se muito... como é que se há-de dizer? Não sei... também está com um feitio muito... muito egoísta, ele. O meu filho vai lá, ele fecha o quarto à chave, não quer que ele vá brincar com as coisas dele, nem pensar. Também só quer é computadores, é maníaco pelos computadores. O meu pai tem o dele e ele tem o dele, mas é muito esperto, muito inteligente, mas é muito... pronto, não... por causa dos pés... ele julga que pode fazer o que quer das pessoas, porque as pessoas têm pena dele, e pronto. Acho que não devia ser assim. Acho que o meu pai lhe devia explicar que aquilo daqui a uns anos não se vai notar, que é essa a verdade. Ele nasceu com aquele problema, infelizmente, e quando era pequenino sofreu com isso... mas agora acho que aquilo é uma questão de estética, vai-se notando um bocadinho agora, mas daqui a uns anos... com as operações... possivelmente vai ficar bom e acho que não há

necessidade de estar a fazer as vontades todas... e estar a apaparicá-lo... da maneira como ele é... porque está a fazer dele um futuro homem que tem tudo de mão beijada, não é? Tem... ele quer isto o meu pai compra, ele quer isto a minha madrasta compra, eu quero, eu quero, e dá-me...

E o seu pai não era assim para si nem para o seu irmão?

Não, nem pensar. Deu-nos uma vida boa... tudo o que queríamos também tínhamos... mas era diferente. Não era como ele... nós tínhamos no Natal, tínhamos nos anos, tínhamos... íamos passear e também tínhamos... se comprava, comprava. Mas não havia cá bater o pé, nem quero isto... e ele comprava logo por comprar... como ele faz com o meu irmão mais novo... não tivemos computador... não tivemos nada dessas coisas que há agora, não é? Que a vida também é muito diferente... Na altura não íamos passear com o meu pai, porque o meu pai nunca gostou de passear... só agora é que gosta... e também não nos... não conversávamos muito... não tínhamos diálogo em casa... porque o meu pai trabalhava o dia todo... chegava à noite... jantava sempre sozinho. A gente jantava e depois ele ia para a mesa, sozinho. A gente jantava com a minha mãe, mas isso não quer dizer que eles se dessem mal. Davam-se bem, mas ele tinha muito esse vício... até íamos acampar todos os anos, no Verão com um casais amigos e os filhos e tudo e passava-se isso... toda a gente comia à mesa e só depois de todos comerem é que ele se sentava para comer, pronto, não era uma grande companhia.

José Ruas tem um irmão e uma irmã mais velhos. Na sua entrevista reporta a relação de distanciamento afectivo dos irmãos à infância e adolescência.

Como é que é a sua relação com os seus irmãos?

É uma relação um bocado distante... Com o meu irmão... a diferença de idades é... o meu irmão tem cerca de quatro anos, perto de cinco e a minha irmã menos um... portanto... três anos... quase quatro... a relação com o meu irmão foi sempre muito distante. Eu acho que o meu irmão sempre me viu como o menino mimado, que roubou a atenção da mãe, para ele, não é? Porque ele... no nascimento da minha irmã... foi onze meses depois dele... portanto... não houve tanto aquela... aquela competição, não é? Eu é que nasci passado uns anos e, naturalmente, fui

roubar atenção... principalmente da minha mãe, não é? Porque o meu pai foi sempre mais distante e houve... durante muito tempo... não nos dávamos rigorosamente nada. Agora já nos damos um bocado... e acho que não nos damos muito... não nos damos mais porque... tudo por um pouco... por causa desse passado de grande afastamento. Por outro lado, tornámo-nos duas pessoas completamente diferentes. O meu irmão preferiu continuar a viver com objectivos de vida completamente diferentes dos meus. Ele liga aos bens materiais... a casa... o carro e tudo... para ter a sua vidinha organizada e ter... a casa dele está sempre num brinco, contrariamente à minha... quando estava sozinho... que era o caos... que não é a dele, ele sempre saiu de casa e sempre tudo organizado...

O que é que ele faz?

Ele começou a tirar o curso de Direito... mas começou a fazer o estágio mas desistiu... porque desgostou-se daquilo e ele confessou-me... há relativamente pouco tempo... que o sonho dele, de facto, era ter seguido desporto, mas não era uma coisa séria, porque entretanto foi... portanto... ele cometeu um grande erro... de que se arrepende amargamente... embora não o mostre muito... mas é uma pessoa que eu acho que não é nada feliz e, há pouco tempo atrás, eu senti que ele se estava a tornar alcoólico... neste momento já não sinto... mas bebe ainda muito... acho que já não tanto como aquele período... Entretanto, ele agora tem uma namorada... é um pouco diferente, mas acho que bebe muito, acho que refugia-se muito... Eu... por exemplo, estou a beber um whisky hoje, porque é sexta-feira. Tive uma semana terrível e estou cansado, mas o meu irmão não é nada feliz... não é nada feliz com a vida que leva... apesar dele não ter grandes objectivos... eu acho que o fundamental é que ele não tem coragem para ter grandes objectivos e eu não me vejo nada assim... damos-nos... embora tenhamos um modo muito próximo um do outro... porque dormíamos no mesmo quarto, embora mal falássemos... mas há sempre alguma coisa parecida... A minha irmã... a minha irmã é mais parecida comigo, no sentido de ser um pouco mais irreverente. Não tanto como eu, mas teve a sua experiência quando era adolescente... Teve um namorado cadastrado, que depois tornou-se meu amigo e com quem eu fumava charros e apanhava uns grandes comas... e foi na altura em que ela

começou a pensar no que é que o meu irmão se está a tornar... o meu irmão mais novo... porque foi um bocado... ela era... o meu irmão não falava comigo e a minha irmã falava. Contava-me tudo. Eu sabia tudo dos namorados da minha irmã e não sabia nada das namoradas do meu irmão e de alguma forma isso serviu... embora só tenha dado frutos muito tempo depois... que me serviu para compreender um pouco o que é a psicologia feminina e de conseguir perceber as mulheres. Porque acho que só agora passados estes anos todos é que estou finalmente a pôr em prática aquela experiência que eu adquiri a ouvir a minha irmã... ao ser confidente da minha irmã, não é? Porque eu adquiri um lado muito feminino, a partir daí, que é algo que eu me orgulho muito. O meu irmão... ele era... não sei que termo é que hei-de... o meu irmão era um beto, não tinha nada a ver. Se eu estava com os meus amigos, e passava o meu irmão e os amigos, eram os betos que estavam ali passar. Sabe que nessa altura eu andava sempre muito pedrado... há coisas que eu não me lembro muito bem, mas eu e o meu irmão dávamo-nos muito pouco, eu lembro-me de... houve uma altura acho que para aí... acho que uns dezoito ou quinze anos, é muito, não é? Eu na altura achava que era um homem e às vezes a minha mãe passava-se... não... porque as companhias com quem eu andava, pelas horas e enfim... mas eu proíbo-te de sair, não podes sair... eu abria a porta e ia-me embora... saio, sim senhora... e algumas vezes o meu irmão foi atrás de mim a dizer: Zé, volta para casa... eu lembro-me que minha reacção foi de agarrar-me a ele a chorar e dizer-lhe... eu não volto, mas já venho... e ele deixou-me, foi o único momento de proximidade que houve entre nós... só fui fumar um charro e depois voltei para casa.

A análise dos laços entre irmãos permite mais uma vez constatar a força da relação de consanguinidade face à relação de aliança. Por um lado, os laços com os irmãos são mais fortes do que os estabelecidos com os cunhados, irmãos do cônjuge. Por outro lado, tal como com os sogros, as relações do entrevistado com os seus irmãos são muitas vezes descritas como sendo mais fortes do que as do cônjuge com os seus próprios irmãos. De sublinhar, no entanto, que esta tendência não é tão clara como a que é possível identificar nas relações

intergeracionais. Ao nível das relações intrageracionais, os laços estabelecidos por via da relação de aliança parecem permitir relações mais fortes, sobretudo do ponto de vista afectivo.

Elisa Coimbra tem uma relação de estreita proximidade com a sua irmã e de distanciamento com os cunhados, tal como o marido.

E o resto da família, os irmãos, como é que é a vossa relação com os irmãos?

Com a minha irmã é a mesma coisa [do que com os pais]. Eu acho também um bocado estranho a relação do Luís com o irmão porque embora venha cá de vez em quando, mas é mais...

Desculpe, é mais velho ou mais novo?

É mais novo... a minha irmã também é a minha melhor amiga. Se tenho alguém com quem fale tudo, é com a minha irmã, com a minha mãe... e o meu marido com... com o irmão já é uma relação também diferente... falam-se, mas é completamente diferente, acho que não... dão-se bem mas é uma relação assim um pouco fria. São irmãos, também são capazes de estar duas semanas sem se ver, comigo já não é o mesmo, é impensável.

E o irmão dele também está perto?

Está. Também mora cá... embora também esteja a trabalhar na Guarda... agora também está a dar aulas lá no Instituto... mas é uma relação muito fria porque até podia ir comigo... inicialmente quando eu fui para lá... quer dizer, falava... e este ano decidi não me adiantar, não dizer nada... e em princípio foi tudo... é uma relação completamente diferente.

E isso acontece porquê, é uma questão de...

Se calhar de educação porque... esse feitio porque já... apercebi-me que era uma coisa... embora se dêem bem em casa, falam muito pouco de... não falam deles próprios, das coisas deles, não. Enquanto eu por exemplo partilho logo tudo. Acho que as pessoas... tenho para falar... eu conto tudo... o meu marido é muito reservado nessas coisas, mesmo com os pais... é reservado. É assim: acho que... que eles também foram assim uns pais... porque são todos muito parecidos nesse aspecto... então se calhar é uma relação normalíssima para eles, por isso é que ao meu marido faz um bocado de confusão eu ser assim tão próxima... confusão não é com

certeza, mas... como é completamente diferente a relação, às vezes estranha um bocado.

A família alargada

Poucas pessoas têm laços fortes com a família alargada, no entanto, ela é importante na definição da família como um "nós". Tios, tias, primos e primas tecem uma teia que não está sempre activa nos apoios, que não está sempre presente no quotidiano, mas que "está lá", que constitui uma referência afectiva, que constrói uma identidade colectiva. Os contactos com os parentes afastados são em geral esporádicos. A família alargada surge nas entrevistas sempre relacionada com momentos marcantes de sociabilidade familiar: o Natal, o Ano Novo, a Páscoa, os casamentos, os baptizados. Estes são momentos que servem acima de tudo para "juntar a família" e conviver com aqueles com quem não se interage no quotidiano. Este afastamento da família alargada prende-se, em parte, com a dispersão geográfica das famílias. Nos meios onde as famílias se concentram geograficamente, sobretudo nos meios rurais, encontra-se uma maior proximidade com os parentes afastados, existe um convívio mais continuado e trocas materiais e afectivas mais intensas com tios e primos.

Eliseu Baptista vive num meio rural. O convívio com a família alargada é intenso e sempre associado a ocasiões de festa.

Dá-se com a sua família?

Eu entro em casa de um tio meu como entro em casa dos meus pais ou dos meus irmãos.

Tio seu ou da sua mulher?

Da minha parte.

Da sua parte.

Da parte da minha esposa já não é tanto... porque... quer dizer, a minha esposa como foi criada com o irmão... é o nosso elo de ligação... com os

restantes irmãos não é assim muito... é... bom dia, boa tarde. Vamos a casa deles... mas não é aquela ligação de aniversários constantes, festas constantes e não sei mais o quê... a parte, da minha parte é que... é com os meus tios, mesmo com os irmãos... a minha mãe tem dois irmãos... mesmo eu entro em casa de qualquer um familiar como entro em casa... como entro em minha casa, ou em casa do meu pai, em casa do meu irmão, em casa dos meus primos, como se a gente... já juntamos oitenta pessoas, é raro o mês que não haja uma festa.

Mas porquê? Há sempre alguém que faz anos?

Há sempre alguém que faz anos.

São muitos...

É uma eternidade de crianças, ali naquela família... Quando é o Natal, por exemplo, se nos juntarmos todos... são várias gerações de famílias que entram, desde o meu avô... o meu avô faleceu este ano... era o meu avô, depois os meus pais, depois eram os netos, os bisnetos, é uma família muito interessante. Toda a gente fica admirada como é que em tantos irmãos... três irmãos darem-se todos bem uns com os outros, há sempre aquele... está-se melhor com um do que com outro, mas é uma festa espectacular... ainda aconteceu esta semana.

E dá-se bem com essa proximidade com a família?

Ai, eu gosto, adoro. O meu irmão não... o meu irmão já gosta mais de ser reservado e o meu pai também. O meu pai é um bocado mais para o reservado. Eu não. Sou completamente o oposto do meu pai, eu quero é ver gente, gente, gente. Eu adoro andar no meio da... estar no meio daquilo que eu... então quando é o mês de Agosto, tenho dois tios que estão em França... a minha esposa diz logo... em todo o mês de Agosto nós devemos lá ir... gosta mais da família deles do que... da dela não liga nenhuma.

Belmira Pereira quando casou foi morar para longe da família, mas continua a conviver intensamente com os seus parentes. A sua entrevista é das que atribui uma grande importância à família alargada.

Mas a família do seu marido é daqui ou não?

É, é. Mas é uma família que não tem nada a ver com a minha, é uma família que os pais... a minha sogra tem meio irmãos com quem não fala, o meu

sogro tem duas irmãs, uma delas dá-se bem... a outra também se dava, mas estava em Lisboa portanto não havia grande... grande ligação. A outra irmã que ele tem cá tem três filhos que estão todos fora... que vive para os filhos, portanto, as poucas vezes que estamos juntos, pronto, não há aquela ligação que eu tenho com os meus tios, por exemplo, e pronto. Eu quando estou aqui, estou eu e o meu marido e o meu filho, não é aquela coisa... a aproximação que eu tenho com os meus pais nem com... até o meu marido tem uma aproximação com os meus pais que não tem com os dele, e pronto. Eu... eu... para ver mais ou menos como é que é a minha família... lá nós no fim-de-semana não estamos nunca em casa, nunca fazemos uma refeição em casa, vamos todos para casa do meu avô... todos... somos todos... a todas as refeições somos vinte... agora já somos mais, até agora éramos dezasseis... eu já casei, o meu irmão já casou, tenho um primo que já namora quase casado e o outro... portanto, são mais quatro pessoas, são vinte... mais o Afonso são vinte e um, e é uma família que vivemos os problemas todos e resolvemos os problemas todos juntos e vivemos uns para os outros, pronto. E faz muita falta, eu na altura até costumava dizer: ainda bem que eu vou para longe porque eu preciso de viver a minha vida porque toda a gente metida na minha vida... mas pronto, eles também me dão muito apoio. Eles passam a vida a vir aqui por causa do neto e eu vou lá. Agora vou menos porque é complicado... as viagens com o Afonso... é muito complicado, porque ele vai danado porque se cansa de ir dentro do carro, temos que parar em todas as áreas de serviço para ele descansar um bocadinho, é complicado... às vezes até faço de noite para ver se ele adormece e vai a dormir. É, portanto, mais difícil, mas ele adora, adora o avô, adora toda a gente e toda a gente o adora a ele.

Os relatos acima transcritos de Eliseu Baptista e Belmira Pereira são mais a excepção do que a regra no conjunto das entrevistas. Para a maioria os contactos com a família alargada não são tão frequentes nem tão significativos do ponto de vista emocional. De facto, os fluxos de entreaajuda são bastante mais intensos entre os parentes próximos do que entre os afastados. A maioria das trocas materiais e afectivas ocorre no interior do parentesco restrito. No

entanto, não é possível ignorar a sua existência dentro da família alargada. A ajuda é mais esporádica do que permanente, mas existe, e manifesta-se nos momentos em que existe necessidade dela. Como atrás se descreveu⁸, por um lado, as relações entre tios e sobrinhos aparecem como laços activos na procura de emprego ou no empréstimo de dinheiro, sublinhando, mais uma vez, o carácter intergeracional das ajudas familiares. Por outro lado, as sociabilidades acima assinaladas correspondem não apenas a momentos de festa mas também a momentos de intensas trocas materiais. Os casamentos, os nascimentos e os baptizados são ocasiões festivas, mas correspondem também a momentos de transição na vida familiar, em que as prendas oferecidas pela família alargada têm um importante papel de provisão das necessidades materiais. E é possível retirar as mesmas ilações relativamente aos aniversários e ao Natal, ocasiões em que as ofertas dos parentes afastados são bastante relevantes.

10.1. 2 | Os outros

Os outros *nós* da rede distinguem-se dos parentes pela liberdade que a sua escolha comporta. As relações com os parentes são muito mais ditadas pelas circunstâncias e pelos constrangimentos sociais do que as relações com os outros. Nas relações com amigos e conhecidos entram em jogo afinidades, gostos individuais, competências sociais, personalidades (Fischer,1982). Como afirma Lemieux, as redes de afinidades são também redes de reconhecimento de laços e de estatutos, tal como as redes de parentesco, mas onde os recursos relacionais são muito mais importantes do que os recursos materiais (Lemieux, 1999: 47).

⁸ Cf. Capítulos 6 e 8.

Os *nós* da rede fora dos laços de parentesco são menos permanentes no tempo, mais efêmeros, mudam mais facilmente com outras mudanças: de emprego, de residência, de locais de sociabilidade. Os parentes são os mesmos toda a vida, os amigos, os conhecidos, os vizinhos, os colegas vão mudando ao longo do ciclo de vida. Os amigos não têm regras claras de associação, não estão sujeitos às mesmas obrigações e responsabilidades dos parentes. Os laços de amizade são muito mais livres do que os laços de parentesco. E é nessa liberdade que se jogam as suas vantagens e desvantagens: o preço da escolha livre é o risco da perda do laço, que não existe na relação de parentesco.

Os que mais “arriscam” nas suas redes, os que mais *nós* têm fora do parentesco são muito diferentes daqueles que limitam as suas relações à rede familiar, tal como já o demonstraram outros estudos (Fischer, 1982). Aqueles cuja rede mais extravasa os laços de parentesco são os habitantes de meios urbanos, com maior escolaridade, sobretudo os homens. Entre os homens, mesmo os que vivem em meio rural e têm níveis de escolaridade mais baixos, encontram-se mais frequentemente laços fora da rede de parentes. Quem integra menos elementos fora do parentesco nas suas redes são as mulheres, principalmente as dos meios rurais, com baixa escolaridade e com filhos pequenos.

Os amigos

Na amostra, poucos são os que, como Leonel Viegas, dizem que têm “muitos e bons amigos”. As entrevistas revelam a dificuldade que as pessoas têm em atribuir este estatuto a alguém das suas relações. Quanto mais baixa é a sua escolaridade e a sua qualificação profissional maior é essa dificuldade. A desconfiança para com as relações de amizade é grande e aparece quase sempre em contraponto à incondicionalidade do apoio das relações familiares. Através das entrevistas é também possível constatar a influência de um tipo de

laços sobre outro: quanto mais fortes são os laços familiares, mais excludentes eles são. Quando a intensidade e a diversidade da interação nas relações familiares é grande resta pouco espaço para a construção de outro tipo de laços.

O relato de Fátima Antunes mostra esta oposição.

E fora da família há alguém que seja importante para si?

Não, eu acho que... pronto, tenho... tenho, como eu costumo dizer, não tenho... tenho conhecidos, amigos são poucos. Amigos eu acho que são aqueles que a gente tem mesmo confiança e que sabe que são incondicionais, pronto... que estão ali mesmo que não recebam nada em troca, e pronto, eu não vejo isso nos amigos, não é? Estão sempre à espera de qualquer coisita, qualquer favor que se possa fazer... é completamente diferente. A família não. A família está ali de pedra e cal, e se for preciso vai e torna a ir, eu acho que é com eles que posso contar.

Dos amigos tem-se medo dos interesses, das inconfidências, da inveja. Para uns, estes obstáculos levam à exclusão deste tipo de relação da sua rede, para outros a uma selecção muito estreita. Existe uma ideia generalizada, mesmo entre quem tem amigos, de que as verdadeiras amizades só se reconhecem quando são postas à prova – “os amigos vêm-se nos momentos difíceis”. Como já se disse, a liberdade contida nas relações de amizade implica também uma ausência de obrigações claras, é como se os amigos nunca o sejam realmente até que perante uma situação adversa não quebrem o laço e respondam positivamente às expectativas contidas na relação.

Augusto Correia não tem amigos, nem quer ter. Limita as suas relações sociais aos familiares.

Vocês têm amigos aqui, dão-se com pessoas daqui?

Sim, sim, damos, mas mesmo amigos não há. Não há... amigos hoje em dia não há... amigos é os cá de casa só, mais ninguém.

Dão-se com pouca gente fora da família?

Não. A gente dá-se com muita gente, mas amigos mesmo é... temos que contar mesmo com a gente, que os amigos de hoje em dia é tudo falso.

Porque é que diz isso, teve alguma experiência má?

Não, mas hoje em dia a gente não pode... não pode dizer que aquela pessoa que é amiga... se for preciso essa pessoa já está a cortar por trás e a cortar e a cortar, e quando lhe apetece, não é? Quem é amigo não é nada amigo, é... pronto, é um falso amigo, é, é.

Diogo Ferreira conhece muita gente mas tem uma malha estreita para seleccionar quem chama amigo.

Em geral tem amigos mais velhos, é?

Não, amigos... amigos... terei um ou dois amigos. A gente... amigo é preciso saber fazer uma grande distinção de quem é amigo. A amizade é muito complicada, a gente só consegue... consegue... a gente só consegue caracterizar uma amizade quando se passa por momentos difíceis, quando se passam... quando é tudo fácil, quando é tudo... é tudo festa, é tudo convívio ninguém... ninguém pode decifrar que aquilo são amizades na realidade. A amizade é quando alguém passa por uma situação difícil. Aí a gente vê que são muito poucos os que ficam. Aliás, às vezes, nenhuns. Portanto, eu tenho uns dois amigos na realidade... pessoas que se eu neste momento tivesse uma dificuldade muito grande... que eu sei que sem me questionarem que me ajudariam. Portanto, e é engraçado porque nós... por exemplo, a minha mulher nunca teve essa situação... eu digo que ela é muito felizarda porque é minha mulher, estudou, licenciou-se, e teve uma vida logo... embora ela trabalhe muito... mas nunca passou por um momento difícil que ela se lembre... talvez quando era miúda, mas isso não... não... e eu vejo mais facilmente, como é normal, tenho outra visão, outra experiência, outras passagens, vejo muito mais facilmente aqueles que são e os que não são.

Duarte Figueiredo transmite o mesmo tipo de posição:

E os amigos, falou muito nos seus amigos ao longo da nossa conversa...

Sim, os amigos acho que é... depende do tipo de percurso, porque acho que os amigos... muitas vezes confunde-se um bocado amizade com... se calhar não são bem amigos, são mais conhecidos. São pessoas que nos damos muito bem e tudo, mas não sei se fosse necessário poderia ou não contar... quer dizer, aí sou um bocado mais céptico, não é? Porque acho que, no fundo, acabamos sempre por cair nas pessoas... não sei... há uma ou duas pessoas amigas que são umas mais próximas... com essas realmente pode-se contar, o resto é complicado, porque as pessoas normalmente quando estão bem têm muitos amigos, quando estão mal, não é bem assim. Os amigos têm tendência a afastar-se, uma tendência normal e natural, não é? Embora seja lamentável, mas acho que sim.

Para além das questões subjectivas sobre o valor da amizade como forma de construção de laços sociais, existem razões objectivas para que algumas pessoas não tenham amigos na sua rede de relações. Como as relações de amizade não são dadas à partida, como as relações de parentesco, elas exigem um trabalho de investimento emocional e afectivo que exige tempo e disponibilidade. Deste modo, existem variáveis importantes que obstaculizam a construção de relações de amizade. Uma delas são as jornadas intensas de trabalho: quem tem pluriemprego, quem trabalha longas horas quotidianamente, muitas vezes aos fins de semana, não tem tempo para as sociabilidades que os amigos exigem. Outro dos obstáculos às relações com amigos são os filhos pequenos. Em muitas entrevistas é possível constatar o fechamento da família com o nascimento dos filhos; estes obrigam a rotinas rígidas, a horários quotidianos que inviabilizam as saídas e os convívios mais alargados.

Como resultado destes constrangimentos sociais, e do cepticismo da maioria da amostra face às relações de amizade, um dado que ressalta da análise das redes é o reduzido número de *nós* identificados como "amigos". No entanto, há que sublinhar que a dimensão reduzida da rede de amigos não significa necessariamente isolamento social ou ausência de trocas materiais e/ ou

afectivas. Alguns dos/as entrevistados/as que identificam apenas um ou dois amigos na sua rede encontram-se totalmente satisfeitos com o apoio que esses amigos lhes prestam e não sentem falta de outras relações sociais.

Natália Camacho tem apenas uma amiga. Este laço, no entanto, é fundamental para o seu equilíbrio emocional.

Quando pensa na sua vida, quem é que me diria que são as pessoas mais importantes para si, aquelas que lhe são mais próximas, aquelas com quem pode realmente contar?

Portanto... mais próximas e que posso contar há.... primeiro que tudo o meu filho, ainda é pequenino, não é? O meu marido, acima de tudo o meu marido... esse é uma pessoa que ele... pronto, essa não ponho em questão. O meu filho é que está em primeiro lugar em tudo, não é? A seguir a minha mãe... a minha mãe é indispensável, um dia... que Deus queira que ela um dia vá à minha frente... que é bom sinal, que ela é muito mais velha do que eu... mas no dia em que me faltar a minha mãe há-de ser difícil e depois esta moça, primeiro que os meus irmãos...

Essa amiga que lhe telefonou agora?

Primeiro que os meus irmãos... gosto muito dos meus irmãos, tenho um laço afectivo muito grande por eles... o sangue é a mesma coisa, mas amiga, amiga, amiga é esta moça. É muito minha amiga. Pronto, ela é como se fosse minha irmã, é da família, porque ela não tem ninguém, só tem a mãe e a mãe está muito doente e um dia que a mãe lhe falte... ela só tem a mãe, não tem irmãos, não tem família, não tem ninguém... ninguém e, então, pronto e encaixei-a na família como sendo mais uma pessoa que pertence à família. Eu sou muito sincera... eu tenho mais afinidades com ela do que muita pessoa da minha família.

Sabe que pode contar com ela?

Ai, se eu dissesse agora que estava doente ela vinha a correr, mas de certeza... se eu dissesse que tinha que ir a Portalegre com qualquer coisa, ela ia, deixava tudo e ia comigo.

Já teve provas disso?

Ai, sim, sim, tenho. Tenho tido provas de estar assim com ataques de pânico... quando eu estive muito mal, por causa da minha situação... às vezes de doença e quando psicologicamente... um dos sintomas secundários é ataques de pânico... isso é uma coisa indescritível, não sei se já alguma vez teve isso... um ataque de pânico é das piores coisas que uma pessoa pode ter... é uma sensação de morte súbita... umas sensações tão horríveis, tão horríveis, que ninguém sabe compreender. Ela sabe compreender, que já os teve, porque ela tomava uns medicamentos parecidos com os meus. Então ela sabe aquilo que eu sinto e eu sei aquilo que ela sente, quando está... então se eu lhe telefonar... nem o meu marido, nem os meus irmãos, nem ninguém percebe aquilo que eu estou a passar... mas ela sabe, portanto, eu digo, primeiro que tudo a nível... a pessoa que me faz falta que é a mãe, como eu costumo dizer, da minha casa, é o meu marido... faz-me muita falta... um dia que ele me falte, aí... eu sigo à frente dele... ele não pode morrer primeiro do que eu, ele não quer... quer que eu morra primeiro do que ele, em sendo mais nova... a seguir a ele, pronto, sei que o meu filho que posso contar, mas é uma criança ainda, será mais tarde, agora, pronto.... será a minha mãe, também. Num aspecto mais de compreensão, apoio moral, ela, em primeiro lugar, ela, apoio moral, ninguém mais do que ela.

Apesar dos cuidados que os/as entrevistados/as revelam em nomear alguém como amigo, aqueles que identificam laços de amizade na sua rede mostram-se extremamente gratificados com estas relações. Pelo grau de liberdade, de ausência de obrigação e, portanto, de risco, que comportam, os laços de amizade, quando existem e “dão provas”, são bastante valorizados e pontos de apoio e referência fundamentais. Para uns, aqueles que têm escolaridade e qualificação profissional mais baixas, habitam meios rurais, concentram as suas relações no parentesco restrito e nomeiam um ou dois amigos, essas pessoas são “como se fossem da família”. Para outros, aqueles que têm maior qualificação escolar, um estatuto profissional mais elevado e habitam em meio urbano ou

peri-urbano, os amigos são uma outra rede, paralela à da família, que poucos contactos têm entre si e que serve necessidades diferentes das que a família provê. Os amigos prestam algumas ajudas materiais, mas são sobretudo companheiros de sociabilidades e importantes pontos de apoio afectivo.

Os vizinhos

Os vizinhos não surgem como *nós* importantes das redes dos/as entrevistados/as. Os vizinhos fazem parte da rede quando são parentes ou amigos, mas a vizinhança, por si, não constitui uma rede, tal como já apontaram alguns autores (Lemieux, 1999). Raramente os/as entrevistados/as nomeiam um vizinho como fonte de prestação de algum tipo de apoio ou mesmo nas suas sociabilidades. Sem dúvida, tal como constatou Fischer (1982) para as áreas urbanas dos Estados Unidos, uma das razões que explica este dado reside no facto das pessoas entrevistadas serem todas elas trabalhadoras a tempo inteiro, o que as afasta do local de residência a maior parte do dia.

Apesar da escassa importância que a figura do vizinho tem nas redes dos/as entrevistados/as, existem algumas diferenças entre os meios rurais e os meios urbanos. Nos meios rurais encontram-se mais referências a apoios prestados por vizinhos (por exemplo, dádivas materiais) e é mais nítida a cooptação de amigos entre a comunidade de vizinhança. Nos meios urbanos, a distância social com os vizinhos é muito superior, sendo que nos grandes centros urbanos a situação mais comum é o total desconhecimento de quem mora ao lado.

Cristina Neves vive numa aldeia no interior e é das poucas pessoas que sublinha as vantagens de viver numa pequena comunidade.

E houve mais gente, assim de fora da família, que lhe tivesse dado mais coisas para o menino?

Sim, deram. Amigas, colegas, aliás, colegas que eu tive na altura que eu estive na fábrica que souberam que... pronto, que eu perdi um bocado o contacto com elas, não é? Mas algumas com quem eu de vez em quando me encontrava e conversava e não sei quê... sim essas, mesmo quando eu tive o menino vieram cá trazer uma lembrança para o menino e vieram-me visitar, e não sei quê. Tive algumas... assim pessoas amigas e mesmo cá da aldeia... há sempre aquelas pessoas mais amigas que vêm sempre trazer uma lembrança, vêm ver o bebé, e não sei quê... trazem aquelas lembranças que eu acho que é muito giro, não é? Só pelo coiso da lembrança, mas pronto, acho que é... são assim mesmo que a gente vê quem gosta de nós quem é mais nosso amigo. Aliás... que havia muitas pessoas que não sabiam o que me haviam de comprar e chegavam aqui com mil desculpas porque... olha eu não te trouxe nada para o menino, também não sei o que hei-de comprar. Sabe, eu não saio daqui... aquelas pessoas assim mais de idade... eu não saio daqui... eu não sabia. Não é preciso trazer nada, pelo amor de Deus... olha, contar com a amizade uns dos outros já é muito bom, quando precisar... quando eu precisar se lhe for lá bater à porta e se me abrir a porta já é muito bom, e não sei quê... ai isso estás descansada e não sei quê... aquelas coisas assim que eu acho muito bonito. Coisas que eu acho que... pronto, já estive em Lisboa de férias quando os meus avós estavam lá a viver... estive lá, passava lá dois meses na altura que a gente tinha três meses de férias no verão e não sei quê... passava lá dois meses quando não era as férias todas e eu vejo que lá a vida é totalmente diferente. Não há este carinho, não há esta amizade assim com as pessoas... quer dizer, pode haver uma outra pessoa assim, mas, quer dizer... a gente vive num andar e as pessoas nem sequer... não dizem boa tarde, não dizem bom dia, não se conhecem e eu acho que aqui é totalmente diferente, é uma coisa... eu adoro viver aqui, aliás se me dessem a escolher, pronto, até que me dessem uma casa aqui e que me dessem uma casa na cidade, antes queria a casa aqui. É muito longe de tudo, não é? Mas aqui, quer dizer, estou a vinte minutos da cidade, quando preciso tenho o carro e vou, acho eu que é muito melhor viver aqui, adoro viver aqui.

Joana Almeida vive numa grande cidade num prédio com oito andares. As questões sobre o relacionamento com os vizinhos deixaram-na bastante surpreendida.

Vocês têm algum contacto aqui com os vizinhos do vosso prédio?

Não.

Se precisar, por exemplo, assim de uma chaveninha de açúcar, é capaz de ir pedir aos vizinhos?

Não, porque temos o super. É ali na esquina, está aberto até às nove da noite.

Não têm contacto nenhum com os vizinhos?

Só das reuniões de condomínio, do elevador. Isto é assim, eles são muito... nós também viemos para cá *a posteriori*, portanto, comprámos a casa... eles são muito simpáticos, de facto. Quando nós viemos para cá, eles disseram logo que se fosse preciso para nós estarmos à vontade. Acho que o Diogo já lá foi uma vez bater à porta para eles porem a chave no elevador para poder ir à garagem... porque só se pode ir à garagem com chave... porque ele esqueceu-se da chave de casa no carro... mas foi assim qualquer coisa... mas de facto, não. É assim: não existe convivência entre nós e as outras pessoas. Existem algumas famílias no prédio, existem algumas pessoas que acho que são mais simpáticas, mas não me dou com ninguém, isso para mim não faz sentido.

Os colegas

Existem dois tipos de colegas que emergem como *nós* das redes: os colegas de escola e os colegas de trabalho. A escola e o local de trabalho são os locais onde os/as entrevistados/as estabelecem a maioria dos laços exteriores à família. A importância e a evolução dessas relações depende, em grande parte, do tipo de percurso escolar e do tipo de trabalho desempenhado. Aqueles cuja escolaridade é mais longa, sobretudo os que possuem níveis de ensino superior, têm em geral laços fortes entre os seus colegas de estudos, sendo de entre eles

que saem frequentemente os eleitos como “amigos”. Para aqueles que tiveram uma carreira escolar mais curta, os colegas de escola são sobretudo laços fracos, pessoas que se gosta de rever, que se encontra ocasionalmente, mas que não têm uma presença forte na rede.

César Almeida não mantém relações regulares com os seus colegas do tempo de escola; os seus amigos de hoje são sobretudo conhecimentos que fez através da sua actividade profissional.

Quando pensa assim na sua vida, quem é que indicaria como sendo as pessoas que são mais importantes para si, as pessoas com quem pode realmente contar?

As pessoas mais importantes para mim, penso já, a minha filha, a minha mulher, não é? Os meus pais, a minha sogra... normalmente deve ouvir gente que fale mal da sogra... e eu não, normalmente falam mal da sogra...

Tem uma boa relação com ela?

Sim, sim, perfeita. Nunca tive problemas, pronto e, quer dizer, a família mais chegada, não é? Um amigo ou outro, mais especial, pronto. São essas, no fundo.... são essas as pessoas que ponho lá em cima, que nos é mais próximo, essencialmente, quem nos é mais próximo. Por vezes até acontece que pessoas que a gente conhece há muito tempo e depois deixa de ver e afasta-se um pouco mais delas, não é? Acontece muitas vezes isso, ou o contrário, não é? Pessoas que a gente conhece há relativamente pouco tempo e que basta duas ou três conversas e a gente, pronto, aproxima-se bastante mais.

E esses amigos que lhe são mais próximos, são pessoas que conhece há muito tempo ou...

Sim, a maior parte deles, sim. A maior parte deles, sim, pronto. Já porque eu em tempos... em tempos, quer dizer, já depois de casado... há aí dois ou três colegas que fazem o campeonato nacional de *autocross*, automóveis e então nós tínhamos aí um grupinho que nos deslocávamos para ir ver as provas deles e tal, pronto... mas eram já pessoas que eu conhecia já... inclusivamente da minha actividade profissional também, não é? Já conhecia ao longo destes anos, não é? Assim pessoal do tempo de escola,

muito pouco, tirando um ou outro, não é? Mas cada um foi para seu lado e há alguns que eu já nem me lembro de os ver.

O local de trabalho é, como afirma Fischer, “um cenário de potenciais associados”. As características do trabalho e da vida fora do trabalho são determinantes para definir a importância dos colegas na rede. Quanto menores são as alternativas sociais existentes, mais importância tem o trabalho como fonte de relações sociais (Fischer, 1982: 103-107). Numa amostra constituída por trabalhadores a tempo inteiro, como a deste estudo, este facto tem dois tipos de implicações: por um lado, os laços fortes exteriores à família – os amigos – têm como importante fonte de construção o local de trabalho. Mais uma vez, encontramos neste grupo os mais escolarizados e com um estatuto profissional superior. Por outro lado, para aqueles cujas sociabilidades e apoios se centram nos laços familiares, os colegas de trabalho não deixam de ser *nós* importantes da rede, mesmo que não existam contactos fora do local e dos dias de trabalho. Com os colegas partilham-se refeições, conversa-se, fazem-se confidências, estabelecem-se trocas materiais e afectivas. Embora poucos entrevistados/as identifiquem colegas de trabalho como pessoas importantes na sua vida, as entrevistas permitem verificar que o contacto diário com os colegas é muitas vezes uma importante fonte de apoio emocional, e é-o tanto mais quanto não existam outras alternativas de laços sociais exteriores à família conjugal ou ao parentesco restrito. Esta é uma realidade especialmente relevante para as mulheres com baixa escolaridade, com filhos pequenos, que desempenham trabalhos desqualificados e têm o seu quotidiano e as suas sociabilidades centradas na família. Para estas mulheres, os contactos com os colegas, ou mais especificamente, com as colegas, são muito significativos, do ponto de vista social e emocional.

Os patrões

Os patrões são *nós* importantes nas redes de alguns entrevistados: os mais desqualificados profissionalmente, aqueles que trabalham em empresas de pequena dimensão, os que permanecem muito tempo no mesmo emprego. Estabelecer laços com o patrão significa, para a maioria, estabelecer pontes para outros universos sociais com estatuto e poder superiores. Deste modo, os patrões permitem aceder a recursos que de outra forma estariam fora do alcance dos indivíduos. Em alguns momentos e em alguns domínios, os laços estabelecidos com os patrões podem desempenhar um papel fundamental, como por exemplo se assinalou para o caso do emprego. Mas as relações com os patrões não têm apenas um significado instrumental; para alguns estes são também laços investidos de afecto, que nomeiam entre os seus laços mais fortes.

O relato de Elisabete Godinho ilustra bem esta duplicidade que o papel dos patrões pode assumir.

Quando tem assim esses momentos de que me estava a falar, que às vezes parece que está tudo a correr mal, e está mais chateada, com quem é que costuma falar, quem é que lhe costuma dar mais apoio?

Não falo... quer dizer, não falo... não sou muito de transmitir os meus problemas às outras pessoas. Procuo sempre resolvê-los eu mesma. Não sou muito de chegar à minha irmã, por exemplo, e contar-lhe os meus problemas, de chegar ao pé do meu pai e da minha mãe, aí então é que nunca. Nunca pensava em lhos contar, porque já não chega os problemas deles... porque eu tenho um irmão que quando tem problemas desse gênero, avisa logo o meu pai e a minha mãe e depois eu vejo que eles sofrem... e depois eu que estou lá vejo que eles sofrem... então eu procuro sempre resolvê-los eu, com o meu marido e não causo desespero às outras pessoas. Por isso é que eu não tenho apoio de ninguém, também não... não o procuro, não é? Porque se o procurasse era capaz de ter, mas também tento resolvê-los eu da melhor maneira possível, tento resolvê-los.

Mas se precisasse acha que tinha quem lhe pudesse valer?

Ah! Tinha, tinha, tinha... porque tenho... tenho um irmão e uma irmã, aliás duas irmãs... mas... talvez uma nem tanto... mas de qualquer das maneiras tenho um irmão e uma irmã que... e tenho a minha patroa, que qualquer problema que eu tivesse e lhe pedisse acho que ela que me atendia... e os meus padrinhos de casamento, apesar de só lá trabalhar dois anos... se eu chegasse lá com qualquer problema que eles que me ajudavam, tenho pessoas amigas, com quem posso contar.

Os senhores que são seus padrinhos são de família ou...

Não, não. Foi só onde trabalhei e eu na altura resolvi... porque eu... não sei se é de mim se é deles, não sei, mas onde quer que eu chegue, pronto, sei que é assim... que é patrão e de empregada, mas apesar de patrão e empregada tento... como é que hei-de explicar? Ter um relacionamento de amigos, pronto. Sei qual é o meu lugar... sei qual é o meu lugar... mas também tento ter uma relação que seja, pronto... não seja só patrão. Quem fala patrão... é uma expressão de falar, não é? Fala patrão... porque eu entrei lá para a loja para fazer cortinas e depois eu acabei por lhes passar a roupa deles, por lá ir fazer... não gostava... mas às vezes fazer-lhe o almoço... isso é que eu não faço, vai ficar tudo mal isto e assim... mas ele... não se importe, conforme o fizer é o que comemos... e por lá ir ajudar a limpar a casa. Não ia sozinha, que a minha patroa ia e limpávamos as duas e conversávamos, e essas coisas, pronto. Eu gostava deles e eles gostavam de mim. Resolvi convidá-los para meus padrinhos de casamento. Eles só disseram: nós temos muito gosto em ser teus padrinhos, mas, se alguém da tua família quiser, nós não nos arreliamos. Ainda disse a uma irmã minha... ela na altura... então, olha, se eles não se importam de ser, convida-os a eles, pronto, e então convidei-os a eles.

O discurso de Elisabete Godinho é revelador da “alquimia simbólica” de que fala Pierre Bourdieu (1997): a transfiguração das relações de dominação e de submissão em relações afectivas. Este “acto quase mágico”, de que fala Bourdieu, parece ser crucial na configuração de um determinado tipo de relações no interior das redes sociais, transformando o poder em moldes

paternalistas. O relato de Elisabete Godinho mostra, claramente, como o poder e a submissão não são percebidos como tal. Não existe obediência a ordens, mas antes participação em actividades de interesse comum. Deste modo, existe um reconhecimento de uma dívida, que se transforma num sentimento duradouro, graças a um “encantamento afectivo” para com o autor do acto generoso (Bourdieu, 1997: 130).

A transfiguração das relações de poder e de submissão faz-se, também, no cruzamento com outro tipo de relações: por exemplo, as de apadrinhamento, que a entrevista de Elisabete Godinho também revela. Os padrinhos têm um papel simbólico importante, mas também, muitas vezes, uma função instrumental, que importa sublinhar⁹. Quando a relação de apadrinhamento se sobrepõe à relação de patronato, como é o caso acima exposto, ela permite solidificar a teia de obrigações que liga os actores implicados e tornar mais fácil a alquimia. Como afirma Bourdieu, para que esta funcione “é preciso que seja sustentada por toda a estrutura social, e, portanto, pelas estruturas mentais e pelas disposições produzidas por essa estrutura social; é preciso que haja um mercado para as acções simbólicas conformes, que haja recompensas, ganhos simbólicos, muitas vezes reconvertíveis em ganhos materiais” (Bourdieu, 1997: 129).

A análise das redes sociais, dos *nós* e dos *laços* que as compõem, pretende contribuir para a compreensão destas estruturas sociais mais complexas e perceber os modos de estruturação de padrões de relações mais amplos. Este modelo paternalista de transfiguração das relações de dominação e submissão parece ser um elemento importante para perceber o modo como se estruturam

⁹ Como Manuel Carlos Silva (1998) mostrou, claramente, no quadro da economia camponesa, os padrinhos desempenham um importante papel de protecção social para as famílias mais desfavorecidas.

as relações clientelares que têm servido para caracterizar o “modelo do Sul” de protecção social.

10.2 | Os laços

Os laços – as relações entre os nós da rede – têm características muito diferentes consoante falamos da rede de parentesco, de afinidades ou de conhecimentos. Os padrões de interacção com parentes, amigos, vizinhos, colegas e conhecidos apresentam particularidades que aqui se pretendem sublinhar. Por um lado, procura-se identificar as características dos diferentes laços que constituem as redes; por outro lado, perceber que tipo de fluxos percorre esses laços.

Os laços positivos encontram-se fundamentalmente na rede de parentesco e de amizade. Os parentes e os amigos são aqueles com quem existe uma relação de identificação mais clara. É também com eles que se estabelecem os laços fortes, ou seja, seguindo a definição de Granovetter, com quem se passa mais tempo, com quem se tem uma relação emocional mais forte, com quem existe uma relação de intimidade e se troca serviços.

Os laços activos e passivos são ambos importantes no apoio aos indivíduos, mas operam de modos distintos. Os laços activos estão presentes no quotidiano e prestam ajudas directas. Os laços passivos, apesar de não envolverem uma interacção rotineira, são igualmente importantes e constituem “suportes invisíveis” – as pessoas sabem que podem contar com eles quando for necessário. De um modo geral, na amostra os laços activos são essencialmente estabelecidos no interior do parentesco restrito, enquanto nos laços passivos encontramos mais os amigos, a família alargada e, nalguns casos, os colegas.

Mas a construção da rede não se faz apenas através dos laços positivos que unem os seus membros. As entrevistas mostram como os laços negativos são importantes para definir os limites da rede. Como se viu, a rede de amizade é grandemente influenciada pelos laços negativos – os amigos são os “eleitos” que se demarcam dos outros, dos que não merecem confiança, daqueles cujo comportamento se desaprova. Os laços positivos criados com os amigos constroem-se em grande parte por oposição aos laços negativos estabelecidos com outros, que por esse motivo ficam fora da rede de afinidades.

Também os laços mistos e neutros são significativos na definição na rede. A indiferença explica a exclusão dos vizinhos da maior parte das redes. Os laços mistos caracterizam grande parte dos laços estabelecidos através da relação de aliança. Como atrás se mostrou, os laços com os parentes do cônjuge apresentam traços de identificação, mas também, muitas vezes, elementos negativos, que surgem sobretudo no confronto com os laços positivos estabelecidos através das relações de filiação e consaguinidade.

O sentido e a força dos laços prendem-se com as propriedades apresentadas no Capítulo 3: o conteúdo dos fluxos, a sua diversidade, a frequência dos contactos, o tempo dispendido na interacção, a influência e a interferência de um nó sobre o comportamento do outro. O que as entrevistas revelam é que quanto mais recursos circulam através do laço, quanto maior é a frequência dos contactos e o tempo dispendido na interacção, quanto mais o laço é preponderante nas escolhas e nas alternativas da vida do indivíduo, tanto mais forte e positivo é o laço. Como decorre do que foi exposto até aqui, estas características são mais frequentes no interior das redes de parentesco, sobretudo nos laços do parentesco restrito, e nas redes de amizade.

A relação acima descrita não é, no entanto, linear: um laço pode ser forte e positivo sem que exista uma frequência elevada de contactos ou sem que

através dele circule uma grande diversidade de apoios, como também é frequente acontecer nas redes de parentesco e de amizade. Mais do que bens ou serviços, fluem pelos laços recursos que fazem eles próprios parte dos laços, como a gratificação por se ser gostado (Wellman, 1991: 40). A maioria dos laços são assimétricos em conteúdo, diversidade e influência, como já o mostraram outros estudos (Wellman, 1991), sobretudo se olharmos as relações intergeracionais, entre pais e filhos (Bawin-Legros, 2003). Como se sabe, o sentido dos fluxos de entreatajuda são dependentes do ciclo de vida (Schaber, 1995); deste modo, a amostra de entrevistados/as é claramente mais receptora de apoios do que prestadora, do que decorre uma forte assimetria na maioria dos laços que compõem a rede. No entanto, apesar da assimetria, a reciprocidade prevalece¹⁰.

Os laços de parentesco

A análise das propriedades dos laços permite uma avaliação mais precisa dos laços de parentesco, do seu carácter distinto dos restantes laços e da sua importância na rede. A informação recolhida permite confirmar a terceira hipótese de pesquisa avançada no Capítulo 3: a família é o lugar de base do dom. As relações de parentesco constituem os laços mais activos das redes sociais e do sistema de dádiva: é através deles que se estabelecem os fluxos mais intensos de apoio e entreatajuda; é no interior da rede de parentesco que se constroem os laços mais fortes.

Na obra *A corrosão do carácter*, Richard Sennett (2001) analisa os novos tempos do trabalho e discute o modo como as instituições modernas se sustentam em esquemas que privilegiam o curto prazo, limitando, deste modo, o fortalecimento

¹⁰ Cf. capítulo 11, para uma complexificação desta afirmação.

da confiança informal. O mote é “não há longo prazo” – “um princípio que corrói a confiança, a lealdade e a entrega mútua” (Sennett, 2001: 37). O autor sublinha a desvalorização dos laços fortes e a importância dos laços fracos, num contexto de permanente mudança, onde o distanciamento e a cooperação superficial são mais benéficos do que a lealdade e o compromisso. Sennett identifica um conflito entre trabalho e família, esfera em que o compromisso mútuo e o longo prazo são fundamentais. Deste conflito, o autor extrai algumas questões sobre a “experiência adulta”: como se procuram objectivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como se podem manter relações sociais duradouras? Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos? (Sennett, 1999: 41).

A informação que até agora foi descrita aponta para que a resposta a estas perguntas resida nos laços de parentesco. Como atrás se observou, uma das linhas que sustenta a força dos laços familiares é a perenidade das relações. O laço de parentesco oferece a perspectiva de longo prazo que falta às outras relações, mais susceptíveis às mudanças de diferentes tipos e à erosão pelo tempo. É a permanência das relações familiares, garantida pelo laço biológico, que permite, em larga medida, a construção da confiança e do compromisso mútuo que constituem âncoras instrumentais e afectivas para os indivíduos e as suas famílias. Deste modo, os laços de parentesco constituem-se como elementos estruturadores do desenho das redes sociais.

Coenen-Hunter *et al.* distinguem quatro tipos de laços de parentesco na sua análise das solidariedades familiares (1994: 352-361): a tendência para o desapego (*détachement*), o instrumentalismo, a expressividade e o familismo. O *desapego* caracteriza-se por um nível fraco de ajudas dadas e recebidas, a raridade dos encontros, uma distância afectiva dos parentes, uma fraca

organização da rede, uma difusão restrita das solidariedades e uma confiança muito limitada no apoio prestado pelos familiares. O *instrumentalismo* caracteriza as famílias que ajudam os seus parentes em questões concretas (guarda das crianças, trabalho doméstico). A proximidade afectiva é baixa, a frequência dos encontros decorre dos serviços prestados, a concentração geográfica da parentela é grande, não existe um sentimento de poder contar com as pessoas, nem se reconhece o dever de ter que as ajudar. A *expressividade* caracteriza um "género de relações de parentesco menos claras" (p. 354): a proximidade afectiva é forte, existe um sentimento de poder contar com grande parte dos parentes e uma recusa de retribuição na prestação de apoio. No entanto, é possível pensar que estas características não passam de declarações de boas intenções, dado que a instrumentalidade é fraca (as ajudas dadas e recebidas são escassas). Os autores preferem, contudo, uma interpretação mais positiva: o estilo de relacionamento é muito expressivo, os sentimentos são fortes, mas não necessariamente acompanhados por possibilidades de se manifestar sob a forma de apoios concretos. Finalmente, o *familismo* caracteriza as famílias que gostam muito dos seus parentes e os encontram com frequência. As ajudas são intensas, sabe-se que se pode contar com os parentes e está-se disposto a ajudá-los quando é necessário. A ajuda mútua assenta em normas explícitas de solidariedade que reforçam a tendência para ajudar ligada às proximidades afectivas.

Embora a metodologia utilizada por estes autores seja muito diferente da do presente estudo¹¹, a tipologia e a caracterização dos laços de parentesco que apresenta parecem-me bastante pertinentes para analisar os dados das entrevistas, não apenas pela suas potencialidades analíticas, mas também pela

¹¹ A tipologia apresentada foi construída a partir de dados quantitativos recolhidos através de um inquérito por questionário e tratados estatisticamente através de uma análise de *clusters* (Coenen-Hunter *et al.*, 1994: 350-352).

possibilidade de confrontar resultados. Analisando as propriedades dos laços de parentesco verificamos, como se disse acima, que, em geral, esses laços são laços fortes e positivos, circula no seu interior uma grande diversidade de recursos, os contactos e trocas são intensos, existe uma interacção frequente, a influência e a interferência dos parentes, sobretudo dos ascendentes, na vida da família conjugal é significativa. As entrevistas revelam que para a maioria das famílias da amostra os laços de parentesco se definem pelo familismo. Um excerto da entrevista de Fátima Antunes revela, claramente, as suas características:

Posso contar com a minha família toda... toda... pronto, o meu marido, ali o senhor Miguel, o meu filho, os meus pais, a minha irmã, a minha sogra... são as pessoas que eu... eu sei que posso contar sempre com eles, sempre. Sei que é uma coisa incondicional. Ninguém põe condições para ajudar quem gosta e eles também sabem que podem contar sempre comigo.

Este familismo é, simultaneamente, instrumental e expressivo, preenchendo necessidades materiais e afectivas. Até certo ponto desempenha um papel excludente face a outro tipo de relações sociais, mas não apresenta as características do familismo amoral de Banfield. Se o quisermos adjectivar, teremos, pelo contrário, que o designar como “familismo moral”, dado que a sua acção é pautada por normas de obrigação e reciprocidade¹². Deste modo, os dados confirmam a quarta hipótese avançada no Capítulo 3: as redes sociais são marcadas pelo familismo, mas este não assume o carácter negativo que lhe confere Banfield, mas, antes, um sentido positivo, desempenhando um papel de recurso estratégico no plano da protecção pessoal e familiar, tal como defende Manuel Villaverde Cabral.

¹² Cf. o Capítulo seguinte.

Esta importância do familismo contrapõe-se às conclusões do estudo de Coenen-Hunter *et al.*, no qual se afirma que o “familismo é nitidamente minoritário” (1984: 355). Ao contrário, a tendência para o desapego que preocupa os autores pela sua relevância estatística – duas famílias em cada cinco (*idem*: 353), é minoritária nas entrevistas do presente estudo. Aqueles que conjugam uma baixa frequência de contactos e de ajudas com um afastamento emocional dos familiares são a excepção na amostra de entrevistados/as. Apesar dos resultados não serem comparáveis de um ponto de vista estatístico, as entrevistas permitem apontar para a existência de uma realidade social bastante distinta da descrita pelos autores para a Suíça¹³. As entrevistas mostram a importância crucial dos laços de parentesco, quer do ponto de vista instrumental, quer do ponto de vista afectivo – o parentesco é um laço determinante na configuração das redes sociais dos indivíduos e das suas famílias.

10.3 | As redes

A partir da análise dos nós e dos laços identificaram-se modelos distintos de redes sociais. Estes modelos foram construídos indutivamente, a partir da informação recolhida através das entrevistas. Eles são, no entanto, modelos teóricos, tipos-ideais que “não pretendem reproduzir a «realidade concreta»” (Férreol e Deubel, 1993: 51), mas fornecer um quadro sintético de leitura da morfologia e composição das redes, que permita reter os elementos essenciais e distintivos de cada tipo. Os diferentes tipos de redes pretendem dar conta dos traços fundamentais que marcam as relações sociais dos indivíduos. Quando olhamos a realidade, não há modelos “puros” e nenhum destes modelos de relações é

¹³ Neste sentido apontam, também, outras análises relativas ao “modelo do Sul”, em que se destaca o papel da família nos sistemas de protecção social de Portugal, Espanha, Itália e Grécia (Andreotti *et al.*, 2001).

totalmente exclusivo dos restantes – a rede de cada indivíduo entrecruza elementos diversificados.

Os eixos analíticos que sustentam a tipologia são os três que atrás se descreveram: os nós, os laços e as propriedades dos laços. Essencialmente, os elementos diferenciadores dos quatro tipos de redes para cada um dos eixos foram os seguintes: para os nós – o papel do parentesco; para os laços – a identificação dos laços fortes e fracos, positivos e negativos, activos e passivos; para as propriedades dos laços – os conteúdos e a diversidade dos fluxos.

Em função destes critérios identificaram-se quatro modelos de redes sociais: as redes encapsuladas, as redes selectivas, as redes abertas e as redes afínicas. Nos três primeiros modelos o núcleo estruturante das redes são os laços de parentesco, sobretudo o parentesco restrito. Os laços fortes são construídos no interior da família mais próxima: nas *redes encapsuladas*, as relações limitam-se a esses laços; nas *redes selectivas*, aos laços de parentesco acrescentam outros laços de afinidade construídos fora da rede familiar; nas *redes abertas*, o parentesco continua a ser a referência afectiva fundamental, mas a rede abre-se a um leque mais vasto de relações, constituídas por laços fortes e fracos. Apenas as *redes afínicas* não são dominadas pelas relações de parentesco. Neste tipo de rede o plano expressivo é mais importante que o instrumental na construção dos laços sociais. Não é a consanguinidade que funda o essencial das relações, mas sim os afectos e as afinidades.

De seguida, descreve-se, mais pormenorizadamente, cada um destes modelos. Para cada um deles, em primeiro lugar, apresentam-se os elementos que o definem e distinguem dos restantes e, em segundo lugar, faz-se uma caracterização a partir das variáveis estruturais e dos traços morfológicos que se sintetizam nos Quadros 10.1 e 10.2.

A informação apresentada no Quadro 10.1 faz uma descrição dos quatro tipos de redes, a partir das características das pessoas entrevistadas. O ensaio proposto não invalida que o mesmo tipo de estrutura relacional possa ser encontrado noutros contextos.

QUADRO 10.1
Caracterização das redes dos/as entrevistados/as por variáveis estruturais

| Variáveis estruturais | Tipos de rede | | | |
|--|--|---|--|--|
| | Redes encapsuladas | Redes selectivas | Redes abertas | Redes afínicas |
| Sexo | Feminino | Feminino Masculino | Masculino | Feminino Masculino |
| Escolaridade | Ensino básico | Ensino secundário Ensino médio Ensino superior | Ensino secundário Ensino médio Ensino superior | Ensino secundário |
| Grupo sócio-profissional | Trabalhadoras não qualificadas da indústria, comércio e serviços | Empresários/as e quadros dirigentes Profissionais técnicos/as e de enquadramento Trabalhadores/as independentes | Empresários e quadros dirigentes Profissionais técnicos e de enquadramento Trabalhadores independentes | Trabalhadores/as da administração, comércio e serviços |
| Meio geográfico | Rural Peri-urbano | Urbano | Urbano Peri-urbano | Urbano |
| Posição geográfica face às famílias de origem | Proximidade | Proximidade | Proximidade | Distância |

QUADRO 10.2
Características morfológicas dos quatro modelos de rede

| Morfologia da rede | Tipos de rede | | | |
|-----------------------------------|-------------------------------------|--|-------------------------|----------------|
| | Redes encapsuladas | Redes selectivas | Redes abertas | Redes afínicas |
| Dimensão | reduzida | média | elevada | reduzida |
| Densidade | baixa | baixa | elevada | baixa |
| Segmentação | integradas | segmentadas | segmentadas | dispersas |
| Sobreposição / dissociação | sobreposição | dissociação | dissociação | sobreposição |
| Orientação | relações intergeracionais | parentesco restrito amigos | depende do recurso | amigos |
| Lateralização | lado da mulher no apoio em serviços | lado da mulher na família não há nas amizades | sim | sim |
| Polarização | mulheres | amigos na sociabilidade mulheres na família | homens na sociabilidade | não há |

*As redes encapsuladas*¹⁴

As redes encapsuladas são centradas no parentesco restrito. É no interior destes laços de parentesco que se estabelecem os laços fortes. As pessoas têm “conhecidos” mas não têm amigos – não existem sociabilidades ou trocas materiais e afectivas significativas com pessoas exteriores ao núcleo familiar. Existem alguns laços fracos com colegas ou vizinhos, mas eles não têm um papel relevante, nem no plano instrumental, nem no plano expressivo. A satisfação da maioria das necessidades é apoiada pelos laços de parentesco, que prestam

¹⁴ A designação é retirada de um estudo de Francesca Decimo sobre as mulheres somalis imigrantes em Nápoles. A autora descreve as “redes encapsuladas” como “um mundo fechado numa cidade estranha”. Estas redes são redes com laços fortes, assentes em formas claras de reciprocidade, por onde passam trocas intensas, que permitem satisfazer a maioria das necessidades dos seus membros (Decimo, 1998).

ajudas materiais (sobretudo dádivas em géneros) e em serviços (cuidados das crianças, serviços domésticos) e preenchem na totalidade o espaço afectivo e de sociabilidades.

As redes encapsuladas são aquelas onde o familismo é mais forte. Este centramento na família restrita traduz-se, por um lado, na existência de laços fortes e positivos com os parentes e, por outro lado, na construção de laços negativos com os elementos exteriores à rede: “os outros” (os não parentes) não são merecedores de confiança, não dão garantias, não oferecem segurança. As redes encapsuladas são as mais excludentes relativamente a relações exteriores ao parentesco.

Os/as entrevistados/as que estruturam as suas relações sociais através deste tipo de redes possuem a escolaridade básica, são trabalhadores/as não qualificados/as da indústria, comércio e serviços, residem em zonas rurais ou peri-urbanas e estão próximos/as das famílias de origem. Mas as redes encapsuladas definem, sobretudo, as redes das mulheres com estas características (20 mulheres em 23 casos). São principalmente as mulheres com níveis baixos de escolaridade, e que ocupam empregos desqualificados, que revelam este tipo de rede, centrado no parentesco restrito e assente num forte familismo.

Estas redes são redes de pequena dimensão que variam apenas com o número de colaterais. Elas são essencialmente orientadas para a relação intergeracional com os ascendentes, que prestam a maioria dos apoios. Os colaterais são sobretudo importantes no plano expressivo e das sociabilidades. A densidade destas redes é muito baixa: a relação entre os laços activos e as relações potenciais é mínima, dado que não existem laços fortes para além da família restrita. Nas redes encapsuladas não existe lateralização nas sociabilidades e nas dádivas materiais, mas existe uma forte lateralização nos apoios em serviços, como a guarda das crianças ou o trabalho doméstico – para estas famílias este

tipo de apoio circula sobretudo do lado da mulher. Estas redes são as mais integradas, dada a sua pequena dimensão e os laços de parentesco que unem os seus membros. Existe uma forte interação entre eles, embora seja também possível detectar uma tendência para a lateralização: as relações são intensas de ambos os lados do parentesco, mas a integração entre os dois lados não é tanto, sendo as interações mais ocasionais que frequentes. Este tipo de redes é polarizado pelas mulheres, que fazem circular a informação, superintendem a prestação de dádivas e gerem as sociabilidades e os momentos de celebração familiar.

FIGURA 10.1
Rede Encapsulada

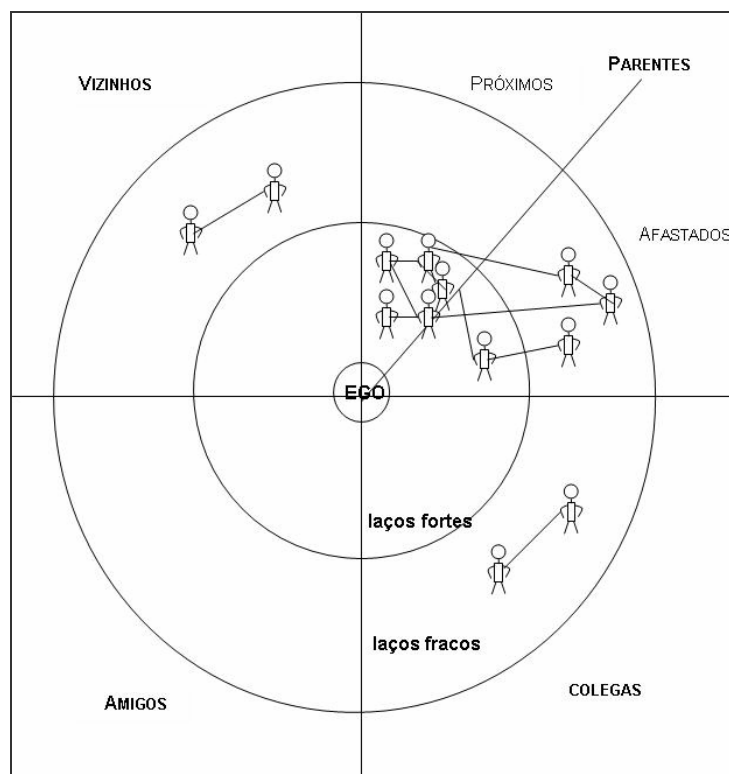


FIGURA 10.2
Exemplo de uma rede encapsulada

Noémia Moura tem 32 anos, vive numa vila em meio rural, estudou até ao 9º ano de escolaridade e é empregada de limpeza nos CTT e em casas particulares. É casada há 11 anos e namorou dois anos e meio. Tem uma filha com 10 anos, dois irmãos e uma cunhada, irmã do marido, todos casados. O pai e a sogra, que está dependente fisicamente, são viúvos. Ambos vivem nas proximidades: o pai na mesma rua, a sogra a 3 Km.

As relações sociais de Noémia Moura estão praticamente limitadas ao seus parentes próximos. Quotidianamente, levanta-se às sete horas da manhã, vai levantar a sogra acamada, volta a casa para levantar a filha, manda-a para a escola, vai trabalhar das nove até à uma, come a correr, vai trabalhar para os correios à tarde, ao fim do dia vai ajudar a cunhada a deitar a sogra. Praticamente durante o dia de trabalho não fala com ninguém (as patroas “deixam-lhe papéis”). Ao fim-de-semana faz as tarefas domésticas e fica em casa a descansar e a ver televisão. Desde que se casou nunca teve férias, vai sempre trabalhar, o marido tira férias no inverno para ter mais dias para poder ir trabalhar de servente para as obras; só no ano anterior é que foram passar um fim-de-semana à praia, para casa de uma tia.

Apesar das dificuldades com que vive toda a família próxima, o pai e a sogra ainda a conseguem ajudar financeiramente com as poupanças das reformas. Tem contado com o pai e uma cunhada, mulher do irmão, para “criar a filha”, que “come onde mais lhe agrada”. Em pequena, quem tomava conta da criança era a mãe de Noémia, que entretanto morreu.

As pessoas mais importantes para Noémia Moura, com quem pode contar, são o marido, a filha, o pai, a cunhada e o irmão. Diz que “a vida ensinou-me que só posso contar com os da minha família mais próxima, a vida ensinou-me mesmo”.

As redes selectivas

As redes selectivas também encontram no parentesco, e na família restrita, o núcleo fulcral dos seus laços fortes. No entanto, nas redes selectivas as relações não se limitam a esse subsistema, como acontece nas redes encapsuladas, existindo abertura a laços exteriores ao parentesco. A referência estruturante das relações sociais continua a ser a família, mas existe também uma outra rede

construída através das afinidades e não da consanguinidade. As redes selectivas são também marcadas pelo familismo, expressivo e instrumental, mas aos laços positivos e de identificação com os familiares não se opõem os laços negativos com “os outros” (os não parentes). Estas redes são *selectivas* porque existe uma triagem no interior da multiplicidade de relações estabelecidas (parentes distantes, colegas, vizinhos) sobre quem se traz para o interior da rede, como amigo, e passa a ser “como se fosse da família”. Estas redes são características dos/as entrevistados/as, homens e mulheres, com um grau de instrução igual ou superior ao ensino secundário, sobretudo pessoas com níveis de escolaridade média ou superior, profissionais técnicos e de enquadramento, sobretudo quadros da administração pública, na área da saúde e da educação, que vivem em meio urbano¹⁵.

As redes selectivas têm uma dimensão superior à das redes encapsuladas, mas têm também uma densidade baixa, dado que os laços fortes são estabelecidos com uma minoria no interior do conjunto potencial de relações. As características sociais, económicas e culturais dos/as entrevistados/as que constroem redes deste tipo permitem-lhes dispor de uma rede de laços fracos bastante maior do que a que se apresenta aos/às entrevistados/as que possuem redes encapsuladas. No entanto, em termos de dimensão e densidade, acrescem ao parentesco restrito apenas “meia dúzia de amigos”, como algumas pessoas gostam de dizer para descrever a sua rede. As similitudes entre os dois tipos de rede limitam-se, contudo, a estes dois critérios. A morfologia das redes selectivas é bastante diversa da das redes encapsuladas.

As redes selectivas são redes segmentadas: as redes de familiares e de amigos interagem entre elas, mas não entre si. Existe também uma dissociação entre as redes de troca, interacção e outros significantes. As redes selectivas implicam

¹⁵ Treze mulheres e onze homens têm uma rede selectiva.

uma divisão de papéis no seu interior: amigos e parentes são importantes no plano expressivo, mas têm funções diferenciadas. Os parentes prestam apoios materiais e em serviços, os amigos desempenham um papel fundamental nas sociabilidades, nas conversas, nas trocas de informações, nas cumplicidades e nos afectos. Deste modo, a rede é orientada para os parentes no plano instrumental e para os amigos no plano expressivo. Sendo assim, relativamente à lateralização e polarização este tipo de redes segue os mesmos princípios das redes encapsuladas no que diz respeito à rede de parentesco: as ajudas vêm sobretudo do lado feminino do casal e são polarizadas pelas mulheres, enquanto no campo das sociabilidades e afectos não existe lateralização nem polarização, sendo neste tipo de rede, aliás, que se encontram mais referências a "amigos do casal", laços que são identificados como relações de amizade construídas depois do casamento e que passam pela relação conjugal e não por amigos próprios de um dos elementos do casal.

FIGURA 10.3
Rede Selectiva

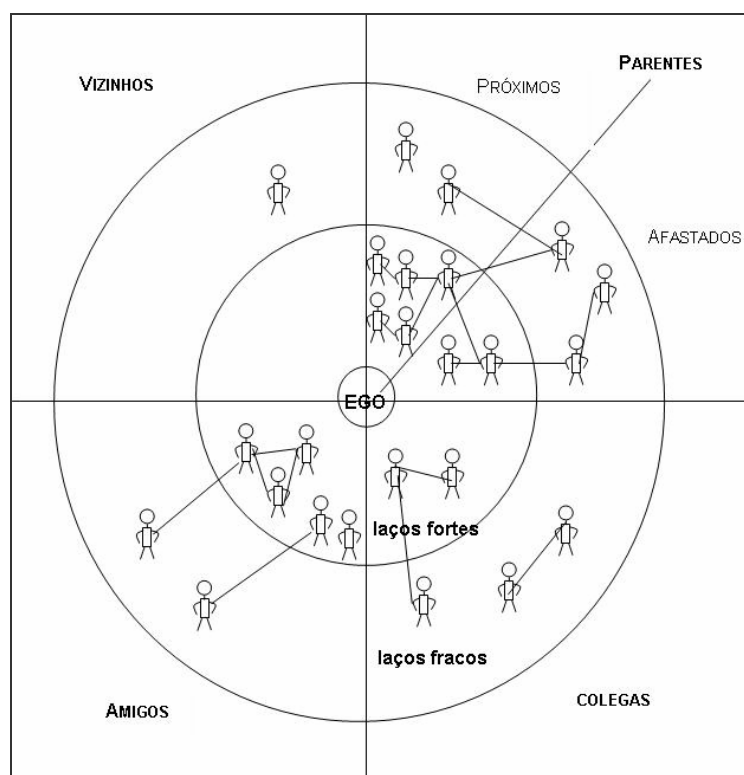


FIGURA 10.5
Exemplo de uma rede selectiva

André Pais tem 34 anos, é doutorado e professor universitário. É casado há oito anos, tem uma filha com seis anos e três trigémeos com dois anos. Tem intensas ajudas materiais dos pais e sogros e um forte apoio afectivo do seu grupo de amigos. A mulher tem três irmãs e ele é filho único; “talvez por isso” choca-se com os conflitos entre elas. Não convivem muito com as cunhadas, “têm círculos de amigos diferentes”, mas quando precisaram “elas deram todo o apoio”.

Os pais são as pessoas mais importantes para ele – “a qualquer momento que eu queira posso contar com eles”, mas os contactos com os sogros são mais frequentes. O sogro é “um patriarca que gosta da família toda reunida, os natais são sagrados, tem que estar toda a gente, as férias também”. As ajudas fluem dos dois lados do casal: quando casaram foram viver para um T2 que o pai dela lhe tinha dado. Quando nasceu a filha surgiu a oportunidade de comprar um terreno numa zona nobre da cidade e resolveram vender o T2 e um imóvel que os pais dele lhe tinham dado; com esse dinheiro e com recurso a empréstimo de familiares compraram o terreno e construíram uma vivenda bastante grande.

Quando os trigémeos nasceram tinham a ajuda diária da sogra para os banhos, a mãe dele quase todos os dias ia lá também; também tiveram muitas ajudas materiais porque os gastos em fraldas e leite eram enormes. A mãe dele pagava o infantário da neta, depois passou a pagar uma das empregadas. Os sogros, com quem passam as férias, pagam-nas na totalidade.

Os pais e os sogros são importantes nos apoios materiais, a mãe é “uma cúmplice”, mas o apoio emocional vem fundamentalmente dos amigos. Na altura do doutoramento, no nascimento dos filhos foi neles que se apoiou: “eu tenho um grande núcleo de amigos em qualidade e em quantidade, um grande grupo de amigos que... enfim, que temos muitas cumplicidades, e é uma coisa muito fraterna mesmo, tenho estado bem.”

As redes abertas

Nas redes abertas o familismo marca também as relações com o parentesco, que continuam a ser fundamentais, do ponto de vista material e afectivo. Contudo, a diferença deste tipo de redes, relativamente aos anteriormente descritos, é a diversidade de laços, fortes e fracos, que a compõem e que são importantes também nos planos instrumental e expressivo. Os entrevistados que apresentam este tipo de rede são homens¹⁶, trabalhadores independentes ou empresários, com níveis de escolaridade igual ou superior do ensino secundário, que moram em zonas urbanas ou peri-urbanas. São pessoas que assentam os seus laços fortes na família e nos amigos ("dois ou três mais chegados"), mas que têm uma rede de laços fracos muito extensa devido ao seu percurso pessoal e profissional. Por um lado, são indivíduos com percursos profissionais marcados pela mudança e, portanto, muito dependentes das relações pessoais na sua trajectória. Por outro lado, apresentam um percurso pessoal ligado a associações de diversos tipos (desportivas, culturais, políficas), que lhes amplia a rede de conhecimentos e torna, por vezes, difícil distinguir entre laços fortes e fracos, amigos e conhecidos. O que distingue as redes abertas das redes selectivas é a importância dada aos laços fracos. Para estes entrevistados existe uma série de laços com pessoas com quem se passa pouco tempo, não se tem uma relação de intimidade nem uma relação emocional forte, mas que, apesar disso, não deixam de ser importantes. São laços de sociabilidade, contactos profissionais, grupos que se juntam ocasionalmente (para uma festa, um reencontro anual, um jantar, um jogo de futebol, uma excursão), que não têm uma presença forte no quotidiano, mas que têm um valor expressivo significativo e também um valor instrumental muitas vezes relevante (no acesso ao emprego, aos cuidados de saúde, aos bens materiais).

¹⁶ Treze entrevistados têm uma rede aberta. Nenhuma mulher da amostra apresenta este tipo de rede.

As redes abertas são as redes de maior dimensão, com maior número de laços activos e passivos. A sua densidade é também elevada porque os laços fracos têm um papel relevante, quer do ponto de vista das práticas, quer das representações. Tal como as redes selectivas, as redes abertas também são segmentadas e dissociadas. Existem vários subsistemas de relações no interior da rede – os parentes próximos, os amigos, os conhecidos, os colegas – que interagem entre si, mas não com os outros. Estes conjuntos de relações cumprem também funções diferentes: os parentes continuam a ser a esfera primordial de afectos e de apoios, mas nas redes abertas a diversidade de pontos de apoio material e emocional é maior. Deste modo, a orientação da rede depende do recurso em questão. Ao contrário das redes anteriores, neste tipo de redes os homens têm um papel polarizador nas sociabilidades (elas são redes essencialmente masculinas), embora persista a tradicional polarização e lateralização feminina nos apoios ao casal.

FIGURA 10.6
Rede Aberta

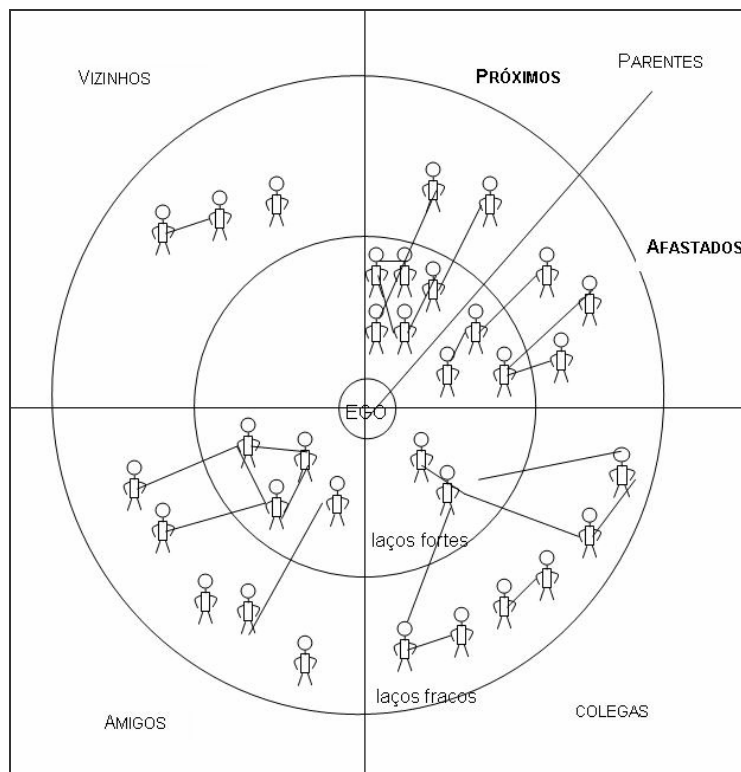


FIGURA 10.7
Exemplo de uma rede aberta

Pedro Gomes tem 34 anos, é professor do ensino secundário e do ensino politécnico, mas já teve múltiplas actividades profissionais, numa trajectória que alterna períodos de formação escolar com períodos de trabalho.

É casado há nove anos e tem um filho com quatro anos. Viveu sempre na casa dos pais, numa aldeia numa zona peri-urbana. Proximamente vai-se mudar para uma casa antiga de família que está a restaurar na mesma localidade. Os sogros moram a 15 km, visitam-nos todos os fins-de-semana. Ele tem dois irmãos (um irmão – que vive na mesma casa – e uma irmã), a mulher tem três irmãos – “são todos muito próximos”.

Tem “pouco tempo livre e para a família”, está envolvido em inúmeras actividades culturais e desportivas de carácter associativo. É nessas associações que tem conhecido os seus amigos, sobretudo no escutismo.

As suas múltiplas actividades profissionais e associativas fazem-no conhecer “muita gente” a quem sabe que pode recorrer se precisar de alguma coisa (“uma consulta médica”, “uma instalação telefónica”). Diz que “seria incapaz de prejudicar alguém por causa das cunhas e favores, não é, são relações de proximidade, dar uma ajuda, mas sem penalizar ninguém”.

As redes afínicas

As redes afínicas são as únicas que não são estruturadas em torno dos laços de parentesco. O que prevalece neste tipo de redes não é o laço de consanguinidade, mas o laço de afinidade. É o afecto, sustentado embora por diversos tipos de troca, que determina, em primeiro lugar, a inclusão na rede. Esse afecto orienta-se, contudo, essencialmente para o exterior da rede de parentesco.

A entrevista de Marta Castelo mostra bem como é “o coração” e não “o sangue” que dita a inclusão na rede:

Essas são as pessoas mais importantes para si, essas são as pessoas que a têm apoiado ao longo da sua vida [os amigos que citou]?

É assim: apoiam-me e não... eu acho que isso se chama amizade. Não digo que o meu tio não me tenha apoiado... apoiou-me sempre... mas eu não vou ficar com ele no coração porque atira muito as coisas... que realmente ajuda e só não vou ficar com ele no coração, porque... pronto, ajudou-me... sei que me ajudou e que me apoiou e a gente está-lhe a pagar pelo apoio e ajuda-me também em ficar com os meus filhos... mas tenho muitos contras e não o posso pôr no meu coração e dessas pessoas que eu citei acho que são as que estão cá dentro.

Ao contrário das restantes, estas redes caracterizam-se sobretudo pelo desapego relativamente aos laços de parentesco, ou seja, o nível de ajudas oriundas da família restrita é escasso, os encontros são raros, a distância dos parentes é afectiva e efectiva (do ponto de vista geográfico) e inversamente ao que acontece em todos os outros casos, a confiança depositada no apoio familiar é muito limitada.

Apenas 3 entrevistados/as têm este tipo de rede. Um homens e duas mulheres com o ensino secundário, trabalhadores da administração, do comércio e serviços, que vivem em zonas urbanas, longe das famílias de origem. As suas redes são de dimensão reduzida e de baixa densidade, são muito selectivos nas escolhas dos “amigos” – aqueles que realmente importam, a quem se dá e de quem se recebe apoio incondicional. São estes que compõem a sua rede, são eles os laços fortes, que têm uma importância afectiva que não é igualável pelas relações de parentesco. Estes (poucos) laços não cumprem, no entanto, apenas funções expressivas – no seu interior circulam diferentes tipos de apoio.

Deste modo, existe nas redes afínicas, tal como nas redes encapsuladas, uma sobreposição dos diferentes tipos de rede (de trocas, de interação e de outros significantes). Contudo, ao contrário das restantes, estas são redes dispersas, os membros são poucos e quase não interagem entre si: o indivíduo dispõe desses laços fortes, mas eles podem nem sequer se conhecer. Estas redes têm uma forte tendência para a lateralização: existem amigos comuns, mas cada membro do casal tem os seus próprios laços fortes e pontos de apoio.

FIGURA 10.8
Rede afínica

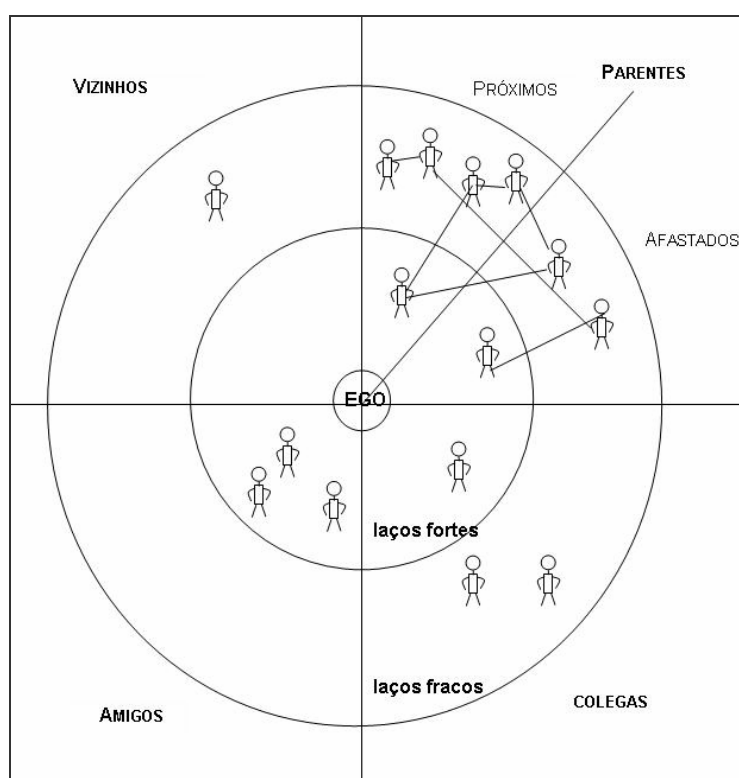


FIGURA 10.9
Exemplo de uma rede afínica

Juliana Afonso tem 32 anos, é casada há 11 anos e tem dois filhos com nove e seis anos. É funcionária administrativa num escritório de advogados. Completou o 12º ano e não pôde seguir o "sonho de ser enfermeira" porque os pais se recusaram a pagar-lhe um curso fora do local de residência. Vive numa grande cidade do litoral, a 200 km dos pais e dos sogros, que vivem numa cidade do interior. Tem dois irmãos e o marido um. Mas eles estão junto dos pais, também longe. Vêem as famílias "uma vez por mês ou nem isso". Tem pena que os filhos não convivam com os avós, mas acha que uma maior proximidade seria geradora de conflitos porque a mãe e a sogra "gostam muito de dar a opinião".

Vive numa casa oferecida pelos sogros ao marido quando este era solteiro, fora isso não tem ajudas nenhuma – "umas batatas, às vezes". A velhice dos pais e dos sogros assusta-a um pouco: a sogra sempre disse que o pé-de-meia é para o lar, mas a mãe dela acha impensável um lar, acha que os filhos têm obrigação de tomar conta dela, mas ela não está a ver-se a abandonar a família e o emprego para tomar conta dos pais porque também nunca teve apoio quando precisou – "ninguém abdicou da vida deles para nos facilitar a nós, porque é que nós temos que fazer sacrifícios?".

As pessoas "com quem pode contar" "são poucas": o marido, a ama dos filhos, uma amiga mais velha que mora no mesmo prédio e um primo do marido, que já morreu, mas "que lhes deu sempre muitos bons conselhos e esteve sempre presente nos momentos importantes" da vida familiar: "digamos que as pessoas que mais me marcaram foram sem dúvida estas, sim... claro... os irmãos... com quem eu também tenho uma ligação importante... os pais... mas nada que se compare, pronto, nada que... talvez porque não saibam... talvez porque não demonstrem... talvez porque não... a chama não chegue até mesmo lá, eu acho que foram essas as pessoas sem dúvida."

10.4 | Quanto valem as pessoas? As redes como capital social

O esboço de modelização da teoria do capital social, a partir dos contributos de Nan Lin, apresentado na Figura 3.1, do Capítulo 3, aponta para a importância dos recursos na definição de capital social. Como se discutiu no Capítulo 2, esta abordagem evita as tautologias de algumas definições do conceito, distinguindo actores, recursos e fontes do capital social. A reconstituição das redes sociais, através da identificação dos laços e fluxos que as definem, parece ser uma via privilegiada para perceber um tipo de capital gerado "nas relações".

A descrição da informação levada a cabo nos Capítulos 5 a 9 permite confirmar a veracidade das hipóteses inicialmente levantadas sobre o papel das redes sociais no acesso aos recursos. As redes permitem colmatar insuficiências de outras esferas de produção de bem-estar e permitem aceder a recursos que por outras vias seriam inacessíveis aos indivíduos. Se olharmos para a Figura 3.1, os dados empíricos sustentam a hipótese de que, perante o mesmo nível de recursos colectivos, o facto de uns conseguirem melhores resultados do que outros se deve à posição nas redes sociais.

As entrevistas mostram também que esta posição é marcada por claras desigualdades sociais, que se prendem com as posições estruturais, mas também com as próprias características das redes, que reproduzem e, nalguns casos, acentuam as desigualdades estruturais. Em primeiro lugar, como se viu, as redes são marcadas por uma clara homofilia. Em segundo lugar, a relação entre capital social e outras formas de capital revela, nalguns casos, um círculo vicioso: os baixos níveis de determinados tipos de capital obriga a que as pessoas desloquem os seus investimentos para outros domínios que não o relacional; ao não investirem no capital social não podem depois obter dele os dividendos que lhes permitiria melhorar a sua situação noutros campos. Os indivíduos que têm estratégias de pluriactividade e jornadas prolongadas de trabalho são disso um

bom exemplo. As mulheres com empregos desqualificados e com grande sobrecarga de trabalho doméstico são outro. O tempo escasso e os baixos níveis de rendimento limitam as possibilidades de investimento nas redes.

A informação empírica permite, também, confirmar as hipóteses sobre a relação entre a morfologia das redes e o acesso aos recursos. As entrevistas mostram que a forma e o conteúdo das relações sociais condicionam a produtividade das redes enquanto capital social. No entanto, a relação entre ambos não é mecânica: a utilidade do capital social não depende das características da rede ou dos laços, mas depende especificamente dos recursos em causa num determinado momento. Ou seja, tal como afirma Piselli, determinado tipo de recursos relacionais é importante em determinados contextos e por referência a um determinado objectivo e é ineficaz ou prejudicial relativamente a outros (Piselli, 2001: 54).

A discussão sobre redes sociais e capital social é, continuamente, perpassada por um questionamento acerca do que é melhor: laços fortes ou laços fracos, redes densas ou "buracos estruturais"? De um lado, aqueles que defendem que um actor deve possuir um grande número de laços fortes para que o capital social seja considerado um recurso vantajoso; do outro lado, aqueles que, como Granovetter, defendem que são os laços fracos que beneficiam o indivíduo e constituem o seu capital social. De um lado, os que, como Coleman, defendem que existem vantagens nas redes com elevadas interconexões entre os seus membros; do outro lado, aqueles que, como Burt, defendem que um actor possui uma posição vantajosa quando os seus contactos não têm uma relação directa entre si.

As entrevistas permitem retirar duas conclusões: a importância da força dos laços depende do recurso em jogo; a produtividade do capital social resulta de uma mistura certa entre laços fortes e laços fracos. Os laços fortes são fundamentais

no quotidiano, no suporte afectivo, no apoio à reprodução da vida familiar (cuidados das crianças, trabalho doméstico, habitação, bens materiais). Os laços fracos são cruciais para aceder a recursos como o emprego e os cuidados de saúde. Os laços fracos são mais úteis se estiverem perto, os laços fortes não perdem a sua importância com a distância física. O investimento material e simbólico exigido pelos laços fortes é muito superior ao dos laços fracos; deste modo, as redes centradas nos laços fortes têm tendência a fechar-se sobre si próprias, enquanto que aquelas onde os laços fracos desempenham um papel importante se abrem ao exterior.

Faz sentido distinguir entre *bonding social capital* (o capital social que diz respeito à construção de laços com semelhantes) e *bridging social capital* (o capital social que identifica a construção de laços com indivíduos socialmente diferentes) (Putnam, 2000; Grootaert *et al.*, 2003; Caulkins, 2004). A importância dos laços fracos prende-se com a sua capacidade de construir pontes (*bridges*) entre diferentes grupos sociais, permitindo aos indivíduos usufruir de recursos que lhes estariam vedados no interior da sua rede de laços fortes. Dado o tempo, interacção e afectividade investidos nos laços fortes, com o tempo, estes tendem a não trazer nada de novo. Aliás o sentimento de confiança nos laços fortes joga-se exactamente na sua permanência e estabilidade. Com os laços fracos acontece exactamente o contrário: a natureza episódica da interacção propicia o carácter produtivo da novidade. Quando dois amigos ou antigos colegas de escola se encontram depois de vários anos sem se verem têm muito para partilhar. É esta característica dos laços fracos que Granovetter sublinha relativamente ao acesso ao emprego: a capacidade que estes têm de permitir o acesso a novas informações sobre vagas de emprego, por oposição à informação saturada fornecida pelos laços fortes.

Deste modo, os laços fracos são melhores do que os laços fortes na ampliação do capital dos indivíduos, multiplicando contactos e permitindo o acesso a novas informações, a grupos e recursos sociais distintos. No entanto, estes laços são menos intensos que os laços fortes e existe menos confiança entre os seus nós. Por esse motivo, as entrevistas apontam para que, tal como Lemieux afirma, “o bom capital social parece basear-se na mistura certa entre laços fortes e fracos” (Lemieux, 2001).

Laços fortes e laços fracos permitem aceder a diferentes tipos de recursos e cumprem diferentes funções no interior da rede: um pai trabalhador rural pode não saber como arranjar emprego ao seu filho licenciado, mas pode fornecer géneros alimentícios diariamente, enquanto ele está desempregado e não tem rendimentos; a um colega de trabalho não se pede dinheiro emprestado para comprar um carro, como se pede a um irmão, mas pode pedir-se para falar com a mulher que trabalha no hospital para marcar rapidamente uma consulta que demora três meses pelas vias formais; a um vizinho não se pede para vir ajudar a limpar a casa, mas pergunta-se se há algum emprego disponível no sítio onde ele trabalha. A conjugação de diversas oportunidades, possibilitadas por diferentes tipos de laços, no interior de uma mesma rede, permite ao indivíduo dispor de um capital social que, por um lado, lhe oferece a estabilidade e as garantias dos laços fortes e, por outro, a diversidade e novidade dos laços fracos.

Olhando para os quatro tipos de rede, acima identificados, à luz destas questões, podemos concluir que as redes abertas são as que apresentam maiores potencialidades ao nível do capital social. Neste tipo de redes conjuga-se a importância dos laços fortes, estabelecidos com familiares ou amigos, com uma morfologia onde os laços fracos são significativamente activos. As redes abertas conjugam um número elevado de contactos e uma densidade de relações

elevada, com uma capacidade clara de orientar a rede em direcção a laços fortes ou fracos em função do recurso a obter.

No entanto, as redes selectivas apresentam também características relevantes quanto ao capital social. Embora neste tipo de redes os laços fracos não sejam tão activos, as redes selectivas estabelecem os seus laços fortes para além da esfera do parentesco e captam nós de outros grupos sociais. A análise destas redes traz outras questões para discutir a relação entre redes e capital social: o perfil dos indivíduos que detêm este tipo de rede (os mais escolarizados e com empregos mais qualificados) chama a atenção para a importância de considerar não apenas o tipo de laços da rede, mas também as características dos seus nós. As redes selectivas são fortemente marcadas pela homofilia, ou seja, selectividade e afinidade são a base da construção de redes de indivíduos socialmente iguais, que possuem à partida posições sociais vantajosas e cujos laços fortes as tornam ainda mais frutuosas. Deste modo, as redes selectivas conferem também um “bom capital social”, não pela combinação entre laços fortes e fracos, mas pelas características sociais dos nós com quem são estabelecidos os laços fortes. Neste tipo de rede podemos encontrar um outro tipo de capital social – *linking social capital* – o capital social que diz respeito à construção de laços com indivíduos detentores de posições de autoridade e que se torna determinante no acesso a recursos escassos (Grootaert *et al.*, 2003).

Do ponto de vista do capital social, as redes encapsuladas e as redes afínicas são as que oferecem menos possibilidades aos seus actores. Ambos os tipos de rede são muito gratificantes para os indivíduos do ponto de vista afectivo e simbólico, mas não oferecem a capacidade de resposta diversificada que os outros dois tipos de rede possibilitam. No limite, os dois modelos caracterizam-se pelo encapsulamento, seja pela via da consanguinidade ou da afinidade,

ambos se limitam a uma esfera reduzida de contactos que não permite estender as redes para além do conhecido e incorporar a novidade.

Esta pesquisa empírica permite sublinhar que existe uma relação entre o desenho das redes e o acesso a diferentes recursos, como outros autores já concluíram para outros contextos (Wellman, 1991; Fontes, 2004). Como se viu, as redes sociais permitem aceder a recursos não acessíveis através do Estado e do mercado, bem como a recursos produzidos pela esfera do Estado e do mercado, com base numa lógica distinta da destes, assente no princípio da dádiva e da reciprocidade. O modo como se processa o acesso a recursos de diversos tipos está intimamente relacionado com a morfologia das redes. Redes constituídas por laços fortes ou laços fracos, por laços de parentesco, restrito ou alargado, por relações familiares ou de amizade produzem resultados diferentes no acesso a recursos, na satisfação de necessidades, no enfrentamento de dificuldades e situações de risco.

11

AS NORMAS

Introdução

Nos capítulos iniciais deste trabalho defendeu-se a hipótese da permanência e vitalidade da dádiva nas sociedades contemporâneas, definindo-se o dom como um modo de circulação dos bens ao serviço do laço social. Na Parte II da tese demonstrou-se a veracidade desta hipótese, revelando como as redes de relações sociais são essenciais no quotidiano das famílias e como no seu interior circulam inúmeros recursos, apoios, afectos, bens e serviços. Neste Capítulo pretende-se avaliar as normas que regulam esses fluxos intensos. Se a informação empírica mostra que a circulação da dádiva obedece aos princípios gerais do dom, revela, também, o carácter ambíguo e contraditório destes princípios, permitindo expôr a sua complexidade.

Por definição, as normas dizem aos indivíduos como eles se devem comportar e o que devem esperar dos outros. As normas reduzem a incerteza e contribuem para definir "como devem ser as coisas" no interior de um determinado grupo. Os problemas surgem quando o comportamento dos actores foge às normas estabelecidas ou suas expectativas são goradas. As normas podem dividir-se em três tipos principais (Therborn, 2002): as *normas constitutivas*, que definem o sistema de acção e a pertença do actor a esse sistema; as *normas reguladoras*, que regem as contribuições esperadas do actor para o sistema; as *normas distributivas*, que definem como devem ser distribuídas as recompensas, custos e riscos. Noutras palavras, as normas definem a pertença ao grupo, a contribuição esperada e a recompensa adequada para essa contribuição. Para Therborn estes três tipos de normas têm uma importância diferenciada e diferentes dinâmicas: as normas constitutivas, ou de conduta, têm um significado primordial, dado que são as que estão mais interiorizadas, são elas que definem o que constitui uma pertença total, adequada a determinado sistema social. São elas que permitem ao indivíduo "comportar-se". No entanto, as normas distributivas tendem a obter as reacções mais violentas pela sua violação. O sentimento de injustiça tende a ser um motor fundamental para a acção. Quanto às normas reguladoras, elas são um critério importante para a atribuição do estatuto no interior do sistema social (Therborn, 2002: 870).

O que se pretende neste Capítulo é avaliar o papel destas normas, e os problemas levantados pela sua aplicação, no interior das redes sociais. Vimos já quem ajuda quem e como o faz, aqui pretende-se saber: porquê? Por que é que uma pessoa ajuda a outra? Por que é que uma pessoa recebe ajudas de outra? Que expectativas têm dadores e receptores? Que normas regulam as trocas no interior das redes? O que é considerado certo e errado, justo e injusto? Como se definem as obrigações? Laços diferentes obedecem a princípios diferentes?

As hipóteses expostas no Capítulo 3 apontavam para uma resposta afirmativa a esta última questão, que as entrevistas permitem confirmar, condicionando, assim, em grande parte, as respostas às restantes questões. As normas que regulam a interacção no interior das redes dependem do tipo de laço que está em jogo. O que está certo ou errado, o que é devido ou não, o que é justo ou injusto depende da natureza da relação em causa. As normas reflectem uma relação entre as pessoas mais do que um equilíbrio entre coisas trocadas. Como concluem Kellerhals *et al.* (1995), o sentimento de justiça traduz, em primeiro lugar um projecto relacional, um "reconhecimento das pessoas".

Os trabalhos de Jean Kellerhals e dos seus colaboradores sobre os critérios que regulam a justiça distributiva (quem tem direito a quê?) e processual (como chegar a decisões justas?) têm feito escola (Kellerhals *et al.*, 1995; 1987e 1988). No seu livro *Figures de l'équité. La construction des normes de justice dans les groupes* (Kellerhals *et al.*, 1988), os autores identificam cinco questões genéricas que estruturam a definição de justiça nos grupos: uma primeira decisão diz respeito à *norma de repartição*: que regra utilizar para distribuir os bens raros? A necessidade, o mérito, a igualdade ou ainda outro critério? Mas colocar este princípio em acção implica a intervenção de *normas de avaliação*, ou seja, de critérios que permitam definir o valor das contribuições e a situação dos membros do grupo que participam na troca. Em terceiro lugar, a *norma de comparação* define a forma como o estatuto e a identidade social são importantes para a decisão interna de justiça: estas categorias são ignoradas ou, pelo contrário, tão importantes que as normas de repartição e avaliação funcionam em função delas? Qualquer destas opções pode ser afectada pela natureza do bem em jogo. Trata-se de aplicar uma *regra de transformação*: pode-se ou não utilizar as mesmas regras e os mesmos critérios para distribuir bens de natureza diferente?

Finalmente, os autores sublinham que estes quatro aspectos da decisão de justiça estão condicionados pelo problema da *norma de apropriação*. Trata-se de saber como o grupo constitui a massa de bens sobre os quais posteriormente procede a uma repartição. A norma de apropriação define se os títulos de propriedade individual que prevalecem fora do grupo são conservados no seu interior ou se, pelo contrário, o grupo define a todo o momento os direitos de propriedade dos seus membros. No primeiro caso, o indivíduo define as fronteiras do grupo, no segundo caso é o inverso que acontece.

As entrevistas permitem concluir que a aplicação destes critérios, ao conjunto da rede, depende da natureza e da força dos laços e também do recurso em jogo. Ou seja, as normas de comparação (qual é o laço da rede) e de transformação (qual é o bem em causa) prevalecem sobre a norma de repartição. Por um lado, os critérios que definem a justiça entre contribuições e retribuições aplicam-se de forma diferente, dentro e fora da rede de parentesco. Como afirma Alexis Ferrand, “a grandeza, por vezes, o horror, dos laços familiares está na capacidade de decretar a equivalência de valor entre ajudas totalmente heterógeneas” (Ferrand, 1992: 89).

Por outro lado, o tipo de bem em jogo obriga a rever a aplicação das normas. Bens de natureza diferente obrigam a critérios diferentes, dentro e fora da família. Se os pais têm mais do que um filho e fazem uma doação de dinheiro a um, a norma que prevalece é a da igualdade – todos devem receber o mesmo. No entanto, se os avós tiverem mais do que um neto e tomarem conta apenas do que vive mais próximo, o critério aceite é o da conjugação da necessidade com a proximidade.

Estas conclusões são semelhantes às de Jacques Godbout na sua reflexão sobre a aplicação das normas de justiça às relações de parentesco (Godbout, 1995). O autor analisa três circuitos de troca distintos – a ajuda em serviços, os presentes e

a hospitalidade – e conclui que os critérios que regulam cada um deles são distintos. Godbout chega a uma conclusão final, para a qual também apontam os resultados das minhas entrevistas: a norma da justiça é de difícil aplicação no interior da rede de parentesco. Como se verá de seguida, ela apenas constitui um princípio dominante quando aplicada à comparação entre diferentes retribuições para uma mesma contribuição. Ou seja, o princípio não se aplica entre um dador e um receptor, mas entre dadores ou entre receptores. Como afirma Godbout, nas redes de parentesco a ideia de justiça não diz directamente respeito à relação contribuição-retribuição, mas à comparação entre “pares” (dadores ou receptores) na sua relação com um terceiro (1995: 361).

11.1 | Reciprocidade, mas...

A primeira questão que se coloca ao olhar para os princípios que regulam as redes de trocas materiais ou afectivas é: existe uma troca restrita ou uma troca generalizada? A questão evoca as distinções fundamentais dos etnólogos e antropólogos. Contudo, não se trata aqui de aplicar a teoria completa, enunciada por Lévi-Strauss, mas de reter “a intuição da questão” (Degenne e Lebeaux, 1997: 124). Se a troca existe na base de dons e contra-dons, espera-se que se atinja uma certa forma de equilíbrio. Na troca restrita, uma dádiva apela a outra dádiva feita a quem deu primeiro, mesmo que esta não tenha as mesmas características. Um amigo arranjou-me um emprego eu pago-lhe um jantar para comemorar; uma vizinha conseguiu abreviar o tempo de espera numa consulta no hospital, eu ofereço-lhe uma prenda no Natal. Existe uma reciprocidade directa, uma troca simétrica e restrita à díade. Na troca generalizada, o equilíbrio é estabelecido à escala do grupo. A reciprocidade é

difusa e diferida no tempo. Eu ajudo o meu irmão a construir a casa dele, a minha mãe um dia vai-me doar um terreno para eu construir a minha.

Lemieux, a partir de Ekeh, defende que os dois tipos de troca têm consequências diferentes sobre a solidariedade dos grupos onde são praticados. Contrariamente ao que outros especialistas da troca têm defendido, afirma que a troca restrita é fonte de tensão e instabilidade, dado que repousa num fraco grau de confiança mútua, enquanto a troca generalizada se alicerça num forte grau de confiança no conjunto de actores envolvidos. Aquele que recebe não retribui àquele que dá, mas o dador confia que alguém no interior da rede retribuirá um dia (Lemieux, 1999: 61-62). A partir da análise dos dados de um inquérito realizado em França nos finais dos anos 80, Degenne e Lebeaux concluem que a troca generalizada caracteriza a troca no seio da família em linha directa e que a troca restrita define os fluxos horizontais, entre colaterais, amigos e vizinhos (Degenne e Lebeaux, 1997: 124-125).

O presente estudo permite corroborar as perspectivas destes autores. As entrevistas mostram que a laços diferentes se aplicam princípios diferentes. Se as redes se definem com base no critério fundamental: "a família / os outros", as normas que se aplicam aos fluxos entre os laços obedecem ao mesmo princípio. A circulação da dádiva possui especificidades quando olhamos para dentro ou para fora da família.

Como os autores do MAUSS têm vindo a sublinhar, "dar, receber, retribuir" não é sinónimo de reciprocidade (Caillé, 2000; Godbout, 2000; Mermet, 1991). Dar para que o outro dê não é o mesmo que dar para receber. A troca sob a égide do dom surge como uma sequência de acções que engendra uma assimetria de posições entre os actores envolvidos. A sequência sustenta-se numa cadeia de prestações e contra-prestações e na reversibilidade das posições de doador e de receptor. Esta é uma realidade aberta e não constrangedora, a cadeia pode

ser rompida ou recusada em qualquer momento por qualquer dos actores envolvidos. A dádiva dá lugar à indeterminação, à possibilidade de construir um sentido comum que não se restringe à retribuição, antes constrói uma relação em que os envolvidos nunca são apenas dadores ou receptores. O que as entrevistas mostram é que, na análise de práticas e comportamentos concretos, a liberdade do dom, e o modo como ela se articula com a reciprocidade, obedece a um jogo complexo entre diferentes princípios, que age de forma diversa consoante os laços da rede que estão em causa. Se, até certo ponto, podemos concordar com Godbout quando este afirma que o parentesco “mantém a reciprocidade à distância” (Godbout, 2000: 34-36), é impossível não reconhecer uma lógica binária de reciprocidade nas relações fora da família.

O conceito de dívida positiva utilizado por Godbout (2000) revela-se mais produtivo para analisar a informação das entrevistas sobre a circulação da dádiva no interior da família do que o de reciprocidade. Numa relação, o estado de dívida positiva escapa à equivalência e faz com que cada um considere que recebe mais do que dá, embora esteja sempre disposto a retribuir. A definição de Godbout é bastante frutífera para perceber o dom familiar, e, sobretudo, os fluxos intergeracionais. Diz o autor: “a dívida positiva existe quando o receptor não percebe no dador a intenção de o endividar através do seu gesto – o que está estreitamente ligado ao prazer de estar em dívida, elemento essencial do estado de dívida positiva” (Godbout, 2000: 47). Esta condição marca o discurso da maior parte das pessoas entrevistadas – dívida é a palavra mais usada para se falar das dádivas dos progenitores. Por um lado, eles deram a própria vida, e essa é por si uma dádiva impossível de retribuir – embora os netos sejam por vezes encarados pelos filhos como uma recompensa dada aos pais pelos seus

sacrifícios¹. Por outro lado, existe a noção de que é necessário retribuir de algum modo, mas que qualquer retribuição “nunca paga” o que já se recebeu. Finalmente, como já o mostraram outros estudos (Degenne e Lebeaux, 1997), existe quase um consenso entre os entrevistados sobre a inexistência de expectativas por parte dos pais dadores face a uma retribuição dos seus filhos – como diz Branca Silva, “eles [os pais] gostam muito mais de nos ajudar a nós do que nós os ajudarmos a eles”.

No discurso de Leonel Viegas surge com muita clareza a dívida positiva na sua relação com os sogros.

Olhe, uma outra questão: como é que vê a velhice da sua mãe, e dos seus sogros, como é que acha que vai ser?

A da minha mãe está a ser... pronto... tem... eu para ajudar é difícil... mas, pronto. Tenho irmãos que vão ajudando, porque a reforma também é pequena. Ela também está em casa de renda... e vai ajudando a minha irmã... a que vive com ela... está a tirar um curso neste momento... estive a trabalhar um tempo em Tomar numa residencial, e voltou... mas, pronto, despediu-se, porque quase que os patrões que gozavam com ela, e ela tem quarenta e oito anos, ou o que é, e pronto. Ela está a tirar um curso, mas vive lá, vive com a minha mãe, e pronto. Os meus sogros acho que vai sobrar mais para mim, do que... mas também, eu acho que é assim... eu pagar o que eles me têm feito é difícil, mesmo que a seguir seja eu a tomar conta deles. Não vai ser fácil eu pagar o que... é difícil, pronto. Sei que devo muito e pagar é difícil, mesmo. E é assim. Depois, quando precisarem eles de mim, é claro que também estou cá para isso, mas nunca vou conseguir pagar o que eles já fizeram.

¹ Deste modo, a continuidade da filiação inscreve-se no circuito amplo e no tempo longo da dádiva familiar, e é, sem dúvida, uma das formas mais claras do modo como os laços de parentesco tornam equivalente o incomensurável.

O estado de dívida caracteriza também a relação de Belmira Pereira com os pais. Na sua entrevista, o neto que “deu” ao pai surge como um dos principais motores da dádiva no interior da rede de parentesco.

Estava-me a falar das ajudas. Gostava de lhe perguntar se costumam retribuir essas ajudas que recebem?

Olhe... a maior retribuição que eu dou aos meus pais é deixar o meu filho lá de vez em quando... para eles isso... mas dá... Às vezes, por exemplo, o meu pai deixa cá o carro para fazer as revisões... que comprou o carro ao meu marido, e deixa cá o carro para fazer as revisões, e o meu marido nem lhe leva nada pelas revisões. Volta e meia também o compenso, não é? Não compenso... nunca chego a compensar... é impossível... nem eles estão à espera. Mas quando dou uma prenda ao meu pai ou à minha mãe dou sempre mais do aquilo que dou aos meus sogros, por exemplo... porque acho que eles merecem muito isso e eles sabem bem que isso acontece. Além disso, sei lá... o facto do Afonso... é a melhor recompensa que eu lhe posso ter dado... o meu pai... o meu pai... eu sempre... ele sempre sonhou ter um neto porque era a coisa que ele mais queria. Quando eu lhe dizia que ia ficar solteira... ai, não me importo... mas eu sempre sabendo que o que ele queria era netinhos, queria ter a casa cheia de netinhos, portanto, a retribuição é essa.

A dívida com os progenitores é simultaneamente uma dívida económica e uma dívida de reconhecimento. Elementos materiais, afectivos e simbólicos misturam-se num jogo complexo que, no entanto, não deixa totalmente de lado a reciprocidade. Se o parentesco mantém a reciprocidade “à distância”, como diz Godbout, ele não a exclui definitivamente, antes a reveste de formas diversas: ela é “limitada” (Godbout, 2000: 36), “diferida” (Bawin-Legros, 2003: 169), “indirecta” (Attias-Donfut *et al.*, 2002: 263). Os relatos dos entrevistados sobre as trocas materiais e afectivas com os seus pais e sogros são reveladores do modo como a norma da reciprocidade é reconfigurada pelas práticas dos sujeitos. Na reciprocidade familiar, por um lado, dádiva e retribuição fazem circular e

equivaler coisas muito diferentes; por outro lado, entre dom e contra-dom, o tempo pode correr sem que o ciclo se quebre.

Ana Miranda recebe regularmente ajudas materiais e financeiras dos seus pais. Diz o seguinte acerca da retribuição dessas ajudas:

E vocês retribuem essas ajudas, quer as monetárias, quer...

Aos meus pais não...

Não quer dizer que retribuam em dinheiro...

Não, não. Eu acho que... de certa maneira, compenso-os de... tudo o que eu posso fazer por eles faço... se a minha mãe está doente... faço tudo por ela... se me disserem que é preciso ir daqui a... o meu pai também... mas o relacionamento é completamente diferente. Eu entendo-me muito bem com a minha mãe, o meu pai já é diferente... nós entendemo-nos, mas temos pontos de vista contrários, e há situações que é mesmo de eu sair de casa e voltar... eu acho que sim, porque os meus pais são umas pessoas que a mínima coisa vêm logo ter comigo. O facto de ter continuado... de ter estudado, de ter tirado um curso superior, para o meu pai... para o meu pai principalmente foi... ficou todo contente, porque o meu pai deixou de estudar no nono ano. Ter uma filha... a licenciatura pesa, e acho que dessa maneira ele se sente recompensado. E ele diz que está contente porque eu tenho... como ele diz, uma arma na mão para trabalhar e que de certeza absoluta que com o curso não me vai faltar nada. No entanto, nunca deixa de dizer que se eu precisar está lá sempre.

Carla Duarte almoça todos os dias em casa dos pais e recebe diversas ajudas materiais dos pais e dos sogros.

E essas ajudas que vocês recebem, quer dum lado quer doutro, embora em bases diferentes, vocês retribuem de algum modo ou...

Ai, eu retribuo com muito amor e carinho. Mas, é assim, por exemplo, vem o Natal... a minha mãe é uma pessoa que graças a Deus tem tudo, e eu às vezes ponho o problema... o que é que eu vou dar à minha mãe de prenda de Natal? Eentão é assim: ou juntamo-nos todos... os irmãos e compramos alguma peça em ouro... ou alguma coisa que ela deseja... que dá valor...

uma coisa que ela dá imenso valor... que é muito boa... que são os bombons.... a melhor coisa que lhe podem dar é bombons e chocolate. É uma pessoa que se consola com pouco. Ela mesmo diz: eu não quero que vocês me dêem nada porque eu não preciso de nada. E pronto, às vezes torna-se difícil. Às vezes retribuo... às vezes o facto de levar... às vezes gosto... sei que a minha mãe é gulosa... agarro numa caixa de bombons e... olha mãe, toma... e ela: pois tu queres é que eu engorde? Esse tipo de coisas. Retribuo de uma maneira... não só para dizer assim... não é para dizer assim, obrigado, quero mais... mas sim para dizer assim: têm uma atenção para comigo e estão aqui quando eu preciso ou quando... Por exemplo, a minha sogra é uma pessoa que desabafa muito comigo e é uma pessoa que até... eu vejo-a como a mãe do meu marido... como uma pessoa amiga para mim... não como a minha sogra. Mas às vezes tem um feito... que toda a gente tem... é aquilo que eu digo... às vezes a minha mãe diz: ó filha tens que ter calma, pronto. Desabafo muito mais com a minha mãe, obviamente. Mas, pronto, ajudou-me imenso. Eu... o ano passado em Fevereiro fui operada a um peito, ela sempre do meu lado. Telefonava-me todos os dias. Veio a minha casa, trouxe-me um ramo de flores... quer dizer... são pequenos gestos que às vezes a gente... quando eu às vezes reflecto... depois fico a pensar... eu não devia ter dito, mas olhe já disse, já disse. Também não vou remediar. Mas, pronto, essas ajudas são sim retribuídas de uma maneira... não de dizer assim... vou levar igual ou parecido... portanto... uma maneira, de acordo com as nossas possibilidades, não é? Mas retribuem-se. Não obrigatoriamente... agora não quer dizer... por exemplo, a minha mãe dá um saco de batatas que eu lhe vá dar um saco de... vá dar um saco de uvas, por exemplo... que ela é a primeira a dizer que não quer... que dá, dá. Dá e pronto... e que não quer que retribuam mas, pronto. Eu por exemplo no Natal... nos anos... numa ocasião especial... uma caixa de bombons, uma flor, sei lá.... um lençinho, uma bijuteria qualquer... que a minha mãe não aprecia muito... Ela às vezes diz assim... olha quando me quiseres dar, dá-me ouro, está bem? Mas pronto, pronto... mas são pequenas... às vezes as pequenas coisas são as que contam mais.

Na reciprocidade familiar não conta o que se troca, nem quando se troca. Nesta dádiva, o tempo conta tanto menos quanto mais se confia no outro. Mediada pela afectividade e pela confiança, a reciprocidade entre parentes realiza-se muitas vezes à “escala de uma vida” e transforma a ajuda numa espécie de “crédito a longo prazo” que não necessita de ser retribuída no imediato, nem de ser simétrica: o contra-dom pode vir muito mais tarde ou mesmo ser destinado a outra pessoa (Bawin-Legros, 2003; Déchaux, 1990b; Finch, 1989). Nesta concepção inscreve-se também uma ideia clara da evolução das posições de receptor e de dador ao longo da vida, de pais e filhos. Na infância e juventude, os filhos são apenas receptores, na idade adulta são receptores e dadores, de uma forma assimétrica, até que os pais atingem a velhice, e nessa altura passam eles a ser os receptores. A velhice dos pais é a altura em que a norma implícita da reciprocidade é posta em prática (Bawin-Legros, 2003; Grundy, 2005; Schaber, 1995). Esta ideia fica clara nos discursos de Ana Miranda e Anabela Esteves, ambas receptoras de intensas ajudas materiais por parte dos pais:

Diz Ana Miranda:

Acha que os filhos têm obrigação de tomar conta dos pais na velhice?

Não, não acho tanto obrigação... eu um dia mais tarde também vou ficar com a minha mãe ou com o meu pai. Não é obrigação... acho que eles merecem... merecem porque eles fizeram tudo por mim, também merecem ter um fim digno. Não era capaz de os deixar abandonados. Eles têm feito tudo por mim, quando precisarem eu vou cá estar para o que for preciso.

Na entrevista de Anabela Esteves:

Mas vê-se a tomar conta dos seus pais ou...

Ai, isso sem dúvida, sem dúvida... ou pelo menos arranjar algum apoio... estar o mais próxima deles possível e tentar retribuir ao máximo tudo o que eles... porque eles mais do que ninguém merecem. Porque me acompanharam sempre de uma forma inteligente e sensível e preocupada. Portanto, eu

quero fazer o mesmo, porque eu sei que o carinho é meia cura às vezes quando se está doente.

As representações sobre os cuidados dos idosos permitem verificar como na dádiva familiar a norma da reciprocidade se estende no tempo longo da história familiar e vai para além da troca restrita. Cuidar dos pais na velhice não é apenas uma retribuição pelas dádivas recebidas no decorrer da vida, é também uma retribuição pelas dádivas que estes fizeram aos seus próprios pais. Deste modo, o mesmo tipo de dom pode ter diferentes actores envolvidos no momento da dádiva e no momento da retribuição. Como diz Paulo Domingos: “eles também tomaram conta de mim, e se um dia eu quero que alguém tome conta de mim também tenho que tomar agora conta de alguém, é simples”. Filhos, pais e avós fazem parte de uma cadeia intergeracional, através da qual a dádiva circula e a reciprocidade chega sempre um dia (Attias-Donfut *et al.*, 2002).

A posição de Cristina Neves face à futura velhice dos seus pais constrói-se também na referência ao passado:

Olhe, como é que vê a velhice dos seus pais, vê-se a tratar deles?

Vejo, vejo. Até porque é assim: a minha mãe ficou com a minha avó... a minha avó ficou acamada e tinha que lhe dar de comer... era mesmo como um bebé, pronto. Tinha que lhe mudar as fraldas... a minha mãe não pode, também por causa das costas e eu também não podia... o meu irmão, aliás, foi... é uma ajuda que... aliás, na idade dele um rapaz com vinte anos... que tinha na altura quando a minha avó faleceu... fazer aquilo que ele fazia... sempre admirei muito isso e dizia para a minha mãe: eu não sei se há cá mais algum rapaz na aldeia que fosse capaz de fazer aquilo que ele faz. Ele pegava na avó completamente nua, com noventa anos, não é? Coitadinha... ela por fim já nem sentia vergonha nem nada... porque não estava assim muito lúcida... suja, não é? De fazer nas fraldas... ele pegava nela ao colo, levava-a para a banheira, a minha mãe dava-lhe banho e ele pegava nela da banheira, tirava e limpava e essas coisas todas. E então... e a minha mãe... pronto, nunca saiu bem de casa por causa da minha avó. A

minha mãe tinha ali um bebé e eu vi... aliás, a gente também ajudava sempre que podia, não é? Ajudava a tratar dela. Aliás a última sopa que ela comeu foi a sopa que eu fiz para o meu filho. Fiz para o meu filho e para ela. Que era aquelas sopas todas passadinhas com peixe ou com carne, porque ela já não conseguia comer. E vi o carinho com que a minha mãe tratou a mãe dela e... quer dizer, eu também a ver isso seria incapaz um dia... não sei, às vezes a gente passa por coisas que nunca esperava passar... mas, quer dizer, se eu tiver o pensamento que eu tenho hoje... eu tenho não só obrigação como filha porque ela nunca me faltou quando eu precisei, não é? Mas também por ver aquilo que ela fez à mãe dela. Acho que ela merece realmente que lhe façam o mesmo a ela se um dia precisar... e também digo, Deus queira que nunca seja preciso... mas se for preciso estarei disposta a fazer-lhe o mesmo que ela fez à mãe dela... que tinha ali um bebé... e ela que sempre tratou dela e nunca foi preciso mais ninguém tratar dela. Acho que sim, que ficou com ela a tratar dela e, pronto. Embora que ache que a minha irmã está na mesma disposição, acho que já vai ser diferente nesse aspecto, porque já não vou ser só eu. Aliás o meu irmão se continuar o rapaz meigo como ele é e prestável... acho que também vai andar com a mãe ao colo um dia, se precisar... porque andou com a avó e é essa a minha ideia. Tanto minha como dos meus irmãos... quer dizer, não encaro isso muito bem, acho que cada vez que penso nisso dá-me vontade... sei lá, de chorar... quer dizer, dá uma tristeza muito grande de dizer assim... vou ter que ver a minha mãe assim. Eu nunca penso que esse dia vai chegar, porque é assim: a minha mãe é uma pessoa muito prestável, que sempre que preciso está ali, não é? Então eu nunca penso que ela que me vai deixar e que não me vai ajudar mais... quer dizer... é muito difícil tentar vê-la assim, mas, pronto... se tiver que ser, de facto estou com ideias de não lhe deixar faltar nada, assim como ela me fez a mim.

As entrevistas permitem, contudo, verificar que as características da reciprocidade no interior do parentesco dependem das características socioeconómicas das famílias. Embora a reciprocidade no tempo longo persista, entre pais e filhos de famílias mais desfavorecidas a reciprocidade directa

aumenta (Jones, 1992; Martin, 1995). Tal como foi referido anteriormente, este tipo de reciprocidade é sobretudo visível nas ajudas materiais². Neste domínio a troca directa é muito mais clara: os filhos recebem bens e serviços dos pais, mas estão quase sempre obrigados a retribuições explícitas.

Lúcio Matias é dos exemplos onde as trocas são mais directas. O casal contribui não só com trabalho, mas também com dinheiro para investir nos produtos que a família produz.

E como é que é a vossa relação com eles, vêem-nos muitas vezes, visitam-se com frequência?

Sim... agora não tanto... porque pronto... agora elas já estão mais granditas e ao princípio era mais complicado. A minha mãe vinha cá todos os dias, o meu pai vinha cá trazê-la, depois ia-se embora... mas praticamente duas três vezes por semana ou eles cá vêm, ou a gente vai lá, ou eu passo por lá, às vezes para trazer água lá do poço, que é melhor que a da rede, pronto... ou para trazer ovos, ou para trazer isto, ou para fazer aquilo... passamos, pronto... vemo-nos frequentemente... ou então aos fins de semana, ao sábado ou ao domingo à tarde que aparecem por cá, quando a gente lá não vai eles vêm cá.

E eles dão-vos muitas ajudas dessas, dos ovos e...

Sim, sim. Essencialmente como têm lá... como têm... pois já temos feito... a minha mãe compra os pintos... a gente depois dá-lhe o dinheiro... vamos comprando também farinhas e ela vai-nos criando. E depois na altura mata-os, e pronto. Vamos fazendo assim, intercâmbio... é melhor do que ir comprar.

Comem o produto final.

Exacto. Ou então... este ano ainda não sei... mas o ano passado semeámos... e o outro ano semeámos lá batatas... elas, pronto... pagámos o adubo ao meu pai... estavam pegadas com as dele... o meu pai quando regava umas, regava as outras... ajudou-me a arrancar, pronto. É o meu pai que não tem mais nada que fazer. Tem lá a horta e o que vai... o que dá

² Cf. Capítulo 8.

para um, dá para dois. Mesmo até a nível do azeite a gente às vezes... agora nem tanto... mas quando era... quando é preciso alguma coisa assim mais pesado... lá vamos nós, pronto. Os meus irmãos... porque eles também têm... temos a recompensa... e não pode ser sempre à espera que eles façam tudo... também já não têm idade e a gente vai ajudando, sabe que vem sempre depois qualquer coisa... ou batatas, ou azeite, ou uma galinha, ou um frango.

Fora dos laços de parentesco tudo se passa de forma diferente. A dádiva fora da família obedece a uma lógica binária de reciprocidade. Como vimos no Capítulo anterior, os laços que extravasam o grupo de parentesco são alvo de desconfiança e fonte de insegurança, pelo que a troca só pode ser restrita. Não existem garantias para além da díade. Nesta, as expectativas e as exigências são elevadas, o controle é apertado. Se me dão, eu retribuo, se eu dou, espero retribuição: o equilíbrio tem que ser mantido, sob pena de se quebrar o vínculo. Não é necessário que a dádiva tenha o mesmo conteúdo, mas é necessário que o ciclo não se quebre e se mantenha permanentemente activo para que o laço permaneça intacto.

Durante a sua entrevista, Diogo Ferreira faz inúmeras considerações sobre a amizade, algumas já transcritas no Capítulo anterior. No extracto que se segue podemos constatar a importância que o equilíbrio das trocas tem nas avaliações que faz das suas relações com os outros.

E vão sozinhos ou com amigos [sair aos fins de semana]?

Olhe, nós temos andado a sair com muitas... com pessoal amigo só... mas ultimamente temos andado a cortar, porque a gente aos poucos e poucos vai fazendo uma selecção das pessoas. A Elisa e eu temos vindo a descobrir que afinal há muita gente que não é bem assim... como em termos de amizade... amizade é complicado. Aqui há dias... disse eu... porque cada pessoa pensa por sua cabeça, pensa por... cada pessoa tem a sua maneira de pensar e quando se convive muito tempo com uma pessoa... mas há pessoas que sabem lidar... há pessoas que sabem ser tolerantes... há pessoas

que eu tolero agora, tu toleras agora a seguir, não é? Saber conviver, tipo o *Big Brother*. Aquilo é um teste à tolerância das pessoas, e pronto. A gente... quando se convive muito com uma pessoa... a gente acaba por descobrir que determinado feitio da pessoa... assim que não combina muito com não sei quê... quer dizer, a gente de uma vez passa... duas vezes... depois passa a saturar, não é? E eu não tenho paciência. Porque eu não sou... pronto... eu tenho um defeito muito grande... sou capaz de ir na rua e não cumprimentar ninguém. E a Elisa vai na rua e cumprimenta toda a gente... mas eu não cumprimento por antipatia... há pessoas que dizem que eu sou antipático... não é por antipatia... eu vou na minha, vou a conversar, vou a pensar, quando vejo a pessoa de frente... olá tudo bem... mas é olá tudo bem, não é? Acabou. Beijinhos... cumprimenta-se... não gosto disso. Pronto, eu... no princípio as pessoas não me conheciam, diziam que eu era antipático, depois agora já sabem como é que é, pronto, mas eu... eu não gosto de ir... sou... é pá, não gosto, não gosto, acabou. Conheço... olá, tudo bem? e acabou, pronto. E há muita gente que... que faz parte da relação da juventude da Elisa que vem por interesse... que vem pedir... que vem não sei quê... pá, pronto. Eu fico logo passado! Ela tem uma amiga... que era uma grande amiga... que era uma grande amiga... mas no resumo as amigas... aquilo que a amiga até hoje fez por ela foi nada. Em termos... quando precisou não... nada... não fez nada. A única coisa que a amiga faz, de vez em quando... vem cá, cumprimenta... vê o miúdo... ela traz o dela... conhecem-se, pronto. São amigos, a gente pode considerar que são amigos... mas a amizade é um bocado... é subjectivo, pronto. E essa pessoa aparece aí de vez em quando e aparece numas horas certas... é sempre na altura em que eu tenho que ir comer, que é a hora em que ela sabe que nos apanha, quer dizer nós... parece que... coitada da rapariga, se calhar é azar dela... se calhar ela aparece nas horas menos oportunas, é pá, se calhar é ela... Eu às vezes gosto de mandar estas... estas... o benefício da dúvida... para a rapariga pensar que aparece cá logo na hora em que não devia... entra aí sempre para pedir uma receita, para pedir isto, para pedir aquilo, pedir uma credencial, para pedir uma justificação, pedir um atestado médico.

Os médicos estão muito sujeitos a esse tipo de coisas, não é?

Eles podem cobrar porque é uma responsabilidade muito grande, e muitas delas chegam aqui, pedem e acabou... e nem sequer perguntam se é alguma coisa, se não... quer dizer, então está a andar. E depois aos poucos e poucos vem-se a descobrir... ah, aquela fulana, a atitude dela não foi muito correcta, ainda agora se casou e nem sequer me convidou e eu convidei-a para o casamento... uma fulana tal, que fez anos e também não convidou. Eh pá, eu às vezes fico parvo com a atitude dessas pessoas... que só perde... porque ela até podia dizer... olha, eu vou-me casar mas... pronto, não tenho possibilidade de... coiso... toda a gente... não é? A mim também me aconteceu a mesma coisa, mas pelo menos ganhava... porque eu oferecia-lhe uma prendazinha, não sei quê. Não, fica esta coisa aqui encravada entre nós que não tem... não tem piada nenhuma, não é? Portanto, eu aos poucos e poucos a vida vai mostrando que as coisas não são... não são bem assim. Portanto, a amizade é uma coisa que não se descobre de hoje para amanhã, demora o seu tempo a descobrir.

De um modo geral, a dádiva fora da família parece ser menos gratificante e estimulante para os entrevistados. Por um lado, a dívida fora do parentesco deixa de ser positiva e passa a ter um significado negativo. Ter uma dívida com alguém faz a pessoa sentir-se mal, por isso é preciso que se livre dela. De alguma maneira, na circulação da dádiva fora da família o princípio da equivalência mercantil inscreve-se nas representações e nas práticas. A liberdade é não dever nada a ninguém. Aqui a reciprocidade é, também, uma condição necessária para evitar a dominação de um dos parceiros sobre o outro (Godbout, 2000: 59). Por outro lado, quando falam dos laços fora da família, os entrevistados tendem a valorizar sobretudo a sua posição como dadores, e manifestam muitas vezes sentimentos de injustiça perante o comportamento dos outros, como revelam o discurso de Diogo Ferreira acima transcrito e a afirmação que se segue de Noémia Moura:

Eu, como é que hei-de dizer... eu quando sou amiga de uma pessoa... mas sempre assim fui... mas ainda nunca encontrei uma pessoa que fosse assim

para mim, nunca... assim pessoas de fora... ainda nunca encontrei uma pessoa...

11.2 | Obrigação, mas...

Até que ponto “dar, receber, retribuir” se constitui como uma obrigação? O que é que as pessoas entendem como obrigação? As relações familiares são mais marcadas pela obrigação e pelo dever do que as restantes? Janet Finch e Jennifer Mason, na obra *Negotiating Family Responsibilities* (1993), respondem negativamente a esta última questão, mostrando que as normas em termos de apoio familiar são muito menos constrangedoras, e muito menos gerais, do que se poderia pensar. No estudo que realizaram em Inglaterra, as autoras chegaram à conclusão que, para a maioria das pessoas, as responsabilidades relativamente aos seus parentes não eram fixas, sendo muito mais fluidas do que as noções de “obrigação” ou “dever” implicam.

As autoras defendem que existe um “sentido de responsabilidade” que é *desenvolvido* ao longo do tempo, através da interacção entre os indivíduos envolvidos. Existe um processo de negociação no qual as pessoas dão e recebem, pesando um tipo de ajuda contra outro, mantendo uma determinada independência, assim como uma mútua interdependência. Deste modo, as responsabilidades são *criadas* e *construídas* e não dadas à partida como inerentes a uma relação específica.

Os meus dados não permitem subscrever a perspectiva destas autoras. As entrevistas revelam que as obrigações, no interior da família, estão inscritas à partida nas relações. O parentesco é um adquirido mais do que uma construção: existe uma noção do que se espera de um parente e daquilo que ele pode

esperar. O familismo que caracteriza as redes funda-se, em grande parte, nesta noção. Ou seja, a importância afetiva e instrumental da família assenta na certeza de que os seus membros partilham uma mesma noção de “como deve ser”. O que as entrevistas mostram é a prevalência, nas representações dos indivíduos, de uma obrigação familiar de “cuidar dos seus”. Esta está claramente inscrita nas normas reguladoras e distributivas que regem a acção dos sujeitos no interior da rede de parentesco.

No discurso de alguns entrevistados esta obrigação surge, claramente, como algo inevitável e incontestável. Disso são exemplo as entrevistas de Carlos Serra e Guilherme Mendonça, de que se seguem dois excertos.

Da entrevista de Carlos Serra:

Mas no futuro vê-se a tomar conta dos seus pais?

Ora bem, eu acho que sim. Eu acho que um dia... oxalá que isso aconteça, não é? É sinal que a gente chega lá... se for necessário temos mesmo que fazer, e acho que o nosso dever é esse, não é?

Da entrevista de Guilherme Mendonça:

Mas como é que vê a velhice dos seus pais? Pensa tomar conta deles?

O meu pai ainda tem uma saúde... a minha mãe tem um problema nas pernas e passa o dia todo de pé... pronto, mas se tiver que ser... portanto... tomar conta deles, tem que ser. Eles também tomaram conta de mim, quer dizer... não há nada a fazer... quando chegar a nossa hora temos que estar lá para eles.

Philippe Rospabé sublinha a ambiguidade do termo “obrigação”, que se aplica a instituições diversas, onde o constrangimento é de natureza diferente (Rospabé, 1996). O autor distingue dois significados: no sentido jurídico, técnico, a obrigação define uma relação legal entre duas pessoas, em virtude da qual uma

pessoa pode exigir algo da outra³. Este laço jurídico estabelece um devedor e um credor, podendo o segundo exigir “alguma coisa” do primeiro, sob pena de uma sanção jurídica. Para além deste sentido restrito, Rospabé fala de uma obrigação em sentido lato, a obrigação moral que resulta de um compromisso, que não é *obrigatório*, no sentido jurídico do termo, dado que não está sujeito a sanções deste tipo, mas que funciona como um imperativo (Rospabé, 1996: 142-143).

Em Portugal, os dois significados do termo contribuem para que as obrigações familiares estruturam as representações e as práticas dos indivíduos. Podemos constatar, simultaneamente, um peso importante dos valores familistas e um enquadramento jurídico que reforça esses valores. Como ficou estabelecido no Capítulo 2, as obrigações familiares continuam consagradas nas leis fundamentais que regem os cidadãos e continuam, também, a persistir nos valores que regulam as relações familiares⁴.

Apesar do carácter de dever moral de que se revestem as obrigações familiares, elas não deixam, no entanto, de ser tecidas na reciprocidade. Como já foi referido no ponto anterior, devem-se cuidados aos pais, porque eles também já cuidaram dos filhos. Contudo, o simples facto de dar a vida aos filhos já é por si merecedor de uma retribuição, o que acentua, simultaneamente, o modo como as obrigações entre pais e filhos são naturalizadas nas representações dos sujeitos.

³ “Obrigação é o vínculo jurídico por virtude do qual uma pessoa fica adstrita para com outra à realização de uma prestação” (Artigo 397º do Código Civil).

⁴ A já referida maciça adesão dos portugueses à afirmação “devemos amar pai e mãe, independentemente das suas qualidades e defeitos” (cf. Capítulo 2) leva Ana Nunes de Almeida a afirmar que “é como se o vínculo biológico, o laço de sangue, fosse, em absoluto, um dado natural que impõe àqueles que possuem um estatuto de descendentes deveres indiscutíveis” (Almeida, 2003: 77).

Luís Vicente fala da obrigação de cuidar dos pais na velhice como uma forma de retribuição “por aquilo que eles fizeram”:

E se eles precisarem... a sua mãe tem esses problemas de saúde... vê-se a tomar conta deles ?

Sim, com certeza. Porque eles tomaram conta de nós durante muito tempo, acho que é nossa obrigação... temos que tomar conta deles, não é, pronto...

E acha isso relativamente aos seus pais, ou acha que todos os filhos têm a obrigação de tomar conta dos pais?

Cada um tem a sua mentalidade, não é? Eu pessoalmente acho que devo, se algum dia eles necessitarem, tomar conta deles... e tê-los lá em casa, e fazer tudo o que estiver ao meu alcance para os ajudar, numa altura mais complicada da vida deles. Os outros filhos, não sei, falo por mim. Eu tenho razões para o fazer. E acho que eles fizeram muito por nós, só o facto de nos terem trazido ao mundo isso... pronto... me leva a dizer isso... e a ter essa atitude, se algum dia for necessário, pronto, acho que nem todos os filhos fazem, mas não sei, sinceramente, não sei.

E quando há mais do que um filho, como é o seu caso, tem uma irmã, acha que têm todos a mesma obrigação de cuidar dos pais ou deve-se pensar...

Penso que sim, porque eles não foram mais pais para mim do que para ela, foram igual para os dois, pronto. O facto de ela estar mais distante não influencia absolutamente nada e aliás ela também é muito amiga deles... e ela está mais ligada à minha mãe... eu estou mais ligado ao meu pai, como é normal, penso eu que é normal... mas penso que ela pensa da mesma forma que eu. Aliás, acho que nesse assunto temos os dois a mesma ideia... se algum dia eles precisarem de nós... acho que estamos disponíveis para os ajudar em tudo o que for preciso.

Na entrevista de Natividade Jerónimo encontramos a mesma ideia relativamente à obrigação de cuidar dos pais: uma forma de retribuir o que eles fizeram por ela.

Olhe, e os seus pais, como é que vê a velhice deles, pensa tomar conta deles?

Sim, sim... como é que hei-de explicar? Não os vejo velhos... é difícil... embora o meu pai já faça amanhã cinquenta e seis anos, não é?

Ainda são novos...

Ainda são novos. É difícil para mim aceitar... para já porque o meu pai é uma pessoa muito mexida... a minha mãe também, mas o meu pai, principalmente, é uma pessoa muito activa. O meu pai é assim... eu adoro-o... é assim, eu gosto muito da minha mãe, mas tenho uma adoração especial pelo meu pai... porque é assim... o meu pai é uma pessoa, que já tendo os seus cinquenta e seis anos, é capaz de fazer partes de criança e eu adoro essas partes nele. Ele é um adulto, mas no fundo, é uma criança. Ele é capaz de... sei lá, achar piada fazer um boneco... e até a maneira como brinca com elas... mete-se no chão de gatas e elas pulam-lhe em cima e depois é muito brincalhão. Assim vê-los velhos... não... quer dizer, não estou a vê-los num lar. Só tenho pena é que no nosso país... por exemplo, se desse um ordenado às pessoas para ficarem em casa a tomar conta dos pais. Eu não estou a dizer... mas se calhar estou a ver-me a pagar a alguém para tomar conta deles... para um lar não. O meu pai... lar não... ele diz que para um lar prefere morrer. O que é eles quando pensam em lares pensam que é ficar lá entrevadinhos, pronto. Não é como um centro de dia que a pessoa vai para se distrair para jogar cartas, pronto. Não vê nesse aspecto... ele julga que num lar é para estar lá entrevadinho, sentado numa cadeira... que não se pode mexer, e então... e não quer ir. E eu não... quer dizer, eu não me sinto no coiso de o lá meter, pelo menos se eu puder não vão para lá. Se eu puder pagar a alguém para tomar conta deles ou se eu puder deixar de trabalhar para tomar conta deles... desde que esteja bem, então... porque eles... eu fui uma criança muito difícil de criar... e eles têm que recolher aquilo que ele fez por mim, porque muitas das dificuldades da vida deles se calhar começou por mim... por eu ter vindo fora do esquema. Eu tenho dezassete meses de diferença da minha irmã e quando nasci vim muito doente e internaram-me logo passado quinze dias de ter nascido. Fiquei lá seis meses, onde a minha mãe só viveu para mim praticamente. Ainda há pouco tempo... e já tenho vinte e sete anos... há pouco tempo é que eu

percebi que a minha mãe disse que tinham tido duas vacas e venderam-nas para comprar os medicamentos para mim... quer dizer... aí é que a gente dá os valores... que eles se calhar podiam estar muito melhor na vida e deixaram, lutaram, não é? Há vinte e sete anos atrás quem tinha duas vacas era muito bom e... quer dizer, pronto, vejo... e pronto, e por isso...

Sente-se na obrigação de um dia se for preciso tomar conta deles?

Sinto-me na obrigação de lhes pagar na mesma moeda, aquilo que eles têm feito por mim. Acho que é pouco aquilo que eu algum dia vá fazer por eles. Só espero que eu um dia possa mesmo ou largar isto [o salão de cabeleireira] para poder ficar com eles, ou pagar a alguém, mas para eles ficarem em casa, para um lar não.

Embora as obrigações entre pais e filhos estejam claramente inscritas nas representações das pessoas entrevistadas como "naturais", elas são também construídas relacionalmente. Esta questão torna-se mais clara quando observamos a diferenciação na definição das obrigações no interior da mesma rede e para os mesmos laços. De sublinhar que a ausência de um sentimento de obrigação nos laços de filiação é sempre uma consequência de rupturas e conflitos familiares.

Lino Rodrigues sente obrigações com a mãe e os sogros, mas não com o pai, com quem entrou em ruptura há muitos anos, por este ter abandonado a família.

Olhe e como é que vê a velhice dos seus pais, e também dos seus sogros, vê-se a tomar conta deles?

Com o meu pai não... o meu pai... isto é frio... tenho que ser frio a dizer isto... mas o meu pai pode estar muito mal que não lhe estendo a mão. Isto é triste... dizer isto, mas não estendo. A minha mãe estendo, como é óbvio... depois temos que conciliar isso entre todos, todos temos... os meus sogros também é a mesma coisa. Os meus sogros se caíssem... pronto, se tiverem um azar de... pronto, de caírem numa cama... também temos que... temos que ajudar, porque eles têm... dentro das possibilidades deles... que não são pessoas abastadas... não são... vivem do trabalho. Têm ajudado muito, por

isso temos de lhes dar a mão, temos que lhes fazer o que pudermos, porque eles também fazem tudo por nós.

E sente-se um dia na obrigação de retribuir?

Não é bem obrigação...

Não se dá bem com a palavra obrigação?

Não... eu... sabe que eu... eu tenho uma certa aversão a obrigação. Não é obrigação, mas acho que é um dever que eu tenho para com eles.

E com a sua mãe também sente a mesma coisa?

E com a minha mãe também, apesar de sentir um pouco mais pelos meus sogros... apesar de ser minha mãe... gosto muito da minha mãe... mas pelo que eles têm feito por nós depois de nós termos casado... têm-nos ajudado dentro das possibilidades deles e muito mais.

A história de Júlia Cruz é algo semelhante à de Lino Rodrigues. O seu pai também abandonou a família para ir viver com outra mulher. Sobre as suas intenções relativamente à velhice dos pais, diz ela:

Olha, e a velhice deles, já alguma vez pensaste nisso, como é que vai ser?

Não... na do meu pai estou-me a cagar... ele que se desenrasque. É um bocado assim, não é? Mesmo... é assim... para já não penso nisso e na altura logo vejo. Penso um bocado assim, também porque tenho mais irmãos, e pronto... e ainda tenho os avós da minha mãe velhotes e têm a vidinha deles na casa deles, e pronto. Não penso nisso... mas não... não penso muito... mas logo se vê.

E a tua mãe?

A minha mãe já vou estar lá mais para ela, porque ela sempre esteve para mim, o meu pai não, não me preocupo muito.

Os casos em que os entrevistados rejeitam a obrigação de cuidar dos seus revelam a dupla vertente de uma norma, simultaneamente, dada e construída. Aqueles que se desvinculam da obrigação fazem-no porque as suas expectativas sobre o que "deveria ser" o comportamento dos seus parentes foram frustradas. A ausência de obrigação deve-se ao modo como o ciclo "dar, receber, retribuir" foi quebrado, resultando, muitas vezes, em situações de

conflito e mesmo ruptura familiar. O que não existe é a obrigação de retribuir, porque as obrigações de dar e de receber também não foram cumpridas. O que é interessante verificar no discurso dos entrevistados que rejeitam a obrigação de cuidar dos pais é que quase todos têm dificuldade em assumir que a sua posição seja no futuro concretizada na acção prática. Os pais “não merecem”, não se sentem obrigados, mas “não sabem como será”, “talvez”. Ou seja, o peso da obrigação moral, dada à partida pelo laço de sangue, sobrepõe-se ao modo como a relação foi construída.

O discurso de Juliana Afonso expressa estas ambiguidades. Juliana tem dificuldade em lidar com as suas obrigações familiares. Por um lado, não se sente obrigada, porque os pais e sogros nunca corresponderam às suas expectativas de apoio, por outro lado, não sabe se terá “coragem” de assumir esta posição.

Olhe, e a velhice dos seus pais... se eles precisarem que alguém tome conta deles... como é que acha que vai ser?

Eu acho que... esse é um problema que me assusta um pouco, porque é assim... em relação à minha sogra... ela continua a dizer que... desde que a conheço... que quando nós abordamos esse assunto nas conversas... ela é da opinião... não quero dar chatices aos meus filhos, eles têm a vida deles, têm a vida organizada, eles não podem deixar a vida deles, nem desempregar-se para tomarem conta de mim, portanto, é sabido que o meu pézinho de meia é para o lar, para o lar, ou então arranjar alguém que tome conta de mim... pronto, a minha sogra pensa assim. Pronto, o meu pai pensa mais ou menos assim. A minha mãe pensa assim: Deus me livre, eu fiquei... a minha avó que eu já não conheci ficou parálitica com o nascimento da minha mãe e morreu com vinte e quatro ou vinte cinco anos... tinha a minha mãe vinte e quatro ou vinte e cinco anos. Portanto, a minha mãe conheceu sempre a mãe dela numa cadeirinha de rodas... eu até aos vinte e quatro... até aos vinte e quatro... não sei se até aos vinte cinco anos... eu tomei conta da minha mãe, portanto, sempre a conheci numa cadeirinha de rodas... vivíamos com muito mais dificuldades que hoje em dia... eu aos meus filhos não os larguei para ir trabalhar, tomei sempre

conta dos meus filhos, então os meus filhos são obrigados a tomar conta de mim. A minha mãe pensa assim, eu só para lhe dar um exemplo, Sílvia, aqui há cerca talvez de dois anos... ano e meio... eu cometi um grande erro, sem culpa nenhuma, quer dizer... no meu à vontade a falar... isso para ela ofendeu-a imenso... porque foi assim, a minha mãe tem problemas de saúde... porque é muito doente... tem diabetes, tem... sofre do coração, já foi operada à barriga, tem uma série de problemas...

Que idade é que ela tem?

Ela tem sessenta e seis... é mais nova... tem menos dez que a minha sogra... mas tem muitos problemas... e então nem sempre tem aquela pachorra que tinha para fazer a comida... disse... ó mãe, mas porque é que te hás-de estar a preocupar com isso? tens ali o centro de dia que eles têm refeição feitinha sempre a tempo e horas, têm o prato da dieta, têm o prato normal, tu pagas uma pechincha, faz de conta que é o dinheiro que a mãe está a gastar nas coisas, vai lá e almoça... Eu disse isto sem maldade nenhuma, Sílvia, e ela disse... ficou horrorizada, porque eu queria a meter num lar já... mas como é que é possível? a minha filha quer-me pôr já num lar, e trata... Eu disse, ó mãe, não é nada disso, repara o meu irmão está na Covilhã, a minha irmã trabalha o dia inteiro, tu não tens paciência para fazer a comida, eu estou em Lisboa, o pai não... o meu pai é do estilo que não percebe nada, é macho latino, não estrela um ovo, nem se levanta a buscar uma colher que faltar na mesa, não é? A única solução é essa, portanto. Não... ficou horrorizada... e passado este tempo todo ela ainda diz que eu que já a quis meter num lar e ela não vai para o lar, não vai. Agora é assim, Sílvia, eu penso assim... eu depois também sou um bocado revoltada com a situação. Penso assim... eu em Lisboa tive assim umas experiências sozinha... elas estiveram cá... a minha sogra quinze dias... quando foi do Edgar e a minha mãe quinze dias quando foi do Rui... elas foram à vida delas... já estavam as duas reformadas... nunca perguntaram é preciso eu ir aí... queres que eu vá aí... ou vou passar aí uns tempos contigo... ou estás numa situação mais difícil, precisas de ajuda... nunca disseram isso, porque têm a vida delas lá em cima. A minha mãe para tomar conta do meu pai, entre aspas... e a minha sogra para tomar conta das galinhas e dos galinhos... tudo bem... eu nunca as critiquei, nem nunca as responsabilizei por isso.

Agora é assim: eu entreguei os meus filhos a uma senhora que não conhecia de lado nenhum, aos três meses porque queria trabalhar... eu vou abdicar do meu emprego para tomar conta deles um dia? Também é uma coisa que eu também não estou a ver muito bem. Não digo que não o faça, perante a situação... porque eu depois também sou muito mole nessas coisas, pronto, e também me custa imenso... será que eu sou capaz de ter sangue frio de o fazer? Porque é sabido que é assim... em relação ao Mateus... ele só tem um irmão e eu também não estou a ver a cunhada dele a abdicar da carreira dela para ficar com a minha sogra, se bem que tenham um espaço enorme, uma vivenda luxuosa com quartos vagos, com isso tudo... Vou fazer uma comparação... a minha sogra... vou trazer os meus pais para baixo, para esta casa que já é pequena para nós, vou abdicar da minha família para ir lá para cima tomar conta deles... não estou a ver e isso é uma coisa que me preocupa imenso. Porque é assim: eu num lar eu acho que é muito triste... metê-los num lar... e ainda por cima não querendo eles mais complicado se torna, não é? Mas eu não sei... terá que se resolver depois na altura... se lá ficam com uma senhora da província mais nova que os conheça bem... que a gente conheça bem... que seja capaz de lidar com eles e que a gente pague tipo uma mensalidade como nós agora estamos a pagar para ter os nossos filhos no colégio... depois também é nossa obrigação pagar. Eu penso um bocado assim, Sílvia... sinceramente não me estou a ver a desempregar... a não ser que as coisas modifiquem muito ainda... porque é neste espírito de tratamento que eu penso... eu às vezes costumo dizer para o Mateus... ninguém abdicou da vida deles para nos facilitar a nós, porque é que nós agora temos que fazer sacrifícios de forma a prejudicar? E eles sabem perfeitamente que têm uma porta aberta apesar da casa não ser grande, mas sempre que quiserem vir cá abaixo... O meu pai agora desde que está reformado já tem vindo algumas vezes, mas poucas... poucas, porque é assim... eu acho que eles cá em baixo também não se sentem muito bem porque o meio deles é lá e eles cá sempre estão um bocado acanhados.

Alberta Lopes teve conflitos graves com os pais e o irmão por causa do modo como os pais geriram as ajudas materiais aos dois filhos.

E como é que vê a velhice dos seus pais... vê-se tomar conta deles?

Não sei, penso que eles não merecem. Às vezes o meu marido diz que eu que nunca... pronto... que não tomo conta deles... mas não sei... a gente não pode dizer nada do dia de amanhã, não é? Eles... por um lado... eles não merecem, não é? Porque eles um dia merecem é eu dizer... o bem que você fez ao meu irmão... que trate de vocês... porque vocês não me fizeram nada a mim... e eu posso ir herdar, mas é só depois quando eles morrerem, porque eu agora não estou a gozar nada daquilo que é dos meus pais e o meu irmão já está ajudado. Porque já tem uma casa que foram eles que a fizeram e foi só meter-se lá dentro e comprar as mobílias. Está bem que eu também não sei se foram os meus pais que também deram, porque eu não estava lá para ver... não sei se os meus pais lhe deram também algum dinheiro para eles comprarem mobílias... mas eles dizem que não... que só fizeram a casa e eles é que compraram as coisas todas... tanto que a casa ainda está em nome dos meus pais. Também se fosse para nome dele também exigia que aquela... o meu pai dizia que aquela que a fazia... que... pronto, que era para um... e onde eles estão a viver que era para outro, pronto. Agora parece que é para mim, mas, um dia, quando eles morrerem... agora não tenho nada... não estou a usar nada deles... mas ele diz que também, às vezes... também dizem que não precisam dos filhos, porque vão para um lar... que têm dinheiro... por isso que pagam um lar. Talvez já andem-se a lembrar de alguma coisa, não é? Ou tenham remorsos de alguma coisa. Mas não falam, mas... sei lá se pensam já para eles e dizem que não precisam dos filhos porque têm dinheiro... que depois que vão para um lar, não sei... não é? Também não quero o mal deles, não é? Por enquanto, eles... pronto... têm tido problemas e assim, mas bem... vão tendo saúde, vão podendo trabalhar, e a minha mãe ainda lá faz umas horas, e assim, lá na Alemanha.

Cristina Neves entrou em ruptura com os sogros devido ao negócio familiar. É a eles que atribui responsabilidades pelas dificuldades económicas que atravessa no momento, depois de já ter vivido com bastante desafogo.

E com os seus sogros, como é que acha que vai ser?

Com os meus sogros se for como eu penso que vai ser... nunca vou tratar deles, porque... quer dizer... no fundo... no fundo não sei se é estar a ser má, se é estar a ser realista... eu acho que eles não merecem... depois de tudo aquilo que nos fizeram não merecem. Pronto, são pessoas humanas... quer dizer, se eu os vir sozinhos sem ninguém para tratar deles, sim... sou incapaz de deixar uma pessoa abandonada, não é por ser da minha família, mas eu... pronto, mesmo que não fosse... se vir um velhinho que precise de ajuda eu ajudo e não pergunto quem é, pronto. Para mim os velhinhos e as crianças acho que para mim... quer dizer... a gente gosta sempre mais daqueles que conhece e não sei quê, não é? Porque a gente não tem carinho por aqueles que não conhece... mas se eu vir que necessitam ajuda eu sou incapaz de passar e fingir que não vejo, como muita gente faz... eu não sou capaz. Por isso mesmo aquelas pessoas que me dizem alguma coisa eu teria mesmo que... e então é assim... eu pessoalmente não faço ideias de tratar deles... mesmo agora... se realmente for uma necessidade... se tiver que ser... é de facto. Não deixaria as pessoas abandonadas, não é? Mas duvido que me calhe.

Apesar da interiorização da obrigação familiar ser clara, alguns entrevistados rejeitam o termo, e tendem a conferir-lhe um significado negativo. Existe uma recusa da obrigação familiar como forma de constrangimento ou coacção. Os discursos dos entrevistados revelam uma tensão entre norma e dever, por um lado, e liberdade e afectividade, por outro lado. É como se o reconhecimento da existência de uma obrigação *a priori* anulasse o efeito dos afectos. Deste modo, a obrigação assume formas diversas, que tentam ultrapassar a concepção de dever imposto, e conceber uma via em que “o que deve ser feito” é matizado pela dimensão relacional e pelas escolhas e os afectos

individuais. Assim, as práticas de cuidar, dar, receber, retribuir, no interior da família, deixam de assentar na obrigação e passam a ser definidas como “demonstração de afecto”, “retribuição”, “colaboração”, “partilha”, “algo que se faz com prazer”⁵.

Esta constatação corrobora a hipótese da relação específica do sistema de dádiva com as normas, que se discutiu no Capítulo 2. Por um lado, confirma a ideia de que “as regras do dom devem ser implícitas” e, por outro lado, de que existe uma tendência generalizada para os actores negarem a obediência a um sistema normativo num gesto de dádiva.

O discurso de Lino Rodrigues é um daqueles em que é claro o “tabu da explicitação” de que fala Bourdieu (1997). No extracto da sua entrevista que se segue, assim como no acima transcrito, rejeita o termo “obrigação”.

Sente-se na obrigação de retribuir as ajudas?

Pronto, não é obrigação... é uma coisa... é uma coisa que eu gosto, porque os meus sogros são espectaculares, eu acho... não sei se haverá alguém que tenha uns sogros como os meus. É verdade. E pronto... e eu não me sinto na obrigação porque... por exemplo, na azeitona, não vou... não vou para a azeitona, porque é uma coisa que eu não gosto, não vou apanhar milho, mas sou capaz de... por exemplo, tirar... como é que aquilo se chama...

Descamisar?

Descamisar o milho e tirar... pronto... tirar o milho da maçaroca. Sou capaz de ir ajudar. Ainda outro dia chegou lá a minha sogra, estava a fazer isso, sentei-me ao lado e pronto, é... não é uma obrigação, mas é... eu gosto de fazer... ir por obrigação, não, não.

⁵ Alcon *et al.* (1996), num estudo sobre os discursos acerca das obrigações familiares, realçam a diversidade de significações do conceito: desde a recusa absoluta da ideia, e da defesa de que tudo é voluntário, até à convicção da necessidade da existência de um dever moral para que algo possa ser feito.

Apesar do seu discurso familista, ao longo de toda a entrevista, Elisa Coimbra defende que a “vontade” se deve sobrepôr à obrigação.

E pensa que os filhos têm todos a mesma obrigação relativamente aos pais ou...

É assim, eu acho que as coisas não se devem fazer por obrigação. Acho que as coisas devem ser feitas com vontade e acho que quando é por obrigação acabam depois por se sentir mal, quer os pais, quer os filhos. Parece que está ali alguém a mais, não é? Por isso eu acho que... por exemplo, a minha avó está mais tempo com a minha mãe... agora está com a minha mãe... não está em casa da minha tia... e sente-se bem assim. E a minha tia também não repara, embora estejam ali ao lado, e acho que tem a ver... também em casa da minha mãe é capaz de ter sempre mais alguém por lá... eu vou lá quando posso... é diferente... acho que depende das situações... depende do relacionamento... porque acho que não é... não é o gostar mais de um filho ou gostar mais do outro... acho que tem a ver... os relacionamentos são diferentes... ou os outros feitos são diferentes... não é um feito pior do que outros... mas eu acho que essas coisas têm que se... acho que estar a dividir um mês num lado, um mês no outro... acho que também é um bocado... porque depois tudo se pode arranjar. É natural que em alturas que dê mais jeito... até porque as pessoas podem ir... precisar de sair... combinar... acho que isso é perfeitamente normal. Agora aquela coisa de um mês num lado, um mês no outro... geralmente é assim que acontece, não é? E eu acho se podendo evitar... mas isso tem que ser de comum acordo...

O discurso dos entrevistados sobre este tema parece revelar uma tendência contrária à identificada por outros estudos realizados no resto da Europa sobre as solidariedades familiares. Se nos outros países, sobretudo em França, os autores encontram um discurso antigo com práticas novas e falam do “novo espírito de família”⁶ (Attias-Donfut *et al.*, 2002; Bawin-Legros, 2003), em Portugal, este estudo

⁶ Título do mais recente livro de Claudine Attias-Donfut, em colaboração com Nicole Lapierre e Martine Segalen (Attias-Donfut *et al.*, 2002).

aponta para a existência de práticas antigas com um discurso novo⁷. Existe um “velho espírito de família”, assente em obrigações claramente definidas, e estruturantes das práticas dos indivíduos, que se articula com um discurso inovador, em que autonomia, independência, democracia e afectividade se revelam factores importantes para definir o que “deve ser feito” e o que “é feito”.

As entrevistas mostram como as obrigações são sobretudo sentidas no interior da família, estão essencialmente ligadas aos laços de sangue e sujeitas a um processo de verticalização no interior da rede. No entanto, é possível construir obrigações com elementos da rede fora da família (Finch, 1989). Na amostra, estas não são muito comuns, sendo dirigidas para os escassos laços fortes construídos através das relações de amizade. Dado que este tipo de laços é marcado pela liberdade, pela escolha e pelo risco, as obrigações exteriores à família são inteiramente construídas na relação com o outro e baseadas na reciprocidade. Como já se viu, as exigências com as relações de amizade são muito fortes, nada é dado à partida, tudo é posto continuamente à prova pelos contributos de cada elemento da díade. As obrigações assentam na segurança da continuidade do ciclo “dar, receber, retribuir” – eu tenho obrigação de dar e receber a um amigo, porque ele faz o mesmo comigo. Aliás, só lhe chamo amigo quando tenho garantias que isso acontece. Se elas existem, então as obrigações podem ser tão fortes como as que se encontram no interior da família.

⁷ Esta realidade não se limita às questões aqui analisadas. A coexistência, no domínio da família, de práticas tradicionais com valores e discursos progressistas tem sido sublinhada em diversos estudos. Por exemplo, no domínio da conjugalidade – muitos pensam que o casamento é uma “instituição antiquada”, mas todos casam (Almeida, 2003: 54-55). Enquanto, relativamente ao trabalho doméstico, todos pensam que ele deve ser partilhado, mas apenas as mulheres trabalham (Torres *et al.*, 2004).

11.3 | Igualdade, mas...

O discurso das pessoas entrevistadas sobre contribuições, retribuições e obrigações no interior da rede é muito marcado pelo princípio da igualdade – “todos devem receber o mesmo”, “todos têm a mesma obrigação”. A igualdade parece ser um critério fundamental para definir o que é justo. No entanto, como já foi anteriormente referido, esta igualdade não se refere à reciprocidade no interior da díade dador-receptor, mas à relação entre dadores e entre receptores. Não importa se o filho retribui ao pai, importa, sim, que os pais devem dar o mesmo a todos os filhos, e que os filhos têm todos igual obrigação de cuidar dos pais na velhice.

A entrevista de Ana Miranda revela, como outras, a preocupação que os pais têm em equilibrar as dádivas que fazem aos filhos.

E acha que quando se empresta dinheiro entre familiares devem-se pagar juros desse dinheiro, ou não?

Ah, não. Acho que não... não. E no meu caso, o meu pai sempre fez uma coisa muito certa... se ele dá cinquenta a uma, dá cinquenta a outra. E eu nunca lhe pergunto se ele deu ou não deu à minha irmã. Mas ele é o primeiro a me dizer... eu dei xis à tua irmã, por isso vai isto para ti. Mas sempre foi assim sério connosco e com outras pessoas. O meu pai comprou um brinquedo para uma criança, se há outras duas ele compra para as outras duas igual... pode não ser igual mas tem que ser o mesmo valor. E eu e a minha irmã fomos habituadas assim... eles habituaram-nos assim... o que havia para uma, havia para a outra... e nós continuamos... e hoje continua, se dá a uma, dá a outra.

O discurso de Carlos Serra mostra como o princípio da igualdade rege contribuições, retribuições e obrigações de pais e filhos.

E acha que os filhos têm todos a mesma obrigação?

Eu acho que sim... acho que têm todos.

Mas acha que... por exemplo, por estar aqui mais perto vai ter mais responsabilidades?

Ora bem... isto é assim... enquanto eu não me importo... não tenho problemas nenhuns... quando venho... até porque eu não me importo... quer dizer, eu não venho se calhar dia nenhum à noite que até não vá até lá em baixo, a ver como é que a coisa está, pronto... e é lógico que a minha irmã está em Lisboa, não pode vir fazer isso, não é? E o meu irmão que está na Guarda não vem agora cá de propósito, não é? Agora partindo de um princípio... quando, por exemplo, se passa com o meu avô e com a minha avó... ele está ao mês... cada mês está com o seu filho... ora bem, quando eles chegarem a uma altura dessas, eu acho que todos devem... pronto... neste caso, ao mês... todos devem, pronto, dividir para com eles... a parte deles e a responsabilidade. Acho que se sempre foram... e são... e somos... todos tratados de igual... portanto, na altura também temos que tratar todos igual deles... que é o que se passa agora com o meu avô... ele está... uma filha, por exemplo, está no Brasil mas tem cá uma outra, que fica dois meses, pronto... lá fizeram um acordo. É lógico que ele também não podia ir daqui para o Brasil, nem ela podia vir de propósito para tratar um mês dele, não é? Há esses casos pontuais. Agora de resto havendo possibilidade e coiso... eu acho que todos têm que tratar por igual, uma vez que beneficiam também por igual, não é?

A não aplicação do princípio da igualdade na atribuição de dádivas aos filhos é dos principais motivos de tensões e conflitos entre pais e filhos, e entre irmãos, e uma das razões fundamentais para as rupturas familiares. Dado que o princípio da igualdade se aplica à relação entre dadores e entre receptores, os problemas ultrapassam a díade dador-receptor e generalizam-se ao conjunto dos elementos envolvidos. Por se sentirem injustiçados, os filhos têm conflitos com os ascendentes, mas também com os colaterais, por "pactuarem" com as desigualdades. Um exemplo deste tipo de situação é o caso já referido de Alberta Lopes, que entrou em ruptura com os pais e irmão, por se sentir prejudicada relativamente às ajudas prestadas pelos pais. Mas os exemplos

multiplicam-se nas entrevistas. As situações de conflito no interior do parentesco restrito passam quase sempre por disputas acerca de desigualdades nas contribuições e retribuições de pais e filhos, irmãos e irmãs.

A avaliação de Diogo Ferreira sobre o comportamento dos seus sogros face aos três filhos (a sua mulher e dois irmãos) mostra como a não aplicação do princípio da igualdade provoca, senão conflitos, pelo menos desconforto, e muitos não-ditos no interior da família.

E aos seus sogros também costumam retribuir o apoio que eles dão, de alguma forma?

Monetariamente não... não. Monetariamente não. Os meus sogros estão bem... estão muito bem... passaram... pronto... aquela altura um bocado difícil da vida mas estão bem. O meu sogro ganha relativamente bem, a minha sogra tem uma reforma como eu já disse, excelente... não têm encargos, têm a casa paga, não têm filhos para criar, a única coisa que eles têm para criar é os netos. Pronto, eles passaram uma vida apertada, mas ultimamente... estes últimos dois anos... três anos... quase quatro anos... a minha sogra reformou-se há dois anos... reformou-se há dois anos... acho eu... já fez dois anos... eles têm viajado... têm aproveitado. A gente está sempre a ver viagens e papéis. Eles devem ir viajar três vezes por ano... ou quatro... sempre aí por fora. Viajar... passear e não sei quê. E eles têm ajudado muito. Mesmo ainda há pouco tempo eu fiz obras na casa... nós viemos para aqui morar e não mexemos muito na casa na altura... mas eu há pouco tempo... relativamente há um ano... resolvi fazer a electricidade toda nova... canalização... uma cozinha nova... que aquela era muito pequenininha... portanto, tive que aumentar... casa de banho... metemos mesmo aqui obras dentro de casa e depois aproveita isto... aproveita aquilo... obras que eram para ser dois ou três meses duraram oito meses e estivemos a viver em casa dos meus sogros... foi até a gente já não se poder mais ver... já estávamos mesmo saturados... ainda vim para casa e ainda não tinha a casa acabada... é de vez em quando vamos jantar... pagamos-lhe um jantar... as retribuições nunca são monetárias, são...

Tentam compensar de outra forma...

Sim, sim, não é? Pronto, não queremos... temos as nossas coisinhas, não é? Temos as nossas coisinhas... porque o meu sogro tem três filhos, uma filha... duas filhas e um rapaz... a minha mulher é a do meio. Tem um rapaz mais velho que tem trinta e seis ou trinta e sete anos... poderia estar licenciado em engenharia electrotécnica, mas ele é tão inteligente, tão inteligente... é mesmo inteligente... que é preguiçoso para estudar e para se aplicar, pronto... e nunca se formou. Mas ele é... portanto... é daquelas pessoas que têm um grau de inteligência acima da média, mas, pronto, não... não se formou, casou-se há... vai fazer três anos, se não me engano, com uma moça que é exactamente igual a ele... estão bem um para o outro... ela está em engenharia civil e nunca mais vai acabar... e ele podia ser uma pessoa que podia estar a ganhar muito bem... podia estar numa vida espectacular, não... tem que andar a vender computadores e a chatear-se com... com... pronto... e tem uma outra moça que por azar tem uma doença que... está a pensar que é uma desgraça na família, mas não... tem esclerose múltipla. Como sabe é uma doença terrível, não tem cura, não se sabe bem quando é que começa, nem como vai acabar, portanto, e ela às vezes... às vezes há assim umas pequenas coisas. Como ainda agora aconteceu uma coisa engraçada... determinadas atitudes, pronto... também tem a doença, coitadinha e tal... é aquela coisa e tal... pá... a gente compreende... mas por vezes eu não aceito. Eu também tenho uma doença, a minha mulher também pode ficar doente, quer dizer a gente compreende... por exemplo, a minha cunhada aproveita-se muito da doença dela para muita coisa, por exemplo, ela nunca veio buscar o meu filho para ir passear com ele... nunca o levou a passear... nunca o levou a comer lá em casa... nunca o levou um domingo para passear, nunca... portanto, nunca... nunca vi um gesto dela deste género. Isso magoa-me um bocado. Não ligo, mas para mim... penso nisso... E a minha mulher está sempre a ir buscar o filho dela, apesar... o facto de ser afilhado... ou não... mas está sempre disposta a ir buscar o filho. Ainda agora foram para a piscina, começou a ir para a piscina de manhã e cismou que tinha que levar o miúdo, quando a minha sogra tem lá o meu filho, ela aproveita para levar o dela, quer dizer carrega ainda mais. Portanto, acho que ela abusa um

bocado dessa situação... mas a minha sogra não vê... a minha sogra não vê... a minha sogra sempre teve uma exceção... um carinho muito grande pela minha mulher do que pelos outros filhos... porque a minha mulher sempre foi muito mais... iniciativa para trabalhar... para fazer... não precisa de ajuda e os outros não. O filho dela mais velho é o filho querido... é mesmo... é típico da mamã que tem o filho querido, pronto... é pá... mas eu... eu não condeno, há sempre aquela tendência... há situações engraçadas... que há sempre aquela tendência... e a minha mulher não... a minha mulher não tem o mesmo tipo de... Há situações que são engraçadas... são aqueles pequenos pormenores... ainda há dias o meu sogro voltou com a mesma história, fomos... foi quando foi da lua-de-mel... fomos para o Brasil mas ele aproveitou foi lá ter connosco. Fez daqui uma viagem para o Brasil para ver a família... já lá tinha estado, mas teve de ir outra vez... o meu sogro esteve vinte e tal anos sem ir ao Brasil, e então tinha ido no ano passado e foi... Ainda chegaram a gozar com ele porque nós por acaso fomos inteligentes num aspecto... primeiro fomos fazer quinze dias sozinhos lá pelas zonas mais bonitas e depois é que viemos para São Paulo para o pé da família... mas na primeira noite que passámos juntos o meu sogro dormiu no nosso quarto. Toda a gente gozava... é pá... nem deixas o rapaz à vontade na lua-de-mel! Aquela coisa toda... e o meu sogro na altura... nós tínhamos pedido o cartão de crédito, não nos foi facultado a tempo e fomos sem cartão de crédito... e então precisávamos de alugar um carro... e então, o meu tio fez a reserva, pagou, digamos... tudo o que foi em termos de... portanto, o aluguer do automóvel... penso que foi na altura cento e poucos contos... pá, não me recordo... e aquelas contas ficaram sempre... porque o meu sogro montou aquilo... tem aquilo há anos... já vai fazer quatro anos... e o meu tio... é pá, ainda tem aqui esta coisa para pagar. A gente sabe que de vez em quando eles dão qualquer coisa para ajudar os outros filhos e a gente... está bem, fazemos um bocado ouvidos de mercador... mas quando é preciso, por exemplo, noutras... por exemplo, noutro dia numa situação de um advogado por causa... quando eu vi um advogado puxei de vinte contos... às vezes é preciso umas coisas do Continente, ele dá e tal... é pá, é complicado mas eu também não aponto nada... não aponto nada... às vezes é preciso para isto, é preciso para não

sei quê... nunca aponto. Depois ela ralha comigo... portanto... ela e o meu sogro... há dias disse... tinha lá aquela despesa assim, assim... vocês não pagam... vou compensar os vossos irmãos... vou dar duzentos contos a cada um... eu passei-me... passei-me e disse assim... olha, eu não concordo, eu não tenho nada a ver com o assunto, nem sequer vou falar com o teu pai, mas aquilo que eu devo ao teu pai são cento e poucos contos, além do mais, eu já tenho pago antes despesas nunca aponte nada, nunca quis saber de nada e ele agora vem com a história que vai compensar os outros filhos com duzentos contos? Dá-me a sensação de que ele quer dar duzentos contos a cada um dos filhos e está a dar uma boa desculpa para não te dar a ti... não pelos cento e tal contos ou duzentos contos que vão fazer falta... que se lixe... é a atitude que não está correcta, portanto, é essa aquela... isto tudo veio por causa da distinção, porquê? Porque nós somos olhados pelos que não precisam... pelos que estão bem... que ainda agora compraram um carro que custou não sei quantos mil contos... mas nós trabalhamos e esfolamos para isso! Nós não estamos em desacordo... se ele quiser dar mil contos a cada um dos filhos, pode dar... a minha mulher não quer... é que ela diz... não quer é que ele justifique com coisas que não estão... não têm lógica. Eu preferia que ele dissesse assim... quanto é que você me deve? Quanto é que eu lhe devo? Cento e vinte contos... tome lá, pronto. Agora já pode dar os duzentos contos aos filhos, não precisa de nos dar a mim... não tem é que me chamar a mim a atenção que eu que não paguei aquilo... que vou dar compensação a outros.

Elvira Mendes tem uma relação complicada com a mãe. Um dos motivos para que isso aconteça é a avaliação que faz do comportamento desigual da sua mãe enquanto avó.

A minha mãe está a criar um neto, não é filho, não é? Já criou um... já casou, pronto... casou não... juntou-se... agora estar a criar outro. Ele tem pai e mãe e eu nunca fui lá incomodar ninguém para ficarem com as minhas filhas. Também se fosse era capaz de levar um não. Isso era certo! E está agora a ficar com uma bisneta... eles são de idade... a minha mãe está cega de um olho e do outro mal vê... mas pronto... aí está o Joaquim... que é o meu pai... claro... é que tem que andar para trás e para a frente, para a

frente e para trás. A minha mãe quer... a minha mãe é que exige, não é? E o meu pai tem que fazer, porque senão não leva... claro que não leva... mas ouve sempre... mas é muito mesquinha a minha mãe, eu acho que... eu tive lá galinhas há dois anos... no ano passado ainda... tive em Agosto... não, há dois anos... eu então tive galinhas e andava a dar à minha cunhada... à minha irmã de Lisboa quando cá veio... pronto... eu acho que se... por exemplo, porque eu dei à minha cunhada, porque a minha cunhada tem-me ajudado muito também... porque ela arranja-me muitos trabalhos em renda e eu agradeço por isso, não é? Porque se ela não me arranjar também pouca gente sabe que eu faço e pronto. Eu agradeço muito por isso... ela também... própria... tem-me dado muito trabalho em renda. É claro que não lhe levo o dinheiro que levo aos de fora. Isso é evidente... também porque uma pessoa vende mais barato. Mas a minha mãe não. A minha mãe, por exemplo, eu... se a minha cunhada... o meu irmão... ele basta eles estalarem o dedo... que ela vai logo lá acima ter com eles, não é? Seja para o que for. Ela está sempre disponível, pronto... lá está. Mas mesmo assim, acho que fazem mal... não retribuírem os favores, porque é um favor que está a fazer, ele também tem a vida dele agora, não é? E que afinal de contas uma pessoa casa-se é com a mulher ou com o marido, não é com os pais, nem dum nem de outro lado. Mas a minha mãe... é triste... antes quero fechar os olhos... quem não vê, não peca... e então eu sou assim... quer dizer... e depois também evito mais lá ir por causa das minhas filhas... porque eles estão sempre a gabar muito a outra bisneta... a minha netinha, ela é tão linda, é tão inteligente, é isto... e os outros netos são quê? Malucos? São estúpidos? A minha mãe tem catorze netos... nunca vi um neto ser tão apaparicado como aquele... como aqueles que ela criou vá... como continua a criar... aquela está... está num infantário... mas à noite e de manhã e quando não há nas férias... o infantário... ficam com ele... mas é chato e não sou só eu que falo nisso. Eu tenho as minhas irmãs e a minha cunhada, que é a mesma coisa, quer dizer... é chato... chegar lá... a minha netinha isto, a minha netinha aquilo... eu sei que nós ouvimos isto e as nossas filhas o que são para ela? Não são nada? Não valem nada? Não tem cabimento. E então, eu gosto mais de lá ir até quando não está lá a minha mãe.

A norma da igualdade é, sobretudo, fundamental para definir a circulação da dívida no sentido vertical descendente. Tratar os filhos todos por igual é um princípio inalienável nas relações familiares, que se reveste de particular significado quando se trata de dívidas materiais de pais para filhos. Questões simbólicas, afectivas e jurídicas contribuem para que assim seja. À obrigação moral dos pais acrescem os direitos legais de cada um. Por esse motivo, a herança surge inúmeras vezes, no discurso dos entrevistados, como um regulador final das dívidas. O princípio da igualdade pode ser, por vezes, quebrado de forma conflitual ou consensual, mas existe a certeza de que no "final" todas as contas serão acertadas.

A irmã de António Santos vive numa casa dos pais. Ele não vê qualquer problema nisso, porque quando chegar o momento da herança o equilíbrio será reestabelecido.

E esse apoio... sente esse apoio no dia a dia, dos seus pais e dos seus irmãos, sente que eles são uma presença importante para si no seu dia a dia, ou é mais alguém com quem pode contar, que se precisar... sabe que eles estão lá ?

Pois, sei. É mais o sentimento... não tenho assim a infelicidade de recorrer, não é? Pronto... os meus pais também não são... sei que se fossem mais abastados do que o são que também tinham dado mais ajuda... É que eles têm uma ideia um bocado... pronto... como se pensava que lá na minha terra e na aldeia que as casas e... enfim... têm que ser para a filha... se calhar para arranjar marido... eles construíram uma casa a pensar na filha mais velha.

Mas isso é uma tradição da aldeia ?

Não é tradição, mas é já assim um bocado a consciência das pessoas... que os pais das meninas...

[interrupção]

Estava-me a contar dessa ideia de...

Sim, eu lembro-me... de eles... a minha irmã já viveu um ano e pouco... eles começaram a construir a casa já há uma data de anos... por acaso é a

casa onde ela agora mora... mas a casa demorou muito a ser construída... já era com aquele intuito de quando se casasse, ou não sei quê... e sei lá... há uns seis anos... foram fazendo... não havia necessidade da casa, pronto e então ia-se fazendo. Esteve muito tempo parada a casa, sem acabamentos, nem nada. Depois, entretanto, lá aqueles períodos de menos trabalho... lá se ia dispendendo o tempo ali...

E os outros irmãos não acham estranho essa história dos pais só darem a casa à irmã mais velha ?

Isso eu acho que... dada... não será bem dada, pronto... quer dizer... agora... depois quando se fizerem as partilhas... quando for da divisão dos bens... é capaz de ser incluído no lote. Mas de qualquer maneira, a minha irmã já lá está a morar, foi para lá quando se casou... quando se casou foi para lá e nós consideramos a casa dela. Mesmo que eles queiram depois retribuir aos outros irmãos algum valor dessa... não queremos. Não queremos de forma nenhuma que eles dêem o valor da casa. Se eles quiserem dar alguma coisa a mim e à outra minha irmã... eu acho que também... sei lá... a casa valerá uns milhares de contos... nós também não queremos aquilo dividido em terços. Não quero um terço do valor da casa... agora também acho que algum terreno... um pinhal... ou não sei quê... também não acho que seja correcto eles receberem... o restante seja dividido pelos três... isso é uma coisa que compete aos que vêm medir, esclarecerem bem as coisas... eles já estão a ficar velhotes, qualquer dia...

Na família de Elisabete Godinho existem uma série de desigualdades na repartição das dádivas dos pais para os filhos. O facto tem levantado alguns problemas, mas ela não se preocupa com isso, porque “à morte dos pais” tudo se resolverá:

E essa situação de viver em casa dos seus pais... os seus irmãos nunca disseram nada por viver em casa dos seus pais?

É... é... sabe porque é que é? Porque são amigos e não se importam. Os outros são invejosos... é por isso... somos sete e o que está mais bem na vida... que se pode dizer assim... porque é o que está mais bem na vida... tem uma casarona... que o outro tem igual, porque fizeram iguais no terreno

do meu pai... mas só que um é polícia e já tinha o dinheiro todo para a casa e o outro é electricista e teve que o pedir ao banco. É o mais invejoso da família e não é por ser... podem dizer assim... ai, não gostas dele, ou isso assim... não é por não gostar dele, porque ele é meu irmão como os outros, mas é verdade... porque eu estou ali na casa do meu pai... vou fazer dez anos de casada... fui para lá praticamente há dez anos e ele há dias chapou-me na cara que eu que lhe tinha roubado a casa... quando a casa nem sequer é dele! Mas só porque na altura fui para lá e ele tinha lá as coisas dele... mas foi o que o meu pai disse... eu antes de dizer se podias vir para cá telefonei-lhe a procurar se quando viesse para cá já não queria a casa porque... pronto, ele tinha lá as coisas dele... se ele viesse para cá tinha mais direito a ela do que eu, não é? Porque já lá tinha estado e tinha lá as coisas dele. Só que ele disse que quando viesse para cá que não ia para lá... ele nem sabia quando vinha para cá... porque ele só cá está há coisa de quatro anitos... só cá está há coisa de quatro anitos... e ele há tempos soube-me dizer que eu que lhe tinha roubado a casa! Por isso mesmo é que eu digo... há pessoas que não se importam... os outros não aceitam...

Mas o seu pai também lhe deu o terreno para ele fazer a casa?

Deu. O meu pai deu um terreno a ele e ao outro e também me dá a mim, se eu quiser. Dá a qualquer um deles.

Porque tem para dar?

É assim... é terreno cultivadio... é um quintal que ele tem lá, mas que dá para fazer... porque foi das heranças da minha mãe... que ele não tinha aquele terreno... a minha mãe é que herdou. Dá para fazer uma... pelo menos... lá no quintal... está lá a dele... e dá para fazer mais duas... e depois tem uma vinha separada, que dá para fazer mais uma... já são três... como estes já fizeram... já são cinco, não é? Cinco... só ficam dois e ele tem lá uma casa enorme que alguém tem que a herdar, pronto...

E o seu pai tenta fazer igual para todos?

Para todos. Pensa igual para todos... ele... pronto, quando foi para dar aos meus irmãos, chamou-nos lá a todos, não é? Tivemos que concordar. Porque foi assim... o terreno foi avaliado em xis e depois à hora da morte dele... ou eles... é assim, se os meus pais precisarem de dinheiro, eles têm que o dar antes deles morrerem... se os meus pais não precisarem então eles, à hora

da morte deles, se tiverem a dar dinheiro dão-lhe dinheiro se tiverem a receber recebem, pronto. Por isso mesmo ele dá a todos conforme deu agora.

A definição e aplicação do princípio da igualdade na circulação da dádiva familiar reveste-se de alguma complexidade. No estudo, já citado, de Coenen-Hunter *et al.* (1994), sobre as solidariedades familiares, os autores discutem a aplicação dos princípios de justiça distributiva aos processos de negociação familiar sobre a entreatajuda, chegando à conclusão de que a definição do papel dos diferentes membros da rede de parentesco na prestação de apoio se faz de acordo, fundamentalmente, com dois princípios: o da igualdade e o da equidade. O *princípio da igualdade* postula que todos devem contribuir de igual modo, em nome de uma similitude de estatuto. O *princípio da equidade* pressupõe, pelo contrário, que a contribuição de cada um deve obedecer a determinados critérios: recursos socioeconómicos e/ou disponibilidades concretas (tempo, proximidade geográfica, etc.); identidade sexual e ordem do nascimento (as filhas, os mais velhos, etc.); aptidões (técnicas ou relacionais). No caso do princípio de equidade, os critérios de repartição das obrigações variam consoante o tipo de ajuda que se presta (dinheiro, serviços domésticos, apoio moral, etc.) (Coenen-Hunter *et al.*, 1994: 152).

As conclusões deste estudo aproximam-se bastante daquelas a que chegaram estes autores. Em primeiro lugar, a pesquisa de Coenen-Hunter *et al.* revela que a norma de equidade maioritariamente prevalece sobre a da igualdade (Coenen-Hunter *et al.*, 1994: 153). Em segundo lugar, os trabalhos sobre justiça distributiva dos autores revelam que no inventário dos recursos intervêm critérios muito diversos, na maioria das vezes geradores de conflito entre os actores envolvidos. E, finalmente, o estudo sobre as solidariedades familiares revela que muitas vezes as dificuldades são resolvidas em função dos critérios mais simples (proximidade

geográfica, horários de trabalho, etc.) sem que os indivíduos envolvidos fiquem forçosamente satisfeitos.

As entrevistas mostram claramente como, dependendo do recurso em jogo, o discurso dominante sobre o princípio da igualdade é, na prática, substituído pelo princípio da equidade. Em poucos domínios a igualdade prevalece: sobretudo nas ajudas monetárias e nos bens materiais. Aqui dá-se o mesmo a todos os filhos: o mesmo dinheiro, o mesmo terreno, a mesma prenda, um valor monetário igual ao do terreno ou ao da prenda, etc.. Quando se fala de ajudas em serviços e em cuidados tudo se altera: ajuda-se quem está mais perto, quem precisa mais, quem pede. O princípio da equidade passa a prevalecer, os fluxos deixam de ser regidos pela igualdade: eles são desiguais de pais para filhos, de filhos para pais, de avós para netos, de netos para avós, de irmãos para irmãos. As contribuições são diferentes consoante se é homem ou mulher, se mora perto ou longe, se pode ou não pode. É interessante sublinhar que estas ambiguidades são, à partida, reconhecidas no discurso dos entrevistados. As pessoas proclamam o princípio da igualdade, mas admitem as dificuldades na sua aplicação – “todos têm a mesma obrigação, mas...”. Alguns atributos prevalecem sem que se levantem problemas de maior: ser mulher e morar mais próximo, por exemplo, são variáveis que “naturalmente” levam a assumir encargos acrescidos sem que existam situações de conflitualidade.

Fátima Antunes defende o princípio da igualdade, mas reconhece algumas dificuldades na sua aplicação.

E acha que quando há vários filhos – é o seu caso e do seu marido também – todos têm a mesma obrigação?

Eu acho que é assim... pronto... todos têm a mesma obrigação, mas é claro que não se vai querer que... por exemplo, os meus sogros vão para Lisboa, não é? E o meu cunhado fica a tomar conta deles... que era a mesma coisa que matá-los... enfiá-los lá num cubículo, não é? Eles davam em doidos... davam em doidos... porque eu não estou a ver pessoas como os meus

sogros que estão habituados a ir para aqui para a terra, andarem no campo, enfiarem-se ali no meio de quatro paredes e não terem nada que fazer, não é? Acho que também não estou a ver muito bem isso... é claro que tem que participar, não é? Ajuda-se de outra maneira. Agora a minha irmã, pronto, também está ali perto...

Margarida Ricardo pertence ao grupo que assume que a obrigação das filhas se sobrepõe ao princípio da igualdade.

E pensa tomar conta de uns e de outros, dos pais e dos sogros?

Os sogros sempre têm a filha... tanto que eles têm uma filha, não é? Quando é assim, em geral, as filhas, pronto... é que puxam sempre mais, não é? Mas, pronto, se fosse necessário... não sei como é que iria resolver... mas teria que resolver... de alguma maneira tinha que resolver, não é?

Quando há mais do que um filho pensa que têm todos a mesma obrigação?

Eu acho que sim. Devem ter. São os dois filhos, portanto, acho que devem ter a mesma obrigação. Mas em geral eu acho que a filha sempre está mais ligada aos pais do que está o filho, não é? E pronto. Não é evidente que a filha tenha mais obrigação, mas, pronto, acho que tem uma ligação diferente com os pais, que não tem o filho, não sei... é uma coisa assim... não sei.

Elisabete Godinho tem seis irmãos. Vive no rés-do-chão da casa dos pais, e, por isso, "está lá" quando eles precisam.

Olhe, os seus pais já são idosos, como é que vê o futuro deles, vê-se a tomar conta deles, acha que os seus irmãos vão ajudar?

Estou lá, não é? Se estou lá, mais depressa lhe deito eu a mão do que eles. Que para já a minha mãe já foi operada às duas vistas... às cataratas... esteve meio ano sem trabalhar... três meses de cada vez que foi operada e pronto... nesse tempo tive que ser eu que fiz tudo... lavar, cozinhar... graças a Deus também não preciso de cozinhar nem de fazer as camas, porque o meu pai essas coisas também faz... limpar o chão e essas coisas, pronto... eu só de oito em oito dias é que limpava a casa mesmo a sério... mas lavava e passava... e de oito em oito dias limpava-lhe a casa. Mas durante o dia havia ele... limpava o chão... ele varria, ele fazia o comer. E outra vez partiu

um pé... a mesma coisa. Pronto, se quando ela está doente eu faço isso, claro que se ela um dia caírem a uma cama ou assim, sou eu que estou lá, não é? Tenho que ser eu a deitar mais depressa a mão do que os outros.

Mas acha que os filhos têm todos a mesma obrigação?

Têm. Mas o que é que eu vou fazer? Não os posso obrigar a lá ir, não é?

Já está a contar com isso?

Já estou a contar com isso. Claro que se eles caírem a uma cama, pronto... talvez nos juntarmos e chegarmos a um acordo. Agora quando eles adoecem, assim, provisoriamente, em casa, pelo menos quando é a minha mãe que... que o meu pai, pronto, é um faz tudo... agora se é o meu pai que adocece... graças a Deus, nunca tinha caído na cama... só aqui há coisa de três anos é que o tivemos dois meses... três meses... no hospital... aí nesse sentido não... que a minha mãe cozinha, a minha mãe lava, a minha mãe passa... essas coisitas assim... Agora quando é a minha mãe é que eu tenho que lhe deitar a mão mas se um dia estiverem... caírem na cama...

E com os seus sogros como é que pensa que vai ser?

Não sei, não... penso... eu penso assim... a minha sogra tem muito medo de ir para um asilo... é o medo dela... eu já lhe disse e penso assim... acho que eu não a deixo ir para asilo... mas eu sou nora, não é? Se as filhas a quiserem lá meter quem sou eu para dizer que não? Mas eu por mim nunca a lá ponho, pronto. Eu já lhe disse... por mim pode ficar descansada que eu nunca a lá ponho... mas acho que também não precisamos de chegar a isso.

Joana Almeida fala das disponibilidades individuais:

Olhe, e no caso... que é o das vossas duas famílias, no caso de haver irmãos, e se colocar a questão de tomar conta dos pais, pensa que têm todos a mesma obrigação, ou não?

Por exemplo, eu vejo neste momento... a minha mãe ficou com gripe, para aí há uns meses atrás... a minha irmã já estava casada... e o meu pai é do género que sabe fazer um ovo estrelado mas com algum esforço... e de facto naquelas circunstâncias quem lá foi, foi a minha irmã, porque está ali ao lado, pronto. Foi lá fazer uma papa à minha mãe, de Nestum... o meu pai começou-lhe a perguntar como se fazia um Nestum, que também queria um

Nestum... ou Cerélac...ou lá o que é, que era... mas pronto, foi uma questão pontual... porque foi um dia, ou dois... e a minha irmã estava ali ao lado. Depois um dos dias ainda lá fui à noite também, marcar mais presença do que outra coisa qualquer. No caso dos pais do Diogo... nós ainda morávamos lá ao pé... e eles houve uma altura que... já a avó do Diogo estava lá... que a mãe do Diogo partiu um pé... e aí ao almoço estava lá a outra avó do Diogo... normalmente ao jantar...a irmã do Diogo trabalhava na Expo e fazia turnos e essas coisas... e pronto, se ela estava disponível, estava ela, se não, íamos lá nós... fazíamos o jantar para eles, tratávamos da avó do Diogo... dar o jantar e depois lavá-la para a deitar... para ela já ficar arranjada para a noite e jantávamos lá com eles. Portanto, é mais um desses que é uma questão temporária... se fosse agora com a Sofia, se calhar tinha que fazer da mesma maneira, íamos para lá e pronto.

Mas, como princípio, acha que têm todos a mesma obrigação, ou que deve ser como nesses casos, quer dizer, quem está mais perto?

Eu não sei se é obrigação, se é disponibilidade. Se há aqueles que têm obrigação, se há depois disponibilidade... quer em termos de vontade, quer em termos de tempo... isso já nem toda a gente tem a mesma disponibilidade. Depois, agora com esta minha tia... se calhar todas as minhas tias... as sobrinhas dela têm a mesma disponibilidade... nem todas têm a mesma vontade.

Como sublinham Coenen-Hunter *et al.*, o princípio de equidade traduz também a expressão do individualismo e um conflito potencial entre os membros da rede de parentesco: é necessário contabilizar, mas sem que os critérios de cálculo sejam sempre compatíveis ou hierarquizáveis. Como circulam ajudas de diferentes tipos (dinheiro, bens, serviços), segundo critérios variáveis, os autores interrogam-se sobre se a dificuldade em determinar os encargos de cada um não será um elemento susceptível de limitar o volume de solidariedade. Com efeito, se o sentimento de injustiça, ligado a uma má contabilização dos critérios legítimos, pode ser tolerado enquanto os encargos são reduzidos, o mesmo não

acontece forçosamente se o seu peso aumentar (Coenen-Hunter *et al.*, 1994: 155).

11.4 | Autonomia, mas...

Se o princípio da igualdade marca o discurso sobre a circulação da dádiva familiar, o princípio da autonomia caracteriza o modo como as pessoas definem a sua relação com os outros, sobretudo os ascendentes. A autonomia expressa-se desde a norma “casamento-apartamento” que preside à constituição da família e define as estratégias residenciais⁸, até ao lema “cada um tem a sua vida”, que é repetidamente usado para descrever o relacionamento com pais e sogros, mas também com outras relações próximas. O primado da família conjugal passa pela afirmação da autonomia e do princípio da não ingerência sobre o que se passa no seu interior. “Quem vive no convento é que sabe o que lá vai dentro” – o marido, a mulher e os seus filhos são os únicos que têm uma palavra a dizer sobre a organização da vida familiar e as decisões a tomar. Dos pormenores do quotidiano às opções profissionais e educacionais, todas as escolhas se centram nesta tríade, e qualquer interferência é considerada abusiva, sobretudo se não solicitada.

Paula Moita faz a apologia do lema “cada um no seu canto”, sublinhando a importância da distância geográfica para a sua garantia.

Como é que se dá com essa proximidade dos pais, e com essa distância dos sogros?

⁸ Esta temática foi discutida nos capítulos 4 e 5. Uma discussão interessante sobre a relação entre a autonomia e a questão do alojamento encontra-se em Sennett (2004). O autor afirma que a propriedade da casa é um “desejo compulsivo na sociedade americana” e vê nele uma das manifestações do seu individualismo (Sennett, 2004: 112).

Eles lá no cantinho deles e eu no meu. Não tenho nada contra eles, mas estão melhor lá na casa deles, e eu na minha.

Portanto, dá-se bem com essa distância?

Dou, dou muito bem. Eu acho que se eu morasse ao lado deles, que hoje já era capaz de não falar para eles. Não sei, é uma ideia que eu tenho. Assim a gente dá-se muito bem.

E porque é que tem essa ideia?

Ai, não sei. Porque os meus sogros têm uma mentalidade diferente da minha maneira de pensar, diferente da... são pessoas... pronto, que só vêem o campo, só vêem isto... só... não vêem aquilo... pronto. E parecendo que não, isso acho que ia trazer bastantes conflitos. Porque eu trabalho, tenho o meu emprego, chegava a casa, não é? ia-me meter na minha casa. Como faço hoje. E ela de certeza que talvez gostasse que a fosse ajudar em determinadas tarefas, não é? E eu acho que assim pelo menos ela não está atida a mim, e faz as coisinhas à maneira dela, e conforme pode. Claro, se eles estiverem doentes, se eles precisarem, a gente está sempre pronta para ajudar. Mas, cada um no seu cantinho.

Dado que os processos de transição para a vida adulta são cada vez mais complexos, mais diversos e diluídos no tempo (Cicchelli e Martin, 2004; Guerreiro e Abrantes, 2004), o “tempo da instalação” em que se encontra a maioria das famílias entrevistadas ancora-se, em grande medida, como se viu nos capítulos anteriores, em estratégias de apoio intergeracional. As entrevistas mostram como, num contexto social em que o mercado dificulta, crescentemente, o acesso ao emprego e à habitação, e a precaridade económica se instala, a autonomização dos indivíduos e das suas famílias face à geração anterior é cada vez mais difícil. No entanto, ambas as gerações continuam a apostar na autonomia das jovens famílias, sendo os pais os primeiros a fornecer o suporte para que ela progressivamente se construa⁹.

⁹ Cf., sobre este assunto, o conjunto de trabalhos reunidos em Singly (2001c) sobre o processo de individualização das crianças e dos jovens.

O caso de Daniel Monteiro, que tem algum carácter de excepcionalidade no interior da amostra (a mulher ainda estuda), ilustra bem o apoio da geração anterior à autonomização dos mais jovens.

Namoraram muito tempo?

Namorar, namorar, namorámos para aí uns seis anos.

E ao fim desse tempo, resolveram casar porquê? Porque é que resolveram casar agora, há um ano atrás?

Não sei, penso que... pronto, eu também estava assim um bocado farto da... de assim... de andar... porque tinha... ia para casa dela, depois... pronto, quis ser... também quis ter a minha vida, deixar os meus pais, pronto, para ter a minha vida, então . Achei que já estava na hora, e pronto, fiz a proposta, ela aceitou, e então optámos por... pronto.

E filhos, como é que é? Querem ter?

Sim, a gente quer ter. Só que... pronto, ela está a estudar, e para não estar a perder nenhum ano, quer dizer... que eu não estava a ver que seja agora no último ano... Mas tentar de maneira que seja seguro, para depois, então, ela ter ainda tempo para fazer provas, e pronto. E como a gente agora também está numa casa alugada... como, portanto, nem ela quis ficar ao pé dos dela nem eu ao pé dos meus, já que íamos casar, é uma vida só nossa. E então estamos a pagar renda, e embora tenhamos o apoio aos jovens, pronto, eles dão, e agora também estamos a tentar fazer casa, só que há muitos problemas burocráticos, e nem naquilo nosso a gente pode construir, é um bocado complicado.

Como é que é essa história da casa, têm terreno?

Sim, a gente tem os terrenos, só que a Câmara diz que aquilo ainda está numa reserva agrícola, e já tentámos... Primeiro, disseram-nos se eu conseguisse o papel aqui da reserva de Coimbra, como aquilo pertence ao distrito de Coimbra, que depois conseguíamos lá construir, agora consegui esses papéis todos, quando soube, um ano depois, que então já não... que mesmo assim não conseguia lá construir.

E o terreno era de quem?

Era dela .

Era dos pais?

Sim, dos pais dela.

(...)

Estava-me a contar do poupar e do andar na moina... Como é que fazem os dois, só com um ordenado?

Nós... pronto, conseguimos. O dinheiro é sempre pouco, eu também faço um *part-time*, e ela sempre tem algumas funções, e sempre que pode... porque é assim, nem sempre pode, porque nem sempre dá para... por causa das frequências e os estágios, e mais estes dois últimos anos... vai ser... ela quase não tem tempo nenhum. E é a ajuda que nós temos dos pais.

Têm a ajuda dos seus pais ou dos dela?

Dos dois. E pronto, a gente a carne quando se mata, pronto, para consumo próprio, não temos problemas, porque não é preciso ir ao talho, e só isso é uma grande ajuda. E pronto, azeite também temos, do meu sogro. Porque é os produtos agrícolas, alfaces e isso, e pronto.

Poupam muito na comida?

Sim, sim, e depois, pronto, a gente gostamos mais de comer em casa, embora de toda a maneira ela sempre... a mãe dela é a casa mais próxima, a gente vamos lá comer assim muita vez. Sempre que eu estou em casa, que ela não esteja, vou lá comer, ou a casa da minha mãe, ou assim, por norma é em casa da mãe dela, que é da mesma aldeia, e pronto.

Isso é uma boa ajuda...

É muito boa. Senão a gente não conseguia, sem a ajuda deles, não... pronto... conseguir, conseguíamos. Só que não podíamos também fazer uma vida como... porque a gente também não temos uma vida assim muito... pronto, a poupar muito, porque... pronto, temos, o que ela precisa assim para a escola, e como ela também recebe bolsa, e equilibrando as coisas, enfim tentamos sempre tirar algum do *part-time* que eu faço, e pronto.

E outro tipo de ajudas, por exemplo, dinheiro, os pais costumam dar regularmente?

Regularmente não, porque cada um tem a sua vida, e portanto, não...

E de vez em quando?

Sim, pelo menos os pais dela. Os meus não, monetários não. Mas os pais dela ajudam monetariamente, não regularmente, mas ajudam.

Às vezes?

Em princípio ajudaram-nos também. Compraram-lhe um computador, mas isso aí ainda ela era solteira. Mas depois nós enquanto não tivemos o subsídio, eles pagaram-nos a renda de casa, a gente também ainda não estávamos lá a viver, foi no prazo enquanto a gente alugámos, porque não podíamos estar a esperar, porque senão depois podíamos não ter a casa.

Dados os intensos fluxos, materiais e afectivos, que circulam de pais para filhos, o equilíbrio entre dádiva, reciprocidade e autonomia é difícil de conseguir e constitui um elemento de complexa gestão no interior das famílias. Como afirma Claude Martin (1992 e 1996c), a dádiva familiar é acompanhada por um "direito de intromissão", que contrasta com os princípios de autonomia. As entrevistas mostram como este é um domínio de tensão no interior das redes, dado que estão em jogo normas conflitantes. O desafio que se coloca às novas famílias é conseguir um compromisso entre individualidade e liberdade, entre obrigação e autonomia, que nem sempre é fácil de atingir.

A entrevista de Patrícia Simões é clara sobre o modo como a dádiva no interior da família implica relações diferentes das estabelecidas fora da rede de parentesco. Como já foi discutido no Capítulo 5, a propósito da compra de habitação, para Patrícia a sua autonomia só pode ser garantida se não depender das ajudas familiares.

Eu por norma não... não peço dinheiro, não peço. Porque por uma questão de orgulho... é que eu conheço bem a minha família... as famílias... eu conheço-as bem, e então, é assim: eu não gosto de estar ligada a nada. Se as pessoas fossem como eu, eu pedia... porque se a doutora chega... porque eu conheço-me muito bem. Isto é a verdade, conheço. Até às vezes sei que não sei como é que vou reagir, portanto... mas é assim, se a doutora me der uma coisa, e eu lhe dou, está dado, não se fala mais isso, acabou. Mas eu não suporto a ideia de a doutora me emprestar isto, ou me dar isto, e andar pelo menos aí uns dois anos a dizer que até me emprestou, ou que até lhe deu. Eu não gosto, porque não gosto, e para não... pronto, era muito

mais fácil, uma dificuldade qualquer, num mês... falta-me dinheiro para determinada coisa, porque eu... ganho eu e ganha o João, e é... nós só temos estes rendimentos não temos outros, e é daí que nós pagamos todas as despesas, tudo. Posso-lhe dizer que, por exemplo, eu vou comprar uns sofás novos no fim de Abril, que é no fim de Abril que eu vou ter dinheiro para os sofás que eu quero. Já tinha para outros, mas eu quero aqueles, e portanto vai ser aqueles. Porque são oitenta contos para a casa, para a prestação, é o gás, é a luz, é a água, é comer, e não sei quê, se for somar isso tudo, o quanto se gasta, portanto, não vou dizer que sobre, que me sobre dinheiro um mês para comprar uns sofás, ou em dois meses. Tenho dinheiro para comprar uns sofás, e isso acho que acontece com a maior parte das pessoas, a não ser que tenha um bom emprego mesmo, eu estou a falar dessas pessoas normais que têm empregos normais, não me incomoda nada se eu por acaso nos surgisse algum problema, eu precisasse de repente de dinheiro, assim de uma quantia que fosse, uma quantia muito baixa, cinco contos ou uma coisa do género, era muito mais fácil para mim chegar aqui à Doutora Antónia e ao Doutor Luís e pedir-lhes que me adiantassem aquele dinheiro que eu pagava. E digo que pago quando puder, eu digo logo como é que quero pagar, não quer dizer que não chegue, e diga assim, olhe, por acaso agora não posso, mas dou-lhe... mas tenho que saber como é que é, é muito mais fácil eu ir pedir, mas sempre foi, ao patrão, por exemplo, do que pedir à minha família porque acho que é assim, pagar, pago, não me passa pela cabeça não pagar, e eu não queria correr o risco do meu pai, por exemplo, me emprestar cinquenta contos e depois achar que eu até podia ficar com eles, percebe, porque é porque quando fosse preciso da segunda vez eu já não lhe ia pedir. E eu prefiro pedir a uma pessoa, não tenho problema nenhum em pedir, até porque posso precisar outra vez, nem é por ficar com uma ideia que não estou a dever nada a ninguém, nem é por isso, é por eu me sentir à vontade de voltar um dia se eu precisasse, é mais por isso. Não, não, por norma não. Também, felizmente, não tenho precisado muito. Porque é assim, não me meto nas coisas, e acabou. Quando tiver dinheiro, eu compro, se não tiver dinheiro, não compro.

A entrevista de Filipa Andrade é também explícita sobre o problema do "direito de intromissão". Filipa contrasta a sua experiência de autonomia, na relação com a mãe, com a da irmã.

E dá-se bem com esta proximidade com os pais?

Eu estou longe deles. Quer dizer, eu moro aqui, eles moram mesmo lá para o fim da aldeia, é lógico que não estou... às vezes estou uma semana sem os ver, às vezes telefonamos, mas vê-los, às vezes estou uma semana sem os ver, porque eu à noite não estou cá, por isso nunca... de dia, eles também têm o trabalho deles, não é, andam no campo, eu tenho...

Eles trabalham no campo?

Sim.

Sempre trabalharam?

Sempre. Por isso... automaticamente... de dia eu também tenho os miúdos, passo o dia como já lhe expliquei, praticamente é a vida de casa, e depois eu separo-me deles quando eles vêm da escola... automaticamente... às vezes passam-se semanas sem os ver. E também... uma coisa que eu acho... aprendi muito a viver independente. Porque eu casei e tive duas coisas, duas mudanças, casei e mudei de país. Não tinha da minha parte de família ninguém à minha volta. Tinha da parte do meu marido... a única pessoa que tinha era uma cunhada minha que ainda é prima do meu pai, que é cá também da terra, que tinha mais... que podia dizer assim, é mais próxima, porque conhecia. Agora os meus cunhados conheci-os desde que casei, não é? e então é lógico que eu aprendi a desenrascar-me muito entre mim e o meu marido. Qualquer coisa decidimos entre os dois, qualquer coisa. Uma vida mais independente dos familiares em que a gente, se a gente tiver... vejo pela minha irmã, ela está muito mais...

Ela mora aqui também?

A minha irmã mora. E sempre morou ao pé... na aldeia, ao pé da minha mãe. Agora mora mesmo lá ao pé da casa dela, antigamente não morava ao pé dela, morava aqui ao pé do café, ela mora lá no fundo da aldeia. Mas de todas as maneiras há sempre aquela dependência, aí, há uma festa, por exemplo, vou dar um jantar em casa, ó mãe, vem-me cá ajudar, o que é que eu vou fazer, e não sei quê. E eu isso tudo aprendi a fazer sozinha, mais o

meu marido, tanto que a minha mãe diz assim, tu nunca dizes nada, tu não sei quê, porque eu... eu é espontaneamente, porque fui habituada assim e não acho jeito nenhum estar sempre a dizer, ó mãe, não sei quê, vem-me cá ajudar a fazer isto. Não, eu sempre aprendi a me desenrascar sozinha. Continuo a fazer a vida completamente... e acho que isto é muito bom porque eu às vezes vejo a minha irmã... há muitas coisas que não digo à minha mãe assim certas coisas de... digo-lhe o essencial, e não digo que tenha má relação com a minha mãe, mas há certas coisas que eu não digo. E não digo porquê, porque eu casei e habituei-me assim, e agora também não acho piada nenhuma, não acho. Não tenho aquele hábito de qualquer coisita ir logo dizer à minha mãe, enquanto a minha irmã, não. Toda a vida, qualquer coisita, ai ontem o meu marido chegou tarde, ai ontem, não sei quê, não sei quê mais. Eu não faço esses comentários por pensar que os pais às vezes que eu vejo... a minha irmã – a mãe disse-me isto ou aquilo... Porque os pais não compreendem... vêem que eles como vão cedo para a cama, e não sei quê, então estás-te a queixar, ainda ontem vieste não sei às quantas da manhã e agora estás-te a queixar, e assim. Às vezes mandam-lhe assim indirectas, que a mim nunca mas mandam, nem nunca mas mandam porque eu nunca vou dizer à minha mãe, olhe ontem à noite, isto ou aquilo, é diferente, porque aprendi a viver entre mim e a resolver os problemas entre mim e o meu marido, e não ir... E ela já não, como está ao pé dos pais é sempre mais... e eu sou completamente... e também tenho talvez outro feitio diferente, talvez um feitio diferente, não sei, também isso. Mas sim, também o facto de que eu quando fui para a Suíça não ia telefonar cada vez... ou não ia... pronto, estava num país diferente, em que não ia para os cunhados... que a gente não tem logo aquela abertura de qualquer coisita que aconteça ir contar, não é? é preciso uma pessoa sentir-se à vontade, ter confiança com as pessoas, e assim, e talvez foi de facto... é isso. Também me habituei a ser mais independente, é outro sistema.

Como já se afirmou, o marido, a mulher e os seus filhos são os únicos elementos por quem devem passar as decisões sobre a vida familiar. Apesar das relações intensas com os parentes próximos é, também, entre eles que se estabelecem os

laços afectivos mais fortes. A importância da conjugalidade e da parentalidade manifesta-se, nas entrevistas, de múltiplos modos, e a supremacia das relações internas à família nuclear, face às relações que lhe são exteriores, revela-se de forma muito clara. Nas narrativas dos/as entrevistados/as, os principais momentos de mudança das trajectórias individuais são sempre identificados com a história da família conjugal – o casamento, o nascimento dos filhos; o cônjuge e os filhos são invariavelmente referidos como sendo “as pessoas mais importantes” e “aquelas com quem se pode contar” – os elementos multiplicam-se para sublinhar a centralidade da família conjugal na definição das identidades individuais.

Como as reflexões do sociólogo francês François de Singly sobre família e individualização têm mostrado (Singly, 2001a, 2001b, 2001c, 2001d, 2003 e 2004), hoje, é no espaço das relações familiares, onde circula o amor, que se constrói uma grande parte da identidade pessoal dos indivíduos. Nas sociedades individualistas, “a família” (qualquer que seja a sua forma ou estrutura) tem a cargo a função de consolidar o “eu” de adultos e crianças. Contrariamente ao que o termo individualismo pode fazer crer, o indivíduo tem necessidade, para construir a sua identidade, do olhar e da relação com outros a quem ele próprio atribui importância. Estes outros significativos são, na maioria das vezes, o cônjuge e os filhos, ou os pais, se olharmos do lado das crianças.

Os trabalhos de Singly mostram como as mudanças operadas nas famílias correspondem a um compromisso entre as reivindicações de autonomia dos indivíduos e o seu desejo de continuar a partilhar a esfera privada com pessoas próximas do ponto de vista afectivo. A família “individualista e relacional” de que fala o autor (Singly, 2004) abre as portas da felicidade a cada um dos seus elementos. A relação afectiva é um quadro favorável onde a identidade pessoal não se esbate, mas, pelo contrário, se pode revelar progressivamente. Não se

trata apenas de estar junto de alguém, mas de estar junto livremente (Singly, 2001a)¹⁰.

A família constrói-se com base no amor, mas o fundamental não é a instituição e sim os seus membros – “a família torna-se um espaço privado, ao serviço dos indivíduos” (Singly, 2001b: 8)¹¹, permitindo a individualização dos seus elementos. É por esta razão que ela é simultaneamente atractiva (dado que a maioria dos indivíduos a prefere como forma de vida) e instável (o laço conjugal é cada vez mais frágil e a duração das relações cada vez mais imprevisível). Como afirma Singly é “na tensão entre o relacional e a autonomia que se constroem, desconstroem e reconstroem as famílias contemporâneas” (*idem*).

Evito, neste trabalho, cair na armadilha de confundir autonomia com independência. Como claramente elucida Karine Chaland (2001), as duas noções têm genealogias filosóficas diferentes e correspondem a realidades teóricas e empíricas bem distintas. Sinteticamente, podemos afirmar que o conceito de autonomia remete para a construção própria das regras, enquanto que a ideia de independência se refere à autosuficiência do indivíduo, à sua dotação de recursos (nomeadamente, económicos) para ser livre de estabelecer os laços que quer. Segundo os ideais individualistas das sociedades contemporâneas os indivíduos devem ser autónomos e independentes (Singly, 2001a). No entanto, como sublinha Chaland, as duas dimensões podem não coexistir. Analisando o caso dos jovens adultos inactivos, a autora mostra como é possível ser autónomo sem ser independente (Chaland, 2001: 36-39). Entre as

¹⁰ Este é o título de uma das obras de Singly: *Libres ensembles. L'individualisme dans la vie commune* (2001a). De salientar a proximidade de algumas posições do autor sobre a articulação entre individualização e vida conjugal com as teses de Anthony Giddens e o seu conceito de “relação pura” (Giddens, 1994 e 1995).

¹¹ Esta tendência é visível através de inúmeros indicadores: o divórcio por mútuo consentimento, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, a preferência pela negociação na educação das crianças, etc. (Singly, 2001b e 2001c).

peças activas celibatárias vai encontrar a combinação “mais radical” entre as duas dimensões (*idem*: 40): indivíduos que exercem uma actividade, vivem sozinhos e não estão envolvidos em nenhuma relação íntima. A análise de Karine Chaland evidencia, com clareza, que autonomia e independência podem existir em associação ou dissociação. As minhas entrevistas confirmam esta ideia.

Se a autonomia prevalece, a independência nem sempre é uma constante. Na amostra coexistem famílias totalmente independentes das suas famílias de origem, em termos materiais e afectivos¹²; famílias que têm relações afectivas estreitas com os ascendentes e sociabilidades intensas, mas têm total independência material; famílias que são independentes financeiramente, mas precisam dos apoios materiais e/ou em serviços prestados pela geração anterior; famílias que dependem das suas famílias de origem para manter um estilo de vida acima dos seus rendimentos financeiros; famílias que dependem, quotidianamente, do apoio diversificado das suas famílias de origem para subsistirem.

No Quadro 11.1 encontram-se as duas formas de relação com a família de origem – dependência e independência – analisadas a partir das propriedades dos laços. Os modelos apresentados correspondem a tipos ideais, construídos indutivamente a partir dos dados das entrevistas. A partir do Quadro, podemos constatar que a independência se caracteriza pela escassez de apoios, pela presença ocasional de contactos e trocas intergeracionais e pela distância geográfica. A dependência, pelo contrário, implica uma presença e apoio constantes da geração anterior, alimentadas pela proximidade geográfica e pela partilha de espaços e actividades de reprodução. No limite, os dois modelos têm consequências sobre a autonomia: a independência permite escolhas próprias, a dependência implica o condicionamento das opções. No entanto, o

¹² As redes afínicas pressupõem uma independência total das famílias de origem.

Quadro traduz dois pólos que só existem em abstracção. Dependência e independência fazem parte de um *continuum* de relações complexas, definidas com base nos princípios do dom.

QUADRO 11.1
Características das relações de independência e dependência

| Propriedades da relação | Independência | Dependência |
|-------------------------|---------------------------------|--|
| Conteúdo | Apoio material | Apoio material, financeiro e afectivo |
| | Sociabilidade | Sociabilidade |
| Diversidade | Fraca | Forte |
| Frequência | Apoio inexistente ou esporádico | Apoio quotidiano |
| Duração | Contactos irregulares | Contactos quotidianos |
| Força | Escolhas independentes | Escolhas condicionadas |
| Interferência | Distância geográfica | Proximidade residencial Partilha de espaços e actividades de reprodução |

Como mostram Hockey e James (1993), a “dependência” é uma possibilidade para qualquer indivíduo, ao longo do seu ciclo de vida. Este é um conceito que não tem apenas um significado, compreende um vasto leque de contextos e de experiências sociais. No entanto, actualmente, nas sociedades ocidentais a expressão tende a referir-se a um conjunto cada vez mais estreito de experiências e a categorias específicas de indivíduos, ao mesmo tempo que assume, cada vez mais, conotações negativas¹³.

Estas concepções perdem sentido quando se constrói um olhar micro-sociológico sobre a família, à luz do paradigma da dádiva. Mesmo quando se reflecte de um

¹³ Sennett fala da “vergonha da dependência” (2001: 214-217) e, em obra mais recente, discute a “tese da infantilização” que o pensamento liberal tem construído sobre a dependência (2004: 102-107).

ponto de vista macrosocial, é possível observar que a extensão do período de dependência da família é cada vez maior – a juventude é um estado cada vez mais duradouro, os processos de transição para a vida adulta, como já foi referido, são, crescentemente, complexos¹⁴. No interior da família a dependência faz parte da trama de laços que se estabelece entre os seus elementos e da constelação de princípios, mais ou menos conflitantes, que rege as relações no interior da rede.

É a ambiguidade existente entre a exigência de autonomia e a complexa teia de dependências que a ajuda prestada pelos parentes estabelece que explica, em parte, a lógica de dissimulação que acima se discutiu. O dador deve tomar cuidado para não ameaçar a autonomia do destinatário e não o transformar em alguém na sua dependência. Do lado de quem recebe, é necessário assegurar a independência sem colocar em causa o apoio dos parentes. Por esse motivo, as solicitações são interditas embora se esteja aberto à generosidade familiar. Neste jogo, têm vantagem aqueles que se sabem fazer ajudar sem pedir nada e os que dão desinteressada e discretamente.

A dependência é um termo relacional, que coloca questões sobre a natureza e a qualidade das relações que são estabelecidas. Se as teses individualistas enfatizam os aspectos negativos, a minha análise empírica não fornece elementos para as confirmar. As entrevistas mostram que inúmeras famílias dependem das suas famílias de origem, de diferentes modos, e em diferentes graus. Embora esse facto, em alguns momentos, dê azo a algumas tensões, a dependência inscreve-se no ciclo longo de dom e contra-dom da dádiva

¹⁴ Ao analisar os dados de um inquérito à juventude portuguesa (jovens entre os 15 e 29 anos), Luísa Schmidt chega à conclusão que “o casamento, que consistia num dos mais seguros critérios ou indicadores de autonomização social e de mudança de estatuto de jovem para «adulto» revela afinal prolongar uma situação caracteristicamente juvenil para muitos jovens casais”, ou seja, segundo a autora, “uma situação de semidependência da família de origem” (Schmidt, 1990: 650).

familiar, que permite conciliar obrigação e liberdade. A pesquisa mostra como os indivíduos, e as suas famílias, procuram equilíbrios, que não colocam em causa a sua identidade e individualidade, construindo modelos que conciliam autonomia, independência e relação com os outros.

11.5 | As normas e os problemas

Do que atrás fica exposto, decorre que a definição e a aplicação das normas no interior das redes não se fazem sem problemas. As interacções e as trocas obedecem a um modelo complexo, cujos princípios são, muitas vezes, contraditórios entre si e geradores de tensões e conflitos. A dependência dos apoios que fluem nas redes choca com o princípio basilar da autonomia; os sentimentos de dever e de obrigação conflituam com a liberdade e a afectividade; a norma da reciprocidade ilude a assimetria das trocas; o dom coexiste com o interesse utilitário; o princípio da igualdade é obscurecido pelas desigualdades sociais e sexuais que marcam as ajudas. Este conjunto de paradoxos deve ser olhado a partir de dois eixos fundamentais de problematização: a diferenciação do parentesco dos restantes laços e o confronto entre práticas e representações.

Confirmando as hipóteses inicialmente levantadas, o trabalho empírico mostra que as normas têm uma aplicação diferenciada dentro e fora dos laços de família. O parentesco constitui um subsistema no interior das redes, dado que nas relações que estabelece estão inscritas *a priori* normas constitutivas, reguladoras e distributivas. Como se viu, as redes definem formas de inclusão e de exclusão, oferecem protecção ou indiferença, a partir de critérios de confiança e de desconfiança. As entrevistas mostram que o parentesco biológico oferece aos

indivíduos a segurança que os outros laços não comportam, ao mesmo tempo que impõe deveres e obrigações claras.

Deste modo, no processo de individualização da contemporaneidade, a fragilização do laço conjugal (Singly, 2001b) e do laço profissional (Sennett, 2001) não vão de par com a fragilização do laço de parentesco. O papel e a normatividade das relações familiares revelam-se de múltiplas formas nesta pesquisa, permitindo afirmar a sua vitalidade e importância na configuração das redes sociais. Se como afirma Martuccelli, “o indivíduo existe apenas na medida em que é sustentado por um conjunto de suportes” (2002: 63), este trabalho mostra que os laços de parentesco são um suporte fundamental.

A análise das normas, no interior das redes, mostra que o parentesco tem propriedades alquímicas: torna equivalente o que não o é; permite a dependência sem perder a autonomia; concilia liberdade e obrigação; transforma a dívida num elemento positivo. Esta alquimia é possível graças ao predomínio do sistema de dívida e ao primado do laço social sobre as coisas, na definição das relações entre os indivíduos.

Tudo isto não se faz, contudo, sem problemas. A definição e a aplicação das normas têm, muitas vezes, uma dimensão conflitual, mais ou menos explícita. As tensões, no interior da família, são, frequentemente, silenciadas, ou expressas através de não-ditos, gerando mal-estar. Outras vezes, são assumidas com veemência, gerando incompatibilidades e rupturas nos relacionamentos.

Outra dimensão relevante da dívida familiar é a forma como reproduz, de um modo muito claro, desigualdades sociais e sexuais. Por um lado, vimos como a obrigação de reciprocidade directa aumenta nas famílias pertencentes a grupos socioeconómicos mais desfavorecidos. Por outro lado, vimos como o dever de “cuidar dos seus” se inscreve nas representações de todos, mas, sobretudo, nas práticas das mulheres.

O confronto entre normas e práticas é outro dos problemas que se coloca à análise realizada neste Capítulo. Se o discurso das entrevistas revela a importância das obrigações, há que confrontá-lo com o vivido das famílias, com as possibilidades oferecidas pelo seu quotidiano, para perceber até que ponto as representações podem coincidir com as práticas. Em primeiro lugar, é preciso sublinhar que a amostra é constituída sobretudo por receptores de apoio. Esta circunstância faz com que as pessoas sejam, facilmente, levadas a aderir a sentimentos de obrigação. No entanto, o confronto das situações de vida das famílias com as suas intenções de reciprocidade leva-nos a questionar o seu realismo.

A visão dos/as entrevistados/as sobre as suas capacidades de cuidar dos pais na velhice revela algum romantismo, se confrontada com os constrangimentos de famílias com dupla inserção no mercado de trabalho. Algumas pessoas revelam, aliás, esta ambiguidade nos seus discursos, como atrás ficou explicitado. Deste modo, sou levada a concordar com Bernadette Bawin-Legros, quando esta afirma que "mais do que nas práticas, a reciprocidade está inscrita nas normas" (2003: 170).

Esta análise não resulta da "má fé", de que fala Boltanski (1990: 220), que integra a oposição entre o realismo do observador e a crença dos actores. A reciprocidade é incontestavelmente activa ao nível das representações sociais dos indivíduos. Isto quer dizer que existe um potencial de solidariedade que pode ser activado se as circunstâncias o permitirem, mas que é, hoje, profundamente desafiado pelas dinâmicas demográficas e pelas condições de vida das famílias.

CONCLUSÃO

Chegado o momento em que é preciso encerrar esta pesquisa, impõe-se o balanço do que está para trás. Segundo as regras do trabalho científico, isso significa fazer uma síntese dos resultados, confrontá-los com as hipóteses de partida, apresentar conclusões, reflectir sobre os impactos dos conhecimentos produzidos, sugerir pistas para a investigação futura. São estes os objectivos que me proponho concretizar na conclusão desta tese. No entanto, no momento em que me sento para a escrever, são outras as reflexões que me surgem. Esta tese resulta de um percurso de investigação que constituiu um caminho pessoal de descobertas e surpresas. O trabalho de campo foi muito mais do que uma etapa de recolha de informação para testar um modelo analítico – representou um momento fervilhante de desafios, estimulante do ponto de vista intelectual e pessoal. Durante meses escutei as vozes de mulheres e homens, que me abriram, generosamente, as suas casas e as suas vidas. Ouvi, ri, comovi-me, deixei-me encantar pelas suas histórias, revoltei-me com algumas, saturei-me de tanta

conversa, voltei a deixar-me seduzir – foram meses em que a construção de um objecto de investigação se cruzou com um turbilhão de experiências e emoções.

Ao chegar ao final, olho o início – o título da tese (que se impôs contra a minha vontade) – e penso como a última coisa que gostaria era de acabar esta pesquisa com uma visão tradicional e conservadora da família. “Novas famílias. Modos antigos” – tudo continua imutável nas formas de viver e pensar a família no Portugal contemporâneo? No seu papel no conjunto das relações sociais? Nos modos de produção de bem-estar? A resposta é não. Mas, quando encetei este percurso, esperava mais mudança do que aquela que encontrei na vida e no discurso das pessoas que entrevistei. As hipóteses com que parti para o terreno, ancoradas no conhecimento teórico, preparavam-me para a continuidade, mais do que para a ruptura. No entanto, a mistura da minha experiência de vida, com as ideias feitas acerca das dinâmicas e rapidez da mudança na actualidade e, ainda, com a investigadora ansiosa por visões inovadoras, predispunham-me para a infirmação e reformulação das hipóteses. Tal não aconteceu. Qual o significado deste desfecho? Temos um país onde tudo parece estar em mudança, mas afinal tudo permanece? Como se conjugam novo e antigo, passado e presente, tradicional e moderno? Os resultados da pesquisa permitem-me algumas considerações sobre estas questões.

A investigação tomou como hipótese principal a centralidade das redes sociais na provisão de bem-estar. A análise da informação confirmou largamente esta proposição. A selecção de diversos tipos de recursos – a habitação, o emprego, a saúde, os bens materiais, os cuidados – permitiu analisar os modos de acesso e revelar os actores envolvidos na sua produção. Em todos eles a presença das redes sociais é fundamental. Se o papel das redes é, claramente, preponderante no caso do emprego, ele revela-se mesmo quando outras esferas de produção

de bem-estar parecem dominar, como é o caso do mercado, na habitação, ou do Estado, nos cuidados de saúde.

A análise da morfologia das redes accionadas para cada um dos recursos permite verificar como para cada domínio é accionada uma *rede parcial* em que são activados os laços que melhor podem responder às necessidades dos indivíduos e das suas famílias. Deste modo, se para uns recursos a rede se centra nos laços fortes e de parentesco, para outros os laços fracos são essenciais para garantir a provisão das necessidades.

No caso da habitação, a morfologia da rede activada para dar resposta aos problemas é bastante centrada nas relações familiares. Ao contrário do que acontece com o emprego, a orientação da rede é quase exclusivamente para a família e, no interior dos laços familiares, para o parentesco restrito. Os apoios fora da rede de relações próximas, constituídas por pais, irmãos e respectivos cônjuges, apenas são possíveis de identificar para as ajudas na autoconstrução, para a qual são mobilizados outros laços fortes, como os laços mais alargados de parentesco e também laços de amizade e vizinhança.

No interior do parentesco restrito, as ajudas circulam claramente no sentido vertical, de pais para filhos. Os projectos residenciais das novas gerações dependem muito das solidariedades intergeracionais. Deste modo, não é de estranhar que a polarização da rede no caso da habitação seja assumida pela geração anterior. Os pais transmitem aos filhos património fundiário e imobiliário, ajudas monetárias, em géneros e em serviços, suporte material e afectivo para que as novas famílias levem a cabo os seus projectos.

Outra característica clara da morfologia das redes no caso do acesso à habitação é a ausência de lateralização. Esta parece traduzir uma estratégia explícita das famílias, sobretudo no caso da compra de habitação. A casa representa um bem comum do casal e, como tal, parece existir uma

necessidade de contribuição equitativa das duas linhas de parentesco que garanta a igualdade entre os dois cônjuges perante a residência familiar.

Apesar do aparente domínio do mercado, com o crescente recurso ao crédito bancário como forma de acesso à propriedade, a rede familiar ocupa um papel preponderante. Sobretudo na sua dimensão intergeracional, as relações familiares estabelecem um fluxo material de apoio fundamental, mas também asseguram transferências não materiais, importantes para as escolhas residenciais, gostos, preferências, saberes, afectos que contribuem para definir o universo de possibilidades das novas famílias em termos de habitação.

As redes sociais têm, também, um papel crucial para o emprego: no acesso, no modo como ele se estrutura, nas opções que são tomadas e nas alternativas que são construídas. As redes de relações são fundamentais na entrada no mercado de trabalho, nas trajectórias percorridas, nas diferenças entre posições e percursos, no apoio ao sobretrabalho. A morfologia da rede activada para dar respostas às questões relacionadas com o emprego é bastante diversa daquela que encontramos para a habitação. A rede é orientada para fora do parentesco, activando laços de amigos e conhecidos, laços fortes e laços fracos. Apesar da importância que os laços fortes e, sobretudo, os laços familiares têm nalguns domínios e para alguns indivíduos, a preponderância dos laços fracos no acesso ao emprego é notória. Embora a acção dos laços fracos seja diferenciada e diferenciadora, consoante o capital escolar do indivíduo, o tipo de emprego e de trajectória seguida, este é um dos domínios onde a importância de uma rede social que extravase os limites do parentesco é fundamental para assegurar a provisão de um recurso.

Os laços fracos são essenciais na procura de trabalho, nas mudanças ao longo do percurso, na criação de projectos autónomos de emprego. Esta pesquisa confirma as hipóteses de Granovetter acerca da importância dos laços fracos no

acesso ao emprego, ao mesmo tempo que permite complexificar um pouco as relações definidas pelos estudos do autor, introduzindo como variável a estrutura dual do mercado de trabalho. Deste modo, conclui-se que os laços fracos são importantes para qualquer segmento do mercado de trabalho, mas decisivos no mercado secundário de trabalho. Quanto mais desqualificado é o trabalhador, maior é a sua dependência dos mecanismos informais de acesso ao emprego, quer na entrada no mercado, quer ao longo da trajetória. O capital relacional adquirido ao longo do percurso profissional revela-se fundamental para conhecer ou criar alternativas de emprego.

Apesar de não existir uma polarização muito forte nas redes de acesso ao emprego, esta passa por aqueles que têm posições de poder no interior do mercado de trabalho. A importância do estatuto dos intermediários, demonstrada nos estudos de Granovetter, é fundamental no acesso ao emprego. Aqueles que são capazes de abrir as vias para se conseguir um emprego, uma mudança, uma alteração de estatuto, uma nova oportunidade são os que detêm uma posição vantajosa no mercado de trabalho. Os pais, os tios e outros familiares mais velhos são um exemplo, no caso do acesso ao primeiro emprego; os patrões são outro exemplo claro para a mudança de estatuto no mercado de trabalho.

A pesquisa permite, também, confirmar a hipótese de Granovetter sobre a eficácia das cadeias curtas. O acesso ao emprego faz-se através de um ou dois intermediários, raramente se ultrapassando esse número. O autor mostrou já que as cadeias longas são muito pouco utilizadas na procura de emprego; o presente estudo permite confirmar esta ideia, sobretudo para a procura do primeiro emprego, na qual a sua ausência é total.

Apesar da orientação da rede para o acesso ao emprego ser centrífuga em relação ao parentesco, a importância dos laços familiares persiste nalguns

domínios: em primeiro lugar, no acesso ao primeiro emprego a sua presença tem algum peso. Em segundo lugar, os laços familiares desempenham um papel fundamental como "suportes invisíveis" do percurso profissional. Por um lado, as relações intergeracionais, entre pais e filhos, constituem uma rede de segurança que permite fazer mudanças e tomar opções arriscadas no mercado de trabalho. Por outro lado, os apoios ao nível do trabalho doméstico e dos cuidados das crianças são fulcrais para a inserção das mulheres no mercado de trabalho e para o suporte de estratégias de sobretrabalho.

No caso do acesso aos cuidados de saúde a orientação da rede é difusa. Com excepção dos cuidados informais, que são essencialmente prestados pela rede de parentesco, os indivíduos e a suas famílias accionam uma multiplicidade de laços para aceder aos cuidados de saúde. O que determina a activação do laço é a sua posição no interior do sistema de saúde, e não no interior da rede. A importância do estatuto dos intermediários revela-se também no acesso aos cuidados de saúde, tal como no acesso ao emprego. Os elementos polarizadores das redes são, neste caso, os actores que fazem parte do sistema de saúde, público ou privado. Quanto mais forte for a posição do elemento no interior do sistema, maior a sua capacidade de obter privilégios para quem com ele se relaciona e de influenciar e orientar essa pessoa relativamente aos cuidados de saúde.

Laços fortes e fracos têm um papel estruturante no acesso ao sistema de saúde, mas a sua eficácia é distinta consoante se trate do sistema público ou do privado. Os laços fortes são igualmente eficazes nos dois sistemas, ao passo que os laços fracos apenas o são no sistema público. Os laços fortes permitem sempre um acesso mais facilitado e de qualidade do que os laços fracos, no sistema público ou privado. Os laços fortes garantem que o indivíduo poderá sempre aspirar a um nível de cuidados superiores ao padrão médio do sistema. No

entanto, os laços fracos conseguem, no sistema público, muitas das facilidades obtidas pelos laços fortes. A importância dos laços fracos no acesso aos serviços públicos revela algumas especificidades face à sua utilização noutros domínios. Por um lado, embora predominem as cadeias curtas de relações, as cadeias longas são também utilizadas com igual eficácia. Por outro lado, a importância do estatuto do intermediário é aqui bastante relativizada, dado que se identificaram casos de grande capacidade de resposta em elementos da rede com escasso poder formal. No sistema privado esta eficácia dos laços fracos perde-se. Aqui apenas os laços fortes conseguem obter privilégios. O papel dos laços fracos relativamente ao sector privado prende-se sobretudo com o aconselhamento e encaminhamento.

O papel das redes sociais no acesso aos bens materiais é bastante mais complexo, dadas a diversidade de bens que é possível considerar e as múltiplas estratégias para a sua obtenção. A pesquisa analisou dois tipos de bens – os “bens duradouros” e os “bens consumíveis” – e identificou três modelos principais de acesso – a poupança, o crédito e a dádiva. O envolvimento das redes varia em função do modelo predominante. No entanto, se a sua importância é claramente dominante no modelo da dádiva, as redes não deixam de estar presentes de uma forma transversal. Nenhum dos modelos é exclusivo e, por vezes, a opção por um determinado modelo numa área específica significa que por detrás estão outros contributos das redes a funcionar.

Apesar desta complexidade, é possível afirmar que predomina uma orientação da rede para o parentesco, sobretudo no sentido vertical ascendente. As ajudas materiais circulam nitidamente através de um fluxo intergeracional que, de pais para filhos, transmite bens de diversa ordem. As ajudas materiais, a par da habitação, são um dos domínios onde é possível ver com a clareza a fluidez dos limites da família nuclear e a existência de uma “unidade social primária”.

Se os fluxos de pais para filhos são mais evidentes nas ajudas com carácter regular, também existe activação de outro tipo de laços no acesso aos bens materiais. Em ajudas pontuais ou em momentos de excepção são activados outros laços familiares, outros laços fortes e mesmo laços fracos. Os laços fortes familiares, com um forte sentido intergeracional, mas extravasando o parentesco restrito, predominam nas ajudas financeiras ou na aquisição de bens duradouros. Nos momentos excepcionais, como o casamento ou o nascimento dos filhos, a rede total de relações sociais da família é mobilizada dando azo a uma intensa circulação de dádivas, na qual as cadeias longas têm uma eficácia (sobretudo por ocasião do nascimento dos filhos) que não se encontra em mais nenhum domínio. Deste modo, revela-se, também aqui, inesperadamente, a importância dos laços fracos.

Finalmente, a análise do trabalho de cuidado revela uma orientação clara para o parentesco restrito, caracterizada por dois traços fundamentais: a verticalização das ajudas e a sua feminização. O trabalho doméstico, os cuidados das crianças e dos idosos são áreas onde podemos identificar, mais uma vez, a relevância das ajudas intergeracionais. O tipo de trabalho e de envolvimento requerido por estas tarefas implica tempo, dedicação, sacrifício, o que determina o tipo de laços activados na rede: existe uma ausência total dos laços fracos, apenas os laços fortes permitem assegurar as necessidades envolvidas no “criar e no “cuidar”.

Os laços activados neste domínio são os da parentela restrita, mas, fundamentalmente, laços femininos: quem se mobiliza não é exactamente a família, mas sim as mulheres da família: as mães, as sogras, as irmãs, as cunhadas. As redes neste domínio são nitidamente lateralizadas, os apoios fluem na sua maioria do lado da mulher, assentes numa forte matrilinearidade, que congrega à sua volta outros apoios. De mãe para filha flui o apoio fundamental nos

cuidados das crianças e no trabalho doméstico. De um modo geral, só quando esta ajuda não está disponível é que outros laços são activados.

Se a divisão das tarefas envolvidas no “criar” e no “cuidar” se caracteriza por uma profunda desigualdade sexual no interior da família conjugal, essa desigualdade sustenta-se, em grande parte, na acção das redes. A regra é que, enquanto existe uma mulher disponível no interior da rede para assegurar as tarefas relacionadas com a reprodução quotidiana da família, os homens não são envolvidos nesse trabalho. Assim, o apoio das redes sociais contribui para a manutenção e reprodução das desigualdades sexuais no interior da família conjugal.

A análise do papel das redes nestes diferentes domínios de produção de bem-estar permite verificar o conjunto de hipóteses elaboradas no Capítulo 3 acerca da relação entre as redes sociais e o acesso aos recursos. Em primeiro lugar, a hipótese que postulava uma relação entre a morfologia das redes e os recursos às quais elas permitem aceder encontra larga base de sustentação empírica. A observação a partir dos recursos permite verificar como as redes se (re)configuram de modo a prover cada uma das necessidades em jogo no momento. A análise da dimensão, da orientação, da lateralização, da polarização e do tipo de laços activados revela que estas características se alteram em função das exigências e condicionam as potencialidades das redes na produção de bem-estar.

Em segundo lugar, os dados mostram também que a hipótese acerca da relação entre as redes sociais e as outras esferas de produção de bem-estar se confirma. As redes permitem suprir deficiências de outras esferas. Esta relação é clara na área da prestação de cuidados, na qual a família é a grande responsável, perante um quadro deficitário de provisão estatal. Mas também na

análise do emprego podemos ver como o mercado e o Estado conseguem menos eficiência nas colocações no mercado de trabalho do que as redes.

As entrevistas mostram ainda como as redes permitem aceder a recursos inacessíveis de outra forma (sexta hipótese do modelo analítico). A acção dos laços informais possibilita às famílias alcançarem bens e serviços que lhes estão vedados através do mercado e do Estado. Por um lado, na sua articulação com o Estado, as redes permitem aproximar os serviços públicos das necessidades dos cidadãos, agilizando os sistemas e garantindo prestações de melhor qualidade. A análise do acesso aos cuidados de saúde mostra-o bem. As deficiências da provisão dos cuidados públicos são colmatadas pela eficácia das relações informais. Por outro lado, na esfera económica, a acção das redes sociais permite às famílias uma integração que não seria possível se os seus recursos fossem obtidos exclusivamente no mercado e não existisse uma outra forma de circulação de bens e serviços. Os dados sobre os bens materiais sublinham este aspecto.

Deste modo, a análise do acesso aos diferentes recursos permite também validar a hipótese acerca da produtividade das redes enquanto capital social. No entanto, os dados mostram que a relação entre redes e capital social é complexa: o capital social não depende apenas das características da rede ou dos laços, depende, especificamente, dos recursos em causa num determinado momento. Ou seja, determinados tipos de recursos relacionais são importantes em determinados contextos e por referência a determinados objectivos, revelando-se ineficazes relativamente a outros.

Os dados empíricos sustentam a hipótese de que, perante o mesmo nível de recursos colectivos, o facto de uns conseguirem melhores resultados do que outros se deve à posição nas redes sociais. Contudo, esta é marcada por claras desigualdades sociais, que se prendem com as posições estruturais, mas também

com as próprias características das redes, que reproduzem e, nalguns casos, acentuam as desigualdades estruturais. Em primeiro lugar, as redes são marcadas por uma clara homofilia. Em segundo lugar, a relação entre capital social e outras formas de capital revela, nalguns casos, um círculo vicioso: os baixos níveis de determinados tipos de capital obrigam a que as pessoas desloquem os seus investimentos para outros domínios que não o relacional; ao não investirem no capital social não podem depois obter dele os dividendos que lhes permitiriam melhorar a sua situação noutros campos.

A discussão sobre redes sociais e capital social é, continuamente, perpassada por um questionamento acerca do que é melhor: laços fortes ou laços fracos, redes densas ou “buracos estruturais”? A pesquisa permite retirar duas conclusões: a importância da força dos laços depende do recurso em jogo; a produtividade do capital social resulta de uma mistura certa entre laços fortes e laços fracos. Os laços fortes são fundamentais no quotidiano, no suporte afectivo, no apoio à reprodução da vida familiar. Os laços fracos são cruciais para estabelecer pontes com universos sociais diferentes, para aceder a recursos como o emprego e os cuidados de saúde. Os laços fracos são mais úteis se estiverem perto, os laços fortes não perdem a sua importância com a distância física. O investimento material e simbólico exigido pelos laços fortes é muito superior ao dos laços fracos; deste modo, as redes centradas nos laços fortes têm tendência a fechar-se sobre si próprias, enquanto que aquelas onde os laços fracos desempenham um papel importante se abrem ao exterior. Os laços fracos são mais eficazes do que os laços fortes na ampliação do capital dos indivíduos, multiplicando contactos e permitindo o acesso a novas informações, a grupos e recursos sociais distintos. No entanto, estes laços são menos intensos que os laços fortes e existe menos confiança entre os seus nós. A pesquisa mostra que a mistura certa entre laços fortes e fracos produz o “bom capital social”. A conjugação de diversas oportunidades, possibilitadas por diferentes tipos de

laços, no interior de uma mesma rede, permite ao indivíduo dispor de um capital social que, por um lado, lhe oferece a estabilidade e as garantias dos laços fortes e, por outro, a diversidade e novidade dos laços fracos.

A pesquisa identificou quatro tipos de redes sociais – as *redes encapsuladas*, as *redes selectivas*, as *redes abertas* e as *redes afinicas*. Olhando para estes quatro tipos de rede à luz destas questões verificamos que eles apresentam diferentes potencialidades ao nível do capital social. As redes abertas são as mais produtivas como fonte de capital social. Neste tipo de redes conjuga-se a importância dos laços fortes com uma morfologia onde os laços fracos são significativamente activos. As redes abertas conjugam a quantidade elevada de elementos com a flexibilidade de orientação em função do recurso a obter.

As redes selectivas também apresentam características relevantes quanto ao capital social. Neste tipo de redes os laços fracos não são tão activos, sendo que o que as distingue das restantes é o facto de estabelecerem laços fortes para além da esfera do parentesco. O perfil das redes selectivas introduz elementos interessantes para discutir a relação entre redes e capital social, chamando a atenção para a importância de considerar analiticamente, não apenas o tipo de laços da rede, mas também as características dos seus nós. Estas redes são qualificados. As redes selectivas são fortemente marcadas pela homofilia, ou seja, a selectividade e a afinidade são a base da construção de redes de indivíduos socialmente iguais, que possuem à partida posições sociais vantajosas e cujos laços fortes as tornam ainda mais frutuosas. Deste modo, as redes selectivas são também sinónimo de "bom capital social", não pela combinação entre laços fortes e fracos, mas pelas características sociais dos nós com quem são estabelecidos os laços fortes.

Do ponto de vista do capital social, as redes encapsuladas e as redes afinicas são as que oferecem menos possibilidades aos seus actores. No limite, os dois

modelos caracterizam-se pelo encapsulamento, seja pela via da consanguinidade ou da afinidade, ambos se limitam a uma esfera reduzida de contactos que não permite estender as redes para além do conhecido e incorporar a novidade.

O desenho do mapa das redes, através da identificação dos seus nós e laços, permitiu confirmar a hipótese sobre o familismo das redes sociais. Vários são os elementos que permitiram validar esta proposição, ao nível dos factos e das representações. As redes são construídas através da distinção entre os parentes e “os outros”, que quando são importantes são “como se fossem da família”. Nesta construção há que distinguir traços objectivos e subjectivos. Os laços de parentesco adquirem força pela sua permanência no tempo, pela resposta que dão a necessidades materiais e afectivas, pela sua multiplexidade e transitividade. Mas, também, pelo referencial de segurança e protecção que constituem, pela confiança que inspiram, pela possibilidade de construção de um “nós” que representa uma esfera privilegiada de referência identitária e de pertença. Este “nós” funda-se no parentesco restrito, mas inclui também a família alargada, que não tem uma presença tão forte nos apoios materiais, mas contribui para a teia de relações que define a identidade familiar.

O familismo das redes é alimentado por intensas relações intergeracionais, uma forte matrilinearidade e uma nítida lateralização do lado da mulher. Estas três características resultam de uma complexidade de elementos: consanguinidade, afectos, apoios, sociabilidades, direitos legais, obrigações morais, modos de ser, de fazer e de pensar que se constroem no tempo longo da continuidade geracional que só a família garante.

Desta forma, os dados permitem constatar que o familismo é simultaneamente instrumental e expressivo, preenchendo necessidades materiais e afectivas. Confirma-se, assim, a hipótese sobre o sentido positivo do familismo e o seu papel

como recurso estratégico no plano da produção de bem-estar. Esta caracterização está muito longe daquela que Banfield identificou no sul da Itália dos anos 50 em que o familismo se tinha tornado um refúgio para a falta de confiança na comunidade. Apesar da dimensão excludente que pode comportar relativamente a relações exteriores ao parentesco, este é um “familismo moral” assente em normas de obrigação e reciprocidade alargadas.

A análise das normas no interior das redes mostrou que estas obedecem aos princípios gerais do sistema de dádiva. A pesquisa demonstrou a permanência e vitalidade do dom e a sua importância na produção de bem-estar das famílias. Mostrou, também, como a tríplice obrigação “dar, receber, retribuir” estrutura as práticas e representações dos actores. Mas revelou, igualmente, os problemas decorrentes dos princípios orientadores da acção das redes. As entrevistas permitem confirmar as hipóteses acerca da relação entre normas e laços e da especificidade dos laços de parentesco no interior da rede. No entanto, revelaram a complexidade por detrás destes enunciados. A análise das normas exige a diferenciação do parentesco dos restantes laços, mas obriga, também, a um olhar atento sobre o modo como se constroem e aplicam os princípios reguladores da dádiva familiar.

Reciprocidade, obrigação, igualdade, autonomia – as normas surgem claras, mas a sua análise detalhada desvenda princípios contraditórios, resistências, tensões e conflitos. A norma da reciprocidade conflitua com a assimetria das trocas; a dádiva coexiste com o interesse utilitário; o sentimento de obrigação choca com o primado da liberdade e da afectividade; o princípio da igualdade é minado pelas desigualdades sociais e sexuais; a autonomia é ameaçada pela dependência dos apoios. No entanto, as propriedades alquímicas do parentesco conferem congruência a todas estas dissensões. Os actos mágicos que permitem esta alquimia fundam-se no primado do laço social sobre as coisas.

Esta tese interrogou-se sobre o papel das redes sociais e da família na produção de bem-estar. No final da análise, as questões recolocam-se, reconfiguradas pelo conhecimento produzido. A pesquisa mostrou o papel activo das redes sociais, o peso preponderante da família no desenho das redes, a normatividade das relações familiares, os fortes sentimentos de dever e obrigação que as alimentam. É tudo isto o resultado presente da herança do passado? Sim e não. A importância da família na produção de bem-estar resulta, sem dúvida, da persistência de um modelo no qual os indivíduos aprenderam a contar apenas consigo próprios. Mas deriva, também, de novas configurações nos modos de produzir bem-estar no Portugal contemporâneo. Como vimos, para as compreender é preciso interrogar a família a partir, em primeiro lugar, da sua relação com o indivíduo e, em segundo lugar, da sua relação com o Estado e o mercado.

As teses sobre o processo de individualização nas sociedades modernas tendem a opôr um quadro passado de fortes laços e obrigações familiares a um presente com um escasso peso das relações e obrigações familiares. Esta é uma visão "monocromática" da relação entre família e indivíduo (Smart e Shipman, 2004), que esta tese permite "colorir"¹, repensando a natureza dos laços sociais que ligam o indivíduo à família. O que se revela importante, hoje, para os indivíduos é conseguir estabelecer formas possíveis de um "nós" que respeitem o "eu". As formas familiares que descrevo nesta tese parecem preencher este requisito. As obrigações e o dever existem, mas o parentesco fornece um espaço de liberdade que permite escolhas e decisões. Deste modo, parece possível alargar

¹ Os trabalhos de François de Singly (2001a, 2003, entre outros) foram um contributo importante para ajudar a construir a paleta de cores.

a proposição de Singly acerca da família conjugal – “juntos, livremente” – para a totalidade da rede de parentesco.

No entanto, este quadro, que parece juntar o tradicional e o moderno no melhor dos mundos, não se desenha sem problemas. Como vimos, a prestação de apoio familiar assenta numa verticalização das relações familiares. Se esta é extremamente favorável ao bem-estar da geração presente, a sua persistência é problemática no futuro. O conjunto de pessoas que entrevistei viveram processos de mobilidade ascendente e definiram padrões de bem-estar ancorados no apoio da geração anterior. No entanto, vivem hoje contextos de crescente flexibilização e precarização da esfera económica e social que tornam difícil a sua inscrição no tempo longo da dádiva e na tríplice obrigação de “dar, receber e retribuir”. Estas dificuldades prendem-se com as capacidades efectivas de prestar apoio, quer aos seus ascendentes, quer aos seus descendentes, nos mesmos moldes em que o receberam. Neste contexto, a posição das mulheres é crucial. Ficou demonstrado o papel vital das mulheres no trabalho de cuidado – as ajudas intergeracionais assentam, sobretudo, nas suas capacidades de apoio e de mobilização das redes. À medida que as mulheres integrarem o mercado de trabalho o seu contributo tenderá a enfraquecer.

A análise das normas que regulam a acção das redes mostrou que existe nas famílias um enorme potencial de solidariedade que é necessário pensar para definir o seu lugar na produção de bem-estar. O “familismo moral” que identifiquei nas redes revela-se importante pela sua dimensão de recurso estratégico, mas também pelas suas potencialidades para pensar o laço social. O “familismo moral” não se fecha ao outro, pelo contrário disponibiliza para a relação, tece obrigações, assenta na confiança tecida nas relações interpessoais. Deste modo, coloca um desafio à discussão das relações entre público e privado.

Este tipo de laços, que estrutura as redes sociais, pode dar azo a relações baseadas na horizontalidade ou na verticalidade. As análises, nos países do Sul da Europa, têm destacado a dimensão vertical e a assimetria, sublinhando a importância do clientelismo e do particularismo no acesso aos recursos (Mutti, 2000; Ruivo, 2000; Santos, 1994). Mas as relações baseadas na dádiva podem, também, ser geradoras de relações horizontais de associação (Martins, 2004). Nesta dicotomia reside o lugar da família na realização do laço político, enunciado na introdução desta tese. O seu papel dissociativo ou associativo joga-se na sua relação com outros espaços estruturais, nomeadamente na relação com o espaço da cidadania.

As análises de Boaventura Sousa Santos sobre a relação entre Estado e sociedade civil no nosso país (Santos, 1994 e 2000) identificaram uma oscilação entre um Estado protector e um Estado predador, que constrói uma sociedade civil íntima e uma sociedade civil estranha, afastando os cidadãos que não possuem relações interpessoais privilegiadas no interior do sistema administrativo. Este tipo de processos conduziu à desconfiança profunda face à capacidade protectora do Estado e contribuiu, sem dúvida, para um centramento no espaço doméstico .

Deste modo, urge pensar soluções alternativas para um modelo cada vez mais sujeito pressões. Esta tese aponta para que a perspectiva a partir das redes sociais e da dádiva possa contribuir para a construção dessas soluções. O pensamento a partir destes dois paradigmas permite integrar diferentes níveis analíticos e de acção, possibilitando uma reinvenção do político, sobretudo a capacidade de o pensar fora dos limites do Estado. O paradigma da dádiva impõe o princípio da pluralidade de lógicas na construção da interacção social e da ambivalência estrutural das práticas sociais que se revelam na experiência concreta da definição dos laços sociais. A perspectiva a partir das redes permite

integrar uma dimensão tradicional e uma dimensão progressista, conjugando particularismo e universalismo. Oferece, deste modo, um potencial emancipatório que importa discutir e valorizar.

- AAVV** (1996), *Ménages, familles, parentèles et solidarités dans les populations méditerranéennes*, Paris, PUF.
- Aboim, Sofia; Wall, Karin (2002), "Tipos de família em Portugal: interacções, valores, contextos", *Análise Social*, 163, pp. 475-506.
- Adam, Frane; Roncevic, Borut (2003), "Social capital: recent debates and research trends", *Social Science Information*, 42 (2), pp. 155-183.
- Adams, Julia; Padamsee, Tasleem (2001), "Signs and Regimes: Rereading Feminist Work on Welfare States", *Social Politics*, vol. 8, nº1, pp. 1-35.
- Alcon, Carmen Dominguez; Bertaut, Mónica Becue; Reinert, Max (1996), "Obligations familiales et solidarité. Analyse statistique du texte des entretiens", in AAVV , *Ménages, familles, parentèles et solidarités dans les populations méditerranéennes*, Paris, PUF.
- Almeida, Ana Nunes de (1984), "Do campo à cidade", *Cadernos da Condição Feminina*, 18.
- Almeida, Ana Nunes de (1985), "Trabalho feminino e estratégias familiares", *Análise Social*, nº 85, pp. 7-44.
- Almeida, Ana Nunes de (1986), "Entre o dizer e o fazer: a construção da identidade feminina", *Análise Social*, nº 92/93, pp. 493-520.
- Almeida, Ana Nunes de (1993), *A fábrica e a família – famílias operárias no Barreiro*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro.
- Almeida, Ana Nunes de (2003), "Família, conjugalidade e procriação: valores e papéis", in Jorge Vala et al. (org.), *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais / ICS, pp. 47-93.
- Almeida, Ana Nunes de et al. (1997), "Destinos cruzados: estruturas e processos da homogamia", *Análise Social*, 143/144, pp. 875-898.

- Almeida, Ana Nunes de *et al.* (1998), "Relações familiares: mudança e diversidade", in José Manuel Leite Viegas; António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta, pp. 45-78.
- Almeida, Ana Nunes de *et al.* (2002) "Novos padrões e outros cenários para a fecundidade em Portugal", *Análise Social*, 163, pp. 371-409.
- Almeida, Ana Nunes de *et al.* (2004), *Fecundidade e contracepção*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais / ICS.
- Almeida, Ana Nunes de; Guerreiro, Maria das Dores (1993), "A Família", in Luís de França (coord.), *Portugal. Valores Europeus. Identidade Cultural*, IED, pp. 181-219.
- Alt, Mick (1990) *Exploring Hyperspace: a Non-mathematical Explanation of Multivariate Analysis*, London, McGraw-Hill.
- Alves, Natália (1998), "Escola e Trabalho: atitudes, projectos e trajectórias", in Manuel Villaverde Cabral; José Machado Pais (coord.), *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras, Celta, pp. 53-133.
- Amankwaa, Linda (2000), "Qualitative Data Analysis: Using NUD*IST 4 in a Preliminary Investigation of Postpartum Depression Among African-American Women", *The Qualitative Report*, vol. 4, nº 3 e 4. (<http://www.nova.edu/ssw/QR/QR4-3/amankwaa.html>)
- Anderson, Michael (1984), *Elementos para a História da família Ocidental 1500-1914*, Lisboa, Querco.
- André, Isabel Margarida (2005), "Desenvolvimento humano e coesão social", in Teresa Barata Salgueiro; João Ferrão (coord.), *Geografia de Portugal. Sociedade, Paisagens e Cidades*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 141-150.
- Andreotti, Alberta *et al.* (2001), "Does a Southern European Model Exist?", *Journal of European Area Studies*, vol. 9, nº1, pp. 43-62.
- Ariès, Phillipe (1988), *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*, Lisboa, Relógio d'Água.
- Arts, Wil; Gelissen, John (2002) "Three worlds of welfare capitalism or more? A state-of-art report", *Journal of European Social Policy*, vol 12, nº 2, pp. 137-158.

- Attias-Donfut, Claudine (1995), "Le double circuit des transmissions", in Claudine Attias-Donfut (org.), *Solidarités entre générations. Vieillesse, Familles, État*, Paris, Nathan, pp. 41-81.
- Attias-Donfut, Claudine (org.) (1995), *Solidarités entre générations. Vieillesse, familles, État*, Paris, Nathan.
- Attias-Donfut, Claudine; Lapierre, Nicole; Segalen, Martine (2002), *Le nouvel esprit de famille*, Paris, Éditions Odile Jacob.
- Augustins, Georges (1991), "Frères et soeurs: solidarité et rivalité", *Dialogue*, 114, pp. 3-11.
- Ba**çãõ, Fernando *et al.* (1999), *Metodologia de análise regional: a análise factorial e de clusters*, Lisboa, Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional/Universidade Nova de Lisboa.
- Bagnasco, Arnaldo *et al.* (2001), *Il Capitale sociale. Istruzioni per l'uso*, Bolonha, il Mulino.
- Bandeira, Mário Leston (1996), *Demografia e modernidade. Família e transição demográfica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Banfield, Edward C. (1967), *The Moral Basis of a Backward Society*, Nova Iorque, The Free Press.
- Barabási, Albert-László (2003), *Linked. How Everything is Connected to Everything Else and What It Means for Business, Science, and Everyday Life*, New York, Plume.
- Barnes, J. A. (1977), "Class and Committees in a Norwegian Island Parish", in Leinhardt, Samuel (ed), *Social Networks. A Developing Paradigm*, New York, Academic Press, pp. 233-252. (edição original: *Human Relations*, 7, 1954)
- Barrientos, Armando (2004), "Latin America: towards a liberal-informal welfare regime", in Ian Gough *et al.*, *Insecurity and Welfare Regimes in Asia, Africa and Latin America. Social Policy in Development Contexts*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 121-168.

- Barry, Christine A. (1998), "Choosing Qualitative Data Analysis Software: Atlas/ti and Nudist Compared", *Sociological Research Online*, vol. 3, n° 3. (<http://www.socresline.org.uk/socresline/3/3/4.html>)
- Bawin-Legros, Bernadette (2003), *Le nouvel ordre sentimental. À quoi sert la famille aujourd'hui?*, Paris Payot.
- Bawin-Legros, Bernadette *et al.* (1995), "Les limites de l'entraide intergénérationnelle", in Claudine Attias-Donfut (org.), *Solidarités entre générations. Vieillesse, Familles, État*, Paris, Nathan, pp. 117-143.
- Bawin-Legros, Bernadette; Gauthier, Anne (1992), "Les relations intergénérationnelles: grands-parents dans la rupture et la continuité", *Familles et Contextes Sociaux. Actes du Colloque de Lisbonne 10-12 avril 1991*, Lisboa, CIES, pp. 247-259.
- Bertaux, Daniel (1980), "L'approche biographique: sa validité méthodologique, ses potentialités", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LXIX.
- Bertaux-Wiame, Isabelle; Muxel, Anne (1996), "Transmission familiales: territoires imaginaires, échanges symboliques et inscription sociale", in François de Singly *et al.* (dir.), *La famille en questions. État de la recherche*, Paris, Syros, pp. 187-210.
- Biasoli-Alves, Zélia Maria Mendes (2004), "Práticas de educação da criança e seu relacionamento com os adultos em famílias brasileiras no século XX", *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano 38, 1, 2 e 3, pp. 85-102.
- Blau, Francine D.; Ferber, Marianne A.; Winkler, Anne E. (2001), *The Economics of Women, Men and Work*, 4^{ed.}, New Jersey, Prentice Hall.
- Blaxter, Mildred (1990), *Health & Lifestyles*, Londres, Tavistock / Routledge.
- Blöss, Thierry (1987), "Se loger quand on est jeune. Affaire de famille, affaire d'État", *Revue Internationale d'Action Communautaire*, 18/58, pp. 109-117.
- Boissevain, Jeremy (1974), *Friends of Friends. Networks, Manipulators and Coalitions*, Oxford, Basil Blackwell.
- Boltanski, Luc (1969), *Prime éducation et morale de classe*, Paris, Mouton.
- Boltanski, Luc (1990), *L'Amour et la justice comme compétences. Trois essais de sociologie de l'action*, Paris, Éditions Métailié.

- Bonoli, Giuliano; George, Vic; Taylor-Gooby, Peter (2004), *European Welfare Futures. Towards a Theory of Retrenchment*, Cambridge, Polity Press.
- Bonvalet, Catherine *et al.* (1993), "Proches et parents", *Population*, 1, pp. 83-110.
- Bonvalet, Catherine *et al.* (Eds.) (1999), *La famille et ses proches. L'aménagement des territoires*, Paris, INED/PUF.
- Bonvalet, Catherine; Maison, Dominique (1999) "Famille et entourage: le jeu des proximités", in Catherine Bonvalet *et al.* (Eds.), *La famille et ses proches. L'aménagement des territoires*, Paris, INED/PUF, pp. 27-67.
- Borchorst, Anne (1996), "Welfare State Regimes, Women's Interests and the EC", in Diane Sainsbury, *Gendering Welfare States*, London, Sage, pp. 26-44.
- Bott, Elizabeth (1976), *Família e rede social*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves. (Tradução de: *Family and Social Network*, 2ª ed., 1971)
- Bourdieu, Pierre (1980), "Le capital social. Notes provisoires", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 31, pp. 2-3.
- Bourdieu, Pierre (1990), "Un placement de père de famille. La maison individuelle: spécificité du produit et logique du champ de production", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 81/82, pp. 6-33.
- Bourdieu, Pierre (1997), *Razões Práticas. Sobre a teoria da acção*, Oeiras, Celta.
- Bourdieu, Pierre; de Saint Martin, Monique (1990), "Le sens de la propriété. La genèse sociale des systèmes de préférences", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 81/82, pp. 52-64.
- Bozon, Michel (1992), "Le choix du conjoint", in François Singly (dir.), *La famille: l'état des savoirs*, Paris, La Découverte, pp. 22-33.
- Brandão, Ana; Pires, Ana; Portugal, Jorge (1998) "Agrupamentos de concelhos de Portugal Continental e sua caracterização", *Revista de Estatística*, vol 1, 1º Quadrimestre, pp. 71-93.
- Buchanan, Mark (2002), *Nexus. Small Worlds and the Groundbreaking Science of Networks*, New York/London, W. W. Norton & Company.
- Bulmer, Martin (1984), *Sociological Research Methods. An Introduction*, 2ª edição, London, Macmillan.
- Burt, Roland S. (1995), "Capital social et trous structuraux", *Revue Française de Sociologie*, XXXVI-4, pp. 599-628.

- Burt, Roland S. (2001), "Structural Holes versus Network Closure as Social Capital", in Nan Lin; Karen Cook; Ronald S. Burt (Eds.), *Social Capital. Theory and Research*, New York, Aldine de Gruyter, pp. 31-56.
- Buston, K. (1997), "NUD*IST in Action: Its Use and its Usefulness in a Study of Chronic Illness in Young People", *Sociological Research Online*, vol. 2, nº3. (<http://www.socresline.org.uk/socresonline/2/3/6.html>)
- C**abral, Manuel Villaverde (2005), "Autoritarismo de Estado e sociedade civil real em Portugal", *Comunicação ao Colóquio Internacional "Acção Colectiva, Espaço Público e Cidadania"*, Coimbra, 6 e 7 de Janeiro de 2005. (policopiado)
- Cabral, Manuel Villaverde *et al.* (org.) (2003), *Desigualdades sociais e percepção de justiça*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais / ICS.
- Cabral, Manuel Villaverde; Vala, Jorge; Freire, João (org.) (2000), *Atitudes sociais dos portugueses 1 – Trabalho e Cidadania*, Lisboa, ICS/ISSP.
- Cabral, Manuel Villaverde; Pais, José Machado (coord.) (1998), *Jovens portugueses de hoje*, Oeiras, Celta.
- Caillé, Alain (2003), "Dádiva, cidadania e democracia", in Alzira Medeiros; Paulo Henrique Martins (orgs.), *Economia popular e solidária. Desafios teóricos e práticos*, Recife, Edições Bagaço, pp.16-25.
- Caillé, Alain (2000), *Anthropologie du don. Le tiers paradigme*, Paris, Desclée de Brouwer.
- Callon, Michel (dir.) (1989), *La science et ses réseaux. Genèse et circulation des faits scientifiques*, Paris, Éditions La Découverte/Conseil de L'Europe/ UNESCO.
- Callon, Michel; Latour, Bruno (1981), "Unscrewing the big Leviathan: how actors macro-structure reality and how sociologists help them to do so", in K. Knorr-Cetina; A. V. Cicourel (eds.), *Advances in Social Theory and Methodology. Toward an Integration of Micro-and Macro-Sociologies*, Boston, Routledge & Kegan Paul, pp. 277-303.
- Carapinheiro, Graça e Pinto, Margarida Gameiro (1987), "Políticas de saúde num país em mudança", *Sociologia. Problemas e Práticas*, nº3, pp. 73-109.

- Carlos, Monica; Maratou-Alipranti, Laura (2000), "Family Policy and New Family Forms: The Cases of Greece and Portugal", in Astrid Pfenning; Thomas Bahle (eds.), *Families and Family Policies in Europe*, Frankfurt am Main, Peter Lang, pp. 34-48.
- Carreira, Henrique Medina (1996), *As políticas sociais em Portugal*, Lisboa, Gradiva.
- Carrilho, Manuel Maria (1989), *Itinerários da Racionalidade*, Lisboa, D. Quixote.
- Caulkins, D. Douglas (2004), "Organizational Memberships and Crosscutting Ties: Bonding or Bridging Social Capital?", in Sanjeev Prakash; Per Selle, *Investigating Social Capital. Comparative Perspectives on Civil Society, Participation and Governance*, New Delhi/Thousand Oaks/London, Sage, pp. 162-183.
- Centre de Sociologie de L'Innovation (1992), *Ces réseaux que la raison ignore*, Paris, L'Harmattan.
- Chaland, Karine (2001), "Pour un usage sociologique de la double généalogie philosophique de l'individualisme", in François de Singly (Dir.), *Être soi d'un âge à l'autre*, Paris, L'Harmattan, pp. 31-43.
- Cicchelli, Vincenzo ; Martin, Claude (2004), "Young Adults in France : Becoming Adult in the Context of Increased Autonomy and Dependency", *Journal of Comparative Family Studies*, 35 (4), pp. 615-626.
- CIDM (2003), *A Igualdade de Género em Portugal*, Lisboa, CIDM.
- Coelho, Lina (2005), "Participação das mulheres na actividade e conciliação entre vida familiar e vida profissional", *Texto de Apoio ao Seminário do Núcleo de Estudos sobre Governação e Instituições da Economia*, CES, Março de 2005. (policopiado)
- Coelho, Lina (2004), "Mulheres, família e mercado de trabalho: Que desafios à regulação das economias pós-industriais?", *Oficina do CES*, nº 205.
- Coenen-Hunter, Josette; Kellerhals, Jean; von Allmen, Malik (1994), *Les réseaux de solidarité dans la famille*, Lausanne, Éditions Réalités Sociales.
- Coleman, James (1988), "Social capital in the creation of human capital", *American Journal of Sociology*, 94, pp. 95-120.

- Coleman, James S. (1990), *Foundations of Social Theory*, Cambridge, The Belknap Press of Harvard University Press.
- Commaille, Jacques; Singly, François de (1997), "Les règles de la méthode comparative dans le domaine de la famille. Le sens d'une comparaison", in Jacques Commaille ; François de Singly (dir.), *La question familiale en Europe*, Paris, L'Harmattan.
- Commaille, Jacques; Singly, François de (dir.) (1997), *La question familiale en Europe*, Paris, L'Harmattan.
- Corrigan, Peter (1989), "Gender and the Gift: the Case of the Family Clothing Economy", *Sociology*, vol. 23, nº4, pp. 513-534.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de bairro. Dinâmicas sociais da identidade cultural*, Oeiras, Celta.
- Cruz, Sofia Alexandra (2003), "O(s) trabalho(s) feminino(s): a omnipresença do trabalho doméstico e das responsabilidades familiares", *Cadernos de Ciências Sociais*, 23, pp. 41-59.
- Cunha, Vanessa (2005), "As funções dos filhos na família", in Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal*, Lisboa, ICS/Imprensa de Ciências Sociais, pp. 465-497.
- Cuturello, Paul (1987), "Une affaire de famille: l'auto-construction du logement", *Revue Internationale d'Action Communautaire*, 18/58, pp.119-126.
- D**aly, Kerry (1992), "The Fit Between Qualitative Research and Characteristics of Families", in Jane F. Gilgun *et al.* (eds.), *Qualitative Methods in Family Research*, Newbury Park, Sage, pp. 3-12.
- Daly, Mary (1996), "Comparing Welfare States: Towards a Gender Friendly Approach", in Diane Sainsbury, *Gendering Welfare States*, London, Sage, pp. 101-117.
- Dax, Thomas; Machold, Ingrid (eds.) (2002), *Voices of Rural Youth. A Break with Traditional Patterns?*, Viena, Bundesanstalt für Bergbauernfragen.
- Déchaux, Jean-Hugues (1990a), "Les échanges économiques au sein de la parentèle", *Sociologie du Travail*, 1, pp. 73-94.

- Déchaux, Jean-Hugues (1990b), "Des relations de parenté inédites?", *Esprit*, pp. 91-101.
- Déchaux, Jean-Hugues (1996), "l'État et les solidarités familiales", in Paugam, Serge (dir.), *L'exclusion. L'état des savoirs*, Paris, Éditions La Découverte, pp. 530-539.
- Decimo, Francesca (1998), "Living the city. The urban integration of somali women in Naples", in Virgínia Ferreira; Teresa Tavares; Sílvia Portugal (eds.), *Shifting Bonds, Shifting Bounds. Women, Mobility and Citizenship in Europe*, Oeiras, Celta, pp. 253-259.
- Degenne, Alain; Forsé, Michel (1994), *Les réseaux sociaux*. Paris, Armand Colin.
- Degenne, Alain; Lebeaux, Marie-Odile (1997), "Qui aide qui, pour quoi?", *L'Année Sociologique*, 47, nº1, pp.117-141.
- Dekker, Paul (2004), "Social Capital of Individuals: Relational Asset or Personal Quality?", in Sanjeev Prakash; Per Selle, *Investigating Social Capital. Comparative Perspectives on Civil Society, Participation and Governance*, New Delhi, Sage, pp. 88-110.
- Desplanques, Guy (1986), "Fratricie et Démographie", *Le Groupe Familial*, 111, pp. 64-70.
- Donzelot, Jacques (1977), *La Police des familles*, Paris, Minuit.
- Donzelot, Jacques (2005), *La Police des familles*, reedição, Paris, Minuit.
- Douglas, Mary; Isherwood, Baron (1978), *The World of Goods: Towards an Anthropology of Consumption*, Harmondsworth, Penguin.
- Eco, Humberto (sem data), *O nome da rosa*, 8ª edição, Lisboa, Difel.
- Elliot, Faith Robertson (1993), *The Family: Change or Continuity?*, 7ªed., London, MacMillan. (1ª edição: 1986)
- England, Paula (ed.) (1993), *Theory on Gender – Feminism on Theory*, New York, A. de Gruyter.
- Esping-Andersen, Gøsta (1990), *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Princeton, Princeton University Press.

- Esping-Andersen, Gøsta (1996), "Welfare States without Work: the Impasse of Labour Shedding and Familism in Continental European Social Policy", in Gøsta Esping-Andersen (ed.) *Welfare States in Transition. National Adaptations in Global Economies*, London, Sage, pp. 66-87.
- Esping-Andersen, Gøsta (ed.) (1996), *Welfare States in Transition. National Adaptations in Global Economies*, London, Sage.
- Esping-Andersen, Gøsta (1999), *Social Foundations of Postindustrial Economies*, Oxford, Oxford University Press.
- Esping-Andersen, Gøsta *et al.* (2002), *Why We Need a New Welfare State?*, Oxford, Oxford University Press.
- Estanque, Elísio; Mendes, José Manuel (1998), *Classes e desigualdades sociais em Portugal. Um estudo comparativo*, Porto, Afrontamento.
- European Commission (2002), *Social protection in Europe 2001*, Luxemburgo, Office for Official Publications of the European Union.
- Eurostat (2006), *European Social Statistics, Social protection. Expenditures and receipts. Data 1995-2003*.
- Eurostat (2003), *EU Labour Force Survey*.
- Faria, Carlos Aurélio Pimenta de (1998), "Uma genealogia das teorias e modelos do Estado de Bem-Estar Social", *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 46, pp. 39-71.
- Ferrand, Alexis (1992), "Les réseaux de relations personnelles", *Actes du Séminaire "Du politique et du social dans l'avenir de la famille"*, Paris, La Documentation Française, pp. 79-90.
- Ferrão, João (2005), "Dinâmicas demográficas: uma visão panorâmica", in Teresa Barata Salgueiro; João Ferrão (coord.), *Geografia de Portugal. Sociedade, paisagens e cidades*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 50-71.
- Ferrarotti, Franco (1983), *Histoire et histoires de vie. La methode biographique en sciences sociales*, Paris, Librairie des Meridiens.

- Ferreira, Maria Júlia (1999), "A análise factorial e de *clusters*: rudimentos teóricos e metodológicos", in Fernando Bação *et al.*, *Metodologia de análise regional: a análise factorial e de clusters*, Lisboa, Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional/Universidade Nova de Lisboa, pp. 7-20.
- Ferreira, Sílvia (2000), "As organizações do terceiro sector na reforma da segurança social", *Comunicação ao IV Congresso Português de Sociologia*, Coimbra, 17 a 19 de Abril. (policopiado)
- Ferreira, Virgínia (1981), "Mulheres, família e trabalho doméstico no capitalismo", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 6, pp. 47-86.
- Ferreira, Virgínia (1986), "O inquérito por questionário na construção de dados sociológicos", in Augusto Santos Silva; José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, pp. 165-195.
- Ferreira, Virgínia (1993), "Padrões de segregação das mulheres no emprego – uma análise do caso português no quadro europeu", in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: um retrato singular*, Porto, Afrontamento, pp. 233-257.
- Ferreira, Virgínia (1998), "Engendering Portugal: Social Change, State Politics and Women's Mobilization", in António Costa Pinto (ed.), *Modern Portugal*, Palo Alto, CA, Sposs.
- Ferreira, Virgínia (1999), "Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 52/53, pp. 199-227.
- Ferreira, Virgínia (2000), "A globalização das políticas de igualdade entre os sexos: do reformismo social ao reformismo estatal", *ex-æquo*, nº 2/3, pp. 13-42.
- Ferreira, Virgínia (2002), "«All women are working women»: padrões de evolução da segregação sexual do emprego nos anos 90", in José Reis; Maria Ioannis Baganha (orgs.), *A economia em curso. Contextos e mobilidades*, Porto, Afrontamento, pp.111-151.
- Ferreira, Virgínia (2003), *Relações sociais de sexo e segregação do emprego: uma análise da feminização dos escritórios em Portugal*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Coimbra, FEUC.

- Ferreira, Virgínia; Tavares, Teresa; Portugal, Sílvia (eds.) (1998), *Shifting Bonds, Shifting Bounds. Women, Mobility and Citizenship in Europe*, Oeiras, Celta.
- Ferreira de Almeida, João (1990), *Valores e representações e sociais*, Lisboa, Gulbenkian.
- Ferreira de Almeida, João; Costa, António Firmino da; Machado, Fernando Luís (1994), "Recomposição socioprofissional e novos protagonismos", in António Reis (coord.), *Portugal. 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 307-330.
- Férreol, Gilles; Deubel, Philippe (1993), *Méthodologie des sciences sociales*, Paris, Armand Colin.
- Ferrera, Maurizio (1996), "The Southern Model of Welfare in Social Europe", *Journal of European Social Policy*, 6/1, pp. 17-37.
- Finch, Janet (1989), *Family Obligations and Social Change*, Cambridge, Polity Press.
- Finch, Janet (1991), "Feminist Research and Social Policy", in Mavis MacLean; Dulcie Groves (1991), *Women's Issues in Social Policy*, London, Routledge.
- Finch, Janet; Mason, Jennifer (1993), *Negotiating Family Responsibilities*, London, Routledge.
- Fischer, Claude S. (1982), *To Dwell Among Friends. Personal Networks in Town and City*, Chicago and London, The University of Chicago Press.
- Fize, Michel (2005), *La Famille*, Paris, Le Cavalier Bleu.
- Flaquer, Lluís (2000), "Is there a Southern European model of social policy?", in Astrid Pfenning; Thomas Bahle (eds.), *Families and Family Policies in Europe*, Frankfurt am Main, Peter Lang, pp 15-33.
- Foley, Michael W.; Edwards, Bob (1997), "Escape from Politics? Social Theory and the Social Capital Debate", *American Behavioral Scientist*, vol. 40, nº5, pp. 550-561.
- Fontes, Breno (2004), "Capital social e terceiro sector: sobre a estruturação das redes sociais em associações voluntárias", in Paulo Henrique Martins; Breno Fontes (orgs.), *Redes Sociais e saúde: novas possibilidades teóricas*, Recife, Editora Universitária da UFPE, pp. 49-75.

- Fontes, Breno Augusto; Eichner, Klaus (2004), "A formação do capital social em uma comunidade de baixa renda", in Paulo Henrique Martins; Brasilmar Ferreira Nunes (Orgs.), *A Nova Ordem Social. Perspectivas da solidariedade contemporânea*, Brasília, Paralelo 15, pp. 215-241.
- Fortuna, Carlos (org.)(1997), *Cidade, Cultura e Globalização. Ensaio de Sociologia*, Oeiras, Celta.
- Fortuna, Carlos (1993), *O Fio da Meada. O algodão de Moçambique, Portugal e a economia-mundo (1860-1960)*, Porto , Afrontamento.
- Giddens, Anthony (1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta.**
- Giddens, Anthony (1995), *Transformações da Intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*, Oeiras, Celta.
- Gilgun, Jane F. et al. (eds.) (1992), *Qualitative Methods in Family Research*, Newbury Park, Sage.
- Girard, Alain (1981), *Le choix du conjoint – une enquête psycho-sociologique en France*, 3ª edição, Paris, PUF/INED.
- Glaser, Barney; Strauss, Anselm (1967), *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*, Chicago, Aldine de Gruyter.
- Godbout, Jacques T. (1992), *L'esprit du don*, Paris, Éditions La Découverte.
- Godbout, Jacques T. (1995), "La norme de justice dans les relations de parenté", *L'Année Sociologique*, vol. 45, n°2, pp. 351-370.
- Godbout, Jacques T. (2000), *Le don, la dette et l'identité*, Paris, La Découverte.
- Gotman, Anne; Laferrère, Anne (1998), "Logement et transmission", in Marion Segaud; Catherine Bonvalet; Jacques Brun (orgs.), *Logement et Habitat. L'état des savoirs*, Paris, Éditions La Découverte.
- Gough, Ian et al. (2004), *Insecurity and Welfare Regimes in Asia, Africa and Latin America. Social Policy in Development Contexts*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Granovetter, Mark S. (1973), "The Strength of Weak Ties", *American Journal of Sociology*, 78, 1360-1380. (republicado em Samuel Leinhardt (ed.) (1977), *Social Networks. A Developing Paradigm*, Nova Iorque, Academic Press, pp. 347-367.)

- Granovetter, Mark S. (1982), "The Strength of Weak Ties: A Network Theory Revisited", in Peter V. Marsden; Nan Lin (eds.), *Social Structure and Network Analysis*, Beverly Hills, Sage, pp. 105-130.
- Grootaert, Christian *et al.* (2003), *Measuring Social Capital. An Integrated Questionnaire*, Washington D.C., The World Bank.
- Grundy, Emily (2005), "Reciprocity in Relationships: Socio-economic and Health Influences on Intergenerational Exchanges Between Third Age Parents and their Adult Children in Great Britain", *British Journal of Sociology*, vol. 56, nº2.
- Gubrium, Jaber F.; Holstein, James A. (2002), "From the Individual Interview to the Interview Society", in Jaber F. Gubrium; James A. Holstein (eds.), *Handbook of Interview Research. Context & Method*, Thousand Oaks, Sage, pp. 33-117.
- Guerreiro, Maria das Dores (1996), *Famílias na Actividade Empresarial. PME em Portugal*, Oeiras, Celta.
- Guerreiro, Maria das Dores; Abrantes, Pedro (2004), *Transições incertas: os jovens perante o trabalho e a família*, Lisboa, DGEEP/ CITE.
- Guibentif, Pierre (1985), "Discursos e aparelhos nas transformações políticas – o caso da segurança social", *Análise Social*, nº 87-88-89, pp. 945-959.
- Hair**, Joseph *et al.* (1995), *Multivariate Data Analysis with Readings*, Englewood Cliffs, Prentice- Hall.
- Hespanha, António Manuel (1993), "Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna", *Análise Social*, 123-124, pp. 951-973.
- Hespanha, Maria José Ferros (1987), "O corpo, a doença e o médico. Representações e práticas sociais numa aldeia", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 23, pp. 195-210.
- Hespanha, Maria José Ferros (1993), "Para além do Estado: a saúde e a velhice na sociedade-providência", in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: um Retrato Singular*, Porto, Afrontamento, pp. 315-335.

- Hespanha, Pedro (1987), "Posse da terra e reprodução da força de trabalho. O caso do Baixo Mondego", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22, pp. 145-157.
- Hespanha, Pedro (1995), "Vers une société providence simultanément pré- et post- moderne. L'état des solidarités intergénérationnelles au Portugal", in Claudine Attias-Donfut (dir.), *Les Solidarités entre Générations. Vieillesse, Familles, État*, Éditions Nathan, pp. 209-221.
- Hespanha, Pedro (1999), "Em torno do papel providencial da sociedade civil portuguesa", *Cadernos de Política Social*, 1, pp. 15-42.
- Hespanha, Pedro (2001), "Mal-estar e risco social num mundo globalizado: novos problemas e novos desafios para a teoria social", in Boaventura de Sousa Santos, *Globalização. Fatalidade ou Utopia?*, Porto, Afrontamento, pp. 163-196.
- Hespanha, Pedro e Reis, José (1992), "Les sociétés semi-peripheriques: une régulation multiforme", in Didier Le Gall (org.), *Régulation social et contextes sociaux européens*, Centre de Recherche sur le Travail Social, Université de Caen.
- Hespanha, Pedro et al. (2000), *Entre o Estado e o mercado. As fragilidades das instituições de protecção social em Portugal*, Coimbra, Quarteto.
- Hespanha, Pedro et al. (2001), "Globalização insidiosa e excludente. Da incapacidade de organizar respostas à escala local", in Pedro Hespanha; Graça Carapinheiro (orgs.), *Risco social e incerteza. Pode o Estado Social recuar mais?*, Porto, Afrontamento, pp. 25-54.
- Hespanha, Pedro; Alves, Ana Isabel (1995), "A construção da habitação em meio rural: um domínio da Sociedade-Providência", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, pp. 125-153.
- Hespanha, Pedro; Carapinheiro, Graça (orgs.) (2001), *Risco social e incerteza. Pode o Estado Social recuar mais?*, Porto, Afrontamento.
- Hespanha, Pedro; Portugal, Sílvia (2002), *A transformação da família e a regressão da sociedade-providência*, Porto, CCRN.

- Hespanha, Pedro; Portugal, Sílvia; Rodrigues, Pedro (1999), *A Transformação da Família e a Regressão da Sociedade-Providência*, Relatório de Investigação, Coimbra, CES/FEUC.
- Hespanha, Pedro; Ferreira, Claudino; Portugal, Sílvia (1997), "The Welfare Society and the Welfare State. The Portuguese Experience", in Maurice Roche; Rik van Berkel (eds.), *European Citizenship and Social Exclusion*, Aldershot, Ashgate, pp. 169-183.
- Hirschman, Albert O. (1970), *Exit, Voice and Loyalty*, Cambridge, Harvard University Press.
- Hockey, Jenny; James, Allison (1993), *Growing Up and Growing Old. Ageing and Dependency in the Life Course*, London, Sage.
- INE (2001), *Inquérito à fecundidade e à família. Resultados definitivos: 1997*, Lisboa, INE/Gabinete de Estudos e Conjuntura.
- INE (2005), *Indicadores sociais. 2004*, Lisboa, INE.
- Joaquim, Teresa (2000), "Saúde das mulheres. Cuidar dos outros, cuidar de si", *ex aequo*, nº2/3, pp. 191-204.
- Jobson, J. D. (1992) *Applied Multivariate Data Analysis*, vol II, New York, Springer-Verlag.
- Johnson, John M. (2002), "In-Depth Interviewing", in Jaber F. Gubrium; James A. Holstein (eds.), *Handbook of Interview Research. Context & Method*, Thousand Oaks, Sage, pp. 103-117.
- Jones, Gill (1992), "Short-term Reciprocity in Parent-Child Economic Exchanges", in Catherine Marsh; Sara Arber (eds.), *Families and Households. Divisions and Change*, London, MacMillan Press.
- Jones, Kathleen; Jónasdóttir, Anna G. (1985), *The Political Interests of Gender*, London, Sage.

- Kaufmann, Jean-Claude (1996), *Faire ou faire-faire? Familles et services*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes.
- Kelle, U. (1997), "Theory Building in Qualitative Research and Computer Programs for the Management of Textual Data", *Sociological Research Online*, vol. 2, nº 2. (<http://www.socresonline.org.uk/socresline/2/2/1.html>)
- Kellerhals, Jean *et al.* (2002), "Linguagens do parentesco: lógicas de construção identitária", *Análise Social*, 163, pp. 545-567.
- Kellerhals, Jean; Coenen-Huther, Josette; Modak, Marianne (1987), "Stratification sociale, types d'interaction dans la famille et justice distributive", *Revue Française de Sociologie*, XXVIII, pp. 217-240.
- Kellerhals, Jean; Coenen-Huther, Josette; Modak, Marianne (1988), *Figures de l'équité. La construction des normes de justice dans les groupes*, Paris, PUF.
- Kellerhals, Jean; Modak, Marianne; Sardi, Massimo (1995), "Justice, sens de la responsabilité et relations sociales", *L'Année Sociologique*, vol. 45, nº2, pp. 317-349.
- Kellerhals, Jean; Montandon, Cléopâtre (1992), "Les styles éducatifs", in François de Singly (dir.), *La famille: l'état des savoirs*, Paris, La Découverte, pp.194-200.
- Kirshna, Anirudh; Shrader, Elizabeth (1999), "Social Capital Assessment Tool", *Comunicação apresentada na Conference on Social Capital and Poverty Reduction*, Washington, The World Bank. (policopiado)
- Knoke, David; Kuklinski, James H. (1982), *Network Analysis*, London, Sage.
- Knorr-Cetina, K.; Cicourel, A. V. (eds.) (1981), *Advances in Social Theory and Methodology. Toward an Integration of Micro-and Macro-Sociologies*, Boston, Routledge & Kegan Paul.
- Kuhn, Thomas (1972), *La structure des révolutions scientifiques*, Paris, Flammarion.
- Langevin, Annette (1996), "L'étude des fratries", in François de Singly *et al.* (orgs.), *La famille en questions. État de recherche*, Paris, Syros, pp. 127-130.
- Laslett; Peter; Wall, Richard (Eds.) (1972), *Household and Family in Past Time*, Cambridge, Cambridge University Press.

- Latour, Bruno (1992), "Introduction", in Centre de Sociologie de L'Innovation, *Ces réseaux que la raison ignore*, Paris, L'Harmattan, pp. 1-4.
- Latour, Bruno (2005), *Reassembling the Social. An Introduction to Actor-Network-Theory*, Oxford, Oxford University Press.
- Lazega, Emmanuel (1998), *Réseaux sociaux et structures relationnelles*, Paris, PUF.
- Le Gall, Didier (org.) (1992), *Régulation social et contextes sociaux européens*, Centre de Recherche sur le Travail Social, Université de Caen.
- Le Gall, Didier ; Martin, Claude (dir.) (1996), *Familles et politiques sociales. Dix questions sur le lien familiale contemporain*, Paris, L'Harmattan.
- Leal, António da Silva (1985), "As políticas sociais no Portugal de hoje", *Análise Social*, n° 87-88-89, pp. 925-943.
- Leinhardt, Samuel (1977), "Introduction: Social Networks. A Developing Paradigm", in Samuel Leinhardt (ed.), *Social Networks. A Developing Paradigm*, New York, Academic Press, pp. xiii-xxxiv.
- Leinhardt, Samuel (ed.) (1977), *Social Networks. A Developing Paradigm*, Nova Iorque, Academic Press.
- Lemaire, Jean (1990), "Les cadeaux dans la famille", *Dialogue – recherches cliniques et sociologiques sur le couple et la famille*, n° 110, pp. 3-8.
- Lemaire, Jean-Georges (1984), "La réalité informelle, le mythe structure", *Dialogue – recherches cliniques et sociologiques sur le couple et la famille*, n° 84, pp.3-23.
- Lemieux, Vincent (1999), *Les réseaux d'acteurs sociaux*, Paris, PUF.
- Lemieux, Vincent (2000), *À quoi sert les réseaux sociaux?*, Québec, Les Éditions de l'IQRC.
- Lemieux, Vincent (2001), "Social Capital in Situation of Co-operation and Conflict", *isuma*, vol. 2, n°1. (http://www.isuma.net/v02n01/lemieux/lemieux_e.html)
- Lemieux, Vincent; Ouimet, Mathieu (2004), *L'Analyse structurale des réseaux sociaux*, Bruxelles, De Boeck.
- Lévi-Strauss, Claude (1949), *Les structures élémentaires de la parenté*, Paris, PUF.
- Lewis, Gail; Gewirtz, Sharon; Clarke, John (eds.) (2000), *Rethinking Social Policy*, London, Sage.

- Lewis, Jane (1992), "Gender and the Development of Welfare Regimes", *Journal of European Social Policy*, 2, nº 3, pp.159-173.
- Lewis, Jane (2000), "Gender and Welfare Regimes", in Gail Lewis; Sharon Gewirtz; John Clarke (Ed. by), *Rethinking Social Policy*, London, Sage, pp. 37-51.
- Lewis, Jane (2001), "The Decline of the Male Breadwinner Model: Implications for Work and Care", *Social Politics*, vol. 8, nº2, pp. 152-169.
- Lima, Pedro *et al.* (1991), "Classificações de profissões nos Censos 91", *Sociologia. Problemas e Práticas*, nº 10, pp. 43-66.
- Lin, Nan (1982), "Social Resources and Instrumental Action", in Peter V. Marsden; Nan Lin (eds.), *Social Structure and Network Analysis*, Beverly Hills, Sage, pp. 131-145.
- Lin, Nan (1995), "Les ressources sociales: une théorie du capital social", *Revue Française de Sociologie*, XXXVI-4, pp. 685-704.
- Lin, Nan (2001a), *Social Capital. A Theory of Social Structure and Action*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Lin, Nan (2001b), "Building a Network Theory of Social Capital", in Nan Lin; Karen Cook; Ronald S. Burt (Eds.), *Social Capital. Theory and Research*, New York, Aldine de Gruyter, pp. 3-29.
- Lin, Nan; Cook, Karen; Burt, Ronald S. (Eds.) (2001), *Social Capital. Theory and Research*, New York, Aldine de Gruyter.
- Lister, Ruth (2000), "Gender and the Analysis of Social Policy", in Gail Lewis; Sharon Gewirtz; John Clarke (eds.), *Rethinking Social Policy*, London, Sage, pp. 22-36.
- Litwak, Eugene (1960), "Geographic Mobility and Extended Family Cohesion" , *American Sociological Review*, nº25, pp. 385-394.
- Louvot-Runavot, Claudie (2001), "Le logement dans l'Union européenne: la propriété prend le pas sur la location", *Économie et Statistique*, nº343, pp. 29-50.
- Lozares, Carlos (1996), "La teoría de redes sociales", *Papers*, 48, pp. 103-126.

- M**arpsat, Maryse (1991), "Les échanges au sein de la famille", *Économie et Statistique*, n°239, pp. 59-66.
- Marques, Maria Manuel Leitão *et al.* (2000), *O endividamento dos consumidores*, Coimbra, Almedina.
- Marre, Jacques Léon (1991), "História de vida e método biográfico", *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, vol. 3, n°3, pp. 89-141.
- Marrero, Adriana (2006), "Una discusión sobre el capital social como modelo de desarrollo para América Latina", *Comunicação Apresentada ao Forum Internacional El Nexo entre Políticas e Ciências Sociais*, 20 a 24 de Fevereiro, Buenos Aires. (policopiado)
- Marsden, Peter V.; Lin, Nan (1985), "Introduction", in Peter V. Marsden; Nan Lin (eds.) *Social Structure and Network Analysis*, Beverly Hills, Sage, pp. 9-11.
- Marsden, Peter V.; Lin, Nan (Eds.) (1982), *Social Structure and Network Analysis*, Beverly Hills, Sage.
- Marsh, Catherine; Arber, Sara (orgs.) (1992) *Families and Households. Divisions and Change*, London, MacMillan Press.
- Martin, Claude (1992), "Support et affection. Logiques d'échange et solidarités familiales après la désunion", *Revue Internationale d'Action Communautaire*, 27/67.
- Martin, Claude (1995), "Os limites da protecção da família. Introdução a uma discussão sobre as novas solidariedades na relação família-Estado", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n°42, pp. 53-76.
- Martin, Claude (1996a), "Renouveau de la question familiale", in Didier Le Gall ; Claude Martin (dir.), *Familles et politiques sociales. Dix questions sur le lien familiale contemporain*, Paris, L'Harmattan, pp. 247-272.
- Martin, Claude (1996b), "Social Welfare and the Family in Southern Europe", *South European Society & Politics*, vol. 1, n°3, pp. 23-41.
- Martin, Claude (1996c), "Solidarités familiales: débat scientifique, enjeu politique", in Jean-Claude Kaufmann, *Faire ou faire-faire? Familles et services*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, pp. 55-73.

- Martin, Claude (1997), "La comparaison des systèmes de protection sociale en Europe. De la classification à l'analyse des trajectoires d'État providence", *Lien Social et Politiques – RIAC*, nº37, pp. 145-155.
- Martins, Paulo Henrique (2004), "A dádiva e a sua importância teórica para se pensar as relações entre Estado, mercado e comunidade", *Comunicação Apresentada ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra, Setembro de 2004. (policopiado)
- Martins, Paulo Henrique (2005), "A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 73, pp. 45-66.
- Martins, Paulo Henrique; Breno Fontes (orgs.) (2004), *Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas*, Recife, Editora Universitária da UFPE.
- Martins, Paulo Henrique; Nunes, Brasilmar Ferreira (orgs.) (2004), *A Nova Ordem Social. Perspectivas da solidariedade contemporânea*, Brasília, Paralelo 15.
- Martuccelli, Danilo (2002), *Grammaires de l'individu*, Paris, Gallimard.
- Mason, Jennifer (1996), *Qualitative Researching*, London, Sage.
- Mattoso, José (dir.) (1994), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Mauss, Marcel (1988), *Ensaio sobre a dádiva*, Lisboa, Edições 70.
- McDowell, Linda; Pringle, Rosemary (Ed.) (1992), *Defining Women. Social Institutions and Gender Divisions*, Cambridge, Polity Press.
- Medeiros, Alzira; Martins, Paulo Henrique (orgs.) (2003), *Economia popular e solidária. Desafios teóricos e práticos*, Recife, Edições Bagaço.
- Medeiros, Fernando (1987), "Grupos domésticos e habitat rural no Norte de Portugal – o contributo da escola de Le Play, 1908-34", *Análise Social*, 95, pp. 97-116.
- Mendes, José Manuel (1999), *Do Ressentimento ao Reconhecimento: Vozes, identidades e processos políticos nos Açores*, Tese de Doutoramento, Coimbra, FEUC.

- Mendes, José Manuel (2003), "Destinos traçados? Mobilidade intergeracional e desigualdades sociais numa perspectiva comparada", in Manuel Villaverde Cabral *et al.* (orgs.), *Desigualdades sociais e percepção de justiça*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais / ICS, pp.107-150.
- Mennessier, Denis (1985), "Oú vivre ses vieux jours?", *Futuribles*, nº88.
- Mercklé, Pierre (2004), *Sociologie des réseaux sociaux*, Paris, La Découverte.
- Mermet, Jean-Claude (1991), "Le Lien de famille: la reciprocité en défaut", *Revue du MAUSS*, nº12, pp.137-146.
- Milardo, Robert (1988), "Families and Social Networks: An Overview of Theory and Methodology", in Robert Milardo (ed), *Families and Social Networks*, Newbury Park, Sage, pp. 13-47.
- Milardo, Robert (ed) (1988), *Families and Social Networks*, Newbury Park, Sage.
- Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança (2003), *Carta social. Rede de equipamentos. Relatório 2003*, DGEEP.
- Mishra, Ramesh (1995), *O Estado-Providência na sociedade capitalista. Estudo comparativo das políticas públicas na Europa, América do Norte e Austrália*, Oeiras, Celta.
- Monteiro, Rosa (2005), *O que dizem as mães*, Coimbra, Quarteto.
- Moreno, Almudena; Crespo, Enrique (2005), "The effect of family and labour market on female employment in the Southern European countries in compared perspective", *Comunicação apresentada na EPUNet – Conference*, Essex, 30 Junho- 2 Julho de 2005. (policopiado)
- Mozzicafreddo, Juan (1992), "O Estado-Providência em Portugal: estratégias contraditórias", *Sociologia. Problemas e Práticas*, nº12, pp. 57-89.
- Mozzicafreddo, Juan (1997), *Estado-Providência e cidadania em Portugal*, Oeiras, Celta.
- Müller, Ursula (1998), "The Micropolitics of Gender Differences in Family Life", in Virgínia Ferreira; Teresa Tavares; Sílvia Portugal (eds.), *Shifting Bonds, Shifting Bounds. Women, Mobility and Citizenship in Europe*, Oeiras, Celta, pp. 329-344.

- Murteira, Maria Clara (2004), *Trajectórias de rendimento na reforma – uma reflexão sobre o sistema público de pensões em Portugal*, Dissertação de Doutoramento em Economia, Coimbra, FEUC.
- Musso, Pierre (2001), "Genèse et critique de la notion de réseau", in Daniel Parrochia (Dir.), *Penser les réseaux*, Seyssel, Éditions Champ Vallon, pp. 194-217.
- Mutti, Antonio (2000), "Particularism and the Modernization Process in Southern Italy", *International Sociology*, vol. 15 (4), pp. 579-590.
- N**orusis, Marija J. (1992), *SPSS for Windows. Professional Statistics: Release 5*. Chicago: SPSS Inc.
- Nunes, João Arriscado (1992a), "La famille: institution, contexte, pratiques", *Familles et contextes sociaux. Actes du Colloque de Lisbonne 10-12 avril 1991*, Lisboa, CIES, pp. 295-305.
- Nunes, João Arriscado (1992b), *As teias da família. A construção interaccional das solidariedades primárias*, Tese de Doutoramento, Coimbra, FEUC.
- Nunes, João Arriscado (1992c), "As Teias que a Família Tece: Alguns problemas da investigação de campo em sociologia da família", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº34, pp. 39-64.
- Nunes, João Arriscado (1995), "«Com mal ou com bem, aos teus te além»: as solidariedades primárias e os limites da sociedade-providência", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, pp.5-25.
- O**'Connor, Julia S. (1993), "Gender, Class and Citizenship in the Comparative Analysis of Welfare Regimes: Theoretical and Methodological Issues", *British Journal of Sociology*, vol. 44, nº3, pp. 501-518.
- O'Connor, Julia S. (1996), "From Women in the Welfare State to Gendering Welfare State Regimes – Trend Report", *Current Sociology*, vol. 44, nº2.
- O'Neill, Brian Juan (1984), *Proprietários, lavradores e jornaleiras. Desigualdade social numa aldeia transmontana, 1870-1978*, Lisboa, D. Quixote.
- OCDE (2006), *Society at a Glance: OECD Social Indicators – 2005 Edition*.

- Oakley, Ann (1992), "What is a Housewife?", in Linda McDowell; Rosemary Pringle (eds.), *Defining Women*, Cambridge, Polity Press.
- Oliveira, Jorge de; Bação, Fernando (1999) "A análise de clusters: os métodos e as técnicas", in Fernando Bação *et al.(orgs.)*, *Metodologia de Análise Regional: A análise factorial e de clusters*, Lisboa, Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional/Universidade Nova de Lisboa, pp. 39-74.
- Oliveira, M. Mendes de (2003), "Algumas reflexões sobre a habitação em Portugal", *Comunicação apresentada ao Seminário Dinâmicas Sociais na Região do Norte. Tendências e Perspectivas*, 30 de Setembro de 2003, Biblioteca Almeida Garrett, Porto. (policopiado)
- Orloff, Ann Shola (1993), "Gender and the Social Rights of Citizenship. The Comparative Analysis of Gender Relations and Welfare States", *American Sociological Review*, 58, pp. 303-328.
- Orloff, Ann Shola (2002), "Women's Employment and Welfare Regimes. Globalization, Export Orientation and Social Policy in Europe and North America", *Social Policy and Development Programme Paper Number 12*, United Nations Research Institute for Social Development.
- Pais, José Machado (1998)**, "Da escola ao trabalho: o que mudou nos últimos 10 anos?", in Manuel Villaverde Cabral e José Machado Pais (coord.), *Jovens portugueses de hoje*, Oeiras, Celta, pp.189-214.
- Pais, José Machado (2001), *Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto, Âmbar.
- Pais, José Machado (coord.) (1998), *Gerações e valores na sociedade portuguesa contemporânea*, Lisboa, ICS.
- Parrochia, Daniel (2001), "La rationalité réticulaire", in Daniel Parrochia (dir.), *Penser les réseaux*, Seyssel, Éditions Champ Vallon, pp. 7-23.
- Parrochia, Daniel (dir.) (2001), *Penser les réseaux*, Seyssel, Éditions Champ Vallon.
- Parsons, Talcott (1971), "A Estrutura Social da Família", in Ruth Nand Anshen (org.), *A Família: sua função e destino*, Lisboa, Meridiano, pp. 273-300.

- Parsons, Talcott; Bales, Robert F. (1955), *Family, Socialization and Interaction Process*, New York.
- Pateman, Carole (1992), "The Patriarchal Welfare State", in Linda McDowell; Rosemary Pringle (Eds.), *Defining Women. Social Institutions and Gender Divisions*, Cambridge, Polity Press, pp. 223-245.
- Paugam, Serge (dir.) (1996), *L'exclusion. L'état des savoirs*, Paris, Éditions La Découverte.
- Pedro, João Gomes e Patrício, Madalena Folque (coord.) (1995), *O Bêbê XXI – criança e família na viragem do século*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pereira, Gaspar Martins (1995), *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*, Porto, Afrontamento.
- Pereirinha, José A. (1996), "Welfare States and Anti-Poverty Regimes: The Case of Portugal", *South European Society & Politics*, vol. 1, nº3, pp.198-218.
- Perista, Heloísa (2002), "Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens", *Análise Social*, nº 163, pp.447-474.
- Petitot, André (1991), "Les circuits du don: "kula", charité et assurances", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. XC, pp. 49-65.
- Pfenning, Astrid; Bahle, Thomas (eds.) (2000), *Families and Family Policies in Europe*, Frankfurt am Main, Peter Lang.
- Pimentel, Luísa (2001), *O lugar do idoso na família: contextos e trajetórias*, Coimbra, Quarteto.
- Pina Cabral, João de (1989), *Filhos de Adão, filhas de Eva. A visão do mundo camponesa no Alto Minho*, Lisboa, D.Quixote.
- Pina Cabral, João de (1991), *Os contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel.
- Pina Cabral, João de (1993), "A lei e a paternidade: as leis de filiação portuguesas vistas à luz da antropologia social", *Análise Social*, 123-124, pp. 975-997.
- Pina Cabral, João de (2003), *O homem na família. Cinco ensaios de Antropologia*, Lisboa, ICS/Imprensa de Ciências Sociais.
- Pina Cabral, João de et al. (1987), "A casa do Noroeste – introdução e comentários a um encontro pluridisciplinar", *Análise Social*, 95, pp.151-163.

- Piselli, Fortunata (1994), "Famiglia e networks sociali. Tradizione di studio a confronto", *Meridiana*, pp. 45-67.
- Piselli, Fortunata (1995), "A sociedade-providência na esfera económica", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, pp. 105-123.
- Piselli, Fortunata (1998), "Migrant Women: A Network Approach", in Virgínia Ferreira; Teresa Tavares; Sílvia Portugal (eds.), *Shifting Bonds, Shifting Bounds. Women, Mobility and Citizenship in Europe*, Oeiras, Celta, pp. 189-200.
- Piselli, Fortunata (2001), "Capitale sociale: un concetto situazionale e dinamico", in Arnaldo Bagnasco *et al.*, *Il Capitale sociale. Istruzioni per l'uso*, Bolonha, il Mulino.
- Pitrou, Agnès (1978), *Vivre sans famille? Les solidarités familiales dans le monde d'aujourd'hui*, Toulouse, Privat.
- Pitrou, Agnès (1987), "Dépérissement des solidarités familiales?", *L'Année Sociologique*, 37, pp. 207-224.
- Pitrou, Agnès (1992), *Les Solidarités familiales. Vivre sans famille?*, Toulouse, Privat.
- Poeschl, Gabrielle (2000), "Trabalho doméstico e poder familiar: práticas, normas e idéias", *Análise Social*, 156, pp. 695-719.
- Polanyi, Karl (1957), *The Great Transformation. The Political and Economic Origins of Our Time*, Boston, Beacon Press.
- Portela, José; Gerry, Chris (2002), "Dreams, pragmatism and employment outcomes among Portuguese rural youth: 6 paradoxes", in Thomas Dax; Ingrid Machold (eds.), *Voices of Rural Youth. A Break with Traditional Patterns?*, Viena, Bundesanstalt fur Bergbauernfragen, pp. 122-157.
- Portes, Alejandro (1998), "Social Capital: Its Origins and applications in Modern Sociology", *Annual Review of Sociology*, 24, pp. 11-24.
- Portugal, Sílvia (1995), *As mãos que embalam o berço. O Estado e a Sociedade-Providência no apoio à maternidade*, Coimbra, FEUC.
- Portugal, Sílvia (1998), "Women, Childcare and Social Networks", in Virgínia Ferreira; Teresa Tavares; Sílvia Portugal (eds.), *Shifting Bonds, Shifting Bounds. Women, Mobility and Citizenship in Europe*, Oeiras, Celta, pp. 345-355.

- Portugal, Sílvia (2000a), "Retórica e acção governativa na área das políticas de família desde 1974", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56, pp. 81-98.
- Portugal, Sílvia (2000b), "A igualdade nas políticas de família. Um estudo de caso sobre o Ano Internacional da Família", *ex-æquo. Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, nº 2/3, 2000, pp. 175-189.
- Portugal, Sílvia (2001), "Os trajectos da globalização das políticas sociais. Da retórica global às práticas locais no Ano Internacional da Família", in Pedro Hespanha; Graça Carapinheiro (orgs.), *Risco social e incerteza. Pode o Estado Social recuar mais?*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 301-336.
- Portugal, Sílvia (2002), "Algumas questões sobre políticas de família", *Sexualidade & Planeamento Familiar*, nº 35, pp. 7-12.
- Prakash, Sanjeev; Selle, Per (2004), *Investigating Social Capital. Comparative Perspectives on Civil Society, Participation and Governance*, New Delhi, Sage.
- Putnam, Robert D. (2000), *Bowling Alone. The Collapse and Revival of American Community*, New York, Simon & Schuster.
- Putnam, Robert D.; Feldstein, Lewis M. (2003), *Better Together. Restoring the American Community*, New York, Simon & Schuster.
- Q**uivy, Raymond; Luc Van Campenhoudt (1992), *Manual de investigação em ciências sociais*, Lisboa, Gradiva.
- R**amos, Alice (2000), "Centralidade do trabalho", in Manuel Villaverde Cabral; Jorge Vala; João Freire (orgs.), *Atitudes sociais dos portugueses 1 – Trabalho e cidadania*, Lisboa, ICS/ISSP, pp. 47-69.
- Rands, Marylyn (1988), "Changes in Social Networks Following Marital Separation and Divorce", in Robert Milardo (ed.), *Families and Social Networks*, Newbury Park, Sage, pp. 127-146.

- Reis, José (1985), "Modos de industrialização, força de trabalho e pequena agricultura – Para uma análise da articulação entre a acumulação e a reprodução", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 15/16/17, pp. 225-260.
- Requena Santos, Felix (1991), *Redes sociales y mercado de trabajo. Elementos para una teoría del capital relacional*, Madrid, CIS/ Siglo XXI.
- Rhodes, Martin (1996), "Southern European Welfare States: Identity, Problems and Prospects for Reform", *South European Society and Politics – Special Issue on Southern European Welfare States*, vol.1, nº3, pp. 1-22.
- Rhodes, Martin (ed.) (1996), *South European Society and Politics – Special Issue on Southern European Welfare States*, vol.1, nº3.
- Rhodes, Martin; Palier, Bruno (1997), "Conclusion générale" in MIRE (1997), *Comparer les systèmes de protection sociale en Europe du Sud*, Vol. 3: Rencontres de Florence, Paris, MIRE, pp. 607-612.
- Richards, Lyn (2000), *Using N5 in Qualitative Research*, Melbourne, QSR International Pty Ltd..
- Rosa, Rodrigo (2005), "A escolha do cônjuge", in Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal*, Lisboa, ICS/Imprensa de Ciências Sociais, pp.117-165.
- Rosas, Fernando (1994), "O Estado Novo nos anos 30", in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp.
- Roschelle, Anne (1997), *No More Kin. Exploring Race, Class, and Gender in Family Networks*, Thousand Oaks, Sage.
- Rospabé, Philippe (1996), "L' obligation de rendre", *Revue du MAUSS*, nº8, pp. 142-152.
- Roussel, Louis (1989), *La famille incertaine*, Paris, Éditions Odile Jacob.
- Ruivo, Fernando (1991), "Um Estado labiríntico: a propósito das relações entre o poder central e o poder local em Portugal", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 33, pp. 189-200.
- Ruivo, Fernando (1993), "Estado e poder relacional: a intervenção informal dos governos locais em Portugal", in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: um retrato singular*, Porto, Afrontamento, pp. 407-437.
- Ruivo, Fernando (2000), *O Estado labiríntico. O poder relacional entre poderes local e central em Portugal*, Porto, Afrontamento.

- Sainsbury, Diane (1996a), "Introduction", in Diane Sainsbury (ed.), *Gendering Welfare States*, London, Sage, pp.1-7.
- Sainsbury, Diane (1996b), "Women and Men's Social Rights: Gendering Dimensions of Welfare States", in Diane Sainsbury (ed.), *Gendering Welfare States*, London, Sage, pp.150-169.
- Sainsbury, Diane (ed.) (1996c), *Gendering Welfare States*, London, Sage.
- Salgueiro, Teresa Barata; Ferrão, João (coord.) (2005), *Geografia de Portugal. Sociedade, paisagens e cidades*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Santos, Boaventura de Sousa (1985), "Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português", *Análise Social*, 87-88-89, pp. 869-901.
- Santos, Boaventura de Sousa (1990), *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1993), "O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semi-periferia: o caso português", in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: um retrato singular*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 17-56.
- Santos, Boaventura de Sousa (1994), *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*, Porto, Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1999), "The Welfare State in Portugal: Between Conflicting Globalizations", *Oficina do CES*, 140.
- Santos, Boaventura de Sousa (2000), *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*, Porto, Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2001), "Os processos da globalização", in Boaventura de Sousa Santos, *Globalização. Fatalidade ou Utopia?*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 31-106.
- Santos, Boaventura de Sousa (2003), "Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências", in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Conhecimento prudente para uma vida decente*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 735-775.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.) (1993), *Portugal: um Retrato Singular*, Porto, Edições Afrontamento.

- Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2003), *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente*, Porto, Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (com a colaboração de Pedro Hespanha) (1987), "O Estado, a Sociedade e as Políticas Sociais. O caso das políticas de saúde", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 23, pp.13-74.
- Santos, Boaventura de Sousa; Ferreira, Sílvia (2001), "A reforma do Estado-Providência entre globalizações conflituantes", in Pedro Hespanha; Graça Carapinheiro (orgs.), *Risco Social e incerteza. Pode o estado social recuar mais?*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 177-225.
- Saraceno, Chiara; Naldini, Manuela (2003), *Sociologia da família*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Saramago, José (1986), *Memorial do convento*, Lisboa, Caminho.
- Schaber, Gaston (1995), "Don de temps, don d'argent, don d'espace", in Claudine Attias-Donfut (org.) *Solidarités entre générations. Vieillesse, familles, État*, Paris, Nathan, pp. 97-115.
- Schmidt, Luísa (1990), "Jovens: família, dinheiro, autonomia", *Análise Social*, 108-109, pp. 645-673.
- Scott, John (1991), *Social Network Analysis*, London, Sage.
- SEDEC (1998), *Comparative Social Inclusion Policy in Europe. TSER Thematic Research Project – Report 1*, Sheffield University. (policopiado)
- Segalen, Martine (coord.) (1991), *Jeux de familles*, Paris, Presses du CNRS.
- Segalen, Martine; Michelat, Claude (1991), "L'amour de la généalogie", in Martine Segalen (coord.), *Jeux de familles*, Paris, Presses du CNRS.
- Segaud, Marion; Bonvalet, Catherine; Brun, Jacques (dir.) (1998), *Logement et Habitat. L'état des savoirs*, Paris, Éditions La Découverte.
- Sennett, Richard (2001), *A corrosão do carácter*, Lisboa, Terramar.
- Sennett, Richard (2004), *Respect in a World of Inequality*, New York, W. W. Norton & Company.
- Serra, Nuno (2002), *Estado, território e estratégias de habitação*, Coimbra, Quarteto.

- Siim, Birte (1985), "Towards a Feminist Rethinking of the Welfare State", in Kathleen Jones; Anna G. Jónasdóttir, *The Political Interests of Gender*, London, Sage, pp. 160-186.
- Silva, Augusto Santos; Pinto, José Madureira (orgs.) (1986), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento.
- Silva, Manuel Carlos (1998), *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no noroeste de Portugal*, Porto, Afrontamento.
- Simmel, Georg (1955), *Conflict & The Web of Group-Affiliations*, New York, The Free Press.
- Singly, François de (dir.) (1992), *La famille: l'état des savoirs*, Paris, La Découverte.
- Singly, François de (2001a), *Libres ensembles. L'individualisme dans la vie commune*, Paris, Nathan.
- Singly, François de (2001b), "La naissance de l'individu individualisé et ses effets sur la vie conjugale et familiale", in François de Singly (Dir.) , *Être soi parmi les autres*, Paris, L'Harmattan, pp. 5-14.
- Singly, François de (dir.) (2001c), *Être soi parmi les autres*, Paris, L'Harmattan.
- Singly, François de (dir.) (2001d), *Être soi d'un âge à l'autre*, Paris, L'Harmattan.
- Singly, François de (2003), *Les uns avec les autres. Quand l'individualisme crée du lien*, Paris, Armand Colin.
- Singly, François de (2004), *Sociologie de la famille contemporaine*, 2ª edição, Paris, Armand Colin. [1ª edição: Nathan, 1993]
- Singly, François de; Thélot, Claude (1988), *Gens du privé. Gens du public. La grande différence*, Paris, Dunod.
- Singly, François de et al. (org.) (1996), *La famille en questions. État de recherche*, Paris, Syros.
- Smart, Carol; Shipman, Beccy (2004), "Visions in Monochrome: Families, Marriage and the Individualization Thesis", *British Journal of Sociology*, vol 55 (4).
- Smith-Lovin, Lynn; McPherson, J. Miller (1993), "You Are Who You Know: A Network Approach to Gender", in Paula England (ed.), *Theory on Gender – Feminism on Theory*, New York, A. de Gruyter, pp. 223-251.
- Spicker, Paul (2000), *The Welfare State. A General Theory*, London, Sage.

- Stacey, Margaret (1964), *Tradition and Change. A Study of Banbury*, 2ª edição, London, Oxford University Press.
- Strauss, Anselm; Corbin, Juliet (1990), *Basics of Qualitative Research. Grounded Theory Procedures and Techniques*, Newbury Park, Sage.
- Surra, Catherine A. (1988), "The Influence of the Interactive Network on Developing Relationships", in Robert Milardo (ed.), *Families and Social Networks*, Newbury Park, Sage, pp. 48-82.
- Therborn, Göran (2002), "Back to Norms! On the Scope and Dynamics of Norms and Normative Action", *Current Sociology*, vol. 50(6), pp. 863-880.
- Titmuss, Richard M. (1958), *Essays on "The Welfare State"*, London, George Allen & Unwin.
- Titmuss, Richard M. (1971), *The Gift Relationship*, New York, Pantheon Books.
- Titmuss, Richard (1974), *Social Policy. An Introduction*, London, George Allen & Unwin.
- Torres, Anália (2000), *Trajectórias, dinâmicas e formas de conjugalidade. Assimetrias sociais e de género no casamento*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE.
- Torres, Anália (2002), "Casamento: conversa a duas vozes e em três andamentos", *Análise Social*, 163, pp. 569-602.
- Torres, Anália et al. (2004), *Homens e mulheres entre trabalho e família*, Lisboa, DEEP/CID.
- Torres, Anália; Silva, Francisco Vieira da (1998), "Guarda das crianças e divisão do trabalho entre homens e mulheres", *Sociologia. Problemas e Práticas*, nº28, pp. 9-65.
- Vale de Almeida, Miguel (2002), "Ir à raiz das questões", *Sexualidade & Planeamento Familiar*, nº 35, pp. 13-15.
- Vale de Almeida, Miguel (1995), *Senhores de si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*, Lisboa, Fim de Século.

- Vasconcelos, Pedro (1998), "Vida familiar", in José Machado Pais (coord.), *Gerações e valores na sociedade portuguesa contemporânea*, Lisboa, ICS.
- Vasconcelos, Pedro (2002) "Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégias de classe", *Análise Social*, 163, pp. 507-544.
- Vasconcelos, Pedro (2005), "Redes sociais de apoio", in Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal*, Lisboa, ICS/ Imprensa de Ciências Sociais, pp. 599-631.
- Walker**, Robert (1985) (ed.), *Applied Qualitative Research*, Vermont, Gower.
- Walker, Robert (1985), "An Introduction to Applied Qualitative Research", in Robert Walker (ed.), *Applied Qualitative Research*, Vermont, Gower, pp. 3-26.
- Wall, Karin (1988), "Residência e sucessão na família camponesa do Baixo Minho", *Sociologia. Problemas e Práticas*, nº 5, pp. 39-60.
- Wall, Karin (1993), "Elementos sobre a sociologia da família em Portugal", *Análise Social*, 123-124, pp. 999-1009.
- Wall, Karin (1998), *Famílias no campo. Passado e presente em duas freguesias do Baixo Minho*, Lisboa, D. Quixote.
- Wall, Karin (2004), "Developments in Family Policy in Portugal in 2003", *Working Papers*, ICS.
- Wall, Karin (2005) (org.), *Famílias em Portugal*, Lisboa, ICS/ Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, Karin (2005), "Modos de guarda das crianças", in Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal*, Lisboa, ICS/ Imprensa de Ciências Sociais, pp. 499-516.
- Wall, Karin *et al.* (2001), "Families and informal support networks in Portugal: the reproduction of inequality", *Journal of European Social Policy*, vol. 11, nº 3, pp. 213-233.
- Walters, William (2002), "Social Capital and Political Sociology. Re-imagining Politics?", *Sociology*, 36(2), pp. 377-397.
- Wasserman, Stanley; Faust, Katherine (1999), *Social Network Analysis. Methods and Applications*, Cambridge, Cambridge University Press.

- Watts, Duncan J. (2003), *Six Degrees. The Science of a Connected Age*, New York, W. W. Norton & Company.
- Wellman, Barry (1985), "Studying Personal Communities", in Peter V. Marsden; Nan Lin (eds.), *Social Structure and Network Analysis*, Beverly Hills, Sage, pp. 61-103.
- Wellman, Barry (1991), "Structural Analysis: from Method and Metaphor to Theory and Substance", in Barry Wellman; S. D. Berkowitz (eds.), *Social Structures. A Network Approach*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 19-61.
- Wellman, Barry; Berkowitz, S. D. (1991), "Introduction: Studying Social Structures", in Barry Wellman; S. D. Berkowitz (eds.), *Social Structures. A Network Approach*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1-14.
- Wellman, Barry; Carrington, Peter J.; Hall, Allan (1991), "Networks as personal communities", in Barry Wellman; S. D. Berkowitz (eds.), *Social Structures. A Network Approach*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 130-184.
- Wellman, Barry; Berkowitz, S. D. (eds.) (1991), *Social Structures. A Network Approach*, Cambridge, Cambridge University Press.
- White, Leroy (2002), "Connection Matters: Exploring the Implications of Social Capital and Social Networks for Social Policy", *Systems Research and Behavioral Science*, 19, pp. 255-269.
- Zarca, Bernard (1990), "La division du travail domestique. Poids du passé et tensions au sein du couple", *Économie et Statistique*, n° 228, pp. 29-40.

Índice dos Anexos

| | | |
|---------|--|-----|
| Anexo 1 | Lista das variáveis usadas na análise estatística..... | 683 |
| Anexo 2 | A análise estatística: opções e procedimentos..... metodológicos | 687 |
| Anexo 3 | Classificação dos concelhos por <i>cluster</i> | 693 |
| Anexo 4 | Cartografia da análise de <i>clusters</i> | 701 |
| Anexo 5 | Guião da entrevista | 707 |
| Anexo 6 | Caracterização dos/as entrevistados/as..... e das situações de entrevista | 715 |
| Anexo 7 | Grelha de caracterização dos/as entrevistados/as..... | 745 |
| Anexo 8 | Grelha vertical de análise temática | 749 |
| Anexo 9 | Árvore categorial do NUD*IST – <i>output</i> do..... programa | 753 |

ANEXO 1

Lista das variáveis utilizadas na análise estatística¹

Eixo “vulnerabilidade”

| Variável | Descrição | Forma de Cálculo / Unidade ² | Data | Fonte |
|----------|---|---|------|----------------|
| nmedpfam | Número médio de pessoas por família | HM / N.º de famílias | 1991 | INE, Censos 91 |
| fam5mpes | Famílias com 5 ou mais pessoas | Famílias com 5 ou mais pessoas / Total de famílias | 1991 | INE, Censos 91 |
| primarm | População empregada no sector primário | Pop. empregada no sector primário / Pop. empregada (total) | 1991 | INE, Censos 91 |
| primarm | Mulheres empregadas no sector primário | Mulheres empregadas (sector primário) / Mulheres empregadas (total) | 1991 | INE, Censos 91 |
| cargofam | Indivíduos a cargo da família | HM (12 e +) a cargo da família / HM (12 e +) | 1991 | INE, Censos 91 |
| descgfam | Desempregados a cargo da família | HM (12 e +) desempregados e a cargo da família / HM (12 e +) desempregados | 1991 | INE, Censos 91 |
| fam2nuc | Famílias com 2 ou mais núcleos familiares | N.º de famílias com dois ou mais núcleos familiares / N.º de famílias (total) | 1991 | INE, Censos 91 |
| hab2000 | População residente em lugares com menos de 2000 habitantes | HM em lugares com menos de 2000 habitantes / HM | 1991 | INE, Censos 91 |
| fam2carg | Famílias com duas ou mais pessoas a cargo | N.º de famílias com duas ou mais pessoas a cargo / N.º de famílias (total) | 1991 | INE, Censos 91 |
| domestic | Mulheres domésticas dos 15 aos 64 anos | Mulheres domésticas (15 – 64) / M (15 - 64) | 1991 | INE, Censos 91 |

¹ Para uma justificação detalhada das variáveis que fazem parte do modelo analítico cf. Hespanha, Portugal e Rodrigues (1999).

² HM: População residente total; HM(n - j): População residente com idades compreendidas entre n e j, inclusive; M(n-j): Mulheres residentes com idades compreendidas entre n e j, inclusive

Lista das variáveis utilizadas na análise estatística

Eixo “capacidade de resposta”

| Variável | Descrição | Forma de Cálculo / Unidade ³ | Data | Fonte |
|----------|---|---|------|----------------|
| nmedpfam | Número médio de pessoas por família | HM / N.º de famílias | 1991 | INE, Censos 91 |
| fam5mpes | Famílias com 5 ou mais pessoas | Famílias com 5 ou mais pessoas / Total de famílias | 1991 | INE, Censos 91 |
| primarm | População empregada no sector primário | Pop. empregada no sector primário / Pop. empregada (total) | 1991 | INE, Censos 91 |
| primarm | Mulheres empregadas no sector primário | Mulheres empregadas (sector primário) / Mulheres empregadas (total) | 1991 | INE, Censos 91 |
| cargofam | Indivíduos a cargo da família | HM (12 e +) a cargo da família / HM (12 e +) | 1991 | INE, Censos 91 |
| descgfam | Desempregados a cargo da família | HM (12 e +) desempregados e a cargo da família / HM (12 e +) desempregados | 1991 | INE, Censos 91 |
| fam2nuc | Famílias com 2 ou mais núcleos familiares | N.º de famílias com dois ou mais núcleos familiares / N.º de famílias (total) | 1991 | INE, Censos 91 |
| hab2000 | População residente em lugares com menos de 2000 habitantes | HM em lugares com menos de 2000 habitantes / HM | 1991 | INE, Censos 91 |
| fam2carg | Famílias com duas ou mais pessoas a cargo | N.º de famílias com duas ou mais pessoas a cargo / N.º de famílias (total) | 1991 | INE, Censos 91 |
| domestic | Mulheres domésticas dos 15 aos 64 anos | Mulheres domésticas (15 - 64) / M (15 - 64) | 1991 | INE, Censos 91 |

³ HM: População residente total; HM(n - j): População residente com idades compreendidas entre n e j, inclusive; M(n-j): Mulheres residentes com idades compreendidas entre n e j, inclusive

ANEXO 2

A ANÁLISE ESTATÍSTICA: OPÇÕES E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O recurso à análise de *clusters* tem como objectivo localizar geograficamente as principais vulnerabilidades sociais e a capacidade de resposta das famílias residentes em Portugal Continental. Pretende-se, por um lado, agrupar os concelhos em função das suas carências económicas e sociais e das necessidades de apoio. Detectam-se conjuntos similares quanto a uma série de variáveis identificadas como caracterizadoras dos problemas da dependência, dos níveis de vida e de emprego, e da protecção social. Por outro lado, procura-se construir um modelo estatístico capaz de medir a vitalidade da sociedade-providência. O objectivo é definir uma medida da capacidade de resposta das famílias em cada um dos concelhos e estabelecer comparações entre eles.

Estes objectivos foram já propostos num estudo sobre *A Transformação da Família e a Regressão da Sociedade-Providência* na Região do Norte (Hespanha e Portugal, 2002). As bases do modelo estatístico aqui utilizado foram testadas nesse trabalho. Na presente pesquisa procura-se expandir o âmbito geográfico da análise, estendendo-a ao total dos concelhos do Continente. Do ponto de vista analítico, introduziram-se algumas alterações, a dois níveis: nas variáveis que sustentam o modelo e nos métodos estatísticos utilizados.

A análise de *clusters* é "uma ferramenta de descoberta que revela uma estrutura de associações nos dados que poderia não ser evidente anteriormente" (Oliveira e Bação, 1999: 42). Inerente à lógica de construção de *clusters* está a tentativa de obter grupos em que os membros de qualquer um deles "sejam de alguma forma mais próximos entre si do que relativamente aos membros de outro *cluster*" (Alt, 1990: 110).

Este tipo de procedimento implica quatro etapas fundamentais:

1. A selecção dos casos a serem agrupados;
2. A selecção das variáveis a incluir na análise;
3. A classificação dos concelhos utilizando a análise de *clusters*;
4. A análise, interpretação e representação dos resultados

Sendo que a primeira destas etapas estava ultrapassada *a priori*, na medida em que se queria classificar a totalidade dos concelhos do Continente, o primeiro passo consistiu na

selecção das variáveis que integrariam a análise. Relativamente às variáveis utilizadas, o actual modelo comporta um menor número de variáveis (10) do que aquele que foi utilizado para a Região do Norte (12). Uma limitação importante na definição de *clusters* é a existência de dados disponíveis para a unidade de análise escolhida. A utilização do concelho como unidade analítica colocou problemas relativamente à disponibilidade e actualização dos dados. Por um lado, alguma da informação disponível para os concelhos da Região do Norte não existia para a totalidade dos concelhos do país, por outro lado, uma vez que grande parte da informação estatística disponível por concelho se encontra apenas nos Censos - nomeadamente, a referente à composição e estrutura das famílias – a totalidade dos dados utilizados na análise nacional é de 1991¹.

Relativamente aos métodos estatísticos as divergências face ao modelo exploratório utilizado na Região do Norte consistiram na utilização de uma análise factorial antes da classificação em *clusters*, procedimento que anteriormente apenas tinha sido desenvolvido para um dos eixos analíticos. Esta opção foi tomada, dado que, sendo “uma técnica particularmente adequada para analisar padrões de relações complexas e multidimensionais” (Hair *et al.*, 1995: 365), a análise factorial permite fazer “uma síntese de um conjunto de variáveis reais sem implicar a perda de informação significativa” (Ferreira, 1999: 10).

Deste modo, pretende-se, fundamentalmente, encontrar os agrupamentos de variáveis mais relevantes, de modo a reduzir o universo dos factores em análise. Embora haja tantos factores/componentes como variáveis, os três ou quatro primeiros deverão explicar mais de dois terços da variância; ou seja, o universo fica reduzido a três ou quatro conjuntos, permitindo assim uma análise que, na maior parte das vezes, é bidimensional ou tridimensional (Ferreira, 1999). Devido a esta capacidade de redução da informação, a realização de uma análise factorial antes da análise de *clusters* revela-se extremamente vantajosa (Jobson, 1992: 557).

O método utilizado para a extracção dos factores foi o método dos componentes principais, uma vez que, seguindo a definição que dele apresentam Hair *et al.* (1995: 375), se procurava “sumariar a maior parte da informação original (variância) num número

¹ Esta análise estatística, que sustentou a selecção da amostra, foi realizada em 1999, ou seja, é anterior ao Recenseamento de 2001.

mínimo de factores". Este método permite formar combinações lineares das variáveis observadas: o primeiro componente principal é a combinação que contribui para a maior quantidade de variância da amostra; o segundo componente principal contribui com a segunda maior quantidade de variância e não está correlacionado com o primeiro; os outros sucessivos componentes explicam parcelas progressivamente menores da variância total e não estão correlacionados entre si (cf. Norusis, 1992: 53). Para cada um dos eixos analíticos, retiveram-se três factores, que para a vulnerabilidade explicam 83,8% da variância total e, para a capacidade de resposta explicam 79,6% da variância total.

A análise de *clusters* foi realizada a partir destes factores, extraídos na análise factorial. Tal como a análise factorial por componentes principais a análise de *clusters* pode, também, ser vista como uma técnica de redução de dados (Jobson, 1992). No entanto, enquanto a análise factorial tem como principal objectivo agrupar variáveis, a análise de *clusters* trabalha com objectos (Hair *et al.*, 1995: 424). A análise de *clusters* agrupa objectos (no caso, concelhos), com base nas características que estes possuem, classificando-os de acordo com as semelhanças que têm entre si. Deste modo, os *clusters* devem revelar uma elevada homogeneidade interna e uma elevada heterogeneidade externa (Hair *et al.*, 1995: 423).

Utilizou-se na construção dos *clusters* um método não hierárquico, ou na denominação de alguns autores, um método de optimização (Oliveira e Baçã, 1999). A opção por métodos hierárquicos ou não hierárquicos na construção de *clusters* é difícil de tomar, dado que a bibliografia disponível aponta vantagens e desvantagens de ambos os métodos. Os métodos hierárquicos envolvem a construção de uma estrutura hierárquica em forma de árvore: esta estrutura pode ser construída através de métodos aglomerativos ou divisivos. No primeiro caso parte-se de um objecto para uma sucessiva aglomeração em *clusters*; no segundo caso parte-se de um *cluster* que reúne todos os objectos para a desagregação em grupos de menor dimensão. Os métodos não hierárquicos não envolvem o processo de construção em árvore. Os objectos são agrupados em *clusters*, cujo número é previamente decidido.

Neste trabalho, o contributo mais esclarecedor para tomar a decisão entre os dois métodos foi a análise de Hair *et al.* (1995). Os autores aconselham testar os dois métodos

e analisar diferentes alternativas, a partir de fundamentos teóricos, intuição e bom-senso (Hair *et al.*, 1995: 441-443).

O resultado deste procedimento foi a opção pelos resultados produzidos por um método não hierárquico – o método *K-means*, vocacionado para lidar com conjuntos de dados mais numerosos e testado, com sucesso, em aplicações empíricas com o mesmo tipo de objectos (Brandão, Pires e Portugal, 1998). Este método requer que a especificação do número de *clusters* seja realizada à partida. Após diversos ensaios, optou-se por uma solução de 5 *clusters*, que permitiram classificar a totalidade dos concelhos do Continente.

Relativamente ao eixo da vulnerabilidade, a análise estatística evidencia os concelhos mais vulneráveis ao envelhecimento (*cluster 1*), à precaridade das condições materiais (*cluster 2*) e ao desemprego (*cluster 3*). O *cluster 4* caracteriza-se pela vulnerabilidade ao envelhecimento e à precaridade material e por níveis de desemprego mais baixos. O *cluster 5* é aquele que apresenta menor vulnerabilidade social. Quanto à análise da capacidade de resposta das famílias, ela faz emergir três factores: a capacidade de acolhimento, a ruralidade e a dependência. O *cluster 1* caracteriza-se por uma maior capacidade de acolhimento, destacando os concelhos onde a dimensão média da família é mais elevada e a coabitação de núcleos familiares é mais comum. O *cluster 2* cruza as dinâmicas demográficas com a inserção económica das famílias, evidenciando os concelhos onde a importância das actividades do sector primário coexiste com um *habitat* de características rurais. O *cluster 3* distingue-se pela sua posição intermédia. O *cluster 4* conjuga a persistência da importância da actividade agrícola com a perda da capacidade de acolhimento das famílias. Finalmente, o *cluster 5* distingue-se pela elevada dependência, evidenciando os concelhos onde existem elevados níveis de população “a cargo da família”.

ANEXO 3

CLASSIFICAÇÃO DOS CONCELHOS SEGUNDO A ANÁLISE DE *CLUSTERS*.

PORTUGAL CONTINENTAL

| Cluster | Concelhos | Eixo "Vulnerabilidade" |
|---------|--|--|
| 1 | Aljezur Alpiarça Alter do Chão Arraiolos Arronches Belmonte Castelo de Vide Crato Ferreira do Zêzere Fundão Gavião | Góis Idanha a Nova Lisboa Mação Marvão Nisa Penamacor Sabugal Sardoal Vila de Rei Vila Velha de Rodão |
| 2 | Alijó Baião Boticas Carraceda de Ansiães Castro Marim Cinfães Marco de Canavezes Melgaço Miranda do Douro Mogadouro Moimenta da Beira Mondim de Basto | Montalegre Mortágua Murça Odemira Ourique Penedono Resende Ribeira de Pena São João da Pesqueira Sernancelhe Sertã Vila Pouca de Aguiar |
| 3 | Alandroal Alcácer do Sal Alcochete Alfandega da Fé Aljustrel Almodôvar Barrancos Barreiro Beja Campo Maior Castelo de Paiva Castro Verde Constância Coruche Cuba Ferreira do Alentejo Fronteira Golegã Grândola Lamego Mértola | Mesão Frio Mirandela Moita Monforte Mora Moura Mourão Ponte de Sôr Portel Redondo Santiago do Cacém Serpa Setúbal Sines Sousel Vendas Novas Viana do Alentejo Vidigueira Vieira do Minho Vila Flor Vila Nova da Barquinha Vila Viçosa |
| 4 | Aguiar da Beira Alcoutim Almeida Alvaiázere | Pedrogão Grande Penacova Penalva do Castelo Penela |

| | | Eixo "Vulnerabilidade" |
|---------------------|-----------------------------|-------------------------|
| Cluster | Concelhos | |
| 4 | Ansião | Pinhel |
| | Arcos de Valdevez | Ponte da Barca |
| | Arganil | Proença-a-Nova |
| | Armamar | Reguengos de Monsaraz |
| | Avis | Sabrosa |
| | Carregal do Sal | Sta. Marta de Penaguião |
| | Castanheira Pera | São Pedro do Sul |
| | Castro Daire | Satão |
| | Celorico da Beira | Silves |
| | Condeixa-a-Nova | Soure |
| | Estremoz | Tábua |
| | Figueira de Castelo Rodrigo | Tabuaço |
| | Figueiró dos Vinhos | Tarouca |
| | Fornos de Algodres | Tavira |
| | Freixo de Espada à Cinta | Torre de Moncorvo |
| | Gouveia | Trancoso |
| | Macedo de Cavaleiros | Valença |
| | Meda | Valpaços |
| | Monção | Vila Nova de Cerveira |
| | Monchique | Vila Nova de Foz Côa |
| | Montemor-o-Novo | Vila Nova de Paiva |
| | Oleiros | Vila Nova de Poiares |
| | Oliveira de Frades | Vimioso |
| | Pampilhosa da Serra | Vinhais |
| | Paredes de Coura | Vouzela |
| | 5 | Abrantes |
| Águeda | | Marinha Grande |
| Albergaria-a-Velha | | Matosinhos |
| Albufeira | | Mealhada |
| Alcanena | | Mira |
| Alcobaça | | Miranda do Corvo |
| Alenquer | | Montemor-o-Velho |
| Almada | | Montijo |
| Almeirim | | Nazaré |
| Alvito | | Nelas |
| Amadora | | Óbidos |
| Amarante | | Odivelas |
| Amares | | Oeiras |
| Anadia | | Olhão |
| Arouca | | Oliveira de Azeméis |
| Arruda dos Vinhos | | Oliveira do Bairro |
| Aveiro | | Oliveira do Hospital |
| Azambuja | | Ovar |
| Barcelos | | Paços de Ferreira |
| Batalha | | Palmela |
| Benavente | | Paredes |
| Bombarral | | Penafiel |
| Borba | | Peniche |
| Braga | | Peso da Régua |
| Bragança | | Pombal |
| Cabeceiras de Basto | | Ponte de Lima |

| Cluster | Concelhos | Eixo "Vulnerabilidade" |
|---------|-------------------|----------------------------|
| 5 | Cadaval | Portalegre |
| | Caldas da Rainha | Portimão |
| | Caminha | Porto |
| | Cantanhede | Porto de Mós |
| | Cartaxo | Póvoa de Varzim |
| | Cascais | Póvoa do Lanhoso |
| | Castelo Branco | Rio Maior |
| | Celorico de Basto | Salvaterra de Magos |
| | Chamusca | Santa Comba Dão |
| | Chaves | Santarém |
| | Coimbra | Santo Tirso |
| | Covilhã | São Brás de Alportel |
| | Elvas | São João da Madeira |
| | Entroncamento | Seia |
| | Espinho | Seixal |
| | Esposende | Sesimbra |
| | Estarreja | Sever do Vouga |
| | Évora | Sintra |
| | Fafe | Sobral de Monte Agraço |
| | Faro | Terras de Bouro |
| | Feira | Tomar |
| | Felgueiras | Tondela |
| | Figueira da Foz | Torres Novas |
| | Gondomar | Torres Vedras |
| | Guarda | Vagos |
| | Guimarães | Vale de Cambra |
| | Ílhavo | Valongo |
| | Lagoa | Viana do Castelo |
| | Lagos | Vila do Bispo |
| | Leiria | Vila do Conde |
| | Loulé | Vila Franca de Xira |
| | Loures | Vila Nova de Famalicão |
| | Lourinhã | Vila Nova de Gaia |
| | Lousã | Vila Nova de Ourém |
| | Lousada | Vila Real |
| | Mafra | Vila Real de Santo António |
| | Maia | Vila Verde |
| | Mangualde | Viseu |

| | | Eixo "Capacidade de resposta" | |
|-----------------------------|---------------------|-------------------------------|------------------|
| Cluster | Concelhos | | |
| 1 | Águeda | Paços de Ferreira | |
| | Anadia | Ponte da Barca | |
| | Arouca | Ponte de Lima | |
| | Barcelos | Póvoa do Varzim | |
| | Braga | Póvoa do Lanhoso | |
| | Cantanhede | Santo Tirso | |
| | Celorico de Basto | S. Pedro do Sul | |
| | Esposende | Sátão | |
| | Fafe | Sever do Vouga | |
| | Feira | Tábua | |
| | Felgueiras | Vagos | |
| | Guimarães | Valença | |
| | Lousada | Viana do Castelo | |
| | Maia | Vieira do Minho | |
| | Oliveira de Azeméis | Vila do Conde | |
| | Oliveira de Frades | Vila Nova de Famalicão | |
| | Oliveira do Bairro | Vila Verde | |
| | Ovar | Vouzela | |
| | 2 | Aguiar da Beira | Montemor-o-Velho |
| | | Alcouthim | Mourão |
| Alijó | | Murça | |
| Almeida | | Murtosa | |
| Alvaiázere | | Nisa | |
| Ansião | | Óbidos | |
| Arcos de Valdevez | | Oleiros | |
| Armamar | | Ourique | |
| Barrancos | | Penalva do Castelo | |
| Bombarral | | Penedono | |
| Cadaval | | Penela | |
| Carraceda de Ansiães | | Pombal | |
| Castro Marim | | Proença-a-Nova | |
| Celorico da Beira | | Redondo | |
| Ferreira do Zêzere | | Resende | |
| Figueira de Castelo Rodrigo | | Sabrosa | |
| Figueiró dos Vinhos | | Sabugal | |
| Forno de Algodres | | S. João da Pesqueira | |
| Freixo de Espada à Cinta | | Sardoal | |
| Fundão | | Sernancelhe | |
| Lourinhã | | Sertã | |
| Mação | | Soure | |
| Marvão | | Tabuaço | |
| Meda | | Torre de Moncorvo | |
| Melgaço | | Trancoso | |
| Mértola | | Valpaços | |
| Mira | | Vila Flor | |
| Miranda do Douro | | Vila Nova de Cerveira | |
| Mogadouro | | Vila Nova de Foz Côa | |
| Moimenta da Beira | | Vila Velha de Ródão | |
| Monchique | | Vinhais | |
| Montalegre | | | |

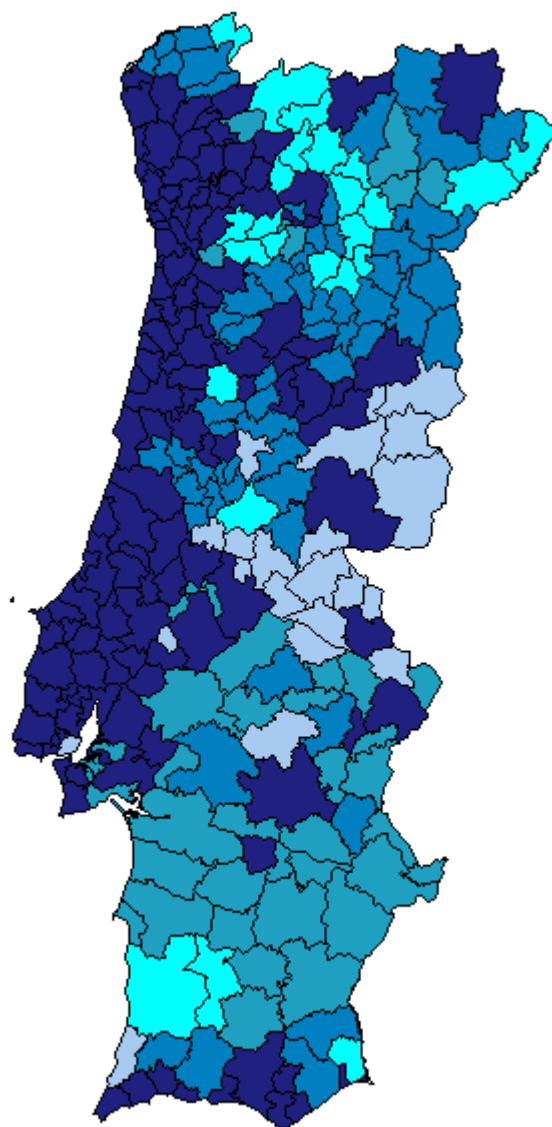
| Cluster | Concelhos | Eixo "Capacidade de resposta" |
|---------|---|--|
| 3 | Abrantes Albufeira Alcanena Alcobaça Alcochete Alenquer Aljustrel Almada Almodôvar Amadora Amadora Arruda dos Vinhos Aveiro Azambuja Barreiro Batalha Beja Bragança Caldas da Rainha Campo Maior Cartaxo Cascais Castelo Branco Castro Verde Coimbra Condeixa-a-Nova Covilhã Cuba Elvas Entroncamento Espinho Évora Faro Figueira da Foz Golegã Gondomar Gouveia Grândola Guarda Ílhavo Lagoa Lagos Leiria Lisboa Loulé | Loures Lousã Mafra Manteigas Marinha Grande Matosinhos Miranda do Corvo Moita Montijo Moura Nazaré Odivelas Oeiras Olhão Palmela Peniche Portalegre Portimão Porto Porto de Mós Rio Maior Santarém Santiago do Cacém S. Brás de Alportel S. João da Madeira Seia Seixal Sesimbra Setúbal Silves Sines Sintra Sobral de Monte Agraço Tomar Torres Novas Torres Vedras Valongo Vendas Novas Vila do Bispo Vila Franca de Xira Vila Nova de Gaia Vila Nova de Ourém Vila Nova de Poiares Vila Viçosa |
| 4 | Alandroal Alcácer do Sal Alfândega da Fé Alzejur Almeirim Alpiarça | Gavião Góis Idanha-a-Nova Monção Monforte Montemor-o-Novo |

| | | Eixo "Capacidade de resposta" |
|----------------------|----------------------|-------------------------------|
| Cluster | Concelhos | |
| 4 | Alter do Chão | Mora |
| | Alvito | Odemira |
| | Arganil | Oliveira do Hospital |
| | Arraiolos | Pampilhosa da Serra |
| | Arronches | Paredes de Coura |
| | Avis | Pedrogão Grande |
| | Belmonte | Penamacor |
| | Benavente | Pinhel |
| | Borba | Ponte de Sôr |
| | Boticas | Portel |
| | Castanheira de Pêra | Reguengos de Monsaraz |
| | Castelo de Vide | Salvaterra de Magos |
| | Chamusca | Sousel |
| | Coruche | Vale de Cambra |
| | Crato | Viana do Castelo |
| | Estremoz | Vidigueira |
| | Ferreira do Alentejo | Vila de Rei |
| | Fronteira | Vila Nova de Paiva |
| | 5 | Albergaria-a-Velha |
| Amarante | | Nelas |
| Amares | | Paredes |
| Baião | | Penacova |
| Cabeceiras de Basto | | Penafiel |
| Caminha | | Peso da Régua |
| Carregal do Sal | | Ribeira de Pena |
| Castelo de Paiva | | Santa Comba Dão |
| Chaves | | Santa Marta de Penaguião |
| Cinfães | | Serpa |
| Constância | | Tarouca |
| Estarreja | | Tavira |
| Lamego | | Terras de Bouro |
| Macedo de Cavaleiros | | Tondela |
| Mangualde | | Vila Nova da Barquinha |
| Marco de Canavezes | | Vila Pouca de Aguiar |
| Mealhada | | Vila Real |
| Mesão Frio | | Vila Real de Santo António |
| Mirandela | | Viseu |
| Mondim de Basto | | |

ANEXO 4

CARTOGRAFIA DA ANÁLISE DE *CLUSTERS*

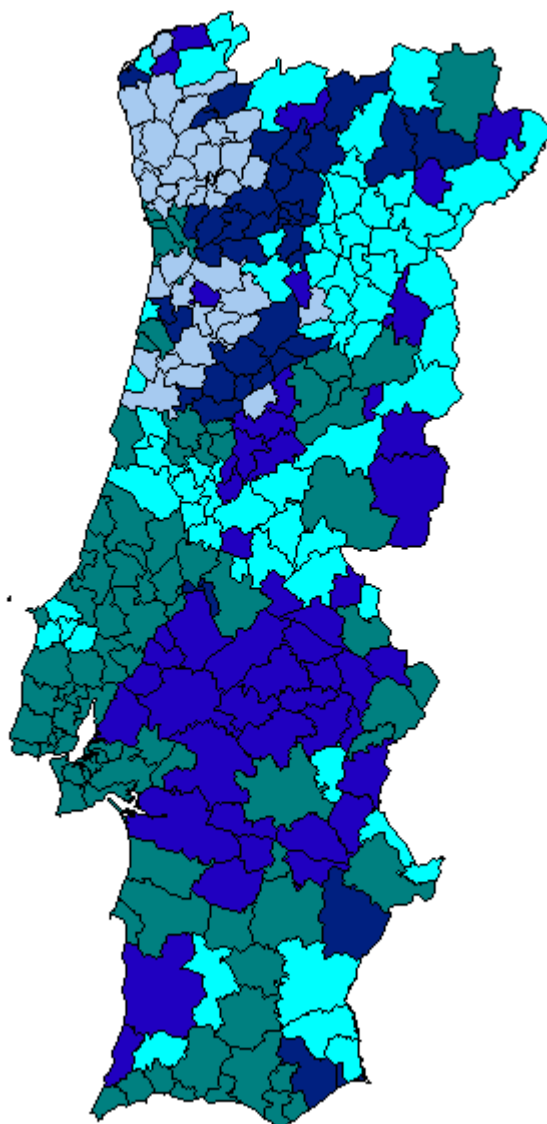
Eixo "vulnerabilidade"



Legenda:



Eixo "capacidade de resposta"



Legenda:

- | | |
|---|---|
|  Cluster 5 |  Cluster 2 |
|  Cluster 4 |  Cluster 1 |
|  Cluster 3 | |

ANEXO 5

GUIÃO DA ENTREVISTA

| | | | |
|---------------------|--|------|--|
| Entrevista nº | | Data | |
| Concelho | | | |
| Nome Entrevistado/a | | | |

I COMPOSIÇÃO DO AGREGADO DOMÉSTICO

| | Parentesco | Sexo | Idade | Est. civ. | Grau instrução | Profissão/ Ocupação |
|---|----------------|------|-------|-----------|----------------|---------------------|
| 1 | Entrevistado/a | | | | | |
| 2 | | | | | | |
| 3 | | | | | | |
| 4 | | | | | | |
| 5 | | | | | | |
| 6 | | | | | | |
| 7 | | | | | | |
| 8 | | | | | | |

II TRAJECTÓRIAS

1. Ponto de partida: constituição da família

- há quanto tempo vivem juntos?
- há quanto tempo se conhecem?
- como e onde se conheceram ?
- porque decidiram viver juntos / casar ?
- que tipo de casamento tiveram: civil/ católico? fizeram festa? com muitos convidados?
- receberam algum subsídio da Segurança Social? ajudou? o que pensa deste tipo de apoios?
- sempre viveram neste local ? e nesta casa?
- sempre viveram sozinhos / com mais pessoas?

2. Entrada na maternidade/paternidade

Se ainda não têm filhos:

- pensam vir a ter filhos?
(se sim: quando? de que depende a decisão? se não: porquê?)
- pensa que a vida muda muito com os filhos? em quê?

Se já têm filhos:

- quando nasceram os filhos há quanto tempo estavam casados?
- porque nasceram nesse momento?
- houve acordo no número de filhos e no(s) momento(s) do(s) nascimento(s) ?
- que mudanças trouxeram os filhos? (implicações na vida profissional, familiar, sociabilidades, lazer)
- quem trata das crianças?
- igual ou diferente das pessoas com quem se relacionam?
- quando as crianças ficam doentes quem cuida ? alguém ajuda?
- quando precisam de *baby-sitting* a quem recorrem?
- crianças frequentam alguma instituição? pública ou privada?
- se já andam na escola: como corre a vida escolar delas? (sucessos; problemas; sociabilidades)
- costuma pedir conselhos sobre a educação dos filhos? a quem?
- qual acha a melhor solução de guarda para as crianças até aos 3 anos? e dos 3 aos 6 anos?

3. Antes da família conjugal: trajectórias

3.1. percurso geográfico

- onde nasceu? e o/a seu/sua marido / mulher?
- já morou noutros lugares? e o/a seu/sua marido / mulher?
- quem decidiu morar neste local? porquê ? o que os levou a escolher ?

3.2. percurso escolar

- onde estudou? em que sítio? em que escola(s)? e o marido / mulher?
- como foi a sua vida na escola: o que gostava mais ? e menos?
(sucessos e insucessos; sociabilidades; memórias)
- porque decidiu deixar de estudar ? alguém o/a influenciou? foi a decisão acertada?
- porque escolheu esse curso? alguém o/a influenciou? foi a escolha certa?
- costuma dar-se com pessoas que conheceu durante o percurso escolar?

3.3. percurso profissional

- quando acabou os estudos começou logo a trabalhar?
- teve sempre o mesmo emprego ?
- como arranjou emprego ?
- já esteve desempregado/a? e o/a seu/sua marido / mulher? como lidaram com a situação ?
- qual é o seu horário de trabalho? está satisfeito/a?
- está satisfeito/a com o seu salário ? pensa que é suficiente para responder às suas necessidades?
- quais são as suas perspectivas para o futuro ?
- com quem costuma discutir as suas opções profissionais? e os seus problemas de trabalho?

3.4. vida familiar

- o que fazem/faziãam os seus pais e os seus sogros ?
- de onde são os pais e os sogros ? vivem perto ou longe ?
- com que frequência contacta com os seus pais e os seus sogros ?
- essa distância/ proximidade agrada-lhe ou preferiria que fosse de outro modo?
- tem irmãos ? se sim, quantos, de que idades, o que fazem e onde moram? e o seu marido/mulher? têm contactos com eles? de que tipo (encontros, telefonemas)? com que frequência?
- tem uma família muito grande? tem sobrinhos ? tem tios? tem primos? e o seu marido/mulher?
- dá-se com esses familiares? com que frequência contacta com eles? com quem se dá mais ? tem problemas com alguém ?

III ACESSO AOS RECURSOS

Vamos agora falar de alguns problemas que afectam as famílias portuguesas: o emprego, a habitação, a saúde, etc.

1. emprego

- como arranjou emprego?
- beneficiou de algum programa destinado a jovens? como acedeu a ele?
- fez algum curso de formação profissional?
- alguma vez esteve inscrito num Centro de Emprego ?
- já esteve desempregado: recebeu subsídio de desemprego?
- no caso de alguém lhe ter arranjado emprego: retribuiu a ajuda que recebeu? como?
- já ajudou alguém a arranjar emprego? se alguém seu conhecido precisasse de emprego e pudesse ajudar, fá-lo-ia?

2. habitação

- têm casa própria ? tiveram ajudas na compra? recorreram ao crédito?
- autoconstrução: como construíram? tiveram ajudas ? o acesso ao terreno ? recorreram ao crédito?
- tiveram apoio estatal no crédito ou no arrendamento?
- a habitação é um encargo muito grande no orçamento familiar?
- estão satisfeitos com as condições de habitação que têm?
- alguma vez viveram com familiares ou outros ? onde ? porquê ?
- retribuiu as ajudas que recebeu? como?
- já alguma vez ajudou alguém neste campo ? como?
- as ajudas que recebeu /prestou trouxeram-lhe alguns problemas ? de que tipo?
- pensa que quando um jovem casal não tem meios para adquirir casa própria deve recorrer ao apoio dos familiares ou esperar até que a sua situação melhore?
- pensa que o Estado devia apoiar mais a compra de habitação? e o arrendamento?

3. saúde

- recorrem aos serviços públicos?
- têm médico de família?
- recorrem a algum médico e/ou serviços privados?
- têm algum seguro privado ?
- as crianças são acompanhadas onde e por quem? estão satisfeitos com a opção?
- quem aconselha os médicos? quem marca as consultas ?
- numa situação de emergência onde se dirigem e a quem recorrem ?
- quando uma pessoa tem meios para recorrer aos serviços privados acha que deve continuar a recorrer à assistência pública?

4. bens materiais

- quando "montaram casa" como fizeram? a quem recorreram? quem ajudou? as dádivas da festa do casamento foram importantes? recorreram ao crédito?
- têm carro? motorizada? como compraram?recorreram ao crédito? tiveram ajudas?
- recebem algumas ajudas no quotidiano para adquirir bens essenciais ou pagar despesas (exemplos: creche das crianças, prestações do carro) ? de quem?
- recebem ajudas monetárias regularmente? de quem? qual a importância dessas ajudas?
- recebem regularmente dádivas em géneros? de quem? qual a importância dessas ajudas?
- se precisam de uma coisa insignificante (uma chávena de açúcar, um "raminho de salsa") costumam pedir aos vizinhos ?
- se necessitar de fazer uma despesa avultada para a qual não tem dinheiro, o que faz? recorre a empréstimos? trabalha horas extra?
- retribui as ajudas ? como?
- as ajudas que recebeu /prestou trouxeram-lhe alguns problemas ? de que tipo?
- pensa que se um jovem casal aspirar a ter determinados bens que o seu nível económico não lhes permita adquirir é legítimo que peça empréstimos e/ ou dádivas aos seus familiares? (Exemplos: carro, mobiliário, electrodomésticos, férias)
- pensa que o pagamento de empréstimos entre familiares deve incluir juros ou não?

5. cuidados e serviços quotidianos

- se um de vós fica doente quem cuida? alguém ajuda?
- se alguém na sua família estiver doente/acamado e necessitar de ajuda, estaria disponível? para quem e em que termos?
- ajudas nas tarefas domésticas: empregada, ajudas exteriores?
- quando precisam de fazer alguns arranjos ou obras: contratam alguém ? têm ajudas?
- como se deslocam para o emprego? transporte público? carro? boleias? juntos ou separados?
- prestam apoio a alguém ? ajudas nos trabalhos domésticos? numa empresa? na agricultura?
Se sim: têm facilidade ou dificuldade em fazê-lo?
- Cuidados aos idosos: têm idosos na família que necessitem de cuidados? quem cuida? costumam dar algum apoio?
- as ajudas que recebe/presta trouxeram-lhe alguns problemas ? de que tipo?
- pensa que o melhor para os idosos dependentes é viverem nas suas próprias casas, com os filhos ou num lar?

- pensa que os filhos têm obrigação de cuidar dos pais na velhice? têm todos a mesma obrigação ou devem-se pesar os recursos e as disponibilidades?
- pensa que o Estado devia dar mais apoio nos cuidados dos idosos? de que tipo? mais lares?
- como pensa que será a vida dos seus pais na velhice ? tomará conta deles ?

6. tempos livres

- desenvolvem alguma actividade nos tempos livres ? qual / quais ? papel dessa(s) actividades no quotidiano? organizada(s) ou não? onde? com quem?
- pertence a alguma associação/ instituição ?

IV TRANSIÇÕES E DIFICULDADES

(antes e depois da conjugalidade)

“Fazendo um balanço”:

1. quais foram os momentos “de viragem” na sua vida?
 - fim da escolaridade, entrada na faculdade, primeiro emprego, casamento, nascimento dos filhos, mudanças de casa, mudanças de emprego, etc.
 - que problemas surgiram? como os resolveu?
 - a quem recorreu ? quem lhe deu apoio ?
2. quais foram os momentos mais difíceis da sua vida?
 - desemprego, doença, separação(ões), morte, etc.
 - que problemas surgiram? como os resolveu?
 - a quem recorreu ? quem lhe deu apoio ?
3. como é a vida hoje
 - como é o seu dia-a-dia?
 - como é para si um dia: normal, de fim de semana, de férias
 - está satisfeito/a com a vida que tem/leva
 - está satisfeito/a com: o emprego, o salário, a divisão de tarefas em casa, o comportamento dos filhos
 - pensa que a sua vida é melhor ou pior do que a dos seus pais? porquê?
 - que perspectivas tem para o futuro? acha que a sua vida vai melhorar ou piorar? porquê?
 - sente-se apoiado/a no seu dia-a-dia? gostaria de ter mais apoio? de quem? de que tipo?

V REDE PRIMÁRIA

Quando pensa na sua vida, quem indicaria como as pessoas mais importantes para si ? (Por “mais importantes”, quero dizer as pessoas que têm um papel mais importante na sua vida, que lhe estão mais próximas, com quem “pode contar”)

ANEXO 6

CARACTERIZAÇÃO DOS/AS ENTREVISTADOS/AS E DAS SITUAÇÕES DE ENTREVISTA

Afonso Salgueiro

Data: 23 de Março de 2001

Local: local de trabalho do entrevistado

Dados pessoais: 34 anos, licenciatura, médico pediatra, casado há 8 anos, tem 2 filhos (de 2 e 5 anos)

A entrevista foi realizada no hospital, numa biblioteca antiga ('não é o lugar mais simpático, mas é o mais sossegado'). Sentámo-nos a uma mesa, com o gravador no meio. Afonso foi muito simpático e afável. Revelou-se muito preocupado em 'responder às perguntas', mas apesar disso não foi preciso grande directividade da minha parte. A sua história de vida é muito marcada pela morte recente de uma irmã.

Alberta Lopes

Data: 15 de Maio de 2001

Local: casa da entrevistada

Dados pessoais: 34 anos, 4º ano, operária têxtil, casada há 11 anos, tem 2 filhas (de 3 e 9 anos)

A entrevista foi realizada em casa da entrevistada. Foi muito difícil encontrar a casa. Quando a descobri ela ainda não tinha chegado. Estava a chegar das compras, com as duas filhas. A entrevista foi na sala, sentámo-nos no sofá, com o gravador no meio. Parte da casa ainda estava em obras de construção. Alberta era muito simpática, afável e faladora. Mostrou uma enorme vontade de contar a sua vida, centrando muito o seu discurso nos problemas com os pais e nas dificuldades levantadas por eles. Vive angustiada com esta questão, sente-se sozinha e sem apoio da família. Pareceu-me que a experiência da entrevista foi bastante positiva para ela, pela oportunidade de falar com alguém sobre os seus problemas.

Ana Miranda

Data: 10 de Novembro de 2000

Local: casa da entrevistada

Dados pessoais: 30 anos, licenciatura, advogada, casada há 1 ano, sem filhos

A entrevista foi realizada na casa da entrevistada, à noite. Cada uma sentou-se num sofá, o gravador no meio, em cima da mesa. O marido não estava. Ana revelou-se muito fácil de entrevistar, foi bastante simpática, um bocadinho "desconfiada" sobre a análise

das entrevistas (manifestou no fim a sua curiosidade). A sua relação com a família é muito próxima afectivamente, apesar do distanciamento geográfico. Sobretudo com a mãe: já depois do gravador desligado – “eu pela minha mãe faço tudo, ela sofre de enxaquecas, se eu pudesse ficar com uma parte delas, ficava”. Centrou-se muito no percurso escolar universitário, mas a vinda para o continente para estudar foi o facto mais marcante da sua vida. Comoveu-se bastante ao falar na morte do avô – o momento mais difícil que atravessou.

Anabela Esteves

Data: 6 de Dezembro de 2000

Local: local de trabalho da entrevistada

Dados pessoais: 31 anos, mestrado, professora do ensino superior, casada há 2 anos, sem filhos

A entrevista foi realizada no gabinete da entrevistada. Anabela foi muito simpática, a cumplicidade e empatia entre nós foram imediatas devido à semelhança da profissão. Não foi preciso fazer perguntas. A história de vida foi centrada no trabalho e na carreira. Também gosta de falar dos pais (tem a foto deles na secretária) que muito admira. Impressionou-me o seu dia-a-dia: levanta-se muito cedo, almoça no trabalho o que leva de casa, deita-se cedo, nas férias arruma as coisas em casa. A entrevista foi interrompida durante uns minutos por uma colega que foi buscar uns papéis ao gabinete. No final chamou um colega, que me apresentou para eu o entrevistar.

André Pais

Data: 11 de Dezembro de 2000

Local: local de trabalho do entrevistado

Dados pessoais: 34 anos, doutoramento, professor do ensino superior, casado há 8 anos, tem 4 filhos (de 6 e 2 anos – 3 trigémeos)

A entrevista foi realizada no gabinete do entrevistado num laboratório da Faculdade. “Podemos trabalhar aqui” – disse, enquanto me indicava uma cadeira numa mesa de reuniões. Levou folhas para tirar notas. Apesar da postura “profissional”, inicial, depressa entrou no espírito da entrevista e contou pormenorizadamente a sua história de vida. Embora se centrasse na carreira, referiu bastante aspectos afectivos e partilhou com à vontade questões do foro íntimo, como as dificuldades sentidas no regresso à família depois da ausência para fazer o doutoramento no estrangeiro, ou as angústias sentidas

durante o período que sucedeu ao nascimento dos filhos trigêmeos. Referiu repetidamente a importância dos amigos e dos colegas de trabalho como fonte de suporte emocional.

António Santos

Data: 10 de Novembro de 2000

Local: casa do entrevistado

Dados pessoais: 32 anos, bacharelato, enfermeiro, casado há 8 anos, tem 2 filhos (de 1 e 6 anos)

A entrevista foi realizada ao fim do dia (17h30) na casa da família. A mulher, apesar de ter dito que “ia para dentro”, não saiu da sala. Começou por estar à porta, depois sentou-se na mesa de jantar, depois no sofá, sempre em silêncio. Até que António lhe pediu um esclarecimento sobre uma data. A partir daí entrou na conversa e a entrevista foi quase a dois. As crianças (de 1 e 6 anos) estiveram sempre presentes e causaram algumas dificuldades, que depois se traduziram na transcrição da entrevista. Foram bastante simpáticos e disponíveis. António considerou algumas perguntas ‘difíceis’, mas respondeu sempre. O discurso foi muito centrado no casal e nos filhos. Os cuidados das crianças e o trabalho são o centro. Depois de desligado o gravador acrescentaram algumas coisas com importância: relativamente às suas poupanças – “tudo o que temos deve-se às poupanças”, “nunca saímos, nunca fomos ao estrangeiro”. Recebem muitas dádivas em dinheiro da família (pais e irmãos), mas “não contam com ele para viver”. Retribuem essas dádivas.

Augusto Correia

Data: 13 de Novembro de 2000

Local: casa do entrevistado

Dados pessoais: 26 anos, 6º ano, estucador, casado há 6 anos, tem 1 filha (de 6 anos)

A entrevista foi realizada à noite (20h30) em casa do entrevistado. Não estava quando cheguei, comecei a falar com a mulher na sala que não fez qualquer intenção de sair quando o marido chegou para a entrevista. A mulher falou sempre ao longo da entrevista, e revelou-se mais eloquente do que Augusto. Este era pouco falador. A entrevista foi a mais directiva até ao momento, foi necessário fazer muitas perguntas e reformulações. Augusto considera-se “muito reservado” e também não gosta de grandes conversas com a família. A filha estava a fazer os trabalhos de casa no quarto e chamou várias vezes a mãe, mas esta estava bastante mais interessada na entrevista. Os dois

membros do casal foram simpáticos e afáveis. Ficámos à conversa depois de desligado o gravador.

Belmira Pereira

Data: 11 de Novembro de 2000

Local: local de trabalho da entrevistada

Dados pessoais: 34 anos, bacharelato, assistente administrativa, casada há 4 anos, tem 1 filho (de 3 anos)

Era sábado, mas a entrevista foi realizada no local de trabalho da entrevistada. Eu cheguei primeiro. Apareceram os dois membros do casal com o filho. Acabou por ficar só ela. Belmira foi muito simpática e faladora. Não foi preciso fazer perguntas, contou com facilidade todo o seu percurso e os seus problemas. A sua biografia é muito marcada pela mudança para o local onde vive agora, onde não conseguiu fazer amigos. Tem uma ligação muito forte com a família extensa dela que está longe, sente falta da proximidade geográfica embora receba muito apoio “à distância”. O final da entrevista foi um bocado pressionado pela presença da entrevistada seguinte – uma colega.

Berta Costa

Data: 9 de Dezembro de 2000

Local: casa da entrevistada

Dados pessoais: 30 anos, licenciatura, professora do ensino secundário, casada há 5 anos, sem filhos

A entrevista foi realizada na casa da entrevistada, onde só estivemos nós as duas. Berta esperou por mim em frente à escola secundária onde trabalha e depois levei-a no carro até casa. Estava em mudanças da casa alugada para uma casa própria. Berta foi bastante contida no discurso, pareceu-me muito preocupada em não falar demais e “em responder às perguntas”. A sua história de vida é bastante marcada por um acidente de automóvel recente, que referiu várias vezes ao longo da entrevista.

Branca Silva

Data: 12 de Novembro de 2000

Local: gabinete camarário

Dados pessoais: 30 anos, bacharelato, esteticista/empresária, casada há 4 anos, sem filhos

A entrevista foi realizada num local disponibilizado pelo meu contacto no terreno. Apareceram os dois membros do casal, ficou ela para a entrevista, o marido avisou "para ser breve" porque tinham "um compromisso às 16h00" (eram 14h00). Branca foi uma entrevistada difícil, muito desconfiada. Pareceu começar à vontade, e falou bastante do seu percurso na juventude, mas foi-se fechando ao longo da entrevista. Expôs-se muito inicialmente e, depois, sobre algumas questões disse que "não falava" e numa questão simples como a repartição das tarefas domésticas achou que era "bisbilhotice". Problemas do passado parecem ser o motivo da desconfiança (deu "muitas cabeçadas"). Fez algumas considerações sobre psicólogos e sociólogos que me deram a ideia de que a partir de um determinado momento ficou com a sensação de estar a ser analisada e retraiu-se.

Carla Duarte

Data: 11 de Novembro de 2000

Local: local de trabalho da entrevistada

Dados pessoais: 26 anos, bacharelato, animadora social, casada há 6 meses, sem filhos

A entrevista realizou-se no mesmo local da de Belmira Pereira. As entrevistadas são colegas de trabalho e parecem ter uma boa relação. Carla casou há pouco tempo e o seu discurso é muito marcado pelo casamento recente: o namoro, os preparativos do casamento, a festa, a lua-de-mel. Começou com "muito gás", a falar muito e muito depressa, mas depois abrandou e ficava à espera das perguntas para falar. Carla era muito simpática e a condução da entrevista foi fácil. Revelou-se muito centrada na família, "desconfia" dos outros, referiu-se muito à "inveja". Tem bastantes projectos para futuro: construção da casa, montagem de um negócio de roupas.

Carlos Serra

Data: 8 de Dezembro de 2000

Local: casa do entrevistado

Dados pessoais: 34 anos, 12º ano, perito averiguador de seguros, casado há 9 anos, tem 1 filho (de 7 anos)

A entrevista foi realizada em casa do entrevistado. Na cozinha onde está a lareira. A mulher estava presente. Insistiram para que o meu contacto ficasse, mas depois de ele sair ficaram os dois na sala. Estavam duas crianças que saíram. Pouco tempo depois de ter começado a entrevista chegaram dois amigos que foram “desviados” para outra divisão pela mulher que voltou para a cozinha. Pouco tempo depois chegou mais um grupo de amigos e nessa altura mudámos nós para outra divisão (uma sala com ar de ser pouco usada). Carlos começou pouco falador e um pouco desconfiado, mas foi-se abrindo no decorrer da entrevista. Para o fim parecia estar bastante envolvido e não se importou com a presença dos amigos que o esperavam. No final, o encontro com toda a gente na cozinha foi muito ruidoso, todos queriam ser entrevistados.

César Almeida

Data: 8 de Dezembro de 2000

Local: casa do meu contacto

Dados pessoais: 33 anos, 11º ano, técnico de vendas, casado há 6 anos, tem 1 filho (de 21 meses)

A entrevista foi realizada em casa do meu contacto no terreno. César tinha tido um dia muito complicado: a chuva inundou-lhe a loja, teve que ajudar um cunhado numa mudança. Ao saber disto eu disse que o entrevistava noutro dia, mas ele fez questão de se deslocar até onde eu estava para facilitar. Foi extremamente simpático. Pediu desculpa por estar mal vestido (em fato de treino). Parecia bastante mais velho do que a sua idade. A entrevista foi realizada numa sala de estar sem qualquer interferência. Apesar das pressões, César não pareceu ter pressa, mostrou-se bastante descontraído, não foi eloquente, mas também não se retraiu. Esperou pelas perguntas e respondeu “aplicadamente”.

Cristina Neves

Data: 8 de Dezembro de 2000

Local: casa da entrevistada

Dados pessoais: 33 anos, 9º ano, desempregada, casada há 8 anos, tem 1 filho (de 6 anos)

A entrevista foi realizada em casa da entrevistada. O meu contacto foi acompanhar-me à porta. Mais tarde, Cristina contou-me que se não fosse assim “não me atendia” e contou-me uma história de uma compra de uns candeeiros à porta em que foi enganada. A entrevista realizou-se na cozinha onde tinha a lareira e a braseira ligadas. Duas crianças (o filho e a sobrinha) estiveram presentes durante uma parte da entrevista. Quando chegou o irmão da entrevistada saíram para outra divisão. Mais tarde entrou também uma jovem que se juntou aos outros. Quase no final da entrevista chegou o marido. Cristina foi muito simpática e faladora. Quase não foram necessárias perguntas. Quando me despedi, fiquei com a idéia de que ela tinha gostado bastante da experiência.

Daniel Monteiro

Data: 10 de Maio de 2001

Local: meu gabinete da Faculdade

Dados pessoais: 28 anos, 9º ano, motorista, casado há 1 ano, sem filhos

A entrevista foi realizada no meu gabinete na FEUC. Daniel é motorista de autocarro e troca de turno em frente à Faculdade, por isso sugeriu esse local para a entrevista. A entrevista foi difícil. O entrevistado era pouco eloquente e a entrevista exigiu muita directividade e um contínuo questionamento da minha parte. Daniel falava pouco e eu a meio fiquei sem vontade de falar com ele. A partir do momento em que ele disse ‘onde há uma mulher, não é preciso um homem fazer as coisas de casa’, só pensava que tinha sido preciso chegar ao fim das entrevistas para encontrar um machista assumido.

Diamantino Araújo

Data: 17 de Abril de 2001

Local: casa dos pais do entrevistado

Dados pessoais: 28 anos, licenciatura, professor do ensino secundário e professor de música, casado há 1 ano, sem filhos

A entrevista foi realizada em casa dos pais do entrevistado (a mulher é enfermeira, estava a dormir em casa, disse-me ao telefone), de manhã. Diamantino é professor do ensino secundário e a entrevista foi feita no último dia de férias da Páscoa. Estava de fato de treino. Diamantino foi muito simpático, disponível e bastante falador. Só foi preciso uma pergunta para contar toda a sua história pormenorizadamente. Mostrou-se muito consciente da situação de entrevistado e da presença do gravador, por vezes falava directamente para o gravador, para frisar uma questão. A entrevista só terminou pela pressão da hora do almoço, de outro modo eu teria tido sérias dificuldades em fazê-lo calar.

Diana Pinto

Data: 17 de Novembro de 2000

Local: local de trabalho da entrevistada

Dados pessoais: 30 anos, 12º ano, funcionária administrativa e auxiliar de fisioterapia, casada há 3 anos, tem 1 filho (de 14 meses)

A entrevista foi realizada no local de trabalho da entrevistada depois de esta terminar o horário de trabalho (17h30). Diana trabalha numa clínica. Fizemos a entrevista num dos consultórios, numa secretária, ela de um lado, eu do outro. Começou por dizer que esperava que não fosse muito tempo porque tinha o filho "à espera", mas durante a entrevista não manifestou qualquer pressa. No entanto, foi pouco eloquente. Parece estar a atravessar uma fase má, queixou-se muito da falta de apoio do marido e também das relações com as colegas, que parecem ter sido sempre boas e agora se estão a deteriorar. Tem um bebé pequeno, que deu muitos problemas no início. O nascimento do filho foi a grande viragem na sua vida. Depois de terminada a entrevista referiu o apoio de "uma enfermeira da minha terra" que ajudou muito quando o bebé nasceu. Valoriza bastante a família – a "casa dos meus pais", "todos os que lá vivem". Tem contado muito com a ajuda da mãe, sogra e irmã; a mãe e a irmã todos os dias a ajudam com as tarefas domésticas e com o bebé.

Dina Vieira

Data: 2 de Abril de 2001

Local: local de trabalho da entrevistada

Dados pessoais: 31 anos, 12º ano, operária da indústria farmacêutica (analista), casada há 7 anos, tem 2 filhos (de 11 meses e 4 anos)

A entrevista foi realizada no local de trabalho da entrevistada, num gabinete médico da fábrica. Quando lhe expliquei sobre o que era o trabalho e a entrevista, Dina perguntou-me se era tudo sobre depois de casada, quando lhe respondi que não, disse-me 'então não saímos daqui hoje', mas depois foi muito comedida nas palavras. Deixou rapidamente antever que tinha um pai muito problemático e que lhe tinha causado bastantes problemas, mas não aprofundou nada. No final, depois de desligado o gravador, e perante o meu comentário sobre o facto de afinal a história não ter demorado assim tanto, ela disse-me 'foi tudo nas entrelinhas' e abriu-se mais sobre o passado, contou-me que o pai a agredia fisicamente a ela, às irmãs e à mãe e que um dia tinha partido uma cadeira que se dirigia a ela.

Diogo Ferreira

Data: 23 de Novembro de 2000

Local: local de trabalho da mulher

Dados pessoais: 31 anos, 10º ano, empresário, casado há 4 anos, tem 1 filho (de 2 anos)

A entrevista foi realizada depois de vários adiamentos. Diogo dizia sempre "passe por cá quando lhe der jeito" e foi difícil marcar um dia e uma hora. Tinha a indicação que ele era "empresário da noite" e só no decorrer da entrevista percebi a marcação para uma policlínica. A entrevista realizou-se num gabinete. Ele tinha marcado para as 18h30, chegou às 19h00. Depois disse que tinha ido comer com medo que demorasse (tem problemas de estômago por causa da medicação que toma). A clínica fica numa vivenda recuperada por ele – vivem por cima. A entrevista foi bastante longa, o entrevistado contou a sua história de vida com pormenor e também inúmeras histórias intermináveis. Não foi preciso fazer perguntas nenhuma e foi difícil pôr fim à entrevista. A entrevista foi inédita no contexto geral: um homem falador, empresário, rico, presta apoio aos familiares devido à sua situação financeira favorável.

Duarte Figueiredo

Data: 21 de Novembro de 2000

Local: meu gabinete na Faculdade

Dados pessoais: 32 anos, a frequentar uma licenciatura, contabilista, casado há 3 anos, sem 2 filhos

A entrevista foi realizada no meu gabinete na FEUC. Duarte é lá estudante, mas eu só percebi isso quando nos encontramos, dado que o local tinha sido marcado pelo contacto. Foi simpático, receptivo, mas exigiu alguma directividade. Foi necessário

reformular e precisar as perguntas, a seu pedido: “problemas em que sentido?”; “momentos difíceis: a que nível?”. Parecia preocupado em “responder correctamente”. Nas questões relativas ao emprego foi muito eloquente e contou com pormenor a sua trajectória. Também falou dos problemas psiquiátricos da mulher.

Dulce Ribeiro

Data: 23 de Abril de 2001

Local: casa da entrevistada

Dados pessoais: 30 anos, licenciatura, delegada de informação médica, casada há 2 anos e meio, tem 1 filho (de 7 meses)

A entrevista foi realizada em casa da entrevistada, na sala. Dulce recebeu-me com o bebé ao colo. Pensava que a entrevista era com o casal. O marido estava ocupado, chegou pouco depois do início e ficou sempre presente, mas nunca fez qualquer intervenção. Ela interrompeu a um dado momento para ir deitar o bebé. Ele serviu-me um café, entretanto. Dulce era muito simpática, mas pouco expansiva, foi sempre muito comedida nas respostas. Confessou-me que a sociologia tinha sido a sua primeira opção na entrada para a Faculdade, mas não tinha conseguido entrar. No final referiu-se aos problemas que eu iria ter a tratar a informação das entrevistas.

Elisa Coimbra

Data: 27 de Novembro de 2000

Local: casa da entrevistada

Dados pessoais: 30 anos, mestrado, assistente no ensino politécnico, casada há 2 anos, tem 1 filho (de 14 meses)

A entrevista foi realizada em casa da entrevistada. O ambiente foi muito amigável (amiga da amiga...). Elisa ofereceu-me café, foi buscar o bebé para eu o conhecer, estivemos um bocado à conversa sobre bebés e também sobre elaboração de teses antes de começar a entrevista. Durante a entrevista respondeu às respostas com interesse e dedicação, mas não se entusiasmou. Pareceu-me uma pessoa muito contida.

Elisabete Godinho

Data: 27 de Novembro de 2000

Local: local de trabalho da entrevistada

Dados pessoais: 32 anos, 5º ano, empregada doméstica, casada há 10 anos, tem 2 filhos (de 6 e 9 anos)

A entrevista foi realizada em casa da "patroa" (o meu contacto) durante o horário de trabalho. Elisabete manifestou inicialmente medo de "não saber responder", mas não se mostrou nada inibida. Quando percebeu que era "só" para "contar a sua vida" entusiasmou-se. Esteve sempre à vontade, falou com facilidade, e muito. Sublinhou várias vezes a sua "vida simples", mas também a satisfação que tinha nela. Comparada com a da patroa, acha a sua vida muito fácil.

Eliseu Baptista

Data: 28 de Novembro de 2000

Local: local de trabalho do entrevistado

Dados pessoais: 30 anos, bacharelato, técnico de informática, casado há 6 anos, tem 1 filha (de 4 anos)

A entrevista foi realizada no local de trabalho do entrevistado, num salão nobre de um departamento estatal – a atmosfera seria intimidatória se aquele não fosse um local habitado por ele no quotidiano. Um bocadinho desconfiado no princípio, Eliseu usou a ironia no início para descontrair. A posição da pessoa que pediu a entrevista pode ter influenciado na aceitação, percebi que estava à espera do pior.... mas no final pareceu ter gostado da experiência. No início estava ligeiramente inibido, mas depois abriu-se e falou livremente. Pareceu-me ser daquelas pessoas que está sempre a galhofar. Quando saímos, comentou para os colegas "que não custava nada", como se tivesse acabado de passar uma prova.

Elvira Mendes

Data: 28 de Novembro de 2000

Local: local de trabalho da entrevistada

Dados pessoais: 31 anos, 6º ano, empregada de balcão de frutaria, casada há 10 anos, tem 2 filhas (de 5 e 10 anos)

A entrevista foi realizada no local de trabalho da entrevistada. Foi bastante complicada do ponto de vista funcional: foi feita em pé, ao balcão, e foi necessário interromper sempre que chegava um cliente. A chegada do patrão obrigou a um intervalo maior, quando o vi sair, voltei. Os intervalos prolongaram bastante a entrevista (começou às 15h00 e acabou depois das 17h30, apesar da gravação ser bastante menor). Elvira era simpática, muito faladora, sem grandes problemas em contar a "vida toda". A sua auto-estima é reduzida nalgumas questões – diz que tem problemas "de cabeça" – mas noutras não: defende os seus direitos e não se cala com o patrão. Tem uma relação com os pais problemática, foi alvo de maus-tratos em criança. A entrevista acabou pela pressão do horário de trabalho e do regresso do patrão, não porque ela quisesse acabar de falar.

Ema Alves

Data: 28 de Novembro de 2000

Local: local de trabalho da entrevistada

Dados pessoais: 33 anos, 12º ano, assistente administrativa, casada há 6 anos, tem 1 filho (de 4 anos)

A entrevista foi realizada no mesmo local que a anterior, Ema e Eliseu são colegas. Eliseu apresentou-me e disse-lhe "que não custava nada" mas "contava-se a vida toda". Foi uma entrevista relativamente difícil. Ema não foi antipática, mas não se abriu muito. A entrevista foi bastante directiva. Soube informações pelo meu contacto que ela nunca referiu (é Jeová, recusa-se a pôr a criança na escola, a sogra e o sogro estão separados um no Brasil, outro em Inglaterra). Começou logo por dizer que tinha que almoçar ao meio-dia (passava das onze quando começámos) não sei se foi a pressa que a inibiu de falar, pareceu-me mais uma desculpa. No entanto, no decorrer da entrevista nunca mencionou as horas e acabámos ao meio-dia e vinte.

Fátima Antunes

Data: 9 de Dezembro de 2000

Local: casa da entrevistada

Dados pessoais: 32 anos, frequentava a universidade, assistente administrativa, casada há 17 anos, tem 1 filho de 16 anos e estava grávida

A entrevista foi realizada em casa da entrevistada (uma vivenda) na cozinha (contígua à sala). Quando entrei, Fátima apresentou-me o filho de 16 anos, cuja idade me deixou perplexa. Ele saiu durante a entrevista e não chegou a assistir a nada. Fátima foi muito

simpática e faladora. Estabeleceu-se uma grande empatia entre nós e fez-me várias confidências no decorrer da entrevista. Pareceu-me que teria feito mais se o marido não tivesse chegado ainda no decorrer da entrevista. Depois de terminada a entrevista ficamos os três a conversar. Insistiram bastante para eu lanchar, o que recusei delicadamente. No final vieram os dois comigo até à rua para me indicarem o caminho.

Filipa Andrade

Data: 10 de Dezembro de 2000

Local: casa da entrevistada

Dados pessoais: 32 anos, 12º ano, desempregada, casada há 10 anos, tem 1 filha (de 9 anos)

A entrevista foi realizada na sala da casa da entrevistada (uma grande vivenda com óptimo ar por fora, profusamente mobilada por dentro, muitos bibelots, muitas molduras, com aquecimento central). Assistiram à entrevista a sogra da entrevistada (imobilizada no sofá) e parte do tempo duas crianças (a filha e a sobrinha) que mostraram sempre muita curiosidade pelo gravador e “rondaram” um bocado, mas não fizeram comentários. Saíram quando chegou o marido da entrevistada e voltaram todos já quase no fim. Durante a entrevista apareceram duas jovens para mostrar um bebé à sogra. Esta manteve-se sempre calada, só quando foi referida na entrevista comentou que “a nora não era nora, mas uma filha”. Filipa era muito faladora. A sua história de vida é muito marcada pela presença em dois países diferentes e também pelas doenças do marido e da filha.

Florabela Madeira

Data: 9 de Dezembro de 2000

Local: casa da entrevistada

Dados pessoais: 32 anos, 12º ano incompleto, auxiliar de acção educativa, casada há 9 anos, tem 1 filho (de 5 anos)

Entrevista realizada em casa da entrevistada à noite. Quando cheguei e me apresentei, Florabela falou na importância de alguém conhecido já me ter apresentado, porque “não se pode abrir a porta a qualquer um”. A entrevista teve lugar na cozinha do apartamento onde existia uma lareira e uma mini sala. O marido e o filho estiveram presentes durante toda a entrevista. A presença da criança foi bastante perturbadora porque queria mexer no gravador e interferir na conversa a cada momento. O marido fez algumas intervenções durante a entrevista. Florabela era muito faladora, contou histórias

intermináveis, sobretudo em torno das doenças do filho. Comoveu-se quando falou do tio recentemente falecido.

Gilberta Melo

Data: 13 de Janeiro de 2001

Local: casa da entrevistada

Dados pessoais: 34 anos, 2º ano de direito, assistente administrativa, casada há 9 anos, tem 1 filho (de 7 anos)

A entrevista foi realizada na sala da casa da entrevistada. Casa mobilada estilo clássico, pesado e caro. Ficámos sentadas no sofá, ela sempre recostada. Gilberta foi muito simpática e faladora. O discurso foi muito centrado nos problemas com a sogra, que dá o dinheiro e os problemas. Na casa estava a mãe dela a passar a ferro e a fazer o jantar. Depois chegaram o marido e o filho (que tentou umas habilidades para o gravador, mas desistiu rapidamente). A entrevista foi demorada e no final estavam todos na cozinha à espera para o jantar.

Gonçalo Pinto

Data: 16 de Janeiro de 2001

Local: casa do entrevistado

Dados pessoais: 25 anos, 6º ano, pescador e empregado de balcão, casado há 5 anos, tem 2 filhos (de 1 e 3 anos, este é filho da mulher)

A entrevista foi realizada na sala da casa do entrevistado, situada no rés-do-chão de um prédio de habitação social. Reinava grande confusão na casa, toda ela desarrumada e suja. Na sala estavam presentes a mulher e as duas crianças. Mandaram-me sentar à mesa. No início, Gonçalo ficou em pé, a televisão estava aos 'berros', foi um pouco complicado estabelecer uma conversa, mas depois lá se conseguiu um pouco mais de calma – a mulher baixou o volume da televisão, a criança mais pequena adormeceu no sofá. A mulher pareceu-me muito nervosa, não parou de o interromper e de repreender as crianças. No final ficámos à conversa, ela perguntou para que 'era aquilo', tentei explicar, não me pareceu muito convencida. Ela disse-me que gostava de ser mãe solteira, mas que ele a tinha 'apanhado' com uma flor.

Guilherme Mendonça

Data: 19 de Janeiro de 2001

Local: casa do entrevistado

Dados pessoais: 30 anos, 6º ano, escriturário, casado há 8 anos, tem 1 filho (de 3 anos)

A entrevista foi realizada de manhã, na sala da casa do entrevistado. Inicialmente, tínhamos combinado para o local de trabalho dele, mas a gripe impediu-o de sair de casa. Foi-me muito difícil encontrar a casa, situada num bairro dos subúrbios de Lisboa. A entrevista foi difícil, devido ao tipo de discurso do entrevistado (escasso, povoado por interjeições). Foi a entrevista mais pequena de todas (durou apenas 50 minutos), mas obrigou-me a um grande esforço de permanente interpelação e reformulação das questões para obter algum resultado.

Guiomar Albuquerque

Data: 13 de Janeiro de 2001

Local: casa da entrevistada

Dados pessoais: 25 anos, 9º ano, caixeira de loja de fotografias, casada há 5 anos, tem 1 filho (de 4 anos)

A entrevista foi realizada na casa da entrevistada, num bairro social. A casa estava muito bem mobilada e muito limpa, contrastando com os espaços colectivos do prédio. Guiomar era muito simpática, facilmente falou de tudo e desenrolou a sua história de vida. Confessou “às primeiras” que a mãe era alcoólica. O marido telefonou duas vezes durante a entrevista para ela o ir buscar, mas ela foi imperturbável e deu prioridade à entrevista. No final mostrou-me o álbum de fotos do casamento. A chegada da mãe precipitou o final da entrevista. A mãe chegou com o filho dela, ela disse à mãe que tinha estado a falar da vida dela e a mãe começou logo a chorar. Ficámos à conversa as três. Ela quis mostrar os vídeos, os bonecos do filho e as “gracinhas” dele. Antes de eu sair (eu estava com pressa porque tinha outra entrevista marcada) ainda me mostrou o quarto do filho (repleto de brinquedos caros).

Gustavo Pinheiro

Data: 16 de Janeiro de 2001

Local: local de trabalho do entrevistado

Dados pessoais: 31 anos, 9º ano, empresário da construção civil, casado há 5 anos, tem 1 filho (de 2 anos)

A entrevista foi realizada no gabinete do entrevistado no escritório da sua empresa. Ficámos sentados os dois numa mesa de reuniões, com o gravador no meio. Gustavo era muito simpático, bastante falador, começou a 'medo' mas depois descontraiu-se. No final, confessou-me ter gostado da experiência, é 'uma coisa diferente' e ofereceu-se para indicar mais pessoas. A mulher trabalha com ele no escritório, no final apresentou-ma.

Joana Almeida

Data: 15 de Janeiro de 2001

Local: casa da entrevistada

Dados pessoais: 30 anos, mestrado, professora do ensino superior, casada há 4 anos, tem 1 filha (de 15 meses)

A entrevista foi realizada na sala da casa da entrevistada. Ficamos as duas sentadas no sofá, com o gravador em cima da mesa. Estavam em casa o marido e a filha, que esteve presente durante uma parte da entrevista e perturbou um pouco (tem 15 meses). Joana foi pouco expansiva, foi preciso alguma directividade. Pareceu-me que se continha nas respostas para "despachar o assunto". Apesar de não se ter mostrado entusiasmada com a entrevista, no final ofereceu-se para me indicar mais pessoas (o que vim a aceitar).

João Seixas

Data: 18 de Janeiro de 2001

Local: local de trabalho do entrevistado

Dados pessoais: 29 anos, licenciatura, médico, casado há 6 anos, tem 1 filho (de 2 anos)

A entrevista foi realizada no consultório do entrevistado num Centro de Saúde da periferia de Lisboa (velho, sem condições, parcialmente em obras). João foi pouco efusivo e nada entusiasmado. Preocupou-se em responder às perguntas sem elaborar grandes considerações. Tinha horas marcadas a seguir, pareceu-me preocupado em 'cumprir o horário previsto', que eu lhe tinha indicado previamente. Curiosamente, dias

depois a pessoa que me tinha dado o seu contacto disse-me que ele lhe tinha dito que a entrevista tinha sido uma experiência muito interessante, que o tinha feito pensar sobre uma série de questões.

José Ruas

Data: 19 de Janeiro de 2001

Local: casa do entrevistado

Dados pessoais: 29 anos, frequência universitária, jornalista, em união de facto há 1 ano e meio, tem 2 filhos (de 8 anos, filho da mulher e de 8 meses, filha de ambos)

A entrevista foi realizada em casa do entrevistado, à noite. Sentámo-nos no sofá, com o gravador no meio. José assumiu o princípio da história de vida na sua plenitude, perdeu-se em pormenores da infância e juventude e foi muito difícil (re)centrar o seu discurso. Também foi difícil pô-lo a falar sobre a vida familiar, estava mais interessado em discorrer sobre a vida pessoal e o trabalho. A mulher telefonou a meio da entrevista e ele disse-lhe que estava a apreciar muito a entrevista e que lhe fazia recordar os tempo da psicoterapia. A entrevista foi muito longa e acabou perto da uma da manhã. No final disse-me que tudo teria sido diferente se a entrevista tivesse sido ao fim da tarde (hora a que tínhamos inicialmente combinado), porque teria fome e estaria cansado. Antes de eu sair, ainda me fez algumas perguntas sobre o tratamento das entrevistas e disse-me que tinha dito muita 'palha'.

Júlia Cruz

Data: 17 de Janeiro de 2001

Local: casa da entrevistada

Dados pessoais: 32 anos, 12º ano, animadora sociocultural, desempregada, casada há 3 anos, tem 1 filha (de 3 meses)

A entrevista foi realizada na sala da casa da entrevistada. Quando cheguei Júlia disse-me logo que me ia tratar por 'tu', porque eu era amiga de uma amiga dela. Foi muito simpática. A bebé de quatro meses perturbou um pouco a entrevista, que foi interrompida várias vezes: pela bebé, pelo cão, pelo telefone (era a avó) e, finalmente, pela chegada do marido. O marido apareceu a meio da entrevista e ficou na sala, foi mandando umas 'bocas' até que adormeceu no sofá. Mais tarde acordou e tornou-se muito interventivo, passou a ser uma entrevista aos dois. A entrevista foi muito longa e no final ainda ficámos os três à conversa. Só acabámos porque o cão precisava de ser passeado e eu aproveitei a boleia.

Juliana Afonso

Data: 21 de Janeiro de 2001

Local: casa da entrevistada

Dados pessoais: 32 anos, 12º ano, empregada de escritório, casada há 11 anos, tem 2 filhos (de 6 e 9 anos)

A entrevista realizada em casa da entrevistada, na sala, na presença dos dois filhos que não incomodaram, mantiveram-se sempre curiosos, mas sossegados. A dada altura foram jogar monopólio, mas nunca fizeram barulho. Ficamos sentadas as duas no sofá com o gravador no meio. Juliana foi muito simpática, e revelou um enorme entusiasmo a contar a sua história de vida. Apesar de ela ter começado por comparar a situação de entrevista à demonstração de um produto que lhe tinham feito, estabeleceu-se uma grande empatia entre nós ao longo da entrevista. Contou os seus problemas com grande 'à vontade' e vivacidade. No final mostrou-me a casa toda (que ela acha pequena para as necessidades), mobilada num estilo bastante pesado e clássico.

Leonardo Machado

Data: 31 de Janeiro de 2001

Local: café

Dados pessoais: 32 anos, 5º ano, abastecedor de combustível, casado há 8 anos, tem 1 filho (de 3 anos)

A entrevista foi realizada num café/bar, situado ao lado do local de trabalho do entrevistado. Fui ter com ele à bomba de gasolina e ele levou-me ao café sem me dar oportunidade de contestar a decisão. Havia algum barulho de fundo (ao fundo do café estava um grupo de jovens, a televisão estava ligada), mas a entrevista decorreu em total privacidade, dada a distância aos ocupantes do café. Não sei se pelo ambiente público, se pela própria situação de entrevista (inclino-me para esta última), Leonardo pareceu-me pouco à vontade e algo constrangido, mesmo um pouco nervoso. Repetiu frequentemente os mesmos chavões no decorrer da entrevista. Parecia ansioso por acabar.

Leonel Viegas

Data: 31 de Janeiro de 2001

Local: local de trabalho do entrevistado

Dados pessoais: 32 anos, 11º ano, técnico de informática, casado há 7 anos, tem 2 filhos (de 6 e 7 anos)

A entrevista foi realizada no interior de um estúdio de rádio, local de trabalho do entrevistado. No início havia música a tocar que ele desligou algum tempo depois de termos começado a entrevista. Por duas vezes entraram pessoas no estúdio ao lado, mas nunca chegaram a interromper a entrevista – entraram e saíram rapidamente. O estúdio era insonorizado e por isso não houve qualquer interferência com o decorrer da entrevista. A entrevista correu normalmente, Leonel era muito afável, muito falador, falou bastante do trabalho. O trabalho realiza-o, mas está muito descontente com o salário, falou várias vezes do assunto, embora nunca referisse quanto ganhava.

Lino Rodrigues

Data: 7 de Abril de 2001

Local: casa do entrevistado

Dados pessoais: 32 anos, bacharelato, professor na escola tecnológica e engenheiro civil, casado há 2 anos, sem filhos

A entrevista foi realizada em casa do entrevistado. Cheguei com o meu contacto quando ele estava a lavar o carro e estive à espera que acabasse e também que conversasse um pouco com o amigo. Fizemos a entrevista na sala, sentados no sofá, o gravador no meio, em cima da mesa. O entrevistado não se recostou, pareceu um bocado ansioso, falou sempre muito rápido. Comoveu-se quando contou um momento difícil familiar, quando o pai vivia em casa e tinha uma amante. No final pediu-me desculpa por 'ter ficado assim'.

Lúcio Matias

Data: 7 de Abril de 2001

Local: casa do entrevistado

Dados pessoais: 32 anos, frequência do 12º ano, jornalista de rádio, casado há 2 anos, tem 2 filhas (de 4 meses - gémeas)

A entrevista realizada em casa do entrevistado, na sala. Sentámo-nos à mesa, com o gravador no meio. A mulher esteve presente durante uma parte da entrevista a dar papa a uma das gémeas de quatro meses. Entrou várias vezes na sala para trazer ora uma, ora outra. Interrompeu-nos uma vez para ele ir buscar uma que chorava. Quando elas começavam a fazer barulho a mulher tirava-as da sala. Apercebi-me que a mulher estava com vontade de falar e com vontade de participar, mas nunca o fez. Lúcio mostrou-se completamente à vontade. Falou muito e rápido, não se deixou perturbar pelas filhas e pelas interrupções, mantendo sempre o fio da(s) história(s). No final levaram-me ao quarto das bebés para me despedir.

Luis Vicente

Data: 31 de Janeiro de 2001

Local: local de trabalho do entrevistado

Dados pessoais: 26 anos, bacharelato, engenheiro técnico civil e empresário, casado há 2 anos, tem 1 filho (de 18 meses)

A entrevista foi realizada no local de trabalho do entrevistado, numa sala de reuniões muito espaçosa por cima do armazém da empresa da família. Tudo novo, com 'ar a estrear'. Sentámo-nos a uma mesa de reuniões com o gravador no meio. No decorrer da entrevista o entrevistado foi mexendo numa chave, o que se revelou um ruído perturbador durante a transcrição da entrevista. Luís tinha um ar tímido, muito calmo, falou abertamente, pausadamente. Fomos interrompidos duas vezes, primeiro pelo telefone (que hesitou em responder), e depois por alguém que estava no armazém (o pai?). Mostrou alguma preocupação inicial com o tempo, tinha que almoçar à uma, mas depois mostrou-se sem pressas.

Manuela Martins

Data: 1 de Março de 2001

Local: local de trabalho da entrevistada

Dados pessoais: 31 anos, 9º ano, cabeleireira, união de facto há 7 anos, tem 2 filhas (de 5 e 7 anos)

A entrevista foi realizada no local de trabalho da entrevistada, salão de cabeleireira, que faz simultaneamente parte da sua habitação. O início da entrevista foi muito complicado pela presença de uma das filhas de Manuela, que interrompia frequentemente. A sua presença impedia também a mãe de falar sobre determinados assuntos, como Manuela me deu de imediato a entender através de não-ditos e linguagem não verbal. A sua

relação com o marido é bastante complicada e a presença da filha impediu-a de começar a contar a história da família (que começou com a sua gravidez não desejada). Quando a criança saiu do salão foi contando, embora 'aos soluços'.

Margarida Ricardo

Data: 28 de Fevereiro de 2001

Local: casa dos pais da entrevistada

Dados pessoais: 32 anos, 9º ano, escriturária, casada há 8 anos, tem 1 filha (de 5 anos)

A entrevista foi realizada em casa dos pais da entrevistada. Contactei-a através dos pais (donos de uma padaria) e a entrevista ficou logo marcada para casa deles, sítio onde Margarida e a filha almoçam todos os dias. A filha e a mãe estiveram presentes durante toda a entrevista. A filha adormeceu ao colo dela no decorrer da entrevista. A mãe tentou 'meter a colherada' por duas vezes, foi sempre admoestada por ela e desistiu de interferir. Saiu, entre risos e cumplicidades, quando fiz perguntas sobre as idéias de Margarida acerca do futuro dos pais.

Maria Amaro

Data: 26 de Fevereiro de 2001

Local: local de trabalho da entrevistada

Dados pessoais: 31 anos, 12º ano, assistente administrativa, casada há 8 anos, tem 1 filho (de 3 anos)

A entrevista foi realizada num gabinete do local de trabalho da entrevistada. A entrevistada trabalhava na Junta de Freguesia, local onde me dirigi para obter informações acerca de potenciais entrevistados/as, dado que não dispunha de nenhum contacto pessoal neste terreno. Na altura estavam duas trabalhadoras da Junta, ambas se ofereceram para ser entrevistadas. A escolha de Maria Amaro não se revelou a melhor opção. Apesar da sua disponibilidade inicial, retraiu-se bastante durante a entrevista, esteve sempre numa atitude defensiva – deu informações.

Marta Castelo

Data: 28 de Fevereiro de 2001

Local: local de trabalho da entrevistada

Dados pessoais: 25 anos, 10º ano, gerente de uma discoteca, casada há 4 anos, tem 2 filhos (de 3 anos e 18 meses)

A entrevista foi realizada na discoteca, aberta durante o dia como café. Estavam várias pessoas no local. Sentámo-nos numa mesa afastada e com o barulho da música penso que ninguém conseguia ouvir a nossa conversa, aliás, durante grande parte da entrevista eu própria tive dificuldade em ouvi-la. Marta tinha sido 'apanhada' numa papelaria, quando eu falava com a dona do estabelecimento em busca de contactos. No momento do contacto inicial pareceu-me que tinha aceite contra vontade, mas no momento da entrevista mostrou-se de imediato bastante colaborante. Marta era muito faladora, a minha intervenção foi escassa. A sua narrativa foi difícil de seguir, o discurso era pouco linear, foi complicado acompanhar os 'saltos mentais' na sua história de vida e distinguir a complexidade da biografia e do relato.

Natália Camacho

Data: 3 de Março de 2001

Local: casa da entrevistada

Dados pessoais: 34 anos, 12º ano, técnica de turismo numa Câmara Municipal, casada há 17 anos, tem 1 filho (de 13 anos)

A entrevista foi realizada na sala da casa da entrevistada. Eu já estava à porta há bastante tempo. Tinha tocado, mas ninguém tinha atendido. Quando vi entrar o marido bati outra vez e ele abriu. Natália estava lá dentro, mas disse que tinha pensado que era o filho e por isso não se levantou para abrir. Penso que devia estar a dormir, porque durante a entrevista referiu várias vezes os seus problemas com o sono. Natália mostrou uma enorme vontade de contar a sua história. Foi difícil fazer qualquer pergunta e (re)centrar o seu discurso, dado que se mostrou muito presa às suas histórias pessoais de doença. Contou-me os seus problemas psicológicos, e a sua experiência de terapia, certamente importante na prática e vontade de falar de si própria.

Natércia Jerónimo

Data: 2 de Março de 2001

Local: local de trabalho da entrevistada

Dados pessoais: 27 anos, 9º ano, cabeleireira, casada há 8 anos, tem 1 filha (de 2 anos), estava grávida

A entrevista realizada no local de trabalho da entrevistada (salão de cabeleireira), no final do dia, estive à espera que acabasse a última cliente. Natércia era daquelas pessoas que têm que parar para respirar, dada a velocidade com que falam. A minha intervenção foi praticamente nula, foi só dar-lhe o mote e ela desfiou a sua vida com entusiasmo. A meio da entrevista chegou o marido, com a filha (de dois anos) que ficou. A criança interrompeu a entrevista duas vezes para ir à casa de banho e várias vezes para pedir isto e aquilo. No entanto, Natércia nunca deixou de falar, nem perdeu o fio à meada.

Natividade Sousa

Data: 2 de Março de 2001

Local: casa da entrevistada

Dados pessoais: 34 anos, 4º ano, operária, casada há 12 anos, tem 1 filha (de 9 anos), estava grávida

A entrevista foi realizada em casa da entrevistada, na sala de ver televisão. Cada uma de nós sentou-se num sofá, com o gravador em cima da mesa, no meio. A casa estava em obras, paredes picadas no corredor, 'vão fazendo como podem'. A filha, que estava em casa da avó telefonou logo no início e ela disse que estaria despachada daí a 15 minutos (apesar de eu lhe ter dito que a entrevista demoraria uma hora e meia). A filha telefonou praticamente de 15 em 15 minutos. Não sei se devido a essa pressão, Natividade deu respostas telegráficas. A entrevista foi muito directiva. O marido chegou durante a entrevista, mas não assistiu. Só no final se juntou a nós. Conversei um pouco com ela e o marido sobre a fraca participação dos homens da terra nas tarefas domésticas.

Noémia Moura

Data: 1 de Março de 2001

Local: casa da entrevistada

Dados pessoais: 32 anos, 9º ano, empregada doméstica, casada há 11 anos, tem 1 filha (de 10 anos)

A entrevista foi realizada na sala da casa da família, na presença do marido e da filha. O marido esteve sentado no sofá e nunca interferiu, nem sequer quando era mencionado. A filha sentou-se no meio de nós (estávamos sentadas à mesa) e interrompeu algumas vezes, quando as questões tinham a ver com ela. Noémia era muito simpática, afável e muito faladora. Estava com medo de falar demais, perguntou várias vezes se não se estava a exceder. Penso que tinha problemas com o marido por causa da filha, se ele não estivesse presente talvez falasse mais...ainda.

Patrícia Simões

Data: 30 de Março de 2001

Local: local de trabalho da entrevistada

Dados pessoais: 29 anos, 12º ano, funcionária forense, casada há 4 anos, sem filhos

A entrevista foi realizada no local de trabalho da entrevistada, no gabinete da patroa (advogada). Eu sentei-me de um lado da secretária, ela do outro, o gravador no meio. Patrícia foi muito simpática e muito faladora. Foi quase impossível fazer perguntas, cada tema suscitava mil histórias e comentários 'ao lado', sobretudo sobre os seus gatos. A entrevista só acabou porque ela recebeu uma chamada e eu aproveitei para acabar, porque senão teríamos lá ficado indefinidamente.

Paula Moita

Data: 31 de Março de 2001

Local: local de trabalho da entrevistada

Dados pessoais: 34anos, 6º ano, cabeleireira, casada há 14 anos, tem 2 filhas (de 8 e 12 anos)

A entrevista foi realizada no local de trabalho da entrevistada (salão de cabeleireira), durante a hora de almoço. Sentámo-nos nas cadeiras da sala de espera, uma cadeira no meio, com o gravador. Paula era simpática, mas pouco faladora, mostrou-se bastante retraída. Corou muito enquanto falava e a sua postura corporal revelava que estava

pouco à vontade. A meio da entrevista bateram à porta e eram clientes. A partir daí percebi que queria acabar quanto antes. Estava preocupada em acabar a horas de reabrir o salão.

Paulino Cunha

Data: 1 de Abril de 2001

Local: casa do entrevistado

Dados pessoais: 33 anos, 11º ano, leitor/cobrador de água e monitor de natação, em união de facto há 10 anos, tem 1 filho (de 8 anos), a mulher estava grávida

A entrevista foi realizada na sala da casa do entrevistado. Tínhamos inicialmente marcado para sexta-feira, mas em cima da hora eu telefonei-lhe a dizer que estava atrasada e ele desmarcou (tinha tido problemas com o filho e nem sequer estava em casa, tinha passado a tarde no hospital) e marcou para domingo. No próprio dia liguei-lhe de manhã a confirmar (estava com receio que ele desistisse) e ele perguntou-me quanto tempo demorava porque tinha que sair com o irmão. Estas circunstâncias levaram-me a pensar que as coisas não iriam correr pelo melhor. No entanto, mal começou a entrevista (aliás, antes) percebi logo que afinal estava totalmente disponível. Quando já íamos quase nas 2 horas de entrevista, o irmão telefonou e ele ficou admirado com as horas, fiz-lhe 'mais uma pergunta'. Foi muito gentil e simpático, desfez-se em elogios para o amigo que tinha servido de contacto.

Paulo Domingos

Data: 31 de Março de 2001

Local: esplanada à beira-mar

Dados pessoais: 32 anos, frequência universitária, fiscal camarário de obras, casado há 9 anos, tem 2 filhos (de 4 e 8 anos)

A entrevista foi realizada numa esplanada à beira-mar. Apesar da minha insistência, Paulo marcou para aí, porque vivia fora da cidade e achou muito complicada a minha deslocação à aldeia onde vive. Estive à espera dele meia hora, telefonei-lhe, entretanto, porque percebi que não estava no bar certo. Paulo era muito simpático e afável, mas pouco falador, muito comedido nas palavras. No final disse-me que tinha gostado da experiência, que nunca tinha falado tanto, e que era mais fácil falar com uma pessoa que não se conhecia. Estava visivelmente satisfeito com a experiência, preocupado porque 'se calhar tinha respondido depressa demais' (eu tinha-lhe falado em hora e

meia, a entrevista durou mais de uma hora). Ainda aproveitou para me perguntar o que eu pensava do *Big Brother*, pareceu-me que queria ficar à conversa mais tempo.

Pedro Gomes

Data: 30 de Março de 2001

Local: local de trabalho do entrevistado

Dados pessoais: 34 anos, mestrado, professor do ensino secundário e do ensino politécnico, casado há 9 anos, tem 1 filho (de 4 anos)

A entrevista foi realizada num gabinete do Instituto Politécnico onde Pedro dá aulas. O gabinete tinha uma divisória ao lado onde estava uma pessoa (que podia ouvir a conversa). Pedro foi muito simpático e disponível, mas contido nas respostas. Citou os trabalhos do Fernando Ruivo e do Boaventura de Sousa Santos logo de início. Acho que não se conseguiu abstrair do contexto de trabalho académico em que a entrevista se situava e isso levou-o a controlar os conteúdos das suas respostas.

Rita Fernandes

Data: 26 de Janeiro de 2001

Local: sala do jardim de infância frequentado pela filha

Dados pessoais: 32 anos, 9º ano, auxiliar de acção educativa, casada há 7 anos, tem 1 filho (de 4 anos)

A entrevista foi realizada no mesmo espaço que a anterior, mas da parte da tarde, quando a sala ao lado já estava ocupada pelas crianças do ATL, que de qualquer modo não perturbaram nada. A sala tinha uma porta que fechámos e ficámos à vontade, cada uma sentada de um lado da mesa com o gravador no meio. Rita era bastante simpática e muito mais aberta que a entrevistada anterior. Não foi preciso muita directividade.

Rosa Mateus

Data: 18 de Janeiro de 2001

Local: sala do jardim de infância frequentado pelo filho

Dados pessoais: 29 anos, 10º ano incompleto, empregada de balcão, casada há 3 anos, tem 1 filho (de 3 anos)

A entrevista foi realizada numa sala anexa ao jardim de infância onde consegui o contacto – uma sala fria e desconfortável. O jardim de infância ficava no bairro onde morava a entrevistada. Um bairro na periferia de Lisboa, que já foi clandestino, caracterizado, ainda, pelo caos urbanístico. O próprio jardim de infância tinha um ar bastante precário. A entrevista não foi fácil. Rosa foi simpática, mas não parecia disposta a falar de tudo, por exemplo, foi bastante reticente em falar da situação profissional do marido, parecia não querer dizer que ele trabalhava por conta própria. Respondeu num esquema de pergunta/resposta, sem se entregar à entrevista.

Rui Brito

Data: 20 de Janeiro de 2001

Local: casa do entrevistado

Dados pessoais: 26 anos, 12º ano, desempregado (era empregado de balcão), casado há 2 anos e meio, sem filhos

A entrevista foi realizada em casa do entrevistado, na sala, com a presença da mulher. Rui tinha marcado para as 14h00 porque iam sair a seguir (disseram no final que iam para fora ver a avó dele), mas quando cheguei ainda iam almoçar. Voltei às 14h30, deviam estar com pressa, mas não o demonstraram em momento algum. Foram muito simpáticos. Ela deixou-o falar sobre o percurso pessoal dele sem o interromper. No entanto, quando as questões eram sobre o casal e a casa não se absteve de intervir. 'Apanhei-os' numa fase complicada. Ele está desempregado há uma semana, no entanto, pareceu-me bastante optimista, tem 'muitos e bons amigos'.

ANEXO 7

GRELHA DE CARACTERIZAÇÃO DOS/AS ENTREVISTADOS/AS

| ENTREVISTA n° | |
|------------------------------|-----------|
| Nome do/a entrevistado/a: | |
| Variável | Descrição |
| Sexo | |
| Concelho | |
| Local de Residência | |
| Idade | |
| Grau de instrução | |
| Ocupação/ Profissão | |
| Idade do cônjuge | |
| Grau de instrução cônjuge | |
| Ocupação/ Profissão cônjuge | |
| Diferença de idades | |
| Idade da mulher ao casamento | |
| Ano constituição da família | |
| Tipo de casamento | |
| Duração união | |
| N° de filhos | |
| Idade dos filhos | |
| Tempo namoro | |
| Local de conhecimento | |
| Forma de conhecimento | |
| Tempo total da relação | |
| Profissão dos pais | |
| Profissão dos sogros | |
| Distância dos pais | |
| Distância dos sogros | |

ANEXO 8

GRELHA VERTICAL DE ANÁLISE TEMÁTICA

| ENTREVISTA nº: | | |
|-------------------------------------|-----|-----------|
| Nome do/a Entrevistado/a | | |
| Variável | pp. | Descrição |
| Percurso geográfico | | |
| Percurso escolar | | |
| Conhecimento e namoro | | |
| Razões do casamento | | |
| Escolhas de fecundidade | | |
| Mudanças trazidas pelos filhos | | |
| Emprego – acesso | | |
| Emprego – percurso | | |
| Emprego – condições | | |
| Emprego cônjuge | | |
| Habitação – acesso | | |
| Habitação – condições | | |
| Saúde – acesso | | |
| Bens materiais | | |
| Prendas do casamento | | |
| Guarda das crianças | | |
| Cuidados dos filhos | | |
| Tarefas domésticas | | |
| Ajudas / apoios recebidos | | |
| Ajudas / apoios prestados | | |
| Apoios do Estado | | |
| Comparação com geração anterior | | |
| Contactos com as famílias de origem | | |
| Irmãos | | |
| Vida familiar | | |
| Rotinas | | |
| Férias | | |
| Lazer | | |
| Momentos de mudança | | |
| Apoios nos Momentos de mudança | | |
| Momentos difíceis | | |
| Apoios nos Momentos difíceis | | |

| ENTREVISTA nº: | | |
|--------------------------------|-----|-----------|
| Nome do/a Entrevistado/a | | |
| Variável | pp. | Descrição |
| Pessoas importantes | | |
| Outros apoios | | |
| Amigos | | |
| Laços fortes | | |
| Laços fracos | | |
| Laços activos | | |
| Laços passivos | | |
| Laços positivos | | |
| Laços negativos | | |
| Reciprocidade – práticas | | |
| Reciprocidade – representações | | |
| Obrigações – práticas | | |
| Obrigações – representações | | |
| Velhice dos pais | | |
| Dádiva | | |
| Herança | | |
| Observações | | |

ANEXO 9

ÁRVORE CATEGORIAL DO NUD*IST – *OUTPUT* DO PROGRAMA

QSR N5 Full version, revision 5.0.
Licensee: Faculdade de Economia.

PROJECT: tese, User sp, 1:02 am, Jul 2, 2006.

REPORT ON NODES FROM Tree Nodes '~~/

Depth: ALL

Restriction on coding data: NONE

- (1) /constituição da família
- (1 1) /constituição da família/conhecimento e namoro
- (1 2) /constituição da família/casamento
- (1 2 1) /constituição da família/casamento/razões
- (1 2 2) /constituição da família/casamento/duração
- (1 2 3) /constituição da família/casamento/festa
- (1 2 4) /constituição da família/casamento/prendas
- (1 3) /constituição da família/fecundidade
- (1 3 1) /constituição da família/fecundidade/decisão
- (1 3 2) /constituição da família/fecundidade/nº filhos
- (1 3 3) /constituição da família/fecundidade/mudanças
- (1 3 4) /constituição da família/fecundidade/cuidados
- (1 3 5) /constituição da família/fecundidade/guarda
- (2) /trajectórias
- (2 1) /trajectórias/geográfica
- (2 2) /trajectórias/escolar
- (2 3) /trajectórias/profissional
- (3) /recursos
- (3 1) /recursos/emprego
- (3 1 1) /recursos/emprego/acesso
- (3 1 2) /recursos/emprego/1º emprego
- (3 1 3) /recursos/emprego/percurso
- (3 1 4) /recursos/emprego/condições
- (3 1 5) /recursos/emprego/satisfação
- (3 1 6) /recursos/emprego/emprego cônjuge
- (3 2) /recursos/habitação
- (3 2 1) /recursos/habitação/propriedade
- (3 2 1 1) /recursos/habitação/propriedade/compra
- (3 2 1 2) /recursos/habitação/propriedade/autoconstrução
- (3 2 1 3) /recursos/habitação/propriedade/dádiva
- (3 2 2) /recursos/habitação/não propriedade
- (3 2 2 1) /recursos/habitação/não propriedade/aluguer
- (3 2 2 2) /recursos/habitação/não propriedade/empréstimo
- (3 2 2 3) /recursos/habitação/não propriedade/cohabituação
- (3 3) /recursos/saúde
- (3 3 1) /recursos/saúde/público
- (3 3 2) /recursos/saúde/privado
- (3 3 3) /recursos/saúde/cuidados
- (3 3 4) /recursos/saúde/saúde infantil
- (3 4) /recursos/bens materiais
- (3 4 1) /recursos/bens materiais/equipamento doméstico
- (3 4 2) /recursos/bens materiais/carro
- (3 4 3) /recursos/bens materiais/outros
- (3 4 4) /recursos/bens materiais/dádiva
- (3 4 5) /recursos/bens materiais/poupança
- (3 5) /recursos/serviços quotidiano
- (3 5 1) /recursos/serviços quotidiano/tarefas domésticas
- (3 5 2) /recursos/serviços quotidiano/cuidados saúde
- (3 5 3) /recursos/serviços quotidiano/cuidados dependentes

- (3 5 4) /recursos/serviços quotidiano/outros
- (4) /ajudas
- (4 1) /ajudas/financeiras
- (4 2) /ajudas/gêneros
- (4 3) /ajudas/serviços
- (4 4) /ajudas/apoio emocional
- (4 5) /ajudas/prestadas
- (5) /ritmos e ritos
- (5 1) /ritmos e ritos/rotina
- (5 2) /ritmos e ritos/fins de semana
- (5 3) /ritmos e ritos/lazer
- (5 4) /ritmos e ritos/férias
- (5 5) /ritmos e ritos/momentos mudança
- (5 5 1) /ritmos e ritos/momentos mudança/problemas
- (5 5 2) /ritmos e ritos/momentos mudança/apoios
- (5 6) /ritmos e ritos/momentos difíceis
- (5 6 1) /ritmos e ritos/momentos difíceis/problemas
- (5 6 2) /ritmos e ritos/momentos difíceis/apoios
- (6) /relações familiares
- (6 1) /relações familiares/ascendentes
- (6 1 1) /relações familiares/ascendentes/pais
- (6 1 1 1) /relações familiares/ascendentes/pais/caracterização
- (6 1 1 2) /relações familiares/ascendentes/pais/relação
- (6 1 2) /relações familiares/ascendentes/sogros
- (6 1 2 1) /relações familiares/ascendentes/sogros/caracterização
- (6 1 2 2) /relações familiares/ascendentes/sogros/relação
- (6 2) /relações familiares/colaterais
- (6 2 1) /relações familiares/colaterais/irmãos
- (6 2 2) /relações familiares/colaterais/cunhados
- (6 3) /relações familiares/família alargada
- (7) /obrigações familiares
- (7 1) /obrigações familiares/práticas
- (7 2) /obrigações familiares/representações
- (7 3) /obrigações familiares/velhice
- (7 3 1) /obrigações familiares/velhice/pais
- (7 3 2) /obrigações familiares/velhice/sogros
- (7 3 3) /obrigações familiares/velhice/em geral
- (8) /reciprocidade
- (8 1) /reciprocidade/práticas
- (8 2) /reciprocidade/representações
- (9) /balanço
- (9 1) /balanço/comparação geracional
- (9 2) /balanço/nível satisfação
- (9 3) /balanço/ambições
- (10) /rede
- (10 1) /rede/pessoas importantes
- (10 2) /rede/amigos
- (10 3) /rede/família
- (10 4) /rede/laços fortes
- (10 5) /rede/laços fracos
- (10 6) /rede/laços activos
- (10 7) /rede/laços passivos
- (10 8) /rede/laços positivos
- (10 9) /rede/laços negativos
- (11) /apoios do Estado